

ORGANIZADORES

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Francisco Alcides Cougo Júnior

Angelica Alves da Cunha Marques

HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA

contribuições para o debate



ORGANIZADORES

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Francisco Alcides Cougo Júnior

Angelica Alves da Cunha Marques

HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA

contribuições para o debate



I São Paulo I 2024 I



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

H673

História dos Arquivos e da Arquivologia brasileira: contribuições para o debate / Organização Clarissa Moreira dos Santos Schmidt, Francisco Alcides Cougo Júnior, Angelica Alves da Cunha Marques. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2024

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-116-1

DOI 10.31560/pimentacultural/2024.11161

1. Arquivo. 2. Arquivologia. 3. História. 4. Arquivologia no Brasil. I. Schmidt, Clarissa Moreira dos Santos (Org.). II. Cougo Júnior, Francisco Alcides (Org.). III. Marques, Angelica Alves da Cunha (Org.). IV. Título.

CDD 025.907

Índice para catálogo sistemático:

I. Arquivologia - História

Simone Sales – Bibliotecária – CRB: ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2024 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2024 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Edição eletrônica	Andressa Karina Voltolini Milena Pereira Mota
Imagens da capa	Freepik - puruanpro,rawpixel.com, pickoloh, ataur_rahman1
Tipografias	Acumin, Rockwell
Revisão	Revisado autor/a
Organizadores	Clarissa Moreira dos Santos Schmidt Francisco Alcides Cougo Júnior Angelica Alves da Cunha Marques

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 4

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Agumario Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand

Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah

Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa de Amaral Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues

Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva

Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del México, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Francisco Alcides Cougo Junior

Angélica Alves da Cunha Marques

Apresentação17

CAPÍTULO 1

Renato Pinto Venancio

Universidade Federal de Minas Gerais

Por uma História dos Arquivos:

definição do objeto e seus impactos21

CAPÍTULO 2

Paulo Roberto Elian dos Santos

Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Os Arquivos e a Arquivologia no Brasil:

aspectos históricos e epistemológicos41

CAPÍTULO 3

Angelica Alves da Cunha Marques

Universidade de Brasília

**Produção científica arquivística na
graduação e na pós-graduação *stricto sensu*:**

temáticas e agendas de pesquisa63

CAPÍTULO 4

Vitor Manoel Marques da Fonseca

Universidade Federal Fluminense

Francisco Alcides Cougo Junior

Universidade Federal de Santa Maria

História da Arquivologia no Brasil:

novos problemas, novos objetivos, novas perspectivas80

CAPÍTULO 5

Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Universidade Federal da Bahia

**O legado de Luís Henrique Dias
Tavares para a Arquivologia na Bahia:**

marcos históricos da gestão no Arquivo

Público do Estado da Bahia (1959-1969)..... **87**

CAPÍTULO 6

Suellen Alves de Melo

Universidade Federal de Minas Gerais

Norma de Góes Monteiro e o Arquivo

Público da Cidade de Belo Horizonte..... 100

CAPÍTULO 7

Natasha Hermida Pereira Castro da Silva

Arquivo Nacional

Clarissa Schmidt

Universidade Federal Fluminense

Margareth Silva

Universidade Federal Fluminense

A Participação do Arquivo Nacional

do Brasil no Projeto InterPARES..... 115

CAPÍTULO 8

Cecília Preciosa Cabsela

Sônia Troitiño

Universidade Estadual Paulista

Marie-Anne Chabin e o Método Arcateg 133

CAPÍTULO 9

Paulo José Viana de Alencar

Universidade de Brasília

Clarissa Schmidt

Universidade Federal Fluminense

Ler T.R. Schellenberg em língua portuguesa:

uma análise histórica da disseminação

do seu pensamento no Brasil..... **145**

CAPÍTULO 10

Gabriela de Souza Pascoal

José Almino Alencar

Fundação Casa de Rui Barbosa

Arquivos Pessoais Presidenciais

e Instituições de Custódia 160

CAPÍTULO 11

Elisabete Gonçalves de Souza

Universidade Federal Fluminense

Carolina Carvalho Rodrigues

Instituto Federal do Rio de Janeiro campus Belford Roxo

Isabella Henrique Lima Pereira

Universidade Federal Fluminense

Arquivos Escolares:

estudo de caso nas escolas do trabalho de Niterói (RJ)..... **181**

CAPÍTULO 12

Fabiana Costa Dias

Luiza Pires Martins

Roberta Mociaro Zanatta

Instituto Moreira Salles

O Modelo Unificado de Descrição (MUDA)

na identificação dos arquivos e coleções

do acervo do Instituto Moreira Salles **204**

CAPÍTULO 13

Katia Isabelli Melo

Kristina Borja de Sousa

Universidade de Brasília

Eventos Científicos no Contexto

da História da Arquivologia no Brasil..... 217

CAPÍTULO 14

Camila Schwinden Lehmkuhl
Universidade Federal de Santa Catarina

Luiza Morgana Klueger Souza
Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina

Leolíbia Luana Linden
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**O Protagonismo do Encontro Catarinense
de Arquivos no desenvolvimento
da Arquivologia no Estado de Santa Catarina..... 233**

CAPÍTULO 15

Anna Carla Almeida Mariz
Paulo Marcelo Ferreira de Moraes Júnior
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**Construindo Memórias através
de Documentos Audiovisuais:
Jornadas Arquivísticas da UNIRIO 245**

CAPÍTULO 16

Daniele Rodrigues Barros Nunes Negrão
Daniel da Silva Vargas
Museu de Astronomia e Ciências Afins

**Observatório Nacional:
a contribuição de seu acervo arquivístico
à pesquisa científica e tecnológica 272**

CAPÍTULO 17

Clarine Thays Barbosa da Silva
José Willian da Silva Feitosa
Universidade Federal do Amapá

**Entre a História e o Ensino
de Arquivologia no Amapá 292**

CAPÍTULO 18

Diogo Baptista Pereira

Angelica Alves da Cunha Marques

IBICT-UFRJ

Ser ou Não Ser, eis a questão:

os desafios dos documentos criados em mídias

sociais à luz das funções arquivísticas 311

CAPÍTULO 19

Angelica Alves da Cunha Marques

Jacqueline Dias da Silva

IBICT-UFRJ

Sistemas e Serviços em Saúde:

os Serviços de Arquivos e Estatística em Saúde

dos Hospitais Universitários das Capitais

dos países da América do Sul 334

CAPÍTULO 20

Walmor Martins Pamplona

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Imagens em movimento nos arquivos:

notas sobre a trajetória de preservação do acervo

da seção de filmes do Arquivo Nacional do Brasil 351

CAPÍTULO 21

Louise Gabler

Arquivo Nacional

**O Primeiro Plano de Classificação
do Arquivo Nacional:**

experiências de preservação e ampliação

do acervo, 1873-1889 372

CAPÍTULO 22

Dilma Cabral
Arquivo Nacional

‘Nossa história em suas mãos’:

o Guia brasileiro de fontes para a história da África,
da escravidão negra e do negro na sociedade atual..... **384**

CAPÍTULO 23

Angélica Ricci Camargo
Arquivo Nacional

**A trajetória do Programa Memória
da Administração Pública Brasileira**

(MAPA) do Arquivo Nacional (1981-2023)..... 408

CAPÍTULO 24

Mariana Simões
Arquivo Nacional

**De “uma série de folhetos”
a biblioteca de referência:**

a trajetória da série Publicações Técnicas do Arquivo Nacional..... **428**

CAPÍTULO 25

Nelson Alfredo Salomão Neto
IBICT/UFRJ

Arquivos Decoloniais:

um olhar para o Estado da Arte..... **454**

CAPÍTULO 26

Juliana Maia Mendes
Renato de Mattos
Universidade Federal Fluminense

Arquivo como patrimônio:

trajetória dos atos declaratórios de patrimonialização
de documentos de arquivo no Brasil..... **473**

CAPÍTULO 27

Margareth da Silva

Universidade Federal Fluminense

A Concepção Jurídica de Arquivo:

o Arquivo como lugar de preservação

de documentos autênticos 488

CAPÍTULO 28

Luiza Pires Martins

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Universidade Federal Fluminense

Visibilidade do campo

arquivístico brasileiro à luz

do Jornal do Brasil e O Globo527

CAPÍTULO 29

Katia Isabelli Melo

Universidade de Brasília

Rita de Cássia São Paio Azevedo Esteves

Dataprev

Associativismo arquivístico:

uma análise da formação profissional de seus representantes 544

CAPÍTULO 30

Paula Figueira Zaionz

Francisco Alcides Cougo Junior

Universidade Federal de Santa Maria

A trajetória das políticas de acessibilidade

para as pessoas com deficiência

na arquivologia no Brasil..... 556

CAPÍTULO 31

Thiago Souza Vilela

Vanessa Garcia Coelho

Museu de Astronomia e Ciências Afins

**Estudo da Espécie e Tipologia Documental
dos Arquivos Pessoais de Cientistas:**

Fundo Helmut Sick e Maurice Jacques Bazin 571

CAPÍTULO 32

**Moção de Apoio à Reinstucionalização
do Arquivo Público Mineiro no Decreto
que Regulamenta a Lei Nº 24.313/2023**

588

CAPÍTULO 33

**Moção pela Revogação do Decreto
N. 10.148/2019 e Alteração
do Decreto Nº 11.437/2023**

592

CAPÍTULO 34

Jaime Antunes da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Política de Arquivos Continua em Risco:

o Governo Federal continua insistindo

no erro, mas não por falta de avisos..... 596

Índice remissivo 605

*À memória de Ana
Maria de Almeida Camargo
e Heloisa Liberalli Bellotto.*

APRESENTAÇÃO

Compreender a arquivologia a partir de seu percurso histórico é importante para revisitar princípios, entender rupturas, conhecer seu desenvolvimento, superar limitações conceituais, estabelecer identidade, verificar se uma teoria alcançou seus limites e saber como questões são determinadas e como podem ser superadas.

Contudo, os arquivos e a arquivologia enquanto objeto de conhecimento decorrem, fundamentalmente, da instrumentalidade enquanto registro e prova de ações, acesso à direitos e subsídios às diferentes abordagens do passado. Poucas são as iniciativas que os inserem em perspectiva histórica.

Com a evidente necessidade de aprofundar estudos sobre a história dos arquivos e da arquivologia de modo a dirimir lacunas no conhecimento acerca de teorias, métodos e práticas – sobretudo aquelas desenvolvidas em nosso país –, pesquisadores de diferentes instituições se reuniram e propuseram a realização do *Simpósio da História dos Arquivos e da Arquivologia*¹. Ao promover o evento, o comitê organizador buscou abrir um espaço de discussão, sistematizar a produção e verticalizar as discussões que envolvem a temática.

O *Simpósio* aconteceu durante dois dias, 25 e 26 de maio de 2023, na Universidade Federal Fluminense, com apoio dos cursos de graduação em Arquivologia e Pós-graduação em Ciência da Informação, e foi patrocinado pela Fundação Carlos Chagas Filho

1 As reuniões para organização do evento foram presididas por Clarissa Schmidt, Vitor Fonseca e Renato de Mattos, da Universidade Federal Fluminense, Francisco Cougo, da Universidade Federal de Santa Maria, Anna Carla Mariz, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Angelica Marques e Paulo Alencar pela Universidade de Brasília, Renato Venâncio, da Universidade Federal de Minas Gerais e Paulo Elian pela Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ.

de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. Sua programação foi extensa e organizada com conferências de abertura e encerramento, mesas redondas, homenagens, apresentação de trabalhos e sessão final.

A conferência de abertura foi conduzida por Renato Venâncio e Paulo Elian dos Santos, que problematizaram questões epistemológicas e ampliaram o debate sobre as fontes que envolvem a construção da História dos Arquivos e da Arquivologia no Brasil. Ao longo do evento aconteceram outras mesas com reflexões fundamentais ao estudo da temática. José Maria Jardim e Angelica Marques debateram a produção científica e as possibilidades de agendas de pesquisa à Arquivologia brasileira. Já a mesa “Indivíduos e Contextos” buscou inaugurar um espaço de diálogo com atores da área de modo que possamos conhecer momentos importantes de suas trajetórias com os arquivos e a arquivologia. Nessa edição do evento tivemos o privilégio da presença, nesta mesa, de Jaime Antunes da Silva, Célia Costa e Ana Maria de Almeida Camargo, que, inesperadamente, nos deixou poucos meses depois. Certamente seu imenso legado e protagonismo no campo dos arquivos também poderão ser lembrados a partir do depoimento que, com apoio da Casa de Oswaldo Cruz-COC, foi possível registrar em vídeo durante o Simpósio.

Infelizmente, no ano de 2023, também perdemos a fascinante Heloisa Liberalli Bellotto, o que nos levou a dedicar uma sessão do evento em sua homenagem.

O *Simpósio* contou ainda com a apresentação e debate de 58 trabalhos, distribuídos em seis eixos em que o tema geral foi subdividido, a saber: “Trajetórias e biografias de personagens da Arquivologia, articuladas ao contexto histórico, social, cultural e tecnológico e aos problemas arquivísticos” (com 5 trabalhos), “A história da circulação e apropriação de saberes arquivísticos, cooperação e missões de profissionais” (que recebeu 6 textos), “História das instituições que abrigam arquivos, sobretudo arquivos pessoais, e não

se configuram como centros ou serviços arquivísticos vinculados à estrutura da administração pública” (com 6 submissões), “Produção do conhecimento no campo da história dos arquivos: formação, ensino superior, pesquisa científica e eventos” (contou com 9 trabalhos), “Princípios, fundamentos e conceitos da história das ‘funções arquivísticas’ à luz dos métodos, técnicas, práticas e aplicações no tratamento dos arquivos” (com 14 textos) e “Os Arquivos públicos, a história das políticas arquivísticas e do associativismo” (com 18 textos). Estes eixos foram baseados em recente pesquisa de Paulo Elian dos Santos, publicada na revista *Acervo* em 2022 e intitulada “Um ensaio historiográfico sobre a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas”, na qual o autor sistematiza e analisa a produção acadêmica e institucional no âmbito da história dos arquivos e da arquivologia no Brasil. Vale destacar que as ementas de todos os trabalhos apresentados no evento foram publicadas no *Caderno de Resumos do Simpósio da História dos Arquivos e da Arquivologia*, publicado pela Associação de Arquivistas de São Paulo em dezembro de 2023. Ademais, a amplitude de trabalhos representa a diversidade dos participantes do evento que vieram de diferentes estados e instituições.

Na mesa de encerramento, Clarissa Schmidt, Francisco Cougo e Vitor Fonseca buscaram, a partir do que puderam observar ao longo do evento, debater problemas, objetivos e perspectivas que envolvem a História dos Arquivos e da Arquivologia no Brasil, além de pontuar questões para construir uma agenda de pesquisa na área. Nesta sessão também foram aprovadas importantes moções: uma de apoio à reinstitucionalização do Arquivo Público Mineiro, para que seja provido de autonomia e autoridade na gestão, custódia, preservação, difusão e acesso aos documentos arquivísticos; e outra pela revogação do Decreto n. 10.148/2019 e alteração do Decreto n. 11.437/2023 dadas suas nefastas consequências à política de arquivos do Brasil. Esta última moção foi construída com base no texto *Política de arquivos continua em risco: o Governo Federal*, do prof. Jaime

Antunes da Silva. Essa sessão de encerramento revelou-se muito produtiva ao expor ideias gerais sobre as perspectivas, teorias e pesquisas que podem aprofundar o conhecimento da área no futuro.

Ensejamos que esta obra, ao reunir os trabalhos completos de grande parte dos trabalhos apresentados no *Simpósio*, estimule novas pesquisas na área e se configure como marco do primeiro de muitos eventos sobre a História dos Arquivos e da Arquivologia no Brasil.

Gostaríamos de agradecer à FAPERJ e o PPGCI/UFF, este na pessoa de Natália Tognoli, por viabilizarem a publicação desta obra.

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Francisco Alcides Cougo Junior

Angélica Alves da Cunha Marques

1

Renato Pinto Venancio
Universidade Federal de Minas Gerais

**POR UMA HISTÓRIA
DOS ARQUIVOS:**
DEFINIÇÃO DO OBJETO E SEUS IMPACTOS

O título do presente texto é bastante abrangente, mas o subtítulo é centrado na definição do “objeto” da história dos arquivos e, secundariamente, nos seus impactos epistemológicos e nas definições de fontes. O objetivo é mostrar que há uma relação intrínseca entre essas várias dimensões. Em outras palavras, para se propor uma história dos arquivos, fundamentar suas bases epistemológicas e identificar suas fontes, é necessário primeiro definir no que consiste seu “objeto”, ou seja, definir o que se entende por “arquivo”.

A princípio isso pode parecer óbvio, mas, como se procurará mostrar ao longo desse trabalho, não é. Além disso, essa história é interdisciplinar. Em certo sentido, quando se menciona “perspectiva histórica” e “arquivo”, estabelecem-se implicitamente relações entre duas áreas: História e Arquivologia. Como, porém, abordar essa interrelação sem criar formas de subordinação? Em outras palavras, como abordar a História de forma arquivística e a Arquivística de forma histórica, mantendo a organicidade entre esses dois campos, sem subordinar um ao outro?

Também é preciso reconhecer que já existem propostas para se pensar essas questões. O livro *História da Arquivologia no Brasil*, publicado em 2014, e organizado por Angélica A. Cunha Marques, Georgete M. Rodrigues, e Paulo R. Elian dos Santos apresenta avanços pioneiros nesse sentido. Esse último autor também publicou, em 2020, “Um ensaio historiográfico sobre a história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas”, procurando mapear as duas áreas (ou seja, a história dos arquivos e a história da Arquivologia). Um volume da *Revista Brasileira de História*, de 2018, e outro, da revista *Acervo*, de 2021, dedicaram-se à história dos arquivos e da Arquivologia, sugerindo roteiros de temas, fontes e perspectivas de pesquisa.

Essas referências mostram a vitalidade e contemporaneidade da pesquisa sobre a história dos arquivos e da Arquivologia. Sem desconhecer a importância desses roteiros, busca-se no

presente texto avançar nova proposta, calcada na integração entre estudos históricos e estudos arquivísticos. Embora longe de ter a pretensão de esgotar a definição do objeto, procura-se contribuir para melhorar sua precisão.

No sentido de alcançar este objetivo, apresenta-se um roteiro de pesquisa nascido de definições arquivísticas, e, em seguida, propõe-se historicizar essa perspectiva. A primeira etapa de elaboração dessa proposta recorre a dicionário de terminologia arquivística. Quem consultar essa fonte constatará que o termo “arquivo” é polisêmico. No dicionário de autoria de Ana Maria de Almeida Camargo, Heloísa Liberalli Bellotto e outras autoras, lemos que:

ARQUIVO 1. Conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas [...] 2. Entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição [...] 3. Edifício em que são guardados os arquivos [...] 4. Móvel destinado à guarda de documentos [...] 5. Em processamento de dados, conjunto de dados relacionados, tratados como uma totalidade (Camargo *et al.*, 2010, p. 21-22).

A proposta aqui apresentada tem por objetivo transformar essas definições em temas de pesquisa histórica. Acredita-se que, ao assim proceder, é possível estabelecer uma proposta que tem unidade epistemológica, ao mesmo tempo em que mantém relações orgânicas entre História e Arquivologia, sem hierarquização entre elas. Mais ainda: assim procedendo, sinaliza-se para fontes, existentes ou potenciais, que podem dar corpo e vida a esses estudos.

Antes de avançar na definição desses temas, é preciso sublinhar que, no presente texto, diferencia-se a “história dos arquivos” da “história da Arquivologia”. Essa última não será abordada e é compreendida como a história das funções arquivísticas, ou seja, a história da produção, classificação, avaliação, aquisição, preservação,

descrição e difusão/acesso (Couture, Rousseau, 1994), assim como de funções específicas da bibliografia brasileira, como identificação e arranjo. Nesse sentido, não se está incluindo neste levantamento, por exemplo, as importantes teses de doutorado de Francisco Cougo (2021) e de Thiago Vieira (2021), assim como a síntese de Clarissa M. dos Santos Schmidt (2015), por considerá-las fronteiriças das duas áreas, embora se aproximem mais da história da Arquivologia do que da história dos arquivos. A história da Arquivologia também engloba a história do ensino desse campo de conhecimento, conforme revelam as pesquisas de Angélica Marques (2013) e a história das associações, como nos casos da tese de doutorado de Eliezer Pires da Silva (2013) e na dissertação de mestrado de Yuri Queiroz Gomes (2011). Na perspectiva aqui proposta, ou seja, de “história dos arquivos”, a identificação do “objeto” está vinculada às definições arquivísticas aceitas do que seja um “arquivo”.

No mapeamento dos estudos já realizados e das lacunas a serem superadas, cabe sublinhar que, além da definição geral acima apresentada, há as definições derivadas, entendidas aqui como “tipos-ideais” compostos, de acordo com Max Weber, que também podem e devem ser historicizadas.² Citarei apenas duas definições derivadas, por serem particularmente sugestivas: a de “arquivo privado” e a de “arquivo público”.

A primeira delas diz respeito ao:

ARQUIVO PRIVADO Conjunto de documentos acumulados em decorrência das atividades de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, depositadas ou não em instituições públicas (Camargo *et al.*, 2010, p. 24).

Essa última definição remete a duas outras definições derivadas: “arquivo privado de pessoa física” (pessoal ou familiar) e “arquivo

2 Um exemplo: há a definição (tipo-ideal) de “cidade”, mas há também o de “cidade antiga”, “cidade medieval” e “cidade moderna”.

privado de pessoa jurídica” (institucional). Outra noção fundamental é de “arquivo público”, assim apresentada no citado dicionário de terminologia arquivística:

ARQUIVO PÚBLICO1. Conjunto de documentos acumulados em decorrência das funções executivas, legislativas e judiciárias do poder público no âmbito federal, estadual e municipal, bem como conjunto de documentos de entidades de direito privado encarregadas de serviços públicos. [...] 2. Unidade administrativa ou órgão encarregado de um arquivo público (Camargo *et al.*, 2010, p. 24).

Conforme é possível perceber, a definição de “arquivo público” dá origem a um vasto universo de definições derivadas. Tem-se arquivos públicos como “conjunto de documentos acumulados” no âmbito municipal, estadual, federal, não só pelo poder executivo como também pelos poderes legislativo e judiciário. O termo “arquivo público” também remete a “conjunto de documentos de entidades privadas encarregadas de serviços públicos.” Por último, mas não menos importante esse termo remete às instituições arquivísticas propriamente ditas: arquivo público municipal, arquivo público estadual, arquivo público federal e nacional.

Portanto, ao partir das definições técnicas, e não do senso comum, a história dos arquivos é expandida, não se restringindo apenas à história das instituições arquivísticas. O ganho, em termos de pesquisa, pode ser vislumbrado através de matrizes que orientem a definição do “objeto” (ou dos “objetos”), da história dos arquivos. Essas matrizes, cabe repetir, por estarem organicamente vinculadas à Arquivologia, por nascerem de instrumentos reconhecidos pelo campo, permitem que a adoção da perspectiva histórica ocorra sem que haja subordinação de uma área à outra.

Uma vez aceita essa abordagem, é possível avançar em direção aos impactos epistemológicos e à identificação das fontes. Do ponto de vista epistemológico, cabe sublinhar que a história dos arquivos é interdisciplinar. O levantamento de dados dessas pesquisas

ocorre não só nos campos arquivísticos e de Ciência da Informação, expandindo-se para as mais diferentes áreas, como Administração e Arquitetura, somente para mencionar dois exemplos. Em relação às fontes, sublinha-se que, ao ler os resultados de pesquisas científicas, é possível identificar as fontes primárias nelas referenciadas.

Tabela 1 - Referências a expressões derivadas de “arquivo” na Plataforma Lattes

Matriz	Derivada 1	Derivada 2	Derivada 3	Ocorrências
Arquivo				15.463
	Privado			120
		Institucional		59
		Familiar		22
		Pessoal		588
	Público			1.634
		Nacional		569
		Federal		1
			Legislativo (“da Câmara dos Deputados” (“do Senado”)	13
			Judiciário (“do STF”)	47
		Estadual		52
			Executivo (“do Estado”)	94
			Legislativo (“da Assembleia”)	8
			Judiciário (“do Tribunal”)	50
		Municipal		208
			Executivo (“da Prefeitura”)	3
			Legislativo (“da Câmara”)	3

Fonte: Plataforma Lattes. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/>. Acesso em 04 maio 2023.

Procedeu-se, assim, a uma sondagem na Plataforma Lattes, seguindo a orientação multidisciplinar acima mencionada. A Tabela 1 sintetiza as informações recolhidas, acompanhadas de quantificação. A primeira coluna registra o termo “arquivo”, identificado como expressão matriz. As três colunas seguintes registram as expressões derivadas, como no caso de “Arquivo Público”. Cabe também sublinhar que a base de dados utilizada é de fluxo contínuo e o estoque de informações, efetivamente ou potencialmente, é constantemente alterado. O levantamento realizado, em razão disso, tem validade somente para a data mencionada na fonte da Tabela 1.

Dessa forma foram levantadas as incidências da expressão “Arquivo” na Plataforma Lattes, tendo como resultado um número extremamente elevado: 15.463 ocorrências. Já a expressão derivada “Arquivo Público” remete a 1.634 ocorrências. Esse procedimento foi empregado em relação a outras expressões derivadas, identificando-se diferentes e novas combinações terminológicas, como nos casos de “arquivo do Estado”, “arquivo da Assembleia” ou “arquivo do Tribunal”. Cabe ainda ressaltar que essas ocorrências dizem respeito a todo e qualquer item registrado. Por exemplo, no caso do “Arquivo Nacional” não há apenas publicações científicas usando esse título, havendo também informações sobre servidores dessa instituição ou de pareceristas da revista *Acervo*.

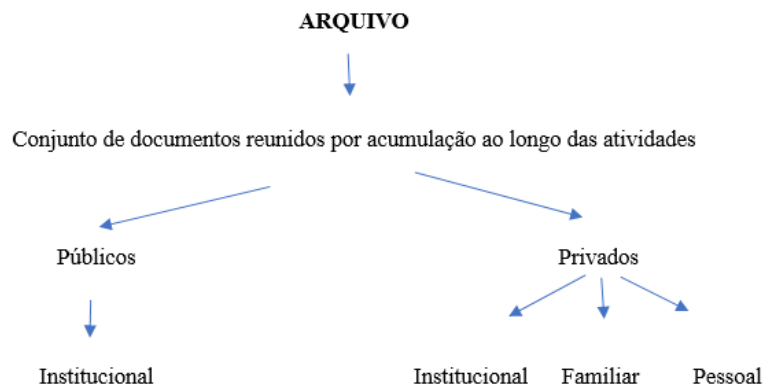
A informação registrada no currículo Lattes, na forma de “história do arquivo”, também pode remeter a uma disciplina ministrada na graduação ou pós-graduação, ou então à organização de um evento. Em outras palavras, os dados da Tabela I dizem respeito a situações muito díspares e que precisam ser filtradas. Apesar desse problema, o levantamento realizado revela um conjunto de informações interessantes. Por exemplo: as expressões derivadas “Arquivo Público Federal” e “Arquivo Federal” são raras ou inexistentes, havendo apenas uma ocorrência dessa última (Gomes, 2014). Outra comparação interessante é entre “arquivo privado” e “arquivo pessoal”, que resultou, respectivamente, em 120 e 588 ocorrências,

sugerindo a generalização não só de uma subárea de pesquisa, como também uma cristalização terminológica.

O segundo passo do levantamento foi o de saber, nesses conjuntos, os que remetem a pesquisas históricas. Em razão do volume extraordinário de dados e a precariedade das ferramentas de busca avançada na Plataforma Lattes, esse levantamento foi realizado na forma de amostragens.

Tendo sido apresentada a quantificação das expressões derivadas, vai-se considerar a incidência de temas identificados no levantamento. O arquivo como “conjuntos de documentos reunidos por acumulação ao longo das atividades” (Figura 1) é um tema cuja história que tem sido explorada. Quando a isso, podem-se citar os trabalhos de Josemar Henrique Melo (2006), Marta Melgaço Neves (1997), e Marcelo Thadeu Quintanilha Martins (2018), analisando, respectivamente, o funcionamento e produção documental das secretarias de governo das capitâneas de Pernambuco, de Minas Gerais e de São Paulo. Em relação ao Brasil Império, cabe destacar o mestrado de Marcia Cristina de Carvalho Pazin (2005) sobre a produção documental do legislativo provincial de São Paulo. Cabe também lembrar as contribuições de Paulo Elian dos Santos, referentes à produção documental no Estado Novo, assim como um capítulo da tese de doutorado de Shirley Franco (2014) sobre a história das instituições de repressão e de suas políticas de informação. Embora esses estudos cubram diferentes períodos, muito ainda está por ser pesquisado. Os arquivistas podem e devem ter protagonismo na construção dessa história, até mesmo porque ela, enquanto história administrativa, é pouco valorizada pelos historiadores, que geralmente a compreendem como mero reflexo da legislação ou como restrita às abordagens da história política (TESSITORE, 1996).

Figura 1 – Arquivo como *Conjunto de documentos reunidos por acumulação ao longo das atividades*



Fonte: Elaboração própria.

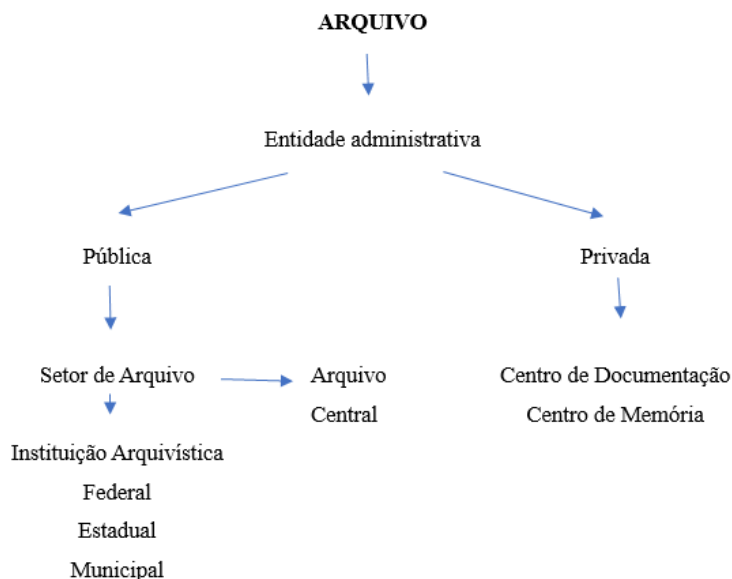
Em relação à história da acumulação de documentos em instituições privadas, deve-se sublinhar que não só os estudos sobre empresas são raros, como também são poucas as pesquisas sobre as demais instituições. Por exemplo, em relação à história dos arquivos das instituições eclesiásticas identificou-se apenas a dissertação de mestrado de Cristian José Oliveira Santos (2005), abordando os arquivos das prelazias e bispados coloniais. Em relação às instituições privadas internacionais, cabe citar parte da tese de doutorado de Aline Lopes de Lacerda (2008), sobre documentos fotográficos da Fundação Rockefeller do Brasil.

As pesquisas sobre a história da acumulação de documentos de famílias também são raras, cabendo destacar as de Zeny Duarte e Eneida Santana (2010) sobre a família Calmon, na Bahia, e os estudos especializados sobre retratos de família, campo inaugurado no Brasil pelas pesquisas de Míriam Moreira Leite (1993). No que diz respeito à história do produtor de documentos privados pessoais, cabe destacar a pesquisa de Luciana Heymann (2012), que realizou um primoroso estudo sobre o arquivo pessoal de Darcy Ribeiro,

recorrendo à contextualização histórica, assim como cabe lembrar o capítulo “O acervo e seus contornos”, do clássico *Tempo e Circunstância*, de autoria de Ana Maria Camargo e Silvana Goulart (2007).

A Figura 2 apresenta a definição de arquivo entendido como “Entidade administrativa”. Em relação a esse tema, o livro Margareth da Silva deve ser destacado como uma apresentação geral e bem fundamentada. No que diz respeito à história do Arquivo Nacional, pode-se mesmo afirmar que há uma historiografia, existindo numerosas pesquisas, sendo pioneiras as realizadas por Célia Costa (1997); Vitor Fonseca e Silvia Ninita Estevão (2010); e Claudia Heynemann (2012). Esse tema também serve para ilustrar duas limitações da opção pelo uso da Plataforma Lattes: ficaram excluídas as pesquisas internacionais sobre arquivos nacionais, que possibilitariam estudos comparativos (Delmas, Nougaret, 2004; Favier, 2004) e aquelas produzidas pelo Arquivo Nacional sobre sua própria história (Branco, 1937).

Figura 2 - Arquivo como *Entidade administrativa*



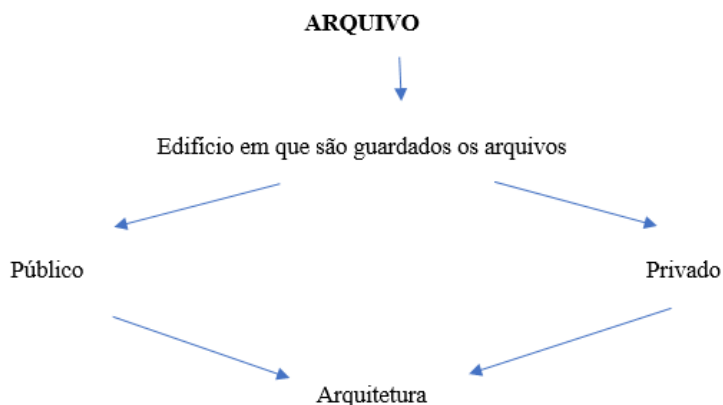
Fonte: *Elaboração própria.*

Também tem se multiplicado nos últimos anos os estudos sobre gestões específicas no Arquivo Nacional, como as pesquisas de Renata Barbatho (2018) ou de Paulo R. Elian dos Santos (2016), em parceria com Ana Luce Lima, assim como a dissertação de mestrado de João Vicente Teixeira Buzzatti (2015), a dissertação de mestrado de Louise Gabler (2015), e um capítulo de livro escrito por José Maria Jardim (2014). A história dos arquivos estaduais e municipais também tem sido feita, como o caso da tese de doutorado, publicada na forma de livro, de Ivana Parrela (2012), sobre o Arquivo Público Mineiro e o livro de Beatriz Kushnir (2011), em parceria com Sandra Horta, a propósito do Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro, assim como a pesquisa sobre a história da gestão de Luís Henrique Dias Tavares no Arquivo Público do Estado da Bahia, realizada por Maria Teresa Navarro (2018).

Os setores de arquivo, da mesma forma, começam a ser alvo de pesquisas, como as de Taiguara Villela Aldabalde (2010) sobre os setores de arquivo nas administrações provinciais do Brasil Império, ou sobre os setores de arquivo na passagem do Império para a República (Fernandes, 2012), ou, ainda, os estudos sobre arquivos centrais das secretarias estaduais de educação (Mendes, 2011) e os de universidades (Costa, 2016).

Em relação a centros de documentação privados, cabe destacar parte da comunicação científica de Georgete M. Rodrigues, com outros pesquisadores, sobre a história desse tipo de arranjo institucional na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB (Neves, 2004). Sobre a história dos centros de memória privados, não foi possível localizar pesquisas. Quanto à história de centros de memória públicos, tem-se a dissertação de mestrado de Thais Nodare Oliveira (2016).

Figura 3 – Arquivo como *Edifício em que são guardados os arquivos*



Fonte: Elaboração própria.

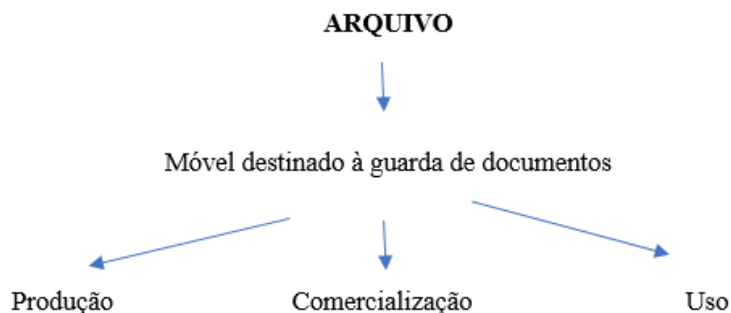
À medida que avançamos no campo das noções derivadas, há um progressivo empobrecimento de referências. Isso deveria servir de estímulo a novas pesquisas. Na Figura 3 apresentamos a definição de arquivo como edificação. Muito ainda há que pesquisar sobre esse tema. Pioneiramente, Claudio Batalha (1982) declara autoria de texto sobre a evolução das instalações do Arquivo Nacional, em publicação sem indicação de autoria, no Mensário do Arquivo Nacional. Também cabe destacar o artigo publicado por Mariana Sousa Bracarense (2015), a respeito da história das edificações que abrigaram o Arquivo Público Mineiro.

A programação do Seminário de História dos Arquivos e da Arquivologia de 2023 é um indicador da ausência de pesquisas sobre a história das edificações que servem como instituições arquivísticas. Apesar de rica e variada, não há nessa programação nenhuma comunicação abordando esse tema. Seria muito importante pesquisar a história dessas edificações, inclusive com eventuais efeitos sobre as políticas públicas arquivísticas. Como é sabido, apesar de pouco recomendado do ponto de vista da conservação preventiva, é bastante frequente a associação entre instituições arquivísticas

e edificações antigas, algumas, inclusive, do período colonial. Seria muito importante saber como foi construída essa associação, até mesmo para superá-la.

A quarta definição de arquivo diz respeito ao mobiliário. Nesse caso, caberia perguntar: trata-se de tema de pesquisa relevante? Na perspectiva de análise aqui adotada, tal resposta é positiva. A história do mobiliário de arquivos não se reduz ao uso dela (Parrela, 2007) cabendo também conhecer a evolução de sua produção e comercialização. Essas dimensões têm sido subestimadas. É importante lembrar que os primeiros manuais de Arquivologia do Brasil, escritos nos anos 1930 e 1940, mencionam empresas que produziam e vendiam mobiliário de arquivos, assim como promoviam treinamento de seu uso, disseminando noções arquivísticas na administração pública e em empresas privadas (Tavares, 1944).

Figura 4 - Arquivo como Móvel destinado à guarda de documentos



Fonte: Elaboração própria.

A quinta definição de arquivo: “processamento de dados, conjunto de dados relacionados, tratados como uma totalidade” remete aos documentos digitais. Nesse âmbito, a investigação implica em refazer o percurso até agora apresentado, da Figura 1 à Figura 4.

No intuito de finalizar, caberia destacar algumas dimensões não contempladas pelas definições acima apresentadas. Esse é o caso dos “sistemas de arquivo”, cuja história tem sido pesquisada no âmbito estadual (Schmidt, Mattos, Tognoli, 2018; Bueno, Rodrigues, 2020). Também é importante sublinhar que as fontes referentes à história dos arquivos são de diferentes naturezas, podendo inclusive ser literárias ou de periódicos jornalísticos. Porém, há um conjunto de fontes que são particularmente importantes, que consistem nos documentos dos “arquivos dos arquivos”. É fundamental a escrita da história desses arquivos e que as instituições arquivísticas os organizem, elaborem instrumentos de pesquisa e, se possível, disponibilizem os representantes digitais desses fundos na internet.

REFERÊNCIAS

ACERVO, Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, janeiro/abril 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/83>. Acesso em: 04 maio 2023.

ALDABALDE, T. V. **A presença do arquivo nos relatórios dos presidentes de província no Brasil (1835-1889)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26082010-142952/pt-br.php>. Acesso em: 04 maio 2023.

BARBATHO, R. R. G. **O Arquivo Nacional no Estado Novo**: a gestão de Vilhena de Moraes entre 1938 e 1945. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/simple-search?query=Barbatho>. Acesso em: 04 maio 2023.

BATALHA, C. H. M. Histórico das instalações do Arquivo Nacional: da Rua de Guarda Velha ao edifício da Praça da República. **Mensário do Arquivo Nacional**, v. 13, n.6, p. 183-195, 1982. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 04 maio 2023.

BRACARENSE, M. S. Um patrimônio de pedra e cal. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. LI, 1, p. 22-40, 2015. Disponível em: <https://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1176>. Acesso em: 04 maio 2023.

BRANCO, P. H. T. C. **Subsídios para a história do Arquivo Nacional**: o Arquivo no Império. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1937.

BUENO, D. A. C.; RODRIGUES, A. Cl. Dos sistemas de arquivos à gestão de documentos: reflexões acerca das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo estadual no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 85-108, 2020. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1602>. Acesso em: 04 maio 2023.

BUZZATTI, J. V. T. **Da máquina erudita à instituição arquivística**: rupturas e continuidades nas relações entre pesquisa histórica e técnicas de arquivo: o caso da reforma administrativa do Arquivo Nacional (1958-1964). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/134114?show=full>. Acesso em: 04 maio 2023.

CAMARGO, A. M. de A. *et al.* **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Centro de Memória da Educação FEUSP/FAPESP, 2010, p. 21-22.

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

COSTA, C. **Memória e administração**: o Arquivo Público do Império e a consolidação do estado brasileiro. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/1334>. Acesso em: 04 maio 2023.

COSTA, R. P. F. **A história do Arquivo Geral da Universidade Federal do Espírito Santo**: um estudo de caso. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Documentação, Escola de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/simple-search?location=%2F&query=%22A+hist%C3%B3ria+do+Arquivo+Geral+da+Universidade+Federal+do+Esp%C3%ADrito+Santo%22&rpp=10&sort_by=score&order=desc. Acesso em: 04 maio 2023.

COUGO JUNIOR, F. A. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. 2020. 448f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação e Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7423>. Acesso em: 04 maio 2023.

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. Y. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

DELMAS, B.; NOUGARET, C. (Orgs.). **Archives & Nations dans l'Europe du XIXe siècle**. Paris: École de Chartes, 2004.

DUARTE, Z.; SANTANA, E. A formação das famílias baianas no século XX - 1924/1967 - por meio das releituras do arquivo da família Calmon. In: **IV Enapel** - Encontro Nacional de Pesquisadores de Periódicos Literários: percursos e propostas, p. 10-23, 2010.

FAVIER, L. **La Mémoire de l'État**: histoire des archives Nationales. Paris: Fayard, 2004.

FERNANDES, A. C. S. **Archive-se!** história, documentos e memória arquivística no Ceará (1835-1934). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/02%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/02%20(1).pdf). Acesso em: 04 maio 2023.

FONSECA, V. M. M.; ESTEVÃO, S. N. M. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 81-108, 2010. Disponível: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/42>. Acesso em: 04 maio 2023.

FRANCO, S. C. **Sobrevivendo ao mito da destruição total**: os arquivos da Guerrilha do Araguaia. Curitiba: Appris, 2014.

GABLER, L. **Entre a administração e a História**: o Arquivo Nacional sob a direção de Joaquim Pires Machado Portela. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1875.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

GOMES, F. A.S. **As Políticas de Preservação no âmbito de um arquivo federal**: um estudo de caso. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) - Departamento de Ciências da Informação, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/102325>. Acesso em: 04 maio 2023.

GOMES, Y. Q. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12317?show=full>. Acesso em: 04 maio 2023.

HEYMANN, L. Q. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2012.

HEYNEMANN, C. B. **Arquivo Nacional**: 1838-2003. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JARDIM, J. M. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980 do século XX. *In*: MARQUES, A. A. C., RODRIGUES, G. M. SANTOS, P. R. E. dos. (Org.). **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: AAB/Faperj, 2014, p. 46-58.

KUSHNIR, B.; HORTA, S. **Memórias do Rio**: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em sua trajetória republicana. Rio de Janeiro: Imago, 2011.

LACERDA, A. L. **A fotografia nos arquivos**: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092008-145559/publico/TESE_ALINE_LOPES_DE_LACERDA.pdf. Acesso em: 04 maio 2023.

LEITE, M. M. (2001). **Retratos de Família**. Leitura da Fotografia Histórica. São Paulo: EDUSP, 1993.

MARQUES, A. A. C. **A Arquivologia brasileira**: busca por autonomia no campo da informação e interlocuções internacionais. Rio de Janeiro: AAB, 2013.

MARTINS, M. T. Q. Resgatando arquivos: história custodial do fundo Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 38, nº 78, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/LtsyQMqhXRmJVLbNPmcShHc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 maio 2023.

MATOS, M. T. N. B. Governança e arquivos: a gestão Luís Henrique Dias Tavares no Arquivo Público do Estado da Bahia (1959-1969). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, p. 147-166, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Mm5cBDjfbcrpNsPYBxvTwx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

MELO, J. H. **A ideia de Arquivo**: a secretaria do Governo da Capitania de Pernambuco (1687-1809). Tese (Doutorado). Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação, Universidade do Porto, 2006. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/simple-search?query=P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 04 maio 2023.

MENDES, E. E. **Por entre as camadas do tempo, lembrar e esquecer em um arquivo de educação:** o arquivo da Secretaria de Educação de Juiz de Fora 1938-1996. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/14742>. Acesso em: 04 maio 2023.

NEVES, C. E.; RODRIGUES, G. M.; ANJOS, M. R. G. Arquivos eclesiásticos no Brasil: um estudo sobre o Centro de Documentação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). *In: Anais do I Congresso Nacional de Arquivologia*. Brasília: Associação Brasileira de Arquivologia, 2004. Disponível em: https://www.aargs.com.br/ICNA/MesasdeComunicacoes/12_C58_ArquivosEclesiasticosBrasil.pdf. Acesso em: 04 maio 2023.

NEVES, M. E. M. **Em busca da organicidade:** um estudo do fundo Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23255>. Acesso em: 04 maio 2023.

OLIVEIRA, T. N. **Centros de Memória e Documentação da Universidade Federal de Minas Gerais:** perfis institucionais e políticas de acervo. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AE3LQT>. Acesso em: 04 maio 2023.

PARRELA, I. D. A lógica e o labirinto. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. XLIII, 1, p. 92-105, 2007. Disponível em: <https://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=958&op=1>. Acesso em: 04 maio 2023.

PARRELA, I. D. **Patrimônio documental e escrita de uma história da Pátria Regional:** Arquivo Público Mineiro, 1895- 1937. São Paulo: Annablume, 2012.

PAZIN, M. C. de C. **Produção documental do legislativo no Império** - gênese e tipologia: o caso da assembleia legislativa provincial de São Paulo (1835 - 1889). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22082006-084715/pt-br.php>. Acesso em: 04 maio 2023.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA (RBH), v. 38, n. 78, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/i/2018.v38n78/>. Acesso em: 04 maio 2023.

SANTOS, P. R. E. Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. *In*: MARQUES, A. A.C.; RODRIGUES, G. M.; SANTOS, P. R. E. (ed.). **História da arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Associação dos Arquivistas Brasileiros; Faperj, 2014. p. 17-48.

SANTOS, C. J. O. **Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Documentação, Escola de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <https://www.referenciasarquivisticas.fci.unb.br:8080/jspui/handle/123456789/11>. Acesso em: 04 maio 2023.

SANTOS, P. R. E.; LIMA, A. L. G. S. "Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração": notas sobre a gestão de José Honório Rodrigues (1958-1964). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 483-502, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/arc-25187>. Acesso em: 04 maio 2023.

SCHMIDT, C. M. dos S. **A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015.

SCHMIDT, C. M. dos S.; MATTOS R.; TOGNOLI N. B. Como surgem as políticas arquivísticas: o 1º Leilão da Memória Nacional e o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (Saesp). **Revista Brasileira de História**. maio; v. 38, n. 78, p.167-86, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-08>. Acesso em: 04 maio 2023.

SILVA, E. P. **Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12357>. Acesso em: 04 maio 2023.

SILVA, M. **O arquivo e o lugar**: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos. Niterói: Eduff, 2016.

TAVARES, A. **Manual prático e teórico do arquivista**. Rio de Janeiro: Editora Block, 1944.

TESSITORE, V. História administrativa, a "chave" para os Arquivos Públicos. **Arquivo & História**, n. 2, p. 33-46, 1996.

VIEIRA, T. O. **O patrimônio e as políticas arquivísticas**: uma análise dos acervos (não) custodiados pelo Arquivo Nacional do Brasil. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2021. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/98853/2/0%20patrim%C3%B4nio%20e%20as%20pol%C3%ADticas%20arquiv%C3%ADsticas%20-%20Thiago%20de%20Oliveira%20Vieira.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

WEBER, M. A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na ciência política (1904). **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Ed. da UNICAMP/Cortez, 1992, vol. 1, p. 117-154.

2

*Paulo Roberto Elian dos Santos
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz*

OS ARQUIVOS E A ARQUIVOLOGIA NO BRASIL:

**ASPECTOS HISTÓRICOS
E EPISTEMOLÓGICOS**

A realização deste simpósio dedicado a História dos arquivos e da Arquivologia é um fato que devemos celebrar. É uma satisfação estar aqui, pela generosidade do convite e pelo significado acadêmico que atribuo ao evento. Nesta mesa de abertura “Por uma história dos arquivos e da Arquivologia: questões epistemológicas e fontes” coube a mim e ao Prof. Renato Venâncio, a difícil tarefa de abordar tema tão amplo, em seus aspectos epistemológicos, históricos e documentais. De todo modo, Renato e eu combinamos uma divisão de trabalho arriscada e problemática, que me serviu de estímulo para elaboração do texto.

Como separar este objeto polissêmico – os arquivos – de sua expressão científica, disciplinar? Arquivos (instituições), por exemplo, formularam ao longo da história, conhecimentos sistematizados que são reconhecidos como contribuições válidas para a constituição teórica e metodológica da Arquivologia ou da Arquivística. Os arquivos – instituições – foram lugares concretos e em certo momento protagonistas que forjaram ao longo do tempo, saberes, métodos, práticas, e deram forma a disciplina.

Quando comecei a pensar na apresentação de hoje, lembrei de Heloísa Bellotto, uma das homenageadas do simpósio. Conheci Heloísa por intermédio de Ana Maria Camargo, que impossibilitada de assumir minha orientação no mestrado do Programa de História Social da Universidade de São Paulo (USP), no final dos anos 1990, transferiu a missão para a amiga e colega de Programa. E por que razão minha lembrança foi acionada? Alguns anos depois, durante a orientação do doutorado, em uma de nossas reuniões para discutir uma versão da tese, Heloísa lançou mão do seu vasto conhecimento, inteligência e sabedoria, ao me sugerir que trocasse no título a palavra “ciência” por “disciplina”, não sem antes justificar de maneira clara e objetiva sua preferência.

Qual abordagem oferecer a vocês sobre a “História da Arquivologia”? Não vou me ater aqui nesta distinção entre ciência e disciplina. Autores de diferentes correntes da Filosofia, da Sociologia,

da História, e da Ciência da Informação, adotam os dois termos, que em alguns momentos se fundem e dão origem a “disciplina científica” ou “campo disciplinar”. Meu interesse é conhecer e compreender o processo de institucionalização da Arquivologia no Brasil, e isto pressupõe a leitura de autores que abordam o conjunto de componentes (teorias, leis, métodos etc.) que constituem a ciência, a técnica, e seus envolvimento com os coletivos e os sujeitos, as instituições e os indivíduos, os agentes sociais. Em outras palavras, como anuncia o antropólogo Bruno Latour (2016), não estudamos uma disciplina científica nem uma técnica, mas sim as disciplinas científicas e as técnicas em suas relações com a história, a cultura, a literatura, a economia, e a política.

Em parte dos autores da literatura arquivística, o objetivo de estudar sua institucionalização, está associado a busca de reconhecimento, a reivindicação por um lugar no mundo acadêmico e sua relação com outros campos disciplinares, como a Ciência da Informação, em especial. Ação mais do que legítima, vale dizer que as comunidades da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, têm empreendido esforços sistemáticos nesse sentido. Os estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação no Brasil veem ocupando um importante lugar na pesquisa. As razões estão relacionadas em grande medida com o seu próprio processo de institucionalização, marcado recentemente pelo expressivo crescimento no número de cursos de pós-graduação, periódicos, e novas incorporações em sua extensa agenda de pesquisa.³

3 Há uma vasta bibliografia dedicada a introduzir uma perspectiva histórica sobre a constituição do campo da Ciência da Informação no Brasil. Na produção bibliográfica recente, destaca-se o artigo *Historiografia e epistemologia da ciência da informação: um olhar sobre a literatura brasileira (2019)* de Tiago José da Silva e Isa Maria Freire (Santos, 2021). Uma pesquisa seminal resultou na tese *“Ciência da Informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970)”*, de Nanci Elizabeth Oddone defendida em 2004, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/UF RJ.

Uma ciência ou disciplina se oficializa pelo reconhecimento que lhe é atribuído por sua comunidade e por outras comunidades científicas. Este é um processo em curso, ininterrupto e suas dinâmicas devem ser apreendidas por pesquisas que mobilizem teorias, métodos e modelos de interpretação das ciências humanas, em especial da história, da sociologia e da filosofia, em seus “campos de aplicação” voltados para a ciência. Isso que o historiador José D’Assunção Barros (2010) chamou de “desdobramentos intradisciplinares”. Logo adiante voltarei às reflexões de Barros sobre os “campos disciplinares”, que servem de base para nosso texto.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA OU DE UMA ÁREA DISCIPLINAR

A ciência pode ser considerada como um sistema de teorias, leis, e métodos que buscam explicar a realidade tendo objetos e objetivos definidos que demonstrem sincronia com a base de conhecimento a que pertencem; e apresenta estruturas formais e informais que permitam disseminar os conhecimentos produzidos.

A pesquisa, o ensino, a divulgação e a aplicação do conhecimento de uma disciplina, são os quatro elementos fundamentais para que esta se consolide como uma disciplina científica. Se partirmos do pressuposto que a ciência é a geração do conhecimento, a pesquisa desempenha o papel principal entre aqueles quatro elementos, pois, ela é a função básica da ciência. Para alguns autores, a pesquisa representa o propósito da descoberta, da atualização e da evolução do conhecimento, além de proporcionar o desenvolvimento científico e tecnológico (Bunge, 1980; Whitley, 1980).

No Brasil, nas duas últimas décadas, a pesquisa em Arquivologia alcançou um crescimento notável, traduzido em teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento, como a própria Arquivologia, a Ciência da Informação e a História. Angelica Marques (2018) publicou os resultados de um extenso estudo sobre as pesquisas com temática arquivística em sessenta programas de pós-graduação *stricto sensu* no país, entre as décadas de 1970 e 2010. Ao considerar seu trabalho uma continuidade das iniciativas anteriores, de Fonseca (2005) e Marques e Roncaglio (2012), entre outros autores⁴, traça um mapa atualizado da produção científica na pós-graduação com dados quantitativos, acompanhados de reflexões cruciais sobre a agenda de temas de pesquisa, a luz da realidade brasileira.⁵ Nos interessa aqui destacar entre as conclusões da autora, “a necessidade de verticalização de estudos que contemplem aspectos ligados à epistemologia da disciplina”, em sua percepção, ainda pouco investigados. Nesse sentido, compartilhamos da mesma visão sobre a premência de investimentos em estudos de natureza histórica que permitam uma compreensão da disciplina, sob o risco de nos tornarmos “reféns de práticas e estudos contingenciais” com pouca capacidade de contribuir para o “desenvolvimento de seu estatuto teórico-epistemológico” (Marques, 2018, p. 28).

Como parte desse processo de crescimento e reconhecimento acadêmico da pesquisa, identificamos o surgimento de estudos e trabalhos de natureza diversa que parecem sinalizar a gênese de uma área de investigação, na qual as instituições arquivísticas, atores, políticas, eventos, princípios, fundamentos, conceitos, métodos, técnicas e práticas podem constituir-se em objetos de investigação

4 Ver Rodrigues e Aparício (2002) e Jardim (2012).

5 O artigo de 2018 foi atualizado com novas pesquisas que resultaram na palestra “Da produção científica a possibilidades de agendas de pesquisa para a Arquivologia brasileira”, apresentada na mesa-redonda do dia 26/05/2023 durante o Simpósio de História dos Arquivos e da Arquivologia, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), Campus da Boa Viagem, Niterói (RJ).

sob uma perspectiva histórica (Santos, 2022). Destacamos, a título de exemplo, a tese de Fernanda Bouth Pinto, “A classificação de arquivos correntes no Brasil e as ideias e contribuições de Marilena Leite Paes”, defendida este ano no PPGCI/UFF, que examina o tema da classificação de documentos de arquivo, na linha dos estudos sobre a história dos arquivos e da Arquivologia. Ao investigar as teorias, os métodos, os manuais e as práticas da classificação de documentos correntes no Brasil, a autora percorre a atuação e a influência de Marilena Leite Paes a partir de sua trajetória na Fundação Getúlio Vargas (FGV), na Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) e no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Outras teses e dissertações, nos últimos dez anos, debruçaram-se sobre os aspectos históricos e epistemológicos da disciplina e alcançaram reconhecimento por meio de prêmios nacionais e internacionais.⁶

Nunca é demais reafirmar o pioneirismo do estudo de Maria Odila Fonseca (2005) cujo livro “Arquivologia e Ciência da Informação”⁷ é considerado uma referência, não apenas pelo esforço de traçar um panorama histórico das duas áreas e travar uma discussão com o pensamento hegemônico na área dos arquivos, mas por

- 6 (1) Prêmio Maria Odila Fonseca (Arquivo Nacional) 2021 - Categoria Dissertação (mestrado) - Paulo José Viana de Alencar, com a dissertação “A Primeira Reunião Interamericana de Arquivos e sua influência no desenvolvimento teórico-prático da Arquivologia brasileira”, defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF); (2) Prêmio Maria Odila Fonseca (Arquivo Nacional) 2021 - Categoria Tese (doutorado) - Francisco Alcides Cougo Júnior, com a tese “A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil”, defendida na Universidade Federal de Pelotas (UFPeL); (3) Tesis de Doctorado – Premios ALA – Ivina Flores Melo, com a tese “As funções arquivísticas à luz do princípio da proveniência: um *habitus* em construção” (2021), defendida na Universidade de Brasília - UnB; (4) Prêmio REPARQ de Pesquisa em Arquivologia 2022 – Menção Honrosa - Ivina Flores Melo, com a tese “As funções arquivísticas à luz do princípio da proveniência: um *habitus* em construção” (2021); (5) 2012 - Concurso de Monografia Prêmio Maria Odila Fonseca, Associação dos Arquivistas Brasileiros; Prêmio ANCIB Melhor Tese, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação; Prêmio CAPES de Tese - Área Ciências Sociais Aplicadas I, CAPES. – Angelica Marques, com a tese ‘Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil’.
- 7 O livro teve origem na tese Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares, defendida em 2004, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFRJ/IBICT), com orientação de Maria Néliida González de Gómez.

identificar as perspectivas renovadoras nesse mesmo pensamento, seja aquela abordagem que reconhece o momento atual como o de uma mudança de paradigma, seja a aquela que o identifica como o momento de inserção numa nova "episteme" – a da pós-modernidade. Seu exame das características do processo de institucionalização da Arquivologia, a partir da década de 1970, serve de base para sua reflexão e contribuição original sobre os elementos que constituem a área disciplinar da Arquivologia no Brasil, em especial a universidade, a pesquisa, a produção e a comunicação científica. Para tanto, Maria Odila foi buscar referências na Sociologia e na Filosofia da Ciência.

Uma corrente de autores considera a ciência como um sistema de ideias e ações que se forma por processos. Esses processos determinam o que se denomina de sistema conceitual (objetos conceituais) e sistema social (atores sociais) que se consolidam pelas atividades desenvolvidas, atribuindo à ciência o devido reconhecimento (Bazi; Silveira, 2007).

A constituição de uma disciplina científica, portanto, refere-se à formação e ao desenvolvimento consistente dos sistemas conceitual (sistema de ideias) e social (sistema de atores) reconhecidos por sua comunidade. A constituição de uma disciplina envolve processos e mecanismos que se constroem e se legitimam no seu espaço de atuação, pelos atores, possibilitando que a ciência em questão adquira o seu estatuto científico. Nesse sentido, os cursos universitários, a pós-graduação, as sociedades profissionais e/ou acadêmicas, os periódicos científicos, assim como as agências de fomento e os eventos científicos são considerados como estruturas formais que fornecem os componentes sociais de que uma disciplina precisa para possuir uma identidade.

Se mirarmos a Arquivologia no Brasil, como visualizamos suas estruturas formais? É possível identificar avanços, se tomarmos as referências da tese de Maria Odila que completou vinte anos em 2023.

Constituímos uma ampla rede nacional de dezessete cursos universitários de graduação; criamos há mais de dez anos a primeira pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia⁸; criamos, em 2010, e imprimimos periodicidade bianual a uma reunião científica de ensino e pesquisa – a Reparq⁹, a partir da qual surgiu o Fórum de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Feparq) com capacidade de mobilização não apenas de uma agenda de pesquisa, mas também de natureza política; ampliamos qualitativa e quantitativamente as dissertações e teses na área; obtivemos prêmios e mais bolsas de produtividade em pesquisa; passamos a ocupar espaço nos comitês de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com potencial para uma maior presença. Por outro lado, tivemos algumas “baixas” e persistem desafios que merecem a atenção da comunidade: deixamos de contar com a AAB, primeira entidade associativa, fundamental para a institucionalização da Arquivologia no país e editora do periódico *Arquivo & Administração*, que ganhou solidez científica na sua última fase; dispomos de algumas poucas revistas científicas que devem passar por processos de aperfeiçoamento e qualificação de forma a alcançar melhores posições no sistema de avaliação da CAPES; não obtivemos sucesso na criação de uma associação de pesquisa e ensino ou pesquisa e pós-graduação, instrumento crucial para o processo de institucionalização e legitimação no meio acadêmico e na sociedade; e por fim, carecemos de estratégias e mobilização de recursos para maior presença, interlocução e circulação no campo internacional.

Todos esses componentes revelam a importância das instituições e dos canais de comunicação na transmissão, divulgação,

8 No segundo semestre de 2023 foi divulgada a aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de um novo mestrado na área de Arquivologia, o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ), uma iniciativa oferecida de forma associativa entre a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

9 A Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq) vai para sua 8ª edição em 2024.

registro e preservação dos conhecimentos produzidos por um segmento social científico. A institucionalização é a constituição de um campo científico ou disciplinar e como ele se formaliza e se incorpora ao conjunto das ciências, tendo em vista suas práticas, seus processos, seus instrumentos e seus princípios teóricos e metodológicos.

Ainda de acordo com a perspectiva de Whitley (1980), “campos disciplinares desenvolvem uma dinâmica social própria”. Isto é, a diversidade e a pluralidade dos campos disciplinares são enfatizadas pelo autor que critica a visão monolítica da ciência segundo a qual existiria um único padrão de desenvolvimento do conhecimento e de sua organização social. Considera que as disciplinas constituem uma ampla federação de campos de pesquisa, com tópicos específicos e que compartilham objetos, conceitos e técnicas. Formam assim distintas comunidades científicas, que reúnem grupos autônomos de produtores e consumidores de conhecimento, os quais decidem suas próprias prioridades e procedimentos. É com esta ideia de “dinâmica social própria” que devemos pensar a trajetória da Arquivologia entre nós. Nosso ingresso no mundo universitário data do final dos anos 1970, mas nossa Arquivologia foi se constituindo pelo menos desde as décadas de 1940 e 1950. Neste aspecto, tivemos um percurso bastante distinto da Biblioteconomia, que na década de 1940 já contava com os cursos de formação de bibliotecários na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), em São Paulo.

O sociólogo Simon Schwartzman na sua obra clássica e seminal “A formação da comunidade científica no Brasil”, publicada em 1979, faz um denso percurso pelo longo, complexo e tortuoso processo de desenvolvimento e institucionalização da pesquisa científica no país, profundamente imbricado na criação das instituições de ensino superior, mas que não se reduzia a ele. Coube a outros autores contribuírem com pesquisas que procuraram demonstrar a presença da atividade científica, sobretudo na República antes da década de 1930 - período de criação das primeiras universidades

brasileiras - e no Império, em instituições como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, os institutos biológicos do início do século XX, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, o Museu Nacional, entre outras.

A fase “pré-universitária”, se assim podemos dizer, da Arquivologia no Brasil merece a atenção de nossos estudos. Ela inclui o conhecimento traduzido em metodologias e técnicas empregadas nos arquivos públicos, mas a ele não se resume. Neste ponto devem ser incluídas a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), todo o percurso trilhado pelo Curso Permanente de Arquivos (CPA), concebido sob influência da “escola” francesa e abrigado no Arquivo Nacional desde a década de 1960, e a proposta de Currículo Mínimo do Curso Superior de Arquivo¹⁰ elaborada em 1974 e aprovada pelo Conselho Federal de Educação (CFE). A este conjunto de espaços institucionais e eventos, podemos somar a presença de especialistas de outros países, os manuais e as obras traduzidas que instrumentalizaram inúmeros profissionais e orientaram abordagens técnicas e práticas nos mais diferentes arquivos pelo país a fora. Vale destacar que ainda persiste uma grande lacuna de conhecimento sobre a história dos arquivos públicos brasileiros.

No caso da Arquivologia no Brasil, temos ainda a experiência virtuosa do curso de especialização *lato sensu* em Organização de Arquivos, oferecido pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), a partir dos anos 1980, e que ao longo de três décadas contribuiu para a formação de centenas de profissionais de São Paulo, de outros estados do país e do exterior. O “curso do IEB”, assim chamado, serviu como *locus* privilegiado de reflexões centrais para o pensamento

10

Interessante analisar esse contexto. Há uma proposta de currículo mínimo formulada por um grupo do qual participaram diferentes atores: José Pedro Esposel, Astréa de Moraes e Castro, Marcelo de Ipanema, Carminda Nogueira de Castro Ferreira, Dora Maria Pereira Rego Correia, Hâmida R. Helluy, Heloísa Liberalli Bellotto, Maria Amélia Porto Migueis, Maria Antonia Ribas Belfort de Mattos, Maria José Rabello de Freitas, Maria Luiza Dannemann, Marilena Leite Paes, Mercedes Mangeon Gonçalves, Myrtes da Silva Ferreira, Suzana Moraes. A proposta do Relator contém alterações com relação a proposta original e é aprovada em 24/01/1974.

e as práticas arquivísticas no país. Foi um “lugar social” da Arquivologia, como na perspectiva de Michel de Certeau (1982) ao pensar a “instituição histórica”.

A abordagem destes fatos e espaços do mundo da Arquivologia requer o acionamento de conceitos, noções e métodos que não são estranhos a pesquisadores da área. Os estudos voltados à compreensão do processo de institucionalização da disciplina, desenvolvidos no âmbito da universidade, devem incorporar elementos de outras disciplinas, como a sociologia da ciência e a filosofia da ciência. Nestas, autores como Robert Merton (1974), Thomas Kuhn (2000), Pierre Bourdieu (1983, 2004, 2007), e Bruno Latour (2000, 2001, 2008), apenas para citar os principais nomes, possuem trabalhos basilares que estabeleceram marcos teórico-metodológicos e ensinaram a formação de correntes do pensamento sociológico e antropológico sobre a atividade científica. Conceitos como *ethos* científico, comunidade científica, paradigma, ciência normal, revolução científica, campo, campo científico, capital científico, *habitus*, capital simbólico, centro de cálculo, redes sócio técnicas, teoria ator-rede, entre outros, podem ser apropriados em nossos estudos.

A DEFINIÇÃO DE UM CAMPO DISCIPLINAR

Com o intuito de contribuir para o estudo dos “campos disciplinares” o historiador José D’Assunção Barros (2010) lança mão de algumas perguntas, se propõe a enumerar um conjunto de categorias, e alguns aspectos essenciais que possam contribuir para definir um campo disciplinar, qualquer que seja ele.

O que constitui um campo de saber como disciplina? Que história, ou que histórias, levam um determinado conjunto de práticas, representações e modos de fazer a se definir gradualmente,

até que esse conjunto adquira uma identidade suficientemente forte para que, a partir dele, passem a se nomear profissionalmente os praticantes da nova disciplina?

Barros (2010) inicia por aquilo que é de certo modo um evidente lugar comum: toda disciplina é constituída antes de tudo, por certo “campo de interesses”, “o que inclui desde um interesse mais amplo que define o campo como um todo, até um conjunto mais privilegiado de objetos de estudo e de temáticas a serem percorridas por seus praticantes” (Barros, 2010, p. 206). Na visão do autor, certas disciplinas partilham inclusive um interesse comum, por exemplo o interesse das chamadas “Ciências Humanas” pelo estudo daquilo que é humano, mas também é fato que há certo nível de profundidade para que se possa falar em uma disciplina com identidade própria, algum tipo de “singularidade”. A História é o estudo do homem no tempo.

Pois bem, quais são os interesses da Arquivologia? Ela se interessa pelo estudo dos documentos de arquivo e não por qualquer documento. Para Ana Maria Camargo (2002), a Arquivologia é marcada pela “transversalidade do seu objeto”: que não são os documentos de um modo geral, mas os que “justificam sua existência pela força probatória”. Hoje as temáticas de interesse da Arquivologia são indiscutivelmente mais diversas do que a vinte, trinta anos atrás. Para muitos, tal alargamento de interesses deve-se as transformações da era digital que operou uma mudança de paradigma, uma revolução científica na perspectiva Kuhniana (2000). Diversos estudiosos, como Theo Thomassen (1999), Hugh Taylor (1987), Heather Macneil (1994) e Gerald Ham (1981), apontam a revolução tecnológica como grande fator impulsionador de um redirecionamento de abordagens da área. Entretanto, além do grande impacto das inovações tecnológicas disruptivas na disciplina, principalmente a partir da década de 1980, é inconcebível nos furtarmos a analisar a pluralidade de outros fatores que caracterizam a sociedade atual. Ao propor uma agenda de pesquisa em documentos eletrônicos ainda no início da década de 1990, Margaret Hedstrom (1991), considerava

como fundamental a superação de aspectos estritamente técnicos, como nos alerta Bruno Latour (2016). Em nosso ponto de vista, a inquietação da autora se faz ainda pertinente quando nos debruçamos sobre hardwares e softwares. Para Hedstrom (2016), mais valioso seria adotar uma abordagem que elegeesse a tecnologia como uma construção social, estimulando os impactos econômicos, sociais, históricos e culturais das decisões tomadas por organizações, grupos e indivíduos que lidam com os arquivos.

Mas esta teia de interesses é muito mais ampla. Os estudos arquivísticos contemporâneos comportam o surgimento de outras visões influenciadas por perspectivas inerentes ao pós-modernismo, decolonialismo, estudos de gênero e diversidade, movimentos teóricos, sociais, culturais, críticos, políticos, bem como as formas de conhecimento dos povos originários. Os conceitos de arquivos participativos e autonomia arquivística e novas abordagens relativas à proveniência, aos sistemas de descrição e ao processo de avaliação povoam os textos de autores de diferentes correntes contemporâneas.

Cada disciplina possui sua “singularidade”, entendida como o conjunto dos seus parâmetros definidores, ou como aquilo que a torna realmente única, específica, e que justifica a sua existência – em outras palavras: “aquilo que define a disciplina em questão por oposição ou contraste em relação a outros campos disciplinares” (Barros, 2010, p. 207). Em um pólo oposto, será preciso entender o fenômeno inverso: embora cada campo de saber apresente uma singularidade que o faz único e lhe dá identidade, não existe na verdade um só campo disciplinar que não seja construído e constantemente reconstruído por diálogos (e oposições) interdisciplinares. Queiram ou não os seus praticantes, toda disciplina está mergulhada na “Interdisciplinaridade”, questão à qual voltaremos mais à frente. Para Barros (2010), o processo de surgimento de um novo campo disciplinar adquire, por vezes, muito mais a aparência de uma verdadeira luta que se dá no interior da cena científica do que a aparência de um parto. Aqui, o conceito de campo científico e as lutas que nele se travam, é valioso.

Posso estar equivocado, mas penso que há razoável consenso em identificar nossas relações interdisciplinares. Existem poucos estudos e talvez necessitemos de maior ênfase em algumas dessas relações. A História, a Diplomática, o Direito, a Administração, a Administração Pública, em especial, e a Biblioteconomia são campos disciplinares com os quais nos relacionamos, com os quais possuímos aproximações, tensões, disputas e distâncias. Uma dessas distâncias, a meu ver, é com a Administração. Ao mesmo tempo, é importante destacar que também dialogamos ou nos inserimos em “campos interdisciplinares” como o Patrimônio Cultural e a Ciência da Informação que possuem contornos mais flexíveis, mas não necessariamente mais aderentes as nossas questões. Temos tensões com a Ciência da Informação, ainda pensada de forma equivocada por parte dos autores, como ‘chave de agregação’ da “tríade” formada pelas disciplinas de informação, como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia.

Ao se colocarem em contato interdisciplinar ou transdisciplinar, dois campos disciplinares podem enriquecer sensivelmente um ao outro nos seus próprios modos de ver as coisas e a si mesmos. A História, a partir do século XX, “foi beneficiada por uma longa história de contribuições às concepções e abordagens dos historiadores”. A Geografia, a Antropologia, a Psicologia, a Linguística, forneceram conceitos e metodologias aos historiadores, e “certos desenvolvimentos em âmbitos como a História Cultural ou a História das Mentalidades não teriam sido possíveis, certamente, sem os respectivos diálogos interdisciplinares com a Antropologia e com a Psicologia” (Barros, 2010, p. 210).

Barros (2010) ressalta que a história do conhecimento científico e da modernidade tem sido tal que, ao desenvolver ou ultrapassar certo nível de complexidade, cada campo do saber começa a gerar especializações e desdobramentos internos – “campos intradisciplinares”. Em outras palavras, quando a disciplina começa a se organizar ao menos em possíveis “campos de aplicação”, ou qualquer

outro tipo de organização interna que corresponda mais ou menos a uma espécie de divisão do trabalho intelectual e prático (2010, p. 209). No caso da História, a “multiplicação de campos históricos”, a partir do século XX, deu origem a diferentes modalidades como a História Econômica, a História Cultural, a Micro-História, a História das Mentalidades e tantas outras”, ao lado de outras mais tradicionais que remontam a séculos anteriores, como a História Política.

Como podemos pensar os campos intradisciplinares na Arquivologia? Dispomos de história e maturidade científica, de pesquisa, para identificar essa “divisão intelectual”? É possível falar em uma “Arquivologia digital” ou “dos documentos digitais”? Há uma “Arquivologia da Gestão de Documentos”? Uma “Arquivologia dos arquivos pessoais”? Uma Arquivologia dos arquivos públicos? Uma “Arquivologia das funções arquivísticas”? O que viria a ser uma “Arquivologia Social”, assim denominada por alguns autores?

Para, além disto, três aspectos fundamentais a serem considerados quando se fala na constituição de um campo disciplinar “relacionam-se ao fato de que nenhuma disciplina adquire sentido sem que desenvolva ou ponha em movimento certas teorias, metodologias e práticas discursivas” (Barros, 2010, p. 209). Mesmo que tome por empréstimo conceitos e aportes teóricos de outros campos de saber, que incorpore métodos e práticas já consolidadas por outras disciplinas, ou que se utilize de vocabulário já existente para dar forma ao seu discurso, não há disciplina que não combine teoria, método e discurso. Nesse sentido, para Barros (2010), um campo disciplinar não se desenvolve a partir apenas de uma única orientação teórica ou metodológica, mas de um certo repertório teórico-metodológico que é preciso considerar, e que se torna conhecido pelos seus praticantes, gerando adesões e críticas. Da mesma maneira, o desenvolvimento de um campo disciplinar gera uma linguagem comum por meio da qual passam a se comunicar os seus expoentes, teóricos, praticantes e leitores.

Não vou tratar aqui dos aspectos da teoria arquivística. Seus princípios fundantes concebidos a partir do século XIX possuem forte estabilidade, ainda que nas últimas décadas tenham sido abalados pelos ventos renovadores de estudos de diferentes correntes de pensamento. Do ponto de vista metodológico, é central a busca pela contextualização dos documentos de arquivo, de modo a lhes garantir a necessária estabilidade de sentido e permitir que continuem a representar o ente produtor ao longo do tempo (Camargo, 2018). Conhecido como princípio da proveniência ou método histórico, continua – e continuará – a ocupar um lugar não desprezível na metodologia da pesquisa em Arquivologia, assim com os métodos da História e das Ciências Sociais, de maneira mais geral.

Para compreender a constituição de um campo disciplinar qualquer, é preciso considerar aquilo que perpassa todos os demais aspectos: uma densa e complexa “Rede Humana e institucional”, constituída por todos aqueles que já praticaram ou praticam a disciplina considerada e pelas suas realizações – obras, vivências, práticas realizadas. Ao tratarmos de uma “rede humana” para cada campo disciplinar, também temos de ter em vista, que estas redes se encontram frequentemente interferidas por uma “rede institucional” (universidades, institutos de pesquisa, circuitos editoriais de revistas, sociedades científicas), e por uma diversidade “de grupos de pesquisa e outras formas de parcerias e associações dentro das quais esta vasta rede humana também se acomoda de uma maneira ou de outra” (Barros, 2010, p. 211-212). A rede humana do campo disciplinar, desta forma, assume aqui a forma de uma “comunidade científica”. Uma “comunidade científica” é articulada, enfim, a um sistema de poderes institucionais e prestígios acadêmicos que redefine o lugar de cada um e de todos, a todo momento.

A “rede humana” que constitui uma das dimensões constituintes do campo disciplinar é também, ela mesma, uma rede de textos e de realizações, em dinâmica interconexão. Michel de Certeau (1982, p. 72), que examinou os desdobramentos do campo disciplinar

da História, procurou mostrar como cada realização empreendida por cada historiador coparticipante da rede termina por enunciar “uma operação que se situa em um conjunto de práticas”. Nossas pesquisas em Arquivologia ainda carecem de investimentos na compreensão de suas redes humana e institucional.

A certa altura de seu amadurecimento como campo disciplinar, começam a ser produzidos, cada vez mais frequentemente no seio do próprio campo de saber em constituição, os “olhares sobre si”. Começam a surgir, elaboradas pelos próprios praticantes da disciplina, as “histórias da disciplina”, aqui entendidas no sentido de narrativas e análises elaboradas pelos praticantes do campo disciplinar acerca da própria rede de humanos e saberes em que estão inseridos. Compreender-se historicamente é o resultado mais visível deste “olhar sobre si”.

Destaco aqui dois casos próximos a Arquivologia, e retomo os esforços da Ciência da Informação apontados no início do texto. Merece menção a obra coletiva ‘Pensadores brasileiros da Ciência da Informação e Biblioteconomia’ (2015), organizada por Solange Puntel Mostafa, Márcia Regina da Silva e José Eduardo Santarém Segundo. De acordo com professores da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP/USP), a obra reúne a trajetória da geração que desbravou um campo ainda incipiente no Brasil, seja refletindo sobre suas práticas profissionais, seja participando ativamente na consolidação das políticas e da militância em órgãos de classe. Nessa perspectiva, mais do que biografias ou reminiscências autobiográficas, o livro delinea percursos epistemológicos da história recente das ciências envolvidas com a informação.

Podemos tomar outro exemplo. Com sólidos elementos de institucionalização, a História - campo disciplinar com o qual mantemos inegáveis relações - enveredou da mesma forma na busca por sua historicidade. Nesse aspecto, as pesquisas de Marieta de Moraes Ferreira (2013) abrem um leque de questões, entre elas

a regulamentação da profissão de historiador - em pauta naquele contexto - que servem como estímulo não só a refletir sobre o lugar da História hoje, mas também a compreender a trajetória que esse campo do conhecimento percorreu em nosso país a partir do processo de profissionalização iniciado nos anos 1930. (Ferreira, 2013, p. 7). Para tanto, Ferreira (2006, 2013) empreendeu um amplo estudo dedicado a compreender a institucionalização dos cursos de História na Universidade do Distrito Federal (UDF) e na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil e acompanhar a constituição da identidade dos profissionais de História, que a partir da década de 1930 cada vez mais deixaram de ser profissionais liberais, para converterem-se em portadores de um saber específico.¹¹

COMENTÁRIO FINAL

Me encaminho para finalizar. Podemos dizer que o amplo espectro de temas e abordagens que temos acompanhado nos últimos anos e neste simpósio em especial, dá sinais do interesse crescente pelo que poderíamos nominar ‘História dos Arquivos e da Arquivologia’. Desde a metade dos anos 2000 diferentes pesquisas têm tomado como objeto de análise o percurso histórico da Arquivologia no país com o intuito de compreender o processo de institucionalização em suas dimensões políticas, técnicas, metodológicas, sociais e culturais, e sua relação com o estatuto científico que a disciplina busca alcançar. Na base dessa visão, estão os laços indissociáveis da aplicação dos princípios teóricos, dos métodos e das práticas arquivísticas, historicamente construídos, e das ações e estratégias dos seus principais atores sociais, sejam instituições, associações, grupos ou indivíduos.

11 Parte da pesquisa foi apoiada em depoimentos de alguns professores e alunos, representantes de diferentes gerações, formados em História pela UDF e FNFfi, recuperados através do método da história oral.

Talvez por excesso de cautela, penso que ainda não é possível afirmar que a História dos arquivos e da Arquivologia no Brasil, se constitua como uma área de pesquisa. Vocês podem me corrigir. Surgem grupos, pesquisadores e professores que em processo de articulação vem trabalhando temas e abordagens que podem vir a se configurar como tal. Começam a despontar trabalhos que realçam a sensibilidade histórica dos estudiosos, mas sobretudo a compreensão de que o terreno privilegiado - mas não único - para o estudo da construção e afirmação de um campo disciplinar é sua própria história.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. D. Contribuição para o estudo dos "campos disciplinares". **Revista ALPHA**, Patos de Minas, v. 11, p. 205-216, ago. 2010.

BAZI, R. E. R.; SILVEIRA, M. A. A. Constituição e institucionalização da ciência: apontamentos para uma discussão. **TransInformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 129-137, maio/ago. 2007.

BOURDIEU, P. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2008. 166 p.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004. 86p.

BOURDIEU, P. O campo científico. *In*: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BUNGE, M. **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. (O Homem e a ciência, v. 11).

CAMARGO, A. M. A. Historiadores e arquivistas: um diálogo possível. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 1, p. 23-26, 2018.

CAMARGO, A. M. A. Por um modelo de formação arquivística. **Ciências e Letras**: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. 31, jan./jun. 2002, p. 187-195, 2002.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FERREIRA, M. M. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FERREIRA, M. M. Notas Sobre a institucionalização dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro. *In*: GUIMARÃES, M. L. S. (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 139-161.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HAM, F. Archival strategies for the post-custodial era. **The American Archivist**, Chicago, v. 44, n. 3, p. 207-216, 1981.

HEDSTROM, M. Arquivos e memória coletiva: mais do que uma metáfora, menos que uma analogia. *In*: EASTWOOD, T; MACNEIL, H. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016, p. 237-259.

HEDSTROM, M. Understanding electronic incunabula: a framework for research on electronic records. **The American Archivist**, Chicago, v. 54, n. 3, p. 334-354, 1991.

JARDIM, J. M. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. *In*: VALENTIM, M. L. P. (ed.). **Estudos Avançados em Arquivologia**. São Paulo: Oficina Universitária: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000, 257 p.

LATOUR, B. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016. 213 p.

LATOUR, B. **Reensamblar lo social**: una introducción a la teoría actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008. 392 p.

LATOUR, B. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru, SP: EDUSC, 2001. 372 p.

LATOUR, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In*: BARATAN, M.; JACOB, C. (org). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 21-41.

MACNEIL, I. Archival theory and practice: between two paradigms. **Archivaria**, Ottawa, n. 37, p. 6-20, 1994.

MARQUES, A. A. C. Os arquivos e a arquivologia nas pesquisas dos programas de pós-graduação stricto sensu brasileiros (1972-2015). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 15-30, 2018.

MARQUES, A. A. C.; RONCAGLIO, C. A pesquisa científica em arquivologia no Brasil. *In*: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A. (org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino em arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 74-88.

MERTON, R. Sociologia do Conhecimento. *In*: BERTELLI, A. R.; PALMEIRA, M. S.; VELHO, O. G. (org.). **Sociologia do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

MOSTAFA, S. P.; SILVA, M. R.; SANTARÉM SEGUNDO, J. E. (org.). **Pensadores brasileiros da Ciência da Informação e Biblioteconomia**. João Pessoa: UFPB, 2015.

ODDONE, N. **Ciência da Informação em perspectiva histórica**: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970). 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) --Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2004.

PINTO, F. B. **A classificação de arquivos correntes no Brasil e as ideias e contribuições de Marilena Leite Paes**. 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

RODRIGUES, G. M.; APARÍCIO, A. M. A. pesquisa em arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 1, p. 31-39, 2002.

SANTOS, P. R. E. Um ensaio historiográfico sobre a história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 1-34, 2022.

SANTOS, P. R. E. Relações disciplinares entre Arquivologia e Ciência da Informação: apontamentos para um debate. *In*: VOGEL, M. J. M.; JUVÊNCIO, C. H.; E. G.; SOUZA, V. M. M. F. (org.). **Ciência e pesquisa**: o aporte da Ciência da Informação para avaliação e inovação em Ciências Sociais e Humanidades. Niterói: PPGCI/UFF, 2021, p. 47-67. (v. 6).

SCHWARTZMAN, S. **A formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. 481 p.

SILVA, T. J.; FREIRE, I. M. Historiografia e epistemologia da ciência da informação: um olhar sobre a literatura brasileira. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: PPGCI/UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/531/514>. Acesso em: 12 mar. 2021.

TAYLOR, H. A. Transformation in the archives: technological adjustment or paradigm shift? **Archivaria**, Ottawa, n. 25, p. 12-28, 1987.

THOMASSEN, T. *et al*. The development of archival science and its European dimension. **Archol**: Archivistika On Line, Stockholm, v. 1, n. 1, sept. 1999. Disponível em: <https://z-a-d.net/the-development-of-archival-science-and-its-european-dimension/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

WHITLEY, R. The context of scientific investigation. *In*: KNORR, K. D.; KROHN, R.; WHITLEY, R. **The social process of scientific investigation**. London: D. Reidel, 1980. p. 297-321. (v. 4).

3

*Angelica Alves da Cunha Marques
Universidade de Brasília*

PRODUÇÃO CIENTÍFICA ARQUIVÍSTICA NA GRADUAÇÃO E NA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU:*

TEMÁTICAS E AGENDAS DE PESQUISA

Este texto relata parte das discussões e reflexões apresentadas na mesa “Da produção científica a possibilidades de agendas de pesquisa para a Arquivologia brasileira”, como parte da programação do Simpósio da História dos Arquivos e da Arquivologia, realizado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), entre os dias 25 e 26 de maio de 2023, em Niterói (RJ). Tive a honra de compartilhá-la com o Prof. Dr. José Maria Jardim, para apresentarmos – com a mediação do Prof. Dr. Renato de Mattos –, nossos estudos e reflexões sobre a pesquisa em Arquivologia no Brasil.

Da comissão organizadora do evento, recebi a incumbência de compartilhar os resultados da minha pesquisa acerca da produção científica brasileira no escopo da Arquivologia. Para tanto, parti de estudos anteriores, atualizados via pesquisa bibliográfica documental, conforme a seção 2 desta comunicação.

A produção supramencionada se insere num cenário de institucionalização da disciplina no Brasil, marcado, inicialmente, pela atuação do Arquivo Nacional, em torno de preocupações quanto à capacitação do seu quadro técnico para a organização e preservação dos documentos públicos custodiados pela instituição. Suas iniciativas para a oferta de cursos com este fim, ao longo das primeiras décadas do século 20 não foram bem-sucedidas e se consolidaram apenas em 1960, quando da criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA), a partir da recomendação de um arquivista francês que viera em missão técnica ao Brasil e que reitera as preocupações da instituição brasileira (Boullier de Branche, 1975; Marques, 2007, 2011, 2021).

Na década de 1970, a Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB) entra em cena, inaugurando o movimento associativo da área. Um ano depois da sua criação, realiza, em 1972, o primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), no qual é recomendado um currículo mínimo para os cursos, com o encaminhamento de um projeto de currículo da AAB ao Conselho Federal de Educação (CFE).

O CPA, que ainda funcionava no Arquivo Nacional, tem o seu mandato universitário reconhecido em 1973, antes mesmo da sua transferência à Universidade, em 1977. No final dessa década, ainda são criados mais dois cursos de graduação em Arquivologia e as profissões de arquivista e de técnico em arquivo são regulamentadas (Arquivo Nacional, 1973; Brasil, 1978; Bottino, 1994; Marques, 2007).

Muito em razão dos diversos movimentos institucionais dos anos 1980 (Jardim, 2014), a Lei de Arquivos (BRASIL, 1991) é promulgada no início da década de 1990, quando são criados mais cinco cursos de graduação (Marques, 2007). Nos anos seguintes, os cursos se expandem nas universidades públicas, destacadamente com a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), programa instituído no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2007 (Brasil, 2007).

Em 2011, foi criado o primeiro mestrado profissional da área, o Programa de pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARq), na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Este foi o único programa de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia até este ano, em que foi criado o Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (2023), oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Com vistas à proposta da mesa, revisitamos os estudos sobre a produção científica arquivística brasileira (Rodrigues; Aparício, 2002; Cunha, 2003; Fonseca, 2004; Marques, 2007; Silva, 2009; Marques, 2011; Marques; Roncaglio, 2012; Marques, 2018; 2023) e os atualizamos, levando em conta a situação das pesquisas sobre os arquivos e a Arquivologia no Brasil, na graduação e na pós-graduação *stricto sensu* e tendo em vista possibilidades de agendas de pesquisa para a Arquivologia brasileira.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA ARQUIVÍSTICA

Os estudos supracitados se voltaram ao mapeamento da produção científica arquivística dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Ao considerá-los, Marques (2023) lembra que, até a tese de Fonseca (2004), os diversos métodos de pesquisa levaram a resultados diferentes sobre o referido mapeamento. O método da tese passou a ser utilizado nas pesquisas subsequentes, com consultas ao Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que passaram a utilizar os termos arquivo, arquivística e Arquivologia.

A cada novo estudo, um número crescente de dissertações e teses sobre os arquivos e a Arquivologia, que se somaram aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) dos mestrados profissionais, identificados a partir da pesquisa de Marques e Roncaglio (2012). Entre o primeiro e o último desses levantamentos, num período de 14 anos, verificou-se que a produção científica da área cresceu mais de 14 vezes. Apesar de expressivos, esses números não contemplavam a produção científica da graduação, ou seja, dos TCCs produzidos pelos discentes dos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

Partindo do pressuposto que os cursos de graduação em Arquivologia são *locus* de produção de TCCs, em abril de 2023 realizamos um mapeamento desses trabalhos nos *sites* dos 15 cursos que já os tinham em seus currículos: UNIRIO, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal da Bahia

(UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual Paulista (UNESP), UEPB, UFPB, Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Pará (UFPA). Complementarmente, enviamos *e-mail* para as suas coordenações. Diante das respostas e da falta delas, tivemos os resultados apresentados no quadro 1.

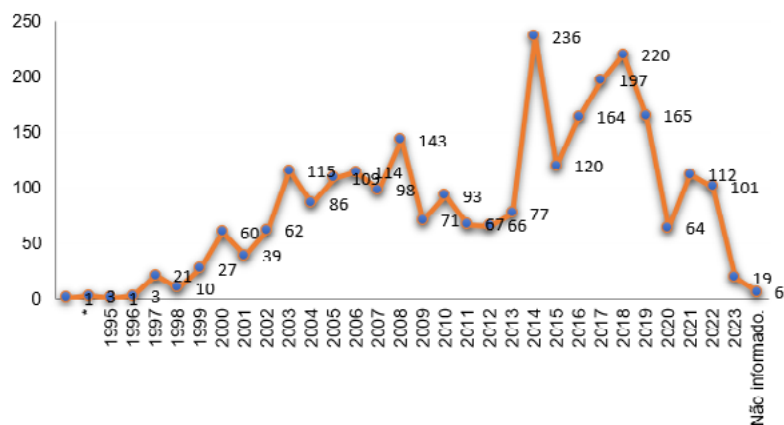
Quadro 1 - TCCs dos cursos de graduação em Arquivologia (abril/2023)

Curso	Fonte	Período	Quantidade
UNIRIO	Coordenação	2017/2 a 2022/1 (planilhas)	536
UFSM	Coordenação	2005 a 2023 (planilha)	248
UFF	Coordenação	1995 a 2011 (<i>Pergamum</i>) 2018 a 2021 (planilha da coordenação)*	613
UnB		-	
UEL	Coordenação	2010 a 2019 (quadro por temas)	79
UFBA	Sem resposta.		
UFRGS	Sem resposta.		
UFES	Sem resposta.		
UNESP	Resposta da coordenação sobre indisponibilidade dos TCCs.		
UEPB	<i>Site do curso</i>	2009 a 2011 (<i>site do curso</i>) 2009 a 2023 (<i>Dspace</i>)	545
UFPB	<i>Site do curso</i>	2011 a 2022	294
FURG	Coordenação	2012 a 2023	201
UFMG	Coordenação	2013 a 2022	7
UFAM	Coordenação - TCC (MENDEZ, 2019)	2013 a 2018	76
UFSC	Sem resposta.		
UFPA	<i>Site do curso</i>	2016 a 2022	74

Fonte: Elaboração própria.

Tivemos, então, um total de 2.763 TCCs, conforme informações dos *sites* dos cursos e das respostas dos coordenadores. Dos 11 cursos que o tivemos, a maioria dos trabalhos foi produzida na UFF (22,93%), na UEPB (20,39%) e na UNIRIO (20,05%). A sua produção, de 1995 a 2023, oscilou em períodos de aumento e declínio da produção, como pode ser visualizado no gráfico 1.

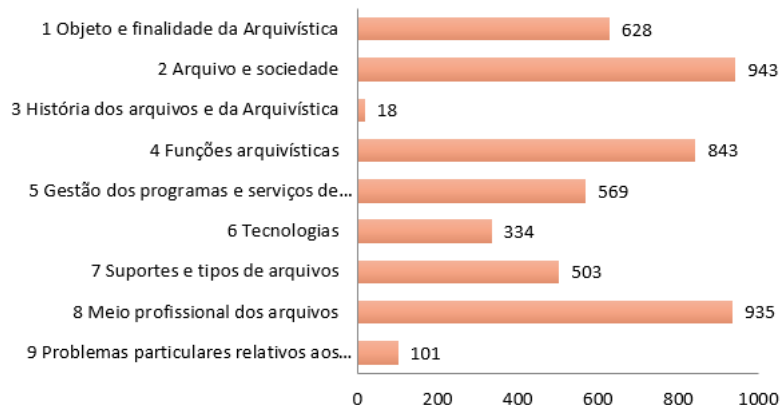
Gráfico 1 – Anos de produção dos TCCs dos cursos de graduação em Arquivologia (1995-2023)



Fonte: Elaboração própria.

“Arquivo e sociedade”, “meio profissional dos arquivos” e “funções arquivísticas” se destacam dentre os temas, retratando os fazeres e os saberes dos profissionais entre os arquivos, a disciplina e a sociedade. A “história dos arquivos e da Arquivística” é a temática menos frequente e justifica a relevância de um evento científico como este realizado em Niterói (2023).

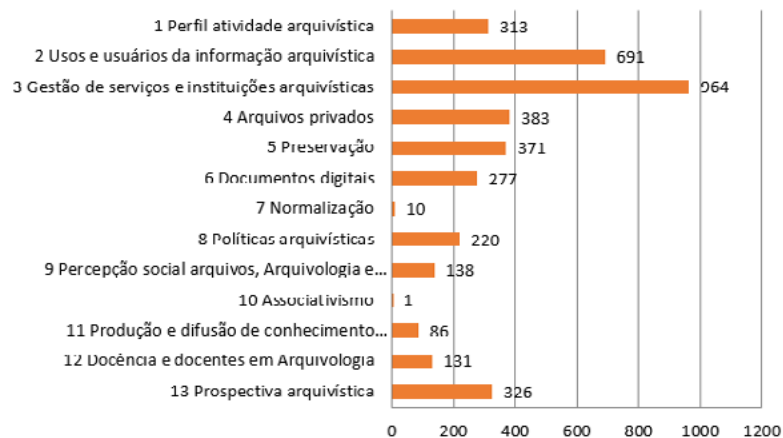
Gráfico 2 – Classificação temática dos TCCs dos cursos de graduação em Arquivologia (1995-2003) conforme Couture, Martineau e Ducharme (1999)



Fonte: Elaboração própria.

Ao classificarmos os mesmos TCCs conforme a proposta dos 13 temas sugeridos por Jardim (2012), temos o gráfico 3.

Gráfico 3 – Classificação temática dos TCCs dos cursos de graduação em Arquivologia (1995-2003) conforme Jardim (2012)



Fonte: Elaboração própria.

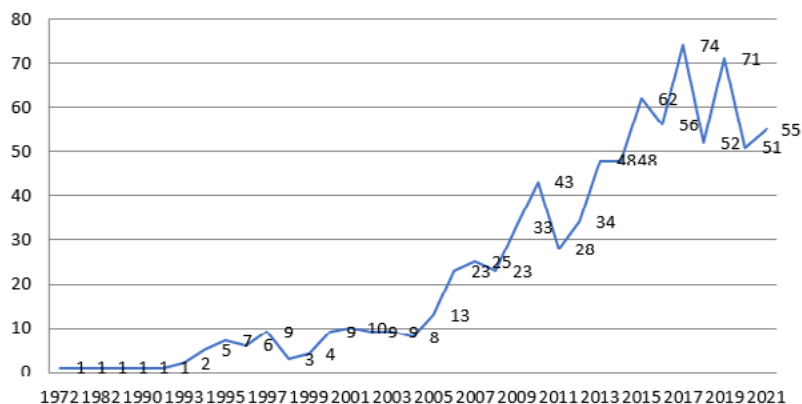
“Gestão de serviços e instituições arquivísticas”, “usos e usuários da informação arquivística”, “arquivos privados” e “preservação” são as temáticas mais recorrentes, corroborando, em parte, a classificação anterior, na perspectiva social dos arquivos e dos fazeres (funções arquivísticas) em torno dos serviços e das instituições. O “associativismo” é o tema menos frequente, o que também ratifica o baixo número de pesquisas sobre a história dos arquivos e da Arquivologia.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Entre abril e maio de 2022, atualizamos o nosso último levantamento da produção científica sobre arquivos e Arquivologia dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (Marques, 2018). Ao voltarmos ao Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, utilizamos os mesmos termos usados por Fonseca (2004) e chegamos a 826 TCCs, dissertações e teses.

A dissertação mais antiga que identificamos foi produzida há 50 anos (1972) e a mais recente, em 2021. Houve uma produção ascendente, especialmente nas últimas décadas, embora tenha decaído nos últimos anos, acreditamos que em razão da pandemia do Coronavírus-19.

Gráfico 4 – Anos de produção dos TCCs, das dissertações e teses com temas arquivísticos (1972-2021)

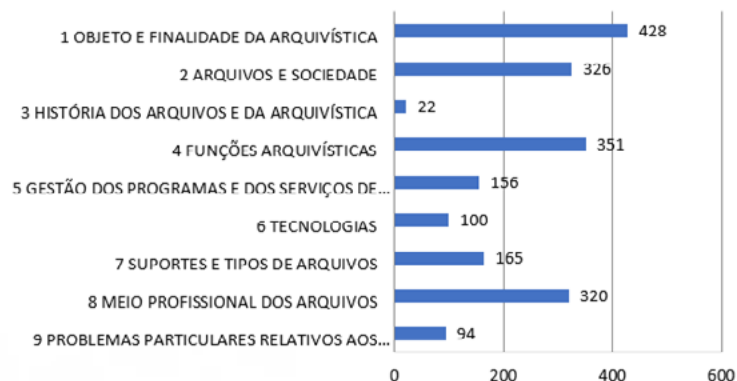


Fonte: Extraído de Marques (2023, p. 45).

Esta produção científica estava distribuída em 93 instituições, várias das quais abrigam cursos de graduação em Arquivologia (UnB, UFSM, UFF, UFMG, UNESP, UNIRIO, UFPB, UFBA, UFSC, UEL, UFRGS e UFPA) e o PPGARq (UNIRIO). Foram pesquisas produzidas em 94 programas de pós-graduação *stricto sensu*, predominantemente em Ciência da Informação (47,82%), o que corrobora as conclusões de nossos estudos anteriores acerca dos diálogos da Arquivologia com outras disciplinas e os seus vínculos político-institucionais com aquela disciplina no Brasil (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1984; Marques, 2007; 2011; 2018).

Conforme analisamos em estudo anterior (Marques, 2023), a maioria das 826 teses, dissertações e TCCs dizia respeito ao “objeto e finalidade da Arquivística”, às “funções arquivísticas”, aos “arquivos e sociedade” e ao “meio profissional dos arquivos” (gráfico 5). Temos, assim, a predominância de temas que remetem à própria disciplina e ao seu objeto, bem como à organização e à preservação dos documentos em atenção às demandas sociais. O meio de atuação desses profissionais é um tema transversal nas pesquisas e se refere às instituições e aos serviços de arquivo onde trabalham.

Gráfico 5 – Classificação temática das T, D e TCC sobre arquivos e Arquivologia (1972-2021) nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros conforme Couture, Martineau e Ducharme (1999)



Fonte: Elaboração própria, com base em Marques (2023).

Novamente, o tema menos contemplado foi “história dos arquivos e da Arquivística”, que aparece muito discretamente em pesquisas produzidas a partir de 2004.

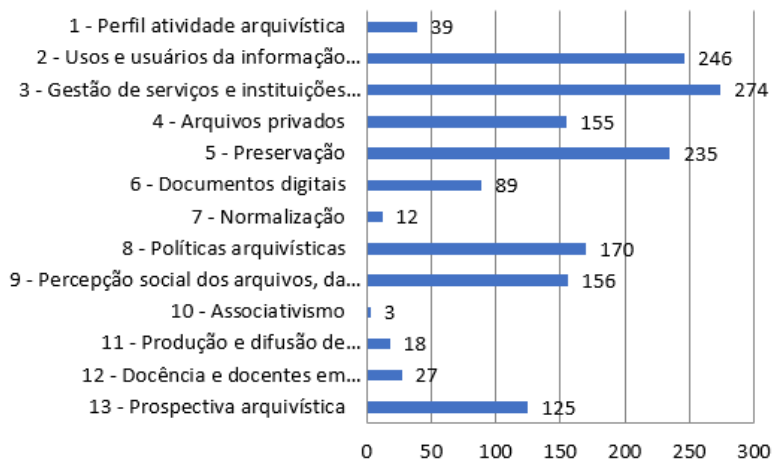
As mesmas pesquisas classificadas segundo a agenda de temas em Arquivologia recomendada por Jardim (2012) relacionavam-se à “gestão de serviços e instituições arquivísticas”, aos “usos e usuários da informação arquivística” e à “preservação”, situação semelhante aos TCCs dos cursos de graduação.

“Usos e usuários da informação arquivística”, tema 2, são contemplados a partir dos anos 1980 e ocorrem discretamente até 2006. No ano seguinte, começam a aparecer mais frequentemente, ainda que de forma instável, e têm, em 2017, o seu ápice. Interessante observar que as pesquisas que os abrangem geralmente são as mesmas que tratam do tema 9 (“a percepção social dos arquivos, da Arquivologia e dos arquivistas”) e, por vezes, do tema 8 (“políticas arquivísticas”), temáticas que seguem dentre as mais altas no

ranking, em quinto e quarto lugar, respectivamente. Pela sua descrição (Jardim, 2012), podemos observar que há relação entre os três temas no escopo social dos arquivos e dos seus usos.

O tema 5, “preservação”, que aparece em terceiro lugar no *ranking*, não se restringe aos suportes e formatos documentais, alcançando o planejamento e as políticas. Inferimos que também possui uma perspectiva histórica, o que nos possibilita classificar muitas pesquisas sob o seu escopo. Ele é contemplado desde 1993 e começa a ter um crescimento mais significativo, ainda que variável, a partir de 2006. Tem o seu pico em 2013, quando aparece em 20 trabalhos.

Gráfico 6 – Classificação temática das T, D e TCC sobre arquivos e arquivologia (1972-2021) nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros conforme Jardim (2012)



Fonte: Elaboração própria, com base em Marques (2023).

Os temas menos contemplados, segundo nossa classificação, foram “associativismo”, “normalização” e “produção e difusão de conhecimento arquivístico” (gráfico 6). A temática 10, “associativismo”, nos remete à “história dos arquivos e da Arquivística”

de Couture, Martineau e Ducharme (1999), aquela que menos apareceu na nossa análise. Verificamos que o tema consta em apenas três pesquisas, dos anos de 2007, 2011 e 2013, o que aponta para a necessidade premente da sua investigação em novos estudos.

A questão da normalização, tema 7, é contemplada por somente doze trabalhos, produzidos entre 2006 e 2020. Ainda que extremamente relevante para os fazeres e saberes arquivísticos (Cox, 1994; Bonal Zazo, 2000; Jardim, 2015), ainda é pouco explorada e desenvolvida na produção científica brasileira.

A “produção e difusão de conhecimento arquivístico” (tema 11), tão relevante para a subsidiar os estudos epistemológicos da área, também é pouco estudada no Brasil, o que pode decorrer do empirismo das práticas arquivísticas. Mapeamos apenas 18 trabalhos que abrangeram o tema, produzidos desde 1995 até 2021.

Ainda sobre temáticas com escassez de estudo, importante mencionar que identificamos apenas uma pesquisa que trata da diversidade, “Insurgências arquivísticas em busca da diversidade” (Ávila, 2020); duas que tratam de questões raciais, “O acervo de nós: um estudo sobre a produção fotográfica do ‘Zumvi Arquivo Fotográfico’ a respeito do movimento negro baiano” (Santos Filho, 2017) e “Os percursos da memória e da integração social: o arquivo pessoal de Nery e Alice Rezende, mulheres negras em São Paulo (1948-1967)” (Bispo, 2018). Semelhantemente a este último, os trabalhos “Luzes sobre a mulher erechinense: a construção de sua identidade pelas fotografias do Arquivo Histórico Municipal” (Sozo, 2018) e “Uma mulher do século XIX disfarçada em século XX: um olhar crítico-biográfico sobre o acervo de Ana Cristina Cesar” (Nascimento, 2004) trazem aspectos ligados ao feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a incipiência da Arquivologia no Brasil e os desafios de fomento à pesquisa que todas as áreas enfrentam – especialmente as Humanas e as Sociais Aplicadas –, a produção científica arquivística mostra-se significativamente crescente: 2.766 TCCs de 11 cursos de graduação em Arquivologia, produzidos num intervalo de 28 anos; e 826 TCCs, dissertações e teses sobre os arquivos e a Arquivologia, produzidos ao longo de 50 anos, em 93 instituições e 94 programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Na primeira situação, da graduação, temos a institucionalização dos *loci* de produção científica e a predominância de temas que representam as interfaces entre os arquivos e a sociedade, os lugares em que os arquivistas trabalham e as suas atividades. Pesquisas sobre a história dos arquivos e da Arquivologia são as menos recorrentes, o que nos aponta para uma falta de maturidade epistemológica da disciplina e a necessidade de novos estudos e eventos científicos em torno da temática.

Na segunda situação, das pesquisas da pós-graduação, temos a raridade de programas propriamente arquivísticos, mas uma quantidade significativa de TCCs, dissertações e tese, com uma pluralidade de temas abordados, que combina, simultaneamente, o enfoque no objeto de estudo da Arquivologia e inúmeras possibilidades de diálogos desta com outras áreas e disciplinas. Por questões políticas, institucionais e teóricas, verifica-se a predominância dessas pesquisas em programas de pós-graduação em Ciência da Informação, com quase 50% dos trabalhos analisados. A outra metade encontra-se pulverizada em programas de pós-graduação de várias áreas.

A raridade de mestrados e a ausência de doutorados próprios da área, no país, ainda é um grande desafio que ratifica a necessidade de fomento à pesquisa em Arquivologia. A assimetria entre uma produção científica expressivamente crescente em diversos programas de pós-graduação e a exiguidade de *locus* próprio para o seu abrigo na academia ainda remete à subsidiariedade da Arquivologia a outras disciplinas, particularmente à Ciência da Informação. Dessa maneira, parece que os avanços epistemológicos e teóricos daquela disciplina ainda não têm ressonância político-institucional e reiteram os desafios sobre a construção da identidade arquivística.

Ainda que muitas pesquisas digam respeito aos usos sociais dos arquivos, poucas se dedicaram a assuntos sensíveis, cujo estudo é imprescindível para os avanços da ciência atual, como a diversidade, o feminismo e o racismo. Diante da escassez de trabalhos a esse respeito, questionamos sobre qual Arquivologia estamos construindo e qual é a Arquivologia que almejamos. Temos agendas de pesquisa compatíveis com a produção científica sobre os arquivos e a Arquivologia? Podemos fomentar a pesquisa na área a partir da diversificação dessas agendas?

REFERÊNCIAS

ÁVILA, R. F. **Insurgências arquivísticas em busca da diversidade**. 2020. 219f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, out/1973.

BISPO, A. A. **Os percursos da memória e da integração social**: o arquivo pessoal de Nery e Alice Rezende, mulheres negras em São Paulo (1948-1967). 234 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BONAL ZAZO, J. L. La normalización: base del análisis documental en los archivos. **Scire**, Zaragoza, v. 6, n. 1, p. 55-75, 2000.

BOTTINO, M. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 23, 1994, p. 12-18.

BOULLIER DE BRANCHE, H. **Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 11 ago. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Áreas do conhecimento**: classificação. Brasília: CNPq, 1984.

COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília: Finatec, 1999.

COX, R. Standardizing archival practices: a tool for the information age. **Archivum**, n. 39, p. 165-180, 1994.

CUNHA, A. A. A pesquisa em arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras. *In*: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UnB, 9., 2003, Brasília. **Resumos**. Brasília: UnB, 2003.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**: (re)definição de marcos interdisciplinares. 2004. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GUINCHAT, C.; MENO, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. revista e ampliada. Brasília: Ibict, 1994.

JARDIM, J. M. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Estudos Avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153.

JARDIM, J. M. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980. *In*: MARQUES, A. A. C.; RODRIGUES, G. G. M.; SANTOS, P. R. E. **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: AAB, 2014, p. 143-172.

JARDIM, J. M. Arquivologia e normalização: diálogos e territórios em construção. *In*: **Jornada Arquivística da UNIRIO**, 26., 2015, Rio de Janeiro.

MARQUES, A. A. C. Os espaços e os diálogos da formação e configuração da **Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, A. A. C. **Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARQUES, A. A. C. Os arquivos e a arquivologia nas pesquisas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros (1972-2015). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, p. 15-30, 2018.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Contribuições francesas para a institucionalização da Arquivologia brasileira**. Rio de Janeiro: IBICT, 2021. (Coleção PPGCI 50 anos: IBICT). 248p.

MARQUES, A. A. C. A pesquisa e as relações disciplinares da Arquivologia na contemporaneidade. *In*: Mariana Lousada Pinha, Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, Paulo Roberto Elian dos Santos. **Arquivos, democracia e justiça social**. São Paulo: ARQ-SP, 2023.

MARQUES, A. A. C.; RONCAGLIO, C. A pesquisa científica em arquivologia no Brasil. *In*: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A. (org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: MóBILE; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p. 74-88.

MENDEZ, R. S. B. 2019. **A produção científica discente do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas**: uma análise dos trabalhos de conclusão de curso e artigos apresentados ao longo dos 10 anos do curso (2009-2019). 2019. 78 f. TCC de graduação (Curso de Arquivologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

NASCIMENTO, C. **Uma mulher do século XIX disfarçada em século XX**: um olhar crítico-biográfico sobre o acervo de Ana Cristina Cesar. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Revista da**

Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, n. 2, p. 19-33, 1998.

RODRIGUES, G.; APARÍCIO, M. A. A pesquisa em arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 1, p. 31-39, jan.-jun. 2002.

SANTOS FILHO, J. C. F. **O acervo de nós**: um estudo sobre a produção fotográfica do 'Zumvi Arquivo Fotografico' a respeito do movimento negro baiano. Dissertação (Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira (BA), 2017.

SILVA, E. P. **A noção de informação arquivística na produção do conhecimento em arquivologia**: 1996-2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2009.

SOZO, M. T. **Luzes sobre a mulher erechinense**: a construção de sua identidade pelas fotografias do Arquivo Histórico Municipal. 174 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, RS, 2018.

4

*Vitor Manoel Marques da Fonseca
Universidade Federal Fluminense*

*Francisco Alcides Cougo Junior
Universidade Federal de Santa Maria*

HISTÓRIA DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL:

**NOVOS PROBLEMAS, NOVOS
OBJETIVOS, NOVAS PERSPECTIVAS**

A realização do *Simpósio da História dos Arquivos e da Arquivologia*, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e pelo Curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), entre os dias 25 e 26 de maio de 2023, nos proporcionou refletir sobre pelo menos duas dimensões relacionadas aos problemas, objetivos e perspectivas abordadas no evento: de um lado, vislumbramos uma pauta básica e geral para os estudos da história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil; de outro, percebemos algumas possíveis estratégias para viabilizar esta pauta a médio e longo prazo. A fluidez e a qualidade dos debates ensejados, tanto nas quatro mesas de discussão, quanto nas sessenta comunicações apresentadas durante o evento, solidificaram estas percepções.

Sobre a pauta básica e geral, cabe salientar primeiramente a necessidade de regionalização das pesquisas sobre a história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil. Em virtude, sobretudo, do inegável protagonismo do Arquivo Nacional nesta trajetória, identificamos que, nas pesquisas da área, ainda prevalece uma acentuada ênfase nos episódios e nas conjunturas transcorridas geograficamente no eixo Rio-São Paulo-Brasília. Embora consideremos que ainda faltam novas investigações de fôlego até mesmo sobre este contexto, consideramos que é urgente recuperar e analisar os acontecimentos que levaram à configuração e consolidação de serviços e instituições arquivísticas nos estados e municípios das diferentes regiões brasileiras.

É necessário, ainda, compreender a trajetória da Arquivologia (enquanto fazeres e saberes) sob a perspectiva regional, identificando ações profissionais, influências e ciclos formativos e/ou de aprendizado prático. Entender historicamente a área a partir de suas dinâmicas regionais específicas é uma pauta que nos parece importante, tanto pela necessidade de identificar o campo por meio de perspectivas diversas, quanto pela premência de expandir o conhecimento a partir de perspectivas mais circunscritas geograficamente.

Neste mesmo sentido – mas não apenas regionalmente –, cabe mencionar como pauta preponderante nesse debate os desafios e as perspectivas sobre a reunião, o tratamento e a disponibilização sistemática de fontes documentais qualificadas sobre o campo. Em que pesem iniciativas como a *Base de Dados Arquivísticas* (projeto da Faculdade de Ciência da Informação, da Universidade de Brasília) e o portal *Pesquisas Arquivísticas Brasileiras* (vinculado ao Departamento de Ciências da Informação, da Universidade Federal da Paraíba), responsáveis por compilar uma significativa quantidade de informações e documentos úteis à história da área no país, compreendemos que ainda há uma lacuna muito significativa em relação aos “arquivos dos arquivos e da Arquivologia”.

Acervos sobre a ação de instituições arquivísticas públicas, de associações profissionais e de espaços de formação de arquivistas (sobretudo cursos técnicos, superiores e de pós-graduação) ainda são majoritariamente desconhecidos e inacessíveis aos pesquisadores do campo, um complexo obstáculo para a escrita da história da área. Entendemos que tais fontes devem ser identificadas, tratadas e, quando possível, disponibilizadas, sobretudo através de recursos estáveis de tecnologia da informação e comunicação (TICs).

A digitalização e disponibilização dos fundos documentais do Arquivo Nacional e da extinta Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) podem ser pontos de partida prioritários neste sentido. De igual forma, é necessário pautar formas de incentivo e ação coordenada no sentido de que se preservem os acervos de atores relevantes para a área, a exemplo das recentes experiências de aquisição dos arquivos pessoais de José Pedro Pinto Esposel (ingressado no Instituto de Artes e Comunicação da UFF) e Heloísa Liberalli Bellotto (que deverá compor um futuro Centro de Estudos Arquivísticos na USP).

A propósito da preservação de informações sobre pessoas relevantes na história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil, entendemos que é fundamental que se estabeleça um programa de investigação e recuperação de trajetórias na área. Este programa poderá contemplar projetos e ações voltadas à identificação de personagens importantes para o desenvolvimento da Arquivologia brasileira, bem como a possibilidade de registro de suas experiências, sobretudo por meio da chamada história oral. Entendemos que é de suma importância dar voz aos sujeitos que construíram e colaboraram para a formação e expansão do conhecimento arquivístico no país, independentemente de seus âmbitos de atuação profissional.

Assim, defendemos que é necessário registrar, sobretudo através de depoimentos, suas trajetórias. A possibilidade de realizar tais registros em sessões coletivas – a exemplo dos depoimentos de Ana Maria de Almeida Camargo, Célia Costa e Jaime Antunes da Silva, coletados em vídeo, durante o *Simpósio da História dos Arquivos e da Arquivologia* – deve ser sempre aventada, uma vez que o cruzamento de trajetórias proporciona depoimentos de riqueza ímpar.

Urge, também, investigar a história da inserção brasileira na Arquivologia em âmbito internacional. Pesquisar a participação de brasileiros em eventos, iniciativas de cooperação e instituições como a Associação Latino-Americana de Arquivos e o Conselho Internacional de Arquivos dará a área condições básicas para compreender as influências e os reflexos de tais interlocuções – tanto as absorvidas pelo Brasil, quanto aquelas realizadas pelo Brasil impacto no panorama internacional, como assistências técnicas e cursos de formação.

Compreender a importância da presença brasileira em ciclos formativos, como o Estágio Técnico Internacional em Arquivos (STIA) e os cursos ofertados pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em Córdoba (Argentina) e Madri (Espanha) também é fundamental neste sentido. Somente através de investigações a esse respeito será possível assimilar como se formaram as redes de relações intelectuais e institucionais que, à sua maneira, colaboraram na consolidação do campo arquivístico no Brasil.

*

Como afirmamos inicialmente, para além da pauta geral, entendemos que é necessário articular estratégias que possam incentivar e viabilizar mais estudos sobre a história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil. Assim, a primeira proposição a esse respeito trata da ampliação de ações voltadas à comunicação, divulgação científica e popularização do tema, tanto junto ao campo, quanto em áreas afins. Fomentar a elaboração e o fortalecimento de projetos e ações de extensão e divulgação – a exemplo da exposição *Empoderando a sociedade: 60 anos do Ensino de Arquivologia no Brasil*, realizada em 2020, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – pode ser uma boa forma de incentivar a realização de novas e mais aprofundadas pesquisas na área, além de promover a mobilização para salvaguarda de registros sobre o tema.

A essa proposta, somam-se, ainda, a elaboração de uma bibliografia básica sobre a história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil, elenco de referências que possa ser continuamente atualizado e que circule entre os profissionais da área; e o incentivo à inserção de disciplinas de história dos arquivos e da Arquivologia nas matrizes curriculares dos cursos de graduação da área, preferencialmente nos ciclos iniciais de formação.

Também compreendemos que a história dos arquivos e da Arquivologia depende da constante união de esforços e troca de conhecimentos entre aqueles que a ela se dedicam. Neste sentido, salientamos a necessidade de que sejam organizadas novas edições do *Simpósio da História dos Arquivos e da Arquivologia*, preferencialmente em periodicidade bianual e em diferentes regiões do país. A exemplo do que já acontece internacionalmente, com a *ICHORA – International Conference on the History of Records and Archives* (evento na décima edição), acreditamos que é possível consolidar um espaço de ampla e fraterna discussão sobre a trajetória da Arquivologia brasileira. A primeira edição do *Simpósio da História dos Arquivos e da Arquivologia* é, portanto, o embrião para que esta iniciativa prospere.

Por fim, propomos ainda a criação de uma rede de pesquisadores da história dos arquivos e da Arquivologia, meio que possa congrega investigadores, grupos de pesquisa e instituições, de maneira transversal e descentralizada, tendo em vista, sobretudo:

- a. O compartilhamento de fontes de pesquisa;
- b. A organização de eventos (incluindo o *Simpósio da História dos Arquivos e da Arquivologia*);
- c. A publicação sistemática de resultados de investigações, através de artigos, dossiês temáticos em periódicos, coletâneas e livros;
- d. A conformação de objetivos comuns a serem priorizados em períodos específicos (efemérides, lacunas urgentes, resgate de acervos em risco iminente de perda etc.).

A rede poderá, além da pesquisa, fornecer subsídios para a realização de projetos de ensino e extensão relacionados à história dos arquivos e da Arquivologia, além de atuar proativamente em processos de formulação/reformulação de projetos pedagógicos e matrizes curriculares de cursos de Arquivologia, salientando a importância da inserção de conteúdos e componentes disciplinares relacionados à história da área. Através dela, será possível também fortalecer a história dos arquivos e da Arquivologia como área fundamental para compreensão sobre o passado e o presente do campo no Brasil.

REFERÊNCIAS

BASE DE DADOS EM ARQUIVÍSTICA (BDA), Faculdade de Ciência da Informação - Universidade de Brasília (UNB). Disponível em: <https://arquivistica.fci.unb.br/>. Acesso em 15 maio 2023.

PESQUISAS ARQUIVÍSTICAS BRASILEIRAS (PAB), Departamento de Ciências da Informação - Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Disponível em: <https://www.ccsa.ufpb.br/pesquisarquivistica/>. Acesso em: 15 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). **Empoderando a sociedade: 60 anos do Ensino de Arquivologia no Brasil**. Exposição virtual realizada em 2020. Projeto de Extensão UFSM 053809. Disponível em: <https://arquivologia60anos.org/>. Acesso em: 15 maio 2023.

5

*Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Universidade Federal da Bahia*

O LEGADO DE LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES PARA A ARQUIVOLOGIA NA BAHIA:

**MARCOS HISTÓRICOS DA GESTÃO NO ARQUIVO
PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (1959-1969)**

A “história dos arquivos e da Arquivologia” é reconhecida enquanto um dos principais campos temáticos de pesquisa (Couture; Ducharme, 1998-1999; Jardim, 2012) na área de Arquivologia. Este campo reúne pesquisas relativas à história das instituições arquivísticas e do desenvolvimento dos princípios e fundamentos teóricos da Arquivologia. Marques (2011) sublinha que o estudo dos arquivos se torna indispensável para o entendimento da expansão do próprio pensamento arquivístico. Contudo, observa-se que “[...] não há como dissociar a aplicação dos princípios teóricos, dos métodos e das práticas arquivísticas, historicamente construídos, das ações e estratégias dos seus principais atores sociais [...]” (Santos; Lima, 2016).

Nessa perspectiva, é possível verificar o incremento de produção acadêmico-científica nas últimas duas décadas (Santos, 2022), registrando o crescente interesse pelo conhecimento das origens e circunstâncias que determinaram a evolução histórica e a gestão dos arquivos (Vivas Moreno, 2004). No Brasil, o Arquivo Nacional (AN), principal instituição arquivística do país, tem sido objeto de diversos estudos. Souza (2015) analisou os fatores que favoreceram a modernização do AN nas gestões de José Honório Rodrigues e Celina Vargas do Amaral Peixoto. Santos e Lima (2016) se concentraram na gestão do historiador José Honório Rodrigues a frente do AN, no período de 1958 e 1964. Marques e Rodrigues (2017) examinaram as contribuições de José Honório Rodrigues para o AN e a Arquivologia brasileira. Gouvêa Barbatho (2020) se debruçou nas principais características do AN na gestão de Eugênio Vilhena de Moraes, entre 1938 e 1945.

No contexto da Bahia e do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), pesquisas têm sido desenvolvidas com a finalidade de reconstituir a trajetória institucional e compreender as contribuições marcantes de cada gestão, no âmbito do processo de institucionalização da Arquivologia (Matos, 2018). Nesta perspectiva, Antonietta d’Aguiar Nunes (2010) apresentou comunicação no IV Congresso Nacional de Arquivologia sobre a constituição e trajetória do Arquivo

Público da Bahia. Maria Teresa Navarro de Britto Matos e Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado publicaram resultados de pesquisa sobre o processo de criação e institucionalização do APEB, a partir de cinco regulamentos e regimentos formulados entre as décadas de 1890 e 1980 (Matos, Rosado; 2012; 2013; 2018). Matos (2019) divulgou em evento realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), relato de experiência acerca das políticas públicas direcionadas aos arquivos municipais no estado da Bahia, no período de 1967 a 2018. Desde 2018, Matos tem se dedicado ao estudo da gestão do historiador Luís Henrique Dias Tavares no APEB, de 1959 e 1969. As evidências apontam um conjunto de iniciativas que contribuíram de forma significativa para considerar o historiador um “gestor pioneiro da governança arquivística na Bahia” (Matos, 2018). Inclusive, demonstrado o protagonismo na institucionalização da formação em Arquivologia no estado (Matos, 2021).

Importante, registrar, que a gestão Luís Henrique Dias Tavares ocorreu na mesma época em que José Honório Rodrigues, dirigiu o Arquivo Nacional (AN). Ambos participaram da Primeira Reunião Interamericana de Arquivos (Pria), realizada em outubro de 1961, nos Estados Unidos, promovida pelo *National Archives and Records Service*, com apoio do *Department of State*, da *Rockefeller Foundation* e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Fato que explica o interesse de Paulo José Viana de Alencar (2021), em se consagrar a pesquisa sobre a Pria e sua influência nas medidas implantadas nas gestões de José Honório Rodrigues e Luís Henrique Dias Tavares, no âmbito do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF, sob orientação da professora Clarissa Schmidt.

Este texto tem por objetivo identificar marcos históricos na gestão da diretoria do APEB, no período de 1959 a 1969, com vistas a subsidiar uma reflexão sobre o legado Luís Henrique Dias Tavares para o processo de institucionalização da Arquivologia na Bahia.

A metodologia utilizada caracteriza-se como exploratória e descritiva, fundamentada em pesquisa documental no fundo do próprio Arquivo Público. Considerando que o referido fundo reúne, no momento, 85,83 metros lineares de documentos textuais produzidos, recebidos e acumulados pela diretoria do APEB, optou-se em consultar aqueles da gestão de Luís Henrique Dias Tavares (1959 a 1969). Notadamente, as correspondências expedidas e recebidas; os relatórios de gestão e os regimentos. Além da legislação específica.

Esclarece-se que o levantamento e a seleção das fontes documentais foram orientados a partir do plano e do código de classificação do APEB, oficializados em outubro de 2016, por meio de portaria da Fundação Pedro Calmon, vinculada da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Após a referida etapa, procedeu-se a leitura visando o aprofundamento da pesquisa documental. Cumpre, lembrar que parte das iniciativas a seguir apresentadas foram introduzidas em outras publicações (Matos, 2018; 2021).

DESENVOLVIMENTO

Luís Henrique Dias Tavares se destacou como um notável educador, mestre, professor¹², pesquisador e historiador. A sua trajetória intelectual, política e profissional foi dedicada ao fortalecimento da cultura historiográfica na Bahia, influenciando gerações de estudantes, profissionais e amigo(a)s que tiveram a oportunidade de absorver dos seus conhecimentos e ensinamentos. A vida e a obra de Luís Henrique são objeto de homenagens na comunidade acadêmica e científica, sobretudo entre o(a)s historiador(e)a(s) (Andrade; Teixeira, 2017).

12

"Desde 1957 exerceu o cargo de professor de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, como contratado" (Andrade; Teixeira, 2017). Em junho de 1961 passou a ocupar a cátedra de História, mediante aprovação em concurso para livre docente.

Considerando que dirigiu o APEB por 10 anos, de 1959 a 1969, propõe-se destacar o trabalho empreendido na instituição e na Arquivologia da Bahia.

Desde que tomou posse na direção do APEB, em abril de 1959, o professor Luís Henrique identificou e levou ao conhecimento das autoridades competentes, a existência de três problemas principais no âmbito do Arquivo Público e por extensão nos Arquivos Públicos brasileiros: a inadequada “concepção arquivística”, a ausência de pessoal técnico habilitado e de prédio apropriado (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1960).

Em meio a esses desafios, havia algo favorável. A importância institucional conferida ao Arquivo Público pelos governadores Juracy Magalhães (1959-1963), Antônio Lomanto Junior (1963-1967) e Luís Viana Filho (1967-1971), bem como dos secretários de Estado: Josaphat Marinho (1959-1960), Pedro Manso Cabral (1960-1963), Jorge Calmon Moniz de Aragão (1963-1966), Alaor Metzker Coutinho (1966-1967), Luiz Navarro de Britto (1967-1969) e Edivaldo Machado Boaventura (1970-1971) (Batalha, 2008). Essa afirmação fundamenta-se no teor das correspondências mantidas com as autoridades.

Dentre outras realizações na gestão Luís Henrique, merece particular atenção o empenho dedicado à propositura de valorização administrativa do APEB, objeto de projeto de reestruturação legal da instituição. Além da concretização de quatro iniciativas: a) o Curso de Arquivo, b) o Conselho de Assistência Técnica aos Arquivos, c) a Biblioteca Francisco Vicente Vianna, e d) o Guia do APEB.

O governador Juracy Magalhães apresentou a Mensagem nº 44 à Assembleia Legislativa, em 15 de maio de 1961, propondo a reestruturação legal do Arquivo Público (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1962). O projeto de lei definia os objetivos, as finalidades e a estrutura da repartição. A justificativa para tal pleito fundamenta-se no fato da legislação ser antiga e superada. Buscava romper com

o que considerava uma “estagnação grave” da instituição que ocupava status cada vez mais periférico na administração pública. A proposta dessa reestruturação conferia ao Arquivo Público uma definição de autoridade arquivística, no âmbito do Poder Público. A instituição passaria a exercer o protagonismo no processo de modernização institucional. Na perspectiva de Luís Henrique, as unidades arquivísticas das Secretarias de Estado deveriam ser organizadas com base em uma visão de gestão de documentos, emanada do Arquivo Público, enquanto polo normalizador dos documentos públicos na estrutura governamental. Contudo, o Legislativo não compreendeu a magnitude que a reestruturação do Arquivo Público representaria como um “assunto” de importância política e administrativa. Curioso é que o citado projeto mereceu elogios quando apresentado e discutido na Pna, em outubro de 1961. A função e o valor do Arquivo Público foram ambos subestimados. A prioridade resumiu-se em desvinculá-lo da Secretaria da Justiça e oficializar o seu vínculo à Secretaria da Educação e Cultura.

Diante da impossibilitação da adoção de nova legislação específica reconhecendo a preeminência do Arquivo, semelhante à existente em outros países, Luís Henrique dedicou-se ao trabalho de formação de pessoal na área de Arquivologia, reconhecida como estratégica para qualificar o tratamento técnico do acervo documental custodiado, por meio da aplicação de princípios arquivísticos, de forma a atender a administração pública com eficiência e rapidez. Nas correspondências dirigidas às autoridades do governo do estado da Bahia, foi possível observar que Luís Henrique partilhava da opinião do arquivista francês Henri Boullier de Branche¹³ quanto a existir uma relação direta entre a formação de pessoal qualificado, de um corpo de funcionários especializados, e o “futuro dos arquivos brasileiros” (Boullier De Branche, 1975). Fato demonstrado por meio de entendimentos e negociações junto aos reitores da Universidade

13

De 1948 a 1963, ele foi chefe dos *Archives Départementales de la Sarthe*.

da Bahia e aos professores Edgard Santos (1946-1961) e Albérico Fraga (1961-1964), com a finalidade de criar o Curso de Arquivo em nível superior. Em correspondência encaminhada ao Magnífico reitor Albérico Fraga, o diretor do APEB informa que participou da Pria, que teve como um dos eixos temáticos centrais a formação de arquivistas. Na oportunidade, assistiu aos debates sobre escolas de arquivo empreendidos pelos doutores Ernest Posner, da *American University*, Aurelio Tanodi, da *Universidad Nacional de Córdoba*, e Theodore R. Schellenberg, diretor adjunto do *National Archives of the United States*. Na ocasião, considerou apropriado esclarecer que estava consagrando especial atenção à formulação de um programa a partir das experiências exitosas das universidades referidas, que ministravam cursos universitários na área de arquivologia.

Desde 1959, Luís Henrique manteve interlocução, também, com a professora Felisberta Liberato de Matos Carvalho, à época diretora da Escola de Biblioteconomia e Documentação (EBD) da Universidade da Bahia (UB), sobre a realização de Curso de Arquivo. Na oportunidade, mencionou que considerava ser justo que a EBD/UB ampliasse a sua área de atuação, tornando-se também uma escola de arquivo, responsável pela formação universitária de arquivistas no estado da Bahia. Em 10 de março de 1960, a professora Felisberta Liberato de Matos Carvalho, esclareceu que, de acordo com o Magnífico Reitor professor Edgard Santos, era de interesse da escola a criação de um departamento de Arquivologia. No entanto, no ano seguinte, em 1961, a diretora da EBD/UB comunicou ao diretor do APEB a inviabilidade de iniciar ainda naquele ano o curso programado. Registrou a expectativa de iniciar o curso regular em março de 1962 (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1962).

A dificuldade para criar o Curso de Arquivo na referida universidade, em convênio com o Arquivo Público, deveu-se à ausência de professores especializados para ministrar matérias básicas relativas aos princípios e técnicas arquivísticas. A propósito, Luís Henrique buscou o auxílio na OEA para viabilizar o financiamento da viagem

de professores estrangeiros a Salvador (Bahia, Brasil). Propôs, também, que os professores das matérias complementares fossem docentes da Faculdade de Filosofia e das escolas de Biblioteconomia e de Administração da UB. Todavia, não sendo possível a concretização do auxílio da OEA, optou por realizar o Curso de Arquivo com o próprio quadro de pessoal técnico do Arquivo Público. Considerando o significativo número de matrículas e o êxito do curso, a direção do APEB sugeriu ao governo a criação, por meio de decreto, de um novo curso de Arquivo, subordinado ao próprio Arquivo Público. Assim, em 17 de dezembro de 1962, por meio do decreto nº 18.731, foi criado o Curso de Arquivo (Bahia, 1962a), anexo ao APEB, com duração de oito meses. Instalado em 2 de abril de 1963 (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1963), o citado curso foi ministrado de forma regular de 1963 a 1969. Importante registrar que nas aulas de Arquivologia, utilizou-se o *Manual de Arquivos* do arquivista americano Theodore R. Schellenberg, publicado pela Imprensa Oficial do Estado, com a devida aquiescência do autor, dotando a arquivística baiana de instrumento de trabalho do qual carecia há longo tempo. É possível afirmar que a referida publicação, de matriz norte-americana, disponibilizou um conjunto de conceitos e técnicas utilizados pela administração de arquivos, sobretudo no que se refere à avaliação de documento.

Uma terceira iniciativa de grande relevo merece destaque: a criação do Conselho de Assistência Técnica aos Arquivos. O art. 10 da lei nº 2.443, de 6 de abril de 1967, cria o Conselho de Assistência Técnica aos Arquivos, que figura como a primeira referência à composição de um colegiado destinado a propor, estabelecer e aprovar dispositivos normativos para assegurar o controle da preservação e do acesso ao patrimônio documental do Estado. Esta percepção se expressa, ainda, no art. 9º, quando determina que: “os Arquivos Regionais do Estado, em número de três, serão organizados pelo Poder Executivo em cidades que melhor atendam pela sua localização e serviços urbanos disponíveis, as diversas Regiões Administrativas do Estado” (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1967).

O Conselho funcionou junto ao Arquivo do Público, sob a presidência do seu diretor. Integravam o Conselho representantes dos seguintes órgãos: diretor do APEB; diretor do Departamento de Administração Geral; secretário da Assembleia Legislativa, corregedor da Justiça e responsável pelo Arquivo da Cúria Metropolitana.

Soma-se uma quarta iniciativa: a elaboração e a publicação do *Guia do APEB*. O primeiro Guia do APEB, publicado em 1968, constitui um instrumento de pesquisa essencial por apresentar um panorama geral do acervo documental custodiado. Até o presente momento o Guia é um documento de referência, sistematicamente consultado. À época, identificou-se que o descontrole e o desconhecimento do acervo custodiado repercutiram no desmembramento dos acervos para formar coleções "factícias", o que resultou na criação de uma Seção Histórica. O princípio de proveniência não era devidamente respeitado, nem havia um quadro de classificação. Posteriormente, uma nova edição revisada e atualizada foi publicada no governo de Luís Viana Filho, e a professora Clara Maria Weber Barreto, da Universidade Federal da Bahia, trabalhou na sua equipe de elaboração. A distribuição do Guia foi cuidadosamente planejada. Exemplares foram encaminhados às autoridades da administração pública do estado da Bahia e ao presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, assim como aos governadores dos demais estados brasileiros, às universidades brasileiras e estrangeiras entre outros.

A quinta iniciativa que se destaca na gestão de Luís Henrique foi a criação e a implantação da Biblioteca Francisco Vicente Vianna. Uma biblioteca especializada em livros baianos ou versados em assuntos baianos, criada por meio do decreto nº 18.290, de 12 de janeiro de 1962 (Bahia, 1962b). Denominada Francisco Vicente Vianna em homenagem ao primeiro diretor do APEB, reúne livros raros de enorme valor, dentre os quais a coleção de leis portuguesas (1726-1801), Anais da Assembleia Legislativa (1872-1889), Falas, Relatórios e Mensagens da Presidência da Província (1841-1889), Mensagens dos Governadores do Estado da Bahia (1891-1959).

Essa Biblioteca, preparada de junho de 1959 a janeiro de 1961, custodia, além do acervo bibliográfico, mapas e plantas referentes à cidade do Salvador e ao estado da Bahia desde o período Colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos produzidos, recebidos e acumulados, de 1959 a 1969, pela gestão Luís Henrique Dias Tavares, que compõem o fundo APEB, registram marcos históricos significativos e importantes sobre o processo de institucionalização do APEB, bem como da Arquivologia na Bahia.

Mesmo diante do projeto de reestruturação legal do APEB não ter sido aprovado na Assembleia Legislativa da Bahia, a gestão Luís Henrique buscou outros caminhos para propor um novo direcionamento à instituição, fato que resultou em benefícios para o APEB. Criou e implantou o Curso de Arquivo, o Conselho de Assistência Técnica aos Arquivos e a Biblioteca Francisco Vicente Vianna. Além de elaborar e publicar o Guia do APEB. Um conjunto de ações que, dentre outras, repercutiram como experiência substantiva para o processo de valorização e de modernização da instituição. Incorporando, portanto, aspectos essenciais relacionados a políticas de arquivos, a profissionalização e ao conhecimento teórico-metodológico.

Importante registrar a interlocução nacional e internacional estabelecida por Luís Henrique com diversos atores da comunidade arquivística, e o empenho para divulgar as práticas e o pensamento arquivístico. A exemplo da publicação do *Manual de Arquivos* de autoria de Schellenberg, pela Imprensa Oficial do Estado da Bahia, visando qualificar o trabalho dos arquivistas baianos.

Assim como o Arquivo Nacional, o APEB desempenhou um papel fundamental como pioneiro na formação de pessoal em Arquivologia. Nesse contexto, as evidências apontam para o Arquivo Público como *locus* do embrião que culminou na oferta do curso universitário de Arquivologia, iniciado em 1998 pelo Instituto de Ciência da Informação, na UFBA. Investigações futuras no arquivo histórico do ICI/UFBA deverão possibilitar a reconstituição do processo histórico da construção do curso de graduação em Arquivologia.

É possível compreender que a gestão de Luís Henrique Dias Tavares no APEB contribuiu de forma transformadora, pioneira e profundamente significativa para o desenvolvimento da Arquivologia na Bahia.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, P. J. V. de. **A primeira Reunião Interamericana de Arquivos e sua influência no desenvolvimento teórico-prático da arquivologia brasileira.** 2021. 243 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2021.
- ANDRADE, M. J. de S.; TEIXEIRA, M. T. Luís Henrique Dias Tavares: trabalho, dedicação, precisão e crítica. *In*: LEAL, M. das G. de A.; SOUSA, A. P. (Org.). **Capítulos de história da Bahia – Independência.** Salvador (BA): Assembleia Legislativa da Bahia; EDUNEB, 2017.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de Atividades do Exercício de 1959.** Salvador (BA), 19 jan. 1960.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de Atividades do Exercício de 1961.** Salvador (BA), 13 fev. 1962.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de Atividades do Exercício de 1962.** Salvador (BA), 2 jan. 1963.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de Atividades do Exercício de 1966.** Salvador (BA), 9 fev. 1967.

BAHIA. **Decreto nº 18.290**, de 12 jan. 1962, cria a Biblioteca Francisco Vicente Vianna, no Arquivo Público do Estado da Bahia, 1962a.

BAHIA. **Decreto nº 18.731**, de 17 dez. 1962, cria o Curso de Arquivo, no Arquivo Público do Estado da Bahia, 1962b.

BOULLIER DE BRANCHE, H. **Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro (RJ): Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.

BATALHA, S. **Cartilha histórica da Bahia**. Salvador (BA): Ed. do autor, 2008.

COUTURE, C.; DUCHARME, D. La recherche en archivistique: un état de la question. **Archives**, v. 30, nº 3-4, p. 11- 38, 1998-1999.

GOUVÊA BARBATHO, R. R. O Arquivo Nacional na gestão de Eugênio Vilhena de Moraes, 1938-1945. **Acervo**, v. 34, n. 1, p. 48-67, 2020.

JARDIM, J. M. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. *In*: VALENTIN, M. (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília (SP): Oficina Universitária; São Paulo (SP), Cultura Acadêmica, 2012, p. 135-153

MARQUES, A. A. da C.; RODRIGUES, G. M. Um intelectual no Arquivo: legado de José Honório Rodrigues para a arquivologia no Brasil. **Acervo**, v. 30, n. 2, p. 176-191, 2017.

MARQUES, A. A. da C. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado) – FCI,UnB, Brasília, 2011. (Orientadora: Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues).

MATOS, M. T. N. de B. A formação de pessoal em arquivologia na Bahia. Marcos históricos e institucionais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 31-47, jan./abr. 2021.

MATOS, M. T. N. de B. Políticas públicas e arquivos municipais: a experiência do Arquivo Público do Estado da Bahia, p. 85-98. *In*: RODRIGUES, A. C.; GOMES, D.; OLIVEIRA, L. M. V.; MELLO, M. T. B. (Org.). **Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano (e-book)**. Rio de Janeiro (RJ): L. E. T. Leite, 2019.

MATOS, M. T. N. de B. Governança e arquivos: a gestão Luís Henrique Dias Tavares no Arquivo Público do Estado da Bahia (1959-1969). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, nº 78, p. 147-166, 2018.

MATOS, M. T. N. de B; ROSADO, R. de C. S. de C. História dos arquivos e da arquivologia no Brasil: notas sobre o Arquivo Público do Estado da Bahia, p. 410-429. *In*: VENANACIO, R. P.; SILVA, W. A.; NASCIMENTO, A. (Orgs.). **Ensino e pesquisa em arquivologia** [e-book]: cenários prospectivos. Belo Horizonte (MG): Escola de Ciência da Informação, 2018.

MATOS, M. T. N. de B; ROSADO, R. de C. S. de C. Memória do Arquivo Público do Estado da Bahia, 1890-1994. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.26, n.2, p. 243-255, jul./dez. 2013.

MATOS, M. T. N. de B; ROSADO, Rita de Cássia Santana de Carvalho. A institucionalização do Arquivo Público do Estado da Bahia: 1890-1990. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 39-58, jan./jun. 2012.

NUNES, A. d'A. Arquivo Público da Bahia: constituição e trajetória. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 4., p. 19-22, out. 2010, Vitória (ES). **Anais...**, 2010.

SANTOS, P. R. E. dos. Um ensaio sobre a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 1-34, set./dez. 2022.

SANTOS, P. R. E. dos; LIMA, A. L. G. S. de. "Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração": notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 11, p. 483-502, 2016.

SOUZA, R. de M. A modernização do Arquivo Nacional: uma análise comparativa de 1958-1963 e 1980-1986. **Acesso Livre**, n. 3, p. 17-33, jan.-jun. 2015.

VIVAS MORENO, A. El tempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. **Ci. Inf.**, Brasília, v.33, n.3, p. 76-96, set./dez. 2004.

6

Suellen Alves de Melo
Universidade Federal de Minas Gerais

NORMA DE GÓES MONTEIRO E O ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Embora alguns economistas considerem os anos de 1980 como uma “década perdida” para o país, Jardim (2014) argumenta que, para o campo arquivístico brasileiro, o período foi marcado pelo aparecimento de processos, atores e dinâmicas essenciais para a ascensão da área desde então. O autor apresenta como marcos daquela década a direção-geral do Arquivo Nacional (AN) por Celina Vargas do Amaral Peixoto a partir de 1980 e a aprovação da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados (Jardim, 2014).

Além desses marcos, a modernização do Arquivo Nacional também caracterizou o período. Durante a gestão de Celina Vargas foi realizado um diagnóstico sobre a situação do Arquivo Nacional. Esse diagnóstico revelou graves problemas na instituição: o edifício era inadequado e ameaçava desabar, parte dos documentos recolhidos não tinha identificação e havia uma série de erros técnicos (Jardim, 2014). A partir do diagnóstico foi elaborado e implementado o “Programa de Modernização Institucional do Arquivo Nacional”, que foi composto pelas seguintes áreas de atuação: recursos humanos, instalações físicas, acervo, implementação do Sistema Nacional de Arquivos e legislação voltada aos arquivos. Esse programa contou com a contribuição de funcionários do AN, profissionais da Fundação Getúlio Vargas e consultores internacionais. Também possibilitou que técnicos do Arquivo Nacional participassem de estágios e cursos nos Estados Unidos, Canadá e Europa (Jardim, 2014).

A professora Norma de Góes Monteiro participou intensamente desse processo de modernização do AN, tendo em vista que esteve à frente de alguns cargos na instituição durante a década de 1980, como da Coordenação de Arquivos Intermediários, da Coordenação de Arquivos Permanentes e do Conselho Editorial da Revista Acervo (Arquivo Nacional, 1985; 1986; Monteiro, 1988). Norma de Góes Monteiro foi professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo publicado os livros “Ideias políticas de Arthur Bernardes” e “Imigração e colonização em

Minas – 1889-1930”, entre outras obras. A professora Heloisa Starling, docente do curso de História da UFMG, em entrevista sobre os 50 anos de fundação do curso, destacou a contribuição da professora Norma de Góes Monteiro na cultura de pesquisa no Departamento de História da Universidade durante os anos de 1970 (Starling, 2007). No campo arquivístico, Norma de Góes Monteiro integrou o Comitê de Formação Profissional do Conselho Internacional de Arquivos como representante da Associação Latino-americana de Arquivos e produziu diversos trabalhos científicos, sobretudo voltados ao ensino arquivístico no Brasil (Monteiro, 1988).

A experiência vivenciada no Arquivo Nacional pela professora Norma de Góes Monteiro foi essencial para a cidade de Belo Horizonte durante o processo de criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) no final da década de 1980. Diante disso, o objetivo deste trabalho é apresentar a participação da professora Norma de Góes Monteiro nas discussões que culminaram na construção da referida instituição e na formulação da política de arquivos públicos e privados da capital mineira. Para tanto, a metodologia do trabalho compreendeu pesquisa qualitativa com o uso de bibliografia pertinente ao tema e o emprego de documentos de arquivo do Subfundo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, custodiado pelo APCBH.

O FIM DA DÉCADA DE 1980 E OS NOVOS TEMPOS PARA OS ARQUIVOS BELO-HORIZONTINOS

A década de 1980 é marcada pela redemocratização do Brasil e pela promulgação da Constituição de 1988. Como instrumento legal que dispõe a respeito de diversos direitos e deveres

da sociedade brasileira, a chamada Constituição Cidadã é especialmente importante para a área dos arquivos no país porque incluiu os documentos como patrimônio cultural e responsabilizou o Estado pela gestão documental da administração pública (Brasil, 1988). Este novo contexto no país foi fundamental para a promulgação da Lei n. 8.159/1991. De acordo com a referida lei, os estados, o Distrito Federal e os municípios deveriam definir suas respectivas políticas arquivísticas por meio de legislação (Brasil, 1991). Na capital de Minas Gerais tal fato ocorreu em maio de 1991, apenas alguns meses após a publicação da legislação federal. Esse pioneirismo belo-horizontino deveu-se sobretudo pela colaboração de Norma de Góes Monteiro, tendo em vista que sua participação no processo de modernização institucional do Arquivo Nacional beneficiou as discussões arquivísticas da capital mineira.

Para contextualizar o cenário arquivístico de Belo Horizonte daquela época, é preciso esclarecer que, embora o município tenha sido construído no final do século XIX, entre 1894 e 1897, até 1991 a cidade ainda não possuía uma instituição arquivística pública responsável pela preservação dos documentos permanentes e pela elaboração de uma política de gestão de documentos. Parrela (2009) explica que, antes mesmo de sua inauguração como nova capital de Minas Gerais, ainda na época da Comissão Construtora da Nova Capital, a administração pública já possuía serviços de arquivos. No entanto, a autora esclarece que, ao longo dos anos, quando a administração pública já havia sido organizada administrativamente como prefeitura, o tratamento aplicado aos arquivos do Poder Executivo Municipal passou por diferentes modelos de gestão: ora valorizados, ora abandonados, até mesmo sendo eliminados indiscriminadamente (Parrela, 2009). A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) chegou a possuir o Arquivo Municipal em sua estrutura administrativa, todavia, na gestão do prefeito Juscelino Kubitschek (1940-1945), o órgão não estava mais presente no organograma da Prefeitura. Além disso, parte dos documentos considerados importantes para a história

do município foram transferidos para o Museu Histórico, atual Museu Histórico Abílio Barreto. Dessa forma, o setor de arquivos da Prefeitura passou a ser caracterizado especialmente por sua natureza administrativa (Parrela, 2009).

Com a redemocratização do Brasil, no bojo das discussões para a criação da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), a preservação do patrimônio municipal a partir da valorização de instituições culturais foi enfatizada pelo Poder Público belo-horizontino (Vieira, 2014). A Lei n. 5.562, de 31 de maio de 1989, criou a referida secretaria e atribuiu entre suas competências o planejamento e a coordenação das atividades de casas de espetáculos, museus, bibliotecas, arquivos, centros culturais e demais atividades culturais promovidas ou patrocinadas pela Prefeitura (Belo Horizonte, 1989). Dessa forma, as discussões sobre a criação da instituição arquivística pública para a capital mineira tornou-se fundamental naquele contexto.

Em 24 de agosto de 1989, a presidente da SMC, professora Berenice Menegale, instalou a comissão responsável pelos estudos que embasariam a elaboração de projeto de criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Além da professora Norma de Góes Monteiro, a comissão foi composta por Hélio Gravatá, bibliotecário e pesquisador do Arquivo Público Mineiro; Ismaíla de Moura Nunes, professora da Escola de Arquitetura da UFMG e engenheira da Secretaria Municipal de Planejamento; Josélia Santos Silva, historiadora e funcionária da Secretaria Municipal de Cultura; Leonardo José de Magalhães Gomes, historiador e diretor do Museu Histórico Abílio Barreto; Luiz Gonzaga Teixeira, professor da UFMG, assessor da Secretaria Municipal de Cultura e coordenador da comissão; Maria Auxiliadora de Faria, professora do curso de História da UFMG; e Roberto Borges Martins, professor do curso de Economia da UFMG (Secretaria Municipal de Cultura, 1989a).

Ao abrir os trabalhos da comissão, Berenice Menegale enfatizou que a construção do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte estava relacionada com a preocupação da administração municipal com a preservação da memória documental da cidade. Após reafirmar a importância do projeto para a Secretaria Municipal de Cultura, o coordenador da comissão, Luiz Gonzaga Teixeira, passou a palavra para a professora Norma de Góes Monteiro. Em sua fala, a historiadora fez um relato sobre sua experiência profissional no Arquivo Nacional e expôs as funções, objetivos, estrutura e funcionamento de um arquivo público. Também destacou que a moderna concepção de uma instituição arquivística compreendia que um arquivo público, além de ser importante para as áreas de história e cultura, é fundamental para a administração pública e para os municípios (Secretaria Municipal de Cultura, 1989a).

Na segunda reunião da comissão, em 1º de setembro de 1989, a professora Norma de Góes Monteiro destacou que a sala de consultas poderia ser considerada o “espelho” da instituição, uma vez que o despreparo dos atendentes poderia dificultar o trabalho dos usuários e pesquisadores. Além disso, a professora também concordou com Hélio Gravatá, bibliotecário e pesquisador do Arquivo Público Mineiro, sobre o dever de o Arquivo ser uma instituição dinâmica, a qual não deveria ser apenas um depósito de papéis. Nesta ocasião, Norma de Góes Monteiro também apresentou aos demais colegas a 6ª versão do projeto de lei do Arquivo Nacional que versava sobre a política nacional de arquivos públicos e privados (posteriormente, Lei n. 8.159/1991). A professora considerava que o documento poderia ser utilizado pela comissão para a elaboração da política de arquivos de Belo Horizonte, já que o texto havia sido elaborado com base na nova Constituição. Também foi tema de debate dessa reunião o fato de a Prefeitura não possuir recursos para contratar pessoas para a equipe da instituição que seria criada. Para amenizar a situação, a professora Norma de Góes Monteiro comprometeu-se com a elaboração de um curso que preparasse servidores da própria PBH para

o levantamento documental que seria feito e, além disso, se dispôs a ser responsável pela seleção da equipe que trabalharia no APCBH (Secretaria Municipal de Cultura, 1989b).

Em 1º de dezembro de 1989 ocorreu a terceira reunião da comissão. Na ocasião, os anteprojetos de leis que versavam sobre a criação do APCBH e sobre a política municipal de arquivos públicos e privados foram apresentados e ficou decidido que eles seriam encaminhados ao prefeito para avaliação e, posteriormente, enviados à Câmara Municipal. Essa terceira reunião encerrou a primeira fase dos trabalhos para a criação do APCBH (Secretaria Municipal de Cultura, 1989c). Um ano mais tarde, no relatório de atividades de 1990 foi registrado que o prefeito Pimenta da Veiga designou a professora Norma de Góes Monteiro para ser a responsável pela promoção de estudos e gestões necessárias à implantação de sistema municipal de arquivos públicos e privados¹⁴ e à criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. O relatório também registrou que os projetos de leis se encontravam na Secretaria Municipal de Governo para revisão final e encaminhamento à Câmara Municipal (Secretaria Municipal de Cultura, 1990).

O ano de 1990 foi marcado por intenso trabalho realizado pela equipe liderada pela professora Norma de Góes Monteiro em prol da criação do APCBH. Como exemplos podem ser citadas a realização de recenseamento dos arquivos administrativos e técnicos da Prefeitura e a promoção do "Seminário Bases para a Implantação de um Arquivo Moderno: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte". Este seminário ocorreu entre os dias 04 e 06 de setembro de 1990 e foi composto pelas seguintes exposições: "Arquivos públicos brasileiros - modernidade ainda que tardia?" por José Maria Jardim; "A legislação e a política de arquivos no Brasil" por Aurélio Wander Bastos; "A formação profissional do arquivista" por Norma de Góes

14

Apesar de ter existido a intenção de criar um sistema municipal de arquivos na Prefeitura de Belo Horizonte, a proposta não foi colocada em prática.

Monteiro; “O conceito e a prática da gestão de documentos” por José Maria Jardim; “Os novos documentos de arquivo” por Ana Maria de Lima Brandão; “Memória e história” por Francisco Iglésias e João Antônio de Paula (Secretaria Municipal de Cultura, 1990).

A publicação que reuniu os textos apresentados durante o evento registrou a concepção de arquivo moderno:

Um arquivo não é um depósito de papéis velhos. E não somente a oficina do historiador. Um arquivo moderno é um centro de divulgação e desenvolvimento científico-cultural, de apoio à administração pública e fonte de prova e informação ao cidadão (Secretaria Municipal de Cultura, 1991, s.n.).

No encerramento do seminário foram aprovadas em plenário sete recomendações, entre elas: que os projetos de lei de criação do APCBH e de instituição da política municipal de arquivos fossem encaminhados, com urgência, ao Poder Legislativo; que a Câmara Municipal apreciasse os projetos de lei, e os vereadores votassem de modo a promover a gestão de documentos do Poder Executivo municipal e a preservação dos documentos de guarda permanente; que a Prefeitura dotasse o APCBH de sede própria e promovesse a capacitação das pessoas que atuassem nos arquivos da administração pública (Secretaria Municipal de Cultura, 1990).

Das recomendações aprovadas, sem dúvidas, as duas primeiras foram realizadas pelos poderes Executivo e Legislativo, tendo em vista que, em 20 de maio de 1991, as leis n. 5.899 e 5.900 foram promulgadas. A Lei n. 5.899/1991 estabeleceu a política municipal de arquivos públicos e privados, e a Lei n. 5.900/1991 criou o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (Belo Horizonte, 1991, Lei n. 5.899, Lei n. 5.900). Ao comparar a Lei Municipal n. 5.899/1991 com a Lei Nacional 8.159/1991 é possível perceber que os textos são muito semelhantes, inclusive com a menção da criação de um conselho municipal de arquivos como o modelo federal, proposta

que ainda não foi executada na capital mineira (Belo Horizonte, 1991, Lei n. 5.899; Brasil, Lei n. 8.159, 1991). De acordo com a política municipal de arquivos públicos e privados, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte ficou responsável pela:

[...] gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo e a normatização, gestão, conservação e organização dos documentos dos arquivos municipais, de modo a facultar o seu acesso e implementar a política municipal de arquivos (Belo Horizonte, 1991, Lei n. 5.899, Art. 15).

As recomendações relacionadas à equipe técnica e à sede da instituição seguem como questões a serem resolvidas pela Prefeitura de Belo Horizonte. Em relação à sede, desde a primeira reunião da comissão instalada pela Secretaria Municipal de Cultura, vários espaços da cidade já foram requisitados para abrigar permanentemente o APCBH. Todavia, a instituição ainda não possui sede própria, ocupando um prédio alugado desde 1996. Segundo Chagas (2016), apesar do local não ser apropriado para abrigar uma instituição arquivística, ao longo dos anos, adaptações foram feitas com o objetivo de tornar o local melhor estruturado aos trabalhos da equipe técnica, ao armazenamento dos documentos e ao atendimento à sociedade.

De acordo com a cronologia dos 30 anos do APCBH, a professora Norma de Góes Monteiro foi a primeira diretora da instituição, permanecendo no cargo até maio de 1995. Durante este período, a instituição desenvolveu diversos projetos, como, por exemplo, a “Evolução da Estrutura Organizacional do Município de Belo Horizonte (1894-1990)”, iniciativa fundamental para compreender a produção documental da Prefeitura e contribuir na elaboração do quadro de arranjo e de instrumentos de pesquisa (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, s.d.). A professora Norma de Góes Monteiro também se empenhou para que a instituição fizesse parte das discussões arquivísticas nacionais e internacionais, a partir da participação de pessoas da equipe do APCBH em eventos da área, assim

como na formação da biblioteca técnica do órgão. A respeito deste último fato, é interessante que, ainda em 1990, a professora Norma de Góes Monteiro, enviou cartas para instituições como Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Associação dos Arquivistas Brasileiros e Associação dos Arquivistas da França solicitando o envio de livros e demais publicações para formação da referida biblioteca (Secretaria Municipal de Cultura, 1990).

Em relação à gestão de documentos, a instituição passou a manter contato com os órgãos da PBH com o objetivo de orientar os servidores sobre a organização dos documentos correntes e acerca da transferência de documentos para o arquivo intermediário. Em 1993, a instituição iniciou o atendimento ao público e foi aprovado o projeto “Implantação de Gestão de Documentos na PBH”, o qual contribuiu para o início do trabalho da comissão responsável pela elaboração da tabela de temporalidade e destinação de documentos da Prefeitura em 1994 (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, s.d.).

Sob a concepção de “arquivo moderno”, a professora Norma de Góes Monteiro também direcionou parte do trabalho da instituição para estratégias de aproximação à sociedade. Nesse sentido, foi criado em 1993 o projeto “Banco de Teses sobre a História de Belo Horizonte e Minas Gerais”, posteriormente denominado “Novos Registros”, com o objetivo de convidar pesquisadoras e pesquisadores para apresentar seus trabalhos para o público interessado e constituir o acervo da biblioteca do APCBH com a doação de exemplares das produções acadêmicas desenvolvidas no âmbito de programas de pós-graduação. Dessa forma, além de criar vínculos com a comunidade acadêmica e subsidiar novas pesquisas com a formação de um conjunto de dissertações e teses, desde sua criação, o projeto “Novos Registros” vem possibilitando que diferentes públicos sejam contemplados pelas atividades do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, tendo em vista que as edições do evento são realizadas em locais externos à sede da instituição (Arquivo Público da Cidade

de Belo Horizonte, 2017). Além dos “Novos Registros”, nos primeiros anos de atuação, o APCBH criou o projeto “Arquivo Vivo – Uma Proposta Educativa”, que tinha como objetivo apresentar o acervo da instituição e as possibilidades de trabalho com os documentos de arquivo para o público escolar (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2001) – inclusive este público, ao longo dos anos, vem sendo privilegiado pelas estratégias da instituição voltadas à difusão e educação pelo patrimônio cultural, o que tem contribuído para seu destaque no cenário nacional em relação às atividades educativas.

A participação da professora Norma de Góes Monteiro nos trabalhos de criação do APCBH foi primordial para agilizar o processo da construção da política municipal de arquivos de Belo Horizonte, sobretudo devido a sua experiência no Arquivo Nacional e ao seu conhecimento acerca do projeto da lei nacional de arquivos. Durante sua passagem pela instituição, Norma de Góes Monteiro estreitou a relação do APCBH com outras instituições, como o Arquivo Nacional e o Conselho Internacional de Arquivos.

Analisando o período anterior à criação do APCBH e os anos de sua gestão, é possível perceber o empenho da historiadora em fazer com que o órgão fosse um arquivo moderno voltado para a divulgação e desenvolvimento científico-cultural, além de apoiar a administração pública e preservar documentos como fonte de prova e informação (Secretaria Municipal de Cultura, 1991). Em 2011, ao ser homenageada no aniversário de 20 anos da instituição, ela recordou o trabalho de convencimento que teve que realizar nas secretarias da Prefeitura acerca da importância da memória e da gestão de documentos (Belo Horizonte, 2011). Em um cenário em que não havia o cuidado devido com os documentos da administração pública, em que muitos deles eram eliminados indiscriminadamente e, além disso, que ainda não havia a oferta de curso de Arquivologia em Belo Horizonte, certamente, não foi fácil modificar a realidade documental da Prefeitura e criar o APCBH.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho destacou a participação de Norma de Góes Monteiro no processo de criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Apesar disso, é preciso enfatizar que a professora não desenvolveu as atividades de maneira solitária. Antes da criação do APCBH e ao longo de sua gestão, Norma de Góes Monteiro esteve cercada de outras pessoas, que foram essenciais no processo de consolidação dos trabalhos da instituição. Técnicas e técnicos que nem sempre possuíam a formação teórica da área, mas que aprenderam na prática o que fazer arquivístico.

Dito isto, é claro que a experiência de Norma de Góes Monteiro no Arquivo Nacional e sua dedicação aos arquivos belo-horizontinos possibilitaram um novo tempo para a gestão e preservação de documentos da administração pública da capital mineira nos anos de 1990. No entanto, a década de 1980 não foi um tempo perdido para o campo arquivístico de Belo Horizonte porque, naquele cenário de redemocratização do país, a administração pública investiu nos arquivos do município. Pessoas são essenciais nos processos administrativos, mas suas ações apenas são instrumentalizadas a partir da presença de diferentes recursos. Apesar de não ter apresentado a situação contemporânea do APCBH, como as demais instituições brasileiras que atuam em prol dos arquivos, o órgão carece de visibilidade na estrutura da administração pública. O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte é uma instituição arquivística reconhecida nacionalmente por seus trabalhos, especialmente aqueles relacionados à educação pelo patrimônio cultural, contudo o órgão tem carecido de recursos, principalmente no que diz respeito à sua atuação na gestão de documentos. A instituição tem carecido de políticas públicas de Estado – e não de governo – que garantam sua existência e atuação ao longo dos anos. Fica aqui registrado esse manifesto.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 137-251, jul./dez. 1986.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Orientações para avaliação e arquivamento intermediário em arquivos públicos**. Publicações técnicas 41. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **30 anos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte - Cronologia**. Sem data. Subfundo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **A trajetória do projeto Novos Registros do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, v. 3, 2017.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Guia do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, APCBH, 2001.

BELO HORIZONTE. 20 anos do Arquivo Público: momentos de reconhecer as conquistas. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, ano XVII, n. 3.831, p. 2, 21 maio 2011.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 5.562, de 31 de maio de 1989**. Dispõe sobre a estrutura organizacional da administração direta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao>. Acesso em: 26 jul. 2023.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 5.899, de 20 de maio de 1991**. Dispõe sobre a política municipal de arquivos público e privados e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao>. Acesso em: 26 jul. 2023.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 5.900, de 20 de maio de 1991**. Dispõe sobre a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao>. Acesso em: 26 jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jul. 2023.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispões sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 26 jul. 2023.

CHAGAS, C. A. **Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte:** a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil. 2016. 261 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AM2PLJ>. Acesso em: 26 jul. 2023.

JARDIM, J. M. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980. *In:* MARQUES, A. A. da C.; RODRIGUES, G. M.; SANTOS, P. R. E. (Orgs.). **História da arquivologia no Brasil:** instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014. p. 143-172.

MONTEIRO, N. de G. Reflexões sobre o ensino arquivístico no Brasil. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 79-89, jul./dez. 1988.

PARRELA, I. D. **Entre arquivos, bibliotecas e museus:** a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da pátria mineira – 1895-1937. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (BELO HORIZONTE). **Ata da reunião de instalação da comissão incumbida de realizar estudos visando à elaboração do projeto de criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.** 24 ago. 1989. Subfundo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (1989a).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (BELO HORIZONTE). **Ata da segunda reunião da comissão incumbida de realizar estudos visando à elaboração do projeto de criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.** 1º set. 1989. Subfundo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (1989b).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (BELO HORIZONTE). **Ata da terceira reunião da comissão incumbida de realizar estudos visando à elaboração do projeto de criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.** 1º dez. 1989. Subfundo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (1989c).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (BELO HORIZONTE). **Relatório 1990.** Subfundo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (1990).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (BELO HORIZONTE). Seminário Bases para a Implantação de um Arquivo Moderno: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. 1990, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

STARLING, H. Curso de história completa 50 anos de fundação. **Boletim da UFMG**, Belo Horizonte, n. 1592, ano 34, 26 nov. 2007. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/1592/curso-de-historia-completa-50-anos-de-fundacao-1>. Acesso em: 26 jul. 2023.

VIEIRA, L. C. F. **A tabela de temporalidade de documentos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte**: histórico de criação e reflexões sobre a sua utilização. 2014. Monografia (Graduação) – Curso de Arquivologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

7

Natasha Hermida Pereira Castro da Silva
Arquivo Nacional

Clarissa Schmidt
Universidade Federal Fluminense

Margareth Silva
Universidade Federal Fluminense

A PARTICIPAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL NO PROJETO INTERPARES

O presente artigo é resultado de pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, a qual pretende identificar a influência do Projeto InterPARES na produção científica arquivística brasileira.

O InterPARES é um projeto acadêmico de pesquisa desenvolvido pela Universidade de British Columbia-Canadá, de nível internacional, que estuda a preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos. Suas primeiras quatro fases foram coordenadas pela professora Luciana Duranti (InterPARES I de 1999-2001, InterPARES II de 2002-2007, InterPARES III de 2007-2012, InterPARES TRUST de 2013-2016) e, hoje, tem sua quinta fase coordenada pela pesquisadora Corinne Rogers (InterPARES Trust AI 2021-2026).

O InterPARES I teve como objeto os documentos arquivísticos digitais "tradicionais", ou seja, abordou a preservação da autenticidade dos documentos arquivísticos produzidos e/ou mantidos em bases de dados e sistemas de gestão de documentos, no curso das atividades das organizações. Os resultados desta pesquisa podem ser encontrados no livro *The Long-term Preservation of Authentic Electronic Records: Findings of the InterPARES Project*. Por sua vez, o InterPARES II teve como foco os documentos arquivísticos produzidos em ambientes complexos, por sistemas interativos, dinâmicos e experienciais, no curso de atividades artísticas, científicas e de governo. Além das questões relativas à autenticidade, o projeto tratou da confiabilidade e acurácia dos documentos, envolvendo todo o ciclo de vida dos documentos, desde sua produção até a destinação final. Os resultados desta pesquisa foram publicados no livro *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (InterPARES) 2: Experiential, Interactive and Dynamic Records*. Já o InterPARES III teve como objetivo testar a teoria e a metodologia de preservação digital produzidas nas duas fases anteriores. Foram publicados diversos relatórios sobre os estudos de caso de aplicação das metodologias definidas nos projetos anteriores. Assim, com

o propósito de desenvolver o conhecimento teórico-metodológico essencial para a preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos, o projeto InterPARES, a partir dos estudos desenvolvidos, elaborou os seguintes produtos: base de dados de terminologia: dicionário, glossário e ontologias; requisitos para apoiar a presunção de autenticidade dos documentos digitais (*Benchmark*); requisitos para apoiar a produção de cópias autênticas de documentos digitais (*Baseline*); princípios para conduzir as políticas, normas e estratégias de preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos; diretrizes do produtor – a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos; diretrizes do preservador – a preservação de documentos arquivísticos digitais: diretrizes para organizações; e modelo para análise diplomática dos documentos arquivísticos digitais. O InterPARES Trust (4) explorou questões sobre confiança e credibilidade dos documentos digitais em ambientes on-line, produziu uma série de artigos, relatórios, livros, capítulos de livros e diversos eventos sobre o tema. Seu maior destaque foi a publicação do livro *Trusting Records in the Cloud: the creation, management and preservation of trustworthy digital content*. Por fim, a etapa atual do projeto InterPARES – o InterPARES AI, tem como objetivo desenvolver e impulsionar o uso da inteligência artificial para apoiar a disponibilidade e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais dotados de credibilidade.

Ao longo de sua trajetória, o projeto dispôs majoritariamente da contribuição de instituições universitárias de diversos países, colocando a participação do Arquivo Nacional do Brasil em destaque por ser uma instituição arquivística. Destaca-se que a partir da inclusão do Arquivo Nacional no referido projeto, a instituição passou a ter maior destaque para solucionar problemas práticos e teóricos envolvendo a temática de documentos arquivísticos digitais. É importante ressaltar que produções técnicas científicas como o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados da Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil) – Versão 1 e 2, as Diretrizes para a Implementação

de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis - RDC-Arq, as Diretrizes do produtor e do preservador, a Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, as Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais, as Diretrizes para a Gestão Arquivística do Correio Eletrônico Corporativo e o Glossário dos Documentos Arquivísticos Digitais, foram produzidos com base nos estudos do projeto InterPARES. Além dessas, há também as Recomendações para uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, as Recomendações para elaboração de política de preservação digital e as Recomendações para o tratamento de fotografias digitais no contexto da gestão de documentos.

Mediante o cenário apresentado, teve-se a curiosidade de investigar como se deu o envolvimento do Arquivo Nacional brasileiro no Projeto InterPARES. Especificamente, busca-se conhecer os primeiros passos dados pelo Arquivo Nacional para integrar o projeto, verificar se os resultados propostos pelo Arquivo Nacional foram alcançados e saber perspectivas futuras dessa parceria. Para isso, estabeleceu-se a entrevista como a estratégia metodológica mais adequada para a realização deste artigo.

A entrevista é uma ferramenta própria da metodologia de pesquisa qualitativa que possibilita avaliar, qualificar e explorar as narrativas dos entrevistados de acordo com a problemática vigente. Neste artigo, a coleta de dados se deu a partir da entrevista sistematizada e com um roteiro previamente estabelecido de acordo com a problemática central, qual seja, como se deu a participação do Arquivo Nacional no projeto InterPARES. Assim sendo, elegeu-se a profissional Claudia Lacombe como entrevistada devido ao fato dela ser especialista do Arquivo Nacional desde 1988 e pesquisadora do Projeto InterPARES desde 2007. Além disso, coordenou o Programa Permanente de preservação e Acesso a Documentos Digitais do Arquivo Nacional – AN Digital e foi Presidente da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos de 2004

a 2020. Justifica-se, ainda, a escolha da entrevistada pois, na terceira fase do projeto (2007-2012), Claudia Lacombe foi diretora da equipe brasileira. É importante esclarecer que, ao fazer a entrevista, conheceu-se uma parcela da experiência científica e profissional adquirida pela entrevistada durante todo o seu pensar e fazer arquivístico.

A ENTREVISTA

A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de um roteiro de entrevista contando com uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida. O processo de interação contém quatro componentes que devem ser explicitados, enfatizando-se suas vantagens, desvantagens e limitações. São eles: a) o entrevistador; b) o entrevistado; c) a situação da entrevista; d) o instrumento de captação de dados ou o roteiro da entrevista [...] deve-se ter em mente que nenhum dos elementos “faz sentido” separado da totalidade. Cada um está em “relação” a um outro [...] a entrevista, como qualquer outro instrumento está submetido aos cânones do método científico, um dos quais é a busca da objetividade, ou seja, a tentativa de captação do real sem contaminações indesejáveis, nem da parte do pesquisador, nem de fatores externos que possam modificar aquele real original.

Se o método da entrevista proporciona, de um lado, contato direto entre o entrevistador e seu entrevistado, buscando a obtenção de informações e elementos de reflexão ricos e matizados, de outro, exige que espírito do entrevistador permaneça atento, de modo que suas intervenções proporcionam reações que tragam elementos de análise os mais lucrativos possíveis para a entrevista.

A entrevista realizada foi do tipo semiestruturada, muito utilizada em investigação social. É semiestruturada por não ser inteiramente aberta, nem conter muitas perguntas precisas, mas sim conter perguntas guia sem importar a ordem que são feitas (Quivy; Campenhoudt, 2003, p. 192).

O que caracteriza o tipo de entrevista semiestruturada é o controle do processo mantido pelo pesquisador. A entrevista semiestruturada relaciona-se de maneira geral com a entrevista clínica, pois é orientada para resposta, ou seja, o investigador em questão "por questões ou hipótese de investigação, tenta suscitar à medida que as entrevistas se desenrolam a revelação que lhe permita testar as hipóteses que formulou" (Lessard-Hébert; Goyette; Boutin, 1994, p. 164).

Assim, foi entrevistada Claudia Lacombe, profissional do Arquivo Nacional que participa do projeto InterPARES até os dias atuais. É importante esclarecer que, ao fazer a entrevista, conheceu-se uma parcela da experiência científica e profissional adquirida pela entrevistada durante todo o seu pensar e fazer arquivístico.

A entrevista foi realizada mediante agendamento na parte da tarde, no dia 14 de abril de 2023, às duas horas, de maneira online na sala de trabalho da entrevistada.

Para a gravação da entrevista, foi utilizado um gravador de capacidade ilimitada. A entrevista foi encerrada às 14h50 min, tendo durado, portanto, por volta de cinquenta minutos. A entrevista foi realizada com o cotidiano do setor em suas atividades rotineiras.

A entrevista foi formulada e executada com o propósito de analisar a relação entre as atividades de pesquisa do projeto InterPARES e as rotinas de trabalho, do Arquivo Nacional, voltadas para a temática dos documentos arquivísticos digitais. Claudia Lacombe se propôs a elucidar aspectos relevantes a fim de contribuir para a pesquisa em questão.

Quando solicitada de uma pequena apresentação profissional no Arquivo Nacional, Lacombe destacou:

O Arquivo Nacional foi o meu primeiro emprego. Logo que me formei, teve uma prova para admissão aqui para o Arquivo e, então, eu entrei para cá e aqui eu fiz a minha carreira toda. Eu tinha acabado de me formar em História. Eu comecei a cursar História junto com Engenharia. Depois de dois anos cursando as duas eu desisti da Engenharia e resolvi terminar a faculdade de História. Foi, assim, uma decisão difícil, ninguém me apoiou, mas eu segui em frente. Então, logo que eu me formei eu fiz a prova, porque todos os meus estágios foram na área de arquivo. Eu fiz História, mas os estágios foram sempre trabalhando com arquivos. Nisso eu me formei, teve a prova para cá e fui trabalhar na área de documentação permanente. Logo que eu entrei eu resolvi voltar para a área de Tecnologia, e fui fazer um curso de especialização em Tecnologia da Informação, de Analista de Sistemas na PUC. Era um curso bem-conceituado. Eu consegui entrar para essa especialização porque eu era formada em História e tinha todo o básico da Engenharia. Eu apresentei o meu histórico da Engenharia e eles me aceitaram no curso de análise de sistemas. Então, eu fiquei trabalhando aqui no Arquivo e fazendo o curso, que era noturno. Quando eu terminei o curso, eu quis mudar de área para trabalhar na área de Tecnologia de Informação aqui no Arquivo Nacional, mas não consegui porque era uma área recém-formada com cinco profissionais e o meu chefe queria que eu continuasse trabalhando na área de documentação permanente. Até que os profissionais de TI foram saindo e dos cinco só ficaram dois. Então, finalmente o meu chefe teve que me ceder para a área de TI. Então, eu fui para lá e fiquei dez anos trabalhando no desenvolvimento de sistemas. A gente implantou a primeira rede aqui do Arquivo Nacional, foi estruturando toda a área de Tecnologia de Informação, desenvolvemos vários sistemas para Instrumentos de Pesquisa. Naquela época, não existia ainda a Norma Internacional de Descrição ISAD(G). Então, cada fundo era tratado de uma forma diferente e a gente fazia um sistema para cada fundo.

Naquela época, a gente já estava pensando em desenvolver um sistema único que desse conta dessa descrição. Até que, a ISAD(G) foi publicada com descrição multinível e foi justamente na época que eu saí de licença maternidade e licença prêmio. Fiquei quase um ano fora do Arquivo. Nesse período, o Arquivo Nacional acabou desenvolvendo o SIAN com base na ISAD(G) e, a partir daí, a área de TI mudou bastante. Quando eu voltei para o Arquivo Nacional, da minha licença, foi uma época que o Arquivo estava bastante parado e eu fui fazer o meu mestrado em Informática e recebi também o convite para trabalhar fora do Arquivo. Pedi uma licença sem vencimentos do Arquivo Nacional e fui fazer um trabalho no Estado, que estava desenvolvendo uma ferramenta de geoprocessamento para as delegacias de polícia. Eu me inseri nesse grupo que estava desenvolveu essa ferramenta. Fiquei quase dois anos fora do Arquivo. Fiz o mestrado e fiquei fazendo esse trabalho fora. Quando eu retornei, o Diretor do Arquivo, nesse momento era o Jaime, que tinha sido o meu chefe na área de documentação permanente, me perguntou assim: você quer voltar para a área de TI ou você quer voltar a trabalhar na área finalística? Aí, eu respondi: depende. O que eu vou fazer na área finalística? Ele falou assim: Estou criando um grupo para trabalhar com documentos arquivísticos digitais.

A partir desse cenário, a entrevistada foi questionada sobre como a temática dos documentos arquivísticos digitais foi inserida na agenda do Arquivo Nacional.

A preocupação de documentos digitais no Arquivo Nacional, ela começa devagar. Havia uma pessoa pensando, que era o Carlos Ditadi e já tinha algumas iniciativas. O Conarq, em 1996, criou uma Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Naquela época, era a terminologia utilizada (documentos eletrônicos) e tinham algumas discussões, mas o Arquivo mesmo não estava ainda tratando os documentos digitais como uma atividade rotineira ou não tinha uma preocupação com a gestão e a preservação dos documentos digitais na instituição Arquivo Nacional. Essas iniciativas e preocupações, em

1996, se davam no âmbito do Conarq e, é nesse momento, em 2003, que o Jaime fez uma grande reestruturação no Arquivo Nacional, criou áreas novas e criou um grupo para estudar e tratar os documentos arquivísticos digitais no Arquivo Nacional. O grupo, na verdade, era uma dupla: Eu e o Carlos Ditadi. Como o Carlos estava trabalhando com isso, nesse momento ele (o Jaime) me fez esse convite. Aí, eu falei: Olha, eu não sei nada do documento arquivístico digital. Eu nunca estudei o assunto, mas eu conheço de documento arquivístico, tenho experiência porque já trabalhei com isso, entendo de informática e de informática aplicada nos arquivos, pois afinal a minha experiência em informática foi toda no Arquivo Nacional... Então, eu aceitei o desafio, mas tive que aprender tudo do zero. O Carlos já estava mais inserido nessa discussão, conhecia algumas iniciativas e ele foi assim me passando uma bibliografia. Esse grupo foi alocado na então Coordenação Geral de Gestão de Documentos, que era a área que tratava de gestão de documentos. Nessa reestruturação, o Jaime também transferiu a Margareth Silva para essa Coordenação, mas para trabalhar na área de gestão de documentos. Inicialmente, o pedido era que a Margareth trabalhasse com a equipe de gestão e com desenvolvimento de Código de Classificação e orientação aos órgãos e tal. Eu já tinha trabalhado com a Margareth, quando eu entrei no Arquivo em 1988. Nós entramos juntas e trabalhamos juntas, naqueles anos iniciais. A gente tinha uma boa interação e aí começamos a estudar. Ela começou a se interessar pelo tema e acabou se mudando, a gente acabou trabalhando juntas. O Carlos e, principalmente, eu e a Margareth tínhamos uma interação muito boa. Aí, a gente começou a estudar as principais iniciativas e fomos indicados para trabalhar na Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conarq. Nessa época, também, eu fui, por indicação do Jaime, indicada para assumir a presidência da CTDE. Quem era presidente era a Rosely Rondinelli e ela pediu para sair da presidência e então teve uma nova eleição, e aí o Jaime me pediu para colocar o meu nome e eu fui eleita a presidente. Nesse momento, eu já tinha estudado alguma coisa e fui juntando as coisas. Na verdade, a gente aproveita tudo que aprende na vida.

Eu nunca me esqueci... Uma vez, o meu primo me passou e eu não guardei esse texto... Eu me arrependo. Era um discurso do Steve Jobs para uma turma que estava se formando na área de informática, ele era patrono, o tema era "Juntando os pontos" e ele falava justamente isso: que, às vezes, na vida a gente estuda coisas que a princípio parece que não tem nada a ver com a outra. Quando eu fiz vestibular, voltando para a minha carreira, eu fiz História e Engenharia. As pessoas falavam que uma coisa não tem nada a ver com a outra... Na metade da Engenharia, fui para informática. Nesse momento no AN, foi um momento que eu estava juntando os pontos. Que era o que o Steve Jobs falava nesse discurso, que foi uma coisa que me marcou muito. E é isso, você em algum momento da vida junta os seus conhecimentos e dá um salto para frente. Acabou que nesse momento, as nossas atividades ficaram muito mais voltadas para a CTDE. A gente estudava muito em grupo e aí começamos a ler sobre todos os projetos de pesquisa para ver o que estava acontecendo no cenário internacional para a gente se atualizar e foi assim que tivemos o primeiro contato com o Projeto InterPARES. O Conarq demandava muitos trabalhos e por isso, também, nossos primeiros trabalhos foram pelo Conarq. Vamos dizer assim, era o Arquivo Nacional trabalhando para a CTDE. Esses trabalhos foram as primeiras Resoluções do Conarq que falam sobre a gestão de documentos eletrônicos que tem que ser feita no contexto da gestão de documentos como um todo no órgão, com documentos eletrônicos e não eletrônicos; a Carta de Preservação; que foi um trabalho que serviu de instrumento político até para a gente sensibilizar os órgãos do governo sobre a importância da gestão de documentos digitais, sobre algumas iniciativas que precisavam ser realizadas com relação a normas e padrões. A nossa participação em algumas ações do Governo Eletrônico que justificamos também por esse conceito da Carta. O Jaime fez um pedido especial, porque naquela época, estava sendo publicado o Moreq da União Europeia. Ele nos perguntou se cabia adotar o Moreq ou se era mais adequado fazer algum modelo de requisitos. Nós estudamos o Moreq e outras iniciativas similares também que estavam

sendo publicadas como o Padrão DOD, dos Estados Unidos e um outro modelo de requisitos que deu origem ao Moreq, o Modelo de Requisitos do Reino Unido. A gente estudou e entendeu que o Moreq é um instrumento muito bem estruturado, mas que tinha alguns detalhes que não se adaptavam às nossas práticas de gestão de documentos que eram realizadas no Brasil, e que precisaria fazer algumas adaptações. Então, nós optamos por fazer uma norma bastante inspirada no Moreq, mas que fosse adaptada à prática brasileira, à legislação arquivística brasileira. E incluímos alguns aspectos que constavam da Norma DOD. Na época, houve uma crítica que nós só havíamos traduzido o Moreq, mas não. Nós não tínhamos apenas traduzido o Moreq, nós fizemos uma adaptação do Moreq para o contexto brasileiro.

Mediante esse contexto, como vocês se envolveram com os estudos do Projeto InterPARES?

Então, a gente estava trabalhando muito para a CTDE. Em paralelo, começamos com algumas iniciativas junto ao Ministério do Planejamento, com iniciativas do Governo Eletrônico. O Jaime fez algumas negociações junto ao Ministério para a participação do Arquivo. Eu e Margareth fomos bater na porta do e-ping, para falar da importância do Arquivo Nacional para a definição desses padrões e, aí a gente também começou a trabalhar as iniciativas do governo eletrônico puxando sempre para a questão da gestão de documentos digitais. E aí, no final de 2004, teve um Seminário Internacional de Preservação e Gestão, em Cuba, e a gente se inscreveu para apresentar a Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, que aliás, foi um trabalho que recebeu um prêmio da Unesco e foi traduzido e publicado em inglês, francês e espanhol. A gente inscreveu dois trabalhos, eu ia apresentar a Carta e a Margareth outro. Ela foi apresentar toda essa questão do trabalho que estávamos fazendo de adaptação do Moreq. Chegamos a Cuba em um Seminário sobre preservação de documentos arquivísticos digitais, é claro estava lá professora Luciana Duranti, convidada de honra, a grande estrela

do evento. Ela apresentou o Projeto InterPARES e uma das arquivistas cubanas perguntou por que esse projeto internacional que tinha gente de todo os continentes não tinha ninguém da América Latina? Ela respondeu que cada país que paga a sua participação e ela entendeu que esses países não tinham dinheiro para bancar a sua participação. Era uma época que os documentos digitais ainda não estavam assim tão disseminados. E estava lá também um representante da Unesco, e ele imediatamente se prontificou a bancar o projeto para envolver a participação de cinco países da América Latina no Projeto InterPARES. Nesse momento, a Luciana escreveu o projeto e formou um grupo que ficou chamado de InterPARES Dissemination CLAID Team, que é um acrônimo de Caribbean and Latin America Dissemination Team, que era a equipe de disseminação do InterPARES no Caribe e na América Latina. Com isso, a UNESCO bancou a participação de um representante de cinco países dessa região e esses representantes iriam participar de dois workshops em UBC, para aprender sobre o projeto e participar das próximas reuniões do projeto. A Luciana convidou, então, os países que estavam nesse evento de Cuba, foi um representante Cuba, México, Peru, Argentina e Brasil. Cuba foi a Arien González Crespo, México foi a Alicia Barnard Amozorrutia, Perú a Aída Luz Mendoza Navarro, Argentina a Ana Szlejcher. Para o Brasil ela me convidou (eu estava lá na reunião), mas pensei que a Rosely estuda isso há muito mais tempo do que eu, conhece o projeto, já tinha uma interação muita grande com Luciana e seria melhor chamar a Rosely, que ela representa melhor o Brasil. Aí, ela convidou a Rosely que, respondeu que a Claudia entende mais de tecnologia e ficamos nesse jogo... Aí, nós resolvemos entre nós duas que quem iria representar o Brasil seria a Rosely. Na primeira reunião a Luciana ofereceu para eu participar também do primeiro workshop. Então, acabamos indo as duas. No projeto, cada país tinha uma cota para pagar algumas despesas específicas, com isso a verba do Brasil pagou a participação da segunda pessoa. Então fomos nós duas, o que foi muito bom. A Luciana gostou porque os outros países todos eram de língua

espanhola e assim tivemos duas representantes de língua portuguesa. O primeiro workshop foi em novembro, foram 15 dias lá em UBC. Foi bastante intenso, pois era o dia inteiro com pesquisadores do InterPARES e eles passando aqueles estudos que estavam sendo feitos, com muito material para ler e estudar e com muitas dúvidas. Voltamos com mais material para ler, estudamos, e em fevereiro nós voltamos para mais 15 dias de workshop. Participamos da reunião plenária do Projeto InterPARES e aí nós tínhamos uma missão, que era fazer a disseminação do projeto nos países de língua espanhola e portuguesa na América Latina. A partir daí, a gente fez a disseminação, participamos de alguns eventos no Brasil em universidades, em Brasília e no Rio, e comecei a ser chamada para falar nos países de língua espanhola. Apesar de ter quatro nativas da língua espanhola, mas aí também fizemos algumas disseminações em países de língua espanhola aqui na América Latina. E depois participamos da última reunião plenária do Projeto InterPARES II, que foi em Los Angeles, que já não foi todo mundo. Fomos só eu e Ana. E acabou o InterPARES II. O InterPARES III foi organizado de uma forma diferente. O InterPARES II era organizado por domínio (assunto). No InterPARES III, a Luciana organizou as equipes por país, com o objetivo de testar todo o conhecimento produzido, nas duas primeiras fases, em instituições de menor porte e com menos recursos e ver como que isso funcionaria. Com isso, ela chamou os países da América Latina também para participar. E dos cinco, os que tivemos disponibilidade para participar foram o Brasil e o México. A gente estava aqui no Arquivo Nacional, o que facilitava porque o Diretor do Arquivo Nacional teve grande interesse na nossa participação. E ainda tinha isso, porque para participar do projeto tínhamos que estar presentes nas reuniões plenárias. Como não tínhamos mais aquele financiamento da Unesco, agora cada país que teria que arcar com as custas do seu representante. O Jaime entendeu que seria importante para o aprendizado e para a formação dessa equipe nossa participação no projeto. Porque nesse momento nós já tínhamos avançado, já estávamos começando a orientar alguns órgãos com relação a gestão

de documentos digitais, a identificar os seus documentos e ele achou que a nossa participação no projeto ia ser muito importante para a gente aprender, podia ser uma experiência muito válida. E realmente foi. O apoio do Jaime foi fundamental, ele bancou a participação, fui a todas as reuniões plenárias apresentar trabalho com as discussões do que a gente fazia aqui. E, ainda, o apoio do Arquivo Nacional na nossa participação no Brasil. Nós desenvolvemos nove estudos de caso, que a maior parte estava centrada no eixo Rio/Brasília, mas também teve estudo em São Paulo e no Rio Grande do Sul. A gente tinha reuniões nacionais, porque nós formamos uma equipe nacional com pesquisadores das instituições e aí, tinha reunião no Rio, em Campinas, em Brasília. O Arquivo Nacional bancou essa participação, inclusive dos outros pesquisadores do Arquivo Nacional. A nossa equipe já tinha crescido, agora éramos eu, Carlos, Margareth e Brenda Rocco. Todos se envolveram com os estudos do InterPARES. Fizemos muitos eventos de disseminação, reunião de trabalho dos estudos de caso. Então, a gente aprendeu muito! Foi realmente muito válido. O Arquivo Nacional fez realmente um investimento.

Após esse encontro com a Luciana Duranti, em quais fases do projeto InterPARES o Arquivo Nacional teve a oportunidade de participar?

Desde então a gente tem participado de todos. No InterPARES III, a gente participou como Team Brasil, que foi organizado por país, e eu era a Diretora do Team, onde eu coordenei todo esse trabalho e a gente fez esses estudos de caso. Todos os servidores do Arquivo Nacional que trabalhavam na equipe de documentos digitais tinham uma dedicação para o projeto. Nove estudos de caso, não foi um trabalho fácil. Fomos com dois países que mais desenvolveu estudos de caso. Primeiro foi o Teams Estados Unidos e Canadá, que esse não dá para competir porque era o grupo da Luciana, e o Team Itália, que ela também tinha grande influência porque ela é italiana e tinha uma diretora muito boa. Depois desses, o Team Brasil foi a equipe que mais fez estudos

de caso. Detalhe, que fizemos estudos bem diversificados, com espécies documentais bem diferentes. E foi muito legal, porque a gente fazia o trabalho aqui, discutia com a equipe e eu levava para as reuniões internacionais. Então, todas as dúvidas nós levamos para lá e discutíamos, e eu voltava com muitas ideias. Foi uma troca muito grande, que agregou muito nesse processo. Esse foi o InterPARES III. Depois, no InterPARES IV, ele foi organizado por continente. Cada equipe era de um continente. Então, a gente tinha um Team América Latina que era dirigido pelo México. Luciana até tinha me convidado para dirigir, mas aí o Arquivo Nacional já estava com muitas iniciativas de documentos digitais e eu supervisionava a equipe e não dava para assumir tudo isso. Então, quem assumiu a Direção do Team América Latina foi o México, mas a gente trabalhou muito em conjunto. Nesse momento, a gente se propôs a fazer apenas um estudo de caso, que foi feito no sistema Sigep, um sistema de gestão de pessoas do governo federal. O InterPARES IV era voltado para os sistemas informatizados, na internet, de mídias sociais, uso de nuvem e nuvem de governo. A gente identificou que o Sigep funcionava em uma nuvem de governo. Porque ele é uma nuvem privada que era só para o governo, os dados estavam ali e os órgãos não tinham a custódia daqueles documentos que estão lá. Então, levantamos uma série de questões na época, mas infelizmente a gente não conseguiu depois o retorno do Ministério do Planejamento, com relação a essas questões que foram levantadas. Agora a gente está no InterPARES V, que é sobre inteligência artificial. Aí, nesse momento, realmente a nossa participação está bastante... Como eu posso dizer? Pequena. É uma participação bem discreta, por várias questões. Agora não temos o apoio da Direção que a gente tinha. Então não posso me envolver como eu me envolvia e me dedicava daquela forma, não tem como mais participar das reuniões internacionais. Tanto no InterPARES III como no InterPARES IV, nós íamos nas reuniões internacionais, organizamos o Simpósio do InterPARES e aí, nesse momento, sem o apoio da Direção não se consegue ter a mesma participação. Tem mais duas pesquisadoras do Arquivo inscritas, mas cada uma está meio que fazendo

uma participação de forma isolada. A Rosely Rondinelli continua participando, ela não é do Arquivo, ela participa do projeto como representando do ITS – Instituto de Tecnologia e Sociedade. A gente está participando do estudo de terminologia, o Brasil sempre teve uma participação grande nessa parte de tradução da terminologia. Nós somos as representantes desse estudo de terminologia no Brasil. Colaboramos com um estudo sobre o uso da inteligência artificial para a preservação e agora estamos começando um outro estudo. O primeiro foi coordenado por um professor da Croácia e agora esse segundo será um estudo sobre a inteligência artificial nas atividades de avaliação. Na verdade, é um estudo para avaliar o grau de maturidade das instituições para usar a inteligência artificial nas atividades de avaliação. Ainda está sendo estruturado, então a gente vai aplicar o questionário em várias instituições e depois analisar as informações que foram recolhidas. É coordenado por uma professora da Suíça, a Basma Makhoul-Shabou. Ela aplicou essa metodologia na Suíça para fazer essa avaliação do grau de maturidade das instituições no uso da IA em atividades de avaliação. Agora ela está querendo estender para o contexto internacional. A gente vai colaborar com esse estudo também.

A partir desse novo cenário, na sua opinião quais são as novas perspectivas de trabalho entre o Arquivo Nacional e o Projeto InterPARES?

Eu fico um pouco triste com a atual situação do Arquivo Nacional, porque eu vejo que todo aquele movimento que a gente teve de documentos digitais está um pouco diminuído. A equipe que foi formada foi dispersa, muitas saíram do Arquivo e outras do setor. Eu tenho esperança de voltar para lá antes de me aposentar, porque eu entendo que toda a equipe de gestão de documentos precisa ser treinada, porque o futuro é esse. Então, todo mundo tinha que estar capacitado. Por isso que não dá para ser duas ou três pessoas, porque depois essas pessoas saem e o investimento é perdido. Depois de todo esse investimento, se perde! Foi um investimento de anos, quase vinte anos de investimento, de crescimento e a gente perder isso

tudo. Eu espero que a gente consiga retomar o trabalho e possa passar adiante, com um grupo que possa assumir essa atividade e manter esse contato internacional, porque a gente aprende demais. É claro que sempre estamos lendo e acompanhando o que está acontecendo, os projetos [...], mas esse contato, essa troca, é muito importante. Agora em julho tem uma servidora que vai fazer um curso do InterPARES - InterPARES Summer School, que vai acontecer na Itália. Conseguimos a aceitação de uma servidora, eram trinta vagas para o mundo todo. Tiveram muitos pedidos e o Brasil conseguiu uma vaga e eu acho que isso significa alguma coisa. Isso mostra que a Luciana reconhece o trabalho que foi feito. Precisamos investir mais nisso, espero que a gente continue mandando pessoas para esses eventos, para continuar e retomar todas as atividades que começamos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou apresentar, por meio da coleta de dados por entrevista semiestruturada, como se estabeleceu a relação entre o Projeto InterPARES e o Arquivo Nacional Brasileiro. Pode-se perceber que dessa relação, primeiramente, teve-se que entender como a temática de documentos arquivísticos digitais foi inserida na agenda da instituição.

Uma vez que os órgãos e entidades, do Poder Executivo federal, precisavam atender às demandas do Governo Eletrônico começou a se ter uma grande produção de documentos digitais, e viu-se a necessidade de se ter profissionais especializados em gestão de documentos arquivísticos digitais para tratarem desses documentos.

Para atender essa nova demanda, o Arquivo Nacional teve que contar com a pluralidade e diversidade de capacitação dos seus servidores. Como foi o caso da entrevistada, Claudia Lacombe, que além da sua formação em História e Engenharia, também se formou como Analista de Sistemas.

Apesar de todo esse preparo profissional, pode-se ver no decorrer de toda a fala da entrevistada a relevância dos estudos em sua carreira e de se manter atualizada e para os desafios futuros da área.

REFERÊNCIAS

DURANTI, L. **Registros documentais contemporâneos como prova de ação.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p. 49-64, 1994.

DURANTI, L. **InterPARES Book 1 - Introduction. 2001.** Disponível em: https://www.interpares.org/book/interpares_book_c_intro.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

LESSARD-HÉBERT, M.; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. **Investigação Qualitativa: fundamentos e práticas.** Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

QUVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 2003.

8

*Cecília Preciosa Cabsela
Sonia Troitiño
Universidade Estadual Paulista*

MARIE-ANNE CHABIN E O MÉTODO ARCATEG

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) trouxeram para a sociedade uma diversidade de mudanças que afetam não somente as formas de vivências as pessoas, mas também as diferentes ciências e fazeres profissionais. Esse impacto das TIC faz-se sentir igualmente na Arquivologia e nos fazeres arquivísticos, suscitando assim o interesse dos pensadores, pesquisadores e profissionais desta área à encontrarem saídas para responder à realidade que se lhes apresenta.

Na atualidade, Marie-Anne Chabin é uma das mais proeminentes pesquisadoras no campo da Arquivologia. Chabin concebeu conceitos inovadores e soluções para a gestão de documentos digitais, como é o caso do método Arcateg. O seu destacável trabalho passa igualmente pela massificação do seu pensamento crítico através de suas publicações em *blogs*, artigos e vários livros.

Tomando em consideração a sua contribuição, neste trabalho, aonde procuramos responder à pergunta “qual é a trajetória e o contributo da Marie-Anne Chabin na Arquivologia?”, temos como principal objetivo apresentar a sua trajetória, articulando-a com os aspetos socio-históricos e tecnológicos na Arquivologia. Como objetivos específicos, o trabalho visa conhecer a trajetória arquivística e intelectual de Marie-Anne Chabin e descrever o método Arcateg. Para o alcance dos objetivos aqui elencados, nos orientamos pela metodologia que apresentamos na subseção a seguir.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na sua finalidade, o trabalho realizado é resultado de uma pesquisa básica na medida em que tem como principal intenção preencher lacuna no conhecimento, conforme indica Gil (2022). Esta mesma pesquisa é, em seu propósito, exploratória ao proporcionar

maior familiaridade com a temática, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Assim, ao pesquisarmos sobre Chabin e o seu método Arcateg, com tivemos maior compreensão sobre sua trajetória e seu funcionamento, respetivamente. Ora, alinhada à natureza dos dados coletados e analisados, bem como aos métodos e técnicas empregados, a pesquisa é qualitativa.

Foi realizado um levantamento bibliográfico que teve como propósito fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação de trabalho que retratem sobre a autora Chabin e o método Arcateg. As fontes variaram entre livros e artigos de periódicos científicos localizados na internet. Dentre estes materiais, encontram-se os sobre Chabin e os da Chabin. Este artigo também se valeu da pesquisa documental ao se servir de publicações feitas em páginas web da autora Chabin.

Como temos estado a fazer referência, este é um trabalho que visa conhecer o trabalho da arquivista Marie-Anne Chabin e descrever o método Archateg por si concebido, assim, usamos o método estudo de caso para a coleta de dados.

Ora, a pesquisa em torno da Chabin mostra-se de grande importância pois, oferece aos pesquisadores e arquivistas brasileiros, moçambicanos e não só, o conhecimento sobre o trabalho desta autora, mas também os oferece o conhecimento à cerca do método Arcateg que pode ser adaptado e implantado nos seus diferentes contextos. Nesta senda, é relevante o aprofundamento de estudos sobre os proeminentes autores arquivistas e pesquisadores da arquivologia, em particular, sobre a Marie-Anne Chabin, a fim de melhor se conhecer as suas soluções inovadoras no entorno arquivístico diante do mundo digital.

ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA

A realização deste trabalho é alicerçada na fundamentação teórica sobre a arquivologia, os arquivos e o método Arcateg. Sobre este último, a nossa quarta seção lhe está reservada.

Em 2010 Chabin propôs um “novo dicionário de arquivo”, pois na sua ótica havia uma lacuna a ser preenchida. Para ela os dicionários, glossários e léxicos existentes na época eram na maior parte, antigos, parciais, ou sectoriais e sua compilação evidenciava, muitas vezes, divergência e semântica que podiam conduzir à erros. Portanto, faltava um documento de referência que correspondesse ao conjunto da problemática de arquivamento tais como os que já se apresentavam as empresas e organismos públicos com aspetos ligados às normas (internacionais, nacionais e/ou locais), ao risco de eliminação ou de conservação, etc.

Aliás, as questões de tradução das expressões e conceitos para francês tomam a atenção da Chabin. Esta preocupação pode ser notada ainda em 2012 quando a autora afirma que na França, passados 11 anos da publicação conjunta em inglês e francês da norma ISSO 15489 (ênfatisa a função do *records management* como uma resposta ao controle dos riscos das informações não estarem disponíveis ao longo do tempo), a expressão *records management* é conhecida no mundo dos profissionais da informação e dos provedores de serviços de Gestão Eletrónica de Documentos (GED), mas entendida de diferentes maneiras, muitas vezes resumida a um argumento comercial.

Esse *Nouveau glossaire de l'archivage* que ela propôs, se concentrou em 59 termos essenciais para compreender os desafios do arquivamento e as ferramentas para implantar o arquivamento, esclarecendo as ambiguidades decorrentes de homónimos, sinónimo. Toda a discussão desse processo organizacional cujo objetivo

é identificar, assegurar e manter disponíveis todos os documentos que comprometem uma empresa ou uma organização pública com terceiros ou com a sua atividade futura e cujo incumprimento representaria um risco, Chabin faz dentro do escopo de duas disciplinas, a Arquivologia e a Diplomática.

Segundo Chabin (2010) Arquivologia é uma disciplina que nasce nos meados do século XIX para organizar a crescente massa de arquivos produzidos como resultado do crescimento econômico, do desenvolvimento de relações contratuais entre indivíduos (naturais ou jurídicos) e de desenvolvimentos técnicos e durante o século XX a disciplina tomou em conta os desenvolvimentos administrativos, técnicos e culturais e começou a integrar as consequências da revolução digital. Chabin a define como disciplina que trata dos modos de recolha, análise e descrição, seleção e classificação, preservação e valorização dos arquivos.

Ora, o termo “arquivo” apresentou ao longo dos tempos variações conceptuais. Contudo, é factual que ele surge como resultado da atividade humana, sobretudo para registar e comprovar a realização dessas atividades dentro das organizações (públicas ou privadas) (Calderon, 2013).

Em 2021 Chabin no seu texto “*Archive(s) et archivage(s)*”, faz um mapeamento dos termos “arquivos” e “arquivamento”, bem como os objetos e as ações que os trazem à existência. Nesse texto, a autora começa afirmando que os arquivos não pertencem mais aos arquivistas ou historiadores e que o arquivo deixou de ser um lugar restrito e silencioso e passou a ser um espaço compartilhado na Web. Desta feita, os arquivos são múltiplos, em sua essência como vestígios, em sua forma intelectual e material, em sua função, na imagem que se tem deles e na imagem que se dá a eles, na maneira como são produzidos, distribuídos e armazenados. Ele é um objeto real, com uma existência física e um local, seja em papel ou digital, ele está sempre em algum lugar (Chabin, 2021).

Chabin (ibid.) entende que na atualidade, a palavra “arquivos” é usada para descrever uma variedade de realidades diferentes como arquivos audiovisuais, arquivos abertos, arquivos de publicações, arquivos familiares etc., até os dados digitais enviados para a nuvem.

A autora lembra que durante séculos, os arquivos se opuseram aos livros, sendo que a distinção mora no fato de que este último é seu próprio fim em si mesmo, enquanto o documento de arquivo é, *a priori*, o “traço” de um ato político, administrativo ou econômico cujo objetivo é estabelecer um direito, produzir obrigações, etc., isto é, os arquivos são um subproduto de uma ação, não o produto final dessa ação. Um arquivo é o resultado orgânico de uma ação da qual ele é apenas o traço, mas da qual ele é a prova (Chabin, 2021).

Chabin constata que com a revolução digital e o “advento dos dados”, não se sabe como acomodar o termo “arquivos”, contudo, entende que grande parte dos dados coletados pelos governos, pelos gigantes da Web e das redes sociais e, pelas empresas comerciais é o traço de uma atividade que não tem em si o objetivo de produzir dados de conexão, navegação ou transação, mas sim a busca de informações, a aquisição de um serviço, a compra de um bem, entre outros objetivos.

A análise do uso da palavra “arquivo” mostra, segundo Chabin (2021), que fundamentalmente, os documentos que são considerados arquivos, aos quais atribuímos o status de arquivo, são arquivos. A maioria dos significados da palavra arquivo é explicada, em última análise, pela intenção da pessoa que produz ou se apropria de um documento, a intenção de usar esse documento no contexto de sua atividade, de fazer dele uma peça de memória, uma referência pessoal, uma justificativa para sua ação. Esse significado mais amplo de arquivo pode parecer muito distante da definição tradicional de arquivo, mas se levarmos em conta a democratização da informação, o uso diversificado da palavra arquivo(s) corresponde muito bem à essência universal e atemporal do arquivo: um vestígio humano que é considerado importante, reservado e gerenciado para apoiar a ação humana, remata Chabin (ibid.).

MARIE-ANNE CHABIN

De nacionalidade francesa, Marie-Anne Chabin é uma arquivista graduada pela *École des Chartes*. Portanto, devido ao seu trabalho, não só com o método Arcateg como também de escrita de vários livros, artigos e blogs, Chabin é um nome a destacar na Arquivologia e na Diplomática seja na França, no Brasil, em Moçambique, etc. Nascida a 17 de outubro de 1959 em Issoudun, foi, entre outros cargos, directora dos Arquivos Departamentais de Essonne, chefe da videoteca de notícias do *Institut national de l'audiovisuel* (Ina). Especializou-se em terminologia de arquivo, normalização internacional e diplomática no ambiente digital. (Guelfucci, 2017).

Em 2000 criou a sua própria empresa de consultoria, Archive17. Para além de ter sido Professora na Universidade Paris 8 Vincennes Saint-Denis, o foi também no *Conservatoire National des Arts et Métiers* (Cnam), na Universidade de Paris Ouest Nanterre La Défense. Desde 2022, é investigadora associada no Centro Jean-Mabillon da *École des Chartes*.

Chabin também esteve envolvida na tradução do MoReq para o francês. Conforme dão a conhecer Gresser *et al.* (2007), MoReq foi lançado em inglês pela Comissão Europeia em Março de 2002. A tradução do MoReq para as diferentes línguas europeias não tinha sido planejada pela Comissão, sendo a iniciativa deixada a cada país membro. Desta forma, em 2003, como as instituições francesas não tinham anunciado qualquer projeto de tradução para francês e não tinham comunicado oficialmente sobre este modelo europeu, Marie-Anne Chabin decidiu realizar esta tradução que considerou particularmente interessante para os atores de arquivo em França. O trabalho de tradução foi apoiado por sua empresa de consultoria, Archive17, presidida por si, com a ajuda de alguns patrocinadores que se convenceram rapidamente da contribuição deste texto europeu para a comunidade.

A título ilustrativo, apresentamos a seguir parte da vasta produção científica de Marie-Anne Chabin.

Quadro 1 – Produção bibliográfica de Chabin

Ano	Título	Co-autor(a)
1995	<i>La communicabilité des archives : L'information, le document, le dossier</i>	
1999	<i>Je pense donc j'archive : l'archive dans la société de l'information.</i>	
2002	<i>Essai de définition universelle du dossier</i>	
2004	<i>La conservation à long terme des documents dynamiques et interactifs : InterPARES 2</i>	Luciana Duranti
2007	<i>Archiver, et après?</i>	
2009	<i>Normalisation et évaluation de l'archivage: perspectives internationales</i>	
2010	<i>Nouveau glossaire de l'archivage</i>	
2012	<i>Le Records management: concepts et usages.</i>	
2014	<i>Contenu versus document?</i>	
	<i>Infobésité et big data: ne pas confondre!</i>	
2015	<i>La méthode Arcateg™ ou archivage par catégories</i>	Amélie Vernusset
2018	<i>SOURCES ET TRACES NUMÉRIQUES UNE NOUVELLE CHORÉGRAPHIE</i>	
2019	<i>L'expertise Archivage managérial/Records Management: un atout pour la mise en œuvre du RGPD</i>	
	<i>L'apport de la diplomatique à la qualification des traces numériques.</i>	
2020	<i>La recherche en archivistique à l'épreuve de la société numérique.</i>	
	<i>La contribution de l'authenticité diplomatique à l'autorité informationnelle des écrits numériques</i>	
2021	<i>Archive (s) et archivage (s)</i>	
2022	<i>Exploitation des contenus versus analyse des documents: exemple des cahiers citoyens de 2019</i>	Édouard Vasseur

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O MÉTODO ARCATÉG

Marie-Anne Chabin concebe, em 2011, o método Arcateg (CHABIN; VERNUSSET, 2015). Portanto, Arcateg é o nome do método de organização da informação que Chabin tem vindo a desenvolver nos últimos 20 anos. Arcateg significa “ARquivamento por CATEGoria”. O método predefine 100 categorias de documentos associados a 100 regras de retenção que cobrem toda a produção documental de uma organização.

Chabin (2012) faz um panorama dos riscos ao falar da “Gestão de riscos e governança de informações” no seu texto *“Le Records management: concepts et usages”*. Após destacar 5 riscos ligados aos riscos de as informações não estarem disponíveis ao longo do tempo ou serem divulgadas, Chabin entende que o método Arcateg vem enfrentar este cenário, orientando e auditando o arquivamento.

O conceito central é a categoria de retenção, uma espécie de caixa virtual projetada para coletar todos os objetos documentais que compartilham o mesmo período de retenção pelos mesmos motivos, independentemente de seu tipo ou nome. O método Arcateg oferece uma lista padrão de 100 categorias de retenção, como indicamos acima, definidas pelas relações entre os participantes e o peso da ação (contrato, decisão, informação) com um procedimento operacional para direcionar qualquer documento para a categoria certa e para definir os métodos de arquivamento (qual mídia, quais metadados, qual segurança, qual ferramenta, qual gerente etc.), conforme explica Chabin (2012).

Delion (2018) avança, o método Arcateg propõe organizar a informação das organizações a partir da sua criação de acordo com o seu valor em termos de risco de indisponibilidade. É adaptável a qualquer organização, qualquer que seja a sua dimensão, negócio, âmbito geográfico ou história. Cada categoria cruza com

uma atividade, da forma diplomática da informação em jogo e de um grupo de riscos definidos por restrições regulamentares e necessidades organizacionais. O princípio é simples: todas as informações devem poder enquadrar-se numa destas 100 categorias predefinidas, constituindo assim a regra principal do seu ciclo de vida. Ademais, o conjunto de necessidades ligadas à gestão da informação na empresa ou organização pode ser resumido por três requisitos universais: segurança, preservação e acesso.

O primeiro visa proteger a informação de uma ameaça que levaria à sua destruição, corrupção ou divulgação. O segundo visa assegurar a manutenção da informação, do seu meio e dos seus metadados durante a duração desejada. E o terceiro visa definir os direitos e meios de acesso à informação (Delion, 2018). Não obstante, o método Arcateg sintetiza 3 componentes: uma ligada às exigências da gestão de documentos; outra inerente ao rigor da análise diplomática (crítica à autenticidade e fiabilidade dos documentos; e uma terceira ligada à uma escolha determinada de simplicidade (Guelfucci, 2017). E assim, o método estabelece dois requisitos: exaustividade (deixar de fora um âmbito é correr o risco de ser este a enfraquecer a empresa) e simplicidade (se não for simples, então não haverá adesão).

Visando construir uma comunidade em torno do método e promovê-lo em todas as suas facetas e aplicações, Chabin criou um website, o www.arcateg.fr, onde é apresentado o método Arcateg, os cursos e os serviços oferecidos pela empresa Archive17 (criado pela Chabin em 2000), mas também recursos produzidos por si e/ou que tiveram a sua participação. O seu público-alvo são empresas e os seus empregados, profissionais da informação e prestadores de serviços, todos eles confrontados com as mudanças radicais na sociedade digital e à procura de novos pontos de referência, e que querem respostas inteligíveis, relevantes e concretas sobre o impacto da digitalização, desmaterialização, proteção de dados pessoais, software, a nuvem, etc. na organização dos documentos e no arquivamento dos seus dados.

Conforme indicou Chabin numa entrevista concedida à Serendipidoc em 2017, este método pode ser adaptado a todas as tecnologias, precisamente por ser independente de qualquer tecnologia. E ela identifica duas soluções disponíveis para qualquer empresa ou organização nos dias que correm: a primeira é tentar, com grandes despesas, recursos e tempo, ordenar a posteriori a informação. A segunda é melhorar o presente primeiro. É esta segunda solução que o método Arcateg aborda fornecendo um quadro metodológico para orientar o ciclo de vida dos ativos de informação das empresas ou organizações (Delion, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho discorreu sobre a trajetória da Marie-Anne Chabin enquanto, pesquisadora e arquivista, e muito em particular, sobre o método Arcateg inovado por si. Portanto, procuramos responder, neste trabalho, à nossa pergunta de partida “qual é a trajetória e o contributo da Marie-Anne Chabin na Arquivologia?”. Assim, depois de termos apresentado a sua trajetória, tendo articulado com os aspetos socio-históricos e tecnológicos na Arquivologia, bem como depois de termos descrito o método Arcateg, concluímos através deste trabalho que é incontornável o papel e o contributo da trajetória intelectual da Chabin no panorama arquivístico francês, brasileiro, moçambicano, etc., sendo o método Arcateg uma das suas principais contribuições práticas para a Arquivística respondendo aos problemas arquivísticos ligados, sobretudo, ao entorno digital.

Ao terminarmos este trabalho, sentimos a necessidade de verificar a aplicabilidade do método Arcateg nos contextos brasileiro e moçambicano a fim de, através dele, *surmonter* as dificuldades arquivísticas trazidas pelo avanço das TIC.

REFERÊNCIAS

CALDERON, W. R. **O arquivo e a informação arquivística**: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/calderon_wr_do_mar.pdf Acesso em: 15 mar. 2023.

CHABIN, M-A. Archive(s) et archivage(s). **Signata. Annales des sémiotiques / Annals of Semiotics**, n. 12, 31 maio 2021.

CHABIN, M-A. **Le Records management**: concepts et usages. 2012.

CHABIN, M-A. **Nouveau glossaire de l'archivage**. 2010. Disponível em: https://www.arcateg.fr/wp-content/uploads/2017/03/Nouveau_glossaire_de_l_archivage.pdf Acesso em: 13 mar. 2023.

CHABIN, M-A.; VERNUSSET, A. La méthode Arcateg™ ou archivage par catégories. **I2D - Information, données & documents**, v. 52, n. 4, p. 16-18, 2015. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-i2d-information-donnees-et-documents-2015-4-page-16.htm>. Acesso em: 13 fev. 2023.

DELION, F. Fiche de lecture: la méthode Arcateg. **CR2PA**. 2018. Disponível em: <https://blog.cr2pa.fr/2018/09/fiche-de-lecture-la-methode-arcateg/>. Acesso em: 5 mar. 2023.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2022. Grupo Gen E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

GRESSER, J-Y; LOBUT-MADER, A.; MORINEAU, E.; PICHON, E.; ROCAGEL, M.; WEISZ, G. **Apprivoiser MoReq**: pour archiver et conserver l'information [en ligne]. Association IALTA France, octobre 2007 [consulté le 15 août 2023]. Disponível em: <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/65346-apprivoiser-moreq-pour-archiver-et-conserver-l-information.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

GUELFUCCI, C. Interview de Marie-Anne Chabin. *Sérendipidoc*. 2017. Disponível em: <https://www.serendipidoc.fr/tag/record-management/>. Acesso em: 2 mar. 2023.

9

*Paulo José Viana de Alencar
Universidade de Brasília*

*Clarissa Schmidt
Universidade Federal Fluminense*

LER T.R. SCHELLENBERG EM LÍNGUA PORTUGUESA:

**UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA DISSEMINAÇÃO
DO SEU PENSAMENTO NO BRASIL**

A produção de conhecimento arquivístico no Brasil é profundamente marcada pela citação e/ou reinterpretação das obras do arquivista norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg, principalmente as duas principais publicações traduzidas para língua portuguesa do autor estadunidense: "Arquivos modernos: princípios e técnicas", publicado originalmente em 1956 e traduzido em 1973, e "Documentos públicos e privados: arranjo e descrição", publicado originalmente em língua portuguesa em 1963 e, posteriormente lançado em sua versão em língua inglesa intitulada "The Management of Archives" que veio a público em 1965.

Apesar de ser amplamente reconhecido como um importante teórico da área dos arquivos, muitas vezes apontado como responsável pela análise dos contrastes oriundos de diferentes aplicações da teoria arquivística (Ketelaar, 1997, p.147), ou até mesmo compreendido como a personificação do arquivista moderno (Stapleton, 1985, p.83), a trajetória da recepção, tradução e ressignificação do pensamento de Schellenberg no Brasil permanece como temática de pesquisa pouco abordada na literatura arquivística nacional. Neste sentido, a inquietação inicial desta pesquisa foi transposta no seguinte objetivo geral: "Como se deu a disseminação do pensamento de Schellenberg no Brasil?"

Vale ressaltar que este trabalho se trata de um desdobramento de dissertação de mestrado em Ciência da Informação defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (Alencar, 2021), na qual se estudou os reflexos da Primeira Reunião Interamericana de Arquivos (PRIA) - evento técnico-científico organizado por Schellenberg em Washington que reuniu diretores de instituições arquivísticas de diversos países -, no desenvolvimento da Arquivologia no Brasil.

Nesta dissertação, reunimos indícios de vínculo significativo de T.R. Schellenberg com a gestão de José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional do Brasil (AN), sem, contudo, poder explorá-los com maior escrutínio e, de maneira histórica, sob risco de fugir do tema da pesquisa.

Assim, o presente artigo pretende traçar um breve quadro interpretativo do espraiar do pensamento de T.R. Schellenberg no Brasil a partir dos seguintes objetivos específicos: contextualizar os principais marcos do percurso da Arquivologia nos Estados Unidos; sinalizar a trajetória profissional de T.R. Schellenberg; e pontuar a visita de T.R. Schellenberg ao Brasil.

Em termos metodológicos, trata-se de uma investigação de natureza qualitativa e operada através de pesquisa bibliográfica nas bases de dados: Google Acadêmico, Persée, JSTOR e Taylor & Francis, bem como fundamentada, também, com pesquisa documental em fontes disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN) e no National Archives and Records Administration dos Estados Unidos (NARA).

DO PAPEL DE SCHELLENBERG NO PANORAMA INSTITUCIONAL DO THE NATIONAL ARCHIVES À DISSEMINAÇÃO DE SEU IDEAL

Durante parte significativa dos séculos XIX e início do século XX, a preocupação com a custódia e algum tipo de tratamento com os documentos públicos nos Estados Unidos esteve em grande medida ligada às associações de historiadores na federação norte-americana (Posner, 1964). O The National Archives surge em 1934 diante do apelo de uma comunidade de pesquisadores do país e, rapidamente, empregou esforços para dar conta dos “arquivos modernos”, isto é, aqueles que ainda se encontravam próximos dos seus respectivos produtores e cuja velocidade de acumulação crescia exponencialmente (Jones, 1969).

Tais esforços adquiriram maior amplitude no momento da incorporação do The National Archives ao General Services Administration em 1949, quando a instituição arquivística norte-americana conquista um orçamento próprio e fundamentação legal para o exercício de atividades de planejamento e coordenação da gestão de documentos em sua esfera de atuação (Jones, 1969).

Neste cenário, T.R. Schellenberg já era percebido como um dos grandes líderes e teóricos da ciência dos arquivos nos Estados Unidos. O arquivista de descendência germânica havia ingressado na instituição arquivística norte-americana em seu primeiro ano de criação e, até o final da década de 1940, os seus escritos "European archival practices" (1939) e "The "Disposition of Federal Records" (1949) são apontados como "pioneiros" segundo Alexander e Sandanger (1991). Ainda de acordo com esses autores, o prestígio do pensamento arquivístico de Schellenberg dentro do National Archives and Records Service (NARS) não o isentou de constantes episódios de tensão na instituição por conta de posicionamentos compreendidos como simpatizantes de movimentos extremistas, ora em sua vida privada, ora na lida com seus colegas de trabalho.

Neste último aspecto, destaca-se o registro de história oral de Robert Bahmer (1985), que ingressou no órgão junto com Schellenberg e dirigiu o arquivo nacional estadunidense entre 1965 e 1968. Bahmer (1985, p. 15, tradução nossa) caracterizou Schellenberg como "um homem muito inteligente, que tinha muito talento, mas era um "nazi" em sua filosofia". Um dos episódios mais marcantes da carreira de T.R. Schellenberg, sua ida para a Austrália, ainda de acordo com Bahmer (1985, p. 16), traduziu-se em uma medida paliativa de Wayne Groover, diretor do NARS à época, para encerrar os atritos entre Schellenberg e os demais funcionários do alto escalão do NARS à época, como Oliver Holmes e Paul Lewinson.

A visita de Schellenberg à Austrália foi possível a partir de uma bolsa Fullbright e também por causa do convite da Commonwealth National Library que, à época, assumia as funções de uma instituição arquivística no país. Com uma perspectiva um pouco mais distante do que Bahmer, Michael Piggott (1989) expôs diversos autores contemporâneos à viagem de Schellenberg que atribuem à visita do especialista estadunidense diversos benefícios para os arquivos e para a Arquivologia na Austrália, dentre os quais pode se destacar: 1) a separação do departamento de arquivo dentro da biblioteca nacional australiana; 2) a criação de tabelas de temporalidade em diversos órgãos públicos após 1954 e 3) a criação de uma política de acesso.

Piggott (1989) conclui que muito do que se atribui como fruto das inúmeras sessões de palestras e cursos ministrados por Schellenberg, na verdade compunham um mosaico de esforços de diversos atores daquela época para a valorização dos arquivos australianos e, neste cenário, a ida de T.R. Schellenberg seria mais uma das iniciativas para isto, onde o prestígio profissional do arquivista norte-americano seria uma forma de melhor convencer as autoridades australianas da relevância de legislação sobre a matéria, assim como a necessidade de se formarem profissionais especificamente capacitados para lidar com os documentos públicos daquele país. Apesar de opiniões controversas a respeito da visita de Schellenberg à Austrália, sabe-se que é fruto desta viagem a publicação de "Arquivos modernos: princípios e técnicas" (Schellenberg, 1973), que veio a público em língua inglesa em 1956.

Entretanto, as influências teóricas que podem ter conduzido T.R. Schellenberg a esta publicação devem ser objeto de análise com maior escrutínio. Sabe-se que em 1954 (Schellenberg, 1954) o autor norte-americano foi responsável por elaborar uma resenha do compilado de escritos de Adolf Brenneke feitos até sua morte em 1946, publicado por um dos seus alunos, Wolfgang von Leesch, em 1953. Nas breves três páginas da resenha, Schellenberg (1954) observou que um dos aspectos mais úteis para os profissionais dos arquivos

em seu país é a leitura sobre as transformações históricas nos princípios de classificação e a incompatibilidade do princípio da proveniência com uma abordagem temática dos arquivos.

A obra de Brenneke acrescenta a isto, ainda na leitura de Schellenberg, a centralidade da Arquivologia na apuração dos motivos que levaram os documentos a serem acumulados, o que encontra fulcro no estudo da forma dos documentos (*archival form-types* em inglês; *formtypen* em alemão), bem como no entendimento da tipificação do órgão que acumulou os documentos a partir de: 1) da origem do seu arquivo; 2) os métodos e/ou forma nos quais os documentos foram produzidos e 3) no nível organizacional do órgão em questão: ministerial, provincial e as unidades hierarquicamente subordinadas.

Em outro momento, no artigo *Applying American Archival Experience Abroad*, T.R. Schellnberg (1956) parece apreender mais aspectos da Arquivologia alemã quando estabelece parâmetros para a compreensão de diferentes tradições arquivísticas a partir da abstração entre a forma como os documentos públicos são produzidos, mantidos e organizados tanto nos Estados Unidos como na Alemanha.

Para o arquivista estadunidense, tais diferenças precisam ser compreendidas à luz da diferenciação das maneiras de produção dos documentos, isto é, a partir da compreensão do que é o sistema de arquivamento (*filig system* em inglês) e os sistemas de registro (*registry system* em inglês). Enquanto que o primeiro, majoritariamente presente nos Estados Unidos, consiste em agrupar diferentes documentos ao longo da resolução de um caso específico e, apenas posteriormente relacioná-lo às atividades daquele órgão, o segundo é visível na maior parte do mundo e se baseia, em primeira instância, no estabelecimento de um controle numérico na produção de itens documentais semelhantes de maneira que, se adequadamente classificados em relação às atividades, facilitar-se-ia a avaliação (Schellenberg, 1956).

Em relação ao sistema de registro alemão, Schellenberg faz um adendo a respeito dos seus benefícios ao dizer que:

A forma como as unidades de arquivamento poderão ser avaliadas depende de como os papéis dentro delas foram reunidos. Se as unidades de arquivamento contêm itens com e sem valor, esses itens devem ser revistos singularmente pelos oficiais do governo que manusearam pela primeira vez aqueles documentos, ou devem ser revistos pelo arquivista. Se os documentos são adequadamente classificados nos registros, como no caso dos arquivistas alemães, as unidades de arquivamento devem ser avaliadas em relação às matérias nas quais foram classificadas. Se os papéis forem inadequadamente classificados, a avaliação deverá ser deixada aos oficiais que produziram os documentos, como na Inglaterra. O problema básico de avaliar documentos de Registros, então, reside primordialmente na classificação – isto é, no agrupamento de documentos individuais em unidades de arquivamento em relação a atividades e matérias. A respeito dos princípios de classificação, os arquivistas americanos podem ensinar aos demais muito pouco; ao contrário, nós podemos aprender em grande medida sobre como lidar com alguns deles (Schellenberg, 1956, p. 34-35, tradução nossa).

Schellenberg (1956) opina que, considerando a facilidade de agrupamento de documentos semelhantes e, portanto, oriundos de atividades também semelhantes, os arquivistas norte-americanos têm muito o que aprender ao estudar sistemas de registro de países diferentes do seu próprio. Percebe-se, desta forma, que a análise de diferentes maneiras de produção documental ocupa um lugar importante no pensamento de Schellenberg e, considerando o movimento de penetração de seu ideário na América Latina e no Brasil, esta é uma observação fundamental.

Em 1956 Schellenberg também compôs o Working Group on Inter-American Cultural Cooperation do U.S. State Department, e deu-se início a um grande movimento de difusão das ideias do autor em solo latino-americano. Dois grandes pilares para este

acontecimento são as relações institucionais estabelecidas pelo arquivista norte-americano com a Fundação Rockefeller e com o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH).

Sob o emblema da “difusão de uma consciência arquivística”, a Fundação Rockefeller patrocinou a tradução de “Arquivos Modernos” para a língua espanhola, cuja execução ficou a cargo do arquivista mexicano Manuel Carrera Stampa, e rapidamente adquiriu grande notoriedade no cenário arquivístico da América Latina (Alexander; Sandager, 1991, p. 6, tradução nossa); (De La Torre Villar, 1959). Esta comunidade arquivística, que se encontrava em formação à época, tinha no Comitê de Arquivos do IPGH um *lócus* relevante para o levantamento de informações sobre os arquivos latino-americanos, bem como para discussão de pautas e distribuição de referências teórico-práticas para o cotidiano das instituições.

É no seio do IPGH que T.R. Schellenberg apresenta uma proposta que marcaria profundamente o desenvolvimento da Arquivologia na América Latina: a realização de um evento de grandes proporções que envolvesse a maior parte dos diretores dos arquivos nacionais latino-americanos com vistas à alimentação de uma “solidariedade profissional”. O IPGH aprovou a proposta em janeiro de 1959 e o evento foi denominado como Primeira Reunião Interamericana de Arquivos (PRIA).

T.R. Schellenberg lideraria um grupo *ad-hoc* que o auxiliaria na organização e divulgação da reunião, onde um dos integrantes inclusive era o diretor do Arquivo Nacional do Brasil à época, José Honório Rodrigues (1958-1964).

Pardo (1980) opina que as viagens sequenciais de Schellenberg a diversos países da América Latina, incluindo o Brasil em 1960, são fruto de esforços para convidar diretores de instituições arquivísticas, pesquisadores e arquivistas para a PRIA. No caso brasileiro, apesar de visitas de especialistas anteriores como: Roscoe Hill

em 1954, Mario Viana em 1954 (Historiador e Arquivologista..., 1954); (Vem ao Rio..., 1954), e Henri Boullier de Branche em 1959 (Boullier, 1975), a análise de Schellenberg sobre os problemas arquivísticos nacionais foi especialmente importante por apontar a urgência de: 1) legislação apropriada que reconheça a autoridade arquivística do AN; 2) organização provisória no Rio de Janeiro e futura transferência para Brasília; 3) participação do AN na coordenação dos arquivos correntes com vistas à defesa dos documentos públicos modernos e 4) a necessidade de literatura arquivística especializada (Schellenberg, 2015).

Para os fins desta pesquisa, nos deteremos ao último tópico. Uma das medidas de maior vulto da gestão honoriana frente ao Arquivo Nacional é a publicação de uma série de traduções de textos elaborados por arquivistas norte-americanos e franceses (Santos; Lima, 2016).

Considerando que a formação de Rodrigues se deu a partir de cursos e visitas aos arquivos anglo-saxônicos, como próprio frisou em entrevista concedida a John D. Wirth e Thomas Lyle Whigham (Rodrigues, 1984), destaca-se que esta série de publicações pode ter tido uma predileção pela perspectiva norte-americana de operar teorias, princípios e técnicas da Arquivologia, como a fala de José Honório sinaliza na apresentação de “Princípios de Arranjo”, circular técnica elaborada por Wayne Grover e T.R. Schellenberg para o NARS, onde o historiador carioca anunciou que “A direção do Arquivo Nacional planeja organizar e publicar duas séries distintas”, onde “[...] a primeira, de traduções de fontes estrangeiras, **deverá incluir brevemente trabalhos franceses**, divulgando os princípios e a técnica de organização de arquivos [...]” (Rodrigues, 1959, s.p., grifo nosso).

Somando-se a isto, havia um contexto histórico-político de sucessivas tentativas de aproximação por parte dos EUA em relação aos países vizinhos da América Latina, o que perfazia, então, um cenário ideal para a difusão do pensamento de T.R. Schellenberg no Brasil.

Nesses contornos, uma das obras mais emblemáticas para analisar a importância dada por T.R. Schellenberg à divulgação do conhecimento arquivístico em terras brasileiras é “Documentos Públicos e Privados: Arranjo e Descrição”. Mediante pedido de José Honório Rodrigues, a publicação em português veio a público antes mesmo que o autor a publicasse em língua inglesa o “The Management of Archives”, o que aconteceu respectivamente em 1963 e 1965. “Documentos públicos” divide-se em três partes, quais sejam: 1) Introdução à metodologia arquivística; 2) Arranjo de documentos textuais e 3) Técnicas de descrição de arquivos.

O ponto de partida de Schellenberg é a busca pela divulgação e pela padronização dos princípios e métodos arquivísticos (Schellenberg, 1980), o que nos ajuda a compreender, por exemplo, a rápida publicação do manuscrito em língua estrangeira a sua. Manoel Adolpho Wanderley, responsável pela tradução, sinalizou em nota que a primeira parte coincide completamente com o texto original do arquivista norte-americano, de acordo com correspondências trocadas por ambos (Wanderley, 1959). Já a segunda parte do livro, prossegue Wanderley (1959), foi traduzida integralmente e somente depois enviada a Schellenberg.

Por sua vez, na terceira parte, ainda nas palavras de Wanderley, optou-se por traduzir um texto anterior de T.R. Schellenberg intitulado “Draft of a manual on archival descriptive techniques” na medida em que “[...] se descartara a de aguardar, como ficou dito, a remessa do texto definitivo”, quando se optou por “redistribuir uns poucos trechos, de situação menos definida, no mesmo e coerente conjunto” (Wanderley, 1959, s.p.).

Dentre alguns aspectos diferentes entre as versões em língua portuguesa e inglesa, optamos por destacar um em específico. Como o próprio Schellenberg salienta em sua introdução, “The Management of Archives” conta com um capítulo que não está presente em “Documentos Públicos”, relacionado ao arranjo

de documentos cartográficos (Schellenberg, 1965, p.XXX). Neste capítulo, o autor salienta a necessidade do arquivista se apropriar da terminologia técnica utilizada na produção desses documentos, lamenta que muitos mapas e desenhos técnicos estejam sendo tratados como itens de acervo bibliográfico e reafirma a condição enquanto documentos de arquivo.

Contudo, é interessante notar que, posteriormente, o autor admite certo grau de influência de técnicas biblioteconômicas no tratamento de documentos cartográficos, incluindo dentre os atributos dos documentos cartográficos os elementos “autor organizacional” e “autor individual”, assim como sugerindo uma classificação decimal por assunto para estes documentos.

Se o esforço de diferenciação entre arquivos e bibliotecas se constituiu em uma característica marcante do pensamento de Schellenberg, do ponto de vista do ensino e da formação de arquivistas, o vice-diretor do NARS revelou apreço pela inserção de cursos de formação de arquivistas em faculdades de Biblioteconomia, ponto este ressaltado em *“The Management of Archives.”* Smith (1981) investigou este aspecto a partir de fontes primárias e destacou que Schellenberg:

Em anos passados ele advogou pelo treinamento de arquivistas em faculdades de Biblioteconomia porque, diferente dos departamentos de História, elas estavam “preocupadas com o treinamento metodológico”, ele contestou que isso **“não subordinaria a profissão arquivística à profissão de bibliotecário”**, se “adequadamente ensinado”, ele escrever para um colega, “tais cursos vão claramente diferenciar as técnicas do arquivistas do bibliotecário, e irão na verdade resultar no desenvolvimento de um conhecimento profissional de técnicas – que agora é uma lacuna dentre a maioria dos curadores e arquivistas”. Ele nunca mudou sua convicção de vida de que um arquivista bem treinado deveria ser bem fundamentado em História, e para a maioria das posições deveria ter um grau avançado em ciências sociais (Smith, 1981, p. 325, tradução e grifos nossos).

Schellenberg corrobora este ponto de vista em correspondência trocada com Vicenta Cortés Alonso em 3 de outubro de 1963 (Carta..., 1963), momento no qual também anuncia sua aposentadoria da instituição arquivística norte-americana, sem, entretanto, apresentar-se de suas ocupações como docente em cursos de arquivo na Universidade do Texas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Schellenberg destacou-se no The National Archives por demonstrar interesse em comparar práticas e princípios de classificação entre Estados Unidos e Europa e, em particular, pelo estudo do sistema de registro alemão e seu papel positivo de estabelecer a classificação dos documentos ainda nos escritórios.

Com a mesma ótica de alteridade, o arquivista norte-americano expandiu consideravelmente o espectro de sua análise a partir de visita à Austrália, que deu origem à *Arquivos modernos*, e a uma série de visitas aos arquivos de países latino-americanos com vistas à organização da Pria.

No caso da visita ao Brasil, Schellenberg foi responsável por dar voz às mudanças na legislação e à necessidade de ensino formal de arquivistas, ponto este que foi corroborado pela autorização de tradução de suas obras na coleção de publicações técnicas iniciada por José Honório Rodrigues.

Na análise de “Documentos públicos”, percebe-se que o projeto modernizante de Rodrigues encontrou na literatura arquivística norte-americana e, principalmente em Schellenberg, um forte aliado. A obra em língua portuguesa foi responsável por reunir importantes reflexões sobre o arranjo e descrição de documentos, ainda que de maneira relativamente dissociada ao que é considerado o texto original publicado em língua inglesa.

Os resultados sugerem que a trajetória da penetração do pensamento de T.R. Schellenberg do Brasil perpassa a apreensão de percepções estrangeiras sobre os princípios arquivísticos, ora vinculadas à leitura da experiência alemã, ora relacionadas às suas próprias impressões sobre o funcionamento dos arquivos australianos. Em um contexto de Guerra Fria, o arquivista norte-americano interagiu com instituições imbuídas de estabelecer laços político-culturais com a América Latina, quando o seu ideário assume um papel fortalecedor de tais elos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, P. J. V. de. **A primeira Reunião Interamericana de Arquivos e sua influência no desenvolvimento teórico-prático da arquivologia brasileira.** 2021. 243 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22714>. Acesso em: 07 maio 2022.

ALEXANDER, P.; SANDAGER, E. The Alienated Archivist: T.R. Schellenberg's Ventures Overseas, 1954-1965. *In: ANNUAL CONFERENCE OF THE SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS*, 55, 1991, Montreal, s.p.

BAHMER, R. **Oral History Interview.** Interviewed by Rodney A. Ross, Washington, D.C., November, 6, 1985. Record Group 64. National Archives Identifier - 7788388. Disponível em: <https://catalog.archives.gov/id/7788388>. Acesso em: 03 mar. 2023.

BRANCHE, H. B. de. **Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

CARTA DE T.R. SCHELLENBERG PARA VICENTA CORTÉS ALONSO, 3 DE OUTUBRO DE 1963. Archivo Histórico Nacional (Espanha). Archivo de Vicenta Cortés Alonso, 1925-. Disponível em: <https://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/archivos/ahn/actividades/la-pieza-del-mes/2015/julio-agosto15.html>. Acesso em: 07 set. 2020.

DE LA TORRE VILAR, E. La Cuarta Reunion Panamericana de Consulta de la Comision de Historia. **Revista de História de América**, s.v., n.45, Enero-junio, p.519-522, 1958. Disponível em: https://bibliotecas.inah.gob.mx:8092/REHIAM_00_0045.html. Acesso em: 28 dez. 2022.

Historiador e arquivologista norte-americano em visita ao arquivo nacional. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Sexta-feira, 14 de maio de 1954. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&pesq=%22Arquivologia%22&pasta=ano%20195&pagfis=40267. Acesso em: 03 mar. 2023.

JONES, H. G. **The records of a nation**: their management, preservation and use. New York: Athenum, 1969. Disponível em: <https://archive.org/details/recordsofnationt0000jone/mode/2up?q=xbvb>. Acesso em: 01 set. 2022.

KETELAAR, E. The difference best postponed? Cultures and comparative archival Science. **Archivaria**, Canadá, v. 44, p. 142-148, 1997. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12201>. Acesso em: 11 fev. 2023.

PARDO, T. C. Archival classics and classicists: an overview. **The Primary Source**, v.2, n.3, p.13-24, 1980. Disponível em: <https://aquila.usm.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com/&httpsredir=1&article=1017&context=theprimarysource>. Acesso em: 29 nov. 2019.

PIGGOTT, Michael. **The visit of DR. T. R. Schellenberg to Australia**: a study of its origins and some repercussions on archival development in Australia. 1989. Tese (M. Archiv. Admin) – School of Librarianship, University of New South Wales, 1989.

POSNER, E. **American State Archives**. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.

SANTOS, P. R. E.; LIMA, A. L. G. S. de. “Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da administração” Notas sobre a gestão de José Honório Rodrigues (1958-1964). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. n.11, 2016, p.483-502. Disponível em: https://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/12/Artigos-Livres_04.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019.

SHELLENBERG, T. R. Applying American archival experience abroad. **The American Archivist**, v.19, n.1, p.33-38, Jan., 1956. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40289392>. Acesso em: 03 mar. 2023.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

SHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

SCHELLENBERG, T. R. Problemas arquivísticos do governo brasileiro. **Acervo**, v. 28, n. 2, p. 287-300, 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40612>. Acesso em: 25 jan. 2021.

SCHELLENBERG, T. R. Primera Reunión Interamericana sobre Archivos: informe final, resoluciones aprobadas y otros documentos. Washington, D. C., octubre 9-27 de 1961. **Revista del Archivo Nacional de Costa Rica**, v.26, n.1-6, p.112-156, 1962. Disponível em: <https://www.dgan.go.cr/ran/index.php/RAN/article/view/407>. Acesso em: 12 abr. 2020.

SCHELLENBERG, T.R. Review of Archivkunde; ein Beitrag zur Theorie und Geschichte des europaeischen Archivwesens by Adolf Brenneke, Wolfgang Leesch. **The American Archivist**, v.17, n.2, p.163-165, apr., 1954. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40289249>. Acesso em: 04 mar. 2023.

SMITH, J. F. Theodore R. Schellenberg: Americanizer and Popularizer. **The American Archivist**, v.44, n.4, p.313-327, Fall, 1981. Disponível em: <https://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.44.4.2227r081gnx07r0p>. Acesso em: 02 jun. 2023.

STAPLETON, R. S. **The ideas of T.R. Schellenberg on appraisal, arrangement and description of archives**. 1985. Master Thesis - The School of Library, Archival and Information Studies and the Department of History, University of British Columbia, Vancouver, 1985. Disponível em: <https://open.library.ubc.ca/soa/clRcle/collections/ubctheses/831/items/1.0095925?o=0>. Acesso em: 02 mar. 2023.

Vem realizar conferências no brasil: chegará, amanhã, ao rio, o prof. Mario Gonçalves Viana. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1954. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&pesq=%22Arquivologia%22&pasta=ano%20195&pagfis=43193. Acesso em: 03 mar. 2023.

RODRIGUES, J. H. Apresentação. *In*: GROOVER, W.; SCHELLENBERG, T. R. **Princípios de Arranjo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

RODRIGUES, J. H. An Interview with José Honório Rodrigues. [Entrevista concedida a] John D. Wirth e Thomas Lyle Whigham. **The Hispanic American Historical Review**, v.64, n.2, p.217-232, May, 1984. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2514515>. Acesso em: 25 jan. 2021.

WANDERLEY, M. A. Nota do Tradutor. *In*: SCHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. Rio de Janeiro: FGV, 1980, s.p.

10

*Gabriela de Souza Pascoal
José Almino Alencar
Fundação Casa de Rui Barbosa*

ARQUIVOS PESSOAIS PRESIDENCIAIS E INSTITUIÇÕES DE CUSTÓDIA

Conforme declara a legislação vigente sobre o assunto, os arquivos privados presidenciais integram o patrimônio cultural brasileiro e são declarados de interesse público (Brasil, 1991). Mas para além dessas denominações é importante compreender como se desenvolve o processo para categorização de um arquivo privado presidencial, e principalmente como as instituições de custódia realizam o tratamento documental visando a preservação e o acesso, e assim cumprindo a função social do documento de arquivo permanente voltado para a pesquisa histórica.

Esse trabalho é um recorte do que vem sendo desenvolvido na dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa. Longe de querer esgotar o debate acerca deste assunto, mas sim incitar ainda mais a discussão em torno do tema, principalmente no que se refere aos profissionais e pesquisadores da área da Arquivologia, que por muitas vezes permanecem isentos aos arquivos privados presidenciais. Questão essa que vem crescendo, mas que ainda precisa se desenvolver, principalmente no que tange a definição do que compõe esses arquivos e a forma mais adequada de tratamento documental.

Ambas as instituições investigadas neste trabalho são privadas, não vinculadas à estrutura da administração pública, a Fundação Fernando Henrique Cardoso e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sendo elas detentoras de acervos privados que compõem o patrimônio cultural brasileiro. Esses locais não servem apenas para guardar os documentos, são “locais de memórias”¹⁵, que precisam realizar um trabalho voltado para a sociedade, levando em consideração o potencial dos arquivos para a noção de coletividade e identidade, a partir do desenvolvimento de pesquisas.

15

Pierre Nora (1986) define o termo “lugares de memória”, sobre os lugares que permitem ao indivíduo atribuir valor possibilitando a repercussão da memória através de seus suportes.

Esse processo de adquirir um acervo que tem seu reconhecimento por meio da legislação e da trajetória do titular do arquivo devido ao seu destaque profissional, permitindo assim as diferentes possibilidades de pesquisas e interpretações do tempo, local e do indivíduo percebido através do documento, requer trabalho árduo e práticas diretamente voltadas para essa função. As instituições de custódia se tornam objeto fundamental para que de fato esses arquivos cumpram sua justificação de guarda.

Essa pesquisa será exploratória e descritiva, utilizando revisão de literatura sobre a criação destas instituições, de seus acervos e da relevância para a pesquisa histórica, levando em consideração que os arquivos pessoais presidenciais integram o patrimônio cultural brasileiro. Será preciso analisar o cenário dos arquivos pessoais presidenciais e como as instituições custodiam e tratam esses arquivos, e se cumprem sua função social, respeitando a legislação vigente sobre o tema. Também será feita coleta de dados nos *sites* dessas instituições para pesquisa do tema a partir do que está disponível de forma digital, para compreender o conteúdo desses documentos e se o acesso de forma digital cumpre o que propõe cada instituição.

ARQUIVOS PESSOAIS

O documento de arquivo, sendo o registro natural resultante de uma atividade, por muito tempo ficou apenas reconhecido a partir das práticas administrativas do Poder público. Como esse não é o foco deste trabalho não será aprofundado, mas é importante destacar essa realidade porque a trajetória dos arquivos pessoais está diretamente embutida nisso. Uma vez que esses documentos foram deixados de lado em relação a estudos e desenvolvimento da área da Arquivologia, tendo seu reconhecimento tardiamente e a partir de uma demanda social.

Diante da necessidade de compreensão de um sujeito que teve visibilidade social por meio da sua trajetória profissional, os pesquisadores ansiavam por fontes de informações autênticas que conseguissem reconstituir as atividades desse indivíduo, transparecendo assim um local e uma época. Nessa questão, entra o reconhecimento dos arquivos pessoais, sendo aqueles produzidos por pessoas¹⁶ de forma natural de acordo com suas atividades, seja pessoal ou profissional, independente do suporte.

Os documentos de arquivo são os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justifiquem sua existência como tal, guardando essas documentos relações orgânicas entre si. [...] Tratam, sobretudo de provar, testemunhar alguma coisa (Bellotto, 2006, p. 37).

O arquivo precisa ser analisado de acordo com seu contexto de produção, respeitando a sua produção e seu produtor. Esses documentos possuem um poder informacional mas também probatório, uma vez que conseguem refletir de forma autêntica as atividades e relações de seu titular. O arquivo privado de uma pessoa normalmente é produzido e acumulado de maneira informal, fora de rotinas administrativas, o que permite ter um visão mais pessoal desse indivíduo que tem relevância social e atuação pública.

A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos/recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado. O que se pode aqui especificar é que, sendo papéis ligados à vida, à obra e às atividades de uma pessoa, não são documentos funcionais e administrativos (Bellotto, 2006, p. 256).

16

Ana Maria Camargo (2009) afirma que o termo correto de utilização para os arquivos produzidos por indivíduos, representados por documentos identitários, seria arquivo de pessoas ou de categorias ocupacionais.

Por não ter um caráter administrativo, sua importância foi deixada de lado por um bom tempo, o que ocasionou na perda de informações, devido a falta de controle, a aplicação de metodologias de diferentes áreas e a fragmentação do conjunto documental. Por isso, é tão urgente que se debata essa questão e reconheça os esforços que vêm sendo feitos para tentar recuperar o tempo perdido, principalmente a atuação das instituições de custódia.

Assim como a trajetória da valorização do arquivo pessoal enquanto documento de arquivo foi demorada, o reconhecimento desses documentos como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro, sendo auxiliares na construção de saberes, foi penosa. Principalmente no que se refere a políticas públicas voltadas para proteção, preservação e acesso a esses documentos. E como o objeto deste trabalho, os arquivos pessoais presidenciais, são alçados a essa categoria é preciso compreender o significado dessa posição para compreender a importância desses arquivos estarem institucionalizados.

O conceito de patrimônio surgiu no âmbito do direito de propriedade privada, como forma de transmissão de bens individuais dentro de uma família, sendo esses os bens financeiros ou emocionais, e não havia consciência de patrimônio público (Funari; Penegrini, 2006), aquele em que se refere a perpetuação de costumes, hábitos e pensamentos, enfim, cultura de determinado grupo social. Porém, com a necessidade de perpetuação da cultura de uma nação, e até de criação de uma identidade nacional, esse conceito se expandiu, permitindo assim a preservação do patrimônio voltado para o coletivo.

É comum que se assuma como um dado que os patrimônios materiais ou imateriais expressam ou representam a "identidade" de grupos e segmentos sociais. [...] pode ser identificado como "patrimônio cultural" na medida em que reconhecido por um grupo (e eventualmente pelo Estado) como algo que lhe é próprio, associado à sua história e, portanto, capaz de definir sua "identidade" (Gonçalves, 2002, p. 213).

Tendo a ideia de que a sociedade de maneira ampla, e grupos sociais menores, possuem patrimônio em comum, sendo esse voltada para sua história e cultura, foi preciso ações do Estado que abarcasse esse tema, visando a preservação e o acesso da população ao que se tem de direito. Para que assim, fosse possível criar a noção de identidade e memória independente da geração.

Alçados à categoria de patrimônio histórico, os arquivos partilham com as demais entidades uma função cultural (no sentido amplo desse conceito), fornecendo subsídios que permitem reconstituir a trajetória das pessoas jurídicas e físicas cujos documentos se preservaram e, por extensão, o contexto social em que atuaram (Camargo; Goulart, 2015, p. 24).

Os arquivos são peças importantes nesse quesito, uma vez que institucionalizados num local de guarda, ou seja, preservados e acessíveis, eles podem auxiliar na pesquisa histórica e científica, já que por meio de suas informações é possível compreender melhor ações tomadas por indivíduos públicos, além de trazer uma nova visão para esse sujeito, que demarca um período e um local.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que é a que está em vigor até os dias atuais, emanando e legitimando a estrutura do Estado Democrático brasileiro, em seu Art. 217 incluiu a necessidade de preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro (Brasil, 1988), sendo definidos em seu Art. 216 como:

os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem (Brasil, 1988, s.p.).

Os documentos de maneira ampla são incluídos na definição em seu inciso IV “**as obras, objetos, documentos**, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais” (Brasil, 1988, não paginado, grifo nosso). Porém, não há

especificidades sobre quais documentos, permitindo passíveis interpretações. Parece pouco, mas a falta de clareza nesses casos, faz com que a escolha do que deve ser preservado não fique de responsabilidade do Estado. E mais uma vez, sendo uma escolha da instituição no caso dos arquivos pessoais.

Na realidade brasileira existem algumas formas de atribuir a declaração de patrimônio ou de interesse público podendo ser aplicada aos arquivos pessoais. São elas: 1- o tombamento de bens instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a solicitação não é uma prática comum aplicada aos arquivos pessoais, é voltada mais para outras formas de patrimônio cultural; 2- O registro na lista do patrimônio documental da humanidade por meio do Programa Memória do Mundo da UNESCO, que tem por objetivo promover a preservação e acesso ao patrimônio documental (arquivístico e bibliográfico); 3- A declaração de interesse público e social realizada pelo poder público dos arquivos privados considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional regulamentado pela Lei nº 8.159, de 8 e janeiro de 1991, e do Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2022.

Apesar de importantes instrumentos para conferir valor aos arquivos pessoais, essas declarações não contribuem para o tratamento documental e acesso, sendo apenas uma forma de tentar proteger de alienação ou perda e de trazer maior visibilidade para o arquivo. A responsabilidade é toda da instituição que já realizava a custódia, tanto para a forma de tratamento documental e acesso, quanto para a escolha do que estará custodiado, precisando já estar institucionalizado no momento da solicitação da declaração/registro.

Não serve como uma política pública para inclusão de arquivos pessoais de pessoas pertencentes a grupos sociais menos favorecidos. E pode ser solicitada para acervos pessoais presidenciais, como no caso do arquivo do ex-presidente da República Getúlio

Vargas que foi nominado em 2007 no registro nacional do Brasil do programa Memória do Mundo como bem de patrimônio brasileiro (MoW UNESCO, 2023).

OS ARQUIVOS PESSOAIS PRESIDENCIAIS

Diferente dos arquivos pessoais de pessoas que ocuparam outras profissões, os arquivos privados produzidos pelos chefes de Estado integram o Acervo privado presidencial do Presidentes da República regulamentado pela Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que aborda sobre a preservação e salvaguarda dos acervos pessoais presidenciais, e pelo Decreto nº 4.344, de 26 de agosto de 2002, que regulamenta e atualiza a lei anterior, trazendo poucas atualizações sobre o que compõe esses acervos.

Além dos instrumentos legais estes documentos têm a sua legitimação por meio da prática realizada nas instituições de custódia, que já existia antes mesmo da promulgação da lei. O reconhecimento desta documentação se dá, assim como os demais arquivos pessoais, pela curiosidade da sociedade pelo sujeito que tinha atuação pública, buscando uma aproximação do indivíduo e também buscando compreender melhor uma época e um local. Porém, quando nos referimos aos arquivos privados do chefe do executivo nacional, conseguimos identificar formas de realizar política, seja pelas atividades realizadas ou pelas relações desenvolvidas.

Os arquivos pessoais contêm documentos sobre vidas particulares e a personalidade humana. No caso de homens públicos, a ideia de que os arquivos constituem manifestações materiais de um legado político e ideológico cuja preservação justifica e legitima empreendimentos coletivos centrados na criação de instituições de guarda me parece outra vertente sugestiva de uma agenda de pesquisa que toma os arquivos como objeto (Heymann, 2008, p. 9).

O sujeito que ocupa o cargo da Presidência da República possui uma trajetória profissional de destaque público antes mesmo de ocupar esse lugar, e seus documentos compõem um conjunto integrado que permite mapear todo esse desenvolvimento e essa ascensão. Por isso, é tão importante que sua documentação pessoal esteja preservada e acessível, sendo fontes de informação e prova das atividades exercidas ao longo da vida, para além das atividades oficiais.

A lei nº 8.394, de 1991, em seu Art. 3º define que os acervos documentais privados dos presidentes da República integram o patrimônio cultural brasileiro e são declarados de interesse público, porém o acesso só se dá mediante autorização do titular (Brasil, 1991). Sendo o titular do arquivo o responsável por definir como e onde essa documentação será custodiada, e tendo os direitos de propriedade sobre a documentação. Mas a lei não permite que os documentos sejam alienados para o exterior sem manifestação expressa da União, e em caso de interesse em venda o presidente deve comunicar por escrito à Comissão Memória dos Presidentes da República, que se manifestará, no prazo máximo de sessenta dias, sobre o interesse da União na aquisição desses acervos (Brasil, 2002).

Por meio da lei supracitada é criada a Secretaria de Documentação Histórica, sendo substituída pelo Departamento de Documentação Histórica no decreto nº 4.344, de 2002, órgão integrante do Gabinete Pessoal do Presidente da República. Tendo por responsabilidade realizar levantamento, preservação, conservação e organização dos documentos, registrar as atividades do Presidente da República e os fatos decorrentes do exercício do mandato presidencial; e realizar trabalhos de pesquisa histórica e documental relativos ao acervo, ao presidente e à sua época, durante o mandato em exercício (Brasil, 1991). Essa resolução traz um viés mais administrativo para a rotina de produção e acumulação, podendo ter um controle maior a partir dos registros.

O titular do arquivo, por ser detentor dos direitos de sua documentação, deve escolher a destinação para tratamento e acesso, podendo doar a uma instituição pública ou privada, ou até mesmo criar um local para guarda permanente de seus documentos, o que vem acontecendo com mais frequência após a promulgação da lei de acervos privados presidenciais.

O Decreto nº 4.344, de 2002, traz algumas atualizações, principalmente no que se refere ao que compõem um acervo privado presidencial, afirmando em seu Art. 2º que o acervo é “considerado presidencial a partir de sua diplomação, independentemente de o documento ter sido produzido ou acumulado antes, durante ou depois do mandato presidencial” (Brasil, 2002, não paginado). Além disso, amplia a definição apresentada anteriormente:

Art. 3º Os acervos documentais privados dos presidentes da República são os conjuntos de documentos, em qualquer suporte, de natureza arquivística, bibliográfica e museológica, produzidos sob as formas textual (manuscrita, datilografada ou impressa), eletromagnética, fotográfica, filmográfica, videográfica, cartográfica, sonora, iconográfica, de livros e periódicos, de obras de arte e de objetos tridimensionais (Brasil, 2002, não paginado).

Sobre as duas novas atualizações em que pretendem melhorar a definição do que compõe esses acervos não traz de maneira eficaz uma solução, já que não explicitam a partir de quais atividades os documentos podem ser derivados e nem de quais tipos eles podem ser, abarcando somente por meio do gênero documental, sendo muito amplo e possibilitando diferentes interpretações.

O decreto supracitado traz de forma clara dois pontos em que não estão abarcados dentro dos acervos tratados no instrumento legal, sendo eles:

I - os documentos de natureza arquivística produzidos e recebidos pelos presidentes da República, no exercício dos seus mandatos, com fundamento no inciso II do art. 15

do Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002; II - os documentos bibliográficos e museológicos recebidos em cerimônias de troca de presentes, nas audiências com chefes de Estado e de Governo por ocasião das “Visitas Oficiais” ou “Viagens de Estado” do presidente da República ao exterior, ou quando das “Visitas Oficiais” ou “Viagens de Estado” de chefes de Estado e de Governo estrangeiros ao Brasil (Brasil, 2002, não paginado).

O decreto também afirma que os documentos recebidos em viagens, encontros e audiências pela Ajudância de Ordens são encaminhados ao Departamento de Documentação Histórica, responsável por realizar o registro e inventário geral, a partir de dados de identificação, de acordo com o formulário padrão criado pelo setor, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante do órgão, ou pessoa física remetente (BRASIL, 2002).

Além disso, recentemente houve uma alteração no que se refere este assunto, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 2.255, de 2016, incorpora ao patrimônio da União:

todos os documentos bibliográficos e museológicos recebidos pelos presidentes da República, nas denominadas cerimônias de troca de presentes, bem assim todos os presentes recebidos, nas audiências com chefes de Estado e de Governo, por ocasião das visitas oficiais ou viagens de estado ao exterior, ou das visitas oficiais ou viagens de estado de chefes de Estado e de Governo estrangeiros ao Brasil, excluídos apenas os itens de natureza personalíssima ou de consumo direto pelo Presidente da República (Tribunal de Contas da União, 2016, não paginado).

Em relação aos documentos públicos produzidos pelos Presidentes da República não há dúvidas que os documentos oficiais, derivados de atividades administrativas, e os presentes recebidos representando o país em eventos nacionais e internacionais, pertencem à União, exceto os com características personalíssimas ou valor irrisório, tendo seu acesso obrigatório. Já no que tange os arquivos

privados a definição não é tão clara, fazendo com que fique de escolha e seleção do próprio titular do que arquivo, principalmente antes e depois do mandato presidencial o que estará preservado e acessível, mesmo sendo declarado de interesse público o conjunto de maneira completa.

Os instrumentos legais que dispõe sobre os acervos privados presidenciais afirmam que um dos objetivos do sistema é “manter referencial único de informação, capaz de fornecer ao cidadão, de maneira uniforme e sistemática, a possibilidade de localizar, de ter acesso e de utilizar os documentos” (BRASIL, 2002). Com isso, é criado o *Centro de referência de Acervos Presidenciais*, site vinculado ao Arquivo Nacional, onde constam algumas informações sobre esses acervos, podendo fazer um levantamento da localização física dos arquivos e de alguns dados bibliográficos dos ex-presidentes abarcando desde Manoel Deodoro da Fonseca (1889) até José Sarney (1990).

Porém, o sítio eletrônico não possui informações específicas como a forma de tratamento documental e nem o conteúdo informacional dos documentos. Além disso, no que diz respeito aos presidentes posteriores à José Sarney, não consta o cadastro do acervo presidencial, prejudicando assim a localização desta documentação. Também é possível verificar que muitos acervos estão fragmentados em instituições diferentes. Quando busca pelas instituições que realizam a custódia desses acervos, as informações são insuficientes, já que não consta por exemplo as instituições privadas criadas após a promulgação da lei, como Fundação Fernando Henrique Cardoso e Instituto Lula, e nem o Museu da Memória Republicana que faz a custódia do acervo do José Sarney.¹⁷

17

Informações retiradas do Centro de Referência de Acervos Presidenciais. Disponível em: <http://presidentes.an.gov.br/index.php/entidades-custodiadoras>. Acesso em: 15 ago. 2023.

Apesar da recomendação da legislação, é possível identificar diversas lacunas no que tange o que de fato deveria ser um documento privado presidencial e as formas de lidar com essa documentação. Nesse caso, as instituições de custódia assumem papel protagonista no que se refere a essas questões, sendo elas as responsáveis por definir na prática o que não é possível encontrar na legislação que rege sobre os acervos privados presidenciais.

AS INSTITUIÇÕES DE CUSTÓDIA

Conforme já citado, a trajetória dos arquivos pessoais está diretamente ligada à prática realizada por instituições de custódia, inclusive o que tange os arquivos privados presidenciais. A institucionalização desses documentos, ou seja, incorporar uma documentação pessoal num local que será responsável pela sua guarda, tratamento e acesso, é peça fundamental para fazer com que esses documentos cumpram sua função social para a pesquisa, uma vez que eles possuem um potencial informacional e probatório e são de interesse público.

A institucionalização de arquivos pessoais, mais do que promover a preservação e acesso aos arquivos custodiados, legitima sua importância coletiva, quer para a pesquisa, quer para a memória. Instituições são dotadas de autoridade social, portanto, entendidas como agentes do saber e do poder. (Crivelli, Bizello, 2021, p. 152).

Esse processo onde os documentos saem da esfera privada e entram no espaço público, seja por doação ou comodato, por meio da institucionalização, legitima a importância da documentação. É preciso diversos recursos financeiros para que de fato essa documentação esteja preservada e acessível, facilitando assim a pesquisa e utilização dos documentos para construção de saberes.

Todos sabemos que o investimento na institucionalização de um acervo - sua doação a uma instituição já existente ou a criação de um espaço para abrigá-lo - depende da existência de recursos, de capital social, político e, no caso da criação de uma instituição, financeiro para operar a transformação do acúmulo documental em realidade institucional (Heymann, 2005, p. 3).

A instituição de custódia documental precisa de equipe qualificada, local apropriado para guarda, material de acondicionamento e tecnologia visando o acesso, tudo isso demanda recursos financeiros. Por isso, neste trabalho serão analisadas duas instituições que realizam a custódia de arquivos pessoais presidenciais, sendo elas privadas, não fazendo parte da estrutura pública, precisando de recursos próprios, e mesmo assim realizando um trabalho para a sociedade, já que são documentos de interesse público e integrantes do patrimônio cultural Brasileiro.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea Brasileira da Fundação Getúlio Vargas foi criado em 1973, sendo pioneiro no que se refere à guarda, preservação e acesso aos documentos pessoais presidenciais. Inicialmente surgiu por uma necessidade percebida pela família do ex Presidente Getúlio Vargas, já que muitos pesquisadores buscavam consultar esses documentos de forma informal enquanto eles ainda estavam na casa da família, não possuindo uma estrutura adequada para essas pesquisas (Nedel, 2013).

Uma vez institucionalizados, os documentos de Getúlio Vargas agora estavam voltados para o desenvolvimento de produção acadêmica. Posteriormente, outros arquivos foram doados ao CPDOC, os titulares dos arquivos tinham ligação profissional com o Vargas, mantendo a ligação de relacionamento mesmo após a morte. Atualmente faz a custódia dos arquivos presidenciais de: Tancredo Neves, Ernesto Geisel, Arthur da Costa e Silva, João Goulart, Café Filho, Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas e Wenceslau Braz Pereira Gomes (CPDOC, 2023).

A contribuição dessa instituição para a área tem sido bem considerável, tanto pela prática realizada que é referência no assunto, quanto pelos materiais e eventos elaborados. Importante destacar que a norma de tratamento documental elaborada pela instituição foi um grande instrumento de inserção do assunto, em 1980, sendo uma das primeiras referências. Sua última versão publicada é *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC*, de 1998. Além disso, os eventos promovidos pela instituição permitem que o assunto seja debatido e difundido, sendo essa instituição a responsável por realizar o I Seminário Internacional sobre arquivos pessoais, em 1997.

Ao longo dos anos o CPDOC foi crescendo e ganhando outras dimensões, sua coordenação está dividida em dois programas: Programa de Arquivos Pessoais- PAP, e Programa de História Oral, criado em 1975. Além disso, possui cursos de graduação em Ciência Sociais e História, pós-graduação e o centro de relações internacionais.

No site da instituição é possível realizar a pesquisa de forma digital. O que permite maior difusão da documentação e aproximação com o pesquisador. É utilizada a base de dados Accessus, permitindo uma busca simples ou avançada, a depender do interesse do pesquisador. Na busca avançada é necessário escolher o titular do arquivo, dentre as diversas opções que aparecem. Os campos de pesquisa estão divididos por categoria (textual, audiovisual, texto/folheto, capítulo de livro, exemplar periódico e artigo periódico), e também pode ser pesquisado por "período de produção", "assuntos"

e "autoridades":¹⁸ Na busca simples onde só é possível digitar o que deseja buscar, selecionar em qual acervo: "entrevista", "documentos de arquivo pessoal" ou "verbete".¹⁹ Em ambos os casos é possível visualizar o documento de forma digitalizada e demais informações de identificação do item documental.

Além disso, é possível localizar o *Guia dos Arquivos do CPDOC*, onde consta uma mini biografia do titular, atividades realizadas, o quantitativo dos documentos de acordo por sua categoria, a análise da documentação e descrição do conteúdo das séries.²⁰ Caso não seja suficiente para o pesquisador, também é possível realizar a pesquisa aos documentos físicos, indo até o CPDOC.

A instituição cumpre o que se propõe ao longo de todos esses anos, sendo um espaço para pesquisa, fornecendo de forma digital e física o acesso, mas também se mantém em busca de se inserir em diferentes campos, o que permite maior visibilidade para a instituição e consequentemente, para o arquivo ali custodiado.

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

A Fundação Fernando Henrique Cardoso, inaugurada em maio de 2004, nasceu com duplo propósito: o primeiro é a guarda, preservação e acesso aos documentos relativos aos dois mandatos do FHC na presidência, além do material de sua vida profissional

18 FGV CPDOC. Busca avançada. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/arquivo-pessoal>. Acesso em: 14 ago. 2023.

19 FGV CPDOC. Busca simples. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/arquivo>. Acesso em: 14 ago 2023.

20 Guia dos Arquivos do CPDOC. Getúlio Vargas. Disponível em: <https://www18.fgv.br/gci/cpdocguia/detalhesfundo.aspx?sigla=GV>. Acesso em: 14 ago. 2023.

e política anterior, como sociólogo, senador e ministro das relações exteriores e da fazenda. E em segundo tornar-se um centro gerador de ideias e propostas que tenham relevância para formação da opinião pública e para decisões governamentais. Com regras de funcionamento previstas em estatuto (Ardaillon, 2005).

O titular do arquivo, Fernando Henrique Cardoso, ao longo da sua trajetória profissional, se preocupou com a preservação de seus documentos, por isso, escolheu Danielle Ardaillon para ser responsável pela organização dessa documentação desde 1978, antes mesmo de se candidatar a presidente da República (NOVAES, 2014). A instituição foi criada após a promulgação da lei de acervos privados presidenciais, fazendo com que o produtor do arquivo tenha sido o agente da própria monumentalização, que é a utilização do seu arquivo para preservação e acesso de seus documentos em prol de manter uma imagem de destaque e relevância.

Criada de forma calculada e com a intenção de manter o legado produzido pelo ex-Presidente, a Fundação Fernando Henrique Cardoso também surge para se tornar referência no que tange os acervos privados presidenciais e difusão do tema. Assim que foi inaugurada, em 2004, realizou o *Seminário de Documentos Privados de Titulares de Cargos Públicos: um Debate sobre Jurisdição Arquivística*, resultando na publicação de um livro dos debates executados no evento, *Documentos Privados de interesse público: o acesso em questão*.

Além disso, a instituição de custódia se preocupou em manter a integridade do acervo, "tanto nas questões relacionadas a instalações e à conservação, quanto para a metodologia do tratamento arquivístico adotado" (Camargo; Goulart, 2007, p. 11). As responsáveis pelo tratamento documental elaboraram um glossário de acordo com a metodologia aplicada à documentação, auxiliando na descrição e na futura pesquisa. A metodologia utilizada na instituição resultou na publicação do livro *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*, de Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart.

A Fundação vem ao longo desses anos realizando diversos eventos para discutir sobre arquivos pessoais e sobre a política nacional e internacional. Além disso, também realiza exposições para aproximar o público dos documentos ali custodiados. A pesquisa aos documentos de forma física é aberta ao público, mas também é possível realizá-la de forma digital, por meio do site da instituição.

O Portal do Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso permite que o pesquisador tenha acesso aos documentos do ex-Presidente da República, assim como de demais familiares e amigos políticos do mesmo. A busca é feita dividida pela produção bibliográfica, que abarca a biblioteca do casal Fernando Henrique Cardoso e Ruth Cardoso, e dos demais documentos agrupados como arquivo. Após isso, é necessário escolher qual gênero documental deseja pesquisar: *audiovisual*, *iconográfico*, *objeto*, *sonoro*, *textual* ou todos ao mesmo tempo, e assim abre campos de descrição para facilitar a busca.²¹

Assim como a outra instituição de custódia abordada neste trabalho, a Fundação FHC se torna referência e destaque na área, possibilitando assim a pesquisa de forma prática e funcional. Além de possuir maneiras de difundir seu acervo e aproximar a sociedade de temas que por muitas vezes parecem distantes da realidade de muitos cidadãos, como a política nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha das duas instituições de custódia abordadas neste trabalho foi intencional, pensando em trazer locais de referência no que tange os arquivos pessoais presidenciais. A partir da análise

21

Informações retirados do Portal do Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <http://acervo.ifhc.org.br>. Acesso em: 15 ago. 2023.

dos materiais de metodologia elaborados pelas instituições e da forma de acesso digital, compreende-se que tanto o CPDOC quando a Fundação FHC cumprem o que se propõe desde sua criação, sendo lugares de guarda para além somente de um espaço físico, e sim preocupados com a metodologia aplicada aos arquivos, tecnologia e material visando a preservação e o acesso, permitindo a pesquisa de forma digital, o que aproxima o pesquisador, difunde o acervo e também poupa o arquivo físico de manuseio constante sem necessidade. Além disso, se propõe em ser lugares que desenvolvem saberes a partir do debate e inclusão do tema nas agendas acadêmicas.

Alcançar esse patamar não é uma tarefa fácil, principalmente para uma instituição privada que precisa buscar orçamentos próprios, inclusive doações e utilização de verbas por meio de políticas públicas, porém utilizando esses exemplos é possível custodiar numa instituição privada documentos de interesse público.

Infelizmente não é possível tirar essas instituições como padrão, elas são exceções na área dos arquivos pessoais presidenciais, devido à vontade e estímulo dos criadores e administradores, Fernando Henrique Cardoso e Celina Vargas do Amaral, filha do Getúlio Vargas e responsável pela doação ao CPDOC. Ambos compreendem a importância desses locais de guarda e possuem ligação com a pesquisa acadêmica, fazendo dessas instituições consagrações pessoais para difusão e perpetuação do legado do titular.

A legislação se mostra ineficaz diante de algumas lacunas percebidas e apresentadas ao longo do trabalho, com isso as instituições de custódia que se preocupam em aplicar metodologias adequadas visando a preservação e o acesso, respeitando o contexto de produção e a integridade de seus conjuntos documentais, ganham destaque dentro do tema.

Com isso, é necessário que se estude as práticas realizadas nas instituições de custódia e seja crescente o debate em torno do tema arquivos pessoais, para que cada vez mais esses arquivos sejam

difundidos pela sociedade, permitindo assim maior compreensão do assunto, mas também maior senso de identidade e memória, possível a partir das diferentes interpretações derivados dos documentos privados produzidos por pessoas.

REFERÊNCIAS

- ARDAILLON, D. Apresentação. *In*: CALDEIRA, A. *et al.* **Documentos privados de interesse público**: o acesso em questão. ed. São Paulo: Editora iFHC, 2005. p. 7-22.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. – 1. ed., 1. reimpr. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. 232p.
- ARQUIVO NACIONAL. Centro de Referência de Acervos Presidenciais. Disponível em: <https://presidentes.an.gov.br/>. Acesso em: 23 maio 2023.
- BELLOTTI, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental – 4. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320p.
- CAMARGO, A. M. de A. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, [S. l.], n. n.2, p. 26–39, 2009. Disponível em: https://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.
- CRIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil. **Revista Acervo**. Rio de Janeiro. v. 34 n. 1, p. 131-153. jan/abr. 2021
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 ago. 2023
- BRASIL. **Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm. Acesso em: 14 ago. 2023
- BRASIL. **Decreto nº 4.344, de 26 de agosto de 2002**. Regulamenta a Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4344.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº8.394, de 30 de dezembro de 1991.** Dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8394.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. Tribunal de contas da união. **Acórdão 2255/2016.** Plenário 31/08/2016. Relator Walton Alencar Rodrigues. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/KEY%253AACORDAO-COMPLETO-2100748/DTRELEVANCIA%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse. Acesso em: 14 ago. 2023.

CAMARGO, A; GOULART, S. **Tempo e Circunstância:** a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Editora iFHC, 2007.

CPDOC. FGV. Consulta a base de dados Accessus. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/arquivo-pessoal>. Acesso em: 14 ago. 2023.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. de C. A. **Patrimônio histórico e cultural.** Jorge Zahar Ed, Rio de Janeiro, 2009. 72p.

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. **Portal do acervo.** Disponível em: <https://acervo.ifhc.org.br/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

GONÇALVES, J. R. S. A Retórica da Perda. **Os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002.

HEYMANN, L.; NEDEL, L. (orgs.). **Pensar os arquivos:** uma antologia. Tradução: Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

HEYMANN, L. Q. **De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”:** reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

HEYMANN, L. Q. Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. *In: Seminário CPDOC 35 anos:* a Interdisciplinaridade nos estudos históricos, Rio de Janeiro, 2008.

NORA, P. **Les lieux de mémoire** – II: La Nation. Paris: Gallimard, 1986.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco. MoW UNESCO. Apresentação. Disponível em: <https://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/2015-03-20-10-44-04/apresentacao.html>. Acesso em: 30 jul. 2023.

11

*Elisabete Gonçalves de Souza
Universidade Federal Fluminense*

*Carolina Carvalho Rodrigues
Instituto Federal do Rio de Janeiro campus Belford Roxo*

*Isabella Henrique Lima Pereira
Universidade Federal Fluminense*

ARQUIVOS ESCOLARES:

**ESTUDO DE CASO NAS ESCOLAS
DO TRABALHO DE NITERÓI (RJ)**

Os arquivos escolares são classificados como especializados, pois reúnem “documentos resultantes da experiência humana num campo específico, independentemente da forma física que apresentem” (Paes, 2002, p. 20).

Já a expressão “arquivo histórico escolar” refere-se à forma como a área de História da Educação nomeia os conjuntos documentais permanentes sob a guarda das instituições escolares. São documentos em sua maioria administrativos como registros de matrícula, certificados, boletins etc., ou relacionados à gestão escolar: currículos, planos de aula, ementas de disciplinas etc. Segundo Furtado (2011, p. 149), “esses arquivos ocupam um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário [histórico, pedagógico e curricular] da instituição escolar”.

Este trabalho relata pesquisa realizada entre 2014 e 2019 e analisa a natureza dos fundos arquivísticos produzidos por instituições escolares denominadas “escolas do trabalho”, tendo em vista o valor de seus documentos para a administração escolar e para os estudos e pesquisas sobre a memória da educação profissional no Brasil. Para tanto, considerando os princípios da identificação arquivística observados por Rodrigues (2011a), foi necessário o estudo das instituições produtoras aliado ao dos documentos de arquivo. Como objeto empírico da pesquisa, foram escolhidos os arquivos das atuais Escola Técnica Estadual Henrique Lage (ETEHL) e Colégio Estadual Aurelino Leal (CEAL), entidades localizadas na cidade de Niterói, RJ.

Criadas no início do século passado com o propósito de formar trabalhadores para a indústria nascente, as escolas do trabalho tiveram a nomenclatura modificada para Ginásio Industrial, Escola Técnica, Escola Profissional, dentre outras, em função das reformas no ensino promulgadas à nível federal e estadual.

Ciavatta e Frigotto (1993) identificam em seu processo de institucionalização duas perspectivas de organização do trabalho social necessário para o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo industrial do início do século XX: a aprendizagem de ofícios com a finalidade de “assistir” os menores desvalidos, numa ação pautada nos princípios da moral cristã, que considera o trabalho como atividade que dignifica o homem e o afasta do vício; e a ideologia liberal, que vê o trabalho como agregador de valor, como força produtiva e base da acumulação capitalista.

Até meados dos anos de 1920 a primeira ideia foi hegemônica, mas, com o avanço da industrialização, as escolas para os “meninos pobres”, de ocupação artesanal, foram substituídas por escolas de profissionalização. A convergência dessas propostas levou o governo federal a criar uma rede de Escolas de Aprendizizes Artífices com ênfase no ensino e na preparação pré-profissional e profissional orientada para as necessidades da indústria.

As reformas no ensino médio e profissional ao longo dos anos trouxeram implicações para a identidade das escolas, pois elas tiveram “que se inserir, sem a opção do contrário, em projetos não construídos por elas próprias, mas por sujeitos externos, e, nessa contradição, novas identidades foram tecidas” e outras silenciadas (Ciavatta, 2006, p. 8). Cabe-nos então perguntar: qual a memória que preservam e qual a história que constroem sobre si próprias?

Parte-se do pressuposto que só por meio da organização de seus arquivos e da identificação de outras fontes documentais é possível empreender um diálogo com o passado. Como ressalta Hobsbawm (1998, p. 23), “o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana [...] a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma”.

No campo educacional, a memória da educação para o trabalho é um tema pouco explorado, dada a quase ausência de registros históricos descritivos das atividades das “escolas do trabalho” em nosso país, fato este motivado pela carência de recursos financeiros e humanos especializados na organização e tratamento dos documentos produzidos por essas instituições (Ciavatta, 2006). Dado isto, justifica-se o desenvolvimento de metodologia para a organização dos arquivos históricos escolares na contribuição para prestação de informações com mais eficácia para os usuários, pois facilita a localização da documentação e o conhecimento da história institucional.

A pesquisa se propôs a formular metodologia para a organização dos arquivos das duas instituições investigadas, especificamente da série dossiês, que reúne documentos sobre a vida pessoal e escolar dos discentes, além de dados sobre o currículo, disciplinas cursadas, etc. Buscou-se por meio do diagnóstico identificar a qual fase da escola os documentos inventariados pertenciam, ajudando-nos a esboçar um novo arranjo para esses arquivos. Conforme Bellotto (2006, p. 136) “[...] a operação do arranjo se resume à ordenação dos conjuntos documentais [...], obedecendo a critérios que respeitem o caráter orgânico dos conjuntos, interna e externamente”.

Quanto aos objetivos, busca-se com esse trabalho relatar o diagnóstico da principal série desses arquivos – os dossiês discentes. Para alcançar esse objetivo foram traçados outros, a saber: a) conhecer e organizar a documentação das escolas investigadas tomando como marco histórico a criação da Escola do Trabalho e a legislação que ao longo das décadas sistematizou essa modalidade de ensino; b) explicar o método de identificação e descrição dos dossiês e as propostas de organização que foram encaminhadas aos gestores das instituições; c) contextualizar a documentação produzida relacionando-as com os projetos de educação profissional em curso no país nas décadas de 1920-1970; d) relatar metodologia aplicada para o desenvolvimento de um glossário para identificar os tipos de documentos arrolados nos dossiês discentes.

APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO

Trata-se de pesquisa exploratória pautada em revisão de literatura sobre o tema, no âmbito da qual foram consideradas produções das áreas da História da Educação e da Arquivologia para abarcar os objetivos propostos. Uma vez que a pesquisa em bases de dados retornou poucas publicações da Arquivologia sobre arquivos escolares, trabalhamos com autoras clássicas como Camargo (2003) e Bellotto (2006).

Para além, consiste num relato de experiência. Como em ambas as escolas o arquivo acessado era formado quase em sua totalidade pelos dossiês de alunos, narram-se as etapas de inventário, diagnóstico e descrição desse material arquivístico. Sob esse aspecto, a pesquisa caracteriza-se também como aplicada devido ao intuito de desenvolver metodologia para a organização de arquivos escolares. Para tanto, cercou-se dos métodos e técnicas oriundos da Arquivologia a fim de realizar diagnóstico e elaborar instrumentos que auxiliem na identificação dos documentos componentes dos dossiês e permitam sua descrição de forma contextualizada à luz das reformas do ensino, com a incorporação de conteúdos de natureza curricular e pedagógica para enriquecimento semântico do trabalho. Procurou-se criar metodologia passível de uso pelos gestores dos arquivos com vista à organização de seus fundos, com destaque para a necessidade de separação dos documentos de diferentes idades, situação ainda predominante nestas instituições.

Segundo Oliveira e Bedin (2018), o diagnóstico é um instrumento norteador de avaliação documental que auxilia na coleta das informações necessárias, de ordem física ou orgânica, para o desenvolvimento de propostas para a melhoria do arquivo. Nos casos aqui relatados, considerou-se nesse processo as reformas no ensino promovidas pelos governos, federal e estadual, já que elas, em sua maioria, impõem às escolas um novo regime de informação nos campos administrativo e pedagógico, o que implica em mudanças na produção dos documentos.

Descrever os documentos guardados nos arquivos dessas escolas e sistematizá-los a partir dos conhecimentos e técnicas de organização e tratamento da informação oriundas das ciências documentais, especificamente da Arquivologia, foi um dos desafios que o projeto de pesquisa encontrou. O outro foi convencer as instituições da importância de identificar, descrever e organizar a massa documental acumulada, já que é comum encontrarmos documentos correntes ao lado de dossiês que remontam às primeiras décadas do século passado, em arranjo alfabético que não explicita o contexto de produção. Observa-se que, após o trabalho de campo, foram levantadas as tabelas de temporalidade e os planos de classificação existentes para ambas as instituições, o que ressalta a necessidade de sensibilização das equipes para levar adiante o trabalho.

Um dos aspectos que contribuiu para a argumentação sobre a importância do tratamento documental é o crescente interesse recebido pelos estudos sobre as memórias individuais e coletivas nas últimas décadas no Brasil, o que tem desencadeado na criação de centros de memória nas escolas, espaços desenvolvidos pelos docentes para a custódia e organização da documentação (textual, impressa sonora, imagética e tridimensional) produzida e acumulada pela instituição no decorrer de suas atividades, com o objetivo de preservar e resgatar suas memórias e histórias.

Pierre Nora (1993, p. 23) corrobora com essa reflexão ao dizer que a preocupação com a organização de “os lugares de memória” coloca os arquivos como testemunhos de um outro tempo, “sinais de reconhecimento e de pertencimento a um grupo” em uma sociedade em que experiências coletivas perdem-se face aos interesses pessoais e particulares. Por isso, preservar “traços e vestígios é a forma de contrapor-se ao efeito desagregador da rapidez contemporânea [...] em que o passado vai perdendo seu lugar para um presente eterno com a ameaça da perda da identidade” (D’Alessio, 1993 *apud* Ciavatta, 2006, p. 8).

No tratamento técnico e na sistematização do registro documental utilizou-se o método empírico-dedutivo: os dossiês foram analisados em seu contexto histórico e pedagógico, segundo o princípio da proveniência com o fim de preservar a organicidade.

Para essa etapa foi elaborada uma planilha com metadados para identificação do conteúdo dos dossiês, inclusos dados pessoais e escolares dos discentes e informações de interesse dos gestores institucionais. Também foi criado um glossário para ajudar na identificação da tipologia dos documentos encontrados nos dossiês e pastas. Segundo Rodrigues (2011b, p. 44), a identificação é uma atividade que deve ser realizada “[...] para definir requisitos normalizados de planejamento das funções que sustentam o tratamento técnico documental, seja no momento da produção ou da acumulação”.

A descrição seguiu as orientações estabelecidas pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), cujo objetivo é estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns (alguns obrigatórios, como código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); condições de acesso etc.). Como apoio para a criação de pontos de acesso para pessoas e entidades envolvidas, usou-se a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR CPF) e os capítulos 22 e 24 da segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano.

A normalização e padronização visam garantir descrições consistentes, apropriadas e autoexplicativas, que contribuam para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas, além de resultarem em instrumentos de pesquisa mais precisos que facilitam o acesso à informação. Os processos de normalização documental definem informações elementares, mas o formato final dos instrumentos de pesquisa é definido por cada entidade custodiadora (Souza, 2008).

Por fim, foram acrescentados à planilha campos para informações de ordem pedagógica, como data de ingresso na escola profissional, escola primária de origem, cursos escolhidos, ano de conclusão etc., e de ordem pessoal (sócio-econômica), como o nome da escola de origem, a profissão dos pais, o bairro onde residia, a religião etc.

ESCOLAS DO TRABALHO: ANTECEDENTES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Com a publicação do Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, o então presidente do Brasil, Nilo Peçanha, criou as “Escolas de Aprendizes Artífices”, regulamentando a Lei n. 1606, de 29 de dezembro de 1906. Voltadas ao ensino primário, essas instituições deveriam ser criadas nas capitais dos estados com esforços do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio a fim do governo cumprir seu dever de “[...] formar cidadãos úteis à nação ao [...] não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (Brasil, 1909, não paginado).

No entanto, três anos antes da promulgação do Decreto Federal esse tipo de escola já existia no estado do Rio de Janeiro. O próprio Nilo Peçanha criara três escolas profissionais, que “[...] tinham por finalidade a habilitação moral e técnica de menores residentes no estado, de idade entre 9 e 16 anos” (Soares, 1981, p. 69), com base no Decreto nº 1.004, de 11 de dezembro de 1906. Nessas instituições, os alunos escolhiam entre diversas profissões em cursos sem duração específica. Havia casos de alunos que aprendiam um ofício e abandonavam a escola para trabalhar e, mesmo os que permaneciam até o final do curso não tinham a certeza da atuação

profissional, pois aqueles que, após o exame final, “[...] fossem julgados inaptos ao exercício profissional não poderiam ser readmitidos” (Soares, 1981, p. 71).

Nesse sentido, pode-se dizer que as Escolas de Aprendizizes Artífices representaram a disseminação, “no plano federal, da experiência que se tentou no plano estadual, municipal ou particular, antes de 1909, no tocante à formação escolar da força de trabalho para a indústria” (Soares, 1981, p. 75).

Na década de 1930, com a Reforma Francisco Campos os cursos profissionais, organizados como ensinos industrial e comercial, se restringiam à formação de mão de obra para o mercado de trabalho não sendo permitido aos seus concluintes o ingresso no ensino superior, privilégio exclusivo dos estudantes que concluíam o ensino secundário propedêutico.

Em 1942, devido a Lei Orgânica do Ensino Industrial, as Escolas do Trabalho tornaram-se “Ginásios Industriais”, continuando assim à missão de formar trabalhadores e trabalhadoras. A falta de flexibilidade se manteve, sendo o acesso a cursos superiores permitido apenas no ramo profissional correspondente (Romanelli, 1986).

Duas escolas de formação profissional, uma masculina e outra feminina, foram criadas em Niterói. A documentação da escola do trabalho masculina, especificamente os dossiês discentes, estão sob a custódia da escola que a sucedeu, a ETEHL, unidade de educação profissional da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAE-TEC), órgão ligado à Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação. O mesmo ocorreu com a documentação da escola do trabalho feminina, cujos documentos estão atualmente sob a custódia do CEAL, unidade de ensino médio da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC).

Sobre a dualidade entre os dois ramos de formação, cabe ressaltar que equiparação entre o ensino profissional técnico e o ensino secundário (propedêutico/científico) só ocorreu em 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mas em termos de organização curricular, a dualidade estrutural continuou, dada a ascensão, em 1971, do ensino profissionalizante em detrimento da escola de unitária, de base científica, técnica e de cultura humana, como modelo de educação profissional no Brasil.

Essas contradições se expressam na organização da documentação das escolas aqui investigadas, sendo fundamental para conhecermos as atividades das escolas que as antecederam e identificar os tipos de documentos que forjaram a institucionalização de seus currículos em diferentes fases de suas histórias. Camargo (2003, p. 12, p. 15) explica que a autenticidade dos documentos de arquivo depende de sua natureza contextual, da capacidade de refletir as atividades que lhe deram origem, “conferindo-lhes tempo e circunstância”, cujo significado só é alcançado plenamente no “âmbito das relações que mantêm entre si”.

Na subseção a seguir, caracteriza-se os arquivos escolares para a Arquivologia.

ARQUIVOS ESCOLARES À LUZ DAS PROPOSTAS DA ARQUIVOLOGIA

Segundo Bellotto (2006, p. 28), “O documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem de retratar a infraestrutura e as funções do órgão gerador”.

Como expõe-se no decorrer do trabalho, os arquivos escolares cumprem sua função administrativa e jurídica para o produtor e para “[...] o cidadão interessado em testemunhos que possam comprovar seus direitos e o cumprimento de seus deveres para com o Estado” (Bellotto, 2006, p. 28), assim como possuem valor secundário, como, por exemplo, o potencial como fonte para a história da Educação a partir de informações sobre métodos de ensino, sobre a relação da instituição com a sociedade etc.

Todas essas ponderações perpassam o reconhecimento da entidade produtora. Afinal, “Sem que se conheça o ato de criação, a evolução, a competência e as atribuições de cada organismo governamental ou organização privada, e qual sua posição no organograma administrativo, não se pode estabelecer o quadro de fundos [...]” (Bellotto, 2006, p. 32).

Por isso, destacamos a contribuição da identificação arquivística. Considerada por Rodrigues (2011a) como uma função apartada e de tradição ibero-americana, a identificação pressupõe estudos de tipologia documental e o levantamento de informações institucionais. Pode ser realizada em qualquer fase do ciclo documental, pois “É uma fase de levantamento de dados que consiste em estudar analiticamente o documento de arquivo e os vínculos que mantém com o órgão que o produziu, seja em fase de produção ou de acumulação” (Rodrigues, 2011a, p. 118).

Ao mencionarmos o ciclo documental, ou a teoria das três idades, reconhecemos uma diferença entre as abordagens da Arquivologia e da História da Educação: enquanto os arquivos escolares são considerados históricos para a segunda, a primeira área considera como permanentes os documentos com o uso primário esgotado (Bellotto, 2006, p. 24). Significa dizer, como visto nas Tabelas de Temporalidade da FAETEC e da SEEDUC, que, na Arquivologia, documentos que integram os dossiês dos alunos são categorizados como de idade permanente após mais de 100 anos de sua produção ou

da finalização de sua tramitação. Essa orientação vai ao encontro do Art. 31 da Lei de Acesso à Informação que aborda a questão do tratamento de informações pessoais. O inciso II destaca que a documentação poderá “[...] ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem”. Ressalta-se, no entanto, que o consentimento não será exigido quando as informações forem necessárias: “[...] à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem [...]” (Brasil, 2011, p. 3).

Assim, ressaltamos que nos arquivos escolares há documentação, conforme avaliação de especialistas, que seguirá preservada e necessitará de descrição, a qual se materializa em instrumentos que refletem os interesses de pesquisa e se baseiam em técnicas de recuperação da informação (Bellotto, 2006). Além disso, a consulta às pesquisas da área de História da Educação justifica-se na compreensão dessas instituições em seu macro contexto sócio-econômico.

ESTUDO DE CASO

Nesta seção, relata-se o diagnóstico (ainda parcial) da documentação sob guarda dessas escolas, realizado no período de 2014 a 2019.

O ARQUIVO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL HENRIQUE LAGE

A Escola do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, atual ETEHL, foi criada primeiramente como Escola Profissional Visconde de Moraes em 1916. Em 1922 foi fechada e seus alunos transferidos para a Escola Profissional Washington Luiz (1923-1931). Em 1931, com a Reforma Francisco Campos, foi erigida à categoria de Escola do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, assim permanecendo até 1941, quando, em uma homenagem do governador do estado ao industrial Henrique Lage, passou a chamar-se Escola Profissional Henrique Lage (Ciavatta; Frigotto, 1993, p. 537).

Situada no bairro do Barreto, região norte da cidade, a escola formou gerações de operários para as fábricas e estaleiros. Na época, Niterói passava por uma enorme expansão, principalmente no setor industrial, o que gerava a necessidade de trabalhadores qualificados.

Para o trabalho com a documentação, levantou-se por amostragem os dossiês discentes, resultando no inventário de 70 dossiês, datados entre 1931 e 1941. Para realizar o diagnóstico, entre 2014 e 2015, foi criada uma planilha para identificação e descrição dos dossiês, elaborada com base na NOBRADE (cf. Figura 1).

Figura 1 - Planilha para identificação e descrição dos dossiês

INVENTÁRIO	
Entidade Custodiadora	Escola Técnica Estadual Henrique Lage - ETEHL
Endereço:	Rua Guimarães Júnior, 182 - Barreto, Niterói - RJ, 24110-305
Biografia / história administrativa	Escola da rede FAETEC - Fundação de Apoio à escola Técnica, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Entidade criada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 1997.
Fundo	Escola Técnica Estadual Henrique Lage
Código de Referência	BR, FAETEC, ETEHL
Seção	() Escola Profissional Visconde de Moraes () Escola Profissional Washington Luiz () Escola do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro
Biografia / história administrativa	Descrever aqui a história da escola cujo documento está sendo descrito
Série	Documentos da Administração Escolar - DAE
Subsérie	Dossiês dos alunos - DA
Nome do Produtor	(1) Escola Profissional Visconde de Moraes, 1916-1922 (2) Escola Profissional Washington Luiz, 1923-1930 (3) Escola do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, 1931-1941
Código de Referência	BR, FAETEC, ETEHL, DAE, DA _____ (n. de acordo com o produtor)
Data (produção)	<i>Preencher de acordo com o produtor</i>
Nível de Descrição	Nível 4
Conteúdo	<i>Descreve aqui o conteúdo de cada pasta</i>
Nota: Código da pasta	<i>Descreve aqui o conteúdo de cada pasta</i>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os subfundos identificados no material inventariado e descrito foram: 1) Escola Profissional Visconde de Moraes (1916-1922); 2) Escola Profissional Washington Luiz (1923-1931); e 3) Escola do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro (1931-1941).

Dentre os cursos oferecidos estava o pré-profissional para menino entre 9 e 12 anos e os cursos profissionais, 13 a 15 anos, nas seções (oficinas) de madeira e metal.

Na leitura dos dossiês, encontramos pouca relação da escola com as indústrias da região, mas, em contrapartida, percebemos o alto índice de evasão. Poucos avançavam nos estudos profissionais, aprimorando-se nos ofícios de marceneiro, torneiro mecânico, etc. Após um ano na escola, a maioria saía para buscar emprego nas fábricas e estaleiros da região, onde podiam continuar a aprendizagem do ofício com os mestres. Diferentemente do que se supunha no início da pesquisa, não fora consolidado um retorno para a escola: em apenas cinco casos foi possível aferir, na amostra estudada, solicitação de reingresso em cursos profissionais por parte de ex-alunos do pré-profissional. Ainda sobre a evasão, dentre aqueles que avançaram nos estudos até o nível profissional, menos de 15% permaneceram por mais de dois anos na escola.

As informações de caráter histórico-pedagógico foram fundamentais para conhecermos a dinâmica dessas escolas e o perfil de seus alunos, na sua maioria filhos de famílias de baixa renda, moradores de bairros operários, iniciados no mundo do trabalho ainda crianças, pois tão logo terminavam o 3º ano da escola primária faziam exames de admissão para ingressar no pré-profissional.

O ARQUIVO DO COLÉGIO ESTADUAL AURELINO LEAL

Pioneiro na educação profissional feminina no Leste Fluminense, o atual CEAL também tem sua origem nas reformas na instrução profissional ocorridas durante o governo de Nilo Peçanha. Foi criado como Escola Profissional Feminina a partir da Deliberação nº 49, de 21 de dezembro de 1922, e seu funcionamento foi regulamentado pelo Decreto nº 1954, de 13 de maio de 1923, dando início às suas atividades.

Anteriormente sediado no prédio do antigo Asilo da Velhice Desamparada (atual Fundação Leão XIII), na década de 1940 a instituição foi realocada no espaço em que permanece até hoje, na Rua Presidente Pedreira, nº 79 – Ingá, Niterói – RJ.

No Colégio Estadual Aurelino Leal, foram descritos, em dois momentos, 173 dossiês, 1 livro de matrícula e identificados 5 subfundos: Escola Profissional Feminina Aurelino Leal (1923-1943); Escola Industrial Aurelino Leal (1943-1961); Ginásio Industrial Aurelino Leal (1961-1971); Colégio Técnico Estadual Aurelino Leal (1971-1976); Colégio Estadual Aurelino Leal (1976-).

De acordo com a documentação descrita, o currículo pautava-se no ensino de trabalhos domésticos, estes compostos de cozinha, copa, lavagem, engomagem e arranjos caseiros e oficinas de corte e costura e de bordados e rendas. Segundo estudo de Dutra (2013, p. 126), com destaque para a abordagem profissional, na década de 1920, as disciplinas com oferta registrada foram: “artes domésticas, oficina de costura, oficina de chapéus, oficina de rendas e bordados, oficina de flores e frutas, artes aplicadas, [...] música, economia doméstica, cozinha, [...] desenho e trabalho manual [...]”.

Para ingressar na escola, as moças precisavam cursar o 4º ano do ensino primário e serem aprovadas em exame de admissão. As análises dos boletins mostraram que as alunas permaneciam na escola por até quatro anos especializando-se em ofícios nas áreas de corte e costura, confecção de flores e chapéus. Apesar de na documentação da escola encontramos referência à disciplina Técnicas Comerciais, com oficinas de datilografia, nos dossiês analisados (1943-1971) não encontramos históricos escolares que as mencionem. Em 1971, quando da implementação de uma nova reforma educacional, foi criado o curso de técnico em contabilidade.

As idades de ingresso variavam entre 12 e 19 anos, com predominância da faixa etária dos 13-14 anos, diferentemente do que ocorria na escola profissional masculina em que os alunos ingressavam aos 9 anos nos chamados cursos pré-profissionais, modalidade que não havia na escola do trabalho feminina. Abaixo (Figuras 2 e 3), as planilhas de inventário aplicadas no diagnóstico deste arquivo:

Figura 2 – Planilha de diagnóstico: Arquivo CEAL (parte 1)

INVENTÁRIO - Parte I	
Entidade Custodiadora	Colégio Estadual Aurelino Leal
Fundo	() Colégio Estadual Aurelino Leal
Seção	Documentos da administração escolar
Série	Dossiê de alunos
Nível de Descrição	Nível 4
Subfundos	() Escola Profissional Feminina Aurelino Leal (1923-1943) () Escola Industrial Aurelino Leal (1943-1960) () Ginásio Industrial Aurelino Leal (1961-1970?) () Colégio Estadual Aurelino Leal (1971-1976?) () Colégio Estadual Aurelino Leal (1976- ?)
Contexto Histórico	<i>Não Preencher</i>
Arranjo / Ordenação	<i>Não Preencher</i>
Nota: Código da caixa / dossiê	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Figura 3 – Planilha de diagnóstico: Arquivo CEAL (parte 2)

INVENTÁRIO - Parte II	
Nome do aluno	
Idade (data de nascimento)	
Ano de ingresso	
Residência (bairro / cidade)	
Coégio de origem	
Forma de ingresso	
Documentação encontrada (espécie / tipo)	<input type="checkbox"/> Ficha de solicitação de inscrição no exame de admissão <input type="checkbox"/> Certificado de aprovação em exame de admissão <input type="checkbox"/> Certidão de nascimento <input type="checkbox"/> Ficha de solicitação de matrícula <input type="checkbox"/> Declaração de transferência <input type="checkbox"/> Atestado de saúde <input type="checkbox"/> Atestado de vacinação <input type="checkbox"/> Declaração escolar <input type="checkbox"/> Fotografia 3x4 <input type="checkbox"/> Boletim escolar (Ficha individual) <input type="checkbox"/> Histórico <input type="checkbox"/> Outros: _____
Informações solicitadas	<input type="checkbox"/> Profissão dos pais: _____ <input type="checkbox"/> Outros: _____
Séries cursadas	
Concluiu os estudos	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Ano de conclusão	
Disciplinas formação geral	
Disciplinas profissionais	<input type="checkbox"/> Corte e Costura <input type="checkbox"/> Chapeus e flores <input type="checkbox"/> Bordade e renda <input type="checkbox"/> Confecção de roupas brancas <input type="checkbox"/> Secretariado <input type="checkbox"/> Contabilidade <input type="checkbox"/> Estenografia <input type="checkbox"/> Outros: _____
Obs:	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os dados referentes à evasão escolar são diversos. Em primeiro momento, identificamos a conclusão do curso por poucas ingressantes a partir da década de 1960, além dos casos em que só foram localizados documentos comprobatórios da solicitação de inscrição no exame de admissão. Esse panorama pode ser comparado ao da escola masculina, imaginando que, tão logo aprendiam o ofício, as alunas saíam em busca de trabalho. Outra hipótese identificada na análise é de que as alunas desistiam ou solicitavam transferência ao se tornarem repetentes.

Posteriormente, na segunda fase da análise nos arquivos, detectamos registros do início da fase mista da escola em relação ao alunado, mas ainda predominavam estudantes do sexo feminino.

Outro trabalho, realizado a partir de janeiro de 2018, foi a identificação das espécies e tipos documentais. Entende-se por espécie documental a “[...] configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas [e por tipo documental] a configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou” (Camargo; Bellotto, 1996). Na Figura 4, lista-se parte dos tipos documentais encontrados no arquivo do CEAL:

Figura 4 – Planilha de identificação dos tipos documentais

Espécie	Tipo documental	Termo equivalente	Definição	Fonte
Certificado	Certificado ginásial	Certificado de conclusão de curso	Documento que comprova o término dos estudos do ginásio. O termo 'certificado ginásial' era usado antes da Lei 5.962, de 1971. O ginásio corresponde ao primeiro ciclo do ensino secundário.	DUARTE, S. G. Dicionário brasileiro de educação . Rio de Janeiro: Nobel, 1986. /n: Tesouro do Inep.
	Certificado de aprovação em exame de admissão		Documento que comprova a aprovação de uma pessoa no exame para admissão no nível ginásial. "Exame de admissão". Termo usado antes da Lei 5.692/71	DUARTE, S. G. Dicionário brasileiro de educação . Rio de Janeiro: Nobel, 1986. /n: Tesouro do Inep.
	Certificado de conclusão de Curso	Certificado ginásial	"Documento que comprova o término dos estudos de um curso ou de um grau de ensino".	BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de estatística educacional . Cuiabá: SEC/MT; Rio de Janeiro: FENAME, 1981. /n: Tesouro do Inep.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em 2019, o modelo foi revisto para alinhamento com a terminologia usada nos estudos da Diplomática. Cabe ressaltar que o objetivo não é criar um glossário das espécies, mas contextualizar os tipos documentais encontrados na pesquisa, de modo a ajudar nos estudos futuros sobre classificação e arranjo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mantendo-se fiel ao princípio da proveniência “[...] segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa” (Camargo; Bellotto, 1996, p. 61), buscou-se identificar na massa documental os subfundos acima descritos, assim como os tipos de documentos arrolados nos dossiês, atividades que demandaram a criação de uma planilha de descrição e um glossário, conforme mencionado anteriormente.

Nas planilhas de inventário, a pedido dos gestores, dispôs-se informações arquivísticas e outras de ordem pedagógica e pessoal, com o intuito de auxiliar pesquisadores nos estudos sobre a educação profissional.

Como dito anteriormente, o trabalho permitiu o esboço de um novo arranjo para a organização dos documentos por subfundos e/ou séries, além de subsidiar as instituições no processo de reconhecimento de sua história e recuperação de sua identidade como escolas de formação profissional, trajetória pouco conhecida de seus alunos e professores. Estas marcas do passado estão guardadas na maioria das vezes apenas nos documentos, pois os livros e equipamentos usados já foram descartados.

Por fim, a realização da pesquisa demonstrou que a organização desses arquivos significa mais eficiência para o trabalho de gestão escolar, tendo em vista que muitos dossiês são consultados para rever aposentadoria e pensões, pois o tempo de aprendizado em escolas técnicas e industriais contava para o cômputo desse benefício, conforme previsto no Art. 135 da Instrução Normativa nº 128 do Instituto Nacional do Seguro Social (2022).

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitães dos estados da republica escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1909. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 26 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 221-a, p. 1-4, 18 nov. 2011.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CAMARGO, A. M. de A. Sobre o valor histórico dos documentos. **R. Arq. Mun. Rio Claro**, Rio Claro, n. 1, p. 11-17, 2003.

CIAVATTA, M. **Arquivos da memória do trabalho e da educação e a formação integrada**. Niterói: [S./], 2006.

CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, G. As faces históricas do trabalho: como se constroem as categorias. **R. bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 74, n. 178, p. 529-554, set./dez. 1993.

DUTRA, V. M. **De Nilo Peçanha a Aurelino Leal**: conflitos inter-oligárquicos em torno da Escola Profissional Feminina de Niterói (primeira república). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FURTADO, A. C. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em história da Educação. **InCID**: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011.

HOBBSAWM, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Instrução Normativa nº 128, de 28 de março de 2022. Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 160, n. 60, p. 132-198, 29 mar. 2022.

NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, [São Paulo], n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, T. M. M. de; BEDIN, S. P. M. Diagnóstico de arquivo como instrumento de avaliação na gestão documental. **Ágora**, Florianópolis, v. 28, n. 56, p. 115-135, jan./jun. 2018.

PAES, M. L. **Arquivos**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RODRIGUES, A. C. Identificação: uma nova função arquivística? **R. EDICIC**, [São Paulo.], v. 1, n. 4, p. 109-129, out./dez. 2011a.

RODRIGUES, A. C. Identificação arquivística: subsídios para a construção teórica da metodologia na perspectiva da tradição brasileira. **Tend. pesq. bras. Ci. Inf.**, [São Paulo], v. 4, p. 44-81, 2011b.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SOARES, M. de J. A. As Escolas de Aprendizizes Artífices e suas fontes inspiradoras. **Fórum educ.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 69-77, out./dez. 1981.

SOUZA, E. G. de. Arquivos históricos escolares: descrição e possibilidades de criação de banco de dados de fontes documentais para a História da Educação SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTDBR, 8., Campinas 2008. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp, 2008.

12

*Fabiana Costa Dias
Luiza Pires Martins
Roberta Mociaro Zanatta
Instituto Moreira Salles*

O MODELO UNIFICADO DE DESCRIÇÃO (MUDA)

**NA IDENTIFICAÇÃO DOS ARQUIVOS E COLEÇÕES
DO ACERVO DO INSTITUTO MOREIRA SALLES**

Instituições que abrigam arquivos e coleções costumam apresentar conjuntos documentais carregados de grande diversidade de gêneros, espécies, tipos e suportes. Isso se dá pela complexidade das atividades e funções dos produtores ao longo de suas vidas, revelando contextos de produção e acumulação menos rígidos e de caráter distinto das estruturas exclusivamente administrativas e institucionais.

A definição de um conjunto de diretrizes capaz de atender as demandas e especificidades de cada arquivo ou coleção é fundamental para nortear os tratamentos arquivísticos e museológicos e otimizar a sua identificação documental. No entanto, o processo de implementação de tais diretrizes torna-se um dos maiores desafios das instituições de custódia de arquivos e coleções.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo apresentar a proposta de um Modelo Unificado de Descrição do Acervo do Instituto Moreira Salles (MUDA)²², e como sua elaboração contribuiu para a padronização e identificação do acervo, formado por conjuntos de diferentes naturezas, reunidos em Coordenadorias de Acervo distintas.²³

Para tanto, o trabalho está dividido em três partes: a primeira, intitulada “A formação do Instituto Moreira Salles e suas Coordenadorias de Acervo”, na qual serão apresentados os elementos que contribuíram para a fundação do IMS, desde a chegada dos primeiros arquivos e coleções à instituição de suas Coordenadorias de Acervo. A segunda parte, intitulada “Referenciais teóricos para a compreensão e conceituação de arquivos e coleções”, será dedicada à definição dos conceitos de arquivo e coleção, de acordo com as teorias Arquivísticas e Museológicas. Já a terceira e última parte, sob

22 Apesar da definição e uso do termo descrição ser usado majoritariamente para a identificação de arquivos, nossa proposta é utilizar o termo também para itens museológicos.

23 Para saber mais sobre as Coordenadorias de Acervo visite o site: <https://ims.com.br/acervos/>

o título “O desafio da implementação do MUDA”, apresentará uma breve explicação sobre o Modelo Unificado e as fases de implementação nas Coordenadorias de Acervo.

A FORMAÇÃO DO INSTITUTO MOREIRA SALLES E SUAS COORDENADORIAS DE ACERVO

Walther Moreira Salles (Pouso Alegre, 1912 - Petrópolis, 2001), fundador do IMS, é lembrado como empresário, banqueiro, embaixador e político, mas também teve uma longa trajetória ligada às artes, que começou bem antes da inauguração do Instituto Moreira Salles, em 1987. Segundo entrevista realizada com Sergio Goes de Paula para a tese *O legado histórico nacional – memória, difusão e acesso: o caso da Brasileira Fotográfica*:

Sua experiência como patrono das artes vinha de longe e foi influenciada pelo amigo Nelson Rockefeller, a quem conhecia desde os tempos de Segunda Guerra Mundial e a quem iria se associar em diversos momentos ao longo da vida. Eles não fizeram apenas negócios juntos: o convívio pessoal incluía a atividade permanente da prática da filantropia e do patrocínio das artes.

Para ambos, não se tratava apenas de fruir a arte em casa ou comprar e doar obras para instituições. Ambos envolveram-se na gestão de importantes museus, e Walther Moreira Salles já acumulara uma vasta experiência quando passou a dedicar seu tempo ao Instituto Moreira Salles. Tinha uma imensa rede de conhecimentos, tinha os recursos, a vontade e a convicção.

O Arquivo Walther Moreira Salles tem documentação sobre várias instituições de memória com as quais ele se envolveu antes de criar o IMS, mas três se destacam:

o Museum of Modern Art de Nova York, o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (Zanatta, 2019, p. 46).

Assim, em 1987 foi fundado o Instituto de Artes Moreira Salles, que cinco anos depois, em 1991, se tornaria o Instituto Moreira Salles (IMS). No ano de 1990 foi adquirido um chalé em Poços de Caldas onde foi aberta a primeira unidade do IMS. Seis anos mais tarde foi inaugurada a unidade de São Paulo, no bairro de Higienópolis, que em 2017 foi transferida para a Avenida Paulista. Em 1997 foi a vez da unidade de Belo Horizonte, que funcionou até 2009. Em 1999, foi aberta a unidade do Rio de Janeiro. Atualmente, existem três unidades: Poços de Caldas, São Paulo e Rio de Janeiro. O IMS é uma fundação cultural sem fins lucrativos.

Com a criação do IMS sua coleção começou a ser formada. Os primeiros arquivos e coleções que foram adquiridos pelo Instituto foram de Fotografia e Literatura, nos anos 1990. À medida que novos conjuntos documentais eram incorporados ao Acervo IMS, caracterizados por possuir linhas temáticas distintas das demais, uma nova Coordenadoria era criada. Já nos anos 2000 foram criadas as Coordenadorias de Música, de Iconografia e de Fotografia Contemporânea. Com a abertura do prédio da Avenida Paulista, em 2017, foi criada a Biblioteca de Fotografia²⁴ e a Coordenadoria de Gestão de Acervo. Esta última, com a proposta de unificar as práticas realizadas por todas as demais Coordenadorias. Além disso, a Gestão de Acervo também assumiu a guarda de conjuntos documentais, como os arquivos Walther Moreira Salles, Olavo Redig de Campos, arquiteto da Casa da Gávea, e a coleção Santiago Badariotti, antigo morador da família Moreira Salles.

Sendo assim, atualmente existem sete coordenadorias no IMS, a saber: Biblioteca de Fotografia, Fotografia, Fotografia Contemporânea, Iconografia, Literatura e Música, além da própria Gestão de Acervo. A união entre os arquivos e coleções de todas as Coordenadorias forma o Acervo IMS.

REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO E CONCEITUAÇÃO DE ARQUIVOS E COLEÇÕES

Instituições arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas, independentemente do tipo de acervo que custodiam ou das linhas de colecionismo que preconizam, produzem documentos que registram suas atividades. Essa documentação possui características orgânicas e representam as atividades-meio e as atividades-fim de cada uma dessas instituições.

Especialmente, bibliotecas e museus possuem coleções de livros e obras de arte que são delimitadas por temas. Arquivos, como sugerido por Schellenberg (2006), deveriam ser "órgãos receptores, ao passo que as bibliotecas [...] colecionadores" (Schellenberg, 2006, p. 45). Contudo, diferentemente do proposto por Schellenberg (2006), instituições arquivísticas, públicas ou privadas, além dos documentos produzidos para exercer suas atividades também colecionam arquivos pessoais e arquivos privados. Silva (2013) publicou o artigo Arquivos de Museus: características e funções, com o objetivo de "explorar o tema dos arquivos enquanto um serviço prestado por um museu, e as funções e características que este deve assumir por estar inserido no universo de museus" (Silva, 2013, p. 36). Para esta autora as funções dos arquivos de museus são duas: recolher e colecionar.

É interessante empregar o que Silva (2013) definiu como sendo as funções do museu para as demais instituições de memória, arquivos e bibliotecas. Historicamente as fronteiras entre as práticas de recolher e colecionar arquivos entre essas instituições nunca foram bem definidas (Cougo Junior, 2020; Dias, 2023). A Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional e o Museu Nacional são exemplos de instituições que sempre executaram estas funções. Segundo Cougo Júnior (2020):

[...] *Archivo Publico* (em princípio a instituição arquivística por excelência no Brasil) teve que competir pela coleta e preservação de documentos necessários à administração e à história em várias frentes. Para além da *Bibliotheca Publica e Imperial*, que desde a chegada da Corte marcou posição como reduto de manuscritos importantes para o legado cultural do país, nesta fase inicial o *Archivo Publico* rivalizou também com o IHGB e, em menor instância, com instituições que historicamente se negaram a obedecer à lógica de centralização apregoada pelo governo, caso do Ministério dos Negócios Exteriores e da Casa Imperial [...] (Cougo Junior, 2020, p. 69).

[...] O projeto de criação do Museu Histórico Nacional saiu do papel quando o organismo foi finalmente fundado, em 1922. No decreto que criou o MHN, assinado pelo presidente Epitácio Pessoa, definiu-se que o acervo museológico até então custodiado pelo *Archivo Nacional* seria transferido para a nova instituição. Por não restarem alternativas, o AN simplesmente obedeceu ao dispositivo. Se por um lado venceu a contenda com o IHGB, por outro Dória viu a “casa da memória” brasileira perder um número significativo de bens culturais móveis – sobretudo na forma de objetos considerados históricos – para uma nova instituição. No *Archivo*, restaram “apenas” os documentos [...] (Cougo Junior, 2020, p. 103-104).

Ao lado disso, um ponto que colaborou para acirrar as disputas entre arquivos, museus e bibliotecas era o não entendimento de que arquivos pessoais eram arquivos. Nesse sentido, como mencionou

Dias (2023) “[...] os arquivos pessoais não eram considerados arquivos, o que levava, em alguns casos, ao recebimento desses conjuntos de documentos por bibliotecas e museus. Isso, porém, não significava que arquivos não recebessem arquivos pessoais” (Dias, 2023, p.115).

Todo esse contexto é para mostrar que Arquivos, Museus e Bibliotecas não possuem somente documentos arquivísticos, museológicos e biblioteconômicos. Ao contrário disso, essas instituições produzem documentos para registrar suas atividades formando os seus arquivos institucionais, caracterizados pela função de recolher. Ao mesmo tempo, constituem coleções formadas por arquivos pessoais, arquivos privados e coleções. Nesse sentido, o que foi sugerido por Silva (2013) para as funções dos museus também se aplica para arquivos e bibliotecas.

Nessa direção, Dias (2017) elaborou uma revisão de literatura sobre as produções nacionais e internacionais sobre as funções dos arquivos nos museus. Ao final sintetizou as funções dos arquivos nos museus, na esfera nacional e internacional, em um quadro comparativo. Para este artigo reproduzimos a versão nacional:

Quadro 1 – Funções dos arquivos nos museus

Autores	Mello (1997)	Tessitore (2002, p. 7)	Silva (2013, p. 40)	Hannesch (2013)
Arquivos nos Museus / Funções	<p>Linha Institucional:</p> <p>Documentos técnicos e administrativos da instituição</p>	<p>Arquivo Institucional:</p> <p>“Registrar o cumprimento de suas funções, a sua rotina de funcionamento”</p>	<p>Função de Recolher:</p> <p>“Recolher os documentos produzidos e acumulados no exercício de suas atividades”</p>	<p>Arquivo de Museu:</p> <p>Funções Curatorial, Gestão de Acervos, Comunicação e Gestão Institucional.</p>
	<p>Linha Histórica:</p> <p>Arquivos e coleções que estão de acordo com a missão da instituição</p>	<p>Arquivo Colecionador:</p> <p>Aquisição de arquivos</p>	<p>Função de Colecionar:</p> <p>Aquisição de documentos arquivísticos</p>	<p>Arquivos em Museus:</p> <p>Função de aquisição</p>

Fonte: Dias (2017).

O Instituto Moreira Salles possui as duas funções apresentadas no quadro anterior: recolher e colecionar. Os documentos que são produzidos para a realização das atividades-meio e das atividades-fim devem ser recolhidos ao arquivo institucional do IMS. Paralelamente a isto, os arquivos e coleções adquiridos / colecionados pelo IMS formam seu acervo institucional.

O interesse do IMS para a formação da sua coleção é por arquivos pessoais, arquivos privados e coleções, que podem ser formadas por documentos avulsos. Entende-se por arquivo o “conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas” (Camargo; Bellotto, 2012, p. 21). E por coleção a “reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresenta alguma característica em comum” (Camargo; Bellotto, 2012, p. 31).

Como foi mencionado, os arquivos / coleções que estão sob a responsabilidade das Coordenadorias de Acervo e da Gestão de Acervo formam o Acervo IMS. Os arquivos e coleções adquiridos estão para a função de colecionar, assim como o Arquivo Institucional IMS está para a função de recolher.

O DESAFIO DA IMPLEMENTAÇÃO DO MUDA

Como foi mencionado anteriormente, o IMS possui sete Coordenadorias de Acervo. Cada uma dessas coordenadorias é responsável pelo gerenciamento dos arquivos e coleções que custodia. Como consequência disso, cada uma delas desenvolveu um modelo de descrição próprio. Com a criação da Coordenadoria de Gestão

de Acervo, em 2017, iniciou-se um movimento para a padronização da identificação do Acervo IMS. Foi formado um grupo de trabalho com a proposta de estudar como era realizada a descrição dos conjuntos documentais e propor um novo modelo de descrição, denominado Modelo Unificado de Descrição do Acervo IMS (MUDA).

Devido ao cenário de pandemia em 2020, o grupo de trabalho dedicou-se em discutir cada modelo de descrição praticado pelas Coordenadorias. Esteve em debate a nomenclatura dada ao nome dos campos, seu significado, sua utilidade e sua forma de apresentação (texto livre, lista controlada, campos combo, etc.).

Vale mencionar que o Acervo IMS é constituído por documentos de natureza arquivística, biblioteconômica e museológica, de todos os gêneros documentais, suportes e formatos. Nesse sentido, trata-se de um grande desafio construir uma ferramenta que seja capaz de dar conta de um acervo híbrido. Também é interessante comentar que o acervo bibliográfico é catalogado na plataforma Sophia e assim será mantido.

Após dois anos foi possível organizar o que denominamos de MUDA. Atualmente, formado por cerca de 89 campos, organizados em 12 grandes áreas²⁵, a saber: *identificação e contexto; conteúdo; dados sobre o representante digital; dados para geolocalização; conservação; condição de acesso; fontes relacionadas; local de guarda; direitos; seguro; documento / obra em trânsito; e, responsável pela descrição*. O MUDA oferece mais do que uma descrição arquivística ou identificação museológica, por exemplo, as áreas *dados sobre o representante digital, conservação, direitos, seguro e documento/obra em trânsito* são exemplos de gestão de arquivos e coleções.

25

Para saber mais veja o artigo: Compartilhando práticas - a experiência de elaboração do modelo unificado de descrição do acervo do Instituto Moreira Salles (2022), disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/363

A partir da criação do MUDA, o grupo de trabalho partiu para um novo desafio, selecionar uma plataforma que conseguisse efetivar sua proposta. Sendo assim, ao longo de 2022 foram organizadas conversas com as empresas e universidades que oferecem *softwares* para descrição e gestão de acervos. As duas finalistas ofereceram produtos diferentes, uma de *software* proprietário²⁶, conhecido como *software* de prateleira, e a outra de *software* livre²⁷, ou seja, com código aberto. A preferência foi por uma ferramenta de código aberto e que já tivesse usuários no Brasil. No momento, está em curso um projeto piloto com base no *software* de código aberto, para avaliar se os critérios estabelecidos pelo MUDA são por ele executáveis.

Além dos desafios impostos na tentativa de uma descrição unificada do Acervo IMS, o MUDA também trouxe uma nova abordagem - a possibilidade de realização de uma descrição multinível. Pois até então todas as descrições eram realizadas com base no item documental, em alguns casos, formando séries e grupos. Contudo, esses níveis ainda não eram contextualizados como ocorre na descrição multinível. Além do que, a atual base de dados utilizada não dispõe deste tipo de estruturação. Sendo assim, uma ferramenta que permita uma descrição multinível é fundamental para que as informações contidas nos grupos, subgrupos, séries, subséries / dossiês sejam contempladas na descrição.

Outro ponto discutido com as Coordenadorias de Acervo foi a reclassificação dos conjuntos, até então majoritariamente nomeados como acervos e coleções. Foi preciso chegar ao consenso de que a denominação Acervo IMS se refere à totalidade de seus conjuntos, custodiados por todas as Coordenadorias de Acervo, e que é composto por arquivos e coleções, de acordo com as teorias Arquivística

26 *Software* proprietário é aquele que pertence a uma empresa, que é responsável pela sua instalação, programação e por quaisquer alterações que venham a ocorrer.

27 *Software* livre é um programa desenvolvido com base em um código aberto que pode receber alterações e colaborações por parte dos seus usuários.

e Museológica. Feito isso, chegamos ao debate sobre a importância de se nomear adequadamente os arquivos e coleções no momento do estabelecimento de seus contratos de aquisição. Neste sentido, é de fundamental importância compreender exatamente se o que está sendo adquirido é um arquivo ou uma coleção. Isso porque, muitas vezes, o modo como determinado conjunto é identificado nos contratos de aquisição impactará posteriormente em seus créditos e na sua identificação no momento da descrição. Para tanto, diversas reuniões foram realizadas com as Coordenadorias de Acervo no intuito de identificar se o que constava no contrato de aquisição correspondia de fato aos conceitos de arquivo e coleção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi apresentar os desafios enfrentados na implementação de um modelo de padronização para a descrição do acervo do Instituto Moreira Salles (IMS). Nesse sentido, primeiramente, foi realizada uma breve contextualização da criação do IMS e da formação das coordenadorias responsáveis pela custódia do acervo da instituição. Posteriormente foram apresentados os referenciais teóricos para a compreensão da organização do Acervo IMS. Na parte final, foram identificados os desafios para a implementação do MUDA, a importância da realização de uma revisão da categorização dos conceitos de acervo, arquivo e coleção, e da adoção de uma descrição multinível.

O desafio de implementar um modelo unificado de descrição evidenciou aspectos que não estavam manifestados no escopo do trabalho, tais como: a necessidade de identificação e entendimento de que o Acervo IMS é o somatório de todos os documentos e obras adquiridos pelas Coordenadorias de Acervo e do seu Arquivo Institucional; a importância da compreensão e aplicação dos conceitos que definem arquivos e coleções; e, a relação entre o que é firmado

em um contrato de aquisição e o processo descritivo de um arquivo ou coleção. Ao lado disso, foram apresentados os desafios a serem enfrentados ao reunir em um mesmo banco de dados conjuntos documentais formados por documentos arquivísticos e museológicos. A reunião em um mesmo modelo descritivo de campos com o objetivo de retornar buscas mais assertivas e de extrair relatórios, também envolveu a escolha por metadados que permitissem ao pesquisador responsável pela descrição contextualizar a produção e / ou acumulação dos arquivos ou coleções.

Todo esse trabalho para a elaboração de um modelo unificado de descrição só irá funcionar de modo eficiente em uma base de dados que consiga realizar os relacionamentos entre os campos, que flexibilize seu preenchimento e que disponibilize uma descrição multinível. Assim, no presente momento o MUDA segue em fase de implementação e testes. Também está em curso a adoção de uma nova base de dados que atenda às necessidades identificadas.

Conclui-se que a padronização da descrição do acervo promovida pelo MUDA traz facilidades para a implementação de uma política de gestão de acervo e para a elaboração de diretrizes de aquisição e desincorporação, contribuindo para a identificação do perfil de colecionismo e custódia da instituição.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, A. M.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2012.

COUGO JUNIOR, F. A. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. 2020. 448 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/7423>. Acesso em: 11 jul. 2023.

DIAS, F. C. **Museu Aeroespacial**: na trilha do seu acervo. 2017:122 f. (Mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2015.2/dias-fabiana-costa-museu-aeroespacial-na-trilha-do-seu-acervo/view>. Acesso em: 11 jul. 2023.

DIAS, F. C. **Aquisição de acervos arquivísticos**: um estudo do termo e de suas práticas. 2023. 271 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/28911>. Acesso em: 11 jul. 2023.

HANNESCH, O. **Patrimônio Arquivístico em Museus**: reflexões sobre seleção e priorização de conservação-restauração de documentos em suporte papel. 2013. 229 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11907/ozana%20PPGPMUS%20disserta%c3%a7%c3%a3o_mestrado%202013.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 jul. 2023.

MELLO, M. L. H. L. de. **O Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

TESSITORE, V. **Os Arquivos Fora dos Arquivos**: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, M. C. S. de M. **Arquivos de museus**: características e funções. Revista de Museologia e Interdisciplinaridade. v.II, nº 4, p. 35- 47, mai./jun. 2013.

ZANATTA, R. M. **O legado histórico nacional – memória, difusão e acesso: o caso da Brasileira Fotográfica**. Rio de Janeiro, 2019, 190 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/19642>. Acesso em: 11 jul. 2023.

13

*Katia Isabelli Melo
Kristina Borja de Sousa
Universidade de Brasília*

EVENTOS CIENTÍFICOS NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

A Base de Dados em Arquivística (BDA) surgiu em 2019 como um Projeto de Iniciação Científica (ProIC) da Universidade de Brasília (UnB). Ela priorizou os textos no idioma português e consolidou a produção científica e técnica da área de Arquivologia de pesquisadores brasileiros.²⁸ Disponível desde setembro de 2021 pelo link <https://arquivistica.fci.unb.br>, a BDA constitui o repositório da Arquivologia brasileira e uma valiosa fonte de pesquisa com o registro da produção científica publicada por meio de artigos de periódicos, livros, capítulos de livros e dos diversos eventos ocorridos no país, e faculta amplo e livre acesso aos pesquisadores.

Nessa investigação²⁹, elegeu-se a categoria dos eventos científicos cadastrados na BDA, que constituem um espaço de diálogo, discursividade, reflexões e de *compartilhamento* de saberes. Eles congregam, notadamente, arquivistas, especialistas, pesquisadores, docentes, profissionais de áreas afins e discentes. As discussões apresentadas pelos palestrantes abordam questões científicas, além de aspectos teóricos, e contribuem para a condução dos estudos em arquivística. Somam-se a elas os *relatos de experiência*, os estudos de casos e os resultados de pesquisas que refletem as melhores práticas implantadas nas instituições arquivísticas públicas e no setor privado. Uma parcela desse conhecimento produzido é sistematizada em publicações no formato de anais e/ou em cadernos de resumos e constituem o registro da memória científica da Arquivologia.

No aspecto metodológico, a pesquisa é exploratória e bibliográfica sendo que, a partir de uma análise quali-quantitativa, apresenta-se um quadro evolutivo dos eventos científicos de Arquivologia realizados no Brasil, com um recorte inicial de 1972, ocasião do I Con-

28 A produção científica composta pelas teses, dissertações, monografias de especialização e trabalho de conclusão de curso não integram a BDA, mas são objeto da base de dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB), coordenada pela Profa. Dra. Maria Meriane Vieira Rocha, da Universidade Federal da Paraíba.

29 A pesquisa contou com a colaboração de Isabelle Borges, discente do curso de Arquivologia da UnB.

gresso Brasileiro de Arquivologia (I CBA). A pesquisa respalda-se, como fundamentação teórica, nas pesquisas de Souza (2011), Bottino (2014) e Melo e Cardoso (2018) que abordam os eventos científicos de Arquivologia e traçam paralelos do período em que ocorreram.

Para a coleta dos dados, a investigação valeu-se de fontes primárias, sobretudo dos programas dos eventos, dos cadernos de resumos e os anais das edições dos congressos, nos formatos impresso e digital. Baseou-se, ainda, em pesquisa no fundo da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), depositado no Arquivo Nacional, e no acervo arquivístico do Prof. José Pedro Pinto Espesel, doado à coordenação do curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). O percurso nesses acervos serviu para resgatar informações alusivas ao II Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em 1974, em São Paulo.³⁰

A BDA constitui-se como um infoproduto do Grupo de Pesquisa *Estudos Prospectivos: formação e atuação profissional do arquivista*, que integra o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No presente estudo, pretende-se resgatar a contribuição e a evolução do campo científico e de pesquisa representado pelos eventos científicos, no contexto histórico da Arquivologia no Brasil tendo como objeto de pesquisa os registros cadastrados na BDA.

30

O II CBA foi realizado em São Paulo, mas os anais não foram publicados, o que representava uma lacuna na história da Arquivologia. A partir das pesquisas nesses acervos, foi possível resgatar parcela dos trabalhos apresentados e consolidar as informações na BDA.

OS EVENTOS CIENTÍFICOS REALIZADOS NO BRASIL

De acordo com a síntese dos objetivos dos coletivos profissionais de arquivistas no Brasil, apresentada por Souza (2011), a organização de eventos figura como uma característica unânime das atribuições das associações profissionais. Recentemente, Melo *et al.* (2022) corroboram com o entendimento dessas competências ao destacar que “o caráter científico, técnico e profissional das associações, embasado em seus atos normativos, é reconhecido nas modalidades dos cursos ministrados e na promoção de eventos científicos e literatura especializada” (Melo *et al.*, 2022, p. 155).

A pesquisa considerou, de igual modo, os atos normativos das seguintes associações: Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), Associação Brasileira de Arquivologia (Abarq), Associação dos Arquivistas de São Paulo (ArqSP), Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARS), Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ), Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA), Associação dos Arquivistas do Espírito Santo (AARQES), Associação dos Arquivistas do Paraná (AAPR) e Associação de Arquivologia de Goiás (AAGO). Posteriormente, novas associações foram criadas também com atribuição similar de promoção de eventos como ocorre na Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB), na Associação Mineira de Arquivistas (AMArq), na Associação de Arquivistas do Estado do Ceará (ARQUIVE-CE), na Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC) e na Associação dos Arquivistas do Estado do Pará (AAEPA).

Considera-se como primeiro evento significativo da área o I CBA, promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros. O CBA foi reconhecido, durante décadas, como o evento representativo da área, com abrangência no período de 1972 a 2012. Integrando o CBA,

em algumas edições ocorreram eventos paralelos como o Seminário de Arquivos Médicos e Seminário de Microfilmagem.

Ao analisar o panorama arquivístico e sua produção científica, constatam-se poucos estudos sobre os eventos científicos realizados no Brasil. Ao avaliar a visibilidade do arquivista no mundo do trabalho, a pesquisa de Souza (2011) registrou que menos de 20% dos profissionais produziram apostilas, livros e comunicações científicas em eventos. Destaca-se que o cenário era outro, perfazendo um quantitativo bem menor de profissionais inseridos no contexto arquivístico, se comparado à atualidade. Contudo, é importante enfatizar que alguns dos profissionais que estavam fora do ambiente de trabalho e que colaboraram com a pesquisa, revelaram participar dos eventos científicos.

A AAB promoveu bienalmente o CBA, que se estendeu até 2012. Resgatando o percurso dos CBAs, em 2014, a Profa. Mariza Bottino, em sua obra *Legado dos Congressos Brasileiros de Arquivologia*, analisa esses eventos no período de 1972 a 2000. No estudo, Bottino avalia as menções apresentadas em relação àquelas efetivamente implantadas.

As novas associações de arquivistas, que surgiram a partir de 1998, estabelecem um evento similar com a mesma abrangência, o Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), com a primeira edição em 2004. A pesquisa de Melo e Cardoso (2018) analisou esses dois principais congressos de Arquivologia, CBA e CNA, com o objetivo de avaliar o protagonismo do arquivista nas edições desses eventos. Mesmo com resultados poucos expressivos relacionados à proposta principal do estudo, os dados quantitativos destacam que o XII CBA foi a edição com maior quantitativo de trabalhos, 91, contrapondo-se ao V CNA, com 118.

Na organização dos eventos surgiram o Arquivo Nacional, responsável pela Mesa Redonda Nacional de Arquivos, realizada em 1999, no Rio de Janeiro, e as instituições arquivísticas estaduais e municipais. Em 1984, o Encontro Catarinense de Arquivos iniciou suas edições a partir de um esforço de duas instituições, o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC) e a Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (AAA-SC). Posteriormente, a Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC) passou a promover o evento a partir de 2017.

O curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) organiza, desde 1986, a Jornada Arquivística, com a participação do corpo discente e da comunidade arquivística.

Um evento pontual ocorreu em 1995, a 1ª Reunião Brasileira de Ensino de Arquivologia (Rebrarq), que teve como uma das instituições organizadoras o curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) viabilizou edições do Encontro de Pesquisa em Arquivologia da UFES. Em 2004, ocorreu o I Congresso Nacional de Arquivologia (I CNA), promovido pela Associação Brasileira de Arquivologia (Abarq), que contou com o apoio do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB). No mesmo contexto universitário, inserido em determinadas disciplinas obrigatórias e optativas, desde 2020, o curso de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB) tem ampliado a realização de eventos de extensão com a participação de profissionais convidados, sobretudo docentes e arquivistas, agregando o conhecimento teórico à prática profissional por meio de debates em sala de aula.³¹ Outro órgão promotor são os centros acadêmicos dos cursos que, desde 1997, promovem o Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia (ENEARQ) cuja edição XXIV aconteceu no período de 31 de julho a 4 de agosto de 2023, na UNIRIO, no Rio de Janeiro.

31 Os eventos de extensão integram disciplinas obrigatórias e optativas do currículo, mas não se inserem na categoria dos eventos científicos da BDA.

Com um caráter direcionado para o ensino e a pesquisa acadêmica, inclusive congregando primordialmente alunos de pós-graduação e docentes dos cursos de Arquivologia, em 2010, ocorreu a Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq), com a primeira edição tendo sido promovida pela UnB.

Os arquivistas vinculados às instituições federais de ensino superior realizaram um primeiro evento em 2009, o Encontro Nacional dos Arquivistas das Instituições Federais de Ensino (ENARQUI-FES) que mantém periodicidade bienal.

Algumas instituições científicas e de pesquisa promovem e são parceiras na realização dos eventos, dentre elas, a Casa de Oswaldo Cruz, a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Museu de Astronomia e Ciências Afins.

Destaca-se que, no plano internacional, alguns eventos ocorreram no Brasil, tanto promovidos por instituições brasileiras quanto sendo organizados em parceria. Como exemplo, destaca-se o Congresso de Arquivologia do Mercosul (CAM) que congrega os seguintes países: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. No segmento do plano internacional, a primeira edição do Congresso de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus (Integrar) contou com a promoção e o envolvimento da Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP). Mais recentemente, em 2020, a mesma Associação coordenou o Simpósio Internacional de Arquivos e, em 2023 ocorreu o Simpósio da História dos Arquivos e da Arquivologia, organizado pelo curso de Arquivologia da UFF.

OS EVENTOS CIENTÍFICOS NA BDA

Nesta pesquisa destacam-se os eventos científicos relacionados na BDA: colóquios, congressos, encontros, fóruns, jornadas, reuniões, seminários e simpósios. A Figura 1 reflete a linha do tempo desses eventos.

Figura 1 - Linha do tempo dos eventos científicos



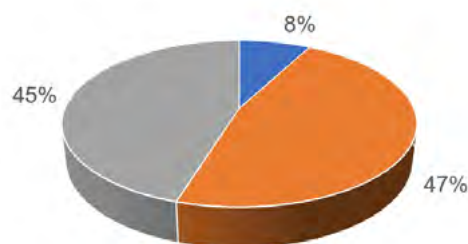
Fonte: Elaborada pelas autoras.

A língua portuguesa é predominante nos itens cadastrados considerando que o objetivo na BDA é registrar a produção científica e técnica brasileira. Entretanto, verificam-se apresentações em outros idiomas (inglês, espanhol, francês e italiano), notadamente, em função dos palestrantes estrangeiros convidados.

No que se refere aos índices quantitativos, o Gráfico 1 traz os percentuais das categorias cadastradas na BDA. As monografias registram 8% dos itens, contudo a categoria dos eventos científicos apresenta um percentual próximo à categoria dos periódicos, 45% e 47%, respectivamente. Consta-se que as modalidades dos eventos

têm revelado maior contribuição para a área arquivística ao ampliar a participação dos diversos segmentos de profissionais na construção dos saberes, incluindo os discentes que passam a ter lugar de fala e de representatividade nos Enearqs e nos demais eventos.

Gráfico 1 – Categorias cadastradas na BDA



Fonte: Elaborado pelas autoras.

No que se refere aos aspectos qualitativos, diferentes vertentes foram analisadas na pesquisa, por exemplo, a periodicidade dos eventos. Alguns foram produzidos uma única vez sem incidência em períodos posteriores e outros são realizados anual, bianualmente ou mesmo com maior espaçamento temporal. Quanto ao período de duração, a programação do CBA estendia-se por uma semana e, posteriormente, foi reduzida para três e quatro dias sendo essa a duração adequada aos demais congressos da área. No entanto, alguns eventos ocorrem apenas em um ou dois dias, consolidados, em determinados casos, nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Outra constatação refere-se ao espaço geográfico de realização dos eventos científicos, em que o Rio de Janeiro se destaca como o local de maior ocorrência, seguido dos estados de São Paulo e Paraíba, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Local de realização de eventos científicos cadastrados na BDA



Fonte: Elaborado pelas autoras.

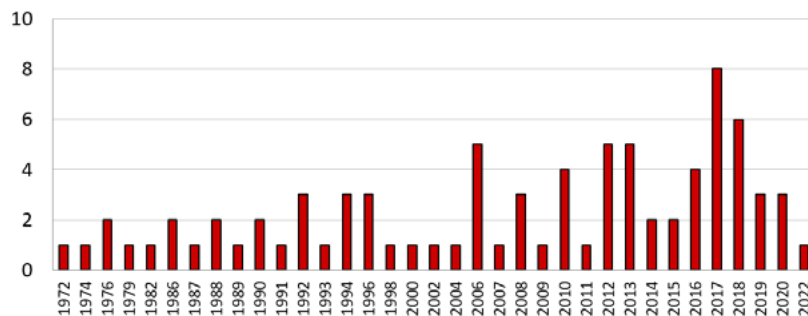
Tradicionalmente, a estrutura dos eventos comportava o formato presencial. Contudo, a partir de 2019, em função do período de pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19), ocorreram alterações no formato das discussões científicas com o uso de plataformas de *streaming*.³² O novo formato estreitou as parcerias dos cursos de Arquivologia, das instituições arquivísticas e da comunidade possibilitando a ocorrência de novos eventos com curta duração. Da mesma forma, sustentou a tradição de eventos consagrados, como a Jornada Arquivística, promovida pela (UNIRIO), que manteve as edições sem interrupção e, atualmente, está na 33ª edição.

Até o momento, a BDA registra 83 eventos, indicados no Gráfico 3, sendo que cinco deles não têm indicação de local de realização nem de instituição promotora. O ano que mais comportou eventos foi 2017, oito no total.³³ Com a pandemia de COVID-19, os eventos presenciais foram cancelados, o que justifica a diminuição dos itens no Gráfico 3, a partir de 2019.

32 Basicamente foram adotadas as plataformas *YouTube*, *Zoom* e *Teams* para a realização dos eventos.

33 Com a pandemia de Covid-19, os eventos presenciais foram cancelados, o que justifica a diminuição dos itens no Gráfico, a partir de 2019.

Gráfico 3 – Evolução quantitativa dos eventos científicos cadastrados na BDA

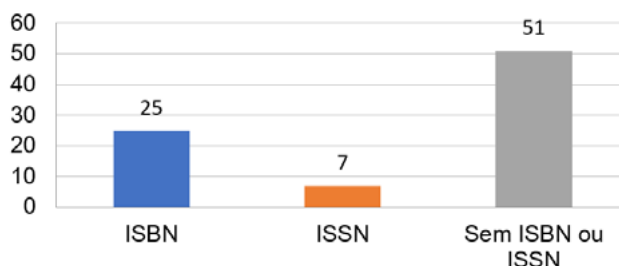


Fonte: Elaborado pelas autoras.

Posteriormente, adotou-se o formato híbrido com a participação de palestrantes tanto presencial quanto virtualmente. Salienta-se que as *live streaming*, transmissões ao vivo geralmente com interação dos participantes por meio de *chats*, não compõem o computo geral dos eventos cadastrados na BDA, ainda que tenham sido amplamente reproduzidas no período da pandemia.

Outra constatação observada refere-se aos novos eventos que contribuem para a ampliação da produção científica em Arquivologia, sobretudo no formato de publicações digitais. Os anais, inicialmente no formato impresso, atualmente apresentam-se como monografia em que o título reflete a temática principal do evento, caracterizado como livro digital, com registro de ISBN, conforme apresentado no Gráfico 4. Constatou-se, da mesma maneira, que alguns eventos foram publicados em periódicos científicos, como edições especiais, com atribuição de número de ISSN. Entretanto, constatou-se a ausência de registro de ISBN ou mesmo de ISSN no maior índice das publicações que registram os anais dos eventos, o que impossibilita indicar maiores elementos sobre a obra.

Gráfico 4 – Tipo das publicações dos eventos científicos



Fonte: elaborado pelas autoras.

Outro fato observado refere-se à ausência de ficha catalográfica nas primeiras publicações, o que limita o registro das informações pertinentes aos eventos. Verificou-se casos em que o evento indicava somente o ano de realização, sem mencionar a data completa do acontecimento.

No que se refere às temáticas dos eventos, no recorte temporal de 1972 a 2023, houve a predominância de estudos relacionados às novas tecnologias, ensino e pesquisa em Arquivologia, arquivos e sociedade, gestão dos programas e dos serviços de arquivo, interdisciplinaridade e política de acesso. As primeiras edições dos eventos abordavam a importância da criação de arquivos, implementação de um sistema de arquivos, projetos e políticas públicas voltadas aos arquivos. As reflexões que afetam o arquivista permanecem com resultados ínfimos, conforme registrado na pesquisa de Melo e Cardoso (2018).

ALGUNS PERCALÇOS

A pesquisa revelou que as informações referentes aos eventos científicos se mostraram dispersas e incompletas. Os anais das edições mais antigas apresentam os textos somente no formato impresso, levando à necessidade de digitação das informações, sobretudo dos resumos, alguns extensos, com mais de uma lauda.

As primeiras edições do CBA apresentam os anais com os textos na íntegra. Posteriormente, foram publicados somente os resumos e retomadas as publicações impressas. Contudo, uma parcela dos eventos registra apenas a programação, outra apresenta o resumo das comunicações científicas. Poucas edições dos eventos contam com o resumo e os anais das comunicações científicas.

Outros problemas identificados que valem ser mencionados são nomes incompletos dos autores e grafia incorreta em alguns casos o que, conseqüentemente, obstaculiza a pesquisa dos usuários.

O propósito de consolidar, na BDA, as informações acerca dos eventos científicos relacionados à Arquivologia tem sido um exaustivo trabalho de pesquisa. No que se refere ao CBA, identificou-se uma lacuna referente à segunda edição, ocorrida em 1974 sendo que registros esparsos constam de alguns exemplares da Revista Arquivo & Administração, referendada na pesquisa de Botino (2014). A fim de resgatar um dos traçados da história da Arquivologia, desenvolveu-se uma pesquisa específica no fundo da AAB, custodiado pelo Arquivo Nacional, e no acervo arquivístico do Prof. Esposel, recebido por doação pela UFF, que possibilitou a recuperação de uma parcela das informações e que estão devidamente cadastradas na BDA.³⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os eventos se mantêm como espaços de discursividade e diálogo dos profissionais da área e constituem uma fonte fundamental de pesquisa que contempla a evolução científica da área. Constatou-se que as principais instituições promotoras dos eventos científicos

34

Agradecemos à equipe do Arquivo Nacional, à Profa. Clarissa Schmidt e ao Prof. Paulo José Viana de Alencar pelas valiosas contribuições na pesquisa sobre o II CBA.

são as associações profissionais, com uma participação mais efetiva dos cursos de Arquivologia. Quanto à periodicidade, os eventos ocorrem anual, bienalmente ou com maior espaçamento temporal sendo o Rio de Janeiro o espaço geográfico com maior incidência.

Sugerem-se novas abordagens nas temáticas dos eventos científicos, sobretudo relacionadas aos aspectos de atuação do arquivista no ambiente tecnológico, as habilidades e competências demandadas no mercado de trabalho para o arquivista, discussões sobre prospectiva arquivística, ainda pouco abordada na área e, fundamentalmente, uma campanha de conscientização sobre a necessidade de criação do Conselho Federal de Arquivologia, que é extremamente necessário.

A BDA se solidifica como ferramenta de pesquisa tendo canais de comunicação com os usuários por meio do *e-mail* base-arquivistica@unb.br e nas redes sociais, no Instagram [@basededa-dosemarquivistica_bda](https://www.instagram.com/basededa-dosemarquivistica_bda). A consolidação das informações em uma base de dados possibilita o acompanhamento das discussões emergentes da Arquivologia ocorridas no âmbito dos eventos científicos. A partir da criação da BDA, pode-se registrar a produção científica arquivística de âmbito nacional ao compartilhar o conhecimento produzido sendo, para tanto, fundamental o cadastramento contínuo desses itens na BDA.

Por fim, compreende-se que os eventos científicos contribuem para a visibilidade da Arquivologia e de seus profissionais e revelam-se, sobretudo, como uma fonte fundamental de pesquisa que contempla a evolução científica da área.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, P. J. V. de; SCHMIDT, C. Um estudo acerca das principais discussões de eventos técnico-científicos da Arquivologia no Brasil e América Latina, 1922-1972. *In: A função social da Arquivologia na contemporaneidade: anais do Congresso Nacional de Arquivologia*, 9, 2022. Camila Schwinden Lehmkuhl *et al.* (Org.). **Anais eletrônicos [...]** Florianópolis: AAESC, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1yp7K7Modcm20W5artf2spl4rUsSEhpC_/view. Acesso em: 13 jul. 2023.
- BOTTINO, M. **O legado dos congressos brasileiros de arquivologia (1972-2000)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- FONSECA, M. O. As estruturas de produção de conhecimento arquivístico: quadros em movimento. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 5-20, 2006.
- MELO, K. I. Base de dados em Arquivística: a produção científica brasileira. *In: Arquivo, documento e informação em cenários híbridos: anais do Simpósio Internacional de Arquivos*, 8, 2021. **Anais eletrônicos [...]** São Paulo: Eventus, 2021. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/processos/cceda86d80e44a249635.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- MELO, K. I.; CARDOSO, A. da C. Arquivista como protagonista nos eventos científicos: análise dos congressos de Arquivologia no Brasil. **Páginas a&b**, Porto, S. 3, n. 10, p. 71-91, 2018. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/4774/4913>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- MELO, K. I.; BRITO, E. J. S.; SOUSA, K. B. de. Base de dados em Arquivística: os congressos de Arquivologia. **Cadernos de Resumos Expandidos**. Congresso Nacional de Arquivologia, 9, Florianópolis: AAESC, 2022.
- MELO, K. I.; CARVALHO, G. O. de; MOREIRA, I. LV.; SOUZA, S. C. L. de. Associações profissionais de arquivistas no Brasil: enfoque político e produção técnica e científica. *In: A função social da Arquivologia na contemporaneidade: anais do Congresso Nacional de Arquivologia*, 9, 2022. Camila Schwinden Lehmkuhl *et al.* (Org.). **Anais eletrônicos [...]** Florianópolis: AAESC, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1yp7K7Modcm20W5artf2spl4rUsSEhpC_/view. Acesso em: 20 jun. 2023.

MELO, K. I.; SOUZA, S. L.; PAIVA, D. Construção da Base de Dados em Arquivística: uma ferramenta de pesquisa. **Revista Participação** - UnB, Brasília, n. 38, p. 22-31. dez./2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/46805>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SILVA, E. P. da. **Memória e discurso do Movimento Associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. 2013. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em *Memória Social*, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12357>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SOUZA, K. I. M. de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011.

14

*Camila Schwinden Lehmkuhl
Universidade Federal de Santa Catarina*

*Luiza Morgana Klueger Souza
Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina*

*Leolíbia Luana Linden
Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

O PROTAGONISMO DO ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS NO DESENVOLVIMENTO DA ARQUIVOLOGIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

A Arquivologia Brasileira tem apresentado cotidianamente novos desafios aos seus profissionais, a rápida evolução tecnológica, as lutas pela profissão, tornam os espaços coletivos salutares para trocas e reflexões entre profissionais ou com a sociedade em geral.

Eventos científicos e profissionais, enquanto um desses espaços coletivos, se consolidam como lugares dinâmicos de aprendizagem, reivindicações da classe, desenvolvimento científico da área, além de aproximar seus entes para o desenvolvimento de atividades correlatas.

Em Santa Catarina, o evento científico e profissional de maior abrangência e importância é o Encontro Catarinense de Arquivos (ECA). Sua primeira edição ocorreu em 1984, antes mesmo da criação do curso de Arquivologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do curso de pós-graduação em Organização e Administração de Arquivos, também ofertado pela UFSC.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o protagonismo do Encontro Catarinense de Arquivos (ECA) no Estado de Santa Catarina.

Como procedimentos metodológicos, adotou-se pesquisa bibliográfica realizada nos anais do ECA que se encontram disponíveis na Revista *Ágora: Arquivologia em debate*³⁵, e em publicações científicas que abordam o tema no Estado. Além da pesquisa bibliográfica, utilizou-se da pesquisa documental no acervo da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (AAP-SC), responsável pela criação do ECA, e que atualmente encontra-se custodiado no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

Justifica-se a presente pesquisa pela necessidade de registrar a importância de eventos científicos e profissionais para o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil, fomentando e incentivando, nesse caso, o fortalecimento do ECA no Estado de Santa Catarina, mas também servindo de exemplo para outros Estados.

Por fim, após análise, identifica-se que parte do que hoje se assiste no Estado de Santa Catarina relacionado à Arquivologia foi desenvolvida por conta dos eventos científicos e profissionais como o ECA, principalmente nas décadas de 80 e 90, angariados por uma Associação profissional, mas que em primazia zelava também pela divulgação científica, como se observa na criação, por esta mesma Associação, da Revista *Ágora*.

EVENTOS CIENTÍFICOS E PROFISSIONAIS NA ÁREA DE ARQUIVOS

Para que uma profissão avance e continue a se desenvolver, para que seja assegurada a competência das pessoas que nela trabalham, dentre outros, há um elemento essencial: a reunião em associações profissionais.

Autores afirmam, com razão, que a saúde da área e da profissão passa pela capacidade de se unir, de definir objetivos comuns, de trabalhar em conjunto para o avanço de eventos científicos como espaços e mecanismos de sistematização e circulação do pensamento arquivístico no Brasil e no mundo (Marques, 2011; Schmidt, 2012; Melo, 2021).

Melo e Cardoso (2018) consideram que uma das ações que contribuem para a ampliação da visibilidade da profissão são os congressos científicos. Para as autoras, “É nesses eventos que se abrem espaços para debater a evolução da teoria arquivística, as funções dos arquivos, e, inclusive, as abordagens sobre o papel do arquivista na sociedade” (Melo e Cardoso, 2018, p. 72).

A Arquivologia, principalmente por meio das associações profissionais e seu Fórum Nacional, tem construído agendas de eventos científicos que abrangem temáticas variadas, buscando atender essas demandas postas pela comunidade arquivística, como é o caso do Congresso Nacional de Arquivologia, hoje, o maior evento profissional da área.

Em Santa Catarina, o evento científico e profissional de maior importância para a área é o Encontro Catarinense de Arquivos (ECA), foco desta pesquisa, que será analisado especialmente a seguir.

O PROTAGONISMO DO ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS (ECA)

O Encontro Catarinense de Arquivos teve sua primeira edição no ano de 1984. A organização ficou a cargo da extinta Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (AAP-SC) e do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC) até 2007. O objetivo do evento é reunir os representantes de instituições públicas e privadas, alunos de universidades e pessoas interessadas pela gestão e preservação da memória documental; discutir e identificar as necessidades do setor; estimular o intercâmbio de experiências profissionais; dentre outros (Soares, 1988).

Até os anos de 2007, o ECA foi um evento itinerante com intervalos entre dois e três anos. Foi sediado pelos seguintes municípios: Florianópolis (1984, 1986, 1988, 1992, 1996, 2002 e 2004), Joaçaba (1990), Blumenau (1994 e 2000) e Jaraguá do Sul (1998 e 2007), conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Edições, datas e locais do Encontro Catarinense de Arquivos (1987 a 2021)

Edição	Data	Local
I ECA	20 e 21/09/1984	Florianópolis
II ECA	19 e 20/09/1986	Florianópolis
III ECA	15 e 16/09/1988	Florianópolis
IV ECA	03 a 05/07/1990	Joaçaba
V ECA	23 a 25/09/1992	Florianópolis
VI ECA	14 a 16/09/1994	Blumenau
VII ECA	18 a 20/09/1996	Florianópolis
VIII ECA	14 a 16/09/1998	Jaraguá do Sul
IX ECA	06 a 08/11/2000	Blumenau
X ECA	02 a 04/09/2002	Florianópolis
XI ECA	13 a 15/09/2004	Florianópolis
XII ECA	22 a 24/10/2007	Jaraguá do Sul
XIII ECA	27 e 28/11/2017	Florianópolis
XIV ECA	18 e 19/11/2019	Florianópolis
XV ECA	22 a 24/11/2021	Florianópolis

Fonte: Elaboração própria (2023).

Em cada um dos municípios em que o ECA aconteceu, havia parceria com a instituição arquivística local para sua realização.

Como temas frequentes nas edições até 2007 tem-se a preservação da memória, “salvamento dos arquivos”, preservação de documentos, novas tecnologias, preservação e organização documental, gestão documental, tecnologias de conservação, reprodução e disseminação de documentos.

A professora Janice Gonçalves, em sua tese acerca da constituição dos campos historiográfico e arquivístico em Santa Catarina, destaca ao analisar o relatório da primeira edição do evento, que:

[...] o encontro sinalizava esforço de mudança na situação ali diagnosticada. Os desafios: garantir a proteção dos documentos públicos de interesse histórico, quer do governo estadual, quer dos governos municipais, fazendo com que as instituições arquivísticas fossem ocupadas por pessoas nisso engajadas; fortalecer as instituições arquivísticas existentes e criar novas, procurando integrá-las por meio de uma política para a área; dar visibilidade, enfim, às instituições, aos seus agentes, aos acervos aí envolvidos (Gonçalves, 2006, p. 130).

Segundo a autora, a partir dos anos 2000, o evento teve foco maior para relatos de experiências das instituições arquivísticas no que diz respeito às técnicas e atividades gerenciais, apesar de as edições anteriores proporcionarem espaço para tais relatos (Gonçalves, 2006).

Com respeito às moções, que eram baseadas em assuntos discutidos ao longo do evento e aprovadas ao final, já no 1º Encontro de Arquivos Catarinenses (1984), foram levantadas questões relacionadas à ausência de uma política estadual de incentivo à formação de arquivos históricos municipais; à ausência de arquivistas atuando nos arquivos municipais; e como encaminhamento ponderou-se que, “Resulta daí a necessidade imperiosa de se estruturar Curso Superior de Arquivologia, no Estado (Piazza, 1985)”.

Já na segunda edição do ECA, de acordo com Soares (1988):

Com efeito, foi durante os trabalhos do II ECA que se viabilizou a criação do curso a nível de pós-graduação em Organização e Administração de Arquivos, sob a responsabilidade da UFSC, contando com a participação de professores da Universidade de São Paulo (Soares, 1988, p. 90 e 91).

Em 2006, Gonçalves (2006, p. 156) destaca, contudo, que as proposições e recomendações frequentes nas edições do ECA “atestam as poucas conquistas da área em duas décadas”, das quais ressaltam-se duas moções:

[...] a aquisição de um prédio próprio e adequado para o Arquivo Público do Estado, indicada em 1986, foi reiterada em 2000 e 2004, e ainda não efetivada; a criação de um curso de graduação em Arquivologia, em nível estadual, sugerida em 1994 e 1996 (aliás, por profissionais com atuação fora do Estado), não foi concretizada [...]” (Gonçalves, 2006, p. 156-157).

Ainda com relação ao espaço físico do APESC, dentre as moções de 2017 é mencionado: “2) Buscar condições de funcionamento ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC) quanto a recursos materiais, financeiros e humanos;” (Lehmkuhl *et al.*, 2018, p. 20). Em 2019 é novamente enfatizada essa necessidade “Durante a plenária final do evento, foram sugeridas as seguintes moções: [...] 2) Buscar melhores condições de funcionamento ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC) (Linden *et al.*, 2020, p. 8).

Hoje, ao revisitar essa moção em específico, há de se mencionar quanto à sede própria para o APESC, que no dia 28 de junho de 2023, no evento de comemoração do 63º aniversário do APESC, foi oficializada a transferência de um imóvel estadual situado na Rua Arcipreste Paiva, nº 41, no Centro de Florianópolis, SC. O imóvel possui uma área de mais de 9 mil metros quadrados e terá sua estrutura adequada para o acondicionamento do acervo do APESC.

Com relação a segunda moção ressaltada na citação de Gonçalves (2006) acima, em 2010 o curso de Graduação em Arquivologia no Estado foi finalmente criado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o apoio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Em 2014, após a primeira do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina se formar, “alguns dos primeiros formados buscaram tentativas de organização associativa no estado, para que a profissão pudesse ter representatividade de classe quando se fizesse necessário” (Lehmkuhl *et al.*, 2018, p. 15).

Este movimento associativo iniciou um processo de compreensão das demandas e interesses dos profissionais da área em Santa Catarina, a partir da realização de votações e reuniões com profissionais e estudantes, tendo em vista que havia um movimento de criação de uma associação que contemplasse profissionais das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, de modo integrado.

A comunidade arquivística compreendeu que suas questões individuais eram latentes e que para a área “se definir enquanto campo de atuação no estado de Santa Catarina” (Lehmkuhl *et al.*, 2018, p. 17) seria necessário ter uma associação voltada apenas para arquivistas e instituições arquivísticas.

Em 19 de outubro de 2015 egressas do curso fundam a Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC), sendo instituída no “I Encontro de Profissionais de Arquivo do Estado de Santa Catarina”, ocorrido em 20 de outubro de 2015, em comemoração ao Dia do Arquivista.

Em 2017, por compreender a relevância do Encontro Catarinense de Arquivos, a AAESC retoma a realização do evento com a décima terceira edição em parceria com o APESC, com o curso de Arquivologia da UFSC e o Centro Acadêmico Livre de Arquivologia (UFSC) nas dependências da UFSC. Retomando a periodicidade bienal, em 2019 ocorreu o XIV ECA nas dependências do APESC e em 2021 o XV ECA foi promovido remotamente, por conta da pandemia de COVID-19.

Nas edições de 2017, 2019 e 2021, promovidas pela AAESC, os temas foram, respectivamente: “Arquivos: da gestão ao patrimônio documental”, “Os desafios da Arquivologia no mundo digital”, “Preservação de documentos: Reflexos nas práticas arquivísticas”. Em novembro de 2023 será realizado o XVI ECA, retomando a modalidade presencial do evento, com a temática: “As políticas arquivísticas no contexto digital”.

O que se observa dentre as moções dos anos de 2017 e 2019 são questões relacionadas mais fortemente ao profissional arquivista. Em 2017, por exemplo, dentre as moções estavam:

- 1) Incentivar a criação de vagas para arquivistas em instituições arquivísticas; [...] 4) Promover a criação do cargo de arquivista no estado de Santa Catarina, em especial no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC); [...] 10) Promover a criação do cargo de arquivista nos arquivos municipais (Lehmkuhl *et al.*, 2018, p. 20).

E dentre as de 2019: “1) Incentivar a criação de vagas para arquivistas em instituições arquivísticas”; (Linden *et al.*, 2020, p. 8).

Esse foco maior no profissional arquivista e a demandas de criação dos cargos nessas edições são motivados pela criação da AAESC, que é uma associação profissional, mas, que por não haver um conselho profissional que represente os objetivos da profissão no Brasil, as associações acabam expandindo seu papel, na tentativa de melhores condições e visibilidade da classe.

Dentre essas últimas moções, destaca-se ainda o objetivo de capacitação e parcerias entre entidades, como o APESC, Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e Curso de Arquivologia da UFSC.

Para além das moções, encaminhamentos e os vínculos promovidos, o ECA gerou e gera diversas publicações bibliográficas que foram digitalizadas em parceria com o curso de graduação em Arquivologia da UFSC e encontram-se disponíveis atualmente no site da revista *Ágora: Arquivologia em debate*.

A revista *Ágora: Arquivologia em debate* foi fundada em 1985 também pela Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (AAP-SC) e desde o ano de 2011 o Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina assumiu a responsabilidade do processo editorial e da publicação da revista em formato digital.

Em pesquisa realizada por Ohira *et al.*, em 1998, intitulada “Arquivística: produção bibliográfica catarinense”, os autores buscaram identificar a produção bibliográfica escrita por profissionais da informação com atuação no Estado de Santa Catarina. Os resultados da pesquisa demonstram que o equivalente a 59,54% do total da produção identificada foi relativo a publicações vinculadas a eventos, anais e similares. E destacam ainda,

[...] a importância do Encontro Catarinense de Arquivos, que reúne os representantes de instituições públicas e privadas, estudantes universitários e pessoas interessadas pela preservação da memória documental, através da troca de experiências e conhecimentos (Ohira, 1998, p. 256).

Os Encontros Catarinenses de Arquivos proporcionaram vínculos institucionais e profissionais entre aqueles que tinham o mesmo interesse, trazendo em suas programações pessoas e instituições consideradas referências na área, como o Arquivo Nacional, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e o Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Municipais (Gonçalves, 2006).

Apesar das conquistas serem concretizadas em até três décadas depois, torna-se possível inferir que são conseqüências das recomendações propostas pela área nos encontros catarinenses, bem como da atuação das Associações (AAP-SC e AAESC) e do próprio Arquivo Público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi apresentado ao longo do texto, infere-se que o ECA se configura como um espaço de compartilhamento de experiências, proporcionando ao Estado de Santa Catarina e ao Brasil considerável produção científica.

Ele foi também base para a construção de formação e formação continuada na área, fomentando a criação de cursos de Pós-Graduação e de Graduação em Arquivologia no Estado.

Suas moções se tornam base para criação de políticas públicas, solicitações de melhorias de estrutura das instituições arquivísticas catarinenses e valorização profissional, que são demandadas apontadas pelos Arquivos Públicos, Arquivistas e pela sociedade em geral durante o evento.

Por fim, considera-se que a Arquivologia no Estado de Santa Catarina tem muito a desenvolver, com a percepção, após os relatos presentes no texto, de que o Encontro Catarinense de Arquivos se constitui como um dos principais atores para que isso ocorra.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, J. **Sombrios umbrais a transpor:** arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 2006. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30012007-110719/publico/TeseJaniceGoncalves.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

LEHMKUHL, C. S.; MARTENDAL, F. F.; LINDEN, L. L.; SOUZA, L. M. K.; VENTURA, R. Arquivologia Catarinense: breve histórico sobre seus elementos constitutivos. **Anais do XIII ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS (2017):** Arquivos: da gestão ao patrimônio documental. Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC), Florianópolis, p. 7-24, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1j70GR-70xwov4GXlJx8p6bk5Y_7J2skv/view. Acesso em 15 ago. 2023.

LINDEN, L. L.; SOUZA, L. M. K.; LEHMKUHL, C. S.; VIEIRA, A. H. Apresentação. **Anais do XIV Encontro Catarinense de Arquivos (2019):** Os desafios da Arquivologia no mundo digital. Florianópolis: Editora AAESC, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/17rYfGaczMqGwG-lvMGMLSA00FioWFotm/view>. Acesso em 17 ago. 2023.

MARQUES, A. A. da C. **Interlocações entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil.** 2011. 399f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MELO, Í. F. **As funções arquivísticas à luz do Princípio da Proveniência:** um habitus em construção. 2021. 218 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

MELO, K. I.; CARDOSO, A. C. Arquivista como protagonista nos eventos científicos: uma análise dos congressos de arquivologia no Brasil. **Páginas A&B**, Arquivos e Bibliotecas (Portugal), n. 10, p. 71-91, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109272>. Acesso em: 17 ago. 2023.

OHIRA, M. L. B; *et al.* Arquivística: produção bibliográfica catarinense. **ÁGORA:** Arquivologia Em Debate, Florianópolis, n.8, p. 251–263, 1998. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/352>. Acesso em: 11 jul. 2023.

PIAZZA, W. Arquivos Catarinenses: uma reavaliação. **ÁGORA:** Arquivologia Em Debate, Florianópolis, v. 1, n.2, p. 3–6, 1985. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/17/pdf>. Acesso em 13 mar. 2023.

SCHMIDT, C. M. dos S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico:** concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/pt-br.php>. Acesso em 17 ago. 2023.

SOARES, I. Arquivo e atividades externas. Anais do III Encontro Catarinense de Arquivos. **ÁGORA:** Arquivologia Em Debate, Florianópolis, n.3, p. 84–93, 1988. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/290/pdf>. Acesso em 13 mar. 2023.

15

*Anna Carla Almeida Mariz
Paulo Marcelo Ferreira de Moraes Júnior
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro*

CONSTRUINDO MEMÓRIAS ATRAVÉS DE DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS:

JORNADAS ARQUIVÍSTICAS DA UNIRIO

Sabe-se que o homem, desde a antiguidade, possui interesse em registrar imagens e sons para tentar se expressar. Neste sentido, os suportes funcionam como um instrumento que torna possível o armazenamento dos registros dessas memórias audiovisuais, uma vez que podem conter diversos tipos de conteúdo, desde reportagens e filmes, a gravações musicais e produções de imagens-memória. Nas últimas décadas, os avanços tecnológicos fizeram com que a evolução dos documentos audiovisuais passasse por diversos formatos a serem reproduzidos através de variados suportes.

A partir das experiências oriundas do projeto de extensão “A história da Arquivologia Brasileira em Imagens”³⁶, do curso de Arquivologia da UNIRIO³⁷, o presente trabalho tem como ponto central o acesso aos conteúdos audiovisuais produzidos a partir dos eventos da Jornada Arquivística da UNIRIO³⁸, publicados na *internet* e sua contribuição para a memória do curso.

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, do tipo descritiva e exploratória. O estudo exploratório é uma aproximação inicial com o objeto estudado, para caracterizar os componentes e relações do fenômeno estudado. A pesquisa exploratória também examina e identifica as variáveis do estudo, ou seja, seu significado e características específicas, focando na construção do objeto de pesquisa (Minayo, 2001).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde

36 Ações de Extensão 2021 – A História da Arquivologia Brasileira em Imagens – Disponível em: <http://www.unirio.br/cch/depa/extensao/acoes-de-extensao-2021>. Acesso em: 20 nov. 2022.

37 Escola de Arquivologia da UNIRIO – Disponível em: <http://www.unirio.br/arquivologia>. Acesso em: 20 nov. 2022.

38 Jornada Arquivística da UNIRIO – Disponível em: <http://www.unirio.br/arquivologia/jornada-arquivistica>. Acesso em: 20 nov. 2022.

a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p. 22).

A metodologia aplicada será realizada através de um levantamento e análise de bibliografia e demais referências, na área de Arquivologia e áreas afins, sobre os temas: documentos audiovisuais, construção de memória, difusão de documentos audiovisuais e *internet*. Bem como uma investigação de sobre o processo de disponibilizar online o acervo da Jornada Arquivística e a importância do acesso à informação registrada nesses documentos audiovisuais, além de uma análise descritiva do projeto de extensão acadêmica.

Ao refletir o papel do arquivista como um dos profissionais responsáveis por organizar e fazer a gestão da informação (Araújo *et al.*, 2016, p. 57), bem como auxiliar no resgate da memória através das informações registradas em diversos suportes (Bergenthal, 2014, p. 86), pretende-se estudar os registros audiovisuais da Jornada Arquivística, disponíveis no *YouTube* e as demais questões que norteiam a pesquisa: como se dá o armazenamento, a organização, a recuperação das informações e a difusão dos registros audiovisuais. Bem como investigar se as ações de difusão online de documentos audiovisuais contribuem na construção da memória da Escola de Arquivologia da UNIRIO.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, o objetivo geral proposto é discutir a importância da difusão online na construção da memória do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, através dos documentos audiovisuais produzidos no âmbito de divulgação científica.

A justificativa deste trabalho se dá pela importância que os documentos audiovisuais possuem, levando em consideração o seu poder de comunicação de ideias, políticas, características sociais e culturais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresenta-se neste capítulo o embasamento teórico utilizado como subsídio para o desenvolvimento deste trabalho, apresentando os conceitos e referenciais teóricos acerca dos temas centrais desta pesquisa: documentos audiovisuais, difusão, internet e memória, relacionando-os com a Arquivologia.

Desde o início da invenção da fotografia, o homem tem intenção de registrar o real da maneira mais eficaz possível. O documento audiovisual dentro do seu contexto tradicional cede a essa intenção, ao avançar sobre o campo visual e ao mesmo tempo auditivo, unindo-os e ultrapassando as barreiras que persistem em não dar dinamicidade e autenticidade ao registro.

De acordo com Edmondson (2016) a definição de documentos audiovisuais pode ir de qualquer coisa com imagens e/ou sons a apresentação elaborada por PowerPoint ou jogos interativos de computador.

Para Kofler (1991) os documentos audiovisuais são definidos como:

[...] gravações visuais (com ou sem trilhas sonoras) independentes do suporte e processo de gravação usados [...] planejados para recepção pública quer através da televisão ou por meio de projeção em telas ou quaisquer outros meios [...] gravações sonoras independentes de seu suporte e processo de gravação usados, como fitas magnéticas, discos, trilhas sonoras ou gravações audiovisuais, discos ópticos legíveis por laser (a) planejados para recepção pública quer através da televisão ou quaisquer outros meios (b) destinados a serem postos à disposição do público. Todos estes materiais são materiais culturais. A definição tem por objetivo cobrir o máximo de formas e formatos [...] de imagens em movimento [...] que constituem a forma clássica do material audiovisual e é a principal forma explicitamente incluída na recomendação de 1980 da UNESCO (Kofler, 1991, p. 10-13).

Segundo o Dicionário brasileiro de terminologia arquivística do Arquivo Nacional (2005) a documentação audiovisual é classificada como gênero documental ligado a documentos que contêm imagens, fixas ou em movimentos, assim como, registros sonoros, como filmes e fitas vídeo magnéticas. Nas definições apresentadas, observa-se certos pontos em comum, tais quais a concordância quanto à natureza imagética e/ou sonora dos documentos audiovisuais. Algumas definições apresentam descrições mais concisas, com delimitações mais claras, enquanto outras são mais minuciosas e definem o conceito de forma abrangente. Em seu nível mais básico, Silva e Madio (2012) descrevem a essência do documento audiovisual como a associação básica de som e imagem registradas em suporte fílmico.

Para Siqueira (2016) há uma variedade de usos e significados no uso da expressão “documentos audiovisuais”, citando o exemplo elaborado na Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais do Conselho Nacional de Arquivos:

[...] levou-se em consideração o significado de “audiovisual” como a associação do som e da imagem, ou seja, o documento que contenha tanto som como imagens (com exceção aos filmes silenciosos, conhecidos popularmente como “filmes mudos” (Siqueira, 2016, p. 22).

Os documentos audiovisuais revelam diversos aspectos da sociedade em geral: suas preferências de entretenimento, moda, costumes, crenças, tecnologia, música etc.; e até mesmo problemas e temas de grande importância dentro do seu contexto histórico, como conflitos sociais e políticos.

Assim como documentos arquivísticos possuem valor cultural e histórico, o documento audiovisual também é digno de ser tratado como patrimônio de uma sociedade. A preservação de documentos audiovisuais deve ser vista com a devida importância para a retenção da memória coletiva de nossa cultura e história, sendo tão relevante para futuros pesquisadores quanto a produção escrita.

Em meio a essa necessidade de conservar a memória audiovisual, o advento das tecnologias digitais marca um importante avanço para área, pois alterou significativamente os processos de produção, conservação, restauração e acesso à produção audiovisual.

Em termos de importância social, os arquivos audiovisuais reúnem uma gama de informações passíveis de consulta que podem registrar, como no caso deste estudo, as palestras realizadas na Jornada Arquivística da UNIRIO, mas também manifestações culturais e populares executadas por um determinado grupo social ou mesmo de uma sociedade como um todo, e seu potencial informativo, que chegam à sociedade por meio da difusão.

O termo difusão pode ter vários significados e definições de acordo com a área do conhecimento e o seu contexto de uso. Segundo Blaya Perez (2005, p.7) a difusão é definida como “a divulgação, o ato de tornar público, de dar a conhecer o acervo de uma instituição assim como os serviços que esta coloca à disposição de seus usuários”. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, p. 71-72) não apresenta definição para difusão, mas sim para os termos disseminação da informação que é o “fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação” e a divulgação, o “conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências”.

Percebe-se a amplitude da difusão na Arquivologia, envolvendo aspectos da comunicação, a aproximação com os usuários dos arquivos e dos serviços arquivísticos a ligação tanto com a divulgação do documento como da informação contida nele. Também é interessante reconhecer a importância da interdisciplinaridade que o profissional da informação deve buscar em outros campos científicos para um melhor planejamento, organização e difusão das informações.

Para Rousseau e Couture (1998, p. 265), a difusão é uma das funções arquivísticas. Para os autores, ela deve fazer parte de um programa de gestão da informação formado por três componentes “[...] (1 – criação, difusão e acesso; 2 – classificação e recuperação da informação; e 3 – proteção e conservação), sendo voltada para proporcionar uma comunicação eficaz dos arquivos.” (Rousseau; Couture, 1998, p. 67).

Os Arquivos, por muito tempo, mantiveram uma relação tênue e pouco aprofundada com a sociedade e seus usuários. No entanto, a partir do final do século vinte, essas instituições, gradativamente, buscaram dinamizar sua atuação, obtendo uma postura mais proativa na relação arquivo-usuário. Isso se deve à busca de técnicas de implantação de novos serviços e a demanda pelos acervos documentais por diferentes setores da sociedade.

O surgimento de novas tecnologias e usos das informações num cenário de atualizações e inovações tecnológicas exige do arquivista conhecimentos e habilidades específicas para tratar a informação, como o uso das mídias: blogs, websites, rede sociais, wikis e sites de compartilhamento. O surgimento de novas tecnologias impulsionou novas formas de produção documental, bem como seu acesso e uso.

Para Cabral (2012) a difusão de acervos é uma prática de conjunção do lado técnico (recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais) com o lado social de uma instituição arquivística, que lide com uma política voltada para o público, que o atraia para compreender o arquivo para além de um espaço de coleta, guarda e preservação, mas como lugar de criação de conhecimento e de lazer cultural.

Segundo Arendt (2013) a difusão deve ser um conjunto estratégico de ações, de garantias e de políticas ativas de promoção da instituição de salvaguarda e custódia. Assim, pode-se dizer que

a difusão é o conjunto de atividade de divulgação de um acervo arquivístico e que tem por intuito comunicar aos atuais e potenciais usuários os documentos e serviços dos arquivos.

Através das abordagens apresentadas sobre a difusão arquivística, ligadas à gestão de documentos e a comunicação em arquivos, entende-se que a difusão se faz cada vez mais necessária, tendo em vista que a finalidade dos arquivos é proporcionar o acesso aos seus documentos e informações, seja em arquivos correntes, intermediários ou permanentes.

Além disso, é por meio da difusão arquivística que a comunidade em geral pode entender que os documentos arquivísticos são úteis, pois servem como fonte de prova e informação. Menezes (2012) ressalta a importância da difusão arquivística na promoção dos serviços oferecidos por um arquivo, a fim de deixá-lo mais próximo aos usuários, desconstruindo a ideia de que o arquivo é destinado apenas a uma minoria da sociedade.

Na perspectiva do uso da web enquanto meio para disponibilização de informações e documentos arquivísticos, considera-se que a internet redefiniu muitos padrões existentes, criando horizontes e perspectivas. Esta mudança de paradigma assenta-se nos avanços da forma de criação e no desenvolvimento de novas tecnologias.

O avanço tecnológico impactou significativamente na elaboração de documentos de arquivo tornando-os cada vez mais fluidos em seu contexto. No meio arquivístico, a disponibilização dos acervos via internet facilita o acesso, atinge um público maior, amplia o atendimento aos pesquisadores, permite pesquisas e aumenta a divulgação, sendo uma ferramenta facilitadora da comunicação e difusão.

Ascensão (2002) aponta a internet como um dos maiores símbolos da globalização, uma vez que foi uma tecnologia capaz de abolir as fronteiras e unificar os meios de comunicação entre os povos e nações.

Segundo os autores Vieira, Bittencourt e Mariz (2019) as tecnologias digitais contribuem:

[...] para a formação de um novo campo, o das humanidades digitais, que passaram a se beneficiar do crescimento de informações já produzidas em meio digital, bem como do aumento no processo de digitalização e acesso de dados em meio analógico, por diversas instituições como arquivos, bibliotecas, museus, centros de pesquisa etc (Vieira, Bittencourt, Mariz, 2019, p. 43).

Para Hockey *apud* Vieira *et al.* (2004), as humanidades digitais:

[...] contribuem para o crescente interesse em colocar patrimônio cultural na web, não só para investigadores acadêmicos, mas também como forma de promover as competências em literacia informacional e aprendizagem ao longo da vida do público em geral (Hockey, 2004 *apud* Vieira *et al.*, 2019, p. 44).

Com isto, a Arquivologia sente esse reflexo e observa a necessidade de atualizar suas técnicas de identificação, localização, avaliação, representação e difusão da informação para melhor atender seus usuários.

Observa-se assim que, essa mudança vem ocorrendo há algum tempo, principalmente com a inserção das TIC's na produção, tramitação, representação e disseminação da informação. Com a popularização da internet na perspectiva arquivística:

Ocorre uma quebra de paradigma, onde estes serviços passam a ser disponibilizados "extramuros", visto que a barreira do 'espaço' é quebrada. A questão do tempo também passa a ser revista, pois como estes serviços são disponibilizados na internet, podem ser consultados a qualquer hora do dia, sete dias por semana (Sá, 2005, p. 108).

A internet se apresenta neste contexto como um dos recursos de grande potencial para o compartilhamento, troca de informações e expansão de serviços aos usuários de arquivos, demonstrando

a necessidade de um trabalho interdisciplinar para a Arquivística Contemporânea, tendo em vista toda a complexidade do uso de TIC no fazer arquivístico. Ampliando o acesso às informações, exerce sua função social e permite também o pensar acerca da memória.

Para Nora, (1993, p. 15), a memória ao ser registrada e materializada por meio da escrita, passa a fazer parte da história, e dá lugar a uma memória arquivística, ou seja, "à constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar".

Desde os primórdios da humanidade, o homem tem necessidade de registrar a sua história para contar um fato, um acontecimento e para a preservação da memória. Na antiguidade eram utilizados símbolos com o intuito de memorizar as atividades. Desde então, o homem passou a fazer registros em grafites, desenhos em cavernas, nas rochas, e, com isso ao longo dos anos foram surgindo outros suportes para a escrita, pergaminho, papiro entre outros. Seria difícil ter conhecimento da existência de povos antigos sem essas gravuras, sendo essa a forma que eles encontraram de registrar suas histórias.

O registro da memória é um método de preservação da história. "A memória é essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar" (Pollak, 1989, p. 9).

Le Goff (1996) enfatiza que a história é construída a partir do passado, que a memória não é história, portanto concomitantemente só há história se houver memória. A história se faz história a partir da memória, ao se realizar pesquisas, fatos e acontecimentos, a história é um objeto de estudo do homem, quando ele é inserido no contexto social.

Se a história é construída a partir da memória, quando essa memória começa a se desfazer a partir do desaparecimento de pessoas mais velhas, vê-se a necessidade de se registrar a partir da oralidade, da escrita, das imagens e vídeos.

Podemos dizer que o arquivo é um lugar onde as memórias e as informações estão armazenadas, e para ter acesso a essas informações que estão materializadas nos mais variados tipos de suportes, é necessário que estas informações sejam preservadas e organizadas com técnicas necessárias e adequadas ao tratamento e armazenamento da informação. Isto favorece a disseminação da informação ao indivíduo que dela necessite.

Para Ricoeur (2003) a história e a memória são responsáveis pelo desenvolvimento da escrita como meio de registrar, comunicar e exemplificar a experiência humana sobre um suporte material distinto do corpo, os povos da antiguidade utilizavam as marcas, os desenhos, os vestuários, os jardins e os monumentos como forma de registros de acontecimentos importantes. Já atualmente são utilizados novos suportes desenvolvidos pelo homem, tais como: papel, disco compacto, CD, DVD, pen-drive entre outros formatos de armazenamento de documentos na forma digital.

Logo podemos dizer que a memória se apresenta de forma materializada e simbólica, através de seus referentes, exercendo determinada função em um recorte espaço-temporal. Fica claro que são os cidadãos que constroem a sua história ao registrar fatos cotidianamente (individual ou coletiva) por meio da reconstrução de suas memórias, ou seja, o registro é importantíssimo para a preservação da nossa história.

A memória coletiva tende a atuar, preservando a herança simbólica de uma localidade para que se possam construir sua própria identidade e se firmarem como parte integrante de um grupo. Nos dias atuais os indivíduos são detentores de uma grande quantidade de informações patrimoniais em sua memória, demonstrando assim que a sociedade se preocupa com o seu patrimônio memoria-lístico. E com a preservação de seus costumes culturais, os quais são materializados em forma de registros.

O ser humano busca manter as suas memórias vivas para repassá-las às novas gerações ou até mesmo, para consultas próprias. Num primeiro momento isso era feito de forma oral, por meio da narrativa das lembranças de um indivíduo, não sendo utilizados elementos que pudessem registrar tal lembrança de forma mecânica. Posteriormente com a escrita, fotografia, vídeos etc., esses suportes passaram a ser considerados como instrumentos de registro da memória.

O arquivo, enquanto instituição que custodia uma massa documental produzida e acumulada no curso de atividades administrativa, jurídica e pessoal, é um local de memória. Ao discorrer sobre a importância do documento para o registro da memória e para a sociedade, Indolfo (2007, p. 29) destaca que:

O documento, ou ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória.

Os documentos são a construção de uma memória de um povo, de uma nação, ou seja, de um determinado grupo social, individual e coletivo, neste sentido quando essa memória é registrada em documentos passa a ser fonte de informação, tornando possível para a sociedade o acesso à história a partir do registro da memória.

Sendo assim, fica claro que o documento é uma forma de manter viva a memória no intuito de desacelerar o desaparecimento da história, quando percebemos que a memória pode ser esquecida, sentimos a necessidade de registrá-la. Desta forma, o documento deve se tornar um registro que conta a história de uma comunidade, de uma sociedade ou até uma instituição.

ANÁLISE E RESULTADOS

Neste estudo exploratório buscamos compreender o papel da difusão online de documentos audiovisuais para construção da memória e, a partir disto será realizada uma análise descritiva dos resultados obtidos pelas atividades exercidas no âmbito de extensão acadêmica, através do projeto de extensão intitulado “A História da Arquivologia Brasileira em Imagens”, cujo documentos audiovisuais, objeto desta pesquisa, são parte do acervo a ser divulgado.

O projeto de extensão “A História da Arquivologia Brasileira em Imagens” foi criado em 2020 pela professora Dr^a Anna Carla Almeida Mariz e tem como ideia principal disponibilizar o acesso a um acervo acumulado de diversos eventos da Arquivologia da UNIRIO. Apesar de ser um projeto de extensão, está diretamente ligado às atividades do Grupo de Pesquisa ‘Registros Visuais e Sonoros: Arquivo e Memória’ certificado pelo CNPq desde 2014.

A extensão universitária é um processo acadêmico que visa a articulação do ensino e pesquisa através do processo científico, educativo e cultural. É uma troca de conhecimentos e construção de saberes compartilhados entre os estudantes e a sociedade, além de ser fundamental na formação acadêmica, uma vez que permite o desenvolvimento de habilidades e competências no âmbito da formação profissional e proporciona oportunidades de aprendizagem ímpares.

O ACERVO

No decorrer dos anos foram produzidas gravações brutas de imagens em movimento dos eventos da Jornada Arquivística, os eventos são realizados pela UNIRIO desde 1986, e acontece até

os dias de hoje, sendo o evento com o maior número de edições da História da Arquivologia Brasileira (Mariz, 2021). A Jornada Arquivística é um encontro, um momento de troca entre a comunidade acadêmica e demais ouvintes, no qual, convidados externos, professores e discentes apresentam seus projetos e trabalhos com temas acerca da Arquivologia. Segundo Mariz (2021, p. 5): “existe um acervo que foi acumulado ao longo de várias edições de gravações brutas geradas ano após ano, em diversas edições.”

Mariz (2021) reforça sobre a relevância e importância em disponibilizar este acervo ao público para consultas, divulgação da Arquivologia, da Escola e da UNIRIO. Para a mesma o projeto se justifica como uma prestação de contas sobre o trabalho realizado ao longo dos anos, uma vez que são “[...] representativos na história da Arquivologia da UNIRIO e conseqüentemente da Arquivologia brasileira.” (Mariz, 2021, p. 5).

AS MÍDIAS FÍSICAS

Ao tratarmos a gestão arquivística contemplando os documentos audiovisuais, as necessidades metodológicas não são distintas dos documentos textuais. Segundo Lopez (2000) ele está sujeito às mesmas necessidades de organização e às mesmas funções arquivísticas empregadas aos demais gêneros documentais e ressalta que ambos devem respeitar os princípios arquivísticos que lhe são impostos. Apesar disso, a documentação audiovisual possui algumas especificidades técnicas diferente dos documentos textuais, como as variedades de formatos, a dependência de equipamentos para acesso, uso e disseminação, além das questões de direitos autorais e de imagem.

As mídias físicas da Jornada Arquivística fazem parte de um conjunto de 46 mini discos (DVD). As filmagens foram realizadas por uma câmera de vídeo em DVD – modelo Samsung SC-DC173, a qual suporta as mídias: DVD-R; DVD+R DL; DVD-RW; DVD+RW.

Figura 1 – Tipos de mídias utilizadas nas gravações da Jornada Arquivística



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Dentro desse contexto, é importante afirmar que apesar do conteúdo das mídias fazerem parte da história da Arquivologia da UNIRIO, as mídias físicas são parte de um conjunto de documentos caracterizados como arquivos pessoais, já que fazem parte de um acervo financiado pelos professores Marcelo Siqueira e Anna Carla Mariz, incluindo também a compra da filmadora. A digitalização e a disponibilização desses conteúdos audiovisuais na internet é uma forma de possibilitar o acesso e uso, além de contribuir com a memória do Curso.

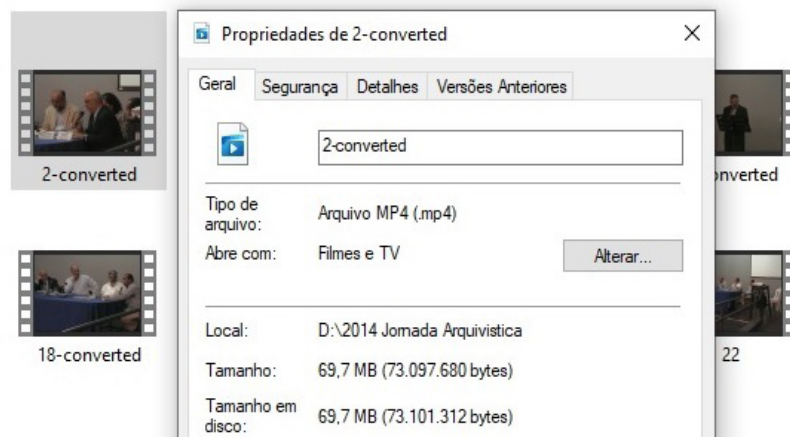
O PROCESSO DE COMPACTAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E EDIÇÃO DOS VÍDEOS

Inicialmente foi feita a conversão das mídias do formato DVD para o formato de arquivo MP4, para facilitar o acesso e a disponibilização das mídias digitais em diversos suportes e programas.

Estão armazenados em um HD Externo e em um *notebook*. Será copiado também no computador da Escola de Arquivologia da UNIRIO, caracterizando assim, o seu conteúdo digital como patrimônio audiovisual da UNIRIO.

Figura 2 – Acondicionamento e propriedades das mídias digitais.

volume (D:) > 2014 Jornada Arquivística



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O recurso utilizado na compactação e edição dos vídeos da Jornada Arquivística foi o programa Adobe Premiere Pro CC. O programa é utilizado para qualquer tipo de edição de vídeo, tanto a nível amador quanto a nível profissional, é um programa que possui suporte e recursos avançados.

A compactação dos vídeos da Jornada Arquivística foi um trabalho que demandou pouco uso de técnicas de edição, uma vez que os documentos em arquivos digitais foram organizados em pastas, seguindo uma ordem cronológica, o que permitiu adicionar todos os arquivos de uma vez.

Figura 3 – Os arquivos digitais organizados em rede

computador > Novo volume (D:) > 2014 Jornada Arquivística

Nome	Data	Tipo	Tamanho	Comprimento
1-converted	24/10/2021 15:14	Arquivo MP4	68.902 KB	00:05:46
2-converted	24/10/2021 15:18	Arquivo MP4	71.385 KB	00:05:56
3-converted	24/10/2021 15:20	Arquivo MP4	70.784 KB	00:05:56
4-converted	24/10/2021 15:22	Arquivo MP4	70.051 KB	00:05:54
5-converted	24/10/2021 15:24	Arquivo MP4	70.449 KB	00:05:55
6-converted	24/10/2021 15:31	Arquivo MP4	68.443 KB	00:04:56
7-converted	24/10/2021 15:33	Arquivo MP4	70.743 KB	00:05:54
8-converted	24/10/2021 15:36	Arquivo MP4	70.793 KB	00:05:53
9-converted	24/10/2021 15:38	Arquivo MP4	70.933 KB	00:05:54
10-converted	24/10/2021 15:40	Arquivo MP4	70.094 KB	00:05:59
11-converted	24/10/2021 15:46	Arquivo MP4	74.025 KB	00:06:10
12-converted	24/10/2021 15:49	Arquivo MP4	74.268 KB	00:06:11
13-converted	24/10/2021 15:52	Arquivo MP4	74.021 KB	00:06:10
14-converted	24/10/2021 15:54	Arquivo MP4	73.462 KB	00:06:02
15-converted	24/10/2021 15:56	Arquivo MP4	71.495 KB	00:05:57
16-converted	24/10/2021 16:00	Arquivo MP4	69.226 KB	00:05:45

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A compactação dos vídeos se transformou em uma ótima alternativa, uma vez que o programa permite a compressão (diminuição) de tamanho do conteúdo, fazendo com que vários arquivos de um mesmo dia de evento da Jornada Arquivística se tornassem apenas um.

Durante o processo de revisão de conteúdo dos vídeos, ao questionar a coordenadora do projeto sobre a possibilidade de edição e retirada de alguns momentos do vídeo, não foi permitida a exclusão de nenhum conteúdo, uma vez que a integridade e preservação de tal registro se faz necessária, tanto em aspectos de difusão, quanto no valor que esses documentos têm na construção da memória.

Na revisão dos vídeos foi possível identificar que alguns arquivos digitais tiveram problemas no processo de digitalização, como: imagem lenta, áudio atrasado, arquivos sem áudio e algumas partes faltando. As mídias digitais com problemas foram repassadas a coordenadora do projeto; cabe ressaltar que ainda não se sabe o que implicou tais problemas.

IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO

Durante o processo de revisão e preparação dos vídeos no programa Adobe Premiere Pro CC, foi realizado um trabalho de identificação e descrição dos momentos e apresentações nos vídeos. O intuito de criar um modelo de descrição para ser incluído na plataforma do youtube é justamente pensado para facilitar o acesso direto aos usuários aos temas de seu interesse, que permite saber exatamente em que minuto do vídeo está o que procura.

Figura 4 – Exemplo da descrição criada para facilitar o acesso na plataforma do Youtube



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Ao clicar no campo numérico, sinalizado em azul, que identifica o início de cada momento do vídeo, o youtube automaticamente encaminha o usuário para o início de cada "tópico". Essa ferramenta do youtube facilita a busca do usuário por temas específicos, permitindo que ele tenha um acesso mais dinâmico, uma vez que ele não precisa assistir todo o conteúdo do vídeo para buscar algo específico do seu interesse.

Vale ressaltar que o trabalho de descrição foi feito de forma manual, a identificação de cada momento foi feita através da identificação do tempo, assistindo cada vídeo e descrevendo os minutos e os temas centrais abordados durante os vídeos.

Na perspectiva da gestão de documentos, a Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais, afirma que as “[...] instituições arquivísticas e não arquivísticas não possuem critérios definidos e padronizados de gestão arquivística desta documentação [...]” e, a descrição arquivística de documentos audiovisuais necessitam “[...] de especificidades próprias e que estes documentos, por possuírem características particulares, necessitam de procedimentos específicos para sua guarda e preservação.” (Conselho Nacional de Arquivos (Brasil), 2020, s.p.). A identificação e a descrição arquivística são fundamentais para permitir a difusão e o acesso à informação.

O PROCESSO DE DIFUSÃO

Para a difusão dos documentos audiovisuais dos eventos da Jornada Arquivística, o meio escolhido foi a rede social Youtube. A plataforma Youtube foi criada em 2005 com a finalidade de que os seus usuários conseguissem carregar e assistir a vídeos no formato digital. A sua interface simples fez com que qualquer pessoa pudesse acessar e aproveitar a plataforma. Ao longo dos anos o Youtube foi se tornando uma ferramenta indispensável para o compartilhamento de vídeo na internet. Em meados de 2007 o Youtube chegou ao Brasil com sua versão produzida para o português.

O grupo de pesquisa Registros Visuais e Sonoros: Arquivo e Memória, criou em maio de 2020 um canal na plataforma que, em agosto de 2023, conta com 200 inscritos, seus 33 vídeos publicados

totalizam 3.271 visualizações. O conteúdo dos vídeos é referente aos eventos do grupo de pesquisa e da Escola de Arquivologia da UNIRIO. São palestras, aulas e lives³⁹, que pretendem criar um canal de comunicação e divulgação de conhecimento científico com a comunidade acadêmica e diversos públicos no geral. Os vídeos disponibilizados na plataforma são organizados pelas *playlists*⁴⁰: Jornada Arquivística da UNIRIO, Colóquio Revis-Arq, Aula Aberta ECA-USP, Documentação Audiovisual e Digital e o Papo de Arquivo.⁴¹

A playlist da Jornada Arquivística da UNIRIO⁴², cujos vídeos são os produtos construídos através das atividades de extensão acadêmica e um dos objetos trabalhados neste artigo, são referentes aos eventos dos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010, conforme pode ser analisado na figura abaixo:

39 Significado de lives - Disponível em: <https://www.dicio.com.br/live/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

40 Tradução: Lista de Reprodução.

41 Playlists no Youtube - Disponível em: <https://www.youtube.com/@revis-arqgrupodepesquisare2258/playlists>. Acesso em: 15 ago. 2023.

42 Lista de reprodução da Jornada Arquivística no Youtube - Disponível em: <https://www.youtube.com/@revis-arqgrupodepesquisare2258/playlists>. Acesso: 15 ago. 2023.

Figura 5 – Playlist com os vídeos da Jornada Arquivística da UNIRIO



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A difusão da informação deve ser vista como um procedimento essencial para dar acesso à informação de documentos arquivísticos, além de promover a sua visibilidade. Aliando-se essa função à internet, sua amplitude pode acontecer através de divulgação em *web sites*, redes sociais, tais como: *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, ou ainda através de parcerias, como por exemplo, outras instituições de ensino.

O uso das mídias sociais como formas de difusão arquivística possui muitas vantagens, pois são ferramentas de comunicação de uso gratuito e de fácil entendimento, seu uso deve ser planejado estabelecendo objetivos claros para garantir a eficácia do conteúdo disponibilizado.

Entre as ações de difusão do grupo de pesquisa Revis-Arq estão os eventos e palestras realizados pelo grupo de pesquisa, conforme pode ser visto na figura a seguir, na primeira mesa do V Colóquio do Revis-Arq, evento online, onde foi realizado o lançamento do projeto de extensão "A história da Arquivologia Brasileira em Imagens"

Figura 6 – Live no youtube do V Colóquio Revis-Arq



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

As ações de difusão num aspecto geral são fundamentais para que não só a comunidade acadêmica, mas também o restante da população possa ver no arquivo “[...] um lugar de entretenimento e uma fonte de cultura e saber” (Bellotto, 2006, p. 164).

Através da internet, pode-se encontrar diversos meios de difusão dos documentos arquivísticos, que podem ser acessados através de diversos canais da web, como é o caso da página do youtube do grupo de pesquisa Revis-Arq, em que audiovisuais de palestras e demais eventos estão disponíveis. Além disso, há uma facilidade de se acessar o youtube, por ser uma plataforma de fácil acesso e dinâmica, podendo ser feito por vários meios, de casa, no trabalho, pelo celular, tablet ou computador.

Nessa perspectiva, considera-se a difusão online desses registros audiovisuais como ferramenta essencial ao acesso à informação e preservação da memória, utilizando a visibilidade que a internet oferece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível compreender que os registros audiovisuais da história da Arquivologia brasileira, não devem ser pensados somente com o objetivo de reproduzir conhecimento e informação, como é o caso dos registros da Jornada Arquivística.

Esses eventos são representativos na formação de uma comunidade arquivística, uma vez que marcam a trajetória de diversos membros dessa comunidade. O registro desses momentos preserva toda uma trajetória não só de disseminação de conhecimento, mas também de histórias de vida de todos que fazem parte desta comunidade. É desse modo que se passa a entender a importância do processo da preservação da memória e da história.

Os tempos atuais favorecem a difusão desses registros na internet, pela facilidade de seus usos e acesso. O uso da plataforma youtube nesse contexto, proporciona uma maior visibilidade para a construção de uma memória individual e coletiva através dos documentos audiovisuais. A utilização das mídias sociais, cada vez mais frequente pela população, também deve ser mais explorada pelos profissionais da informação, pois se mostra um ambiente acessível, de fácil utilização e de grande poder de difusão informacional.

A partir da difusão na internet dos documentos audiovisuais, os cidadãos (comuns ou membros da comunidade acadêmica) terão mais acesso aos documentos e informações no que tange ao campo de conhecimento arquivístico, construindo uma identidade coletiva, de divulgação de conhecimento e resgate à memória, uma vez os usos desse conteúdo difundido online podem desenvolver uma consciência cidadã e de pertencimento. Embora existam especificidades em relação aos objetos de estudo escolhidos, o debate sobre a construção e preservação da memória é importante em qualquer que seja o suporte de registro.

Os registros em vídeos da Jornada Arquivística representam atividades culturais de pesquisa e ensino dentro do âmbito da universidade pública. Os materiais produzidos, acumulados e disponibilizados na plataforma do youtube, compõem um acervo que contém informação, comunicação e memória. Entende-se a importância em olhar para registros como esse, que fortalecem o ensino da Arquivologia e das pessoas que com ela se identificam, são elementos importantes para fomentar pesquisas nas diversas áreas de conhecimento.

O intuito do projeto de extensão “A história da Arquivologia brasileira em imagens” é pensado justamente nesse contexto, uma vez que a difusão dos acervos audiovisuais da Jornada Arquivística configuram-se como fonte de informação, não só para a comunidade acadêmica, mas como um lugar de memória para todos aqueles que fazem e fizeram parte desses eventos, que geram conhecimento através da socialização da informação, e proporciona estado de reconhecimento de sua identidade principalmente a aqueles que estão presentes nesses registros como professores, pesquisadores e alunos.

Nos registros da Jornada Arquivística estão as memórias, as expressões, a informação desenvolvida e a comunicação de cada indivíduo que faz parte da história da Arquivologia da UNIRIO, além de todos os indivíduos que frequentam a escola, e daqueles que não podem estar presentes, mas participam de alguma forma, seja participando de uma live, ou assistindo a um vídeo no canal do youtube, todos, de uma forma ou de outra contribuem para uma memória coletiva.

Neste sentido, esses documentos do grupo de pesquisa são importantes ferramentas na construção de uma memória. Essas memórias registradas em documentos audiovisuais passam a ser fonte de informação, a disponibilização desses registros na internet é fundamental para manter viva a história da Escola de Arquivologia da UNIRIO.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. da S.; CAVALCANTI, I. B.; SILVA, A. R. da.; BARROSO, P. A. de L. **O Papel Social da Arquivologia:** a percepção dos arquivistas na era da informação e do conhecimento. *Ciência da Informação Em Revista*, 2(3), 2016. 53-61. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1790/1698>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- ARENDT, I. C. Difusão e acumulação do patrimônio documental: caso de acervos privados. *In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal, 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: <https://www.snh2013.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 05 jan. 2023.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: https://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.
- ASCENSÃO, J. O. Sociedade da informação e mundo globalizado. *In: WACHOWICZ, M. (Coord.) Propriedade Intelectual & Internet: uma perspectiva integrada à sociedade da informação*. Curitiba: Juruá Editora, 2002.
- BELLOTTI, H. L. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BERGENTHAL, F. **Lembrar de selecionar para então, esquecer:** reflexões sobre memória, arquivo e seus modos de expressão. *BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 28, n. 3, 2014, p. 83-94. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/24091>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- BLAYA PEREZ, C. **Difusão dos arquivos fotográficos**. *In: PERES, R. U. Caderno de Arquivologia*. 2. ed. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2005.
- CABRAL, R. M. **Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa**. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 25, n. 1, p. 35-44. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43954>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/noticias/conarq-abre-consulta-publica-visando-a-atualizacao-do-e-arq-brasil/EARQ_v2_2020_final.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

COOK, T. **Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts**. *Journal Archival Science*, v. 1, n. 1, p. 3-24, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48651>. Acesso em: 05 jan. 2023.

EDMONDSON, R. **Audiovisual archiving: philosophy and principles**. 3.ed. Paris: UNESCO, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259258>. Acesso em: 30 dez. 2022.

INDOLFO, A. C. **Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia**. *Arquivística. Net*, v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/50444>. Acesso em: 27 dez. 2022.

KOFLER, B. **Legal questions facing audiovisual archives**. Paris: UNESCO, 1991.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4. ed. Tradução de Bernardo Leitão. São Paulo: UNICAMP, 1996. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2022.

LOPEZ, A. P. A. **As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos**. 2000, f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www.ccsa.ufpb.br/pesquisarquivistica/as-razoes-e-os-sentidos-finalidades-da-producao-documental-e-interpretacao-de-conteudos-na-organizacao-arquivistica-de-documentos-imageticos-2000/>. Acesso em: 07 jan. 2023.

MARIZ, A. C. A. A história da Arquivologia brasileira em imagens. **Grupo de Pesquisa: Arquivos Visuais e Sonoros: Arquivo e Memória**. Projeto de extensão. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

MENEZES, P. L. (2013). **O Processo de Difusão Desenvolvido pelos Arquivos Públicos Estaduais da Região Sul do Brasil**. *Ponto de Acesso*, 6(3), 47-71. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6164>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, n. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 22 dez. 2022.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudo Histórico, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 22 de dez. 2022.

RICOEUR, P. **Memória, história, esquecimento. "HAUNTING MEMORIES? HISTORY IN EUROPE AFTER AUTHORITARIANISM"**. 2003, [...]. [S. l.: s. n.], 2003. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia. Acesso em: 09 jan. 2023.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SILVA, L. A. S. da; MADIO, T. C. de C. **Uma discussão sobre documento audiovisual enquanto patrimônio arquivístico cultural no Brasil**. Ibersid, v. 6, p. 179-185, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/73988>. Acesso em: 02 jan. 2023.

SIQUEIRA, M. N. de. A Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais do Conselho Nacional de Arquivos. In: BLANCO, P. S.; VIEIRA, T. de O. (Orgs). **Ampliando a discussão em torno de documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais**. Salvador: EDUFBA, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/24672>. Acesso em: 04 jan. 2023.

VIEIRA, T. de O.; BITTENCOURT, P. R.; MARIZ, A. C. A. (2019). As relações entre a arquivologia e as humanidades digitais: a literacia arquivística como meio de interação arquivo e comunidade no acesso à informação. **Liinc Em Revista**, 15(1). Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4548>. Acesso em: 05 jan. 2023.

16

*Daniele Rodrigues Barros Nunes Negrão
Daniel da Silva Vargas
Museu de Astronomia e Ciências Afins*

OBSERVATÓRIO NACIONAL:

**A CONTRIBUIÇÃO DE SEU ACERVO
ARQUIVÍSTICO À PESQUISA
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

As reflexões apontadas nesse trabalho estão relacionadas à organização do acervo histórico do Observatório Nacional (ON), uma das instituições de ciência mais antigas do Brasil. O acervo arquivístico do ON passou à guarda do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) no instante de sua criação no ano de 1985, sendo composto por cerca de 110 mil documentos (33 metros lineares), contendo registros manuscritos e datilografados, fotografias, mapas e impressos, desde aproximadamente a metade do século XIX até a década de 1980.

A organização vem sendo desenvolvida pelos autores, através do projeto de pesquisa “De Imperial Observatório do Rio de Janeiro a Observatório Nacional (1827-2010): pesquisa histórica e pesquisa arquivística como subsídios para a organização de um arquivo histórico quase bicentenário”, vinculado à Coordenação de Documentação e Arquivo do Museu de Astronomia e Ciências Afins e financiado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio do Programa de Capacitação Institucional (PCI), orientado pelo Prof. Ms. Everaldo Pereira Frade. O projeto visa levantar informações que auxiliem na construção de uma estrutura metodológica a ser utilizada na organização do arquivo.

A pesquisa tem dois segmentos: o primeiro deles pretende levantar dados para a elaboração de uma breve história da administração e organização do Observatório Nacional, priorizando estudos sobre as alterações ocorridas na sua estrutura institucional ao longo dos anos, buscando elaborar um quadro explicativo sobre as múltiplas transformações sucedidas nas atribuições do Observatório, que segundo Frade, Abellás e Biçakçi (2012, p. 147) “são indicadoras das constantes mudanças político/administrativas ocorridas no Estado brasileiro que impactaram as instituições, tais como na passagem do Império para a República (1889)”. A segunda linha de pesquisa tem como objetivos: 1 - mapear a documentação que foi produzida pelo Observatório ou que está vinculada a ele, como as existentes em outros órgãos tais como o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional,

relativo aos documentos anteriores a 1860, e o próprio Observatório Nacional, para documentos produzidos até a década de 1980; e 2 - a análise do conjunto arquivístico que foi preservado.

Com as informações levantadas, busca-se, também, identificar as mudanças de propriedade e custódia sobre o acervo, as intervenções técnicas, dispersões e sinistros ocorridos ao longo do tempo que vieram a causar lacunas na documentação da instituição. Como objetivo complementar deste trabalho, procuraremos destacar a contribuição da organização desse acervo institucional para a pesquisa científica em diversas áreas, apresentando algumas características singulares inerentes ao fundo arquivístico.

OBSERVATÓRIO NACIONAL: ORIGEM

O Observatório Nacional está entre as instituições científicas mais antigas do país, sendo criado por D. Pedro I em 1827, ainda durante o Primeiro Reinado (1822/1831). O Brasil havia deixado de ser colônia de Portugal, tornando-se uma nação independente, e dentre as novas estratégias para a sua elevação como país, estavam o bom funcionamento da administração pública, o fortalecimento das fronteiras nacionais e a valorização da ciência. O imperador D. Pedro I e a elite econômica visavam integrar o Brasil com o mundo, igualando-o aos países mais avançados. Para isso, precisavam investir na criação de instituições científicas para conhecer o próprio espaço em sua totalidade, pois não havia nos registros informações precisas sobre as fronteiras brasileiras, e prospectar produtos com potencial econômico para o progresso da nação. Era evidente que o país necessitava de um órgão para produzir conhecimento sobre astronomia e meteorologia, áreas científicas em pleno desenvolvimento no período,

auxiliando na formação de engenheiros militares, na ajuda à navegação, com a previsão das marés e a determinação da hora legal, ação importante para auxiliar o funcionamento da cidade em aspectos sociais e econômicos.

Não apenas isso, mas também, segundo Morize (1987), com a independência do país, aumentou o fluxo comercial, reforçando a condição do porto da cidade do Rio de Janeiro (capital do Império) como o mais movimentado pelo volume de mercadorias que por ele fluía. Logo, seus capitães necessitavam de conhecimentos sobre declinação magnética, a hora média, assim como a longitude, o que permitiria que seus cronômetros fossem regulados para que pudessem seguir com segurança na viagem de retorno ou dar continuidade para outro porto.

Diante destes imperativos, o Governo decidiu criar, a exemplos dos outros países mais avançados nesses assuntos, um observatório astronômico, nascendo assim, após o decreto de 15 de outubro daquele ano o Imperial Observatório do Rio de Janeiro.

O ON foi criado, portanto, para tornar possível, através do aprendizado, a prática com instrumentos astronômicos e geodésicos. O ensino na Escola Militar considerava importante treinar e formar seus alunos no que dizia respeito à determinação da latitude e longitude bem como à prática das observações astronômicas aplicáveis à geodésica, tendo em vista a demarcação dos limites do território nacional. Para os alunos da Academia da Marinha, era importante a prática das observações astronômicas necessárias à navegação (Videira, 2007, p. 12).

No ano seguinte a sua criação foi montada uma comissão, a pedido do Imperador, formada por professores das academias militares que deveriam responder a alguns quesitos, dentre eles: a localização da instituição e as funções que o observatório desempenharia. A comissão, no entanto, divergiu sobre as questões apresentadas

e não chegou a nenhum consenso. Dessa forma, no período de 1828 até 1844, o observatório não saiu papel.

Somente no Segundo Reinado (1831-1889) foram tomadas providências para que o Observatório passasse de fato a funcionar. Em 1845, o então ministro da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho nomeou o professor da Escola Militar Soulier de Sauve como diretor do Observatório e dotou a instituição de recursos para seu efetivo funcionamento. Na fala do ministro fica explicitada as dificuldades que o primeiro diretor iria enfrentar para dar conta da sua missão:

[...] Os Estabelecimentos dessa ordem nos mais países prestam às ciências valiosos serviços, especialmente à Geografia e Navegação. Entre nós, porém, ele nada tem produzido, por terem faltado os necessários meios. O nosso Observatório existente consta atualmente de uma incompleta coleção de instrumentos abandonados em um dos torreões do edifício da Escola Militar, onde não me consta que uma só observação se fizesse no decurso do ano letivo que findou. Estou disposto, Senhores, a dar vida a esta semimorta fundação; e para o corrente ano letivo está nomeado o Lente substituto Soulier de Sauve para ser encarregado da prática do Observatório. Já mandei inspecionar o estado em que se acham os instrumentos a fim de que sejam reparados ou retificados; procurei completar a coleção com os instrumentos que faltarem; tenho dado as ordens necessárias para que na conclusão do torreão destinado ao Observatório, seja ele acomodado a facilitar as observações; e finalmente pretendo dar-lhe um regulamento para os seus trabalhos, que constarão principalmente de observações astronômicas e meteorológicas, devendo no fim de cada ano publicar-se de forma de Anuário, um quadro resumido de todas as observações feitas no ano anterior. Será tudo isto necessário fazer algumas despesas; mas não se deve ante elas recuar a pretexto de economia, atendendo à importância do objeto (*apud* Morize, 1987, p. 47).

PRIMEIROS DIRETORES

Foi durante a gestão de Soulier de Sauve (1845-1850), primeiro diretor do observatório, que a instituição passou a ter sede própria e também um documento que regulamentasse suas atividades e seu funcionamento. O Observatório foi instalado em uma antiga igreja localizada no Morro do Castelo (ao contrário do que desejava o diretor), local que no passado também foi palco de observações regulares de astronomia, meteorologia e magnetismo terrestre. Apesar de ter solicitado melhorias no Observatório, a situação insatisfatória ainda perdurava quando passou a direção para seu sucessor, o professor e militar Antônio Manoel de Mello que esteve à frente da direção de 1850 a 1870. Segundo Videira (2007), o observatório sofria com a falta de ajudantes suficientes para o seu bom desempenho, chegando a ter em seu quadro de funcionários apenas seis ou sete pessoas, dentre elas o porteiro e o diretor, mas foi na sua direção que o Observatório teve suas primeiras publicações técnicas.

Em 1870, a convite do imperador Pedro II, o francês Emmanuel Liais⁴³ tornou-se diretor da instituição. Na gestão de Liais o Observatório tomou outro rumo e passou a ser mais valorizado, se desvinculando da Escola Militar e dedicando-se exclusivamente a pesquisa e a serviços para a sociedade em meteorologia, astronomia, geofísica, medição do tempo e determinação da hora. Liais fez várias críticas com relação ao atraso da instituição, não apenas de suas instalações em local inapropriado, mas também a falta de pensamento e padrões científicos:

43 Emmanuel Lias, astrônomo do Observatório de Paris, veio ao Brasil para observar o eclipse solar de 7 de setembro de 1858, permanecendo no país durante vinte e cinco anos. Reconhecido pelo Imperador Dom Pedro II, assumiu o cargo de diretor do Observatório Imperial no Rio de Janeiro de janeiro a julho de 1871 e, novamente, de 1874 a 1881. Além de descobrir um cometa, o Cometa Olinda (C/1860 D1), o primeiro a ser descoberto a partir do Brasil, dedicou-se igualmente às observações do planeta Marte (Ancellin, 1975-1978).

Fazer compreender a um país novo, o qual, há meio século atrás, era uma colônia, que hoje, livre e independente, além dos interesses propriamente materiais, que ele também deve se preocupar em entrar no concerto geral das nações para o progresso da humanidade a fim de possuir um nível elevado e digno, atraindo para si as simpatias gerais, é evidentemente difícil e que exige tempo. Mais difícil ainda é fazer apreciar em uma região longínqua, onde claramente faltam, [além de] comparações evidentes, todos os serviços que tornam, em um país, a ciência aperfeiçoada; fazer aí compreender a utilidade prática das pesquisas, as quais, não possuem, a priori, ligações com as aplicações (*apud* Videira, 2007, p. 24).

Apesar de receber verbas para a compra de equipamentos modernos para equipar o Observatório, devido às dificuldades encontradas e alguns de seus pedidos negados, Emmanuel Liais demitiu-se da direção do Observatório, dando lugar ao belga Luiz Cruls⁴⁴ (1881-1908), cujo cargo já ocupava há três anos como diretor interino na ausência do titular, que estava na França tratando da compra de equipamentos para o Observatório. O novo diretor seguia a mesma linha de pensamento de seu antecessor, no que diz respeito à política científica, necessária para o avanço da instituição e do país.

O sucesso das observações astronômicas fez com que Luiz Cruls fosse (re)conhecido por astrônomos europeus e norte americanos, o que lhe permitiu um prêmio concedido pela Academia de Ciências de Paris. Finalmente, o observatório começava a ser respeitado por seus trabalhos, se equiparando aos observatórios de países mais avançados, e, nas palavras de Videira (2007), se integrando com a ciência internacional. Seus esforços também são reconhecidos no Brasil, Cruls foi

44

O astrônomo belga, naturalizado brasileiro, Luiz Cruls chegou ao Brasil em 1874. Em 1877, já vinculado ao Observatório, publicou um estudo sobre a organização da Carta Geográfica e da História Física e Política do Brasil, junto com Liais, do qual tornou-se discípulo, estudou o planeta Marte, recebendo como honraria o seu nome numa cratera. Em 1882 participou da expedição científica que observou o trânsito de Vênus na cidade chilena de Punta Arenas («Biografia: Cruls, Luis». Brasileira Eletrônica).

considerado por seus contemporâneos um dos principais cientistas brasileiros no século XIX. Além das observações, o Observatório também passou a publicar os *Annaes do Imperial Observatório do Rio de Janeiro*.

Luiz Cruls, não diferente de seus antecessores, enfrentou muitas dificuldades na direção da instituição, solicitando reiteradas vezes junto ao governo imperial condições apropriadas para o seu funcionamento. Mesmo com a Proclamação da República (1889), Cruls, amigo pessoal de D. Pedro II, foi mantido no cargo por conta do reconhecimento nacional e internacional que possuía. Em 1895, confirmando o respeito pela qualidade do seu trabalho, ele e outros funcionários do Observatório, junto com outros cientistas e militares, foram designados para compor a Comissão Exploratória do Planalto Central, cuja missão era determinar o quadrilátero da futura capital do Brasil. A expedição alcançou o resultado esperado e passou a ser conhecida como “Expedição Cruls”.

A seguir, Cruls participou da Comissão Mista de Limites Brasil-Bolívia, contribuindo para o estabelecimento e demarcação de parte das fronteiras brasileiras. Enquanto participava da Comissão, Cruls contraiu uma doença nas proximidades do rio Javari/MT, ficando debilitado, sendo obrigado a abandonar a expedição. Posteriormente foi se tratar na França, vindo a falecer em Paris em 1908. No seu lugar assumiu o francês naturalizado brasileiro Henrique Morize (1908-1929).

Henrique Morize foi discípulo de Cruls e esteve à frente de inúmeras missões incumbidas ao Observatório, além do desenvolvimento de diversas pesquisas em astronomia e áreas correlatas. Sua gestão foi marcada pela mudança física do prédio, saindo do fatídico morro do Castelo para o morro de SãoJanuário. A Ata de lançamento da pedra fundamental do novo prédio do Observatório Nacional foi em 1913, sendo esse efetivamente transferido no ano de 1922. A importância da transferência do Observatório Nacional, nome dado com o advento da República, foi assinalado pelo próprio:

Assim, pois, depois de ter suportado por tanto tempo um local e um edifício que me faziam passar por humilhações perante visitas de cientistas estrangeiros, vou deixar a quem me suceder, um edifício, senão luxuoso, pelo menos perfeitamente decente, em um local apropriado com um instrumento suficientemente completo para praticar qualquer trabalho adequado aos que se realizam nos observatórios (Morize, 1987, p. 136).

Morize também era a favor da inserção do pensamento científico na vida das pessoas, acreditava que os cientistas isolados não poderiam fazer grandes progressos e que deveriam ter um local para que eles pudessem se reunir e discutir formas de ajudar o país a avançar nesse quesito. Defensor da educação em ciências e do desenvolvimento científico, foi militante das causas que defendia, sendo um dos fundadores da Academia Brasileira de Ciências (1916) e o seu primeiro presidente. À nível internacional, aderiu o Brasil a organismos ligados à pesquisa por meio da União Astronômica Internacional. No ano de 1919, chefiou a expedição que registrou o eclipse total do Sol, em Sobral no Ceará. Essa expedição contou com a participação de astrônomos ingleses e norte-americanos e entre os seus objetivos estava o levantamento de dados para a comprovação da teoria da Relatividade de Einstein.

Com relação às unidades externas, em 1909, ficou responsável por uma rede de observatórios meteorológicos pelo país; ainda no ano de 1913, foi aprovada a Hora Legal no Brasil, outra função do ON mantida até os dias atuais, que consiste na geração, conservação e disseminação da Hora Legal Brasileira a todo o território nacional. Em 1915, o ON fundou o Observatório Magnético de Vassouras, no Rio de Janeiro. Anos depois expandiu sua atuação nas pesquisas em magnetismo terrestre com o observatório na ilha de Tatuoca (Pará, 195). Em 1972, foi aprovado um projeto de instalação para um observatório astrofísico, este em Brasópolis, Minas Gerais.

Após a morte de Morize, outros grandes nomes estiveram à frente da direção do Observatório como: Sodré da Gama (1930-1951), Lélío Gama (1952-1967) e Luiz Muniz Barreto (1967-1985), este último tendo um intervalo de três anos entre os anos de 79 e 81, que foi gerido por José Pacheco, dentre outros.

A breve linha cronológica, tendo em vista que o acervo do Observatório, aqui trabalhado, vai, somente, até o ano de 1985, ressalta a importância adquirida pela instituição no cenário científico, sobretudo entre o final do século XIX e início do XX, e as dificuldades enfrentadas pelos seus servidores e diretores para produzir pesquisas de qualidade, com contribuições importantes para a organização do espaço nacional e o progresso do país. Vale ressaltar que o Observatório é o mais antigo em funcionamento da América do Sul. O ON continua realizando pesquisas nas áreas de astronomia, medição do tempo e magnetismo, entre outras, e escrevendo a sua história na luta pelo reconhecimento da importância da ciência brasileira. Nos dias de hoje, a instituição também investe em cursos de pós-graduação com ênfase em educação em Astronomia.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS: BREVE HISTÓRICO (1985-2023)

Antes de focar o arquivo do Observatório Nacional, entendemos ser necessário fazer um breve histórico sobre o Museu de Astronomia e Ciências Afins, instituição responsável pela guarda e tratamento técnico de inúmeros acervos de cientistas e instituições científicas. Criado no Rio de Janeiro em 8 de março de 1985, com o intuito de organizar, preservar e disseminar a memória do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil e vinculado atualmente ao

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), O Museu tem como missão ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento científico e tecnológico por meio de pesquisas, preservação de acervos, divulgação das atividades científicas brasileiras e formação de especialistas nas áreas de história da ciência e da tecnologia, com ênfase em astronomia, museologia, educação em ciências e documentação. Sua origem esteve relacionada ao Grupo Memória da Astronomia que, em 1982, abriu à visitação pública o conjunto de cúpulas de observação do céu do *campus* do Observatório Nacional, visando divulgar a ciência e sensibilizar os visitantes para a importância da preservação do patrimônio da cultura científica.

Localizado no Morro de São Januário, Bairro Imperial de São Cristóvão, em um *campus* de aproximadamente 44 mil m², que abriga um patrimônio arquitetônico formado por 16 edificações da década de 1920. Além do prédio sede do Museu, o conjunto é composto pelos pavilhões de observações astronômicas, juntamente com os seus instrumentos científicos, que testemunham as inovações daquele tempo. Esse conjunto arquitetônico e paisagístico foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1986, e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), em 1987.

A Coordenação de Documentação e Arquivo (CODAR), formada pelo Arquivo de História da Ciência, Biblioteca Henrique Morize e Laboratório de tratamento de Papel (LAPEL), possui sob a sua guarda, atualmente, cerca de sessenta arquivos, sendo quarenta e cinco pessoais e os demais de instituições científicas brasileiras e coleções. Em metros lineares isso representa algo em torno de 1.500 metros de documentos textuais, iconográficos, cartográficos, tridimensionais e audiovisuais, em constante crescimento.

A Coordenação preserva e organiza um conjunto de arquivos de importância para o estudo da história da ciência e da tecnologia no Brasil, entre eles o Arquivo do Conselho de Fiscalização

das Expedições Artísticas e Científicas, integrante do Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); o arquivo do CNPq, referencial para pesquisas sobre fomento à pesquisa e a política científica brasileira, entre 1951 e 1973; os arquivos do Observatório Nacional (1860-1985) e de seus ex-diretores Luiz Cruls, Henrique Morize, Lélío Gama, tombado pelo IPHAN, e Jacques Danon, relevantes para o estudo da Astronomia no Brasil; arquivos pessoais de físicos como Alexandre Girotto, Joaquim da Costa Ribeiro, Fernando de Sousa Barros, Mario Giambiasi, Jayme Tionmo e Elisa Frota-Pessoa, essenciais para o estudo sobre energia nuclear no Brasil. Entre os destaques, para além dos arquivos pessoais de astrônomos, químicos, matemáticos, engenheiros, educadores em ciências, dentre outros especialistas e gestores de instituições científicas, são o conjunto de arquivos pessoais de mulheres cientistas e o Arquivo Institucional do MAST.

DOCUMENTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL E SUA APLICAÇÃO NA PESQUISA CIENTÍFICA

Segundo dicionário, a pesquisa científica nada mais é do que a aplicação prática de métodos de investigação utilizados por um pesquisador para o desenvolvimento de sua pesquisa. Esse trabalho aplicado tem por característica um estudo disciplinado, através deste conjunto de procedimentos, a pesquisa científica visa encontrar respostas paradedeterminadas questões de forma a produzir novos conhecimentos que visem o benefício da ciência. Em seguida é avaliado se o tema proposto é de relevância para a comunidade científica e também para os interesses sociais. Os trabalhos também podem ser produzidos no intuito de refutar trabalhos anteriores, mudando seus resultados ou apenas trazendo novos conhecimentos. A publicação

e divulgação destes estudos são de extrema importância para a produção do conhecimento científico.

Como dito anteriormente, o acervo do ON é formado por cerca de 110 mil documentos, que ocupam aproximadamente trinta e três metros lineares, sendo documentos impressos, manuscritos, fotografias, mapas, plantas e outros gêneros e espécies documentais relacionadas às diversas atividades institucionais. Por tratar-se de um conjunto documental que contempla um longo período de atividades (1860-1985) e por conta da singularidade do acervo, surgiram grandes demandas de pesquisas internas e externas, fazendo com que houvesse a necessidade do entendimento do funcionamento administrativo, da história da instituição e de sua produção científica/tecnológica, refletida na sua documentação.

Por sua vez, a dificuldade no atendimento de pesquisas gerou a urgência de sua organização, passo inicial para à disponibilização do acervo como importante fonte de pesquisa em diferentes campos, inclusive sobre a pesquisa acerca da história do próprio Observatório Nacional, das observações astronômicas, do desenvolvimento científico brasileiro, das expedições científicas e a história administrativa do Estado brasileiro nos últimos dois séculos.

O trabalho realizado no projeto tem como finalidade a pesquisa e a produção de conhecimento sobre a história arquivística, administrativa e a tipologia documental do acervo, com vistas ao acesso pleno e controlado. Para um melhor entendimento sobre o acúmulo dessa massa documental é importante apontar que:

Indivíduos e instituições produzem documentos naturalmente no exercício de suas funções e atividades normais. Criando efetivamente documentos, recebendo-os ou ainda compartilhando e manipulando informações que são ou poderiam tornar-se documentos, eles produzem um agregado de material documental, seja qual for a forma ou o suporte que reflete seu status jurídico. O resultado da reunião “natural” ou “orgânica” dos documentos é chamado fundo (Cook, 2017, p. 17).

Como mencionado anteriormente, a documentação possui lacunas, principalmente no que se refere ao ano de 1827, data da criação, e a década de 1860. Os registros que chegaram até os tempos atuais são da segunda metade do século XIX até a década de 1980. Esses hiatos foram causados pela ausência de uma gestão arquivística profissional, inexistente também em outras instituições, além da falta de instalações adequadas de guarda de documentos em papel (principalmente durante seu período no Morro do Castelo) e a retirada de documentos pelos cientistas, para suas pesquisas, e gestores, para tomada de decisões administrativas, profissionais que entendiam serem os “donos” da documentação, fora a perda de registros pelo desgaste natural pelo tempo e corrosão dos documentos. Esse vazio, inclusive, foi apontado por Henrique Morize, que sentiu falta e necessidade de levantar pesquisas sobre o início do ON, por meio de seus registros documentais:

Não se encontram nos Arquivos dos diversos ministérios de que dependeu o Observatório, os dados que se esperava achar. No próprio Observatório, somente relativamente a épocas recentes existem dados fiéis, pois antes da transferência do Castelo para o atual local, onde há lugares em que podem ser resguardados os papéis e livros documentais, não havia locais convenientes, o cupime a umidade destruíram muitos papéis antigos que seriam hoje de grande utilidade (Morize, 1987, p. 39).

Para Frade e Souza (2017), os registros podem ter se perdido por diversos motivos, como locais de guarda impróprios, retirada de parte ou totalidade de alguns documentos por ex-diretores e funcionários do órgão (ação que era muito comum), recolhimento da documentação por outras instituições de guarda como o Arquivo Nacional ou a Biblioteca Nacional, mas especialmente por não haver uma política de gestão documental. Outro ponto importante é que a documentação recebida pelo MAST não passou por nenhum tipo de avaliação para descarte ou elaboração de tabela de temporalidade, o que iria viabilizar a eliminação de boa parte desses documentos ao longo do processo, ou seja, a documentação existente veio em sua totalidade. Para Frade e Souza (2017, p. 135):

Devido à não implementação de políticas arquivísticas como a aplicação eficaz de um plano de classificação, tabela de temporalidade e ainda um calendário de recolhimento e transferência, o fundo documental do ON se tornou uma massa documental acumulada que não apresenta um padrão de organização arquivística específico.

Apesar das lacunas apontadas, a documentação é capaz de suprir uma enorme demanda de pesquisas, tanto externa quanto interna, sendo o acervo arquivístico mais pesquisado do setor. Segundo Frade e Betancourt (2015, p. 77-78), as pesquisas mais solicitadas têm a ver com registros sobre: "astronomia, meteorologia, geodésia, informações sobre servidores da instituição, aquisição de equipamentos técnico-científicos, construção e manutenção da sede atual do ON e de outros observatórios", dentre outros.

A documentação é capaz de dar respostas tanto às pesquisas de cunho científico, histórico quanto administrativo. Ainda segundo os autores (2016, p 534), deve-se dar destaque às pesquisas, no campo da História da Ciência, sobre as expedições demarcatórias de Luiz Cruls que auxiliaram na definição do local da nova capital. Essas pesquisas foram realizadas entre os anos de 2009 e 2010, sendo uma parceria entre o Arquivo Público do Distrito Federal e a CODAR/MAST. Seus estudos permitiram o mapeamento do trajeto percorrido pela expedição, por meio de variados documentos, inclusive os do ON. Esse estudo só veio a confirmar a importância da instituição e de seu acervo. Aspectos relacionados à Meteorologia, área que foi atribuída ao ON até o ano de 1921, também são assuntos para pesquisa, principalmente no que diz respeito ao índice de chuvas e medição da temperatura no Rio de Janeiro no início do século XIX.

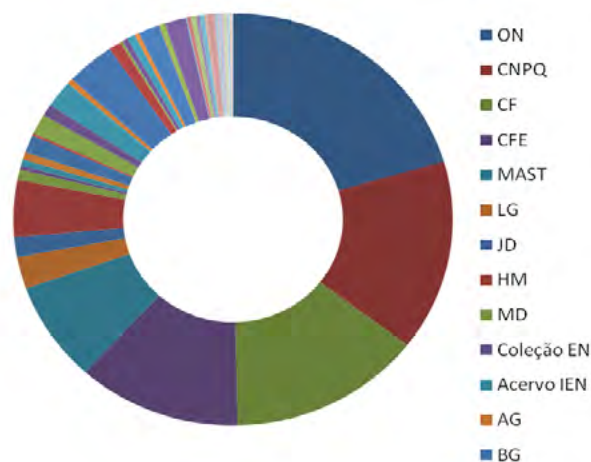
Para os autores (2016, p. 535), uma das temáticas que obtém grande número de pesquisas, diz respeito à observação de eclipses, tais como o de Passa Quatro/MG (1912) e o de Sobral/CE (1919). Essas observações foram parcerias feitas entre astrônomos ingleses, franceses norte-americanos e brasileiros, que intencionavam comprovar

a teoria de Albert Einstein a respeito da relatividade. Os eventos geraram inúmeros documentos, dentre eles fotografias, sendo demandados em períodos de efemérides, tais como centenários.

Os estudos biográficos também são pesquisas recorrentes no acervo, principalmente sobre os primeiros diretores da instituição, Emmanuel Liais, Luiz Cruls e Henrique Morize, responsáveis pela estruturação e respeito que o Observatório granjeou ao longo dos tempos. Outras demandas frequentes de pesquisa estão relacionadas com a preservação do acervo museológico, onde se destacam os registros de compra e venda de instrumentos científicos, consertos, empréstimos, construções no *campus*, etc., importantes para o trabalho dos museólogos do MAST.

Segue abaixo um gráfico comparativo entre diversos arquivos sob a guarda do MAST.

Gráfico 1 - Estatística de pesquisas - acervo CODAR/MAST



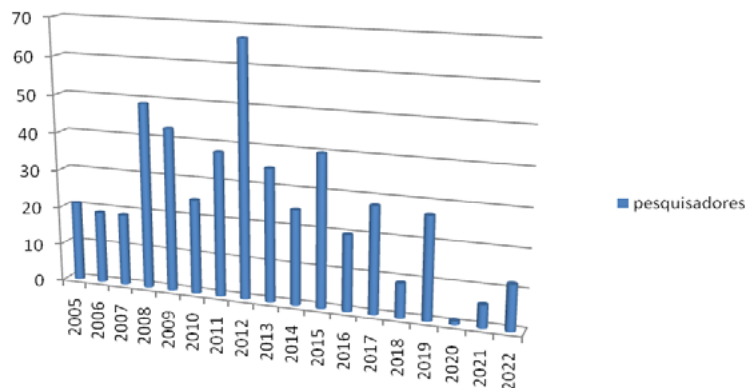
Fonte: Fichas de consultas - Arquivo Institucional do MAST (2005-2022).

Elaborado pelos autores (2023).

Podemos perceber que o acervo do ON é disparado o mais pesquisado, estando a frente de instituições como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e até do próprio museu, que é o quinto mais pesquisado. O fundo é o mais procurado não só em comparação à outras instituições, mas também a acervos pessoais de cientistas. Esses gráficos foram elaborados a partir dos dados compilados pelo Arquivo de História da Ciência referentes ao período entre 2005 e 2022 sobre o acesso de pesquisadores ao acervo. Deve-se levar em consideração que, excepcionalmente, no período de 2020 a 2022 o setor se manteve fechado para a pesquisa, permitindo o acesso apenas em casos especiais, devido a pandemia da COVID-19 que estabeleceu medidas de restrição de circulação de pessoas.

Durante o período citado acima, a CODAR recebeu o total de 2.316 pesquisadores, desse total 484 consultaram o acervo do ON, ou seja aproximadamente 21%. O gráfico 1 mostra que, durante esse período, foi o acervo mais consultado, estando a frente de outras instituições e pesquisas sobre cientistas.

Gráfico 2 – Estatística de pesquisadores CODAR/MAST



Fonte: Fichas de consultas – Arquivo Institucional do MAST (2005-2022).

Elaborado pelos autores (2023).

O gráfico 2 apresenta a quantidade, aproximada, de pesquisadores em relação a cada ano. Por meio dele, podemos notar que as pesquisas ao acervo são anteriores ao início do projeto que visa a organização desse conjunto documental (lembrando que este teve início no ano de 2010). O ano de 2012 é o que apresenta um número maior de pesquisadores, foram 67. A partir daí teve uma queda significativa, somando nos anos da pandemia seu menor patamar, num total de 19 pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes mesmo de dar início a organização do acervo já existia demandas de pesquisa, atendidas com muitas dificuldades pelas equipes de trabalhadores que passaram pelo AHC. Mesmo assim, já se vislumbrava as potencialidades de pesquisa que a documentação podia oferecer e a riqueza em forma de informação que o acervo

escondia. Essas pesquisas só vieram a confirmar que sua organização é de suma importância para se conhecer melhor não só a história da instituição e das pessoas que ali atuavam, mas também da história científica do Brasil. Por outro lado, embora em processo de organização, a documentação já possibilitou inúmeras pesquisas que só vieram a contribuir com dados para uma releitura do passado possibilitando um entendimento melhor do presente.

Frade e Betancourt (2016, p 535), apontam novas possibilidades para pesquisa, tendo o acervo como fonte primária, algumas das sugestões são os estudos sobre o próprio bairro de São Cristóvão ou da cidade o do Rio de Janeiro, a construção do Observatório ou do próprio museu, assim como a criação dos outros observatórios brasileiros e sua relação com o ON, a criação das estações meteorológicas, o início e a marcação da hora legal no Brasil, as observações astronômicas, etc.

Por estarmos em contato direto com documentações de tamanha riqueza informacional, nós nos vemos muitas vezes em situações privilegiadas e conseguimos identificar possíveis informações potenciais para outras pesquisas. O valor e o volume dos documentos somados a multiplicidades de temas estudados e as possíveis futuras pesquisas, o caracterizam como parte importantíssima do patrimônio arquivístico científico e tecnológico brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANCELLIN, J. **Un homme de science du siècle XIX: l'astronome Emmanuel Lias, 1826-1900.** Coutances: OCEP, 1985.

BRASIL. **Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST.** Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/acesso-informacao/instituicao/institucional>. Acesso em: 01 mar. 2023.

COOK, T. **O conceito de fundo arquivístico:** teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial. Tradução de Sílvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

FRADE, E. P.; ABELLAS, J. B. Y.; BİCAKCI, N. B. Subsídios para o estudo da história do desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no Brasil e no mundo no século XIX: A organização e disponibilização da coleção de impressos do acervo arquivístico do Observatório Nacional. *In:* V Congresso Nacional de Arquivologia, 2012, Salvador. **Anais do V Congresso Nacional de Arquivologia, 2012.** v. 1.

FRADE, E. P.; BETANCOURT, B. C. O acesso à informação de um arquivo em organização: o arquivo permanente do Observatório Nacional como estudo de caso. *In:* OLIVEIRA, L. M. V. de; SILVA, M. C. S. de M. (Org.). **Gestão de documentos e acesso à informação:** desafios e diretrizes para as instituições de ensino e pesquisa. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, v. 1, p. 77-94.

FRADE, E. P.; BETANCOURT, B. C. Astronomia e Afins: importância e potencialidades de pesquisas do arquivo do Observatório Nacional (1862-1980). *In:* IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T, 2016, Rio de Janeiro. **Anais do IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T 2016.**

FRADE, E. P.; SOUSA, M. G. Propostas e desafios na organização de um arquivocentário: o arquivo permanente do Observatório Nacional como estudo de caso (1862-1980). *In:* SILVA, M. C. S. de M.; OLIVEIRA, L. M. V. de. (Org.). **Tratamento de arquivos de ciência e tecnologia:** organização e acesso. 8. ed. Rio de Janeiro: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2019, v. 1, p. 49-57.

FRADE, E. P.; YARRITU, J. B.; BİCAKCI, N. B. A perda da memória e a memória da perda: a análise do processo de acumulação de documentos do acervo do Observatório Nacional (1846/1922). *In:* OLIVEIRA, L. M. V. de; SILVA, M. C. S. de M. (Org.). **Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa.** 1. ed. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2013, v. 1, p. 147-162.

MORIZE, H. **Observatório Astronômico: um século de história (1827- 1927).** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências afins : Salamandra, 1987.

VIDEIRA, A. A. P. **História do Observatório Nacional:** a persistente construção de uma identidade científica. Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 2007.

17

*Clarine Thays Barbosa da Silva
José Willian da Silva Feitosa
Universidade Federal do Amapá*

ENTRE A HISTÓRIA E O ENSINO DE ARQUIVOLOGIA NO AMAPÁ

A principal função de um arquivo é promover acesso aos documentos e informações que nele estão contidos, sempre que necessário. Assim, um arquivo perde seu sentido ao dificultar ou impossibilitar o acesso ao seu acervo. A Constituição Federal dispõe que a gestão documental é condição necessária ao acesso à informação, conforme art. 216, § 2º: “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”.

Assim, se torna necessário que o arquivo público tenha recursos humanos qualificados para dar cumprimento às suas atividades específicas, o profissional arquivista na execução das funções arquivísticas possibilita a realização da funcionalidade do arquivo. Esse profissional auxilia na administração do acervo, colaborando para o pleno exercício de pesquisa, ampliando a cidadania democrática, pois não há democracia sem o acesso à informação.

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Arquivos (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991) e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) delegam aos Estados, Distrito Federal e municípios a responsabilidade de regulamentar a gestão e o acesso aos documentos públicos através de dispositivos legais suplementares.

De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), 2014, o arquivo público deverá ser dotado, principalmente, de profissionais qualificados, bem como de infraestrutura física, material e tecnológica adequada para tratamento, guarda, armazenamento, preservação e acesso aos documentos de acordo com as normas e legislação em vigor.

No entanto, no Brasil ainda existem muitas regiões em que os arquivos representam um desafio, especificamente para historiadores e pesquisadores em geral. Esse é o caso do Estado do Amapá, onde não há arquivos para a guarda de documentos, seja público, seja

privado. Considerando este fato, o presente trabalho discorre sobre as experiências vivenciadas em projetos extensionistas vinculados ao Curso de História da Universidade Federal do Amapá (Unifap).

Nesses projetos, atuamos tanto como bolsistas como voluntários, considerando a dificuldade de aproximação dos discentes, docentes e pesquisadores do Curso de História da Unifap em relação as informações contidas nos acervos, os quais são utilizados como fontes para produção historiográfica, surge o interesse pela área da Arquivística. Em que o historiador se propõe a dialogar com este campo do saber, construindo pontes de acesso a inúmeras possibilidades.

As atividades desenvolvidas nos projetos estão relacionadas a alguns acervos localizados em autarquias e outros mantidos por pessoas físicas no Amapá, o presente estudo tem por objetivo entender como se estabelece a interdisciplinaridade entre a História e a Arquivologia no Estado. Isso deriva da consideração da carência de profissionais arquivistas no Amapá, bem como a importância dos arquivos tanto na produção de conhecimento sobre os arquivos como na produção historiográfica.

O trabalho tem como base metodológica a revisão bibliográfica, por meio de publicações acadêmicas e obras relacionadas à área de História e Arquivologia, para isso, utilizamos autores como Tanus e Araújo (2013), Bacellar (2011), Miranda (2012), Cougo Junior (2020). Como parte da metodologia, também usaremos uma abordagem qualitativa e descritiva, partindo de relatos de nossas experiências como egressos do Curso de História da Unifap.

DESENVOLVIMENTO

A produção de documentos de caráter público surge desde o período da colonização das Américas. Seu início se deu de forma desorganizada, servia para o registro da correspondência e para o registro de atos. Segundo Carlos Bacellar (2011), a prática foi uma continuação de procedimentos surgidos ao longo da Idade Média europeia, trazidos para estes continentes.

Para o autor, antes do surgimento dos primeiros cursos de graduação no Brasil, adentrar os arquivos já era um desafio enfrentado pelos pioneiros da pesquisa documental. Estes eram guiados pelas mais diversas temáticas, acessavam acervos de repartições públicas, dos cartórios e da justiça, contando tão somente com a paciência para a busca aleatória em papéis desorganizados (Bacellar, 2011, p. 45).

Na América Portuguesa, somam-se cinco séculos de história que resultaram em uma prodigalidade de documentos, espalhados por inúmeros depósitos arquivísticos formais e informais, em diferentes níveis de desorganização, conforme aponta o autor. Aos poucos, e somente a partir do século XIX, tais acervos foram em parte reunidos em instituições especialmente estabelecidas com a finalidade de atender à crescente demanda de acesso.

Infelizmente, ainda restam muitos por recolher e abrir à consulta, enquanto isso, eles permanecem sob o risco de perda definitiva e irrecuperável. Os arquivos brasileiros enfrentam, de forma geral, problemas como a falta de pessoal, de instalações adequadas e de recursos. O que acontece é que os arquivos não representam uma prioridade aos olhos governamentais, há muito tempo são tratados como depósitos de papéis velhos e de funcionários problemáticos. Mesmo na iniciativa privada, ainda hoje, é muito comum denominar-se os serviços de arquivo como “arquivo morto”, ignorando a relevância de muitos documentos ali esquecidos (Bacellar, 2011, p. 49).

Portanto, adentrar os arquivos em nosso país se torna sempre um grande desafio. Envolve trabalhar com infraestruturas precárias, e lidar com documentos que foram mal acondicionados e preservados, e mal organizados. Estas adversidades, encontradas em vários cantos do Brasil, também fazem parte da realidade amapaense em relação aos seus arquivos, sejam eles públicos, privados ou pessoais.

Apesar da legislação (Constituição Federal de 1988, a Lei de Arquivos e a Lei de Acesso à Informação) estabelecerem que a responsabilidade de regulamentar a gestão e o acesso aos documentos públicos através de dispositivos legais suplementares é dever dos Estados, Distrito Federal e municípios. Não existe no Estado do Amapá um arquivo público ou municipal que possibilite através da gestão documental o acesso à informação.

Para que a gestão dos documentos seja efetivada, o poder público municipal deveria criar em sua estrutura organizacional um arquivo público municipal, que iria orientar, coordenar e supervisionar as atividades de gestão, tratamento, recolhimento, guarda e preservação dos documentos produzidos, recebidos e acumulados de forma a garantir o pleno acesso às informações neles contidos, conforme o CONARQ (2014).

Ao contrário, no Amapá não há políticas voltadas para criação de um arquivo público e para gestão de documentos. O que resulta em instituições públicas e privadas sem estrutura para o recolhimento de acervos, com uma profusão de papéis desorganizados, sem profissionais capacitados para tratá-los, entre diversas outras adversidades encontrada nestes lugares. Como podemos observar na Figura 1, não há qualquer preocupação na preservação de documentos tão importantes e necessários à população.

Figura 1 – Arquivo de Órgão de Saneamento do Estado do Amapá



Fonte: Feitosa (2021).

Além disso, o Estado não possui em suas universidades públicas, seja ela estadual ou federal, cursos voltados para o campo da Arquivologia. O que implica em um déficit de profissionais para atuar na gestão destes arquivos. Deste modo, nasce naqueles que se aventuram pelos acervos em busca de documentos para sua pesquisa, o interesse em dialogar com esta área para enfrentar os desafios que fogem de suas especialidades.

É o caso dos historiadores, os quais tem o desafio de permanecer por longos períodos nestes espaços em busca de informações que possam lhe servir para produção do conhecimento histórico. Por isso, segundo Miranda (2012), seja na sala de pesquisa ou nas salas destinadas à guarda do acervo e a seu tratamento técnico, é importante que o historiador amplie seus conhecimentos acerca da área da Arquivologia. Para Miranda (2012):

Desde o final do século XIX, quando ambas as disciplinas passaram a trilhar caminhos separados e divergentes, o crescente desconhecimento entre a História e a Arquivologia trouxe grandes perdas a ambas. Não se trata de capacitar o profissional de História a exercer as funções de um arquivista, mas de salientar a importância de aprofundar a formação dos historiadores para capacitá-los a atuar como pesquisadores e como profissionais nas instituições de custódia documental ao lado dos arquivistas (Miranda, 2012, p. 999).

Desse modo, diante da realidade do Amapá, é importante que se estabeleça entre a História e a Arquivologia uma relação orgânica, em que ambas dialoguem sem se subordinar uma à outra. Podemos observar esse diálogo e a interdisciplinaridade entre as duas áreas através dos projetos de extensão vinculados a Universidade Federal do Amapá, no qual atuamos enquanto bolsistas no período de 2018 a 2022, os quais apresentaremos a seguir através de uma abordagem qualitativa e descritiva, partindo de relatos de nossas experiências como egressos do Curso de História da Unifap.

O primeiro projeto extensionista era voltado para gestão documental do acervo do Cartório Jucá, localizado no município de Macapá/AP, é uma autarquia que presta serviços extrajudiciais. Como por exemplo: serviços notariais e de registro, os quais, conforme definição da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, são aqueles de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos e negócios jurídicos.

Nesse sentido, o cartório possuía documentos referentes a serviços de lavratura de escrituras, procurações e testamentos públicos, atas notariais, reconhecimento de firmas e autenticação de cópias (serviços de notas), bem como serviços de protesto de títulos e relativos ao registro de imóveis, registro de pessoas naturais e jurídicas e registro de títulos e documentos.

Assim, os primeiros contatos com o cartório envolveram entender como eram classificados e organizados os documentos produzidos por esta entidade ao longo de sua vida jurídica. Em seguida iniciamos a catalogação e higienização dos livros de registro civil e escritura pública, acomodando os livros do final do século XIX até a segunda metade do século XX em um espaço a parte dos demais devido seu estado de deterioração.

Os demais documentos foram higienizados e recolhidos de acordo a classificação já definida pela instituição, o principal objetivo da gestão documental naquele espaço era preservar, guardar e organizar os documentos, facilitando o acesso as informações mantidas sob a sua guarda. Outras etapas do projeto visavam o restauro e a digitalização desses documentos, no entanto, o projeto que teve início em 2018 precisou ser encerrado em março de 2020, devido a pandemia do COVID-19.

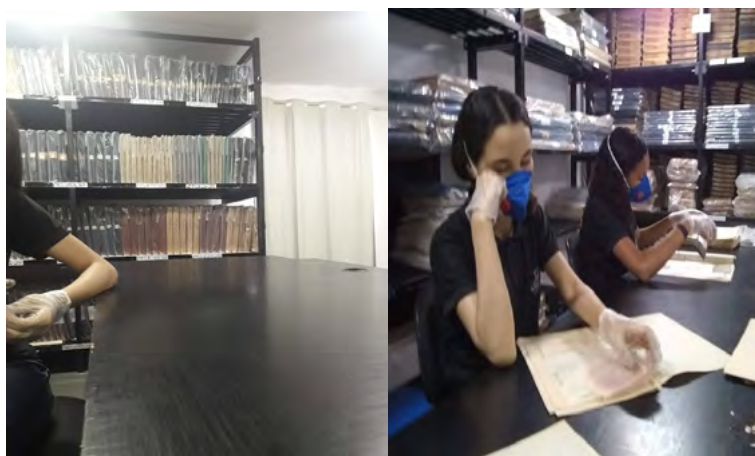
Podemos observar algumas etapas do projeto de extensão nas Figuras 2 e 3:

Figura 2 – Livros do Registro Civil



Fonte: Silva (2019).

Figura 3 – Higienização e guarda de documentos



Fonte: Silva (2019).

O segundo projeto de extensão que participamos tinha como objetivo a digitalização do acervo de obras raras do Instituto de Terras do Estado do Amapá – Amapá Terras, que abrangia documentos de 1854 a segunda metade do século XX. O instituto também se caracteriza como autarquia e tem por finalidade executar a política fundiária do Estado e gestão do espaço territorial, investido de poderes de representação para promover a discriminação, arrecadação e regularização das terras públicas e devolutas do Estado ou aquelas transferidas da União.

Em um primeiro momento, foi realizada uma visita ao Amapá Terras com o objetivo de nos familiarizarmos com o acervo da instituição. Neste momento realizamos o levantamento e a catalogação da documentação recolhida em dois armários. O objetivo do levantamento foi identificar o estado de conservação dos livros ali presentes e avaliar quais os tipos de restauro seriam necessários realizar para a preservação destes documentos. Usando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), materiais necessários ao tratamento de documentos – isto é, luvas, máscara, jaleco, touca e óculos de proteção –, realizamos a higienização dos livros e demos início à catalogação. Conforme mostra a Figura 4.

Figura 4 - Higienização e catalogação de documentos



Fonte: Silva (2021).

Iniciadas as atividades do projeto em outubro de 2021. Começamos o levantamento quantitativo dos chamados “Livros Raros” do Armário I, totalizando 43 livros, em diversos estágios de deterioração, como podemos observar na Figura 5. Até o final de janeiro de 2022, foram higienizados e catalogados os livros do Armário III contendo 34 documentos sendo 17 livros e 17 registros cartográficos. Após a conclusão das atividades de higienização e catalogação. No decorrer das atividades encontramos várias caixas arquivo que continha em seu interior autos de demarcação e registro de posse datados da segunda metade do século XIX até os anos finais do século XX. O objeto a que esses autos se referem as terras que a época pertenciam ao Estado do Pará e passaram para o Território Federal do Amapá, que atualmente compreende o Estado do Amapá.

Figura 5 – Armário I do Acervo Fundiário do Amapá Terras



Fonte: Silva (2022).

Em junho de 2022 finalizamos a catalogação dos tipos documentais que compõe os Autos e as Licenças de Ocupação, que encontramos nas caixas arquivo, ao todo registramos 289 processos recolhidos nas caixas enumeradas de 01 a 15. Após a conclusão das duas primeiras etapas do Projeto, catalogação e higienização dos “Livros Raros” do Acervo Fundiário do Amapá Terras, demos início a última etapa do Projeto que consistiu na digitalização desses documentos.

Em julho de 2022, utilizando um scanner planetário, foi digitalizado boa parte dos livros do Armário I, que foram armazenados em dois discos rígidos — HDs (Hard Disk) – um recolhido no Amapá Terras e o outro sob a guarda da Unifap. Contudo, o projeto tinha duração de apenas dez meses e não foi possível a conclusão da digitalização dos livros.

Durante os dois projetos foram realizados cursos de restauro, encadernação e digitalização de documentos. Uma vez por semana a equipe dos projetos se reunia para discutir textos da área da Arquivologia que orientavam a nossa prática nos acervos. Além disso, como forma de se aproximar dos estudos neste campo, cursamos disciplinas de Arquivologia e Documentação e Arquivo ofertadas no Curso de História da Unifap.

A atividade extensionista executada no terceiro projeto, fala sobre a memória da Guarda Territorial (GT), tal proposta surgiu em consonância com as diversas atividades de pesquisas desenvolvidas ao longo da graduação, inicialmente neste caso específico foi utilizado a consulta em acervos privados e pessoais, com o intuito de organizar, registrar e catalogar o número de guardas remanescentes da extinta GT. Visto que muitos documentos e registros oficiais do corpo paramilitar como eram conhecidos, foram perdidos, em alguns casos se encontravam em posse dos próprios ex guardas devido não haver um tratamento adequado para gestão documental.

Com o fim da GT no início da década de 60, em função da criação da Polícia Militar (PM), no ex Território Federal do Amapá, fato esse que cominou na fragmentação dos antigos Guardas Territoriais, uma vez que nem todos foram absorvidos para a PM, isso acaba ocasionando um grande problema para os demais praças que ficaram desempregados e acabaram assim caindo no esquecimento. Posteriormente devido à falta de gestão documental com os demais órgãos institucionais, uma vez que o Estado estava recentemente saindo do processo de desmembramento do Estado vizinho e muito da jurisdição documental do Território Federal do Amapá se encontrava no Estado do Pará.

Esse quadro mostrava o quanto da gestão administrativa local estava ainda se consolidando, isso era de fato um dos fatores que levou a perda de muitos documentos oficiais da gestão administrativa do estado, sem falar o condicionamento que era feito de qualquer forma, em galpões fechados sem ventilação ou caixas de papelão sobre o chão, em prédios alugados que viviam colocando os documentos em constantes mudanças de locais a cada gestão que assumia. Isso ocasionou na perda de muitos acervos oficiais, em alguns casos como foi com os ex Guardas Territoriais, que muitos de seus registros passaram por esses processos de serem encaixotados e depositados em prédios alugados que com o tempo foram se deteriorando pelo mau condicionamento, esfacelando assim a identidade e memória dessa força paramilitar que era responsável pela segurança do ex Território Federal do Amapá.

A partir desse ponto, nosso trabalho foi justamente juntar registros obtidos da associação dos ex pracinhas, localizar o máximo de ex GTs possíveis, fazer o acolhimento inicial e apresentar a proposta da atividade extensionista que se fundamentava em catalogar o números de guardas existentes, registrar a memória e as experiências de cada um a partir de entrevistas e coletar documentação pessoal e registros oficiais que muitas vezes como foi supracitado anteriormente se encontravam em posse dos ex GTs.

Figura 6 – Acervo Pessoal do Ex GT



Fonte: Feitosa (2019).

A Figura 6 apresenta o noticiário do relatando a criação da PM no ex Território Federal do Amapá, que compõe o acervo pessoal de um ex membro da GT, como podemos ver muito da história e da identidade e memória dos ex praças se encontram em seus arquivos pessoais, como símbolo de força mérito e honra aos serviços prestados em tempos de glória ao estado. Hoje essa memória vem sendo construída devido aos esforços e iniciativas das pesquisas como por exemplo, as que realizamos em conjunto com a Universidade Federal do Amapá, buscando trazer a identidade e a história desses personagens ilustre do povo amapaense.

Figura 7 – Acervo Pessoal do Ex GT



Fonte: Feitosa (2019).

Na Figura 7, é apresentado um registro do acervo pessoal de um dos ex praças, nesta foto podemos ver a organização de seus registros pessoais dentro de uma que contavam com fotos de desfiles, fotos de colegas pracinhas, documentos oficiais de homenagens e adereços pessoais de fardamento, mesmo sendo condicionado em pequenos envelopes dentro de uma bolsa muitos dos arquivos e registros pessoais do ex GT se encontravam em boas condições. Tais documentos e registro foram de suma importância para nossa pesquisa e catalogação de dados e registros, pois com esses dados foi possível fazer um registro e mapeamento de diversos GTs, nos quais tivemos a oportunidade de conhecer e entrevistar para assim dar seguimento na criação do livro sobre a ex Guarda Territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios enfrentados no Estado do Amapá, em relação a falta de profissionais arquivistas e todas as adversidades encontradas nos arquivos, que surgem desde as instalações precárias até a falta de organização dos documentos. É notável que nos projetos extensionistas (2018-2022) se realiza de modo intersticial a prática do Ensino de Arquivologia no Curso de História da Unifap. Essa prática se desenvolve de modo intersticial mostrando a importância da interdisciplinaridade entre estes campos de saber.

Evidenciando que a relação estabelecida entre a Arquivologia e a História através destas experiências, abriu porta para diversas possibilidades com um objetivo em comum, preservar a memória e a história amapaense. Além de oportunizar o acesso às informações tão necessárias a vida civil e social desta população. Para Tanus e Araújo (2013), o campo científico da Arquivologia apresentou, nos últimos anos, um significativo crescimento de cursos em todo o país.

Entretanto, os resultados do trabalho apontam para a necessidade de mais cursos no ensino superior que qualifiquem profissionais na área da Arquivologia para atuarem nos arquivos do Estado, que possui uma grande demanda. Considerando que não existe cursos na área da Arquivologia tanto na graduação como na pós-graduação nas universidades do Amapá.

Hoje historiadores podem e devem atuar conjuntamente com outros profissionais da área, de modo a conservar os materiais custodiados levando em consideração outros critérios além dos administrativos, e contribuir para a adequada organização desta importante instituição que é o arquivo. Tendo em vista que os arquivos são lugares de memória, é importante chamar atenção para estas questões no sentido de preservar e valorizar as memórias, histórias e patrimônios do Estado do Amapá que permanecem praticamente inacessíveis por essas faltas.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23-79.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRITTO, M. T. N. de. O ensino universitário de Arquivologia no Brasil. *In*: JARDIM, J. M. (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Rio de Janeiro: UFF, 1999.

COSTA, L. S., ANDRADE SANTOS, M. C., FERREIRA DA SILVA, M. H., SANTOS, N. J. F. A. As Facetas da Arquivologia: contexto histórico e características. **Anais Do Congresso Nacional Universidade, EAD E Software Livre**, 1 (14), 2022. Disponível em: <https://revistas.nasnuv.com.br/443/index.php/UEADSL/article/view/1087>. Acesso em: 15 mar. 2023.

COUGO JUNIOR, F. A. Los Archivos de La Archivología: Fuentes Documentales para una Historia del Pensamiento Archivístico Brasileño. **Anuario Escuela de Archivología**, XI, p. 15-30, 2020.

SANTOS, P. R. E. dos. Um ensaio historiográfico sobre a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas. **Acervo**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 1-34, 2022. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1888>. Acesso em: 16 mar. 2023.

MIRANDA, M. E. Os arquivos e o ofício do historiador. *In*: **XI Encontro Estadual de História ANPHU RS**, 23 a 27 de julho de 2012. Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Rio Grande do Sul – RS – Brasil.

TANUS, G. F. S. C.; ARAÚJO, C. A. V. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, n. 37, p. 83-102, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32152>. Acesso em: 16 mar. 2023.

18

*Diogo Baptista Pereira
Angelica Alves da Cunha Marques
IBICT-UFRJ*

SER OU NÃO SER, EIS A QUESTÃO:

**OS DESAFIOS DOS DOCUMENTOS
CRIADOS EM MÍDIAS SOCIAIS À LUZ
DAS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS**

A lei de arquivos brasileira – Lei nº. 8.159 de 1991 (BRASIL, 1991) – estabelece claramente que compete ao poder público administrar e proteger os documentos para apoiar o desenvolvimento administrativo, cultural e científico e o atendimento das instituições públicas. Entende que arquivos são os documentos “produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público, [...] em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos” (BRASIL, 1991, não paginado). Tratam-se, portanto, de evidências e informações das ações do Estado e da não custódia e preservação desses documentos decorre a inviabilização do acesso às informações e aos documentos e, por consequência, limitações no exercício de direitos e deveres.

Nos Estados Unidos, o *National Archives and Records Administration* (NARA) realiza a custódia da conta oficial da Casa Branca e da pessoal do presidente, após o mandato de seu exercício. Também o faz das contas do vice-presidente, da primeira-dama, do secretário geral, do secretário de Estado, do vice-presidente da comunicação, entre outros (National Archives and Records Administration, 2021).

No cenário estadunidense, um caso nos chamou a atenção. Em oito de janeiro de 2020, doze dias antes do final do mandato do ex-presidente dos EUA, Donald Trump teve sua conta pessoal no Twitter cancelada. Não foi uma decisão da Suprema Corte ou de um juiz, mas do próprio Twitter, após analisar e descobrir que o usuário @realDonaldTrump violou as regras e os regulamentos da plataforma, inclusive postando conteúdo falso (Godoy, 2021). A “voz” de Donald Trump foi silenciada por meio do aplicativo do Twitter, o mesmo que já tinha feito isso ao “silenciar” pessoas que o criticavam na mídia social, bloqueando-as, de forma que não podiam mais acessar suas postagens. O bloqueio teve de ser desfeito por uma decisão de um juiz, pois estava impedindo (segundo o entendimento do mesmo) que as pessoas tivessem acesso à informações importantes do país (Veja, 2019). Ou seja, reconheceu suas postagens dentro de uma conta não meramente pessoal, mas governamental, o que não poderia privar a sociedade de seu acesso.

Na literatura arquivística, postagens em mídias sociais ainda são compreendidas apenas como documentos de arquivo em potencial, em razão da sua não fixidez. Considerando que essas postagens registram atividades de uma pessoa e, assim, no escopo do seu conjunto documental (fundo), são dotadas de organicidade – essência do arquivo –, sua relevância não pode ser ignorada e precisa ser repensada, pois o Estado tem produzido documentos nas referidas mídias.

Esta comunicação objetiva debater a importância dos documentos nato-digitais produzidos em mídias sociais, para a Arquivologia, à luz dos seus fundamentos teóricos. Para tanto, analisa postagens do ex-Presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, no Twitter, demonstrando atitudes negacionistas do Governo Federal ante à ciência, quando ele recomendou o uso de remédios sem eficácia comprovada no combate ao enfrentamento do Coronavírus 19 (COVID-19), não seguindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Com isso espera-se apresentar subsídios que as postagens de um membro de executivo devem ser entendidas como documento de arquivo e por isso, é necessário debater formas de preservação.⁴⁵

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, quantitativa, exploratória e descritiva. Foi desenvolvida a partir da coleta das postagens do ex-Presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro (2019-2022), em sua conta @jairbolsonaro no Twitter, no período de março de 2020 a dezembro de 2020. Desenvolvemos as seguintes etapas metodológicas:

45

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

- a. Revisão de literatura do conceito de documento e documento de arquivo.
- b. Análise das postagens do ex-Presidente Bolsonaro, em sua conta oficial no Twitter.
- c. Debate da importância dessas postagens à luz dos princípios e das funções arquivísticas de preservação e difusão.

O DOCUMENTO E O DOCUMENTO DE ARQUIVO

Em uma obra escrita durante a primeira metade do século XX (1934), Paul Otlet (1868-1944), considerado o pai da Documentação, elenca oito objetivos que o documento organizado deve alcançar: ser universal em relação ao seu objeto, verdadeiro e correto, completo, rápido, atualizado, de fácil acesso, reunido antecipadamente e pronto para comunicação e disponibilização ao maior número de pessoas. Assim define “documento”:

Livro (*bíblion*,* documento ou grama) é o termo convencional aqui empregado para designar toda espécie de documento. Abrange não apenas o livro propriamente dito, manuscrito ou impresso, mas também revistas, jornais, textos escritos e reproduções gráficas de qualquer espécie, desenhos, gravuras, mapas, esquemas, diagramas, fotografias, etc. A documentação no sentido lato do termo abrange o livro, isto é, meios que servem para representar ou reproduzir determinado pensamento, independentemente da forma como se apresente (Otlet, 2018, p. 11).

A palavra “documentação” foi se fortalecendo na Europa, no início do século XX, quando o termo “bibliografia” começou a ser abandonado para designar o conjunto de técnicas necessárias para

a gerência da explosão de documentos” e, nos anos 1950, foi gradativamente substituída por “Ciência da Informação” (CI), “gestão da informação e armazenagem de informação e recuperação (Buckland, 1997, p. 2, tradução nossa)for example, sculpture, museum objects, and live animals, could be considered “documents”. Suzanne Briet equated “document” with organized physical evidence. These ideas appear to resemble notions of “material culture” in cultural anthropology and “object-as-sign” in semiotics. Others, especially in the USA (e.g. Jesse Shera and Louis Shores. Buckland (1997)for example, sculpture, museum objects, and live animals, could be considered “documents”. Suzanne Briet equated “document” with organized physical evidence. These ideas appear to resemble notions of “material culture” in cultural anthropology and “object-as-sign” in semiotics. Others, especially in the USA (e.g. Jesse Shera and Louis Shores afirma que o interesse pela “multimídia” tornou possível perceber que nem tudo na CI é textual ou parecido e, como exemplo de não textual, cita as imagens, os objetos e os eventos.

Suzanne Briet (1894-1989), bibliotecária e documentalista, entende que um documento é “uma prova em apoio a um fato” e, segundo ela, “todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (Briet, 2016, p. 1). Para ela, um antílope, na floresta, não é um documento, mas, em um zoológico, sim, como também o que for produzido sobre ele, (filmes, documentários, artigos, fotografias etc.).

Mais recentemente, no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE), documento é a “unidade de registro de informações, **qualquer que seja o suporte ou formato**” (Arquivo Nacional, 2005, p. 73, grifos nossos). Ou seja, uma informação pode ser registrada tanto em uma pedra, em um pergaminho, em uma folha de papel, quanto em uma mídia de DVD, CD, em *softwares* de computador que necessitam de uma máquina para serem interpretados.

Se, para o DIBRATE, o documento de arquivo independe de seu suporte, para Jenkinson (1922), clássico estudioso da área, ele imprescindível de certas características que lhe são peculiares. O autor define arquivo como documentos que abrangem os manuscritos, impressões ou outros materiais que estejam anexados ou façam parte dele. O documento de arquivo é, segundo o autor,

[...] elaborado ou utilizado em função de uma operação administrativa ou executiva (sendo pública ou privada) da qual ele faça parte; **e depois preservado** em sua própria custódia e para sua própria informação pela pessoa ou responsável pela transação e seus sucessores legítimos (Jenkinson, 1922, p. 11, tradução nossa, grifos nossos).

Mesmo que um documento possa fornecer evidências à posteridade, ser prova de eventos passados, as informações nele inseridas visam a atender uma necessidade administrativa, como testemunho de um ato (Jenkinson, 1922). Seu potencial, ao longo do tempo, pode justificar uma perspectiva histórica, atribuindo-lhe um valor secundário (Schellenberg, 2010).

Ainda para Jenkinson (1922), o documento deve possuir duas características essenciais. A primeira é a imparcialidade, que está associada à sua criação, considerando que o documento é produzido naturalmente, em razão da necessidade de registrar determinadas atividades e não por quaisquer imposições, refletindo, dessa forma, a atuação do produtor. A segunda característica é a autenticidade, que pressupõe que o conteúdo do documento não tenha sido adulterado em sua cadeia de custódia, sem a suspeita de qualquer manipulação (Jenkinson, 1922). Rodrigues (2006) compreende que a imparcialidade se refere à verdade administrativa do documento, ao mostrar exatamente como foi feito, e que a autenticidade depende da manutenção da imparcialidade: é a "garantia no continuum da criação, manutenção e guarda pelo seu produtor" (Rodrigues, 2006, p. 110).

Duranti (1994) retoma duas das características dos documentos de arquivo apontadas por Jenkison (1922), a imparcialidade e a autenticidade e, acrescenta mais três: a naturalidade, o inter-relacionamento e a unicidade. A naturalidade relaciona-se com a forma como os documentos são acumulados, uma vez que eles são criados e surgem como resultados da própria atividade administrativa. O inter-relacionamento decorre da relação entre documentos da mesma origem, indicando uma conexão entre eles no momento de sua produção ou recebimento. E, por último, a unicidade, que significa que cada registro é único dentro do seu grupo e contexto de criação. Às vezes, na ausência do documento original, a cópia desempenha esse papel e se torna única em relação aos demais documentos de um determinado conjunto (Duranti, 1994).

Escarpit (1976), por sua vez, considera apenas livros, periódicos e jornais como documentos, atribuindo, aos demais, a alcunha de “semi-documentos”, uma vez que, para ele, a materialidade deve ser estática. Para o autor, o jornal é um meio de comunicação coletivo de informação, de comunicação em massa, defendendo que o objeto informativo tenha que ser visível, palpável e independente em relação ao tempo (sincronia e estabilidade). Porém, alguns jornais já estão 100% *online* e, outros, híbridos (impressos e digitais), atuando em tempo real nas mídias sociais. Nelas eles transmitem eventos, atualizam/corrigem informações em segundos, que antes somente seriam possível no dia seguinte e, hoje, alcançam um público maior do que o número de leitores assíduos (Yahya, 2021).

Corroborando com Duranti (1989), “qualquer documento escrito contém informação descrita por meio de regras de representação, que são, elas próprias, provas da intenção de transmitir informações”, ou seja, com o intuito de comunicação, de transmitir algo. Portanto, não deveria importar o suporte, mas a informação que busca comunicar algo.

Smit diz que o uso de prefixos como “ciber”, “web”, “e-(mail)” e de sufixos como “eletrônico”, “digital” e “virtual” parecem implicar um desconhecimento e desconforto com o documento digital. A autora esclarece que “documento arquivístico é documento arquivístico, independente de seu suporte ou tecnologia” (Smit, 2013, p. 242). Mesmo assim, é comum, nos dicionários da Arquivologia, a distinção dos tipos de documentos arquivísticos pelos seus suportes e a sua caracterização segundo suas especificidades. Para a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (2020, p. 25), um documento arquivístico digital é um “documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico”, considerando-se a sua fixidez.

No tocante à Diplomática, Duranti (2002), sustenta que um documento deve satisfazer três requisitos fundamentais: estar escrito e afixado em um suporte; estar relacionado à natureza jurídica em que o documento foi criado/produzido; e ser confiável. Certas características e componentes, segundo Rondinelli (2013), são exigidos em um documento arquivístico digital, na mesma perspectiva:

Quadro 1- Característica de um documento arquivístico digital segundo a Diplomática

Características	O que é?
Forma fixa	Aparência do documento.
Conteúdo estável	Estabilidade dos dados contidos.
Relação orgânica	Relação que os documentos arquivísticos têm entre si e com as funções das atividades que o geraram.
Conteúdo identificável	Hierarquia de estruturas fora do documento arquivístico em que ele é produzido e gerido.
Ação	O documento de arquivo se apoia em uma ação, sua produção pode ser obrigatória ou facultativa.
Cinco pessoas	Necessidade de envolver um autor, editor, destinatário, originador e produtor. Os três primeiros constam no documento de arquivo.

Fonte: Elaboração própria adaptado de Rondinelli (2013).

A autora também apresenta algumas definições no âmbito dos documentos digitais, dividindo-os em três categorias, conforme apresentado no quadro 2.

Quadro 2 - Categorias dos documentos digitais

Categoria	Característica
Documento digital estático	Tem a forma fixa e o conteúdo estável. Exemplo: PDF/A.
Documento digital interativo não-dinâmico	Pode ter a sua forma e seu conteúdo alterado por meio de regras fixas ou variáveis. Exemplo: correio eletrônico.
Documento digital interativo dinâmico	A sua forma fixa e o seu conteúdo variam, são dinâmicos. Exemplo: mídias sociais.

Fonte: Elaboração própria adaptado de Rondinelli (2013).

O documento digital interativo dinâmico, para Rondinelli (2013), não é um documento arquivístico, o sendo apenas em potencial, podendo alcançar o *status* de documento de arquivo se atender às normas de um documento estático. O problema dessa visão é que ela não contempla os documentos nato-digitais criados em mídias sociais e acaba por deixar de lado o princípio norteador da Arquivologia, a organicidade e o contexto de produção.

A tudo isso deve estar muito atento o novo profissional. Ele só poderá cumprir a contento suas tarefas se compreender esse quadro atual de sua profissão, profundamente marcado pela informática. Mas não deve esquecer, cabe reiterar, a especificidade do documento de arquivo, ligado à sua procedência, a sua organicidade e à estrutura dos conjuntos documentais (Bellotto, 2006, p. 305).

A organicidade carrega consigo as características dos documentos de arquivo apontadas por Jenkinson (1922) e Duranti (1994). Ela se faz presente na noção de fundo de arquivo, no Princípio da Proveniência, no ciclo vital dos documentos, na classificação, na descrição do acervo e na avaliação de documentos (Gomes, 2019). Embora o termo organicidade não apareça escrito nas definições, ele se faz implícito nos conceitos que fundamentam a Arquivologia.

O Manual dos Holandeses, de 1898, diz que cada arquivo é “um todo orgânico, que não pode ser desmembrado” (Muller; Feith; Fruin, 1973, p. 31). Ao estudar a organicidade como o nível de integração teórica da área, Gomes pondera que:

Todas as nossas análises nos levam a concluir que o nível de integração arquivístico, a organicidade, é o balizador de todas as teorias e aplicações arquivísticas. É a alma da Arquivologia, sem a qual a própria disciplina não existe, pois o que a delimita e a diferencia no campo científico e, mais especificamente, no campo da informação, é, precisamente, refletir a organicidade (Gomes, 2019, p. 158).

Não podemos mimetizar os atributos da área com o documento analógico e querer impor as mesmas regras ao documento digital, pois não se enquadram. Enquanto estudiosos da Arquivologia entendem que os documentos digitais interativos dinâmicos são potenciais, muita coisa vem se perdendo com a não custódia e preservação dos documentos produzidos em mídia social, inclusive direitos e deveres que neles podem ser comprovados e testemunhados.

AS POSTAGENS DE JAIR BOLSONARO NO TWITTER

O primeiro caso registrado de COVID-19 no Brasil foi em 26 de fevereiro de 2020: um homem que viajava da Itália para o Brasil foi o primeiro transmissor. Todos no voo tiveram que ser acompanhados, pois seriam possíveis contaminados e agentes de contaminação da doença. A Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) tentou monitorar com quem as pessoas que estiveram no voo mantiveram contato logo após, traçando, assim, uma rede de observação. Dias depois, já em março, o Ministério da Saúde começa uma campanha de prevenção para evitar o rápido contágio da doença (Governo Federal do Brasil, 2020).

O ex-Presidente Jair Bolsonaro começou a dar destaque, na metade do mês de março, no Twitter, ao novo vírus que chegara no Brasil. Entretanto, essa não foi a primeira vez que ele havia mencionado o vírus. No final de janeiro e início de fevereiro, ele citou os esforços da China para conter o surto do coronavírus e agradeceu ao governo chinês pela assistência em retirar cidadãos brasileiros da cidade de Wuhan, local embrião do vírus (@Jairbolsonaro, 2020).

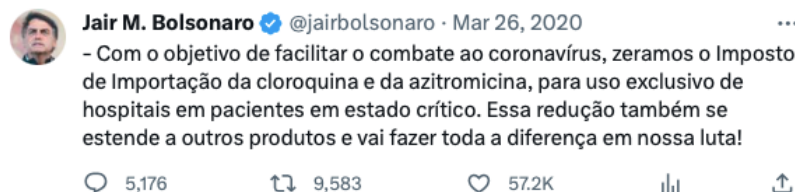
Na pesquisa que realizamos dentro da conta pessoal de @jairbolsonaro, então Presidente da República, observamos que o ano de 2020 foi o que ele mais comentou sobre o COVID-19. A maior parte das suas postagens foi sobre ações e clara opinião de como o governo entendia e enfrentaria a doença. Entre março e dezembro de 2020, o ex-Presidente citou 38 vezes a Hidroxicloroquina/Cloroquina; três vezes, a Azitromicina e duas vezes, a Ivermectina. (@Jairbolsonaro, 2020) como substâncias para salvação e tratamento precoce para o COVID-19.

O problema é que essas substâncias não tiveram a eficácia comprovada no tratamento à doença. Em março de 2020, a Anvisa já não recomendava o uso da Hidroxicloroquina/Cloroquina, pois não havia estudos suficientes para indicar um remédio que trata contra a malária, reumatismo, lúpus, doenças fotossensíveis, inflamação nas articulações, entre outros, para curar o COVID-19 (Conselho Federal de Enfermagem, 2020). A OMS afirmou que a Hidroxicloroquina não deveria ser usada como tratamento, podendo gerar efeitos adversos. Recomendou que as pesquisas com essa substância deveriam cessar e os recursos deveriam ser utilizados por drogas mais promissoras para a prevenção, pois a Hidroxicloroquina era totalmente ineficaz (Coraccini, 2021).

O Ministério da Saúde do Governo Bolsonaro, em um relatório de 2022, afirmou que a vacina não tinha demonstração de segurança, mas a Hidroxicloroquina, sim, contrariando a posição da OMS, da comunidade científica e de diretrizes e pareceres da Comissão

Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC). O relatório foi uma justificativa para manter o chamado “kit-covid” (Cloroquina, Azitromicina e Ivermectina) no Sistema Único de Saúde (SUS) (G1, 2022), como pode ser observado na figura 1.

Figura 1 - Facilitar o combate ao coronavírus?

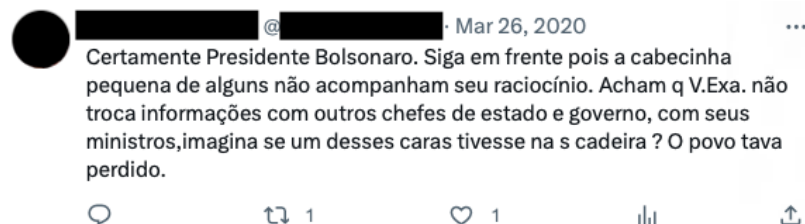


Fonte: @jairbolsonaro (2020).

As postagens do ex-Presidente no Twitter já davam o tom de como seria o combate do governo à epidemia. Separamos algumas delas para ilustrar o seu posicionamento a respeito, pois, pelas limitações de espaço desta comunicação, não caberiam todas aqui.

Com muita gente perdida quanto aos sintomas, o que fazer, como reagir, a palavra do Presidente pode ser entendida como importante e privilegiada. A doença atingiu a Europa antes da América do Sul e uma apoiadora de seu governo respondeu a uma de suas postagens (da figura 1), dizendo que ele certamente troca mensagens com outros chefes de Estado e, portanto, deveria ter informações mais corretas e privilegiadas. Em outras palavras, as ações do governo repercutem no pensamento da população.

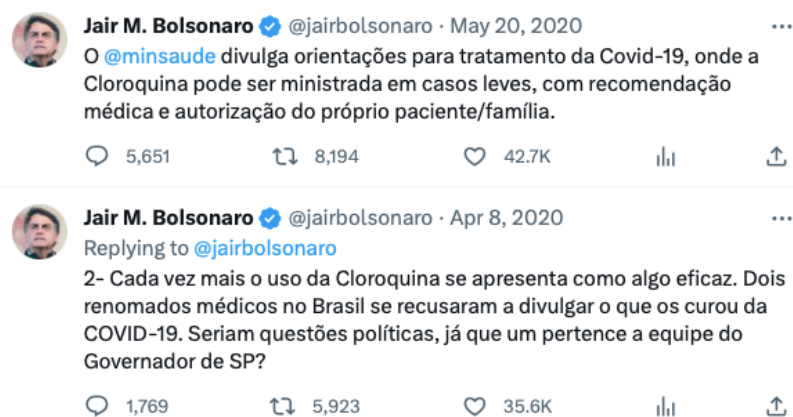
Figura 2 - Resposta de uma apoiadora do governo Bolsonaro



Fonte: @jairbolsonaro (2020).

Em outra postagem, o ex-Presidente afirma que o Ministério da Saúde divulgou orientações de como usar a Cloroquina em casos mais leves da doença. Também insinuou que os médicos da equipe do ex-Governador de São Paulo, João Dória, teriam tomado a Cloroquina e que não a indicavam apenas por questões político-ideológicas.

Figura 3 - Defesa explícita do uso da Cloroquina



Fonte: @jairbolsonaro (2020).

Alguns governadores decretaram o isolamento social como medida para barrar o avanço rápido do contágio pelo COVID-19. Ao menos 11 estados aderiram, outros anunciaram apenas medidas restritivas, como proibição do uso de praias, academias, praças, antecipação de feriados, etc. (SOUZA, 2020). Essas medidas foram duramente criticadas por Bolsonaro, que se posicionou contrário a elas durante todo o seu governo, dizendo ser um ato tirânico.

Figura 4 - Posicionamento contra o isolamento social



Jair M. Bolsonaro  @jairbolsonaro · May 16, 2020

...

- O desemprego, a fome e a miséria será o futuro daqueles que apoiam a tirania do **isolamento** total.

Fonte: @jairbolsonaro (2020).

Suas postagens foram utilizadas na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as possíveis omissões do Governo Federal no combate à pandemia do COVID-19. Elas serviram de prova e as postagens capturadas e inseridas no relatório final da CPI que o acusou de charlatanismo, epidemia com resultado de morte; infração a medidas sanitárias, crime de responsabilidade, entre outros (Senado Federal, 2021).

Portanto, as postagens de uma autoridade pública têm alcance que vão além das curtidas e repostagens. Elas podem ser capturas e enviadas a outros veículos de comunicação como TV aberta, vídeos no YouTube, páginas de Facebook, dispositivos de mensagens instantâneas como o Telegram e o WhatsApp. Esses dois últimos permitem a criação de grupos e o encaminhamento de mensagens, fazendo com que fique praticamente impossível mensurar o alcance de suas falas.

PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DE DOCUMENTOS

As capturas de imagens não são as melhores formas de preservar os registros em mídias sociais, visto que elas não garantem nem a autenticidade dos documentos, nem sua a integridade. Afinal, com as tecnologias é fácil mudar uma mensagem para fazê-la parecer original, alterando textos, imagens e até vídeos. Desse modo, é preciso pensar formas seguras para preservar essa documentação.

Primeiramente, ela já deveria ser parte do plano de classificação e tabela de temporalidade do produtor, pois, no caso em estudo, é a instituição (União) que deve recolher os documentos produzidos pelo Presidente da República. Assim, vamos brevemente analisar formas de preservar esse acervo.

Para o Dibrate (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 135), a preservação é a “prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico”. Em outras palavras, trata-se de medidas que evitem danos, mantendo os documentos inalteráveis pelo maior tempo possível de maneira que a memória possa ser construída a partir das informações registradas nos documentos. Segundo Cassares e Moi (2000, p. 12), a preservação é um “conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais”. Preservar envolve planejamento e implementação de políticas, métodos e técnicas que retardem a deterioração, prolongando o tempo de vida e visando a manter informações por mais tempo (Conway, 1990).

A difusão, por sua vez, não tem a ver apenas com o acesso; ela diz respeito a ações práticas de uma instituição para que um acervo ganhe visibilidade. O DIBRATE apresenta o termo divulgação como um “conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, com exposições e conferências” (Arquivo Nacional, 2005, p. 72). Para a *Society of American Archivist* (SAA), *outreach* (divulgação) inclui programas de treinamento, oficinas, cursos, festivais, conferências, exposições, entre outras atividades voltadas para grupos de estudantes, professores, pesquisadores, acadêmicos e a comunidade no todo (Society of American Archivist, 2023). Charbonneau (1999) utiliza o termo difusão, entende esta como:

[...] a ação de dar a conhecer, valorizar, transmitir ou tornar acessível uma ou várias informações contidas nos documentos de arquivo a utilizadores conhecidos ou potenciais (indivíduos ou organizações), a fim de responder às suas necessidades específicas. A difusão arquivística é, pois, uma atividade multifacetada, uma vez que engloba todas as relações mantidas pelo pessoal dos centros de arquivo com a sua clientela interna ou externa, nas três idades dos documentos (Charbonneau, 1999, p. 374, tradução nossa).

Existem várias técnicas para capturar as imagens das postagens nas mídias sociais, umas mais adequadas, outras nem tanto. Citaremos algumas possibilidades, seus problemas e desafios na preservação e difusão (quadro 2).

Quadro 2 - Métodos e técnicas de capturas imagens de mídias sociais

Técnica/ Método	O que é?	Vantagens	Desvantagens
Captura de tela	Ato de tirar <i>prints</i> da tela de forma manual ou por meio de programas que podem fazer a captura automática da tela, em formato de imagem (.jpeg ou .png).	Garante a cópia da imagem no momento da captura, salvando as informações postadas pelo produtor. Fácil de divulgar e dar acesso.	Não garante a autenticidade e nem a integridade do documento. A cadeia de custódia é quebrada, atingindo a confiabilidade do documento. Não é atualizável, pois representa apenas um recorte do momento de sua captura, não registrando operações e respostas posteriores. São passíveis de adulteração. Dificuldades em capturar todas as respostas e interações de outras contas com a do produtor.
PDF/A ou DOC.X	Criar uma versão em PDF como se fosse uma impressão. Ou cópia e cola em um documento de Word.	Garante a cópia da imagem no momento da captura, salvando as informações postadas pelo produtor. Fácil de divulgar e dar acesso; basta compartilhar ou deixar acessível para <i>download</i> .	
Impressão em papel	Imprimir em uma impressora, mantendo uma versão física do documento.	Garante a cópia da imagem no momento da captura, salvando as informações postadas pelo produtor.	
Arquivamento de web	Cria uma versão em HTML de uma determinada data em que uma captura de tela foi feita. Exemplo: Sítio do <i>Internet Archives</i> .	Garante a cópia da imagem no momento da captura, salvando as informações postadas pelo produtor. Fácil de divulgar e dar acesso. Tenta replicar a interface da página no dia da sua captura, acompanhando as mudanças do <i>design</i> da mídia social.	
Arquivo em CSV	<i>Download</i> dos dados fornecidos pelo próprio aplicativo.	Propicia a recuperação de informações (inclusive de alguns metadados da conta do próprio produtor).	

Técnica/ Método	O que é?	Vantagens	Desvantagens
Exportação / Importação / Manutenção da conta no próprio Twitter	Criar outra conta a partir da original, mantendo-a dentro do próprio aplicativo ou repostagens para outra conta.	Garante a recuperação de informações. Não perde os metadados e as conversas/respostas, o número de alcance, é atualizável, etc. Garante a difusão automaticamente. A cadeia de custódia ocorre, mas apenas na empresa privada. Mantém a interação dinâmica das mídias sociais, sendo atualizável em tempo real.	Os metadados e a cadeia de custódia estão sob a guarda de uma empresa privada, a própria plataforma. Caso a empresa deixe de existir, tudo será perdido, pois os documentos estão em posse da mesma.
Interface de programação de aplicações	Mais conhecida como <i>Application Programming Interface</i> (APIs), a interface que possibilita que dados, recursos e funções de uma plataforma sejam acessados, facilitando uma integração dos recursos com outras plataformas e sistemas terceiros (MELO, 2021). Um exemplo são as APIs REST (Transferência Representacional de Estado), que permitem que clientes possam usar dados do servidor, podendo aproveitar um código já existente (AMAZON, 2023).	Possibilita que dados de uma plataforma sejam acessados e capturados junto com os metadados (não visíveis aos usuários comuns) e sejam coletados e exportados. O método mais completo dentre as opções.	Requer um maior entendimento informático. Necessidade de maior espaço para armazenamento de dados. Necessidade de um <i>software</i> (geralmente pago) para fazer uma varredura e capturar os dados.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Existem diversas formas de tentar recuperar informações e tudo vai depender da plataforma info-comunicacional, dos recursos da instituição, se quer um documento autêntico ou apenas autenticado, de decidir controlar os metadados desde a sua gênese ou não. Como as plataformas mudam rapidamente, alteram características, aumentam serviços, excluem outros, trocam a interface etc., se faz necessário ser dinâmico, não perdendo mais tempo.

É preciso pensar também no armazenamento das informações, nos espaços físicos em HD/SSD ou serviço em nuvem e, principalmente, em *backups*, não ficando refém de apenas uma maneira de salvar os documentos, para não perder dados por sinistros. A utilização de um repositório digital arquivístico confiável (RDC-Arq) é fundamental para garantir pacotes de acesso e de preservação desses dados. Portanto, precisamos primeiro entender que as postagens de um Presidente da República são documentos de arquivo e que seus metadados têm de ser recolhidos. Preservar na própria mídia social não isenta de buscar formas mais robustas que garantam um maior tempo de vida para os documentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação e o recolhimento dos metadados dos conteúdos criados/produzidos em mídias sociais precisam ser sistêmicos, regulares e ininterruptos, levando em conta a dinâmica das interações produzidas dentro dessas plataformas. Como os conteúdos vão além do escrito, com o carregamento de imagens e vídeos, a instituição responsável pela custódia desses acervos precisará de um grande espaço de armazenamento e de repositórios que garantam a sua integridade e autenticidade.

Os documentos produzidos pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro, no Twitter, durante a pandemia do COVID-19, serviram de prova de suas ações e direcionamentos que influenciaram seus apoiadores e, por fim, acabaram por colocar diversas vidas em risco. A partir do momento em que ele se posiciona contra o isolamento social, a favor de substâncias sem eficácia comprovada cientificamente, incita o tratamento precoce da doença, não aparece de máscara nas postagens e em encontros com seus eleitores/admiradores, dá o aval para que outros façam o mesmo, dificultando, assim, a contenção do vírus e colocando vidas em risco, por tomarem medicação ineficaz ou por não tomarem a vacina, podendo contaminar outras pessoas.

O relatório da CPI da pandemia é um documento oficial produzido pelo Senado Federal e que servirá de consulta e referências futuras. Muitas das postagens do ex-Presidente, ou melhor, dos *prints* delas, estão anexados no seu texto final (o que não garante a sua autenticidade). É preciso pensar rapidamente em formas de preservar essa documentação, antes que ela não exista mais, compreendendo que a conta do ex-Presidente não é uma conta pessoal com documentos privados, mas como registros de suas ações enquanto Presidente da República, cujos metadados também devem recolhidos, preservados e disponibilizados para a sociedade.

REFERÊNCIAS

AMAZON. O que é uma API? – Explicação sobre interfaces de programação de aplicações – AWS. 2023. **AWS Amazon**. Disponível em: <https://aws.amazon.com/pt/what-is/api/>. Acesso em: 9 ago. 2023.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005 (Publicações Técnicas).

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 29 set. 2021.

BRIET, S. **O que é a documentação?** Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

BUCKLAND, M. K. What is a "document"? **Journal of the American Society of Information Science**, [S. l.], v. 48, n. 9, p. 804–809, 1997.

CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS. Documento arquivístico digital. *In*: **Glossário documentos arquivísticos digitais**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

CASSARES, N. C.; MOI, C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado : Imprensa Oficial, 2000 (Projeto Como fazer, 5).

CHARBONNEAU, N. La diffusion. *In*: COUTURE, C. *et al.* **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Quebec: Presses de L'université Du Quebec, 1999. p. 373-427.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Anvisa alerta**: hidroxicloroquina não é recomendada contra coronavírus Conselho Federal de Enfermagem. 2020. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/anvisa-alerta-hidroxicloroquina-nao-e-recomendada-contra-coronavirus_78044.html. Acesso em: 10 ago. 2023.

CONWAY, P. Archival Preservation Practice in a Nationwide Context. **American Archivist**, [S. l.], v. 53, n. spring, p. 204-222, 1990. Disponível em: https://watermark.silverchair.com/aarc_53_2_d0gt78p562832655.pdf. Acesso em: 7 fev. 2022.

CORACCINI, R. OMS: Hidroxicloroquina não funciona contra Covid-19 e pode causar efeito adverso. **CNN Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/oms-cloroquina-nao-funciona-contra-a-covid-19-e-pode-causar-efeitos-adversos/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

DURANTI, L. The concept of the electronic record. *In*: MACNEIL, L. D. T. M. E. H. *et al.* **Preservation of the Integrity of Electronic Records**. [S. l.]: Springer Netherlands, 2002.

DURANTI, L. Diplomatics: New Uses for an Old Science, Part II. **Archivaria**, [S. l.], v. 29, n. 0, seq. Articles, p. 4-17, 1989. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11605>. Acesso em: 29 set. 2021.

ESCAPIT, R. **Théorie générale de l'information et de la communication**. Paris: Hachette, 1976. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k3360310c/f21.item>. Acesso em: 13 mar. 2023.

G1. Ministério da Saúde diz que hidroxicloroquina é segura, mas vacinas não; nota técnica contraria OMS e cientistas. **G1**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/01/22/ministerio-da-saude-diz-que-hidroxicloroquina-e-segura-mas-vacinas-nao-nota-tecnica-contraria-oms-e-cientistas.ghtml>. Acesso em: 6 ago. 2023.

GODOY, J. D. Twitter suspende permanentemente a conta de Trump. 2021. **El País Brasil**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/tecnologia/2021-01-09/twitter-suspende-permanentemente-a-conta-de-trump.html>. Acesso em: 14 ago. 2023.

GOMES, C. D. L. de S. **Contribuições histórico-epistemológicas da organicidade como nível de integração teórica da Arquivologia**. 2019. 184 f. Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37327/1/2019_CamilaDanielaLimadeSouzaGomes.pdf. Acesso em: 3 nov. 2022.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus. **gov.br**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus>. Acesso em: 18 ago. 2021.

@JAIRBOLSONARO. **Twitter**. 2020. Disponível em: https://twitter.com/jairbolsonaro?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor. Acesso em: 31 dez. 2020.

JENKINSON, H. **A Manual of Archive Administration including the problems of war archives and archive making**. Londres: University of London, 1922. Disponível em: <https://ia802700.us.archive.org/5/items/manualofarchivea00jenkuoft/manualofarchivea00jenkuoft.pdf>.

MELO, D. O que é uma API? [Guia para iniciantes]. 2021. **Tecnoblog**. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-uma-api-guia-para-iniciantes/>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Nota técnica n. 2/2022-SCTIE/MS**. Fundamentação e decisão acerca das diretrizes terapêuticas para o tratamento farmacológico da covid-19 (hospitalar e ambulatorial). Brasília: Governo Federal do Brasil, 2022. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2022/01/Nota_tecnica_n2_2022_SCTIE-MS-3.pdf. Acesso em: 2 ago. 2023.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION. **Archived Social Media | Donald J. Trump Presidential Library**. 2021. Disponível em: <https://www.trumphlibrary.gov/research/archived-social-media>. Acesso em: 21 abr. 2021.

OTLET, P. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2018.

RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 102–117, abr. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362006000100009&lng=pt&tling=pt. Acesso em: 21 mar. 2022.

RODRIGUES, R. **Requerimento n. 03/2022**. 2022. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9061797&ts=1644417863280&disposition=inline>. Acesso em: 1 ago. 2023.

RONDINELLI, R. C. **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisão conceitual necessária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SENADO FEDERAL. **Relatório final da CPI da Pandemia**. Relatório da CPI da Pandemia. Brasília: Senado Federal, 2021.

SMIT, J. W. Gêneros textuais emergentes do/no discurso eletrônico digital: um balanço crítico de Sérgio Roberto Costa. **Dar nome aos documentos**: da teoria à prática. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2013. p. 347.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST. SAA Dictionary: outreach. *in*: **Dictionary of Archives Terminology**. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://dictionary.archivists.org/entry/outreach.html>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SOUZA, M. D. de. **Coronavírus**: 11 estados brasileiros registram lockdown em pelo. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/20/coronavirus-11-estados-brasileiros-registram-lockdown-em-pelo-menos-uma-cidade>. Acesso em: 7 ago. 2023.

VEJA. Suprema Corte dos EUA proíbe Trump de bloquear opositores no Twitter. **Veja**. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/suprema-corte-dos-eua-proibe-trump-de-bloquear-opositores-no-twitter>. Acesso em: 14 ago. 2023.

YAHYA, H. **Jornais têm alta de 6,4% no digital e queda de 13,6% no impresso em 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/jornais-tem-alta-de-64-no-digital-e-queda-de-136-no-impresso-em-2021/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

19

*Angelica Alves da Cunha Marques
Jacqueline Dias da Silva
IBICT-UFRJ*

SISTEMAS E SERVIÇOS EM SAÚDE:

**OS SERVIÇOS DE ARQUIVOS E ESTATÍSTICA
EM SAÚDE DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS
DAS CAPITAIS DOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL**

Este trabalho decorre de uma pesquisa de mestrado em andamento, sobre o mapeamento dos sistemas e serviços de arquivo e estatística em saúde dos hospitais universitários das capitais dos países da América do Sul. Esses serviços vêm passando por transformações consideráveis em razão dos avanços em ciência e tecnologia, da unificação de sistemas, técnicas e práticas para uma melhor gestão em saúde.

De acordo com *sites* dos hospitais selecionados neste estudo, o Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME) se trata de um setor e/ou sistema com a finalidade de registrar novos pacientes, emitir e guardar prontuários médicos, bem como conservar relatórios hospitalares que trazem dados e subsidiam relatórios estatísticos das atividades da instituição. A finalidade e as atribuições do SAME são:

[...] a gestão dos prontuários de pacientes, sendo considerado como serviço imprescindível às unidades de saúde, ele colabora com o aprimoramento da assistência prestada ao paciente, pois tem a custódia dos prontuários dos pacientes. A ausência do SAME, que é o responsável por custodiar, organizar e disponibilizar os prontuários dos pacientes, impacta diretamente a comunicação entre corpo clínico e paciente, podendo comprometer todo o processo de assistência. A sua implantação gera melhoria no controle de toda documentação produzida na criação dos prontuários dos pacientes, que certamente será um poderoso instrumento para a melhoria contínua dos serviços em saúde e para a segurança e confiabilidade na preservação dos mesmos (Andrade, 2020, p. 15).

Igualmente, e considerando um lapso temporal de aproximadamente 27 anos entre as primeiras e as últimas obras levantadas, observamos que os médicos sempre buscavam por mecanismos que pudessem registrar informações de seus pacientes, inicialmente guardadas em suas memórias ou resgatadas entre outros médicos, via anotações pessoais (Arnodo, 1993). Com o SAME, esses profissionais e as instituições hospitalares passaram a registrar, processar,

armazenar e recuperar as informações supracitadas. O autor avalia que o SAME é quem torna possível o controle de programas de trabalho e condutas a serem seguidas pelos organismos responsáveis pela administração hospitalar, uma vez que é por meio dele que são preparadas as estatísticas para os relatórios do hospital.

Santos (2016), por sua vez, apresenta as denominações desses serviços e pondera sobre a sua importância:

Sobre os Serviços de Arquivo nas Instituições de Saúde, certas vezes denominados Serviço de Prontuário do Paciente (SPP), certas vezes, Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME), ou ainda simplesmente, Arquivos Médicos, podemos dizer que são essenciais para a definição de políticas de acesso e preservação documental, seja prontuários impressos ou digitais, é relevante que numa complexa estrutura, que envolve uma série de profissionais e áreas diversas, que em um local apropriado, do ponto de vista estrutural e técnico, possa desenvolver ações de contínua melhoria acerca dos prontuários (Santos, 2016, p. 61).

A ênfase dada por Arnodo (1993), Santos (2016) e Andrade (2020) sobre os SAME se complementam, ao se voltarem, majoritariamente, para a análise dos sistemas de informação hospitalares; prontuários dos pacientes; gestão do conhecimento em redes hospitalares e tecnologias de informação em saúde.

Santos (2016, p.19) relata que, no Brasil, as discussões referentes a prontuário do paciente estão ligadas a duas instituições distintas: uma voltada para a área de saúde, o Conselho Federal de Medicina (CFM); e outra voltada para os arquivos, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Segundo ele, as opiniões entre estes conselhos divergem e convergem acerca das discussões sobre segurança da informação, modernização de técnicas e tecnologias voltadas para o prontuário do paciente.

Nessa perspectiva, são nítidos os avanços que os SAME tiveram em sua estrutura operacional, que tem sido cada vez mais atribuída às tecnologias de informação. O CFM reconhece a importância do uso de sistemas informatizados para a guarda e o manuseio de prontuários de pacientes, por meio da Resolução 1.639 de 09 de agosto de 2002, que estabelece as normas a respeito, bem como o prazo de guarda desse documento, estabelecendo critérios para certificação dos sistemas de informação. Por outro lado, Rodrigues Filho *et al.* (2001, p. 108) lembram que:

Além disto, no Brasil, muitos dos sistemas de informações no setor da saúde em geral, e hospitalar em particular, foram desenvolvidos sem nenhuma forma de padronização da informação, conforme critérios desenvolvidos por instituições nacionais ou internacionais. Assim, muitas vezes, dados sem utilidade são coletados, enquanto outros de maior importância deixam de ser registrados (Rodrigues Filho *et al.* 2001, p. 108).

Para isto, Leandro *et al.* (2020) explicam que o SUS possui a notificação como instrumento, como nos casos de óbitos, surgimento de doenças e/ou agravos de saúde pública. No cenário pandêmico do Coronavírus 19 (COVID-19), foram coletadas muitas informações pelos serviços de saúde, cuja notificação de casos e óbitos contribuiu para os processos de trabalho de profissionais como gestores, permitindo o fomento de estudos e pesquisas. Nesse sentido, os autores ponderam que “as informações e registros em saúde são relevantes para apoiar profissionais de saúde e gestores, reduzindo a incerteza da ação a ser tomada” (Leandro *et al.*, 2020, p. 210).

O que move nosso olhar para os SAME que compõem os hospitais universitários (HUs) das capitais dos países da América do Sul é, justamente, buscar mais dados como estes demonstrados em estudos motivados por grande impacto mundial na saúde pública e que, certamente, proporcionaram muitos aprendizados, buscas de estratégias e melhorias dos sistemas, como foi o caso da montagem de hospitais de campanha e da concepção das vacinas para a contenção do vírus.

O objetivo geral desta pesquisa é mapear os fluxos informacionais dos serviços de arquivo e estatística em saúde, mais conhecidos pela literatura como Serviços de Arquivo Médicos e Estatística (SAME), dos hospitais universitários das capitais dos países da América do Sul, tendo em vista sistematizar as funções dos seus arquivos e estatísticas em saúde no cenário pandêmico.

Este estudo optou por uma abordagem quali-quantitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de revisão sistemática de literatura. Tem, como amostra, os serviços de arquivo e estatística em saúde de hospitais universitários das capitais dos países da América do Sul. Para a coleta de dados, utilizamos como instrumento de pesquisa dois questionários compostos por perguntas abertas, fechadas e de múltiplas escolhas. Os procedimentos metodológicos contemplaram dois levantamentos: 1) no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculado à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁴⁶ e 2) na plataforma Google. Para a filtragem dos hospitais universitários das capitais supramencionadas, foram verificados seus *sites* e realizados contatos eletrônicos, para o envio dos questionários a 156 hospitais, inicialmente identificados.

46

O IBICT desenvolveu e coordena a BDTD, que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e estimula o registro e a publicação de estudos em meio eletrônico. A BDTD, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilita que a comunidade brasileira de C&T publique e difunda suas teses e dissertações produzidas no País e no exterior, dando maior visibilidade à produção científica nacional (Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia, 2023, s.p.).

SISTEMAS E SERVIÇOS EM SAÚDE

É de conhecimento geral que a informação registrada – documento – é indispensável nos ambientes de trabalho, pois por meio dela é possível identificar, coletar, organizar e recuperar a informação. Inseridos nos sistemas de informação, os SAME, ainda que sejam um setor hospitalar, são espaços que se ocupam da documentação arquivística e dos fluxos de informações estratégicas.

A Lei de Arquivos brasileira -- Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991) -- define os arquivos como “conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”. Eles podem ser classificados conforme a natureza que os compõe, em arquivos especiais e arquivos especializados. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA) (Arquivo Nacional, 2005, p. 75) apresenta o arquivo especial associado a documento especial:

Documento em linguagem não-textual, em suporte não convencional, ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, e cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica.

Nesse sentido, os arquivos com essas características têm, sob sua guarda, documentos em suportes diversos, com gêneros e formatos variados – como fotografias, microfilmes, discos, fitas, etc. – e que, por essa razão, necessitam de trabalhos de preservação e conservação apropriados.

O segundo tipo de arquivo, o especializado, diz respeito aos acervos cujos documentos provêm de um campo específico do conhecimento, independentemente da forma física em que se

apresentam, como os arquivos em saúde, os de arquitetura e os de impressa. O DBTA define arquivo especializado como “Arquivo (2) cujo acervo tem uma ou mais características comuns, como natureza, função ou atividade da entidade produtora, tipo, conteúdo, suporte ou data dos documentos, entre outras” (Arquivo Nacional, 2005, p.30), o que o difere de um arquivo especial, ainda que um arquivo especializado possa ser composto de documentos especiais.

Portanto, um arquivo em saúde é especializado e contempla os registros produzidos, recebidos e acumulados por um Organismo Produtor de Serviços de Atenção à Saúde (OPSAS), que, por sua vez, compõe provas da atuação dos serviços de atenção à saúde referentes às atividades contínuas e orgânicas destes (Cunha, 2021).

Sob esse prisma, temos os documentos de arquivo em saúde e que são caracterizados por suas tipologias documentais em saúde, cujo tipo documental mais frequente é o prontuário do paciente (PP), também chamado prontuário médico.⁴⁷ A sua organização, o seu armazenamento e a sua preservação foram contemplados pela Resolução 1.638, de 09 de agosto de 2002 (BRASIL, 2002), que define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde, bem como cita os procedimentos que devem ser observados para a execução do registro de cada paciente.

No escopo dessa legislação, o PP apresenta-se como um instrumento basal para as ações geradas sobre o paciente dentro de um hospital. Por meio dele, são realizados os registros em saúde comumente utilizados para fins hospitalares, administrativos, judiciais, de pesquisa e, prioritariamente, de consulta do paciente. Trata-se, portanto, de um típico documento de arquivo. Pinto e Munck (2020, p.89) sinalizam que o documento arquivístico é “aquele que deverá constituir um arquivo”, ao compartilharem reflexões voltadas para instituições, incluindo os serviços de saúde.

47

De acordo com a Resolução 1.638, de 09 de agosto de 2002 (BRASIL, 2002), o termo utilizado é “prontuário médico”. No entanto, observamos Arnodo (1993), Silva (2010) e Santos (2016) utilizam o termo “prontuário do paciente”, o qual optamos por usar nesta pesquisa.

À luz dessa interpretação, é evidente que os arquivos em saúde são espaços que acolhem diferentes tipos documentais e que os fluxos de informações contidas nos documentos de arquivo (analógicos, digitais ou híbridos), a nosso ver, merecem ser analisadas e melhor compreendidos para que, assim, possamos identificar esses documentos como parte integrante e relevante dos serviços de arquivo e estatística em saúde.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 reconhece que “a saúde é um direito de todos e um dever do Estado e que o Sistema Único de Saúde (SUS) é composto por uma rede regionalizada e hierarquizada de seções e serviços públicos em saúde. No seu escopo, a Rede de Atenção à Saúde prevê: a) a atenção primária, com as unidades básicas de saúde (UBS), dedicadas à prevenção e promoção à saúde; as policlínicas, os hospitais e os centros de atendimento que detêm equipamentos para exames mais avançados; b) a atenção secundária, especializada, de média e alta complexidade, abrangendo as Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e os Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU); c) atenção terciária, de alta complexidade, na qual se localizam os hospitais universitários brasileiros (Frasão; Ribeiro, 2022).

Hospitais gerais de grande porte, hospitais universitários, Santas Casas e unidades de ensino e pesquisa fazem parte do nível de alta complexidade da atenção especializada. São locais com leitos de UTI, centros cirúrgicos grandes e complexos. Também envolve procedimentos que demandam tecnologia de ponta e custos maiores, como os oncológicos, cardiovasculares, transplantes e partos de alto risco. Os especialistas da categoria estão aptos para tratar casos que não puderam ser atendidos na atenção primária ou na média complexidade da atenção especializada, por serem mais singulares ou complexos. Há ainda assistência a cirurgias reparadoras, processos de reprodução assistida, distúrbios genéticos e hereditários, entre outros tipos de cuidados para processos menos corriqueiro (Frasão; Ribeiro, 2022, s.p.).

Dessa maneira, podemos entender o SUS quanto aos seus níveis: 1) baixo – UBS; 2) médio – hospitais secundários e ambulatórios de especialidades e 3) alta complexidade – hospitais terciários.

Os HUs ou hospitais de ensino são espaços que são, como vimos, de alta complexidade, além das atribuições e da estrutura de hospitais gerais de grande porte, possuem funções de ensino, pesquisa e assistência.

Os hospitais universitários são centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de saúde. A efetiva prestação de serviços à população possibilita o aprimoramento constante do atendimento e a elaboração de protocolos técnicos para as diversas patologias. Isso garante melhores padrões de eficiência, à disposição da rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, os programas de educação continuada oferecem oportunidade de atualização técnica aos profissionais de todo o sistema de saúde. Os hospitais universitários apresentam grande heterogeneidade quanto à sua capacidade instalada, incorporação tecnológica e abrangência no atendimento. Todos desempenham papel de destaque na comunidade onde estão inseridos (Ministério da Educação, 2018, s.p.).

No Brasil, foi criado o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), por meio do Decreto 7.082, de 27 de janeiro de 2010. Em seguida, o Projeto de Lei nº 1.749/2011, tramitado no Congresso Nacional, autorizou a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), prevista na Lei 12.550, de 15 de dezembro de 2011. Trata-se de uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), que presta: serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade; e serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres. A rede é composta por um órgão central e 40 HUFs (Ministério da Educação, 2018). Como o sistema é unificado entre as sedes e filiais, compartilha-se de conhecimento e dissemina-se das práticas internas entre elas (Fernandes, 2019).

Durante a pandemia de COVID-19 foi possível observar o papel de destaque de todos os hospitais, inclusive dos HUs, diante dos grandes desafios decorrentes da crise sanitária, como a precariedade da sua estrutura e da situação de trabalho dos profissionais de saúde, da distribuição de medicamentos apropriados. Araújo e Leta (2014, p.1262) afirmam que “Muito embora sejam importantes atores do sistema de saúde, os HUs brasileiros têm sido pouco investigados empiricamente, especialmente quanto a sua estruturação e funcionamento!”. Dessa maneira, com o aumento da contaminação pelo vírus em larga escala, a realidade de capacidade de atendimento foi muito noticiada e estudada, justamente por fazerem parte da atuação dos SAME ou setores congêneres que lidam diretamente com a captação desses dados e alimentação em plataformas de gestão de saúde.

Em uma compreensão congênere, podemos citar um trecho do estudo de Machado (2014, p. 148-149) que confirma nossas reflexões quanto a esta temática:

Por outro lado, o ambiente acadêmico de um hospital universitário, onde as atividades de ensino e pesquisa caminham juntas com a atividade assistencial, propicia, mesmo para os profissionais médicos mais envolvidos com essa última atividade, um contato maior com os professores, com a pesquisa, com as novidades, demandando e incentivando uma atualização constante. Essa demanda vai incrementar a busca pela informação confiável, rápida e segura, características dos serviços universitários. Daí o percentual elevado de utilização de fontes como periódicos, artigos, dissertações e teses, Portal Capes, bases de dados da área médica, e outras, onde esse tipo de informações pode ser encontrado e cujo acessos é, muitas vezes, disponibilizado pela UFMG, como é o caso

do próprio Portal Capes e da base de dados UpToDate⁴⁸ (Machado, 2014, p. 148-149).

Outro ponto considerado por Machado (2014) é que o perfil supracitado é diferenciado quando comparado a um hospital particular. O autor revela que este perfil institucional é assistencialista e com foco exclusivo em diagnóstico e tratamento, não tendo, por assim dizer, vínculo com ensino e pesquisa. E que, muitas das vezes, essas unidades hospitalares possuem recursos tecnológicos, mas o acesso não é liberado devido à ausência de motivação ou mesmo necessidade de se buscar informações, o que nos instiga e motiva a ter um panorama dos HUs na América do Sul.

PRIMEIROS RESULTADOS

Ao realizar buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, fizemos um levantamento da produção científica que mais se aproximava da temática proposta nesta investigação. Observamos estudos com enfoques em sistemas de informação (Arnodo, 1993; Daniel, 2013); prontuário do paciente (Silva, 2010; Santos (2016); fluxo de Informações (Fogari, 2005; Savi, 2008); tecnologias da informação (Santos, 2016; Souza, 2017); gestão do conhecimento (Fernandes, 2019) e comportamento de buscas de informações em HUs (Machado, 2014).

Ainda que a produção científica brasileira tratasse de outros contextos e temas, algumas realçavam, em seus capítulos, funções, características e estruturas dos SAME, bem como estudos relacionados aos HUs, mas nenhum voltado para o cenário pandêmico e

48

A UpToDate é uma base de dados do portal da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) que disponibiliza conteúdo médico criado e atualizado por mais de 6.300 médicos de renome mundial (PORTAL DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS UNICAMPI, 2019, s.p.).

sobre crises sanitárias anteriores que pudessem interessar a este estudo. No referido levantamento, não identificamos trabalhos sobre os serviços de arquivo em saúde na América do Sul, mas apenas estudos de caso em hospitais brasileiros e acerca das redes hospitalares que abarcam os HUs no Brasil.

Em seguida, enviamos um questionário com o objetivo de averiguar quais hospitais eram universitários e, se fosse o caso, de obter informações acerca da sua estrutura organizacional, tendo em vista o mapeamento de fluxos de informações existentes (ou não) dos seus SAME. Este instrumento de coleta foi enviado aos 156 hospitais das 13 capitais dos países da região: 12 em Buenos Aires (Argentina); três em Sucre (Bolívia); nove em Brasília (Brasil); 17 em Santiago (Chile); 17 em Bogotá (Colômbia); 14 em Quito (Equador); nove em Georgetown (Guiana); 10 em Assunção (Paraguai); 14 em Lima (Peru); 19 em Paramaribo (Suriname); 13 em Montevideo (Uruguai); 14 em Caracas (Venezuela) e cinco em Caiena (Guiana Francesa).

Desse total, seis instituições nos responderam ser HUs e 12 responderam não ser Hus; 120 ou não se manifestaram, ou o *site* estava fora do ar, ou não foram localizados contatos eletrônicos, ou os hospitais tinham apenas contato telefônico e não eletrônico ou ocorreram erros nos envios de *e-mails* e formulários internos; 36 interagiram conosco, mas 18 não nos responderam ao formulário. Vale ressaltar, que os dois hospitais da Colômbia referenciados por terem nos respondido equivalem a um só hospital, o *Colombia National University Hospital*, uma vez que o remetente se tratava do mesmo endereço de *e-mail* da comissão de ética.

Sobre nomenclaturas dos SAME, foram apresentados diferentes termos referentes aos seus serviços, tais quais: Unidade de Gestão de Processamento da Informação Assistencial (Brasília) e Área de Gestão da Informação e Tecnologia (Bogotá). É possível inferir que não existe entre eles uma nomenclatura específica para o Serviço de Arquivo Médico e Estatística, mas que contemplam o termo "Informação" em suas nomenclaturas.

Mediante estas informações, no decorrer da pesquisa, não se pode ignorar que as nomenclaturas dos referidos serviços nos hospitais universitários, comparadas àquelas apresentadas na produção científica levantada, se demonstraram, curiosamente, diferentes, o que nos instiga, no avançar da investigação, a questionar quais as repercussões das suas peculiaridades na gestão arquivística de documentos em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos, por meio de recentes estudos produzidos especialmente no cenário pandêmico, informações acerca dos serviços de arquivos e estatísticas em saúde; buscamos conhecer os SAME por meio das publicações e entender onde se localizam, quais suas funções e atividades e, a partir destes, os arquivos e estatística em saúde, sob um prisma legal e conceitual, apresentando, então, a figura dos setores que formam o SAME, nas unidades hospitalares.

Trouxemos, também, informações sobre o SUS e como ele está organizado quanto a aspectos de atenção e assistência em saúde, evidenciando, em sua estrutura, os HUs e a sua relevância neste panorama, observando que seus espaços, para muitos pesquisadores, vão além da atenção terciária e sua alta complexidade e que, a partir de estudos sobre eles, podemos confirmar a presença dos serviços de arquivo em saúde, tão estratégicos e necessários para a população brasileira.

Mesmo assim, no decorrer dos levantamentos bibliográficos, nos deparamos com muitas lacunas nas buscas pelas temáticas voltadas para o cenário pandêmico sobre os sistemas e serviços de arquivos em saúde de hospitais universitários na América do Sul, o que reitera a relevância de pesquisas a respeito.

Por fim, ficou claro que a pandemia acelerou mudanças significativas no setor de tecnologias de informação nos HUs e que se faz necessário estudar e compreender mais profundamente os seus impactos em meio ao caos. Esperamos, assim, ter contribuído com as instituições, pesquisadores e, principalmente com os pacientes, que, eventualmente, todos somos, seja na prevenção ou na ação, com o intuito de termos hospitais e serviços de arquivo e estatística em saúde cada vez mais transparentes, com informações objetivas e claras para a identificação das necessidades da comunidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. V. de G. **Implantação do Serviço de Arquivo Médico Estatístico (SAME) da Consultoria e Auditoria de Contas Médico-Hospitalares (CONSTANT) - Gestão de Saúde**. 2020. 163 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) - Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciência da Informação, São Cristóvão, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9907586. Acesso em: 05 out. 2021.

ARAÚJO, K. M.; LETA, J. Os hospitais universitários federais e suas missões institucionais no passado e no presente. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p.1261-1281, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/WsFDZrd9jDcnS5wNzCKRfSg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 04 nov. 2022.

ARNODO, L. E. A. **Sistemas de Informação Hospitalar: a importância do Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME)**. 1993. 132 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1993.

BRASIL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas n. 51)

CUNHA, F. J. A. P. *et al.* **Manual de gestão arquivística de documentos em saúde**, Salvador, 62 p. ISBN 978-65-5630-223-2. Editora da Universidade Federal da Bahia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34424/1/Manual%20de%20Gest%c3%a3o%20e%20arquivistica%202021-repositorio-.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução nº 1.638, de 9 de agosto de 2002.**

Define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas Instituições de Saúde. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2002/1638_2002.pdf. Acesso em: 07 jun. 2020.

DANIEL, V. M. **Os sistemas de Informação em Saúde e seu apoio à gestão e ao planejamento do SUS:** uma análise de estados brasileiros. 2013. 212 f. Dissertação

(Mestrado em Administração e Negócios) – Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=102285. Acesso em: 05 out. 2021.

FERNANDES, F. Z. de O. **Gestão do Conhecimento na Rede de Hospitais**

Universitários Federais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: uma análise do grau de maturidade. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) – Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7603818. Acesso em: 05 out. 2021.

FOGARI, E. da S. **Fluxo da informação como instrumento articulador do processo**

de tomada de decisão: estudo de caso de um hospital de Campinas. 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica De Campinas, Campinas, 2005.

FRASÃO, G.; RIBEIRO, K. **Atenção primária e atenção especializada:** conheça os níveis de assistência do maior sistema público de saúde do mundo. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/atencao-primaria-e-atencao-especializada-conheca-os-niveis-de-assistencia-do-maior-sistema-publico-de-saude-do-mundo>. Acesso em: 24 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.** 2023. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

LEANDRO, B. B. da S.; PINTO; J. M. da C.; CAVALCANTE, J. R. Informações e registros em saúde durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: e o SUS como fica? *Separata de:* SILVA, L. B.; DANTAS, A. V. **Crise e pandemia:** quando a exceção é regra geral, Rio de Janeiro, cap. 11, p. 209-224. ISBN 978-65-990319-4-6, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Função Oswaldo Cruz, 2020.

MACHADO, M. N. **O comportamento de busca de informação dos profissionais médicos em um hospital universitário público brasileiro**. 2014. 176 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1429822. Acesso em: 05 out. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Apresentação EBSERH**. 2018. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/ebserh--empresa-brasileira-de-servicos-hospitalares>. Acesso em: 04 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Hospitais Universitários**. 2018. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/hospitais-universitarios>. Acesso em: 01 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sobre os Hospitais Universitários**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/sobre-os-hospitais-universitarios-federais>. Acesso em: 23 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010**. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html. Acesso em: 24 fev. 2023.

NORONHA, K. V. M. de S. *et al.* Pandemia por COVID-19 no Brasil: análise da demanda e da oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida segundo diferentes cenários. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.36, n. 6, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/MMd3ZfwYstDqbpRxFR53Wx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm#:~:text=LEI%20No%208.159%2C%20DE%208%20DE%20JANEIRO%20DE%201991.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20pol%C3%ADtica%20nacional,privados%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.&text=5%C2%BA%20D%20A%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica%20franquear%C3%A1,p%C3%ABlicos%20na%20forma%20desta%20Lei. Acesso em: 08 jun. 2020.

PINTO, J. M. da C.; MUNCK, S. A gestão de documentos nos serviços de saúde *In*: LEANDRO, B. B. REZENDE, F. A. V. S.; PINTO, J. M. da C. **Informações e registros em saúde e seus usos no SUS**, Rio de Janeiro, 23. ed. rev. cap. 4, p. 89-126. ISBN 978-65-5708-003-0, Fundação Oswaldo Cruz, 2020.

RODRIGUES FILHO, J.; XAVIER, J. C. B.; ADRIANO, A. L. A tecnologia da informação na área hospitalar: um caso de implementação de um sistema de registro de pacientes. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 105 – 120, jan. /abr. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/43fLxr3d8HC3LTmmDPY5nwF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 nov. 2022.

SANTOS, P. S. de A. **O prontuário do paciente à luz dos avanços das tecnologias da informação e comunicação**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Da Informação) – Instituto da Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3723257. Acesso em: 05 out. 2021.

SAVI, M. G. M. **Fluxo da informação na prática clínica dos médicos residentes: aproximações possíveis com a medicina baseada em evidências**. 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Da Informação) – Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP (SBU). **Conheça a base de dados UpToDate**. Campinas, SP: SBU-Unicamp, c2019. Disponível em: <https://www.sbu.unicamp.br/sbu/conheca-a-base-de-dados-uptodate/>. Acesso em: 28 dez. 22

SILVA, J. C. da. **A representação da informação em prontuários de pacientes de Hospitais Universitários**: uma análise à luz da Teoria Comunicativa da Terminologia. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

SOUZA, A. C. C. de. **Informação e tecnologias de informação em saúde: fontes e mecanismos de transferência de conhecimento para a gestão do SUS em hospitais com termo de adesão à Rede INOVARH-BA**. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5015346. Acesso em: 05 out. 2021.

20

Walmor Martins Pamplona
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

IMAGENS EM MOVIMENTO NOS ARQUIVOS:

**NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA
DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO
DA SEÇÃO DE FILMES DO ARQUIVO
NACIONAL DO BRASIL**

O presente artigo⁴⁹ tem por objetivo apresentar uma análise sobre a trajetória de criação, implantação e desenvolvimento da seção de filmes do Arquivo Nacional do Brasil (AN), detendo-se pontualmente em um aspecto que marcou a experiência de trabalho da referida seção e que serviu de norteador para as iniciativas realizadas em relação à preservação e à gestão do seu acervo: a influência do modelo de tratamento de filmes empregado nas atividades realizadas pelas cinematecas, no Brasil — Cinemateca Brasileira, em São Paulo, e Cinemateca do MAM, no Rio de Janeiro — na implantação da gestão do acervo de filmes do Arquivo Nacional. No momento em que a seção de filmes se organizou para receber seus primeiros arquivos e coleções de filmes, a área arquivística não dispunha de metodologia própria na abordagem desse gênero documental, fator determinante para a aproximação com aquelas instituições, o que irá marcar a evolução das ações de gestão e preservação de filmes do Arquivo Nacional.

O profícuo diálogo entre o AN e as duas cinematecas foi importante para que os gestores dos arquivos audiovisuais pudessem aprender com a experiência anterior e adaptá-la aos valores e à metodologia arquivística aplicados pelo modelo de gestão de uma instituição de arquivo, criando um saber próprio, a partir do aprendizado e do processamento das experiências das cinematecas, que tratam documentos audiovisuais como obras que integram coleções, e não documentos organicamente ligados a fundos de arquivo. Essa relação de proximidade e convergência de interesses entre as instituições ocorre num momento específico da trajetória do AN, quando é objeto de um processo de modernização institucional, na década de 1980.

49 Este artigo origina-se da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos/PPGARQ da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UNIRIO, que culminou com a dissertação "Documentos audiovisuais nos arquivos: um estudo sobre a trajetória da Seção de Filmes do Arquivo Nacional", de Walmor Martins Pamplona, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Aline Lopes de Lacerda (PAMPLONA, 2020).

A criação, a nível regimental, da seção de filmes do Arquivo Nacional do Brasil, ocorreu no ano de 1958. O setor ficava subordinado ao Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica, e passou 24 anos guardando microfilmes, sem cumprir a missão prevista em regimento (PAMPLONA, 2020, p. 35).⁵⁰ Mas é no ano de 1982 que o Arquivo Nacional recebe seus primeiros arquivos de filmes com volume e importância significativos. A década de 1980 é fundamental para o entendimento da trajetória do próprio Arquivo Nacional, pois marca o período conhecido como o de modernização da instituição, como mencionado (Pamplona, 2020, p. 38). Nessa década, temos um contexto favorável de desenvolvimento da área de Arquivologia nas universidades, a recente criação de centros de pesquisa e documentação que abrigam arquivos e coleções importantes para os estudos históricos e sociais e, tanto a prática quanto a teoria arquivísticas entram numa pauta de debates que envolvem o protagonismo dos serviços de arquivo governamentais (Jardim, 2014, p. 143).

A história do Arquivo Nacional, desde a sua criação, em 1838, em pleno período imperial brasileiro, foi marcada por dificuldades de desenvolvimento e execução de suas atividades (Costa, 2000, p. 228). Em que pesem momentos de administrações mais favoráveis ao fortalecimento das ações precípuas de uma instituição de gestão e preservação de documentos em nível governamental⁵¹, o Arquivo Nacional chegava aos anos 1980 enfraquecido institucionalmente, em relação às principais funções para as quais seria designado a realizar. Dentre as atividades centrais que deveria protagonizar, destacam-se a liderança na organização e execução de um sistema de gestão de documentos da esfera federal, bem como de um sistema

50 Havia 17 filmes na Seção Iconográfica e Cartográfica, em 1981, um ano antes do recolhimento do arquivo de filmes da Agência Nacional. Entre eles, alguns títulos do Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais (IPES), organização de oposição ao governo do presidente João Goulart (PAMPLONA, 2020, p. 62).

51 O historiador José Honório Rodrigues foi diretor-geral do AN entre 1958 e 1964. Escreveu um diagnóstico que virou referência de seu período à frente da instituição. A gestão de Rodrigues é considerada inovadora e o regimento que fez aprovar previu, pela primeira vez na história da instituição, uma seção especializada no tratamento de filmes (PAMPLONA, 2020, p. 36).

nacional de arquivos que interligasse as demais esferas de produção de documentos nos níveis estaduais e municipais, além do controle das condições nas quais eram guardados os acervos considerados de valor histórico no país. Tanto José Honório Rodrigues (Rodrigues, 1959, p. 4), em 1958, quanto Celina Vargas (Jardim, 2014, p. 143), que assume a direção da instituição, em 1980, encontraram o AN distante de suas atribuições primeiras e do controle do acervo que guardava (Pamplona, 2020, p. 38).

É nesse cenário que tem início, como assinalado, a gestão de Celina Vargas à frente do Arquivo Nacional. Vinda de uma experiência pioneira com a criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas⁵², do qual foi fundadora e primeira diretora, Celina foi convidada a assumir a direção do Arquivo Nacional em 1980. Com sua experiência na organização de um dos primeiros centros de documentação e pesquisa sobre história política contemporânea brasileira e, mais especificamente, no contato com as boas práticas daquele momento, relativas à organização de acervos, a gestão de Celina Vargas no Arquivo Nacional promoveu muitas mudanças no ritmo de trabalho da instituição mas, sobretudo, promoveu mudança de visão sobre a gestão de arquivos públicos e privados, contendo documentos de diversos gêneros, incluindo os documentos filmográficos.

Uma das primeiras providências, tomadas nessa gestão, foi a elaboração de um grande diagnóstico da situação dos arquivos governamentais⁵³ para servir de subsídio à produção de um plano de modernização do Arquivo Nacional. Segundo Jardim, por escassez, no Brasil, de marcos teóricos e metodológicos que orientassem

52 A socióloga Celina Vargas foi diretora-geral do AN entre 1980 e 1990. Foi fundadora do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, criado em 1973, a partir da iniciativa de doar o arquivo pessoal de seu avô, Getúlio Vargas, e organizar outras doações de arquivos pessoais de colaboradores do governo Vargas que, reunidos, iniciam o acervo de arquivos pessoais da elite política contemporânea brasileira.

53 Conferir, a respeito de alguns resultados desse amplo diagnóstico, no que tange à situação dos arquivos estaduais, Jardim (1986, p. 39-42).

o Programa de Modernização do AN, a opção foi o intercâmbio com outras instituições brasileiras, a contribuição de consultores internacionais em visita à instituição, e o envio de funcionários para formação em cursos e estágios na Europa, EUA e Canadá. O apoio da Unesco e do Conselho Internacional de Arquivos legitimou internacionalmente, não só no aspecto político como no teórico-científico, tal programa em implantação no AN (Jardim, 2014 *apud* Pamplona, 2020, p. 38).

Assim, a busca por conhecimento e controle da situação do AN, a aproximação da equipe constituída na nova gestão com instituições nacionais e estrangeiras, com experiências bem sucedidas no trato com arquivos de todos os tipos, o incentivo à capacitação de funcionários, mediante intercâmbio, e interlocuções sistemáticas, ao longo dos processos de trabalho, são elementos que compõem um contexto propício à aproximação dos técnicos do Arquivo Nacional, lotados na seção de filmes, com as cinematecas, que atuavam no país, naquele momento, e que já vinham desenvolvendo técnicas de tratamento e de preservação para arquivos de filmes. Foge ao escopo deste texto a importante trajetória de institucionalização das cinematecas Brasileira e do MAM-RJ, no cuidado com a preservação de filmes.⁵⁴ A organização desses espaços de proteção, preservação, restauro e exibição de filmes já era uma realidade no Brasil e o Arquivo Nacional, recebendo seu primeiro acervo de filmes, o da Agência Nacional⁵⁵, busca apoio na interlocução com equipes experientes no tratamento de arquivos dessa natureza.

54 Para uma análise das trajetórias institucionais da Cinemateca Brasileira e da Cinemateca do MAM-RJ, conferir, respectivamente, Souza (2009) e Quental, (2010).

55 Agência de notícias do governo federal, subordinada à divisão de Teatro e Cinema do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) criada no governo de Getúlio Vargas em 1939, em pleno Estado Novo, com o objetivo de difundir a ideologia estado-novista e promover pessoal e politicamente tanto o presidente quanto as realizações governamentais. Produzia um cine-jornal distribuído pelo país (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*).

Por outro lado, é importante entender que os arquivos de filmes possuem uma dinâmica muito própria de produção, circuito de usos e também de destinação para preservação, que não encontra convergência com a maioria dos arquivos tradicionais que as instituições arquivísticas lidavam à época.

Outro ponto importante que marcou a trajetória de preservação de filmes do AN diz respeito ao desafio metodológico que representou para o Arquivo a gestão desse acervo. Tanto quanto ocorria com os arquivos fotográficos no período, os filmes eram objeto de muitas discussões teórico-metodológicas, tendo em vista as suas especificidades documentais, se comparadas aos documentos tradicionais dos arquivos (do gênero textual e de origem administrativa). Filmes e fotografias, documentos cujo conteúdo informacional era forjado na linguagem visual, e por intermédio de sintaxes específicas das linguagens fotográfica e fílmica, constituíam um ponto de inflexão importante para os arquivos. Não à toa, vários métodos de organização e de descrição desses arquivos são, nessa época, produzidos (Lacerda; Baruki, 2021, p. 406-428) e a influência do modelo de tratamento das cinematecas será central para a organização da seção de filmes do Arquivo Nacional.

O artigo, portanto, irá se basear na apresentação da trajetória da seção de filmes do Arquivo Nacional, a partir desse momento de modernização pela qual passava a instituição, no início dos anos de 1980, em dois movimentos analíticos. O primeiro, sistematizando as informações colhidas por pesquisa a documentos no próprio AN⁵⁶ com foco nos primeiros anos de implantação da seção de filmes; o segundo, sublinhando as relações com as cinematecas nesse processo e seus impactos na constituição da própria seção de filmes.

56 Diversas fontes documentais dão suporte a este estudo sobre a trajetória da Seção de Filmes. Em primeiro lugar, a pesquisa analisou relatórios de atividades e de gestão produzidos pela equipe da seção de filmes e vídeos e, também, pela coordenação à qual se subordina, além de relatórios institucionais produzidos pela Direção-Geral do Arquivo Nacional, no período entre 1980 e 2019. Esta pesquisa contou também com as informações fornecidas pelo Mensário do Arquivo Nacional (publicação institucional editada entre 1970 e 1982, tendo sido substituída pela revista *Acervo*, em 1986), nos instrumentos de pesquisa produzidos, entre outros documentos, como decretos, portarias, resoluções etc. Finalmente, contou com depoimentos dos principais integrantes da equipe da seção em estudo: Clóvis Molinari Júnior, Marcus Alves, Agnaldo Neves e Antonio Laurindo dos Santos Neto (Pamplona, 2020).

A TRAJETÓRIA DA SEÇÃO DE FILMES DO ARQUIVO NACIONAL: ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES E BUSCA POR MODELOS DE GESTÃO DE ARQUIVOS DE FILMES

Como mencionado, embora existisse desde 1958, quando criada por meio de regimento aprovado na gestão de José Honório Rodrigues, a Seção de Filmes só passou a gerenciar documentos audiovisuais em fins de 1982, tendo realizado atividades relacionadas a microfilmes por 24 anos (Pamplona, 2020, p. 39). O marco dessa mudança é a chegada aos depósitos do AN, em 1982, do acervo da Agência Nacional.

Em 1981, um ano antes de a Seção de Filmes deixar de ser repositório de microfilmes para gerir acervos de filmes e vídeos, já encontramos menção às diretrizes desenhadas para receber esses materiais. No “Relatório das Atividades da Divisão de Documentação Audiovisual do Arquivo Nacional no Exercício de 1981”, instância superior à Seção de Filmes e à Seção Iconográfica e Cartográfica, podemos conferir o alinhamento das atividades desse setor às novas diretrizes modernizantes da gestão de Celina Vargas, no sentido de obter o controle sobre o acervo, no que diz respeito ao tipo de incorporação de materiais audiovisuais e de sua avaliação para essa aquisição.

O mesmo relatório revela o esforço de uma reorganização profunda do acervo, em favor de seu controle e preservação. Um dos aspectos importantes do processo de modernização pretendido pela nova Direção-Geral é a adoção de uma visão gerencial calcada em princípios arquivísticos, lançando mão do princípio

da proveniência⁵⁷, na busca da identificação de fundos⁵⁸, de procedimentos de controle que auxiliem na fase de seu recolhimento e das atividades de arranjo⁵⁹ e descrição⁶⁰, matriciais para o controle de documentos arquivísticos. O relatório também indica o desafio de identificar e assegurar o respeito ao conjunto que teve uma mesma origem ou proveniência, já que por vezes o Arquivo lidava com conjuntos artificialmente criados, ou seja, reunidos por outros critérios, alheios ao respeito ao produtor do arquivo (Arquivo Nacional, 1981).

Segundo Clóvis Molinari Júnior⁶¹, um dos pioneiros da Seção de Filmes do AN, a chegada do arquivo da Agência Nacional foi responsável por acelerar as atividades de gestão para lidar com um acervo de tal monta. Uma “montanha de latas de filmes produzida pelo governo (os cinejornais da Agência Nacional)”, justificou, durante a primeira fase de modernização institucional, o que ele chamou de “criação” da seção de filmes, que jamais parou de crescer desde então (Arquivo Nacional, 2003, p. 10). Tal quantidade de documentos audiovisuais estava ameaçada de destruição, tendo sido, por isso, transferida de um prédio da Polícia Federal, na Cinelândia, para a antiga sede do Arquivo, na Praça da República, centro do Rio de Janeiro. Por causa desta entrada volumosa, um intenso programa de adaptação foi implementado (Arquivo Nacional, 2003, p. 10).

57 Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística — Dibrate (Arquivo Nacional, 2005, p. 136), trata-se de um “princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos”.

58 Fundo é um “conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo.” (Arquivo Nacional, 2005, p. 97).

59 Arranjo é uma “sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido” (Arquivo Nacional, 2005, p. 37).

60 Descrição é “Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (Arquivo Nacional, 2005, p. 67).

61 Clóvis Molinari Júnior, falecido em 2019, deixou um depoimento filmado, em 19 de março de 2019, concedido à ONG SER Cidadão, que atua na área de educação em arquivos no AN. O arquivo digital com a entrevista foi localizado na Ilha de Edição de Vídeos do AN. A transcrição desse depoimento está disponível em Pamplona (2020). Além dessa fonte, usamos um texto de sua autoria, publicado na Revista Acervo em 2003 e, também, um outro depoimento publicado na Revista Arquivo em Cartaz, em 2017.

A chegada do arquivo da Agência Nacional, além de incentivar ações para a preservação do material fílmico, coloca em pauta uma série de problemas a serem enfrentados, como o conhecimento dos aspectos legais que envolvem os usos de filmes para pesquisa, a localização de outros arquivos de filmes na administração pública, bem como das metodologias de identificação e de descrição de filmes. Desde o desafio de conhecer e controlar os arquivos para que não se misturassem a outros de outra proveniência, verificação do estado de conservação das películas e vídeos que chegavam, até pensar o sistema de registro das informações, tudo estava sendo construído nesses primeiros tempos (Arquivo Nacional, 1982, p. 408).

Em 1983, consta em relatório um esforço de organização do acervo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)⁶², cuja entrada é anterior a setembro de 1982. Os filmes do IPES, entre outros, também de 16mm, estavam sob a guarda da Seção Sonora, portanto deslocados da seção prevista para geri-los. Uma série de equívocos foi encontrada, desde a recuperação errada do próprio título do filme, até confusões quanto a dados técnicos. Como os filmes do IPES estavam misturados a outros, procedeu-se a um processo de identificação na busca de suas respectivas proveniências (Arquivo Nacional, 1983b, s.p.).

Com o intuito de identificar conjuntos de filmes dispersos para incorporação ao acervo do AN, a Seção de Filmes colaborou na realização de um questionário para ser usado com instituições que demandavam o recolhimento de filmes do poder público federal. O documento tinha o objetivo de levantar informações detalhadas sobre o que eram considerados os fundos audiovisuais, e era acompanhado de uma exposição técnica sobre as particularidades dos filmes, como suportes e bitolas (Arquivo Nacional, 1983b, s.p.).

62

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi uma organização de oposição ao governo do presidente João Goulart (1961-1964), (PAULA, [20--]). O catálogo do fundo IPES registra 15 filmes. (ARQUIVO NACIONAL, 2000).

Os relatórios também apontam para a elaboração de métodos de tratamento que vão se sofisticando quanto mais a equipe ganha conhecimento e experiência com o tipo de documentação que chega na Seção de Filmes. Assim, a constatação de que os copiões — cópias dos negativos com todas as cenas filmadas, sem cortes, com o fim de serem referências para a montagem final do filme — detinham as condições documentais mais propícias ao tratamento, como documentos completos, em detrimento de pequenos trechos ou cópias de circulação, por exemplo, começam a sedimentar as bases das ações de tratamento para outros fundos (Arquivo Nacional, 1983c).

Os relatórios examinados abordam ainda a documentação organicamente relacionada aos filmes, chamando a atenção para seu papel na etapa de identificação dos documentos. Registram importantes ações de tratamento técnico dos filmes, mais relacionadas à qualidade da informação para a descrição do acervo: identificação de personagens, pesquisa sobre cronologia dos filmes, organização sequencial de fragmentos dispersos, ações que apontam para um aprofundamento sobre o conhecimento do acervo visando à produção de instrumento de pesquisa que não só possibilitaria o controle mais efetivo do material, como, sobretudo, seu acesso (Arquivo Nacional, 1986).

Os acervos, em muitos casos, chegavam de forma fragmentada, obrigando a equipe ao trabalho de identificação das várias partes visando à construção de um todo coerente, como o documento mais completo. A tomada de decisão era constante e girava em torno do que identificar, da checagem das listagens e das latas, da observação do que continham, da identificação dos documentos mais

completos, da distinção entre filmes em nitrato ou acetato⁶³, entre cópia de circulação (de exibição) e copião (pré-montagem).

Os relatórios fornecem, também, os contextos de elaboração metodológica por que passavam a seção de filmes, no período inicial de suas atividades e, sobretudo, nos mostra que a ideia central que anima os arquivos, ou seja, de que os documentos de arquivo não devem ser considerados isoladamente mas, antes, em relação com todos os que se originaram da mesma atividade de um produtor, estava presente no horizonte das ações empreendidas. É o que nos mostra uma nota sobre a metodologia de trabalho no tratamento das latas de filme, em busca da organicidade dos documentos audiovisuais. Registra que as informações que vinham anexadas ou próximas aos filmes, nos seus mais variados formatos ou conteúdos, deveriam ser valorizadas como possíveis evidências para identificação, e não seriam separadas a não ser após a devida análise (Arquivo Nacional, 1983d, s.p.).

A elaboração de fichas contendo informações básicas sobre o acervo que ia sendo tratado aponta para o esforço por controlar o volumoso material, ao mesmo tempo em que possibilitava o acesso ao próprio, fato que sublinha a diferença entre esses e os documentos textuais nos arquivos, do ponto de vista das práticas de registro e de formação de um produto documentário final. A quantidade e a variedade de peças que podem estar contidas num arquivo de filmes, dependendo de seu produtor, impressionam e contribuem para tornar a gestão desses conjuntos um grande empreendimento, do ponto de vista da compreensão do contexto documentário visando à sua organização (Arquivo Nacional, 1983e).

63 Filme de nitrato: filme cujo suporte é o nitrato de celulose, não mais utilizado por estar sujeito à combustão espontânea. Filme de acetato: filme com base composta de acetato de celulose, utilizado em substituição ao filme de nitrato por oferecer maior segurança contra a inflamabilidade (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 89).

A busca por interlocutores especializados, nacionais e estrangeiros, foi ação estratégica no processo de modernização do Arquivo Nacional. Nesse sentido, a Seção de Filmes, já em março de 1983, recebeu a visita do arquivista alemão Wolf Buchmann, do arquivo nacional da Alemanha (Bundesarchiv) que, como especialista em arquivos de filmes, colaborou para os debates acerca das mais modernas técnicas de preservação do material cinematográfico, na época (Arquivo Nacional, 1983g, s.p.).

O Arquivo Nacional organizou, também, a vinda de um especialista canadense, Sam Kula⁶⁴, para prestar consultoria. A visita ocorreu entre 24 e 28 de junho de 1985 e serviu como parâmetro de avaliação do que vinha sendo executado, bem como uma oportunidade de indicações para novos procedimentos, em linha com as boas práticas estabelecidas por instituições de arquivo, em países com forte tradição nessa área (Arquivo Nacional, 1989, p. 7).

A visita de Sam Kula foi viabilizada por meio de patrocínio da UNESCO. Com 25 anos de experiência na área de documentos audiovisuais, o canadense era também Membro do Comitê Executivo da Federação Internacional de Arquivos de Filmes — FIAF e da Federação Internacional de Arquivos de Televisão — FIAT.

Segundo Marcus Alves⁶⁵, Sam Kula teve um papel importante na construção de diretrizes próprias de gestão dos filmes sob a guarda do AN. Em sua lembrança, o aspecto do controle ambiental foi discussão marcante nesse contato com o pesquisador canadense (Alves, 2020, p. 11).

64 Especialista em arquivos de filmes e vídeos, reconhecido internacionalmente, o canadense Sam Kula (1932-2010) integrou os quadros do arquivo público do Canadá, do Conselho Internacional de Arquivos, da Federação Internacional de Arquivos de Filmes (FIAF) e da Federação Internacional de Arquivos de Televisão (FIAT). Foi consultor na área, além de servidor público em seu país de origem. (BERGERON; HACKETT, 2010).

65 Outro pioneiro da Seção de Filmes, no período que começa em 1982, Marcus Vinicius Pereira Alves é historiador e, por duas vezes, foi supervisor da área de imagens em movimento. É servidor do AN até hoje (PAMPLONA, 2020).

A leitura dos relatórios produzidos pelo *staff* do Arquivo Nacional possibilita inferir um balanço das principais conquistas realizadas até a primeira metade da década de 1980. Segundo essas fontes, um total de 912 títulos de filmes foram identificados e inventariados, o que correspondia a todos os filmes completos sob a guarda da seção. Ao mesmo tempo, iniciava-se a organização da documentação anexa dos filmes⁶⁶ (roteiros e marcações).⁶⁷ O arranjo de todo o acervo teve seu processo de trabalho iniciado, com base no modelo aplicado pela Cinemateca Brasileira, juntamente com a separação do acervo de segurança (matrizes)⁶⁸ e o acervo de consultas (cópias). Uma metodologia de descrição foi elaborada, com base no sistema utilizado pela Cinemateca Brasileira (Arquivo Nacional, 1985a, p. 7-8).

Logo no primeiro ano de atuação da equipe de filmes e vídeos, relatórios registram a visita de Carlos Roberto de Souza, curador do acervo da Cinemateca Brasileira. Molinari, então supervisor da Seção de Filmes, afirma que, “por ocasião desta visita, tivemos oportunidade de ver esclarecidas algumas indagações que tínhamos” (Arquivo Nacional, 1983d, s.p.).

Os relatórios registram, na década de 1990, a formação de uma comissão interna de avaliação para decidir sobre a eliminação de filmes com problemas irrecuperáveis de deterioração. A Cinemateca

66 Segundo Marcus Alves, a existência de material anexo aos filmes ocorreu de forma muito desigual, dependendo do arquivo. Era possível existir, dentro de latas, documentação textual contendo roteiros básicos ou registros de informações sumárias do filme como título, partes constituintes etc. Em outros conjuntos, simplesmente inexistiam tais registros. A importância desse material como fonte de informação para o entendimento do filme sempre foi evidente, mas a ideia de sua preservação como arquivo foi sendo elaborada com o tempo e os aperfeiçoamentos metodológicos, não tendo sido empregada desde o início das atividades de forma sistemática.

67 Depois do filme editado, faz-se a chamada marcação de luz e cor — que serve tanto para uniformizar a cor do filme quanto para garantir algum visual específico (PORTILHO, 2018)

68 Material, positivo ou negativo, que seja a expressão mais próxima da obra final ou de algum de seus elementos, dentre os demais materiais existentes, tendo como função dar origem a novos materiais (ARQUIVO NACIONAL, 2018, p. 19).

do MAM-RJ foi acionada nesse momento. Após o exame de cada caso, e com a supervisão do curador da Cinemateca do Museu de Arte Moderna, Francisco Moreira, foram separados aqueles casos considerados irrecuperáveis. Tais casos foram submetidos à Comissão de Avaliação, e, após a sua avaliação e aprovação, foram incinerados (Arquivo Nacional, 1995, p. 1).

Ainda um último e importante exemplo das profundas conexões entre as cinematecas e o Arquivo Nacional refere-se ao episódio da custódia do acervo do MAM, na década de 2000. Entre 2002 e 2005, 46 mil latas de filme, provenientes do MAM-RJ, deram entrada na área de imagens em movimento do Arquivo Nacional. Esse evento, extraordinário para ambas as instituições, decorreu de uma crise vivida por aquela Cinemateca na qual o acervo não tinha mais condições de ser mantido nos depósitos do MAM (Quental, 2010, p. 144).

Ao todo, sete lotes da Cinemateca do MAM-RJ chegaram, a partir de agosto de 2002, totalizando, naquele ano, 20.820 latas. Em 2003, mais 1.027 latas; em 2004, 317 latas; em 2005, 1.052 latas. O total, em dezembro de 2005, era de 46 mil latas e 140 caixas, contendo por volta de 80 mil rolos provenientes da Cinemateca (Arquivo Nacional, 2018, p. 14).

O impacto do recebimento do acervo do MAM, bem como as iniciativas para fazer face a ele, ficam evidentes quando o Arquivo se organizou para fazer um diagnóstico do seu acervo e buscou a Cinemateca Brasileira para auxiliar na estrutura de informação que sua base de dados oferecia. Para o Arquivo, o momento imediatamente posterior ao assentamento do acervo do MAM nas novas dependências foi ideal para um redesenho de iniciativas. Assim, o relatório de 2004, da então denominada Área de Filmes, relata uma mudança de rumos, no âmbito da organização e da descrição, com a colaboração da Cinemateca Brasileira (SP), na formação da equipe responsável pela gestão da referida área, por meio dos cursos que a instituição parceira provia aos servidores do AN. Como vimos, a título de capacitação, técnicos da

área de filmes e vídeos fizeram estágio, no fim de 2003, na Cinemateca Brasileira, que serviu de base para uma revisão da linha de trabalho da equipe. Tendo o acervo sob sua custódia crescido exponencialmente, e de forma inesperada, a instituição buscava analisar o cenário para melhor tomar decisões quanto à gestão dos novos materiais.

Os registros das atividades do setor de filmes do Arquivo Nacional, em parceria com a Cinemateca do MAM-RJ e com a Cinemateca Brasileira, atestam o nível de desenvolvimento institucional que as últimas desfrutavam nos anos de 1980 e 1990. Infraestrutura de instalações, de recursos humanos e de capacitação eram uma realidade e o Arquivo se beneficiava desse contexto institucional favorável. Podemos afirmar que o Arquivo Nacional deve, em parte às Cinematecas, o estabelecimento de diretrizes a partir das quais embasou suas ações. E no episódio da crise do MAM e da guarda de seu acervo pelo Arquivo, podemos observar a forte e estreita parceria e cumplicidade das instituições na luta pela preservação de seus acervos. Em segundo lugar, mas não menos importante, essas informações nos fazem pensar que, no seu início de atividades, o Arquivo toma para si a tarefa de receber volumosos arquivos com muitos desafios de preservação e de organização, confiando na expertise acumulada pelas Cinematecas e adotando procedimentos nem sempre convergentes com o tratamento mais canônico de arquivos. Em que pese a preocupação de definir os fundos de arquivo nos conjuntos de filmes que chegavam, de manter a proveniência e de dar importância aos documentos conexos que contribuíam para o entendimento do contexto documentário do filme, o tratamento dispensado aos filmes seguiu o modelo individualizado com a descrição catalográfica de cada título, que de resto marcou o período. Mais recentemente, a ideia de ver os arquivos de filmes como arquivos, ou seja, integrados a um arranjo do fundo em conexão com todos os outros gêneros documentais resultantes das atividades do produtor, começa a guiar os procedimentos técnicos de organização dos filmes do Arquivo Nacional. Essa transformação na forma de ver os

acervos fílmicos, aproximando-os da teoria e metodologia praticada pelos arquivos, constitui-se em capítulo a ser explorado na trajetória da seção de filmes do Arquivo Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da constituição do acervo de filmes sob a guarda do Arquivo Nacional ainda merece ser objeto de muitos estudos, na medida em que comporta vários aspectos relevantes como, por exemplo, as formas de incorporação dos arquivos, a estrutura de recebimento e guarda dos documentos, os métodos de organização e tratamento da informação nesses materiais, as opções por ações de preservação ao longo do tempo, as iniciativas de difusão do acervo para um público mais amplo.

Conhecer a forma como foram geridos esses documentos, sob quais tradições arquivísticas ou referências externas à área de arquivos, com quais instrumentos e visões, a partir de quais cenários político-institucionais, nos parece um bom caminho para elaborarmos essa experiência, projetando novas questões (ou até mesmo questões persistentes) para o futuro desses arquivos. Foi esse o espírito que guiou a pesquisa sobre a Seção de Filmes do AN.

A ligação do Arquivo com as cinematecas nos ajuda a pensar que documentos arquivísticos audiovisuais exigem um tratamento que contemple as especificidades da documentação audiovisual. Os audiovisuais são registros gerados por diferentes tipos de documentos (roteiros de cena e filmagem, cronogramas de produção, autorizações prévias, contratos, orçamentos etc.), e também são geradores de outros tipos documentais (sinopses, peças promocionais, trailers, fotografias de divulgação etc.), numa ampla diversidade de registros que permite o mapeamento do processo de criação, produção e

circulação dos filmes. Depois da estreia, ou do primeiro uso da peça audiovisual, é possível visualizar outros tipos de documentos que são criados a partir da repercussão, da necessidade de descrever e dar acesso ao material, qualquer que seja a função para a qual foi feito. Esse cenário de produção e de circuito por que passam os filmes tem interesse central para o tratamento dos arquivos, sempre focado nos contextos e circunstâncias que deram origem ao documento, para melhor compreendê-lo como fonte de pesquisa. A par disso, os filmes seguem sendo um enorme desafio para o tratamento arquivístico, pois são produzidos fora dos controles documentários típicos dos documentos textuais, por exemplo. São vistos como obras artísticas, itens de coleção que conformam uma filmografia de um diretor e, também, são entendidos como autorreferentes, ou seja, cada filme tem autonomia de sentido e, portanto, prescindiria de outros documentos para completar seu sentido. No entanto, do ponto de vista do arquivo, são esses documentos que giram em torno da produção audiovisual que constroem o cenário contextual, a partir do qual o documento isolado ganha outros sentidos. Por essas características tão específicas, e por também demandarem ações de preservação especiais, os filmes sempre foram tratados, no AN, em consonância ao trabalho realizado pelas cinematecas. Parceria profícua, imprimiu no Arquivo uma visão de gestão híbrida, que busca o tratamento mais alinhado aos preceitos da arquivologia, mas que também pratica a visão gerada pela trajetória das cinematecas.

Seja pela preservação dos filmes da era analógica, seja pela gestão e preservação dos filmes digitais que constituem, hoje, o paradigma que orienta a produção audiovisual, o Arquivo Nacional seguirá sendo uma instituição que pode servir de referência para a comunidade de arquivistas e também para o campo da produção audiovisual. Seus procedimentos, embasados na formação de sua equipe, bem como na experiência com a prática em anos de gestão desse tipo de material, tornam o AN um dos protagonistas nessa

área no Brasil. Esperamos que nosso estudo possa trazer questionamentos para mais pesquisas num campo que merece ser explorado por todos os interessados pelo patrimônio audiovisual brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALVES, M.V.P. Marcus Vinicius Pereira Alves. **Entrevista concedida a Walmor Martins Pamplona**. Rio de Janeiro, 29 de abril 2020.

ANCINE. **Termos técnicos cinema audiovisual**. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.ancine.gov.br/media/Termos_Tecnicos_Cinema_Audiovisual_28032008.pdf
Acesso em: 3 set. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Seção de Documentos Sonoros e de Imagens em Movimento. **Catálogo de Filmes do Fundo IPES**: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2000.

ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Área de Documentos Sonoros e de Imagens em Movimento. **Relatório de 2002**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Área de Imagens em Movimento. **Relatório de atividades 2005**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Equipe de Processamento Técnico de Documentos Audiovisuais, Sonoros e Musicais. **Apresentação. 2018**. 22 slides.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. **Relatório de gestão (1985-1989)**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1989.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. **Relatório de janeiro de 1983**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1983a.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. **Relatório de fevereiro de 1983**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1983b.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. **Relatório de março de 1983**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1983c.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. **Relatório de maio/junho de 1983**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1983e.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. **Relatório de setembro de 1983**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1983f.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. **Relatório anual das atividades de 1983**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1984.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. **Relatório anual de 1985**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1986.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentos Audiovisuais. Setor de Documentos Sonoros, Cine e Vídeo. **Relatório de atividades janeiro/dezembro de 1994**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1994.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentos Audiovisuais. Setor de Documentos Sonoros, Cine e Vídeo. **Relatório de atividades janeiro/julho 1995**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção Iconográfica e Cartográfica. **Relatório de outubro de 1982**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1982.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção Iconográfica e Cartográfica. **Relatório semestral de 1981**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1981.

ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 6 jul. 2020.

BERGERON, R.; HACKETT, Y. Obituaries: Sam Kula, 1932-2010. **Archivaria** nº 71. Canada, 2010.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Banco de dados Acessus. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL.
Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN). **Quem somos**, [20--?]. Disponível em: <https://www.cnem.gov.br/quem-somos>. Acesso em: 3 set. 2020.

COSTA, C. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000, p. 217-231.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

JARDIM, J. M. Instituições arquivísticas: estrutura e organização. A situação dos arquivos estaduais. Rio de Janeiro, **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 21, p. 39-42, 1986.

JARDIM, J. M. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980. In: MARQUES, A. A. da C.; RODRIGUES, G. M.; SANTOS, P. R. E. dos (Org.). **História da Arquivologia no Brasil:** instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

LACERDA, A. L. de; BARUKI, S. Conservação e organização de acervos fotográficos: por uma gestão integrada das fotografias históricas. In: PINHEIRO, M. J. de A.; CARVALHO, C. S. R.; TEIXEIRA, C. M. T. (org.) **Abordagens e experiências na preservação do patrimônio cultural nas Américas e Península Ibérica**. Rio de Janeiro: Mórula, 2021, 406-428. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/46043>. Acesso em: 18 dez. 2022.

MOLINARI JÚNIOR, C. Clóvis Molinar Júnior. **Depoimento concedido à ONG SER Cidadão**. Rio de Janeiro, 19 de março de 2019.

MOLINARI JÚNIOR, C. Entrevista a Viviane Gouvêa. **Revista Arquivo em Cartaz**. Rio de Janeiro, 2017, p. 92-99.

MOLINARI JÚNIOR, C. Apresentação. **Revista Acervo**. Rio de Janeiro, 2003, p. 5-12. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/10>. Acesso em: 30 mar. 2020.

PAMPLONA, W. M. **Documentos audiovisuais nos arquivos: um estudo sobre a trajetória da Seção de Filmes do Arquivo Nacional**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) — PPGARQ, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2019/pamplona-walmor-martins-documentos-audiovisuais-nos-arquivos-um-estudo-sobre-a-trajetoria-da-secao-de-filmes-do-arquivo-nacional> Acesso em: 4 jan. 2023.

PAULA, C. J. de. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais: IPES. Rio de Janeiro, FGV **CPDOC online**, [20--]. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais. Acesso em: 3 set. 2020.

PORTILHO, G. Como é a pós-produção de um filme? **Revista Superinteressante**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-e-a-pos-producao-de-um-filme/> Acesso em: 21 mar. 2022.

QUENTAL, J. L. de A. **A preservação cinematográfica no Brasil e a construção de uma cinemateca na Belacap**: a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. 2010. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

RODRIGUES, J. H. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.

SANTOS, P. R. E. dos. Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. *In*: MARQUES, A. A. da C.; RODRIGUES, G. M.; SANTOS, P. R. E. dos (org.). **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

Souza, C. R. de. **A Cinemateca Brasileira e a preservação de filmes no Brasil**. Tese (Doutorado) — Departamento de Cinema, Televisão e Rádio, Escola de Comunicações e Artes, USP. São Paulo, 2009.

21

*Louise Gabler
Arquivo Nacional*

O PRIMEIRO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL:

**EXPERIÊNCIAS DE PRESERVAÇÃO
E AMPLIAÇÃO DO ACERVO, 1873-1889**

O presente artigo apresenta parte do estudo *O primeiro plano de classificação do Arquivo Nacional: experiências de preservação e ampliação do acervo, 1873-1889*, editado em 2020 pelo Arquivo Nacional (Gabler, 2020). A publicação analisa as principais experiências de organização e classificação da documentação existente no Arquivo Público do Império, bem como as iniciativas de ampliação do acervo entre 1873 e 1889, recorte do período monárquico em que Joaquim Pires Machado Portela⁶⁹ ocupou a direção da instituição. Em seu anexo, apresenta digitalizado na íntegra o plano de classificação publicado em 1876.

O primeiro estudo a tratar do plano foi o de Pandiá Hermann de Tautphoeus Castelo Branco, ao escrever *Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938)*. O autor dedicou um capítulo para falar do plano de 1876, descrevendo sua gênese por meio da transcrição de fragmentos relacionados à temática da classificação nos diversos relatórios dos diretores. Seu trabalho, fundamental para qualquer pesquisador da história do Arquivo Nacional, seguiu uma linha mais descritiva e menos analítica sobre o contexto de formulação do plano, seguindo

69 O pernambucano Joaquim Pires Machado Portela nasceu em 12 de março de 1827, em uma tradicional família de políticos e latifundiários. Graduou-se bacharel na Faculdade de Direito de Olinda, atuando inicialmente como substituto do juiz municipal e de órfãos do Recife, trabalhou ainda como professor de história e geografia, oficial-maior da Secretaria de Governo de Pernambuco, diretor de Instrução Pública na mesma província, além de advogar em escritório próprio. Em sua carreira política, sempre ligado ao Partido Conservador, atuou como deputado provincial, deputado geral representando Pernambuco, como suplente do deputado João José Ferreira de Aguiar, vice-presidente da citada província, presidente das províncias do Pará, Minas Gerais e Bahia. No âmbito cultural, elaborou o projeto de fundação da Biblioteca Pública de sua província, foi um dos fundadores do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), onde exerceu diversos cargos. Publicou ainda diversos trabalhos, como *Repertório da Constituição* (1865), *Constituição Política do Império do Brasil, confrontada com outras constituições e anotado* (1876), e os artigos "Chegada da família real portuguesa à província da Bahia" e "A Sabinada na província da Bahia" (1882), na Revista do IHGB. No Rio de Janeiro, manteve atuação como advogado (1874-1892), foi membro do conselho diretor da Associação Promotora da Instrução de Meninos (1875-1877) e condecorado como dignatário da Imperial Ordem da Rosa (1875). Em 1873, assumiu a direção do Arquivo Público do Império, cargo que ocupou até sua aposentadoria, em 1898. Morreu no Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1907 (Gabler, 2015).

a tradição editorial da época (Lourenço, 2014). Castelo Branco, no entanto, destacou sua importância para os trabalhos de organização do acervo, afirmando que até então, era o modelo de classificação seguido na instituição.

Cabe ressaltar que esta obra foi escrita em 1937, 61 anos após a publicação do plano de classificação de Machado Portela. Esse extenso período de utilização do plano não deixa dúvidas sobre sua importância e influência na organização dos documentos custodiados pelo Arquivo Nacional. Desse modo, a ideia de divulgação desse documento na íntegra partiu do desejo de tornar pública essa fonte, estimulando pesquisas que possam tratar de forma mais aprofundada o impacto do plano de 1876 na organização do acervo no Arquivo Nacional, ou uma possível influência deste plano em outras instituições, ou ainda, sobre a relação desse documento com os manuais e tratados sobre classificação no período de sua implementação.

DESENVOLVIMENTO

O estudo *O primeiro plano de classificação do Arquivo Nacional: experiências de preservação e ampliação do acervo, 1873-1889*, contextualiza a criação do Arquivo Público do Império no período de surgimento dos arquivos nacionais, a partir do final do século XVIII, período em que os valores do Antigo Regime começaram a entrar em decadência e a ideia de nação passou a configurar o pensamento ocidental. Nesse momento ainda, a história começou a se estabelecer como disciplina, e a sistematização das fontes documentais ganhou importância, já que se tornaram necessárias para subsidiar a produção historiográfica e comprovar a memória dos Estados. O texto traça ainda um breve panorama institucional entre 1838 e 1873, apontando seus principais marcos para, finalmente, tratar da administração Portela.

A pesquisa utilizou como metodologia a análise dos regulamentos do Arquivo Público; os relatórios anuais da direção, apresentados ao Ministério do Império; e ainda, o plano de classificação elaborado por Machado Portela. Com essas fontes foi possível apresentar dados como a quantidade de documentos enviados para a instituição, em determinados períodos; o número de caixas adquiridas para o acondicionamento e preservação do acervo; e os critérios utilizados para elaboração do plano de classificação, que nortearia os trabalhos do Arquivo pelas décadas seguintes.

A preocupação em organizar os registros documentais surgiu ainda na Antiguidade e foi evoluindo conforme o aumento das atividades de governo e da produção de documentos, em especial com o surgimento dos Estados modernos. Os primeiros manuais de classificação surgiram no século XVI, sendo *De re diplomatica*, de Mabillon, considerada a obra precursora. Mabillon estabelecia “um método sistemático de investigação para determinar os fatos e eventos nos quais os documentos se inseriam e não noções sobre organização ou descrição” (Schellenberg, 2006, p. 97-98; Sousa, 2006, p. 123).

As formas de classificar foram diversas, elaboradas em bases metódicas, utilizando geralmente a ordenação cronológica, sem considerar a organicidade dos documentos. Essa metodologia, entretanto, foi posta em xeque com a concentração dos diversos arquivos em um único local, a partir da institucionalização dos arquivos públicos. Um novo paradigma surge então no século XIX, e a classificação deixa de ser por assuntos ou temática, e passa a ser baseada no princípio de respeito aos fundos (Duchain, 1986, p. 17; Sousa, 2006, p. 123-124).

Tal princípio “consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica (...)” (Duchain, 1986, p. 14). De acordo com Esteves e Fonseca (2010, p. 88), não é possível afirmar que o princípio tenha

vido utilizado de imediato no Brasil, visto que a análise da prática de arranjo e descrição no Arquivo Nacional demonstrou que o respeito aos fundos só foi amplamente utilizado na instituição a partir dos anos de 1960. Porém, há indícios, nos relatórios dos diretores, de que o princípio de respeito aos fundos já fosse conhecido desde meados do século XIX.

O Arquivo Público do Império foi fundado pelo regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838, que determinou suas atribuições. Porém, sucessivos relatórios de diretores apontaram dificuldades para seu funcionamento em suas primeiras décadas de existência (Castelo Branco, 1937). Célia Costa (1997) buscou relacionar o arquivo brasileiro ao processo de consolidação do Estado Imperial e à construção da nacionalidade, entre 1838 e 1860, concluindo que a instituição não cumpriu seu papel de instrumento da administração, visto que não conseguiu recolher plenamente os documentos produzidos pelo Estado, função que constava em suas atribuições. A autora constatou ainda que a instituição não exerceu a função de guardiã da memória, pois não conseguiu reunir os documentos necessários a escrita da história nacional.

Costa credits o insucesso do Arquivo Público do Império no desempenho das funções aos aspectos autoritários e patrimonialistas no Estado brasileiro. Nesse sentido, o Arquivo estaria mais próximo aos depósitos centrais do absolutismo, tendo o segredo de Estado como política, do que da concepção de um arquivo público aberto ao cidadão, como os arquivos europeus no período. Essa política de sigilo teria prejudicado ainda a remessa de documentos de órgãos da administração pública ao Arquivo Público do Império.

Essa situação começou a mudar em 1873, com a nomeação de Machado Portela, que viabilizou diversas transformações, muitas delas institucionalizadas no regulamento aprovado pelo decreto n. 6.164, de 24 de março de 1876. Dentre elas, destacaram-se a criação da seção judiciária, da biblioteca e da mapoteca; a normalização

dos procedimentos para consulta do acervo; o projeto de uma aula de diplomática; o estabelecimento do cargo de cronista do Império; bem como a proposta de criação de um sistema de classificação documental. O plano de organizar o acervo do Arquivo Público do Império começou com um grande esforço em inventariar a documentação existente.

Segundo o relatório de 1874 (Arquivo Nacional, 1874), o inventário geral foi idealizado com duas finalidades. A primeira seria a de servir como base para o projeto de classificação geral dos documentos, tão reclamada por Portela e seus antecessores. Além disso, possibilitaria um maior controle da documentação, evitando possíveis extravios. Durante o ano de 1874, os funcionários se dedicaram a arrolar e rever a documentação da Seção Administrativa, composta por papéis oriundos de diversas instituições e referentes a vários assuntos, tendo destaque a documentação produzida pelo extinto Tribunal do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens.⁷⁰

No relatório seguinte, o inventário dos documentos passou a ser apresentado considerando a periodização da história do Brasil como um critério para a classificação do acervo. Esse modelo seria institucionalizado no regulamento de 1876, que determinou que “a classificação será feita por matérias, seguindo-se em cada matéria a ordem cronológica”. Sobre essa ordem, determinou que deveriam ser consideradas “as três épocas históricas do país: Brasil Colônia, Brasil Reino Unido e Brasil Império” (Brasil, 1876, p. 423-437). Mesma regra seria aplicada na organização dos catálogos, que deveriam ainda contar ainda com índices alfabéticos e cronológicos.

70

O Tribunal do Desembargo do Paço foi uma instituição de origem portuguesa e instalada no Brasil em 1808. Ainda que existissem na colônia órgãos judiciários, a implantação do tribunal ocorreu devido à transferência da corte joanina para o Brasil e das instituições necessárias para a administração lusa. O tribunal era composto pelas mesas de Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens. Apesar de o alvará de 1808 instituir um único tribunal, os dois órgãos mantiveram funcionamento e práticas distintas (MESA, 2011).

Além de determinar os critérios de classificação, o regulamento de 1876 trouxe grandes mudanças para a instituição, como a criação da seção judiciária, voltada para o arquivamento de documentos dessa natureza. Até então o Arquivo era dividido em três seções: administrativa, legislativa e histórica. Também criou a biblioteca, que seria composta pela coleção impressa da legislação, obras sobre direito público, administração, história e geografia do Brasil. Criou ainda a mapoteca, onde deveriam estar classificados os atlas, mapas, planos, plantas, cartas geográficas, hidrográficas relativas ao Brasil.

No que se refere aos aspectos de preservação, o regulamento instituiu um projeto de aula de diplomática, em que deveriam ser ensinadas paleografia, cronologia e a crítica histórica, técnicas de diplomática e regras de classificação. Previu, ainda, a elaboração de um plano geral de classificação dos documentos, com suas divisões e subdivisões, que seria exemplificado em um quadro sinótico. Também determinou um plano para a biblioteca e para mapoteca.

Em 20 de setembro de 1876, Joaquim Pires Machado Portela assinava o “Plano provisório da classificação de documentos do Arquivo Público” (Arquivo Nacional, s.d.). Segundo este plano, a documentação deveria ser classificada de acordo com o critério esquematizado a seguir: Seção - Classe - Série - Coleção. O item “seção” representava a unidade administrativa de guarda, que no caso do Arquivo Público seriam as seções Legislativa, Administrativa, Judiciária ou Histórica. Após ser definida a seção, a documentação deveria ser organizada segundo as classes predeterminadas pelo plano, depois pelas séries e coleções, seguindo as mesmas regras.

No relatório relativo ao ano 1877, Machado Portela menciona que a utilização do plano de provisório de classificação facilitou a identificação dos documentos:

[...] se ainda não posso dar conta de tudo com minuciosidade e exatidão, já disponho de melhores elementos para uma exposição menos deficiente acerca da natureza, quantidade, distribuição e guarda dos documentos deste Arquivo. Assim, e mesmo por amor do método, passarei a ocupar-me das atuais seções e respectivas divisões, mencionado não só o trabalho efetuado durante o ano, como o estado em que cada uma se acha, e quais os documentos mais notáveis que possui (Arquivo Nacional, 1877).

Nesse relatório podemos perceber ainda que as atividades realizadas eram descritas de acordo com as minúcias do plano, especificando cada detalhe ocorrido nas seções, classes, séries e coleções. O relatório também arrola a documentação remetida ao Arquivo Público naquele ano, o que permite verificar que instituição recebeu milhares de documentos em 1877. No caso deste relatório, não é possível mensurar o número exato, já que não apresenta dados absolutos em todas as seções. Entretanto, nos demais relatórios analisados o diretor apresenta os números exatos, que nos levou a elaborar a seguinte tabela:

Tabela 1 – Documentação recebida nas seções (1879-1883)

	1ª Seção (Legislativa)	2ª Seção (Administrativa)	3ª Seção (Judiciária)	4ª Seção (Histórica)
1879	478	76.834	1	3.413
1881	206	2.842	-	40
1882	90	7352	23	11
1883	47	6330	-	40

Fonte: Relatórios do diretor (1879, 1881, 1882, 1883).

Somando os dados da tabela acima, chegamos ao total de 97.707 documentos remetidos ao Arquivo Público em quatro anos, o que nos leva a crer que houve uma significativa entrada de documentos na instituição, com destaque para a documentação da Seção Administrativa, correspondente aos atos do Poder Executivo e do Poder Moderador, das secretarias de Estado e do Conselho de Estado, dentre outros.

Durante a pesquisa, percebemos ainda que a remessa não foi tão equilibrada entre todas as secretarias de Estado. Nos relatórios analisados, percebemos que as secretarias dos Negócios da Marinha, Justiça e Estrangeiros eram as que menos enviavam documentos à instituição. Cabe ressaltar, que além da documentação de governo, o Arquivo Público recebeu documentos dos agentes auxiliares e doações de particulares para suas seções e para a biblioteca.

Também identificamos na documentação pesquisada alguns escritórios (Arquivo Nacional, s.d.) prestando contas sobre a aquisição das caixas de folha de flandres, o que nos levou a calcular que entre 1876 e 1882, foram adquiridas 1018 unidades desse material. A caixa de folha de flandres era o material escolhido para acondicionar e conservar os documentos, e sua constante compra indica que muitos documentos foram classificados. Isso se justifica pois, depois de passarem por esse processo, os papéis eram guardados nessas caixas, como expôs o diretor em diferentes relatórios. No de 1876, por exemplo, é mencionado que os funcionários do Arquivo Público tinham classificado “todas as classes da 1ª seção em 47 caixas; as 13 primeiras classes da 2ª seção em 45 caixas; uma classe da 3ª seção em nove caixas; e sete classes da 4ª seção em duas caixas: total 103 caixas” (ARQUIVO NACIONAL, 1876). Além do acondicionamento em caixas, foi possível observar nos relatórios a prática de encadernação de documentos como leis, anais, relatórios, orçamentos, fascículos etc. Esse material era encadernado na oficina do Instituto dos Surdos-Mudos.

Da documentação existente nas seções, a maioria havia sido classificada entre 1876 e 1877. A queixa era de que faltavam documentos para se completarem as classes e coleções. Mas como muitas repartições enviaram seus documentos ao longo dos anos, esses podem ter sido acrescentados a algumas dessas coleções nos anos subsequentes. Pelos relatórios seguintes, é possível verificar ainda que o trabalho de classificação foi constante. À medida que os documentos chegavam à instituição, eram classificados em suas devidas seções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos sobre as atividades executadas nos levam a crer que durante a administração de Machado Portela houve um significativo crescimento do Arquivo Público do Império. Além da ampliação de sua estrutura administrativa, com a criação da Seção Judiciária, da biblioteca e da mapoteca, houve uma expansão do acervo através da remessa de documentos da maioria das secretarias de Estado, dos órgãos e instituições imperiais, além de doações particulares. Ademais, o “Plano provisório de classificação de documentos do Arquivo Público”, de 1876, pode ser considerado um marco no estabelecimento de procedimentos de organização dos documentos já existentes e dos que eram enviados periodicamente pelas diversas instituições e pessoas.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Ofícios diversos**. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 3.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Plano provisório de classificação dos documentos do Arquivo Público, por Joaquim Pires Machado Portela**. Arquivo Nacional, Fundo Diversos — SDH - Caixas, caixa 570.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1873). Apresentado em março de 1874**. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 2.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1874). Apresentado em 23 de abril de 1875**. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 2.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1875-1876). Apresentado em 13 de outubro de 1876**. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 2.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1876). Apresentado em 11 de outubro de 1877**. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 3.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1877). Apresentado em 3 de março de 1878.** Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 3.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1879). Apresentado em 15 de março de 1880.** Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 6.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1881). Apresentado em 19 de dezembro de 1881.** Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 3.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1882). Apresentado em 31 de março de 1883.** Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 5.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1883). Apresentado em 31 de março de 1884.** Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 6.

BRASIL. Decreto n. 6.164, de 24 de março de 1876. Reorganiza o Arquivo Público do Império. **Coleção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 423-437, 1876.

BRASIL. Decreto n. 8.820, de 30 de dezembro de 1882. Aprova o regulamento para execução da lei n. 3.129, de 14 de outubro de 1882. **Coleção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 2, parte 2, p. 636-657, 1883.

BRASIL. Decreto n. 10, de 21 de novembro de 1889. Altera a denominação do Arquivo Público do Império. **Decretos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, primeiro fascículo, p. 8, 1890.

BRASIL. Regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838. Dá instruções sobre o Arquivo Público provisoriamente estabelecido na Secretaria de Estado dos Negócios do Império. **Coleção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, tomo 1, parte 2, p. 58-64, 1860.

CASTELO BRANCO, P. H. de T. **Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938)**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1937.

COSTA, C. M. L. **Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. p. 188-191.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Tradução de Maria Amélia Gomes Leite. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986.

DUCHEIN, M. Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo:** revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 91-97, jul./dez. 1988.

ESTEVÃO, S. N. M.; FONSECA, V. M. M. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo:** revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p.81-108, jan./jun. 2010.

GABLER, L. **Entre a administração e a história:** o lugar do Arquivo Público do Império nos projetos de modernização do Estado na década de 1870. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

GABLER, L. **O primeiro plano de classificação do Arquivo Nacional:** experiências de preservação e ampliação do acervo, 1873-1889. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. Disponível em: <https://1nk.dev/JZIZP>. Acesso em: 20 jul. 2023.

LOURENÇO, M. S. **Do acervo ao livro:** as publicações do Arquivo Nacional (1886-1922). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

MESA do Desembargo do Paço. *In:* **DICIONÁRIO da administração pública brasileira do período colonial (1500-1822)**, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2Fg8tKb>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUSA, R. T. B. Classificação de documentos Arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 120-142, ago./dez. 2006.

22

*Dilma Cabral
Arquivo Nacional*

'NOSSA HISTÓRIA EM SUAS MÃOS':

**O GUIA BRASILEIRO DE FONTES
PARA A HISTÓRIA DA ÁFRICA,
DA ESCRAVIDÃO NEGRA
E DO NEGRO NA SOCIEDADE ATUAL**

Considerado um dos mais importantes trabalhos de levantamento de fontes já realizado no Brasil, o Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual esteve integrado ao projeto de modernização do Arquivo Nacional, que compreendeu um conjunto de ações que tiveram por objetivo a superação de seu perfil de arquivo histórico de modelo tradicional. Mais conhecido como Guia de África, este trabalho fez parte da série de publicações Guias de Fontes para a História das Nações, desenvolvida a partir da década de 1960 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por meio do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), com o objetivo de levantar fontes de nações ou regiões do Terceiro Mundo existentes nos arquivos europeus e nos Estados Unidos.

A realização do Guia de África nos oferece múltiplas dimensões de análise, sendo a primeira delas o contexto nacional do período. A execução desse projeto pode ser compreendida na conjuntura específica da década de 1980. O final da ditadura três anos antes e a nova ordem democrática colocaram em pauta a temática de direitos, da igualdade e do acesso à informação, além de demandas culturais e outros atores, que reivindicavam seu papel na construção de políticas e na (re)elaboração da memória relativa ao nosso passado. Se a modernização do Arquivo Nacional se valeu deste processo, ao mesmo tempo uma nova agenda e diferentes desafios foram impostos às instituições arquivísticas brasileiras, o que reforçava a necessidade de dotá-las de condições adequadas às suas finalidades, no que diz respeito tanto à administração pública quanto à sociedade.

É importante lembrarmos ainda que, em 1988, celebrava-se o centenário da abolição da escravatura, e no ano seguinte o centenário da República no Brasil, comemorações que foram caracterizadas pelo esforço de apropriação do passado histórico e pela tentativa de sua reconfiguração. Estas efemérides estiveram no centro de um intenso debate, marcado pelo caráter de crítica e de balanço destes cem anos e do Estado que emergiu ao longo do processo, e pelo questionamento do sentido de tais celebrações.

O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL E O 'GUIA DAS NAÇÕES' DA UNESCO

A ideia de realização dos guias de fontes consagrados às diferentes nações ou grupo de nações, notadamente ex-colônias, conservadas em arquivos europeus ou americanos, foi apresentada pelo Conselho Internacional de Arquivos na 10ª Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris, em 1958. No ano seguinte, o comitê técnico encarregado da condução desse projeto definiria seus princípios e linhas gerais. Em dezembro de 1959, tiveram início os trabalhos, cuja primeira fase foi voltada para o levantamento de fontes da América Latina conservadas nos Estados Unidos e Europa. A publicação da série América Latina teve início em 1966⁷¹, seguida pela série África⁷², publicada a partir de 1970, e pela série dedicada a Ásia, África do Norte e Oceania, a partir de 1972 (Kecskeméti, 1988b, p. XXI-XXII).⁷³

Na década de 1980, após a conclusão do levantamento para o guia de fontes da história da África na maior parte dos arquivos europeus e nos Estados Unidos, a Unesco encarregou o CIA de retomar o contato com Portugal, onde os trabalhos haviam sido interrompidos,

71 Até 1988, a primeira fase do projeto, dedicado à América Latina, havia publicado volumes referentes a fontes disponíveis na Espanha, Bélgica, Holanda, Suécia, Dinamarca, Itália, Vaticano, República Federal da Alemanha, República Democrática Alemã, Inglaterra, Estados Unidos, França e Portugal (ARQUIVO NACIONAL, 1989, v. 2, p. 450).

72 Até 1988, a segunda fase do projeto, dedicado à África ao Sul do Saara, havia publicado volumes referentes a fontes disponíveis na República Federal da Alemanha, Espanha, França, Itália, Vaticano, Holanda, Noruega, Dinamarca, Suécia, Estados Unidos, Inglaterra e Portugal (ARQUIVO NACIONAL, 1989, v. 2, p. 450).

73 O Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual foi o 11º volume da série África e o 34º volume da série Guias de Fontes para a História das Nações.

e convidou o Brasil e a Índia a se integrarem ao projeto (Kecske-méti, 1988b, p. XXII).⁷⁴

O convite para realização do Guia de Fontes da História da África no Brasil deve ser compreendido no âmbito do que ficaria conhecido como projeto de modernização do Arquivo Nacional, que redefiniu o papel da principal instituição arquivística do país. Criado em 1838, o Arquivo Nacional experimentara um processo comum às instituições arquivísticas latino-americanas, constituído com o perfil de arquivo histórico que seria instrumentalizado na consolidação do projeto de Estado-nação desenvolvido a partir do processo de independência. No processo de formação da identidade nacional, ao Arquivo Nacional coube a guarda dos documentos garantidores da unidade política e administrativa da jovem nação, em consonância com o modelo de Estado que se estabeleceu (Costa, 2001).

Decorrente deste perfil institucional, ao contrário dos arquivos nacionais europeus, o Arquivo Nacional manteve-se desvinculado da administração pública e do cidadão na busca pela comprovação de direitos. Ainda que esforços pontuais tenham se verificado em determinados períodos da trajetória institucional do Arquivo Nacional, somente em 1980 se implementaria com continuidade um projeto a fim de superar esse perfil de arquivo histórico que caracterizava a instituição.

O projeto de modernização do Arquivo Nacional foi elaborado a partir de um amplo diagnóstico realizado sobre a situação da instituição, cujo objetivo era dotá-la de condições para executar as funções primordiais de apoio à administração pública, à pesquisa científica e ao desenvolvimento cultural do país e, por fim, ao cidadão, na busca pela comprovação de direitos e acesso ao conhecimento e à informação (Arquivo Nacional, [1989], v. 1, p. 4).

74

No caso da Índia, o projeto também teve alterado seu escopo, recenseando não somente fontes para história da África em seus arquivos e bibliotecas, mas integrando documentos relativos à diáspora hindu na bacia do oceano Índico.

O projeto iria conjugar uma série de ações, como a aquisição de novas instalações, a identificação dos documentos conservados em sua sede e o recenseamento dos não recolhidos, o aperfeiçoamento do corpo de funcionários, a elaboração de legislação federal, um novo regimento e estrutura para a instituição (Kecskeméti, 1988a, p. 6-7). Foi somente a partir de 1983, que foram empreendidas ações no sentido de implementar o Sistema Nacional de Arquivos (Sinar), com atuação voltada prioritariamente para a relação com os arquivos estaduais e municipais, por meio de assistência técnica, programas de treinamento para capacitação de servidores, seminários nacionais de arquivos estaduais e, a partir de 1987, seminários nacionais de arquivos municipais, além da realização do Guia Preliminar dos Arquivos Estaduais, no mesmo ano (Jardim, 2014, p. 152-153).

O arquivista Charles Kecskeméti, secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos, chama à atenção que os diferentes projetos empreendidos nesse processo foram concebidos a partir de uma dupla perspectiva, nacional e internacional, pois contaram com apoio externo e tiveram um alcance não somente institucional, mas nacional, latino-americano ou internacional. E ainda, as ações desenvolvidas no Arquivo Nacional, além de servirem a finalidades imediatas estabelecidas na pauta do projeto de modernização, voltavam-se também a objetivos mais gerais, como o estabelecimento “de métodos de trabalho e à elaboração de normas, bem como à publicação de artigos, estudos e manuais práticos” (1988, p. 8).

Kecskeméti considerou o Guia Brasileiro de Fontes para a História da África como resultado do efeito multiplicador dos projetos empreendidos pela instituição, ao lado da abertura do curso de arquivologia no Arquivo Nacional e da elaboração de um modelo latino-americano de arquivos, realizado em cooperação com o México e o Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH) (1988a, p. 8).

Esta perspectiva nos fornece elementos que permitem o enquadramento necessário a uma análise mais precisa da importância e amplitude do Guia de África. Tratou-se de um projeto de alcance nacional, que mobilizou uma ampla gama de instituições públicas e privadas, além de ter contado com o apoio de entidades nacionais e internacionais, como Unesco, CIA e Fundação Ford.

Se por um lado sua realização pode ser compreendida no contexto da modernização do Arquivo Nacional, por outro se valeu dos avanços obtidos por este projeto, já que tiveram fundamental importância para sua execução as relações com os arquivos estaduais (Jardim, 2014, p. 152-153). Mas a realização do Guia de África nos oferece ainda outras perspectivas, sendo uma delas o incremento da elaboração de guias a partir da década de 1980.

A tradição de elaboração de guias não era algo especialmente novo, a necessidade de maior conhecimento da realidade das instituições arquivísticas públicas e privadas, e de seus acervos, esteve em pauta, especialmente quando se discutia uma política nacional de arquivos. Nesse sentido, diferentes experiências foram empreendidas em projetos com perfis e objetivos distintos, como a Operação Arquivo (1972-1975), integrada ao Projeto Rondon, que pretendeu realizar um levantamento das condições e da localização de todos os arquivos públicos e privados em âmbito nacional.

No caso de recenseamento de acervos arquivísticos, o Arquivo Nacional constituiu o Grupo de Identificação de Fundos Externos – Gife (1981), no âmbito do programa de modernização da instituição, que recenseou 198 arquivos de órgãos da administração pública federal direta e autárquica; e o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil realizou o Guia de Fundos Documentais do Setor de Energia Elétrica (1987) (Conselho Nacional de Arquivos, 2020).

Podemos destacar ainda outros trabalhos, como o Guia Preliminar de Arquivos Estaduais e o Diagnóstico da Situação dos Arquivos do Governo Estado de São Paulo (1987), o Guia Preliminar de Fontes para a História de Brasília (1989), o Cadastro Nacional de Arquivos Federais (1990), o Guia de Fontes Arquivísticas para a História da Mineração no Brasil: 1889-1990 (1993), o Guia de Instituições e Arquivos Privados para a História da Ciência e da Técnica no Rio de Janeiro (1991), o Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros: acervos das capitais (1994), o Guia do Patrimônio Documental do Estado do Rio de Janeiro (1997), o Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil (2004) (Conselho Nacional de Arquivos, 2020; Indolfo, 2004).

No caso do Cadastro Nacional de Arquivos Federais, coordenado pelo Arquivo Nacional, sua realização esteve relacionada à identificação de documentos a serem recolhidos, pois se enfrentava o desafio do grande volume de massa documental acumulado nos órgãos e entidades da administração pública federal, situação que não seria distinta nos âmbitos estadual e municipal. Por outro lado, os guias temáticos prestam-se ainda a identificar e tornar conhecido do usuário o acervo disponível, bem como suas características mais gerais (cf. Tessitore, 2012), mas também acabam funcionando como *accountability*, na medida em que os cidadãos passam a saber o que existe e se esses acervos estão ou não tratados, permitindo uma situação de controle sobre o avanço do trabalho técnico das instituições.

No caso do Guia de África, seu escopo foi adaptado no Brasil, ganhando contornos singulares, ajustou-se a metodologia e se estabeleceram e consolidaram parcerias, assumindo uma dimensão até então única, que congregou não apenas acervos sob custódia de instituições arquivísticas, mas de perfis diversos, como prefeituras, câmaras municipais, igrejas, cemitérios, cartórios, hospitais, penitenciárias, além de pessoas físicas.

O GUIA DE ÁFRICA E SUA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL

No prefácio à publicação do Guia de África, a então diretora do Arquivo Nacional, Celina Vargas do Amaral Peixoto, relatava ter recebido, a pedido de Charles Kecskeméti, o chefe da Seção Africana da Divisão de Estudos e Difusão das Culturas, da Unesco, Maurice Glelé, cuja visita destinava-se a verificar a possibilidade de realização de um guia brasileiro de fontes de história da África no Brasil, integrado ao projeto coordenado pelo Conselho Internacional de Arquivos. Este convite, feito em 1984, não contou com o entusiasmo inicial da direção-geral por vários motivos. Conforme relato da diretora-geral, a instituição estava em processo de mudança para sua nova sede, a equipe recém-contratada teria dificuldades em desenvolver um projeto internacional de tal complexidade, além de os recursos da Unesco serem bastante escassos (Franco, 1988, p. XXIII).

O projeto inicial proposto ao Arquivo Nacional, seguindo as bases metodológicas definidas pela Unesco, se voltaria ao levantamento de fontes relativas à história da África e dos africanos no Brasil e à indicação de bibliografia sucinta sobre o tema. Além disso, deveria ser criada uma comissão composta por especialistas e presidida pelo ministro da pasta a que se subordinava o Arquivo Nacional, o Ministério da Justiça. Nesse momento, o recorte do projeto definiu que o levantamento de fontes abrangeria os séculos XVI-XIX e que a pesquisa se limitaria aos estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, onde a presença de escravizados teria sido mais marcante (Arquivo Nacional, 1989, v. 2, p. 450).⁷⁵ Ainda em 1985, o Arquivo Nacional apresentou ao CIA um plano de trabalho que previa o envio de relatório sobre os seguintes pontos: criação

75

Esta primeira equipe, criada no final de 1985, foi composta por Maria Amélia Porto Miguéis, Maria Odila Kahl Fonseca e Norma de Góis Monteiro (Arquivo Nacional, 1988, p. XXIII).

da comissão nacional do guia, elaboração da metodologia, levantamento preliminar das instituições passíveis de aderir ao projeto, e início da pesquisa no Arquivo Nacional e assinatura do contrato com a Unesco (Peixoto, 1985, Fundo T4).

A primeira comissão acabou por ser desfeita e o projeto seria retomado no ano seguinte, com a nomeação do coordenador Vitor Manoel Marques da Fonseca, em agosto de 1986, que contou ainda com a colaboração de Jaime Antunes da Silva e Silvia Ninita de Moura Estevão, todos integrantes da então Divisão de Documentação Escrita. A partir da indicação da coordenação, o projeto originalmente proposto pela Unesco seria reconfigurado, um processo de elaboração que considerou a construção de um instrumento de pesquisa que iria identificar documentos em instituições arquivísticas públicas e privadas, mas também em instituições de perfis diversos, como igrejas, cartórios, penitenciárias, hospitais e cemitérios. A realidade de se proceder a um recenseamento de fontes em instituições não tradicionalmente identificadas com a pesquisa histórica, não familiarizadas com princípios que orientam o processamento técnico dos fundos documentais, ou com a terminologia arquivística, em que a questão do acesso ainda se apresentava como um terreno bastante nebuloso significava a necessidade de constituir uma forte base metodológica.

Na adaptação da metodologia adotada no levantamento do Guia de África, um primeiro elemento foi a definição do escopo, o tema inicial 'africanos no Brasil' foi alterado para 'escravidão negra e negro na sociedade atual'. O argumento baseou-se no fato de as fontes mais comumente encontradas nem sempre registrarem se o escravizado, condição de entrada da maior parte dos africanos no país, teriam vindo da África ou nascido no Brasil, bem como permitiria que o trabalho se integrasse às comemorações do centenário da abolição. Além da temática, a abrangência do guia também foi revista. Dos cinco estados inicialmente previstos, optou-se por realizar o levantamento em todo o país (Arquivo Nacional, [1989], v. 1, p. 81).

A proposta de não restringir o guia às capitais conferiu ao trabalho o lugar de uma experiência absolutamente inédita e singular, no formato que assumiria. Ainda que o projeto tenha priorizado a pesquisa exaustiva dos acervos arquivísticos nas capitais, o levantamento desde o início pretendeu atingir o interior de cada estado, tomando como referencial os municípios existentes em 1888. Além disso, foi uma definição metodológica igualmente importante o fato de o recenseamento voltar-se para instituições públicas e privadas, bem como pessoas físicas detentoras de acervos sobre a temática. E ainda, tomou-se como critério de inclusão no guia o acervo estar disponível à pesquisa, ainda que sob regras e condições impostas por seus detentores, como restrição de horário e/ou dias da semana.

Obviamente, num país de dimensões continentais como o Brasil, tais balizas metodológicas foram sendo ajustadas ao longo do trabalho, de acordo com uma série de variáveis, como o maior ou menor apoio dos governos estaduais ou dificuldades de deslocamento para o interior. Nestes casos, o recorte espacial deveria estar adequado à critérios como a representatividade econômica e, por consequência, da proporção de mão de obra escravizada nestas regiões (Estevão; Fonseca; Silva, 1988, p. 4-5). Por fim, foi definido ainda pela coordenação do guia que o trabalho seria executado num prazo curto e com cronograma fixo, em virtude do problema crônico de falta de recursos humanos nas instituições, sendo a pesquisa realizada de agosto de 1987 a fevereiro de 1988 (Estevão; Fonseca; Silva, 1988, p. 6).

Além disso, foram estabelecidas três frentes de trabalho do projeto no Brasil. A primeira, arquivística, coordenada pelo Arquivo Nacional, respondia pelo levantamento de fontes documentais em arquivos públicos federais, estaduais e municipais, arquivos privados, centros de documentação e/ou de pesquisa, bibliotecas, museus, institutos históricos e casas de cultura, câmaras municipais, prefeituras, cúrias, congregações, ordens, irmandades, cartórios, cemitérios, orfanatos, asilos, hospitais, penitenciárias, empresas

antigas, entre outros. A segunda frente ficou a cargo da Biblioteca Nacional, convidada pelo Arquivo Nacional para integrar o projeto. As recomendações metodológicas da Unesco referentes ao levantamento bibliográfico foram redimensionadas, em virtude da avaliação feita pela equipe da ausência de "levantamentos mais exaustivos e sistemáticos, particularmente no que tange a obras de circulação restrita, como teses, monografias, artigos etc.," constituindo-se o guia numa chance de superar tal realidade (Arquivo Nacional, [1989], v. 1, p. 81). Por fim, a terceira frente de trabalho foi constituída a partir da discussão em torno da dificuldade em precisar e identificar o que seriam fontes arquivísticas para o estudo do negro na sociedade, o que daria um contorno ainda mais singular ao projeto no Brasil. A impossibilidade de conduzir esta pesquisa no âmbito do extenso trabalho de levantamento de fontes acabou por levar à integração de um outro parceiro ao projeto de realização do Guia de África, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, que assumiu o cadastro de pesquisadores e instituições voltadas para o estudo do negro na sociedade contemporânea (Arquivo Nacional, [1989], v. 2, p. 451).

A dimensão do trabalho e a quantidade de dados a serem coletados já implicavam a necessidade de automação no processamento, o que orientou a elaboração do questionário. O uso do computador não era algo inédito no Arquivo Nacional, desde 1984 o projeto Memória da Administração Pública Brasileira (Mapa) já se valia da automação na sistematização de suas pesquisas voltadas para história administrativa, resultado de um convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além da informatização, o questionário procurou adequar-se aos temas história da África e escravidão negra, bem como ao nível de informação que possuíam as instituições arquivísticas e demais participantes do projeto, o que significava "a predominância de acervos desorganizados, seu grau de dispersão, condições inadequadas de guarda e conservação; e variedade de métodos e técnicas de tratamento" (Estevão *et al.*, 1988, p. XXVI).

A concepção metodológica procurou contemplar, nos dados referentes aos acervos, a diversidade na utilização de termos e conceitos da arquivologia. Estes termos, que constavam do instrumento de coleta de dados, serviram de referenciais, mas o projeto preocupou-se igualmente em “respeitar a visão conceitual dominante nas diferentes regiões, de tal forma que o resultado, embora pouco homogêneo, não distorcesse muito a realidade, evitando criar dificuldades para o acesso do pesquisador, e constituísse matéria-prima para posteriores estudos técnicos com fins de normalização” (Estevão; Fonseca; Silva, 1988, p. 12).

É preciso destacar que o esforço de padronização da descrição arquivística neste questionário foi, sem dúvida, um dos aspectos mais relevantes da realização do Guia de África, que, associado às orientações técnicas e aos esforços de capacitação empreendidos pelo Arquivo Nacional por meio do Sinar, acabaram por constituir um de seus legados. Tratava-se de recensear acervos em sua maioria não organizados, em meio a uma diversidade terminológica característica do período anterior aos esforços de elaboração de normas de descrição de documentos arquivísticos pelo CIA, ocorridos ao final da década de 1980. Conforme Fonseca, a experiência do Guia de África, que seria observada igualmente em outros guias realizados ao longo dos anos 1990, “obrigam ao estabelecimento de uma estrutura de coleta de dados comum por diferentes equipes”, o que significou maior “aproximação terminológica, conceitual e metodológica no âmbito da comunidade arquivística” (1999, p. 3). Assim, projetos de recenseamento como o Guia de África permitiram um conhecimento singular sobre a realidade arquivística brasileira, o que se somou às

iniciativas de tradução de normas internacionais e de adaptação desta terminologia à realidade brasileira.⁷⁶

Assim, o questionário foi elaborado para recolher informações gerais, conforme o perfil de um guia de fontes, estruturando-se em dois blocos. O primeiro era destinado ao cadastro do informante ou detentor do acervo, com dados como natureza jurídica, subordinação administrativa, endereço, responsável, horário e condições de atendimento ao público e fornecimento de cópias. E o segundo coletava dados do acervo, como nome do fundo ou coleção, natureza jurídica, histórico, datas-limites, dimensões, estágio de tratamento, organização, tema, conteúdo, instrumento de pesquisa, edição de microfilme e restrição de acesso. É importante lembrar que, como um guia, as informações disponibilizadas são bastante gerais, e longe de pretender esgotar o tema, seu objetivo era evidenciar as fontes disponíveis sobre história da África e escravidão negra, conduzindo o pesquisador para acervos por vezes pouco explorados, rompendo “um círculo vicioso de fontes e instituições constantemente utilizadas em pesquisas” (Estevão *et al.*, 1988, p. XXIX).

O DESAFIO DE FAZER O GUIA DE ÁFRICA

Conforme a metodologia utilizada pela Unesco, foi constituída pela portaria ministerial n. 561, de 12 de novembro de 1986, a Comissão Nacional do Guia Brasileiro de Fontes para a História da África,

76 Dentre as iniciativas brasileiras em terminologia arquivística, destacamos: o *Glossário de terminologia arquivística* realizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB (1972), que se transformou na NBR 9578: Arquivo – Terminologia, em 1986; *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira* (1989); *Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para elaboração do dicionário de terminologia arquivística* (1989); *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa* (1990), e *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (2005) (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual, composta pelo ministro de Estado da Justiça, Paulo Brossard, presidente, Celina do Amaral Peixoto, vice-presidente, Vítor Manoel Marques da Fonseca, secretário-executivo, Carlos Alfredo Hasenbalg, Carlos Moura, Francisco Iglésias, Gilberto Freyre, Jaime Antunes da Silva, José Sebastião Witter, Josué Montello, Luiz Felipe de Alencastro, Luiz Henrique Dias Tavares, Maria Yeda Linhares e Robert Slenes, sendo suplentes Francisco Carlos Teixeira da Silva e Edson Nery da Fonseca (Arquivo Nacional, [1989], v. 1, p. 83).⁷⁷

A construção política do trabalho se deu em várias frentes, o que foi absolutamente necessário pela dimensão da tarefa a ser realizada com baixíssimos recursos financeiros, em parte cobertos pela Unesco e o maior montante, pela Fundação Ford. De resto, a realização se deu pelas parcerias que foram constituídas ao longo dos trabalhos com diferentes órgãos públicos, governos estaduais e empresas, que cobriam gastos diversos, direta ou indiretamente, desde a impressão de formulários à publicação do guia.⁷⁸ A exitosa campanha publicitária garantiu uma grande identificação do levantamento do acervo arquivístico com a celebração do centenário da abolição, em que todos eram convidados a participar indicando acervos sobre a temática. Houve intensa publicidade em torno do projeto, com nomes como Gilberto Gil, Martinho da Vila, o fotógrafo Januário Garcia e Djavan. Além da televisão, o guia foi divulgado em

77 Ao longo dos trabalhos, a comissão sofreria alteração. Em 20 de novembro de 1987, pela portaria n. 853, o historiador Luiz Henrique Dias Tavares pediu seu desligamento, sendo substituído por Kátia M. de Queiroz Mattoso, e Gilberto Freyre, por Edson Nery da Fonseca. Foram incluídos os nomes de Gilberto Passos Gil Moreira e Martinho José Ferreira, mais conhecido por Martinho da Vila.

78 Participaram do projeto, com apoio sob a forma de recursos diretos e indiretos, além da Unesco e da Fundação Ford, Ministério da Justiça, Imprensa Nacional, Caixa Econômica Federal (CEF), IBGE, Varig, Fundação Mudes, Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB), White Martins, TV Educativa do Rio de Janeiro, Jornal Última Hora, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Indústria Klabin de Papel e Celulose S. A.

cartazes, folders, prospectos, além de uma caixa postal conquistada do Ministério das Comunicações (Wanderley, 1988, p. 113).⁷⁹

Ainda que não se pretenda fazer uma análise verticalizada sobre a relação entre memória e identidade na comemoração pelo centenário da abolição, é importante ressaltar o contexto em que o Guia de África foi realizado. O centenário da abolição ocorreu na chamada transição democrática, momento em que se finalizavam os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e se organizavam novos arranjos sociais para fazer frente a outros objetos e atores sociais, conformados na luta contra a ditadura civil-militar. Assim, a efeméride esteve no centro de intensos debates públicos, colocando em pauta os processos de discriminação e violência historicamente sofridos, bem como a disputa e redefinição de lugares de memória da nação (Heymann; Arruti, 2012).

Sem dúvida, a celebração do centenário da abolição foi um mote fundamental para a divulgação do protejo do Guia de África. Ainda que o trabalho tivesse se associado às comemorações oficiais e pudesse ter se revestido das críticas de setores organizados da sociedade, especialmente identificados com a luta antirracista, o Guia de África conseguiu estabelecer um forte vínculo social. O trabalho desde o início ganhou o apoio de importantes lideranças, como Januário Garcia, que além de fotógrafo renomado foi presidente do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), Gilberto Gil, então presidente da Fundação Gregório de Matos, e Martinho da Vila, responsável do projeto Kizomba. Ao fazer o comercial para divulgação do guia, Januário Gracia faz referências às críticas que sofrera

79 Os recursos destinados pela Unesco para realização do guia foram complementados pela Fundação Ford, que financiou todo o levantamento de dados e o seu processamento eletrônico. A White Martins, com base na lei n. 7505, de 1986, a chamada Lei Sarney, patrocinou a elaboração de toda a campanha de divulgação e viabilizou a mídia impressa, além do número especial da revista *Arquivo & Administração*, da AAB (SILVA, 1988, p. 3; ARQUIVO NACIONAL, [1989], p. 86-87). Destaca-se ainda o papel inovador, num projeto com o perfil do Guia de África, de Regina Maria Marins Wanderley, que atuou bastante na obtenção de apoios por empresas, públicas e privadas, e de artistas e pessoas públicas.

por associar sua imagem a um projeto do governo (1988, p. 118), mas o trabalho rapidamente se distinguiu, por constituir-se como importante instrumento que permitiria ampliar a pesquisa sobre a escravidão negra, por acervos então desconhecidos.

No III Seminário Nacional de Arquivos Estaduais, realizado de 1º a 3 outubro de 1986, em Recife, em reunião com os diretores dos arquivos estaduais, houve um ato de instalação do projeto do Guia de África pela diretora-geral do Arquivo Nacional, representando o ministro Paulo Brossard, presidente da comissão nacional. Além da instalação, por dois dias foram discutidos, com monitores já designados de 18 arquivos de 14 estados, além do Distrito Federal, os arquivos estaduais e municipais, além de a metodologia e estratégia para realização do trabalho. Os monitores em cada estado foram definidos pelos arquivos estaduais, cabendo-lhes coordenar o trabalho de levantamento em sua instituição e em seu estado, dirimir dúvidas no preenchimento dos questionários, além de estimular a parceria de outras instituições (Arquivo Nacional, [1989], v. 1, p. 84). Em julho de 1987, foi realizado um encontro técnico de monitores na cidade do Rio de Janeiro e, em outubro desse ano, membros da coordenação nacional percorreram todas as capitais discutindo com as equipes os trabalhos nos estados, o que seria complementado ao longo do projeto por intensa troca de correspondência e frequentes conversas telefônicas (Estevão; Fonseca; Silva, 1988, p. 6).

O levantamento foi precedido por um árduo trabalho de pesquisa de possíveis detentores de acervos, pessoas físicas e jurídicas, para elaboração de um cadastro; contato com instituições públicas e privadas para convite a integrarem o projeto, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Coordenadoria de Acervos Museológicos da Fundação Pró-Memória, que colaboraram com o envio de correspondência e a mobilização de suas respectivas redes em todo território nacional (Arquivo Nacional, [1989], v. 1, p. 83). Além disso, obteve-se autorização da Santa Casa da Misericórdia para realização de pesquisa em suas dependências, incluindo

cemitérios públicos sob sua gestão; das corregedorias gerais de justiça de vários estados, que credenciaram as equipes do projeto, facilitando o acesso ao acervo sob a guarda dos cartórios de diversas entrâncias. Além destas, o projeto contou com a adesão, de diferentes formas, da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), o que facilitou o acesso aos acervos de dioceses, ordens, congregações e irmandades religiosas, bem como da Associação Nacional de Professores Universitários de História (Anpuh). Importante destacar também a participação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), que participou ativamente da execução do Guia de África, realizando a gestão administrativa do projeto.

Na cidade do Rio de Janeiro, o levantamento foi dividido entre o Arquivo Nacional e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, cabendo ao primeiro a cidade e ao segundo o interior do estado. Nos estados, a monitoria do projeto ficou a cargo dos arquivos estaduais, o que poderia ser compartilhado com outras instituições, dependendo da realidade local. Cabia a cada estado delimitar o universo a ser pesquisado, obedecendo a dinâmicas específicas, o que envolvia compreender a importância da escravidão em seu contexto local, os municípios e as instituições existentes até 1888, bem como suas trajetórias históricas, porque mesmo aqueles criados após esta data poderiam acumular documentação relativa aos temas. Este trabalho orientava as visitas às capitais e aos municípios do interior com maior probabilidade de possuírem acervo.

Após a identificação e contato com o informante, o trabalho de levantamento obedeceu a uma metodologia orientada pela coleta informações previstas no questionário, o que compreendia os dados cadastrais do informante, a identificação do acervo e sua organização, dimensões e instrumentos de pesquisa existentes, a descrição do conteúdo relativo aos temas do projeto, levantamento do histórico e das demais observações. Dada as dimensões do Guia de África, o tempo de execução do projeto e o volume dos acervos,

o levantamento de dados na maior parte das vezes era feito por amostragem. O processamento dos resultados, a revisão e a edição da publicação ficaram a cargo da coordenação do Arquivo Nacional.

Ao final dos trabalhos, foram visitados 507 municípios, em vinte dois estados da federação, recenseados 1.267 informantes e identificados 1.814 conjuntos documentais relativos aos temas África e/ou escravidão negra. A pesquisa foi compartilhada com uma série de instituições: a Coordenadoria de Acervos Museológicos da Fundação Pró-Memória, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os arquivos estaduais de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, o Arquivo do Distrito Federal, que assumiu o Estado de Goiás, o Arquivo Municipal de Uberaba, o Arquivo Municipal de Salvador e as universidades federais de Juiz de Fora e Ouro Preto, cada uma delas procedendo ao levantamento em suas respectivas áreas de influência e possibilidades (Estevão; Fonseca; Silva, 1988, p. 6). Coube à Coordenadoria de Acervos Museológicos da Fundação Pró-Memória fazer o levantamento de fontes existentes nos museus a ela ligados em diferentes estados e municípios (Carvalho, 1988, p. 20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual completa 35 anos, nada mais apropriado que celebramos sua realização e refletirmos sobre o legado que este trabalho cooperativo, realizado no país numa conjuntura tão particular de avanços em relação aos direitos e de garantias asseguradas pelo restabelecimento da ordem democrática, trouxe para a área arquivística. A realização de um projeto de tal

dimensão se valeu de um contexto particular, que permitiu a adesão de inúmeras instituições, não apenas arquivísticas, tendo esta cooperação sido um de seus aspectos mais potentes.

A diretora-geral do Arquivo Nacional, Celina Amaral Peixoto, sublinha o caráter sistêmico do trabalho pelo fato de “uma única instituição ter conseguido armazenar informações sobre acervos depositados em diferentes órgãos públicos e privados do país” (1988, p. XV). Kecskeméti, no prefácio a esta publicação, ressalta a importância do guia, uma experiência “provavelmente, única na história mundial dos arquivos”. Para o arquivista francês, este trabalho marcava o nascimento de uma arquivística brasileira moderna, que integrou os princípios clássicos da disciplina e da informática (Kecskeméti, 1988b, p. XXII).

Pela primeira vez se realizava um trabalho de âmbito nacional sobre um recorte específico, reunindo e divulgando acervos arquivísticos ainda pouco explorados pela pesquisa histórica, instrumentalizando a ampliação de estudos da área sobre África e escravidão negra. Além disso, a campanha publicitária em torno da realização do Guia de África atingiu um público mais amplo do que os arquivos públicos jamais haviam alcançado. O slogan *Nossa história em suas mãos* fez sentido para muitas pessoas, o que pode ser avaliado pelas cartas recebidas de populares desejando conhecer e participar de alguma forma de sua execução.

A força da temática escravidão negra, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e as comemorações em torno do centenário da abolição da escravatura nos ajudam a compreender o contexto das cartas recebidas pela coordenação do Guia de África. Em algumas delas, vindas de diversas partes do país, os remetentes parabenizam o Arquivo Nacional pela realização do guia e pedem informações sobre a cultura negra, perguntam quem foi Nelson Mandela e o motivo de sua prisão, porque a África é negra e governada por homens brancos, ou enviam pequenos estudos sobre a questão

negra no país como forma de contribuição – numa delas os coordenadores são chamados de ‘cultivadores da cultura negra.’

O desconhecimento da cultura negra, o lugar do negro na ‘memória nacional’, o desejo de conhecer suas origens e de suas famílias, e o racismo aparecem também em algumas dessas cartas, bem como a solicitação de receber o Guia de África. Este projeto propiciou uma experiência única, que se relaciona às discussões contemporâneas sobre os objetivos e o papel das instituições arquivísticas, em que podem ser elencados temas como identidade e inclusão (Macneil, 2017).

O Guia de África permitiu que os arquivos fossem reconhecidos como lugar de exercício da cidadania e da obtenção de direitos, visibilidade jamais alcançada pelas instituições do país. Vale destacar o intenso trabalho de distribuição do Guia de África, todos os informantes receberam exemplares, bem como instituições culturais (bibliotecas, centros de pesquisa e documentação etc.), universidades. A edição pela Imprensa Nacional em alto número permitiu essa distribuição.

O Guia forneceu um retrato não somente sobre os acervos relacionados à temática, mas também sobre a situação arquivística nacional. Verificou-se a ausência de acervos do Executivo e Legislativo estaduais e municipais, o que nos dá uma ideia do que se perdeu, o mesmo em relação às instituições existentes no século XIX e suas sucessoras, como “companhias de navegação nacionais e estrangeiras, fábricas, estabelecimentos comerciais, sociedades abolicionistas etc.” (Estevão, *et al.*, 1988, p. XXIII).

A situação catastrófica, conforme avaliação de Kecskeméti, do que se identificou no Arquivo Nacional por ocasião do diagnóstico elaborado para execução do projeto de modernização em 1981 – os documentos produzidos pela administração pública federal “permaneciam sem controle arquivístico, acarretando o desaparecimento,

sem vestígios, de fundos inteiros e acumulações maciças em depósitos improvisados, onde documentos de valor, ao lado de peças inúteis, deterioravam-se progressivamente” (1988a, p. 6) – reproduzia-se nos estados e municípios.

Os coordenadores, na introdução ao Guia de África, chamam à atenção ainda que, apesar da campanha de divulgação, não se conseguiu recensear um número expressivo de acervos particulares, predominando no levantamento os cartoriais e paroquiais. Desta forma, neste amplo diagnóstico que o recenseamento do guia permitiu realizar, pode-se perceber “claramente a não existência de uniformidade terminológica entre os técnicos, a falta de uma política de acesso, conservação e organização dos acervos” (Estevão; Fonseca; Silva, 1988, p. 13).

Mas acreditamos que o caráter sistêmico, um de seus traços mais relevantes, esteve mais na execução do trabalho que em seus resultados, ainda que seja indiscutível que o guia permitiu a identificação e o acesso público a documentos sobre a temática África e escravidão negra, especialmente os acervos privados de interesse público e social, com pouca ou nenhuma visibilidade até então. O guia se valeu e acentuou os esforços que vinham sendo empreendidos pelo Arquivo Nacional para implantação do Sinar, como assistência técnica aos arquivos estaduais e municipais, programas de treinamento e capacitação, bem como a promoção de eventos nacionais (Jardim, 2014, p. 152-153).

Foi a promoção do relacionamento entre arquivos públicos estaduais e municipais e arquivos privados para a execução do levantamento a marca distintiva deste trabalho. O esforço de capacitação das equipes estaduais, as discussões promovidas entre a coordenação do guia e as instituições envolvidas em torno de técnicas e questões conceituais, o debate com pesquisadores especialistas em África e escravidão negra, com outras instituições e com representantes de diversos segmentos da sociedade civil, estreitou laços e parcerias para além deste.

Por outro lado, a realização do guia também teve repercussão nas instituições que participaram do projeto, com a ampliação do debate técnico, bem como a constituição de um modelo metodológico e de ação para execução de trabalhos similares. Podendo-se observar neste aspecto, por exemplo, a constituição de sistemas estaduais de arquivo e a trajetória profissional dos monitores estaduais, muitos se tornaram diretores de suas instituições. Na verdade, o legado do Guia de África para os arquivos estaduais e municipais está ainda por ser melhor analisado.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório de gestão 1985-1989**, v. 1. Disponível em: <https://bit.ly/3CVuxt3>. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [1989]. Acesso em: 5 maio 2023.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório de gestão 1985-1989**, v. 2. Disponível em: <https://shre.ink/11TI>. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [1989]. Acesso em: 3 ago. 2022.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CARVALHO, Á. M. de F. Coordenação de acervos museológicos Fundação Nacional Pró-Memória. O guia brasileiro e as fontes arquivísticas. **Arquivo & Administração**, p. 19-27, jul. 1988. Edição especial.

COMISSÃO NACIONAL DO GUIA BRASILEIRO DE FONTES PARA A HISTÓRIA DA ÁFRICA. Fundo BR_RJANRIO_T4.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Relatório técnico sobre censo de arquivos públicos instituídos no Brasil**. Disponível em: <https://bit.ly/3NAvUCS>. Acesso em: 3 maio 2023.

COSTA, C. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n.26, p. 217-232, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3NIgbBE>. Acesso em: 3 maio 2023.

DUCHEIN, M. Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**. Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 91-98, jul./dez. 1988. Disponível em: <https://bit.ly/42mMDh5>. Acesso em: 3 maio 2023.

ESTEVIÃO, S. N. de M.; FONSECA, V. M. M. da; SILVA, J. A. da. O guia brasileiro e as fontes arquivísticas. **Arquivo & Administração**, p. 4-13, jul. 1988. Edição especial.

ESTEVIÃO, S. *et al.* Introdução. *In*: ARQUIVO NACIONAL. **Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual**: fontes arquivísticas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988, v. 1, p. XXV-XXX.

FONSECA, V. M. M. da. A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil. *In*: ARQUIVO NACIONAL. **Cadernos de Textos**. Mesa Redonda Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <https://shre.ink/1lwR>. Acesso em: 3 maio 2023.

FRANCO, C. do A. P. M. Prefácio da diretora-geral do Arquivo Nacional. *In*: ARQUIVO NACIONAL. **Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual**: fontes arquivísticas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988, v. 1, p. XIII-XV.

HEYMANN, L. Q.; ARRUTI, J. M. Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. *In*: GONÇALVES, M. de A.; ROCHA, H.; REZNIK, L.; MONTEIRO, A. M. M. (org.). **Qual o valor da História hoje?** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, v. 1, p. 96-119.

INDOLFO, A. C. Censo dos arquivos públicos brasileiros públicos e privados e a aplicação da ISAD(G). *In*: I Congresso Nacional de Arquivologia, 2004, Brasília, DF. **Anais do Congresso**. Brasília, DF: ABARQ, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/41nU6vk>. Acesso em: 3 maio 2022.

JARDIM, J. M. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980. *In*: MARQUES, A. A. C.; RODRIGUES, G. M.; SANTOS, P. R. E. (ed.). **História da arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Faperj, 2014. p. 143-172.

KECSKEMÉTI, C. Le Guide des Sources de l'Histoire d'Amérique Latine. **The American Archivist**, v. 28, n. 1, p. 47-51, jan. 1965.

KECSKEMÉTI, C. A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 5-10, jul./dez. 1988a. Disponível em: <https://bit.ly/3BAJYV0>. Acesso em: 3mai. 2022.

KECSKEMÉTI, C. Prefácio do secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos. *In*: ARQUIVO NACIONAL. **Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual**: fontes arquivísticas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988b, v. 1, p. XXI-XXIII.

MACNEIL, H. Correntes em transformação. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 7-18.

ORIÁ, R. História pública, comemorações e ensino de história: o centenário da República no Brasil (1989-1992). **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 182-202, 2019. Disponível: <https://bit.ly/3LxT0pw>. Acesso em: 4 maio 2023.

SILVA, J. A. Editorial. O guia brasileiro e as fontes arquivísticas. **Arquivo & Administração**, p. 3, jul. 1988. Edição especial.

TESSITORE, V. **Guias de arquivo**: conceitos e elaboração. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

VILA, M. Gol de placa. O guia brasileiro e as fontes arquivísticas. **Arquivo & Administração**, p. 119-121, jul. 1988. Edição especial.

WANDERLEY, R. A divulgação do projeto. O guia brasileiro e as fontes arquivísticas. **Arquivo & Administração**, p. 113-115, jul. 1988. Edição especial.

23

Angélica Ricci Camargo
Arquivo Nacional

**A TRAJETÓRIA
DO PROGRAMA MEMÓRIA
DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA BRASILEIRA (MAPA)
DO ARQUIVO NACIONAL
(1981-2023)**

Este texto apresenta uma breve trajetória institucional do programa Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA) de 1981 até os dias atuais. Em um primeiro momento, procurou-se retratar o contexto de criação desse grupo de pesquisa durante o projeto de modernização do Arquivo Nacional, para depois acompanhar os trabalhos realizados nas diferentes áreas em que atuou. Para tanto, foram utilizadas como fontes os relatórios da direção-geral⁸⁰ e setoriais, atos normativos relativos ao Arquivo Nacional, especialmente os regimentos internos, e textos escritos por pesquisadores que integraram o MAPA em suas distintas etapas, apoiando-se na bibliografia existente a respeito da história recente das políticas arquivísticas e do próprio Arquivo Nacional.

A CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE PESQUISA DE HISTÓRIA ADMINISTRATIVA NO ARQUIVO NACIONAL

O MAPA foi criado em julho de 1981, no âmbito do projeto de modernização do Arquivo Nacional, como um grupo de pesquisa voltado para o levantamento e processamento de informações sobre a estrutura administrativa, a fim de atender as áreas técnicas no processo de organização dos conjuntos documentais sob a guarda da instituição.

O projeto de modernização do Arquivo Nacional, realizado por meio de um convênio entre o Ministério da Justiça e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), tinha por finalidade promover uma alteração

80 Parte desses relatórios encontra-se digitalizada na página no Arquivo Nacional, no seguinte endereço: <https://shre.ink/HDwx>, e o restante foi pesquisado no arquivo Intermediário. Embora tenhamos feito a leitura de todo material elaborado entre 1981 e 2022, nas referências só constam aqueles citados no corpo do texto.

de seu perfil institucional, ao recuperar suas funções primordiais de órgão de apoio à administração pública, à pesquisa científica, ao desenvolvimento cultural do país e ao cidadão, na busca pela comprovação de direitos e acesso ao conhecimento e à informação (Cabral, 2022, p. 66; Arquivo Nacional, 1984, p. 4). Realizado durante a gestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto (1980-1990), no contexto da redemocratização do país, tal projeto reforçou o papel de liderança do Arquivo Nacional entre os arquivos públicos e a comunidade arquivística (Jardim, 2014, p. 143-144).

Em diagnóstico feito em 1980, por ocasião de uma visita ao Arquivo Nacional, o secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), Charles Kecskeméti, indicou alguns pontos que deveriam ser priorizados nesse processo, que incluíam a necessidade de instalações físicas adequadas, de aperfeiçoamento do corpo técnico e de identificação dos documentos armazenados em seus depósitos, pois estimava-se que cerca de metade dos fundos existentes na instituição não era conhecida. Com o enfrentamento dessas questões seria possível avançar em outras frentes, como a elaboração de uma legislação federal, a organização do pré-arquivo em Brasília e a busca pela regulamentação profissional (Kecskeméti, 1988, p. 6-7).

Para a concretização dessas ações, a direção do Arquivo Nacional constituiu grupos de trabalho e de apoio, como o grupo de pesquisa, que se vinculou, informalmente, à Divisão de Publicações estabelecida pela portaria n. 600-B, de 15 de outubro de 1975, ainda na gestão de Raul do Rego Lima (1969-1980).⁸¹ Este grupo se voltou para o estudo da história administrativa, um domínio pouco explorado pelos pesquisadores⁸², mas que se tornou um pré-requisito para

81 Cabe assinalar que havia na estrutura formal do Arquivo Nacional aprovada em 1975, a Divisão de Pesquisas e Atividades Técnicas, à qual estava subordinada a Seção de Estudos e Pesquisas, com as atribuições de realizar investigações científicas e culturais, opinar sobre a aquisição de documentos e programar o roteiro anual de publicações. Para mais informações, ver Cabral, 2022, p. 69.

82 Para uma discussão sobre os estudos referentes à história administrativa no Brasil, ver Cabral, Camargo, 2010.

a execução das tarefas que envolviam o tratamento da documentação, permitindo entender a organicidade e reconhecer a procedência dos conjuntos documentais existentes no Arquivo Nacional (Arquivo Nacional, 1984, p. 19).⁸³ O estabelecimento deste grupo evidenciava, portanto, a importância da pesquisa histórica relacionada à aplicação dos princípios arquivísticos, notadamente, o 'princípio da proveniência' ou respeito aos fundos, nas instituições arquivísticas.

Em sua fase de organização, o grupo procurou compreender as especificidades da documentação existente em cada seção e avaliar suas necessidades, definindo como demanda mais imediata a reconstituição da estrutura administrativa do período colonial. Nesse primeiro momento, além das discussões com os técnicos do Arquivo Nacional, foram buscadas consultorias externas, como foi o caso da historiadora Eulália Lahmeyer Lobo, e realizadas reuniões com pesquisadores da Fundação Casa de Rui Barbosa para debater a metodologia utilizada no projeto dedicado à elaboração de um guia administrativo da Primeira República. O trabalho da Casa de Rui Barbosa, publicado apenas em 1985, visava contribuir para uma história da administração pública, servindo como obra de referência para a área de documentação (Barbosa, 1985, p. 13; Arquivo Nacional, 1981).⁸⁴

A partir dessas discussões, o grupo construiu uma metodologia específica de pesquisa, que, utilizando como base a legislação, possibilitava recuperar as principais características das estruturas administrativas e, com isso, subsidiar as tarefas de

83 Sobre a importância da história administrativa para o tratamento da documentação produzida por organismos públicos, ver Tessitore, 1996 e Cabral, 2010.

84 FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **O Governo Presidencial do Brasil, 1889-1930:** Guia Administrativo da Primeira República – Poder Executivo. Brasília: Senado Federal; Pró-Memória; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985. Além deste trabalho, vale mencionar a existência de um outro programa de pesquisa contemporâneo voltado para a história administrativa, intitulado "Gênese e estrutura da administração pública paulista: evolução institucional", realizado a partir de 1978 pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap/SP), conforme menciona Roncaglio, 2012.

identificação, arranjo e descrição dos fundos do Arquivo Nacional (Cabral, 2022, p. 74).⁸⁵

Dessas pesquisas, produziram-se organogramas da administração pública brasileira dos períodos colonial, monárquico e republicano, cronologias e textos de apoio sobre os ministérios. Tais materiais também contribuiriam para as atividades de identificação dos fundos existentes fora do Arquivo Nacional, que exigiam o conhecimento da estrutura administrativa para se planejar seu recolhimento (Cabral, 2022, p. 71). Nessa direção, foram realizadas reuniões com os coordenadores dos trabalhos de desenvolvimento da área de pré-arquivo, com o fim de ajustar uma linha conjunta de atuação (Arquivo Nacional, 1983).⁸⁶

A iniciativa pioneira do Arquivo Nacional serviu de estímulo para a criação de linhas de pesquisa semelhantes em outras instituições arquivísticas, reforçando a relevância da história administrativa para o tratamento da documentação produzida pelos organismos públicos. O estabelecimento dessas linhas foi até mesmo objeto de recomendação, em caráter de urgência, do Seminário Nacional de Arquivos Estaduais, ocorrido em 1984 (Fórum Nacional..., 1987).⁸⁷ Nesse sentido, o grupo atuou como agente multiplicador, disseminando a metodologia utilizada em alguns arquivos, como nos dos estados

85 Sobre a metodologia construída, ver Salgado, 1986.

86 Sobre a criação e a trajetória da Divisão de Pré-Arquivo do Arquivo Nacional, ver Jardim, 1988.

87 Recomendação semelhante foi objeto de moção do Simpósio de História dos Arquivos e da Arquivologia, realizado entre 25 e 26 de maio de 2023, juntamente com a manutenção do MAPA no Arquivo Nacional.

do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, além de fazer apresentações em eventos nacionais e internacionais (Arquivo Nacional, 1991).⁸⁸

Os resultados dos trabalhos ultrapassaram os objetivos iniciais, que também passaram a compreender a elaboração de estudos e sua divulgação para o grande público, dando origem ao livro *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*, publicado em 1985.⁸⁹

Outro projeto desenvolvido pelo grupo, proposto ainda em 1981, foi a estruturação de uma base de dados sobre a administração pública brasileira, que se constituiu como uma experiência inovadora na utilização do computador como suporte para a pesquisa.⁹⁰ A preparação desse novo instrumento de divulgação implicou a adaptação da metodologia original, considerando as novas demandas da organização do acervo.

Em 4 de maio de 1984, foi assinado o convênio entre o Arquivo Nacional, a Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa (Semor), da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan/PR), e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

88 Além disso, as atividades do grupo inspiraram, direta ou indiretamente, a realização de projetos como "A província de São Paulo: organização administrativa e produção documental (1822-1889)", desenvolvido pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo entre 1986 e 1989 (Tessitore, 1996, p. 39), e outros que deram origem a publicações, como os dois volumes da História administrativa do Paraná (2000 e 2002), do Arquivo Público do Paraná; Fontes para a história administrativa do Rio Grande do Sul: a trajetória das secretarias de estado (1890-2005) (2006), do Departamento de Arquivo Público do Rio Grande do Sul; A província fluminense: administração provincial no tempo do império do Brasil (2012), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Histórico da estrutura e competência da Justiça Federal (2014), da Seção Judiciária do Rio de Janeiro; Administração pública municipal: a estrutura e os titulares da Comissão de Intendência à Prefeitura do Rio (1889-2012) (2014), do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; e o Projeto Memória Administrativa da Fiocruz (2022).

89 De acordo com os relatórios, a proposta de uma publicação surgiu ainda em 1981 e os originais foram entregues à editora Nova Fronteira em 1983.

90 Para um panorama sobre as experiências abertas pela informática para a pesquisa histórica, ver Figueiredo, 1997. Curiosamente, neste texto o autor não elenca a experiência do projeto MAPA, precursora no uso do computador para constituição de um banco de dados de fontes legislativas sobre a administração pública.

para a implantação dessa base de dados, que seria denominada Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA), sigla pela qual ficaria conhecido o grupo de pesquisa dedicado à sua manutenção, no Arquivo Nacional.⁹¹

A base de dados MAPA foi concebida de forma a oferecer o registro padronizado da estrutura do governo central e do Poder Executivo federal, permitindo acompanhar as alterações sofridas por cargos, órgãos e entidades durante sua existência, e possibilitando, ainda, a recuperação da trajetória das funções públicas ao longo do tempo. De acordo com os relatórios, a preocupação central que permeou a sua concepção era estabelecer um elo capaz de ligar os antecessores e sucessores de cada cargo, órgão ou entidade, tornando perceptíveis as chamadas 'cadeias históricas' iniciadas a partir dos sucessivos desdobramentos das funções administrativas (Arquivo Nacional, 1984, p. 86).

Instalada no IBGE, a base de dados MAPA tornou-se acessível ao público em 1985, por meio de um microcomputador e um terminal disponíveis no Arquivo Nacional, reunindo os registros de órgãos e entidades subordinados aos ministérios da Justiça e Negócios Interiores, Agricultura, Trabalho, Indústria e Comércio, Viação e Obras Públicas, e Educação e Cultura. O conteúdo produzido pelo grupo, que contava com recursos provenientes de agências de fomento, como a Finep e a Faperj, para a contratação de pessoal e aquisição de materiais, seguia recortes hierárquicos ou temáticos, de acordo com as necessidades institucionais. Em 1986, por exemplo, foram implantados órgãos relacionados às políticas de terras, indígena, mineral, florestal, segurança pública, assistência ao menor e serviços de estatísticas (Arquivo Nacional, 1989, v. 1, p. 247-248).

91 A proposta inicial visava a integração da Base MAPA ao Sistema de Informações Organizacionais (SIORG), em fase de constituição, mas tal projeto não foi concretizado.

A instalação da base MAPA deu início ao processo de informatização do Arquivo Nacional, que, apenas em 1988 conseguiu formar uma pequena equipe de técnicos especializados. Além de atender às demandas internas, a base conseguiu alcançar um público externo formado por estudiosos e pesquisadores, expandindo os serviços oferecidos ao público pela instituição (Arquivo Nacional, 1994, p. 15; Fabio; Rainho, 1994, p. 56).

Nos anos iniciais, a posição do MAPA parece ter sido discutida, com a transferência do grupo, em 1985, para a Divisão de Arquivos Permanentes, implantada informalmente. Tal solução, contudo, foi reavaliada após a realização de um seminário interno, que determinou seu retorno para a Divisão de Publicações no mesmo ano (Arquivo Nacional, 1989, v.1, p. 246).

Nos relatórios, é possível observar que os trabalhos do MAPA foram paralisados em algumas ocasiões, devido a atrasos na liberação de recursos. Houve, ainda, várias discussões para a reorientação das atividades e até redefinições metodológicas, que partiram das dificuldades encontradas de acordo com o avanço das pesquisas que evidenciavam a complexidade das configurações administrativas assumidas pelo país da colônia até a República.

Mas, a partir de 1988, parece ter ocorrido uma expansão da organização interna do MAPA, com a subdivisão nos seguintes grupos: 'implantação', 'operação', 'atualização', 'divulgação e informação', 'padronização', cujas atividades estavam dirigidas especificadamente para alimentação da base de dados, e 'estudos e pesquisas'. No interior deste último, previa-se a elaboração de trabalhos sobre a história das políticas públicas no Brasil e sobre direito administrativo. A primeira linha surgiu como uma das possibilidades de análise de informações reunidas na base de dados, priorizando, inicialmente, estudos de caso, e deu origem à publicação *Fernando de Noronha*,

uma ilha-presídio nos trópicos (1833-1894), lançada em 1994.⁹² Já a segunda, nasceu da necessidade de sanar as inúmeras dúvidas surgidas no momento da leitura e interpretação do grande volume de legislação, num recorte temporal bastante amplo, tratado pela base MAPA (Arquivo Nacional, 1989, p. 257-258).

Ao lado dessas ações, constata-se, também, a existência de projetos de ampliação do papel do MAPA, no sentido de servir de instrumento de assessoria aos legisladores e organismos públicos por ocasião das reformas administrativas, contribuindo para a reestruturação do aparelho do Estado e a racionalização de seus recursos (Arquivo Nacional, 1987; Arquivo Nacional, 1990).

O REDIMENSIONAMENTO DA ÁREA DE PESQUISA E O MAPA

Entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, o Arquivo Nacional passou por novas transformações. A Constituição promulgada em 1988 constituiu-se como um importante marco jurídico para a área dos arquivos, e, conseqüentemente, para a maior instituição arquivística do país (Nascimento; Venâncio, 2022, p. 9). O inciso XXXIII do artigo n. 5, dispôs sobre o direito de todos de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo fosse imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Já o parágrafo 2º do artigo n. 216 atribuiu à administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a todos que dela necessitassem (Brasil, 1988).

Outro marco foi aprovação da lei n. 8.159, conhecida como “Lei de Arquivos”, em 8 de janeiro de 1991, resultado de uma década de esforços, liderados pelo Arquivo Nacional, no sentido de dotar o país de uma legislação arquivística (Jardim, 2014, p. 156-160). A lei tratou de diversos aspectos relativos aos arquivos públicos e privados, acesso e sigilo de documentos públicos, e criou o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, responsável pela definição da política nacional de arquivos.⁹³

Naquele ano, a portaria s.n., de 12 de julho, aprovou o regimento do Arquivo Nacional, que estabeleceu uma nova estrutura, formada por seis divisões, além do núcleo regional no Distrito Federal. Este ato formalizou as ações desenvolvidas pelo grupo MAPA, atribuindo à Seção de Pesquisa, Editoração e Divulgação, da Divisão de Acesso, Pesquisa e Informação, a competência de “realizar pesquisas sobre administração pública, visando apoiar as atividades de processamento técnico do acervo” (Brasil, 1991, p. 13.921). Outros dois regimentos foram aprovados nessa década, o primeiro pela portaria n. 173, de 8 de abril de 1992, e o segundo pela portaria n. 617, de 17 de agosto de 1994. Esta última suprimiu a Divisão de Acesso, Pesquisa e Informação, que deu origem a duas novas divisões: a de Acesso à Informação e a de Pesquisa e Promoções Culturais, que ficou responsável pelo MAPA.

A estruturação contida nos regimentos e a leitura dos relatórios indicam que houve um redimensionamento das atividades de pesquisa e do papel do MAPA na instituição. As divisões instaladas em 1991 e 1994 passaram a atuar com maior ênfase em outras frentes, mais voltadas para a difusão do acervo, vistas na realização de exposições e de outras ações, com destaque para a criação do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, que teve sua primeira edição em 1991. A grande dimensão assumida por algumas dessas exposições, que contaram com aporte de recursos externos, exigiu um extenso trabalho de levantamento e pesquisa de imagens, para os quais

se voltou o setor. Dentre as exposições organizadas neste período, destacam-se, além da pioneira “Natureza, razão e liberdade”, realizada em 1989, “Cenas Cariocas” (1991), “Inventiva brasileira: 1870-1910” (1993), “Imagens da mulher brasileira” (1996), “Memória, razão e imaginação: 250 anos da Encyclopédie” (2001) (Arquivo Nacional, 1991, p. 12; Almeida, 2022; Heynemann; Rainho, 2006).

Nesse contexto, houve uma diminuição do quadro de servidores atuantes no grupo MAPA, deixando os trabalhos na dependência da assinatura de convênios para a contratação de estagiários e auxiliares de pesquisa. Outros problemas enfrentados estavam relacionados à base de dados. Além das dificuldades do IBGE em atender às necessidades específicas da base MAPA, que carecia de manutenção periódica, havia a questão da disseminação, que ficava reduzida ao público que podia acessá-la na sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Para contornar essa situação, foi tentada a realização de convênios com outras instituições, como o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), que, contudo, não obtiveram sucesso (Fabio; Rainho, 1994, p. 56-57).

Apesar desses obstáculos, o grupo responsável pelo MAPA continuou desempenhando as atividades de pesquisa para alimentação da base de dados. Em 1990, sob o impacto da reforma administrativa efetuada pelo presidente da República Fernando Collor de Mello, foi elaborado o *Mapa genealógico dos ministérios*, que buscou recuperar a trajetória das secretarias de Estado/ministérios desde 1808, apresentando, graficamente, os desdobramentos que deram origem às novas pastas. Nessa fase, houve, ainda, o desenvolvimento de dois grandes projetos orientados por recortes temáticos: *O setor agrícola na administração imperial brasileira* (1992-1995) e *Saúde na administração pública brasileira: Império e República* (1996-2001), mediante convênio com o Ministério da Saúde. Esses projetos realizaram o levantamento de órgãos e entidades que desempenharam atribuições ligadas a essas duas áreas de intervenção do Estado mesmo antes do estabelecimento dos ministérios específicos.

Assim, a despeito da continuidade dos trabalhos, nos anos 1990 parece ter ocorrido um certo 'esgotamento' das atividades do MAPA, que foram relegadas a um segundo plano no interior do setor de pesquisa, bem como um afastamento do grupo em relação às áreas voltadas para o processamento técnico do acervo.

O MAPA E A GESTÃO DE DOCUMENTOS

Em 2000, o Arquivo Nacional foi transferido para a Casa Civil da Presidência da República pela medida provisória n. 2.029, de 20 de junho. Um ano depois, a portaria n. 16, de 4 de julho, aprovou um novo regimento para o órgão, que reformulou as antigas divisões, criando duas coordenações-gerais voltadas para as atividades finalísticas: de Processamento e Preservação do Acervo (Copra) e de Divulgação e Acesso à Informação Documental (Codai), mais a Coordenação de Gestão de Documentos (Coged) e a Coordenação Regional no Distrito Federal (Coreg). Este regimento manteve o MAPA na área de pesquisa e difusão, a cargo da Coordenação de Pesquisa e Difusão Cultural (Coped), da Codai.

No final de 2002, contudo, o MAPA foi transferido, informalmente, para a Coordenação-Geral de Gestão de Documentos (Coged), criada como uma divisão em 1991, a fim de apoiar suas atividades a partir da pesquisa da gênese histórica dos órgãos e entidades produtores de documentos da administração pública (Silva, 2018).⁹⁴ Essa mudança foi, em certa medida, resultado da reformulação da atuação do setor de gestão de documentos, empreendida durante a gestão de Jaime Antunes da Silva (1992-2016) e observada, especialmente, a partir do regimento interno aprovado em 2001,

94

A transferência do MAPA ocorreu no final do ano, após a aprovação do novo regimento interno do órgão pela portaria n. 42, de 8 de novembro.

e da recomposição da equipe no âmbito de um projeto que visava ampliar a posição estratégica do Arquivo Nacional frente à administração pública federal. Esse projeto ganhou maior importância com a criação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga) pelo decreto n. 4.915, de 12 de dezembro de 2003, que representou um passo importante para a promoção da articulação dos arquivos federais “nos moldes legais e tecnicamente corretos, garantindo o desenvolvimento integrado das atividades arquivísticas nas fases corrente, intermediária e permanente” (Silva, 2014, p. 39).⁹⁵

A formalização da mudança do MAPA se deu apenas em 2011, quando a portaria n. 2.433, de 24 de outubro, aprovou o regimento do Arquivo Nacional, após a sua transferência para o Ministério da Justiça, ocorrida por determinação do decreto n. 7.430, de 17 de janeiro do mesmo ano. De acordo com este ato, cabiam à Coged a coleta e o processamento de informações sobre a criação, a evolução das estruturas organizacionais, as competências e as subordinações ou vinculações administrativas dos órgãos e entidades da administração pública federal, e a atualização da base MAPA, com o objetivo de subsidiar as atividades técnicas desenvolvidas pelo Arquivo Nacional (Brasil, 2011, p. 42).⁹⁶

Na Coged, houve um incremento do MAPA, que passou a contar com novos servidores a partir de 2006, quando foi realizado o primeiro concurso público da história da instituição. Em 2008, a base de dados MAPA, integrada ao Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian), tornou-se disponível ao público, via *internet*. O projeto de desenvolvimento de um sistema de integração das bases de dados do Arquivo Nacional, incluindo o Guia de Fundos, teve início no ano 2000 e foi contemporâneo às discussões internacionais relacionadas às primeiras normas de descrição de documentos

95 Sobre o processo de construção do Siga, ver Silva, 2014.

96 Em 2017, a portaria interna n. 613, de 16 de novembro, reestruturou as atividades da equipe MAPA, definindo suas atribuições no âmbito da Coged.

de arquivo, como a Isad(g) e a Isaar(CPF) (Arquivo Nacional, s.d.). Após uma tentativa frustrada de migração da base MAPA para o Sian, em 2006 foi iniciada a reimplantação de todos os registros implantados desde a década de 1980.⁹⁷

Para atualizar a base MAPA, foram executados projetos por meio de convênios. Estes serviram para complementar as informações já disponibilizadas, seguindo os principais recortes políticos e cronológicos, que abrangeram o período colonial até o final do governo provisório de Getúlio Vargas. Tais projetos deram origem a livros, como *Estado e administração: a corte joanina no Brasil* (2010) e *Estado e administração: a construção do Brasil independente (1822-1840)* (2015). Também foi inaugurada uma série de publicações virtuais, denominada *Cadernos MAPA*, que se voltou para o estudo das secretarias de Estado e ministérios, reformas administrativas e a constituição de uma área de atuação governamental no período colonial, entre outros temas.

Em 2011, como resultado de uma preocupação em ampliar a divulgação dos trabalhos do MAPA, foi criado de um sítio, que tem como principal produto o *Dicionário da administração pública brasileira*, formado, até agora, por três partes: período colonial (1501-1822), período imperial (1822-1889) e Primeira República (1889-1930) – esta última em fase de conclusão.⁹⁸ No ano seguinte, foi realizado, em parceria com o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, o seminário “Estado e administração: perspectivas de pesquisa”, reunindo estudiosos que abordaram diferentes temáticas ligadas à história administrativa e sua relação com os arquivos.⁹⁹

Além da produção de pesquisas voltadas para a referida gênese histórica de órgãos e entidades da administração pública,

97 Para conhecer a base MAPA, acesse: <https://shre.ink/HjJS>.

98 Sobre o sítio MAPA, disponível em <http://mapa.an.gov.br/>, ver Cabral, 2014.

99 Neste ano também foi lançado um dossiê temático na revista *Acervo*, disponível em: <https://shre.ink/HDCZ>

outra frente de trabalho continuada foi dirigida para a pesquisa e divulgação de informações sobre a estrutura vigente da Presidência da República. A equipe ainda atuou na elaboração de estudos para a padronização das funções desempenhadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal, para apoio às atividades de classificação e programas de gestão, e deu início a um projeto de análise da trajetória histórica dos ministérios e de suas funções.

Em 2021, em um contexto de transformações internas, o MAPA foi transferido, pela portaria n. 40, de 30 de dezembro, para a Coordenação de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo (Coped) da Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental (Coace). Segundo nota divulgada pela direção-geral na época, suas atividades seriam mantidas, mas integradas a outras iniciativas de pesquisa da instituição, desconsiderando a especificidade da pesquisa realizada pelo MAPA, que não se destina à difusão do acervo (An Em Transformação..., 2022).

Essa mudança não esteve fundamentada em um projeto institucional, ao contrário das ações que levaram à criação do MAPA e à sua transferência para a Coged, e foi realizada de forma abrupta e sem diálogo, provocando a interrupção de projetos e uma redução no quadro de servidores, além de impactar nos trabalhos da base e do sítio MAPA, que, entretanto, permanecem ativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve panorama buscou traçar alguns aspectos da trajetória do MAPA, que, ao longo dos anos, consolidou-se na produção de trabalhos de referência para a história administrativa, sem perder de vista sua finalidade precípua de subsidiar as atividades desenvolvidas pelas áreas técnicas do Arquivo Nacional no tratamento

da documentação, o que justifica sua longevidade como um programa permanente de pesquisa. Nesse período, observaram-se alguns momentos de maior incremento e de diálogo do MAPA com outros setores, e outros marcados por um certo 'esvaziamento', refletindo os diferentes projetos institucionais, que ainda necessitam ser mais estudados a fim de se compreender melhor o papel do Arquivo Nacional nesse contexto de intensas transformações políticas e administrativas do país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. M. da C. **Exposições virtuais como estratégia de difusão dos arquivos: o caso do Arquivo Nacional.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/HhqN>. Acesso em: 1 jun. 2023.

AN EM TRANSFORMAÇÃO para melhor atender a sociedade, 14 jan. 2022. Disponível em: <https://shre.ink/Hho3>. Acesso em: 1 jun. 2023.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Administração pública municipal: a estrutura e os titulares da Comissão de Intendência à Prefeitura do Rio (1889-2012).** Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro; Casa Civil; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://shre.ink/HUKm>. Acesso em: 2 jun. 2023.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Planejamento estratégico de 1990.** Caixa Gabin/06. Arquivo Intermediário.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Portaria interna n. 613, de 16 de novembro de 2017. **Boletim Interno Especial**, n. 32, p. 16-17, 2017.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Portaria interna n. 40, de 30 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://shre.ink/HDCe>. Acesso em: 2 jun. 2023.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório de gestão 1980-1984.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [1984]. Disponível em: <https://bit.ly/3qaqKjS>. Acesso em: 31 maio 2023.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório de gestão 1985-1989**, v. 1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [1989]. Disponível em: <https://bit.ly/3CVuxt3>. Acesso em: 31 maio 2023.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório de gestão 1985-1989**, v. 2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [1989]. Disponível em: <https://bit.ly/3ATxKGZ>. Acesso em: 31 maio 2023.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do exercício de 1993**, fevereiro de 1994. Caixa Gabin/06. Arquivo Intermediário.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório das atividades das divisões**, 1º trimestre de 1991. Caixa Gabin/02. Arquivo Intermediário.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Divisão de Publicações [Grupo de Pesquisa]. **Relatório de atividades**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 17 de julho de 1981.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Divisão de Publicações [Grupo de Pesquisa]. **Relatório de atividades**: janeiro, fevereiro e março de 1983. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Divisão de Publicações [Grupo de Pesquisa]. **Documento Técnico** – Projeto MAPA, 29 de maio de 1987.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Equipe de Normalização Sian-MR-Dibrarq. **Sian**: histórico do sistema [documento de circulação interna], s.d.

ARQUIVO PÚBLICO (Paraná). **História administrativa do Paraná (1853-1947)**: criação, competência e alterações das unidades administrativas da província e do estado. Curitiba: Imprensa Oficial/Deap, 2000. Disponível em: <https://shre.ink/HUE5>. Acesso em: 2 jun. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO (Paraná). **História administrativa do Paraná (1947-1848)**: criação, competência e alterações das unidades administrativas do estado. Curitiba: Imprensa Oficial/Deap, 2002. Disponível em: <https://shre.ink/HU0A>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BARBOSA, F. de A. Introdução. FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **O Governo Presidencial do Brasil, 1889-1930**: guia administrativo da Primeira República – Poder Executivo. Brasília: Senado Federal; Pró-Memória; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out 1988. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Portaria s/n, de 12 de julho de 1991. [Aprova o regimento interno do Arquivo Nacional]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jul. 1991. Seção 1, p. 13.920-13.923.

BRASIL. Portaria n. 2.433, de 24 de outubro de 2011. Aprova o regimento do Arquivo Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 25 out. 2011. Seção 1, p. 41-45.

CABRAL, D. A importância da história administrativa no tratamento da informação pública. [Trabalho apresentado no III Seminário A Gestão de Documentos Arquivísticos na Administração Pública Federal, Brasília, 2010]. Disponível em: <https://shre.ink/H42f>. Acesso em: 31 maio 2023.

CABRAL, D. O sítio do programa Memória da Administração Pública Brasileira – Mapa: acesso, produção e divulgação do conhecimento em História. [Trabalho apresentado no GT 11 – História Pública e Plataformas Digitais, durante o 2º Simpósio Internacional de História Pública: Perspectivas da História Pública no Brasil, Niterói, 2014]. Disponível em: <https://shre.ink/H4kk>. Acesso em: 31 maio 2023.

CABRAL, D. A história administrativa na instituição arquivística: o projeto MAPA do Arquivo Nacional. **OFFICINA** – Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 63-81, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/H4rd>. Acesso em: 31 maio 2023.

CABRAL, D. (org.); CAMARGO, A. R. **Estado e administração**: a corte joanina no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.

COSTA, F. L. da; COSTA, E. M. L. da. Nova história da administração pública brasileira: pressupostos teóricos e fontes alternativas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 215-236, mar./abr. 2016. Disponível em: <https://shre.ink/HhET>. Acesso em: 1 jun. 2023.

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO DA CASA DE OSWALDO CRUZ. **Metodologia do Projeto Memória Administrativa da Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/HUQ7>. Acesso em: 2 jun. 2023.

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO (Rio Grande do Sul). **Fontes para a história administrativa do Rio Grande do Sul**: a trajetória das secretarias de estado (1890-2005). Porto Alegre: Corag, 2006. Disponível em: <https://shre.ink/HUDI>. Acesso em: 2 jun. 2023.

FÁBIO, C. A. L.; RAINHO, M. do C. T. MAPA: a memória (esquecida) da administração pública brasileira. **Arquivo & Administração**: publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros, Rio de Janeiro, v. 15-23, p. 51-57, 1994.

FIGUEIREDO, L. R. A. História e informática: o uso do computador. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 419-441.

FÓRUM NACIONAL DE ARQUIVOS. **Seminário Nacional de Arquivos Estaduais: recomendações**: 1984, 1985, 1986. Brasília: Fórum Nacional de Arquivos, 1987.

HEYNEMANN, C. B.; RAINHO, M. C. T. Uma história das imagens: o acervo iconográfico do Arquivo Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 105-115, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://shre.ink/lley>. Acesso em: 28 jun. 2023.

JARDIM, J. M. Do pré-arquivo à gestão de documentos. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 33-36, 1988. Disponível em: <https://shre.ink/H4f8>. Acesso em: 30 maio 2023.

JARDIM, J. M. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980. *In*: MARQUES, A. A. C.; RODRIGUES, G. M.; SANTOS, P. R. E. (ed.). **História da arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Faperj, 2014. p. 143-172.

KECSKEMÉTI, C. A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 5-10, jul./dez. 1988. Disponível em: <https://bit.ly/3BAJYV0>. Acesso em: 31 maio 2023.

LIMA, J. E. S. (org.). **A província fluminense**: administração provincial no tempo do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

NASCIMENTO, M. B. do; VENÂNCIO, R. P. Instrumentos de gestão de documentos na legislação brasileira, 1978-2021. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 4, p. 3-27, out./dez. 2022. Disponível em: <https://shre.ink/HhUg>. Acesso em: 1 jun. 2023.

PEIXOTO, C. V. do A. Entrevista com Celina Vargas do Amaral Peixoto. [Entrevista concedida a Vitor Manoel Marques da Fonseca e Silvia Ninita de Moura Estevão]. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 7-30, 2013. Disponível em: <https://shre.ink/Hh2x>. Acesso em: 1 jun. 2023.

PESSOA, G. T. de A. **Fernando de Noronha**: uma ilha-presídio nos trópicos (1833-1894). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. (Cadernos MAPA, 10). (Publicações Históricas, 110). Disponível em: <https://shre.ink/HhUG>. Acesso em: 1 jun. 2023.

RONCAGLIO, C. A história administrativa serve como subsídio para a organização da informação arquivística ou vice-versa? **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 92-103, 2012. Disponível em: <https://shre.ink/H4Sv>. Acesso em: 30 maio 2023.

SALGADO, G. (coord.). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SALGADO, G. *et al* (coord.). Metodologia de pesquisa para apoio à organização dos acervos da administração pública brasileira. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 41-49, 1986. Disponível em: <https://bit.ly/3TbscQk>. Acesso em: 31 maio 2023.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO. Histórico da estrutura e competência da Justiça Federal, 2014. Disponível em: <https://shre.ink/HUwl>. Acesso em: 2 jun. 2023.

SILVA, J. A. da. Evolução dos sistemas de documentação, informação e informática da administração pública federal. [Trabalho apresentado no V Seminário A Gestão de Documentos Arquivísticos na Administração Pública Federal, Brasília, 2014]. Disponível em: <https://shre.ink/HhjX>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SILVA, J. A. da. Jaime Antunes e governança do Arquivo Nacional: 51 anos de vida em comum. [Entrevista concedida a Marcelo Chaves, Solange Moraes e Camila Brandi]. **Revista do Arquivo**: uma publicação on-line do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://shre.ink/Hh09>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SILVA, J. A. da. Os arquivos públicos e o acesso à informação: entrevista com Jaime Antunes. [Entrevista concedida a Ana Carolina Delmas, Luiz Fabiano de Freitas Tavares, Claudio Miranda Correa]. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 130-152, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://shre.ink/HhVw>. Acesso em: 1 jun. 2023.

TESSITORE, V. História administrativa: a chave para os arquivos públicos. **Arquivo & História**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 33-46, 1996.

24

*Mariana Simões
Arquivo Nacional*

DE “UMA SÉRIE DE FOLHETOS” A BIBLIOTECA DE REFERÊNCIA:

**A TRAJETÓRIA DA SÉRIE PUBLICAÇÕES
TÉCNICAS DO ARQUIVO NACIONAL**

A série Publicações Técnicas (PT) foi lançada pelo historiador José Honório Rodrigues (1913-1987) em seu segundo ano como diretor do Arquivo Nacional (1958-1964) e, desde então, tem representado um espaço fundamental para a divulgação de manuais, normas e diretrizes para profissionais e instituições sobre temas arquivísticos. A demanda por literatura arquivística, de acordo com José Honório (JH), deveria ser atendida antes das publicações históricas e eruditas. “A série de folhetos com que o Arquivo Nacional pretende divulgar os princípios técnicos da organização de arquivos” (Rodrigues, 1959a) continua a ser editada hoje.

De modo geral, a produção editorial do AN sempre esteve baseada, por um lado, nos instrumentos de pesquisa e na reprodução e transcrição de documentos e, por outro, um pouco mais adiante, também nos estudos históricos. Quando o diretor Joaquim Pires Machado Portela inaugurou, em 1886, a série conhecida atualmente como Publicações Históricas (PH), sua principal intenção, manifestada em relatórios institucionais e prefácios, era mostrar a um público composto por historiadores e eruditos os documentos que compunham o acervo do AN. A criação desta primeira série editorial insere-se no cenário de mudanças que marcaram o AN a partir dos anos de 1870 no sentido de uma abertura maior à sociedade (Simões, 2014; Gabler, 2015). Essa tendência se manteria por décadas, mas sofreria mudanças significativas no final dos anos 1950.

Uma breve pesquisa realizada na biblioteca do AN e em um de seus catálogos mais completos¹⁰⁰ indica a existência de 72 títulos publicados entre 1886 e 1958, nenhum deles referente especificamente às atividades técnicas da área de arquivos. Nesse período, identificamos somente uma publicação dedicada a um tema

100

O levantamento foi realizado no sistema da biblioteca do Arquivo Nacional (<http://biblioteca.an.gov.br/>) e no catálogo *Publicações do Arquivo Nacional: 1886-1990* (Arquivo Nacional, 1991).

propriamente arquivístico¹⁰¹ – sem ser resultado direto do trabalho com os documentos, como, por exemplo, catálogos, inventários, índices –, mas sim sobre práticas e técnicas da área. Quando a série PT é inaugurada em 1959, o AN passava por um momento de valorização de sua dimensão administrativa (Marques; Rodrigues, 2017; Buzzati, 2015), uma tendência que, do ponto de vista editorial, levaria à ênfase em obras capazes de contribuir para o aprimoramento da organização dos arquivos e a formação de seus profissionais, considerada ainda incipiente e carente de bibliografia básica de referência em língua portuguesa.

A análise sequencial das obras que a compõem se justifica por integrar o contexto pré-anos 1970 no Brasil, período que, de acordo com diversos autores, marca o crescimento e a institucionalização do campo da arquivologia no país, pela importância que a série assumiu na área de arquivos como referência para profissionais e instituições e por ser produzida pelo AN. Os estudos referentes à produção editorial no contexto dos arquivos ainda suscitam aprofundamentos. Durante muito tempo, ela foi uma das poucas ações de difusão realizadas pelos arquivos, ao lado das exposições e de uma frágil presença no meio cultural e na imprensa. Trata-se, portanto, de uma dimensão importante de sua atuação, cuja concretização expressa prioridades e pontos de vista sobre a área e pode auxiliar na compreensão de aspectos de sua transformação no tempo.

Com estas reflexões em mente, foi analisada, além das próprias publicações e de seus prefácios, documentação do fundo Arquivo Nacional referente aos anos de 1959 a 1964, período em que JH dirigiu a instituição, composta de relatórios gerais; relatórios setoriais das oficinas de encadernação e restauração, e da Turma de Publicações; regimentos, regulamentos e normas; e documentos

101

Regulamento do Primeiro Congresso Brasileiro de Arquivistas: comemorativo do primeiro centenário do Arquivo Nacional (1838-1938), de 1937.

relativos às atividades de editoração e distribuição.¹⁰² Foram relidos ainda os diagnósticos *A situação do Arquivo Nacional*, de JH (1959), e *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil*, de Henri Boullier de Branche (1960), do ponto de vista de suas considerações sobre a produção editorial da instituição.

ENTRE A TÉCNICA E A HISTÓRIA: JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES E A PRODUÇÃO EDITORIAL

Como dissemos, naquele momento e até o início da gestão de José Honório Rodrigues, o AN editava apenas uma série, as PH, mencionada na documentação do período como “1ª série”. As demais eram produzidas como avulsas e possuíam perfil diverso, consistindo, em sua maioria, de separatas das próprias PH e outras obras; regulamentos e normas internas; reproduções de documentos do acervo; e alguns catálogos, índices e relações. Ao assumir a direção da instituição, JH avaliaria negativamente o balanço dessa produção, sobretudo durante os vinte anos de gestão de seu antecessor, Eugênio Vilhena de Moraes: “A parte mais relacionada com o Arquivo, o Elenco, a Relação, o Catálogo e o Índice são muito incorretos e rudimentares na técnica. (...) é absolutamente impossível pensar na edição de obras históricas, especialmente quando o diretor se acha absorvido pelas tarefas de administração e organização, agravadas com o tempo. E, na verdade, a edição de trabalhos históricos é tarefa marginal e não essencial no

102 Arquivo Nacional. Fundo Arquivo Nacional. AN 40 (Relatórios gerais, 1922 a 1969); AN 41 (Relatórios gerais, 1948 a 1972); AN 137 (Relatórios setoriais, Oficinas. 1933 a 1965); AN 146 (Relatórios setoriais, 1959 a 1975, inclui Turma de publicações e Seção de Cursos); AN 581 (Regimentos, regulamentos e normas, 1950 a 1974); AN 955 (Distribuição) (1950-1975); AN 957 (Editoração) (1934-1974); AN 958 (Editoração) (s.d.); AN 959 (Editoração) (s.d.).

momento” (Rodrigues, 1959b, p. 44-45). Nesse período, até sua chegada, haviam sido editados 47 volumes das PH e 89 avulsas.¹⁰³

Sua passagem pelo AN e sua influência nos caminhos da arquivística no país já foram discutidas por diversos autores, além de sua importância central para a historiografia brasileira. Cabe-nos então apenas acompanhar suas ações e colocações sobre a produção editorial das instituições arquivísticas para melhor compreensão de sua atuação nessa área. Sua administração foi considerada inovadora em vários aspectos e por diversos autores, e para alguns teria sido a primeira a perceber no AN mais do que um arquivo histórico por excelência, à luz do contexto de início da formação de uma comunidade arquivística, nos anos 1950 a 1970, fortemente marcada pela influência teórica europeia e norte-americana, que mais tarde serviria de ponto de partida e se consubstanciaria nas reflexões e estudos nas universidades e nas próprias instituições arquivísticas.

Em seu primeiro relatório sobre a instituição, JH analisa as funções dos arquivos nacionais e o papel que deveriam desempenhar na administração pública, reconhecendo-os como órgãos de caráter interministerial essenciais para a administração do país e cujo papel seria não apenas conservar a documentação por eles custodiada, mas assegurar o uso dos documentos pela administração e os particulares. Em meio a uma crítica mais abrangente à gestão de Eugênio Vilhena de Moraes (1938-1958), afirma que o plano de trabalho de seu antecessor definia somente a “classificação e catalogação” dos documentos, a publicação e a microfilmagem e que, mesmo assim, essas três ações não haviam sido realizadas. Ressalta, ainda, a importância da publicação de trabalhos históricos e coleções de fontes, e das exposições (Rodrigues, 1959b, p. 13-16).

103 José Honório informa em seu relatório *A situação do Arquivo Nacional* que tinham sido publicadas somente 17 avulsas. Uma possibilidade é que não tenham sido consideradas como edições propriamente ditas, por exemplo, as separatas, os regulamentos, as normas internas e algumas reproduções de documentos do acervo “soltas” e compostas de pouquíssimas páginas.

Outras críticas recorrentes se referem à inconstância dos recolhimentos – o “arbítrio” e a “falta de orientação” teriam sido a marca da instituição nessa área – e a ausência de um registro geral dos fundos, pois se elaboravam apenas relações e fichários sem grande sistematização e de difícil consulta e só se podia ter “uma ideia muito provisória do acervo geral” (ibid., p. 33). Embora houvesse prontas dezenas de relações de documentos, elas nem tinham sido publicadas, nem disponibilizadas para consulta, pois se pretendia realizar uma descrição exaustiva da documentação.

Essas dificuldades foram certamente agravadas pelo orçamento reduzido em relação aos de outras instituições do Ministério da Justiça, como o Serviço de Comunicações, o Serviço de Documentação, a Agência Nacional e a Imprensa Nacional, e pela carência crônica de mão de obra. Naquele momento, a instituição possuía menos de setenta funcionários, e deles apenas sete eram arquivistas (sendo seis interinos) e dois arquivologistas. Entre os demais havia bibliotecários, datilógrafos, serventes, artífices e tarefeiros. O quadro de arquivistas era claramente insuficiente, de acordo com José Honório, tanto em quantidade como em qualificação. Seria preciso ampliar o quadro e melhorar a carreira de arquivistas e arquivistas-auxiliares, e estabelecer um curso permanente de formação de arquivistas. “Sem essa espécie de pessoal será impossível qualquer solução adequada, pois os próprios métodos de arranjo, classificação de documentos, organização de inventários e de instrumentos de controle e busca dele dependem” (Rodrigues, 1959b, p. 65-66). A inauguração da série PT se insere, portanto, nesse cenário de demandas por aumento e capacitação dos quadros do AN.

Ao elencar as principais iniciativas de seus primeiros quinze meses como diretor, JH ressalta que a publicação de literatura especializada havia sido iniciada com a tradução de dois trabalhos traduzidos de boletins de informações do arquivo nacional norte-americano, *O preparo de inventários preliminares* e *Princípios de arranjo*, e que “a série será continuada com novas traduções de estudos

americanos e franceses” (Rodrigues, 1959b, p. 70). Como uma das prioridades de sua gestão, aponta a organização de inventários, de um “guia geral sumário” para conhecimento de todo o acervo e das seções estabelecidas pelo regimento aprovado no início de sua gestão, estando em segundo lugar, em ordem de prioridade, a seção de “Publicações (informações técnicas e inventários, listas e guias)”. O novo regimento definia a abrangência nacional da instituição, fixava a política de arquivos, estabelecia suas atribuições e objetivos, defendia e ampliava os recolhimentos em todo o país e em todas as fontes de documentação federal, ampliando-os para abranger também filmes, discos e fotografias, e criava serviços de pesquisa e informação históricas (Brasil, 1958).

O REGIMENTO DE 1958 E A CRIAÇÃO DA TURMA DE PUBLICAÇÕES

O regimento de 1958 materializava não apenas algumas de suas avaliações sobre o papel e o funcionamento da instituição arquivística, mas também sobre o lugar da pesquisa histórica e da edição de publicações no AN. Entre suas competências gerais estavam “estimular a pesquisa histórica”, “realizar pesquisa histórica, quando útil à consecução de seus fins”, “editar publicações de interesse histórico” e “divulgar a história pátria, visando à educação cívica do povo brasileiro”, sob a responsabilidade do Serviço de Pesquisa Histórica (SPH), que possuía uma Seção de Cursos e uma Turma de Publicações.¹⁰⁴

104

No mesmo nível hierárquico do SPH, havia os serviços de Documentação Escrita, de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica, e de Registro e Assistência. *Ibid.*, art. 2º, incisos XI a XIV.

O SPH tinha como objetivo “atender à pesquisa, publicação e informação históricas, e ao qual se liga a formação dos cursos de preparação e aperfeiçoamento do pessoal” (Rodrigues, 1959b, p. 12), assim como “elaborar e executar o plano nacional de publicações históricas” (Brasil, 1958). E nas atribuições de cada seção do AN, constava a de “fornecer ao Serviço de Pesquisa Histórica os elementos relativos aos documentos sob sua guarda, necessários à edição de publicações”. Embora nos relatórios e prefácios seja relativizada a importância da pesquisa e da publicação histórica, o regimento menciona somente obras desta natureza, omitindo aquelas de caráter técnico. Pode ser que esta linha estivesse prevista como parte das atividades da Seção de Cursos, entre as iniciativas de “formação do pessoal especializado em arquivos e pesquisadores de história” (art. 31), ou seja, abrangendo os dois campos.

Com a criação da Turma de Publicações, pela primeira vez o AN contaria com uma equipe formal dedicada à atividade editorial. Pelo regulamento anterior, de 1923, os responsáveis pelas atividades de editoração eram os chefes de cada seção, e cabia ao diretor da instituição “dirigir” as publicações. Cada chefe de seção – Administrativa, Histórica, e Legislativa e Judiciária – deveria, por sua vez, “dirigir a organização dos inventários, catálogos e índices” e “rever ou mandar rever as provas dos documentos e índices incluídos nas Publicações do Arquivo Nacional”, responsabilizando-se, assim, pela preparação do material a ser publicado com base na documentação correspondente (BRASIL, 1923).

Agora, a Turma de Publicações assumiria este papel, tendo como atribuições: “I) promover a impressão das obras constantes do plano de publicações do Arquivo Nacional; II) fazer a revisão das publicações a que alude o item anterior; III) distribuir as publicações do Arquivo Nacional; IV) estabelecer intercâmbio de publicações com as instituições congêneres ao Arquivo Nacional” (BRASIL, 1958). Sua criação é mais um elemento que indica a importância que JH conferia à produção editorial do AN e à sua profissionalização,

que pode estar relacionada a suas experiências anteriores, como a direção da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional (BN), onde uma de suas atribuições foi a publicação de documentos nos *Anais* da BN e na coleção Documentos Históricos. Encontramos apenas um relatório da Turma de Publicações no período 1958-1964, assinado pela encarregada Leonor Timóteo, que coordenava desde 1959 os trabalhos de editoração.

Todo o material enviado às editoras para publicação é datilografado aqui na seção e quando devolvidas já em provas, são também conferidas por nós. As publicações mimeografadas são executadas por artífices nas Oficinas do Arquivo Nacional, cujas chapas depois de impressas voltam à seção para conferência. A Turma de Publicações possui um fichário com registro de diversos órgãos, professores, historiadores e algumas instituições estrangeiras a quem são enviadas periodicamente todas as nossas publicações.¹⁰⁵

Com relação ao pessoal, em 1964, no final da gestão de JH, o setor possuía quatro funcionários, duas dedicadas aos serviços de “datilografia e revisão dos trabalhos e chapas, um à confecção das chapas e outro à impressão. De 1907 até os anos 1940, o AN teve suas próprias oficinas gráficas, que realizavam encadernação e restauração necessárias ao tratamento do acervo, e também impressão e acabamento de publicações para o próprio AN e outras instituições públicas, como, por exemplo, a Diretoria-Geral de Saúde Pública e a Escola Nacional de Belas-Artes. Quando da chegada de JH, no entanto, as oficinais realizavam somente encadernação e restauração, não possuíam mais a tipografia. Portanto, além de três máquinas de escrever, a equipe tinha à disposição apenas duas máquinas Multilith, uma delas “em péssimo estado”, para confecção de chapas e uma de impressão.¹⁰⁶

105 Relatório da Turma de Publicações, de 30 de julho de 1964. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, Relatórios setoriais, AN 146, p. 5.

106 Relatório da Turma de Publicações, de 8 de janeiro de 1965. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, Relatórios setoriais, AN 146, p. 1.

POR DENTRO DAS PUBLICAÇÕES TÉCNICAS: ENTRE NORTE-AMERICANOS E FRANCESES

A série é iniciada, assim, em meio a essas transformações estruturais, regimentais e de projeto político do AN. Na documentação analisada, que inclui correspondência com outras instituições e pessoas das áreas de arquivos e história, JH menciona com frequência que a gestão anterior não havia se dedicado às publicações, afirmando que desde 1938 não se publicava nada, demonstrando interesse em retomar a produção editorial, mas não só com as PH. Defendia a necessidade de edição de trabalhos técnicos da área de arquivos e a inauguração de uma nova série para divulgar, em português, textos técnicos da área de arquivos. No programa de trabalho apresentado em relatório no final de 1959, incluía “a publicação de literatura informativa técnica; de listas e inventários, e de publicações históricas”,¹⁰⁷ e informava que:

Obteve-se autorização dos Arquivos Nacionais de Washington para traduzir os Boletins de Informação Técnica, e assim já se imprimiu, em Multilite, o *Preparo de inventários preliminares* e os *Princípios de arranjo*. Outros trabalhos estão sendo preparados. O professor Theodore Schellenberg autorizou a tradução do seu curso, dado [na] American University de Washington. A tradução encontra-se bem adiantada e esperamos publicá-la ainda este ano. Obteve-se também autorização para tradução de estudos franceses e já se vem procedendo a versão de alguns trabalhos.¹⁰⁸

107 Relatório do Arquivo Nacional, 20 de novembro de 1959. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, Relatórios gerais, AN 040, p. 5

108 Relatório do Arquivo Nacional, 20 de novembro de 1959. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, Relatórios gerais, AN 040, p. 2.

Sua atuação e colocações em relatórios, prefácios e correspondência sugerem uma relação bastante precisa entre a série editorial que propõe e as prioridades das áreas técnicas, sem, no entanto, deixar de atentar para a dimensão histórica do AN. Percebe-se a continuidade e o investimento na chamada “primeira série”, as PH, que continuou a ser publicada e reuniu onze títulos no período. Ao todo foram publicadas 45 obras durante a gestão de José Honório (1958-1964), entre Avulsas, Históricas, Técnicas e Instrumentos de Trabalho.¹⁰⁹ Desse conjunto de obras, a maioria foi PT, conhecida então como “segunda série”, com 27 volumes. Os Instrumentos de Trabalho, “a terceira série”, foram inaugurados em 1960, e sua marca seriam as publicações de referência como guias e índices de publicações e documentos, a maioria de outras instituições, para auxiliar nos trabalhos técnicos.

De 1959, quando foi iniciada, até o final dos anos 1960, a série PT consistiu na tradução de textos clássicos da literatura arquivística até então inéditos no Brasil, sobretudo franceses e norte-americanos; estudos e relatórios sobre o próprio AN, elaborados pelo seu diretor ou profissionais convidados após visitas técnicas à instituição; tradução de artigos de reconhecidos periódicos internacionais e de trabalhos publicados pelo arquivo nacional norte-americano. Abrangia temas como história dos arquivos e da arquivística, arquivos públicos e privados, elaboração de inventários, arranjo e descrição, sendo algumas impressas e outras mimeografadas (Multilith). Segundo JH, na falta de literatura especializada para formação dos profissionais brasileiros, a solução seria a tradução de trabalhos estrangeiros. “O pouco que se escreveu até hoje representa divulgação muito secundária de princípios gerais de arranjo e controle, sem caráter científico, e desconhecendo a bibliografia especializada estrangeira, que tem feito enormes contribuições nestes últimos anos” (Rodrigues, 1959c, p. 6).

109

Publicações Históricas, v. 39 a 54; Avulsas, v. 86; Técnicas, v. 1-27; Instrumentos de Trabalho, v. 1-2.

Para analisar esses anos iniciais da série, elaboramos um quadro com informações sobre cada uma do ponto de vista editorial e de conteúdo,¹¹⁰ que orientou a produção deste texto. Abaixo, a listagem de títulos lançados no período em sua organização original:

Quadro 1 - Publicações Técnicas - Impressas

Publicações Técnicas - Impressas	
Ano	Título
1958	A situação do Arquivo Nacional
1959	A significação dos arquivos econômicos
	A avaliação dos documentos públicos modernos
	Manual de arquivos
1960	Os arquivos e as modernas pesquisas econômicas e sociais
	Manual de arranjo e descrição de arquivos
1963	Documentos públicos e privados: arranjo e descrição

Fonte: Elaboração própria.

110 Os campos foram volume, título, autor, ano de publicação pelo Arquivo Nacional, ano da publicação original, gráfica, mimeografada ou impressa, formato, origem do autor, origem do texto, onde foi feita a publicação original, idioma original, tradutor e autor do prefácio, abrangendo, portanto, aspectos de conteúdo, procedência e características físicas das publicações.

Quadro 2 - Publicações Técnicas - Mimeografadas

Publicações Técnicas - Mimeografadas		
Ano	Vol.	Título
1959	1	O preparo de inventários preliminares
	2	Princípios de arranjo
	3	A seleção dos arquivos e a transferência dos documentos
	4	Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa
	5	A colaboração entre os serviços administrativos e os arquivos
1960	6	Os arquivos públicos e as bibliotecas
	7	Os Arquivos Nacionais dos Estados Unidos
	8	Os arquivos privados
	9	O preparo de listas de maços de documentos
	10	Problemas arquivísticos do governo brasileiro
	11	Os arquivos e os documentos públicos modernos
	12	O problema das transferências nos arquivos das grandes cidades
	13	O catálogo coletivo nacional das coleções de manuscritos
	14	Regras de catalogação da Divisão de Documentos Departamentais
	15	O registro nacional de manuscritos
	16	Coleções de manuscritos, documentos de arquivo e filmes
	17	Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil
	18	As transferências dos documentos das prefeituras para os arquivos departamentais
	19	O arquivista inglês: uma nova profissão
1963	20	Os arquivos de Estado

Fonte: Elaboração própria.

As mimeografadas, a maioria dos títulos da série no período, eram numeradas e bastante simples visual e graficamente. A capa trazia os principais dados da edição, um título abrangente, capaz de sintetizar os temas dos trabalhos reunidos, quando fosse o caso, ministério, instituição, cidade e ano; o mesmo na folha de rosto; e em seu verso, informações sobre a origem dos textos publicados e a indicação do tradutor. O prefácio era sempre assinado pelo diretor, e a ele

se seguiam os conteúdos principais. Do ponto de vista de sua estrutura, assemelhavam-se às impressas, mas estas eram produzidas em papel de melhor qualidade destinado ao processo de impressão off set, e em alguns poucos casos com uso de duas cores. Os dois conjuntos foram reunidos mais adiante, e a série, renumerada. Chama a atenção, logo de saída, a quantidade significativa de obras editadas, sobretudo durante os dois primeiros anos de sua administração, tanto no conjunto geral como no âmbito das PT. Nesta série, só em 1959 foram lançados dez títulos; em 1960, quinze; e em 1963, dois. Registra-se, portanto, uma diferença marcante entre o início e o final de sua presença no AN, em 1964. A partir daí, a série seria retomada somente em 1970, pelo próximo diretor, Raul Lima. As publicações impressas e mimeografadas eram vistas como conjuntos distintos.

A direção do Arquivo Nacional, empenhada em divulgar os princípios arquivísticos, já publicou uma série de estudos arquivísticos. A coleção mimeografada, composta de 19 títulos, vulgarizou artigos e ensaios inseridos em revistas técnicas francesas, inglesas e norte-americanas. A coleção terá prosseguimento este ano. A coleção impressa, afora estudos técnicos parciais de grande interesse, editou dois manuais, um para principiantes de autoria do vice-diretor dos Arquivos Nacionais de Washington e professor na American University, dr. Theodor R. Schellenberg, e outro de grande reputação na arquivística europeia, escrito por uma comissão de técnicos da Associação dos Arquivistas Neerlandeses (Rodrigues, 1963, p. 6).

Em 1959, a série foi inaugurada com a publicação de dois manuais elaborados pelo arquivista norte-americano Theodore Schellenberg (1903-1970): *O preparo de inventários preliminares e Princípios de arranjo*, traduções das *Circulares de Informações do Pessoal (Staff Information Papers)* dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, do qual era vice-diretor. José Honório diz ter conhecido Schellenberg em 1959, no Equador, durante uma reunião do Instituto Panamericano de Geografia e História em que foram definidas

as pautas e os objetivos da Primeira Reunião Interamericana de Arquivos, que aconteceria em 1961. Antes disso, em 1958, já como diretor do AN, em evento realizado na Universidade do Texas, diz ter sido sua “intenção visitar os Arquivos Nacionais de Washington e procurá-lo, pois já lera seu livro. Escrevera-lhe, então, e apesar do desencontro pude obter, graças ao seu intermédio, a autorização para traduzir os Boletins de Informação Técnica, já referidos” (Rodrigues, 1959c, p. 8).

Esta parceria daria origem a outros dois volumes da série PT: mais uma tradução das circulares, *O preparo de listas de maços de documentos* (1960), e outra do *Boletim dos Arquivos Nacionais (Bulletins of The National Archives)*, *A avaliação dos documentos públicos modernos* (1959), ambas de autoria do próprio Schellenberg, iniciando uma linha editorial marcada por outros autores norte-americanos, como Oliver Holmes e Robert Bahmer, ou radicados nos Estados Unidos, como o alemão Ernst Posner. O trabalho de Bahmer, “Os primeiros anos dos Arquivos Nacionais”, presente na Publicação Técnica *Os Arquivos Nacionais dos Estados Unidos* (1960), fora enviado para tradução pelo AN antes mesmo de ser publicado em inglês, o que é visto por José Honório como mais um indicativo da intensidade da parceria que então se estabelecera (Rodrigues, 1960a). *A avaliação dos documentos públicos modernos* (1959), publicado originalmente em 1956, nos *Boletins*, trata da avaliação de documentos, tema que teve seu interesse ampliado, segundo José Honório, com a perspectiva de mudança da capital federal.¹¹¹ Em sintonia com os debates que se seguiram, José Honório demonstra preocupação no prefácio a esta obra de Schellenberg: “Estamos, assim, nestes próximos meses, diante deste dilema: a eliminação indiscriminada ou o recolhimento desordenado” (Rodrigues, 1959d, p. 6).

111

Em outubro de 1957, o Congresso Nacional havia aprovado a lei n. 3.273, definindo 21 de abril de 1960 como data de transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília.

A aproximação com Schellenberg não resultou somente na tradução de obras publicadas pelo arquivo nacional norte-americano, mas também na edição de um conjunto de apostilas utilizadas por ele em seu curso na American University, reunidos no volume intitulado *Manual de arquivos* (1959).

Logo que o li, achei que para a formação e o treinamento do pessoal dos arquivos brasileiros este *Manual*, que ora apresentamos ao público, seria uma iniciativa tão valiosa como a publicação do *Modern archives*. Talvez não exagere dizendo que o considero, no momento, até mais importante, pois *Modern archives* dirige-se aos arquivistas já formados e treinados, ou, pelo menos, aos mais esforçados e distinguidos, enquanto este *Manual*, é simples, direto, objetivo, mais adequado, portanto, à instrução dos atuais arquivistas brasileiros (Rodrigues, 1959c, p. 8).

Outra publicação de autoria de Schellenberg foi uma análise sobre a situação do AN – *Problemas arquivísticos do governo brasileiro* (1960) – elaborada durante sua visita à instituição em 1960, realizada por meio da Embaixada dos Estados Unidos, a fim de auxiliar no programa de reformas que JH pretendia realizar. Nessa ocasião, Schellenberg teria sugerido a tradução de obras que considerava fundamentais da bibliografia especializada, além de ter realizado conferências e cedido direitos autorais de obras suas, como as apostilas mencionadas acima e outros trabalhos já publicados (Rodrigues, 1960b, p. 3).

No prefácio, JH ressalta a coincidência de opiniões entre ele e Schellenberg. Quase todos os trabalhos de Schellenberg mencionados foram editados em português pelo AN entre 1959 e 1960, na esteira, portanto, do contato recém-estabelecido entre ele e JH. A exceção foi o manual *Documentos públicos e privados* (1963), trabalho que havia sido em parte publicado em espanhol, mas ainda se encontrava inédito em inglês. O fato de ainda não ter sido publicada a versão definitiva em inglês parecia orgulhar tanto o diretor do AN como o tradutor da obra, Manuel Wanderley, que inicia a “Nota

do tradutor”, apresentada logo após o prefácio, informando que “a presente tradução deve anteceder, com a plena anuência do dr. T. R. Schellenberg, a edição americana da obra *Public and private records: their arrangement and description*” e ressaltando as possíveis diferenças que um cotejo entre a edição brasileira e a futura edição em inglês poderia revelar (Wanderley, 1963, p. 8).¹¹² O conjunto dos trabalhos de Schellenberg editados na série PT nesse período sugere um projeto abrangente de mostrar ao país o funcionamento dos arquivos nos Estados Unidos, alcançando todo o percurso dos documentos, do arranjo à descrição, dos inventários preliminares aos catálogos de séries e itens documentais, e seria materializado pela tradução de orientações do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, conteúdos de aula de Schellenberg e suas análises sobre o AN.

Além de Schellenberg, outros nove autores norte-americanos, ou radicados nos Estados Unidos, tiveram trabalhos publicados na série, num total de sete obras, quase todas mimeografadas.¹¹³ Todos esses textos são traduções de trabalhos publicados originalmente na revista *The American Archivist* entre 1938 e 1954, a maioria já nos anos 1950, tratando-se, portanto, de bibliografia atualizada. Alguns desses trabalhos presentes no periódico norte-americano eram, por sua vez, conferências e palestras proferidas em eventos da área, como, por exemplo, reuniões da Sociedade dos Arquivistas Americanos, e em universidades e institutos de pesquisa. Foram publicados os seguintes trabalhos de autores norte-americanos: *Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa* (Ernst Posner, 1959), que assim como Schellenberg era professor na American University; “A avaliação e preservação dos arquivos de negócios”, de Oliver W. Holmes, arquivista, vice-presidente da Associação

112 Pode-se imaginar também que haja diferenças mais ou menos significativas entre a primeira edição (AN) e a segunda (publicada pela FGV, em 1980).

113 Apenas uma delas foi publicada em edição impressa, *A significação dos arquivos econômicos* (1959), reunião de dois trabalhos, sendo um deles de autor de origem norte-americana.

de Arquivistas Americanos¹¹⁴; *Os arquivos públicos e as bibliotecas*, de Hermann Kahn e Randolph W. Church (1960); *Os Arquivos Nacionais dos Estados Unidos*, de Robert Bahmer e Ernest Posner (1960); *O catálogo coletivo nacional das coleções de manuscritos*, de Robert H. Land, da Library of Congress (1960); *Regras de catalogação da Divisão de Documentos Departamentais*, de Ken Munden, chefe-assistente da Divisão de Documentos Departamentais (1960); *O registro nacional de manuscritos*, de Howard H. Peckham e Bell Irvin Wiley (1960); e *Coleções de manuscritos, documentos de arquivo e filmes*, de Curtis W. Garrison e Dorothy Arbaugh (1960).¹¹⁵ Também traduzido do inglês, mas de autoria britânica, foi editado *O arquivista inglês: uma nova profissão* (1960), publicado originalmente em livro, em 1948, a partir de palestra ministrada por Hilary Jenkinson, ex-diretor do Arquivo Nacional do Reino Unido, na ocasião vice-presidente de honra do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, e autor do clássico *A manual of archive administration*. Os autores norte-americanos mais os ingleses somam, ao todo, treze, de um total de 28 distribuídos por toda a série no período.

Outra linha importante das PT foi a tradução de autores franceses, ao todo dez, reunidos em dez volumes. Segundo JH, Boullier de Branche, na ocasião arquivista dos Archives de Sarthe, foi quem o ajudou a solicitar a autorização para publicar em português os trabalhos franceses (Rodrigues, 1959c, p. 6). O primeiro deles foi *A seleção dos arquivos e a transferência dos documentos* (1959), de Jacques Levron, arquivista-chefe de um departamento francês, e Jacqueline Mady, conservadora-chefe nos Arquivos Nacionais. Os dois trabalhos haviam sido publicados naquele mesmo ano na revista *La Gazette des Archives*, editada pela Associação dos Arquivistas Franceses.

114 Parte da obra *A significação dos arquivos econômicos* (1959).

115 "Bibliotecários e arquivistas: alguns aspectos de sua associação" (Kahn) e "Relação existente entre arquivos públicos e bibliotecas" (Church); "Os primeiros vinte anos dos Arquivos Nacionais" (Bahmer) e "Os Arquivos Nacionais e o arquivista teórico" (Posner); "Os repositórios de manuscritos e o registro nacional" (Peckham) e "Os historiadores e o registro nacional" (Wiley); "Relação dos manuscritos históricos com os materiais de arquivo" (Garrison) e "Os filmes cinematográficos e o futuro historiador" (Arbaugh).

Outras PT que trouxeram textos provenientes da *Gazette* foram *A colaboração entre os serviços administrativos e os arquivos* (1959), de Michel Duchein, conservador da Direção dos Arquivos da França; *As transferências dos documentos das prefeituras para os arquivos departamentais* (1960), de Henri Charnier; e *O problema das transferências nos arquivos das grandes cidades* (1960), do arquivista da cidade de Tolouse, Odon de Saint-Blanquat.

Além de *La Gazette des Archives*, produzida pela Associação dos Arquivistas Franceses, foram editados nas PT trabalhos originados na *Citra – Conférence internationale de la Table ronde des Archives*, no boletim do Congresso Internacional de Arquivos e na revista *Archivum*, ambas iniciativas do Conselho Internacional de Arquivos, como *Os arquivos e os documentos públicos modernos* (Jacqueline Mady e Robert-Henri Bautier, 1960), sobre avaliação de documentos; *Os arquivos e as modernas pesquisas econômicas e sociais* (Robert Marquant, 1960), sobre arquivos privados de empresas; e *Os arquivos de Estado* (Etienne Sabbe, 1963), sobre arquivos estatais e sua organização nos países.

De autor italiano, mas publicado originalmente em francês na mesma revista *Archivum*, a série converteu ao português brasileiro *Os arquivos privados*, de Riccardo Filangiere (1959), então presidente do Conselho Internacional de Arquivos e membro do Comitê de Redação do periódico. De acordo com JH, o trabalho interessaria não apenas a arquivistas e historiadores, mas deveria “influir na opinião legislativa, a fim de que o Congresso defenda um patrimônio particular de grande interesse para a nação, evitando sua alienação ao estrangeiro, e sugerindo formas de aquisição pelo Estado ou facilitando a doação” (Rodrigues, 1959e, p. 4).

Foram publicados ainda na série duas obras bastante distintas, mas que se consolidaram como referências no país: o *Manual de arranjo e descrição de arquivos* (Samuel Muller, Johan Adrian Feith & R. Fruin, 1960), o conhecido manual dos arquivistas holandeses,

e *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil* (Henry Boullier de Branche, 1960)¹¹⁶, relatório sobre a instituição após visita técnica já apresentada e discutida em vários trabalhos. No prefácio a esta segunda obra, JH diz que: "Agrada-nos que suas observações como as do dr. Theodore R. Schellenberg, vice-diretor dos Arquivos de Washington, cujo relatório também editamos no n. 10 destas publicações, coincidam com as nossas, divulgadas em *A situação do Arquivo Nacional*" (Rodrigues, 1960e, p. 5). E aproveita o espaço para esclarecer por que ainda não havia sido possível realizar as mudanças pretendidas por ele e indicadas também por Boullier de Branche, sobretudo a formação de quadros e a organização do catálogo geral, devido ao número reduzido de arquivistas na instituição e à inconstância nas autorizações e dotações orçamentárias para contratação de temporários.

A maioria dos trabalhos, portanto, foram provenientes de instituições e periódicos norte-americanos e franceses da área: quatro dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos (*Staff Information Papers* e *Bulletins of The National Archives*); oito da revista *The American Archivist*, editada pela Sociedade dos Arquivistas Americanos; cinco de *La Gazzete des Archives*, da Associação dos Arquivistas Franceses; e dois da revista *Archivum*, do Conselho Internacional de Arquivos. Cabe registrar a relativa agilidade de produção das edições em português em relação às publicações originais, algumas vezes de apenas um ano. Tratava-se na maioria dos casos de trabalhos bastante atualizados, tendo apenas quatro, das 27, sido publicadas antes dos anos 1940, como, por exemplo, o *Manual de arranjo e descrição de arquivos* (1898).

Quanto aos assuntos, nesse período abrangem desde a organização dos documentos (2 volumes); a descrição de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa (7); a avaliação, eliminação e recolhimento (6); a história dos arquivos (3); arquivos nacionais (2); arquivos privados (3); documentos audiovisuais (1); arquivos

116

Uma segunda edição deste livro foi publicada pelo próprio Arquivo Nacional em 1975.

e bibliotecas (2); diagnósticos de instituições arquivísticas (3), com base na ênfase dada aos assuntos em cada obra, em alguns casos compostas de mais de um trabalho. Do ponto de vista da tipologia, constam manuais técnicos (9), estudos (15) e relatórios (3).

Algumas, como dissemos, foram estudos apresentados em comunicações e conferências nos principais eventos da área, uma possibilidade de aproximar os profissionais brasileiros das discussões mais atuais no âmbito internacional. Outras foram resultado das visitas de técnicos estrangeiros, como Boullier de Branche e Schellenberg, que originaram relatórios que se somaram ao que fora elaborado por JH no início de sua gestão. Em todos eles, percebe-se a necessidade de formação de uma bibliografia de referência para os quadros do AN e os arquivistas formados pelos cursos mantidos pela instituição.

Os idiomas em que foram publicados originalmente os trabalhos foram o inglês, dezessete textos, e o francês, nove.¹¹⁷ Exceções foram o relatório de JH sobre o AN e o “manual dos arquivistas holandeses”, traduzido a partir de diversos idiomas (Rodrigues, 1960d, p. 6). Apenas nos dois volumes iniciais – *O preparo de inventários preliminares* e *Princípios de arranjo* – não identificamos menção ao tradutor. Nas demais publicações, são mencionados os tradutores Aída Furtado, Leda Boechat Rodrigues, Manuel Adolfo Wanderley e Marilena Barbosa Vieira. A maioria dos trabalhos foram traduzidos por Rodrigues, tanto do francês como do inglês, e por Wanderley, inglês, enquanto Furtado e Vieira traduziram somente do francês.¹¹⁸

Como boa parte das publicações era composta por artigos selecionados em periódicos, a maioria possuía poucas páginas,

117 Como dissemos, alguns volumes da série consistem na reunião de dois trabalhos, inclusive de idiomas originais diferentes.

118 Sobre estes tradutores, não foi possível levantar mais informações para este texto. Sabemos, no entanto, que Rodrigues foi uma jurista e historiadora, casada com JH; Wanderley foi chefe da Seção de Catalogação da Biblioteca Nacional; Furtado, bibliotecária e professora da Unirio, e sobre Marilena Barbosa Vieira, por enquanto não encontramos informações.

sobretudo as mimeografadas, raramente ultrapassando as cinquenta, em brochuras com acabamento simples em grampo canoa e poucas ilustrações, e formato aproximado de 16 x 21 cm. As publicações mimeografadas, numeradas, foram produzidas em mimeógrafo Multilith (Rodrigues, 1959c, p. 6), e essa opção possivelmente se relaciona a restrições orçamentárias, pois não parece ter sido fácil obter recursos para impressão,¹¹⁹ mas as motivações exatas ainda não puderam ser identificadas.

Com relação à distribuição, encontramos registros de solicitações e remessas de publicações da série PT, e de outras obras, para diversas pessoas e instituições, públicas e privadas, no Brasil e no exterior. Chamou a atenção uma modalidade de remessa para livrarias particulares, tendo como exemplo a livraria Triângulo, localizada no Centro da cidade de São Paulo, para onde, em junho de 1961, o AN remete, a pedido, cinco exemplares do *Manual de arquivos*, de Schellenberg. Como as publicações não eram comercializadas, JH propõe, “a exemplo do que tem sido praticado em relação a livrarias aqui localizadas, que nos abra um crédito de Cr\$ 90,00 por exemplar, crédito de que, oportunamente, nos utilizaremos na aquisição de livros para a nossa biblioteca.”¹²⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação de JH à frente da produção editorial do AN pode ser vista como decorrente de um projeto consciente de iniciar uma biblioteca de referência sobre temas arquivísticos, num momento em que ainda era incipiente a produção técnica e acadêmica na área no país.

119 Relatório do Arquivo Nacional, de 12 de novembro de 1960. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, Relatórios gerais, AN 040, p. 1.

120 Carta de José Honório Rodrigues para a livraria Triângulo, 21 de junho de 1961. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, AN 955.

Como no Brasil e em língua portuguesa só existiam um pequeno livro distribuído aos alunos do Curso de Arquivos da Hollerith, dirigido por d. Inês de Barros Barreto Corrêa de Araújo, uma publicação do Dasp, *Vade-Mécum do Arquivista*, de Marcílio Vaz Torres, e *Arquivar e Achar*, de Eric Watson White, funcionário da Light, obras todas limitadas e insatisfatórias, pode-se avaliar o salto que a técnica arquivística deu no Brasil ao contar com a bibliografia que o Arquivo Nacional pôs à disposição dos atuais e futuros arquivistas. As obras de Schellenberg e de S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin pertencem à mais alta categoria e se classificam entre as melhores do gênero na literatura especializada mundial (Rodrigues, 1963, p. 6).

Ele soube, no entanto, equilibrar de forma coerente estas demandas com o restante da produção editorial da instituição, na ocasião composta sobretudo pelas PH, que tiveram continuidade em sua gestão.

Nota-se ainda o uso frequente do espaço dos prefácios das publicações para ressaltar o interesse e relevância das temáticas abordadas, dialogando diretamente com seus projetos como diretor do AN. Por exemplo, em sua introdução ao trabalho de Robert Land, *O catálogo coletivo nacional das coleções de manuscritos*, que relata a experiência norte-americana na realização de levantamento para elaboração de um inventário de arquivos e documentos pertencentes a diferentes instituições de custódia dos Estados Unidos, JH diz que o Brasil necessitava de iniciativa semelhante, uma defesa que ele mesmo já havia feito, por exemplo, em *A pesquisa histórica no Brasil* (Rodrigues, 1952, p. 124). “A ideia foi aproveitada na reforma do Arquivo Nacional e seu novo Regimento (21 de novembro de 1958) cria o Serviço de Registro e Assistência, cuja finalidade principal é realizar o Inquérito Nacional de Arquivos, que já estamos promovendo, organizar o Registro Nacional dos Arquivos Nacionais; preparar o Guia e organizar, para o futuro, o Catálogo Coletivo” (prefácio, p. 4).

O mesmo acontece na introdução à obra *Coleções de manuscritos, documentos de arquivo e filmes*, obra que dialoga com uma das mudanças trazidas pelo regulamento de 1958, a criação de uma Seção de Filmes no Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica. “Hoje os Arquivos Nacionais de Washington, o Public Record Office de Londres (1958), o Arquivo Nacional (1958) consideram seu dever preservar para as futuras gerações o documentário cinematográfico, fonte viva da história contemporânea” (RODRIGUES, 1960c, p. 4).

Apesar de todas as mudanças das décadas seguintes, a série continuou a trazer publicações de temáticas diversas da área de arquivos e demonstrar preocupação contundente com a profissionalização dos arquivistas e a formação de um conjunto de obras de referência em português brasileiro. Essas breves reflexões – e outras que poderão ser desenvolvidas em pesquisas futuras – permitem considerar a produção editorial dos arquivos como um objeto de estudo relevante do ponto de vista da história das instituições e das práticas arquivísticas, observando-se suas motivações, condicionamentos e os diferentes contextos que levariam às suas diferentes configurações no tempo.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Publicações do Arquivo Nacional: 1886-1990**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991.

BRASIL. **Decreto n. 16.036, de 14 de maio de 1923**. Aprova o regulamento para o Arquivo Nacional.

BRASIL. **Decreto n. 44.862, de 21 de novembro de 1958**. Aprova o regimento do Arquivo Nacional.

BUZZATI, J. V. **Da máquina erudita à instituição arquivística**: rupturas e continuidades nas relações entre pesquisa histórica e técnicas de arquivo; o caso da reforma administrativa do Arquivo Nacional (1958-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GABLER, L. **Entre a administração e a história**: o lugar do Arquivo Público do Império nos projetos de modernização do Estado na década de 1870. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

GENETTE, G. **Paratextos editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. (Artes do Livro, 7).

MARQUES, A.; RODRIGUES, G. Um intelectual no Arquivo: legado de José Honório Rodrigues para a arquivologia no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 176-191, jul./dez. 2017.

RODRIGUES, J. H. Prefácio. *In*: SCHELLENBERG, T. R. **O preparo de inventários preliminares**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959a. (Publicações Técnicas, 1).

RODRIGUES, J. H. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959b. (Publicações Técnicas, 7).

RODRIGUES, J. H. Nota liminar. *In*: SCHELLENBERG, T. R. **Manual de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959c. (Publicações Técnicas, 10).

RODRIGUES, J. H. Nota preliminar. *In*: SCHELLENBERG, T. R. **A avaliação dos documentos públicos modernos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959d. (Publicações Técnicas, 9).

RODRIGUES, J. H. [Nota liminar]. *In*: SCHELLENBERG, T. R. **O preparo de listas de maços de documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960a. (Publicações Técnicas, 13).

RODRIGUES, J. H. [Nota liminar]. *In*: SCHELLENBERG, T. R. **Problemas arquivísticos do governo brasileiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960b. (Publicações Técnicas, 14).

RODRIGUES, J. H. [Nota liminar]. *In*: GARRISON, C. W.; ARBAUGH, D. **Coleções de manuscritos, documentos de arquivo e filmes**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960c. (Publicações Técnicas, 20).

RODRIGUES, J. H. Prefácio. *In*: MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960d. (Publicações Técnicas, 25).

RODRIGUES, J. H. Nota liminar. *In*: SCHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963. (Publicações Técnicas, 27).

RODRIGUES, J. H. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1978.

RODRIGUES, J. H. [Nota liminar]. *In*: FILANGIERE, R. **Os arquivos privados**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959e. (Publicações Técnicas, 6).

SIMÕES, M. **Do acervo ao livro**: as Publicações do Arquivo Nacional (1886-1922). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

WANDERLEY, M. A. Nota do tradutor. *In*: SCHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963. (Publicações Técnicas, 27).

25

Nelson Alfredo Salomão Neto
IBICT/UFRJ

ARQUIVOS DECOLONIAIS:
UM OLHAR PARA O ESTADO DA ARTE

DOI: <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2024.11161.25>

Os arquivos do período colonial brasileiro constituem parte fundamental da história e são imprescindíveis para a memória e a identidade nacional. Por tamanha relevância, espera-se que o Estado brasileiro seja capaz de desenhar políticas arquivísticas que possam protegê-los, tratá-los, torná-los visíveis e acessíveis. O presente trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento, a ser concluída em 2025 e que tem como um de seus objetivos recuperar o fio das ações, programas e políticas arquivísticas direcionadas ao patrimônio documental do período colonial brasileiro através de um olhar decolonial, ou seja, que tenha em seu horizonte a desconstrução do ideário das práticas eurocêntricas e etnocêntricas que permeiam os fazeres arquivísticos e os nossos desenhos políticos e institucionais. Para tanto, uma revisão bibliográfica do tema arquivos decoloniais tornou-se obrigatória, e os resultados encontrados serão dissecados neste artigo.

O termo colonialidade, conforme introduzido pelo peruano Anibal Quijano ao fim dos anos 1980, faz referência aos desdobramentos econômicos, políticos e sociais do colonialismo nas estruturas do mundo moderno. Na teoria de Quijano, a América Latina desempenha papel fundamental e decisivo na constituição da era Moderna, do sistema colonial mundial e do capitalismo emergente através das invasões, ocupações e relações de dominação iniciadas no final do século XV. É na América Latina também que se impõe e desenvolve de maneira mais profunda um padrão de poder que viria a fornecer para o sistema mercantil europeu condições de deslocar a Europa da periferia do mundo em direção ao centro, desbancando os grandes centros comerciais que viriam a ser chamados de Oriente como China, Índia, Egito, Síria.

Visando interpretar esse padrão de poder constituído, Quijano introduz o conceito de colonialidade (do poder), que seria a construção de um padrão universal das relações de trabalho e dominação social ancoradas na ideia de raça, uma categoria mental própria da modernidade.

A partir da ideia de raça, materializa-se a dominação física do outro, sua inferiorização, a hierarquização de saberes e a negação de seus valores, culturas e tradições que terminarão por distribuir à população mundial seus lugares e papéis na nova estrutura de poder global vigente.

Na colonialidade do poder manifestam-se a dominação econômica e as estruturas do mundo moderno que mantêm as relações de exploração desenhadas no período colonial e neocolonial. Na colonialidade do saber manifesta-se a dominação epistemológica que consiste na hierarquização dos saberes, que privilegia a perspectiva civilizatória eurocêntrica e que resulta na subjugação, na negação e no apagamento de outras formas de conhecimento.

Decolonização, por sua vez, é o conceito utilizado por Quijano e outros teóricos do Grupo Modernidade/Colonialidade para romper com as ideias edificadas em cima da universalidade, da lógica moderna e colonial. Adotar uma perspectiva decolonial significa não perder de vista os efeitos permanentes do passado colonial e sobretudo do eurocentrismo, do patriarcalismo, do racismo no nosso modo de pensar, na nossa identidade, na forma de fazer ciência, de construir nossa memória e até mesmo nas tentativas de escapar destas matrizes.

Passada a independência formal no Brasil, ainda reconhecemos estas marcas em diversos aspectos da sociedade: no vocabulário, na culinária, na cultura, na religião, nas características físicas do povo brasileiro, na economia, na distribuição (ou concentração) de renda e fundiária, na arquitetura, nos títulos e privilégios. Com menor facilidade, entretanto, reconhecemos a herança colonial manifesta na hierarquização dos saberes, na naturalização das opressões de gênero e raça e na mentalidade eurocêntrica que por diversos meios influenciam hoje em nossas escolhas políticas. Também por ela passa a construção da nossa memória e a forma como interpretamos e contamos a nossa História.

Nessa seara, os arquivos oficiais e não-oficiais, patrimonializados ou não, organizados ou acumulados, dispersos ou reunidos, acessíveis ou inacessíveis, são parte fundamental na construção e sustentação de narrativas contra-hegemônicas, que buscam de forma intencional e sistemática reverter o processo de silenciamento imposto às vítimas da colonização.

Isto posto, falar de decolonialidade na academia brasileira não é novidade. Na realidade, o tema se disseminou com enorme velocidade nos últimos anos e de forma a atingir quase todas as áreas do conhecimento, alcançando até mesmo as chamadas ciências duras. Não é raro encontrar artigos que postulam uma abordagem decolonial para Física, Química, Biologia e mesmo Matemática. Entretanto, é inegável que foi nas ciências humanas e sociais aplicadas que o tema encontrou solo fértil e adquiriu múltiplas facetas. De tal forma que poderia-se até argumentar que a presente pesquisa sinaliza mais uma adesão em direção a um modismo acadêmico não fosse um detalhe: a Arquivologia brasileira, até então, passa incólume às discussões decoloniais. E mesmo se deslocarmos o olhar para o âmbito mundial, a produção existente é relativamente recente. Por várias razões, que caberiam em outra investigação, não estão postas na área as contradições evidentes entre o reconhecimento dos arquivos como elementos fundamentais na construção de memória e identidade dos povos e o caráter excessivamente técnico da formação e atuação dos profissionais e instituições que ainda hesitam em adotar uma conduta proativa em direção à decolonialidade.

EPISTEME PERIFÉRICA, PUBLICAÇÕES CENTRALIZADAS: O QUE DIZEM AS BASES DE DADOS

Como parte fundamental deste trabalho, perseguiu-se um panorama sobre o que seria o estado da arte de uma abordagem decolonial em arquivos, utilizando-se de buscas em bases de periódicos e submetendo-as a um filtro de duas etapas. As bases utilizadas foram a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI); o Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA). As pesquisas foram feitas em português, espanhol, inglês e francês, com base em combinações entre os termos “arquivo”, “colonial”, “decolonial”, “descolonial” e “pós-colonial”, considerando também suas flexões plurais.

Uma vez coletados os resultados junto às ferramentas, uma segunda filtragem se iniciou de forma manual em cada publicação, analisando o conteúdo das mesmas de maneira a separar os trabalhos que de fato atenderam aos requisitos desejados dos que passaram no primeiro filtro, mas não interessavam à pesquisa. Essa segunda filtragem mostrou-se fundamental na medida em que o termo “arquivo” e suas flexões podem aparecer em diversos contextos em que os mesmos não são o objeto de uma pesquisa, mas a fonte primária de consulta. Da mesma forma, “decolonial”, “descolonial” e suas flexões podem direcionar para inúmeras abordagens que apenas situam eventos posteriores à passagem histórica da independência e não tem relação direta nem fazem menção aos estudos decoloniais. Nessa etapa também foram eliminadas as duplicidades e redundâncias.

No total, foram 186 resultados combinando as quatro bases, dos quais 53 foram selecionados para análise. Entre as bases, a BRAPCI foi a que mais retornou resultados nas buscas, totalizando 69 artigos, e ao mesmo tempo a que menos teve artigos selecionados após a filtragem manual (nenhum). A SciELO teve 59 resultados, dos quais oito foram selecionados para análise. CAPES e LISTA por sua vez tiveram resultados semelhantes, com cerca de $\frac{2}{3}$ dos artigos permanecendo após a segunda filtragem (22 de 31 e 20 de 30, respectivamente).

Em uma análise quantitativa preliminar, foram mapeados os autores e suas universidades afiliadas, bem como os periódicos que publicaram os estudos, de forma a ser possível compreender quais países estão na vanguarda dos estudos sobre arquivos em abordagem decolonial. E por mais que se possa intuir o contrário, afinal a abordagem é em essência sul-americana, a produção acadêmica do tema é liderada por universidades dos Estados Unidos, Reino Unido, Portugal e Países Baixos. Da mesma forma, as editoras e revistas que publicam os estudos pertencem em sua maioria aos mesmos países.

Alguns fatores surgem como possíveis explicações: em primeiro lugar, a produção científica de maneira geral é liderada pelos países centrais do capitalismo, estando entre eles muitos ex-colonizadores e neocolonizadores. Países desenvolvidos, com maiores investimentos em ciência, tecnologia e educação tendem a estar na vanguarda e a pressionar as fronteiras e os avanços científicos. Notáveis exceções nos rankings de produção científica se fazem por parte da China e da Índia, que para além do investimento são beneficiadas também por seus enormes contingentes populacionais.

Outro ponto que vale importante destaque: grande parte das universidades de elite dos países desenvolvidos possuem departamentos inteiros voltados para estudos latino-americanos, onde muitas vezes correntes como o pensamento decolonial encontram financiamento. O próprio Grupo Modernidade/Colonialidade tinha em sua

composição quase metade dos pesquisadores vinculados a universidades americanas, como o expoente argentino Walter Mignolo (Duke University). Por óbvio, estar vinculado a uma universidade não esgota as possibilidades de colaboração com outras universidades e países, onde os pesquisadores podem atuar inclusive como professores visitantes, mas é um dado a ser levado em consideração.

De volta aos números, também é possível afirmar que a abordagem decolonial em arquivos não está pautada de forma consistente no Brasil. Apenas um trabalho foi identificado com as características desejadas, por uma autora vinculada à Universidade Federal da Bahia (UFBA), que publicou artigo em uma revista portuguesa. É de Portugal essencialmente toda a produção lusófona encontrada. Dada a escassez de publicações na área dos arquivos no Brasil, cabe ao menos destacar os esforços empreendidos em áreas e disciplinas próximas como o dossiê “Decolonialidade e Ciência da Informação: veredas dialógicas” (2021), editado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em associação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Guardadas as diferenças de objeto e enfoque das áreas, o dossiê é um indicativo de que há uma aproximação em curso entre os estudos decoloniais da arena informacional e documental no Brasil.

Outra estatística que reforça este panorama brasileiro é a quantidade de grupos de pesquisa ativos dedicados ao tema, inscritos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ. Consultando a base de dados em julho de 2023, constatamos que o tema (decolonialidade/decolonial) está presente, direta ou indiretamente, em 318 grupos de pesquisa. Destes, 48 estão

inscritos em Ciências Sociais Aplicadas.¹²¹ Dentro deste universo, nenhum grupo está vinculado à Arquivologia e apenas um à Ciência da Informação. O “Grupo de Pesquisa em Cultura, Conhecimento e Inovação”, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, lista “decolonialidade do conhecimento” entre as palavras-chave de uma de suas linhas de pesquisa voltada à organização e representação do conhecimento.

No ambiente internacional, o debate já começa a se desenrolar com mais vigor, com uma crescente de publicações, sobretudo nos últimos cinco anos, que já abordam facetas específicas da colonialidade nos arquivos como a supremacia branca, o patriarcado, a heteronormatividade, a opressão dos povos autóctones e a subrepresentação. Destacam-se entre as publicações a iniciativa da *L’Internationale*, que organizou uma coletânea de artigos dedicados ao tema intitulada “*Decolonising Archives*” (2016); o livro “*Displaced Archives*” (2017) de James Lowry; e a revista *Archival Science*, que em sua edição nº 19 (2019) também dedicou um tópico para artigos relacionados ao tema.

Na esteira das publicações, livros, artigos e sobretudo coletâneas, que reúnem publicações de autores variados, nota-se uma ampla diversidade de tópicos abordados sob a ótica do que se entende por arquivos decoloniais. Longe de estreitar, as coletâneas ampliam e reforçam o quão rico é o universo dessas abordagens. No que tange à essa pluralidade de abordagens observada nos trabalhos selecionados, podemos agrupá-la em três grupos: representatividade, práxis e custódia.

121

Para entendimento do leitor, o CNPQ classifica hierarquicamente as áreas do conhecimento. No entendimento do órgão, a Arquivologia é uma subárea da Ciência da Informação, junto à Biblioteconomia e à Teoria da Informação. Por sua vez, a Ciência da Informação está inscrita no campo das Ciências Sociais Aplicadas, junto à Administração, Direito, Comunicação e outras.

REPRESENTATIVIDADE, PRÁXIS, CUSTÓDIA: FOCOS DA ABORDAGEM DECOLONIAL

As abordagens focadas na representatividade têm como objetivo caracterizar a subrepresentação ou a marginalização de determinados grupos sociais nos arquivos, notadamente povos originários, colonizados, mulheres, LGBTQIA+ e negros. Naturalmente, o peso de cada grupo social e cada subrepresentação arquivística vai responder primariamente a uma conjuntura nacional. As questões indígenas, por exemplo, tendem a ser mais relevantes no Brasil do que na Alemanha, e mais na Bolívia que no Brasil. A opressão e subrepresentação dos negros, por sua vez, pode ter um peso até maior em um país central como os Estados Unidos que em um país da periferia do capitalismo.

São essas configurações que se manifestam repetidamente nas abordagens representativas analisadas nas bases de dados. Cada região e cada país tem lacunas históricas a serem sanadas que não se apresentam da mesma maneira em nenhum outro lugar. Os artigos analisados que trabalham sob esse foco, normalmente o fazem de forma individual, em estudo de caso específico. Na busca por alterar o cenário descrito, a abordagem representativa frequentemente concilia com outra abordagem, a de práxis arquivística.

As publicações com foco na práxis arquivística tendem a propor formas de intervenção decolonial nos arquivos, o que significa em primeira instância reconhecer que o arquivista, ao tempo em que exerce seu ofício, não o faz de forma exclusivamente técnica, isenta ou neutra. O faz a partir do contexto social em que inevitavelmente está inserido. Também nos direcionam à compreensão de que

as próprias instituições arquivísticas, como todas as instituições, são construções sociais e estão igualmente inseridas no mesmo contexto histórico e social de seu tempo. Como os arquivistas, estão igualmente sujeitas a reproduzir ideologias dominantes em suas diretrizes, estrutura, políticas, ações e mesmo em sua missão.

Estabelecer essas premissas são fundamentais uma vez que a abordagem decolonial nas ciências sociais exige do pesquisador o compromisso primário de explicitar as camadas ideológicas que afetam seu objeto de pesquisa, determinado(s) grupo(s) ou prática(s) social(is). Para além de desnudar tais camadas, é fundamental que se proponham soluções no sentido de neutralizá-las ou mesmo contrapô-las.

Em 1977, Howard Zinn já se debruçava sobre o dilema da neutralidade nos fazeres profissionais, incluindo também os arquivísticos. Através de Mannheim e Marx, nos lembra que o conhecimento tem uma origem e um uso social. Ao passo que reflete o viés de uma determinada ordem, não pode ser neutro nem em sua origem nem em seu efeito. Ao abordar os profissionais da era moderna, de maneira genérica, elucubra:

Haviam poucos profissionais antigamente. Agora estão por toda parte e com suas habilidades e conhecimentos poderiam ser uma ameaça ao *status quo*. Porém, sua vontade de desafiar a ordem vigente é constantemente enfraquecida por recompensas de dinheiro e posição. E eles estão tão divididos, tão preocupados com suas próprias especialidades, que passam a maior parte de seu tempo amaciando e reforçando seu elo na engrenagem da máquina social. Isso deixa muito pouco tempo ou energia para se preocupar se o sistema é feito para guerra ou paz, para justiça social ou para lucros individuais, para nos ajudar ou para nos envenenar (Zinn, 1977, p. 16, tradução nossa).

Para Zinn, determinados profissionais têm papel-chave no controle social, entre eles os ligados diretamente à disseminação de conhecimento na sociedade como professores, historiadores, cientistas políticos, jornalistas e também arquivistas.

Décadas mais tarde, o tema volta a ser revisitado através de Harris, Jimerson e outros. Uma falta de consciência do papel do arquivista sobre a construção da memória e, sobretudo, da percepção das instituições de arquivo não como depósitos de documentação, mas como reflexos da sociedade que os criou, acarreta uma negação do poder. Para Cook e Schwartz, o “poder reconhecido se torna um poder que pode ser questionado, responsabilizado e aberto ao diálogo transparente e à compreensão enriquecida” (2002, tradução nossa, p. 2).

Na esteira do reconhecimento e da apropriação do poder dos arquivos, florescem perspectivas e propostas que visam lançar luz às múltiplas facetas do colonialismo e do neocolonialismo na construção da memória coletiva e do engajamento em processos de luta no tempo presente. Como herança colonial, o arquivo possui severas lacunas de histórias, relatos e memórias dos povos e grupos sociais oprimidos, dos subalternos de Gayatri Spivak ou dos condenados da terra de Frantz Fanon. Ao passo que essas lacunas invisibilizam determinadas narrativas, constroem e reforçam outras, assim como estereótipos e eventos históricos.

Não basta, porém, decolonizar a teoria. Repensar as práticas e os fazeres arquivísticos são tão importantes quanto a teoria, ou até mais. É no seu cotidiano que o arquivista pode ajudar a construir uma nova perspectiva, se enxergando nesse processo. Diferentemente da teoria, a práxis ultrapassa a bolha profissional e impacta diretamente a comunidade. Nesse sentido, há formas colonizadoras e decolonizadoras de atuar. As formas colonizadoras são, como já explicitado, as práticas profissionais que reproduzem o *status quo* e o olhar moderno que naturaliza as opressões entre povos, raças,

classes e gêneros. Entre essas, existem as inconscientes e as conscientes. Às inconscientes podemos creditar tudo o que reproduz um discurso hegemônico na sociedade, mas não necessariamente intervéem explicitamente de forma a manipular ou desacreditar narrativas contra-hegemônicas. Nessa toada, Caswell e Giddhar enfatizam:

Uma prática arquivística decolonial começa desse entendimento, que o colonialismo ocidental, o império e a raça são aspectos muito mais difundidos em nosso campo do que é usualmente considerado. De fato, estão intrinsecamente relacionados à todas as facetas de como pensamos, falamos e trabalhamos em nosso campo porque eles são características definidoras da modernidade em toda parte, incluindo em sua forma neoliberal de hoje (Caswell; Giddhar, 2019; p. 78, tradução nossa).

Na literatura da área, é a partir desse entendimento que funções arquivísticas consolidadas recebem novas matizes e variantes, muitas delas já em prática em instituições arquivísticas como a descrição reparativa, que em uma perspectiva de intervenção decolonial suplanta a descrição tradicional.

Por fim, a abordagem de custódia dedica-se aos problemas e contenciosos arquivísticos resultantes dos processos de independência das colônias. Documentos e arquivos produzidos em territórios-colônia possuem inúmeras peculiaridades e aspectos que merecem atenção e análise, mas de maneira geral podemos afirmar que refletem duas faces distintas. Para os antigos colonizadores, a administração das colônias representa uma parte importante das políticas estatais e das burocracias gerenciais/institucionais que traçaram os caminhos das metrópoles. Por outro lado, os mesmos conjuntos documentais refletem a história e a identidade dos povos coloniais, uma vez que as decisões metropolitanas tinham impacto imediato sobre seus modos de vida. Assim, são elementos fundamentais de sua memória e imprescindíveis nos processos de construção de sua identidade.

Via de regra, por terem seu valor histórico reconhecido e pela dinâmica de poder que se apresentava à época, esses conjuntos documentais foram levados das colônias durante e após as lutas de emancipação, deixando territórios da América Latina, Ásia e África e atravessando o globo rumo à Europa. Uma vez em territórios metropolitanos, muitas vezes localizados a enormes distâncias, os documentos tornaram-se inacessíveis para a maior parte da população.

Para abordar, por exemplo, os conjuntos de documentos retirados de seu contexto original e cujos direitos de propriedade estejam sob disputa, Lowry propôs recentemente o conceito de arquivos deslocados. O conceito, associado a outros trazidos de diversas áreas como empatia radical, permite compreender esses conjuntos para além de aspectos estritamente jurídicos ou geopolíticos, de forma que sejam colocados na balança também os impactos associados aos indivíduos e comunidades representados nos documentos (Lowry, 2019, p. 185).

Territórios-colônia, antigos e atuais, com frequência se vêem alijados de sua própria história, com dificuldades ou mesmo sem acesso a documentos produzidos ao longo da administração metropolitana. A questão é discutida por Bastian (2002) e mais tarde por Agostinho (2019) a partir do exemplo das Ilhas Virgens Americanas (IVA). Suas três ilhas principais (São Tomás, São João e Santa Cruz) foram ocupadas pela Companhia Dinamarquesa das Índias Ocidentais ao longo dos séculos XVII e XVIII, tendo se tornado colônias reais da Dinamarca em 1754.

Outro caso conhecido diz respeito à responsabilização do Império Britânico quanto aos abusos e torturas cometidos à época da rebelião dos Mau-mau e suas lutas de libertação no Quênia. Ao menos 100 metros lineares de documentos sensíveis, comprobatórios das acusações, foram saqueados pelo império no processo de independência da colônia. Ao levar o caso à Suprema Corte, em Londres, descobriu-se que além do Quênia, ao menos outras 37 antigas

colônias britânicas possuíam documentos mantidos ilegalmente nos depósitos da *Foreign and Commonwealth Office*, desconhecidos inclusive pelo *Public Records Office* e fora do alcance da lei de acesso à informação britânica (Anderson, 2011, p. 712).

Engana-se, porém, quem assume o colonialismo como uma chaga antiga para todos os povos. Um terceiro episódio, relatado pela pesquisadora de história visual Rona Sela, nos ajuda a compreender que o colonialismo ainda se mantém como realidade no século XXI para milhões de pessoas. Em seu artigo e também filme-documentário "*Looted & hidden - Palestinian Archives in Israel*" (2017), Rona trabalha os arquivos de pessoas e organizações palestinas apossados pelo exército israelense ao longo do século XX. Entre arquivos pessoais e organizacionais, filmes e fotografias, colecionados ou orgânicos, nos são apresentados múltiplos obstáculos ao acesso dos mesmos e a construção de narrativas que se oponham às oficiais.

Os exemplos acima nos possibilitam uma rica análise dos arquivos coloniais. Em primeiro lugar, percebe-se a importância dos documentos e registros para a administração e controle imperial sobre seus territórios de ocupação e influência. Em segundo lugar, evidencia também nos arquivos a natureza desigual das relações entre colônias/neo-colônias/países dependentes e seus colonizadores. Por mais de uma vez, a expropriação de documentos foi justificada com uma alegada incapacidade da colônia em preservá-los.

Pouco importa nesse caso que haja responsabilidade direta dos colonizadores nas condições de preservação atuais encontradas. Pouco importa também que os habitantes das IVA, no primeiro exemplo, tenham perdido o acesso a documentos que constroem sua história e suas memórias, distantes que estão de Washington e Copenhagen. A abordagem paternalista, racista, que ignora as marcas da colonização e enxerga o sujeito colonial como incapaz, permite a expansão do controle imperial sobre documentos históricos. Em regiões ainda militarmente ocupadas, a desigualdade se materializa no uso da força e da violência.

Para casos similares, Bastian (2002) advoga por uma teoria pós-custodial que leve em consideração não apenas os produtores dos documentos mas também os sujeitos a quem os documentos se referem. Para Bastian, “custódia apenas serve a um propósito de arquivo a longo prazo se ela acomodar as pessoas e os eventos a quem os registros também se relacionam, assim como a memória coletiva que os registros promovem” (p. 91, tradução nossa). Para este fim, ao invés de apostar apenas no controle físico dos documentos diante de todas as possibilidades atuais de disseminação, a autora valoriza o acesso enquanto responsabilidade primária dos custodiadores. Ou seja, uma vez que os custodiadores estejam de posse da documentação, é primordial que eles ofereçam acesso aos sujeitos e comunidades representados nos documentos, independentemente da distância física.

Lowry (2019), por sua vez, aciona uma gama de novos conceitos para realizar essa abordagem como empatia radical, arquivos imaginados e direciona seus esforços para a atuação profissional e defende que os arquivistas se engajem enquanto comunidade nas questões práticas que envolvam arquivos deslocados, exercendo pressão e visando em última análise a repatriação dos mesmos. Para o que o autor chamou de *realpolitik* dos arquivos deslocados, apesar de todas as implicações advindas, um dos meios mais reconhecidamente eficazes seria usar os arquivos como moeda de barganha em acordos binacionais, como o caso dos arquivos reais sul-coreanos que foram devolvidos pela França.

Essa realidade já é explicitamente problematizada e reconhecida em organismos internacionais desde os anos setenta. Na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizada entre 17 de outubro e 23 de novembro de 1974, fez-se registrar a seguinte resolução:

Bearing in mind that a great number of Member States of Unesco have been in the past for longer or shorter duration under foreign domination, administration and occupation,

Considering that archives constituted within the territory of these States, have, as a result, been removed from that territory, Mindful of the fact that the archives in question are of great importance for the general, cultural, political and economic history of the countries which were under foreign occupation, administration and domination,

Recalling recommendation 13 of the Intergovernmental Conference on the Planning of National Documentation, Library and Archives Infrastructures, held in September 1974, and desirous of extending its scope,

1. Invites the Member States of Unesco to give favourable consideration to the possibility to transferring documents from archives constituted within the territory of other countries or relating to their history, within the framework of bilateral agreements;

2. Recommends that, in consultation with the appropriate non-governmental organizations, the Director-General envisage the possibility of a detailed study of such transfers and that he inform the nineteenth session of the General Conference thereof (UNESCO, 1975, p. 68).

Com isso, abria as portas para pedidos de restituição e negociação entre antigas metrópoles e suas colônias. Pedidos esses que só foram ganhar corpo décadas depois, e que vislumbravam uma gama de bens não só documentais e arquivísticos, mas culturais, objetos museológicos e itens que foram pilhados e inseridos em novo contexto, por vezes integrando “gabinetes de curiosidades” imperiais e museus nacionais europeus.

Ao longo desses anos, muitos elementos reforçaram que o processo de negociação entre uma parte europeia e uma ex-colônia é árduo, desbalanceado e carrega os traços coloniais ora implicitamente, ora explicitamente. Entre o dito e o não dito, podemos imaginar o contexto em que as negociações são conduzidas.

Todos os exemplos e pontos levantados na revisão bibliográfica dão conta de nos sinalizar em que contexto se dão as negociações entre antigas metrópoles com suas antigas colônias. Muito além de questões técnicas, as negociações envolvem política, diplomacia, interesses estratégicos, econômicos e operam em um terreno onde as alavancas de negociação operam quase todas do lado colonizador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A etapa de revisão bibliográfica da pesquisa trouxe grande sustentação para o futuro da pesquisa desenvolvida, apresentou gargalos que a produção científica do tema ainda precisa verticalizar e confirmou ao menos uma hipótese: a Arquivologia brasileira ainda não se apropriou dos estudos decoloniais de forma sistemática.

Ao observar as abordagens internacionais centradas em sua maioria em representatividade, práxis e custódia, desnuda-se uma evidente pertinência do tema para a comunidade arquivística brasileira. O país possui enormes lacunas representativas com negros, povos originários, mulheres e LGBTQIA+. Também foi submetido a um longo e doloroso processo colonizatório, com impactos sobre seus patrimônios culturais e arquivísticos, o que justificaria também uma atenção maior às produções científicas decoloniais de caráter custodial. Por fim, possui extensa capilaridade de instituições aptas a executarem políticas públicas decoloniais, apoiadas também pelos diversos cursos de formação em Arquivologia espalhados pelo país.

Na etapa subsequente da pesquisa em desenvolvimento, serão analisadas as políticas voltadas aos arquivos coloniais brasileiros, tendo como direcionamento o referencial teórico construído a partir dos estudos analisados e aqui sistematizados.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, D. Archival encounters: rethinking access and care in digital colonial archives. **Archival Science**, 19, 2019, p. 141-165.
- ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ci. Inf.**, v. 32, n. 3, Brasília, set./dez. 2003.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BASTIAN, J. Taking Custody, Giving Access: A Postcustodial Role for A New Century. **Archivaria**, 53, 2002, p. 77-93.
- BASU, P.; DE JONG, F. Utopian archives, decolonial affordances Introduction to special issue. **Social Anthropology**, 24, 2016, p. 5-19.
- BRYMAN, A. **Social research methods**. Oxford University Press, 2016.
- FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- GHADDAR, J.; CASWELL, M. "To go beyond": towards a decolonial archival praxis. **Archival Science**, v. 19 (2), 2019.
- JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14, n. 1, p.2-22, jan./abr.2009.
- LOWRY, J. Radical empathy, the imaginary and affect in (post)colonial records: How to break out of international stalemates on displaced archives. **Archival Science**, 19, 2019, p. 185-203.
- MIGNOLO, W. **The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options**. London: Duke University Press, 2011.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder. Santos, B. de S.; Meneses, M. P. (Org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- RENDÓN ROJAS, M. A. **Cuestiones epistemológicas de la Ciencia bibliotecológica y de la información**. **Informare**, v.5, n. 2, p. 31-37, jul./dez.1999.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Colombia: Ed. Universidad del Cauca, Popayán, 2012.

SCHWARTZ, J. M.; COOK, Terry. **Archives, records and power: the making of modern memory**. *Archival Science*, n. 2, p. 1-19, 2002.

SOUZA, C. **"Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa"**, Caderno CRH39: 11-24. 2003

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

UNESCO. **Records of the General Conference**, 18th session, Paris, 17 October to 23 November 1974, v. 1: Resolutions, 1975.

ZINN, H. The Secrecy, Archives, and the Public Interest. *The Midwestern Archivist*: 2 (2), 1977, p. 14-26.

26

*Juliana Maia Mendes
Renato de Mattos
Universidade Federal Fluminense*

ARQUIVO COMO PATRIMÔNIO:

**TRAJETÓRIA DOS ATOS DECLARATÓRIOS
DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS
DE ARQUIVO NO BRASIL**

A relação entre arquivos e patrimônio é estreita e duradoura. Na interseção entre patrimônio e arquivo estão os gestos e atos de patrimonialização e a discussão de valores, usos e atributos associados aos conjuntos de documentos reconhecidos (Heymann, 2011; Grailles, 2014; Davallon, 2015). A instituição *Arquivo*, o arquivo como lugar, aparece como local de custódia e salvaguarda de *arquivos*, os documentos de arquivo, que fazem parte do conjunto de bens culturais formadores do patrimônio cultural de uma nação. É nesse sentido que o Arquivo Nacional do Brasil, em sua apresentação, estabelece como finalidade do órgão a gestão, recolhimento, tratamento técnico e divulgação do *patrimônio documental* do País.¹²²

Nesta pesquisa optamos por utilizar “patrimônio arquivístico” para nos referirmos aos conjuntos de documentos de arquivo organicamente constituídos que foram patrimonializados. O adjetivo cultural está implícito ao termo, considerando que o processo de patrimonialização se constitui pela atribuição de valor cultural e de referência para identidade da comunidade a que faz parte. Além disso, de acordo com o esquema proposto por Vieira (2021), adaptado de Monroy Casillas, consideramos o patrimônio arquivístico como um subconjunto do patrimônio documental, não sinônimo a ele.

Apesar de o entrelaçamento da história dos arquivos com a categoria do patrimônio, essa relação permanece pouco discutida com aprofundamento teórico na área da Arquivologia. Como afirmou Cougo Junior (2019, p. 17), “a relação entre arquivos e patrimônio ainda é nebulosa do ponto de vista conceitual”. Esse trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado realizada no programa

122

“O Arquivo Nacional, criado em 1838, é o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (Siga), da administração pública federal, integrante da estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Tem por finalidade implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos - Conarq, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural” (Arquivo Nacional, 2023).

de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e busca contribuir com os debates em torno dos processos de patrimonialização de arquivos no Brasil. Assim, de acordo com Chagas, entendemos que

Nos arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus, bem como em diversos outros processos de institucionalização entre os quais incluem cinematecas, centros culturais, casas de cultura, ecomuseus, jardins botânicos e muitos mais, ideias de cultura, patrimônio e memória estão presentes e inteiramente relacionadas entre si, compondo uma espécie de amálgama conceitual. Ainda que as especificidades sejam significativas e não devam ser desprezadas, esses três termos conformam como que um campo de pertencimento comum para essas diferentes instituições (Chagas, 2002, p. 16).

Partimos, portanto, da concepção do *patrimônio como processo* (Davallon, 2015) e do reconhecimento de diferentes caminhos que levam à identificação de documentos de arquivo como patrimônio cultural brasileiro. Esses caminhos se cruzam nos debates sobre políticas arquivísticas no âmbito das políticas públicas de arquivos, entendendo-as como “o reconhecimento dos arquivos públicos como ‘autoridade arquivística’ em seus respectivos âmbitos de atuação (...), ao mesmo tempo em que se pressupõe a necessidade de programas e projetos arquivísticos em instituições públicas e privadas” (Venancio, 2022, p. 52). Além disso, conforme Vieira (2021), consideramos que a elaboração de políticas públicas arquivísticas não deve ser uma construção exclusivamente governamental, pressupondo a participação de diversos atores e o constante monitoramento e reavaliação de seu funcionamento. Identificar, descrever e examinar os caminhos de patrimonialização de arquivos se insere nessas preocupações.

Nesse trabalho, utilizamos como guia de análise o esquema geral de interpretação sobre a patrimonialização cultural de arquivos no Brasil elaborado por Cougo Junior (2020). Nele, o autor identificou cinco atos performativos do gesto de declaração oficial

de patrimonialização de arquivos no Brasil em âmbito federal e os dividiu em dois grupos a partir de suas principais características: custodial e declaratória.

O primeiro grupo foi intitulado “custodial” por ter como marca fundamental a mudança de responsabilidade sobre a custódia dos bens patrimonializados (Cougo Junior, 2020, p. 406). Fazem parte desse grupo os atos performativos de aquisição e recolhimento. Já no segundo, nomeado “declaratório”, “a custódia dos documentos patrimonializados se mantém inalterada com a patrimonialização, que se dá especificamente pela afirmação oficial e legítima da patrimonialidade de um determinado acervo” (Cougo Junior, 2020, p. 406).

A opção realizada pela pesquisa dos atos performativos de caráter declaratório se justifica por entendermos que neles é possível identificar de maneira manifesta e propositiva os discursos mobilizados em torno da atribuição de valor cultural – relacionado à identificação do arquivo como patrimônio – e os atores envolvidos. Para além das discussões em torno da função arquivística da avaliação e dos debates sobre políticas de aquisição de acervos por instituições de custódia, os dispositivos de patrimonialização cultural de arquivos no Brasil identificados como de caráter declaratório no esquema de interpretação proposto explicitam seu principal objetivo: identificar e preservar aqueles conjuntos de documentos de arquivo que, por seu valor cultural, são representativos da história e cultura do Brasil. Conformando, portanto, o patrimônio arquivístico brasileiro. Tal fato explica o porquê desses dispositivos apresentarem maior diálogo com o campo preservacionista e exibirem relações com órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural.

De caráter qualitativo e natureza descritiva (Gil, 2002), o objetivo desse trabalho é apresentar os três atos performativos de caráter declaratório identificados por Cougo Junior (2020). São eles: o tombamento realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a declaração de interesse público e social

de arquivos privados prevista pela Lei de Arquivos, nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e o Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (MoW/ UNESCO). Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa documental a partir do levantamento e análise da legislação e dos documentos técnico-administrativos relacionados à aplicação dos dispositivos.

DESENVOLVIMENTO

A institucionalização das ações de preservação do patrimônio no Brasil ocorreu com a publicação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que regulamenta o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹²³ e cria o primeiro instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural em âmbito nacional: o tombamento. Esse dispositivo é a forma mais antiga e consolidada de proteção ao patrimônio cultural brasileiro e permanece há mais de oito décadas no ordenamento jurídico nacional. O tombamento é o primeiro dos três atos performativos de caráter declaratório identificados no esquema de interpretação proposto por Cougo Junior (2020).

O Decreto-Lei de 1937 é a concretização das discussões e ideias que vinham sendo gestadas desde os anos 1920 (Camargo, 1999, 114), ampliando “as atividades que vinham sendo desenvolvidas, desde 1933, pela Inspeção de Monumentos Nacionais, que funcionava no Museu Histórico Nacional até a criação do SPHAN” (Sena, 2011, p. 6). A partir de então, são introduzidas nas políticas públicas a responsabilidade do Estado pela preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Segundo Bosi (2002), a associação feita à primeira vista entre patrimônio histórico e monumentos ou edifícios antigos se deve, em grande medida, a essa primeira legislação patrimonial brasileira. O Decreto-Lei definiu como patrimônio histórico e artístico nacional o “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Brasil, 1937). Estabeleceu ainda que os bens só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos agrupada ou separadamente num dos quatro Livros do Tombo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Ainda que o Iphan tenha promovido outras iniciativas de preservação ao longo de sua história, como salientou Sena (2011), e que não seja vedada a aplicação do tombamento no caso de preservação de bens móveis, a natureza do dispositivo acabou por privilegiar os bens imóveis e direcionar as preocupações do órgão para a preservação dos monumentos e construções históricas. Assim, são poucos os exemplos de arquivos – de natureza privada ou pública – tombados pelo Estado brasileiro. As experiências que temos em âmbito federal de conjuntos documentais de natureza arquivística tombados são de casos colaterais, ou seja, quando incluídos ao processo da edificação em que se encontravam. Temos como exemplo de tombamento de arquivos o acervo da Igreja da Ordem Primeira do Carmo em Santos (SP), tombado junto à edificação.

O segundo ato performativo de caráter declaratório é a declaração de interesse público e social de arquivos privados. Prevista pela Lei de Arquivos, nº 8.159, de janeiro de 1991, a declaração foi regulamentada pelo Decreto nº 4.073, de janeiro de 2002, e é disciplinada na Resolução nº 47 do CONARQ. Segundo a legislação, “os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público

como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional” (BRASIL, 1991). No Decreto nº 4.073/2002, a declaração de interesse público e social de arquivos privados é estabelecida como o dispositivo para essa identificação.

A Lei de Arquivos é tributária dos avanços efetivados na Constituição de 1988 no âmbito do reconhecimento do potencial dos documentos de arquivo enquanto patrimônio. Segundo Basques e Rodrigues, é a ampliação do conceito de patrimônio cultural efetivada pela Carta Magna que inclui o documento de arquivo ao rol dos bens culturais patrimonializáveis e atribui “ao Estado o dever de sua proteção, visando à preservação da memória e o acesso às informações, além de responsabilizar quem praticar conduta e atividade lesivas aos documentos arquivísticos” (Basques; Rodrigues, 2014, p. 162).

O Decreto nº 4.073/2002 expande a noção de interesse público e social, passando de conjuntos relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional, para aqueles que contêm “documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional” (BRASIL, 2002). Amplia-se, dessa maneira, o conjunto de valores atribuídos aos documentos declarados. A partir de então, além do reconhecimento de seu potencial enquanto fonte de pesquisa, os arquivos privados podem ser reconhecidos por seu valor cultural.

Cabe à Comissão de Avaliação de Acervos Privados (CAAP), no âmbito do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), receber as propostas de declaração de interesse público e social de acervos privados e instruir o processo de avaliação; convidar especialistas para análise do acervo privado, quando necessário; emitir parecer conclusivo sobre o interesse público e social do acervo privado para apreciação pelo Plenário do CONARQ; e subsidiar o monitoramento dos acervos declarados como de interesse público e social pelo Poder Executivo federal (Brasil, 2002). Desde o início da atuação

da Comissão, em 2004, vinte arquivos privados foram declarados, sendo eles 11 pessoais e 9 institucionais.

Além dos arquivos privados declarados via avaliação da CAAP, são automaticamente considerados documentos privados de interesse público e social, pela lei federal, os arquivos e documentos privados tombados pelo Poder Público, os arquivos presidenciais e os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência da Lei no 3.071, de 1º de janeiro de 1916.

O caso dos arquivos presidenciais é específico e ganhou legislação dedicada. Os arquivos presidenciais foram reconhecidos automaticamente como de interesse público e social pela Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 4.344, de 26 de agosto de 2002. Segundo a lei, os acervos documentais privados dos presidentes da República integram o patrimônio cultural brasileiro. Eles são formados pelos conjuntos de documentos de natureza arquivística, bibliográfica e museológica, em qualquer suporte, independentemente da linguagem ou forma de registro.

O terceiro ato performativo de caráter declaratório identificado no esquema proposto por Cougo Junior (2020) é o Programa Memória do Mundo da UNESCO. Diferentemente do tombamento e da declaração de interesse público e social de arquivos privados, o MoW não é um dispositivo de Estado. O Programa Memória do Mundo foi criado pela UNESCO em 1992 e teve sua primeira reunião realizada no ano seguinte, quando foi lançado seu Plano de Ação original e instituído o Comitê Consultivo Internacional (CCI). Dedicado ao patrimônio documental – não apenas ao patrimônio arquivístico – nos primeiros dois anos de atuação teve como principal objetivo a elaboração de uma lista das bibliotecas e arquivos em perigo, uma lista mundial do patrimônio audiovisual de diferentes países e a obtenção de linhas de financiamento para os acervos levantados. Também foram iniciados diferentes projetos pilotos voltados à reprodução em outros suportes do material original do patrimônio documental (Edmondson, 2002).

O Registro Memória do Mundo, mecanismo de patrimonialização de documentos e conjuntos documentais, foi criado em 1995. Dois anos depois, os primeiros acervos foram nomeados para a inclusão na lista de Patrimônio Documental da Humanidade. Segundo Pereira Filho (2018, p. 68), a partir de então passa a ficar em segundo plano a intenção inicial de obter linhas de financiamento para os acervos destacados nas listas, considerados raros e em risco de existência.

No Brasil, apesar de se tratar de iniciativa da UNESCO, o Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo foi implantado a partir de portaria do Ministério da Cultura. A Portaria nº 259, de 02 de setembro de 2004, regulamentado pela Portaria nº 61, de 31 de outubro de 2007, determinou que o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO tinha como objetivo:

[...] assegurar a preservação de documentos e conjuntos documentais de importância mundial, de natureza arquivística ou bibliográfica, por meio de seu registro na lista do patrimônio documental da humanidade, democratizar o acesso a esses documentos e conscientizar sobre a sua importância (Brasil, 2007).

Além disso, a Portaria instruiu o funcionamento do Comitê, dispondo da responsabilidade do Ministério da Cultura pelo custeio de passagens e diárias que viabilizem a participação de todos os membros nas reuniões programadas e determinando que as atividades de divulgação planejadas pelo Comitê passem por avaliação e aprovação do MinC. Estabelecia, também, que os certificados de nomeação disponibilizados aos detentores de documentos ou conjuntos documentais aprovados para registro no Programa Memória do Mundo em nível nacional deveriam ser emitidos pelo Comitê após publicação de portaria ministerial.

É importante destacar que ainda que tenha sua origem no Ministério da Cultura, o Arquivo Nacional ganhou protagonismo na atuação do Comitê brasileiro. Pereira Filho (2018) afirma que há uma

indiferença do Ministério da Cultura para com o Programa e identifica uma rede segura de agentes em torno do Arquivo Nacional que apoiam, em menor ou maior grau, suas ações no Programa da Unesco.

Durante o período em que esteve ativo, o Comitê não só recebeu e avaliou as candidaturas ao registro no Programa em nível nacional, como também realizou uma série de oficinas regionais de divulgação do Programa com o objetivo de popularizar as ações do MoW, expandir sua abrangência e aumentar a representatividade dos acervos nominados. A seleção dos documentos e conjuntos documentais para a nomeação no Registro Memória do Mundo Brasil ocorria anualmente a partir da abertura de processo seletivo divulgado por meio de edital. Em 12 anos de atuação do Comitê MoW Brasil (2007-2018), foram inscritos 111 acervos no Registro da Memória do Mundo em âmbito nacional.

O Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO foi desativado pelo Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu e estabeleceu diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. A única iniciativa identificada em prol da reativação do Comitê foi encampada em 2020 pela Rede Memória da Justiça Brasileira (Memojus Brasil) e o Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho (Memojutra). As entidades realizaram e encaminharam em conjunto um ofício à Secretaria Especial de Cultura solicitando a reativação. Em 2023, o Decreto que dissolveu o Comitê foi revogado pelo Decreto 11.371, de 1º de janeiro, mas não há indicativos de que ele será reestabelecido.

Um quarto ato performativo de patrimonialização de arquivos de natureza declaratória pode ser adicionado aos três identificados por Cougo Junior (2020): a Declaração de Interesse Público emitida pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Previsto pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto dos Museus e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto 8.124, de 17

de outubro de 2013. Os procedimentos reguladores estão estabelecidos pela Resolução Normativa Ibram nº 14, de 11 de março de 2022, que inclui no rol de bens culturais musealizados aqueles de caráter arquivístico. A Declaração de Interesse Público do Ibram visa os arquivos musealizados, trazendo novas perspectivas sobre a patrimonialização de arquivos a partir de diferentes atores. O diálogo entre os profissionais e o aprofundamento da relação entre as áreas é importante para a avaliação e o entendimento de como o dispositivo é aplicado. Abre-se um novo caminho de patrimonialização de arquivos a ser investigado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, baseada no esquema de interpretação proposto por Cougo Junior (2020), assinalou e explorou os três caminhos de patrimonialização de arquivos no Brasil a partir dos atos de caráter declaratório: o tombamento, a declaração de interesse público e social de arquivos privados e o Programa Memória do Mundo. Além deles, identificou um quarto, ainda não investigado: a Declaração de Interesse Público do Ibram.

Percebe-se, a partir da análise, que o tombamento, apesar de ser o dispositivo de patrimonialização mais longo e de maior reconhecimento social brasileiro, não é comumente aplicado aos arquivos. Por suas características, sua área de atuação acaba por privilegiar bens imóveis, especialmente os monumentos e edifícios históricos. Por outro lado, o Programa Memória de Mundo teve grande abrangência no campo dos arquivos, e durante o período em que esteve ativo foi o dispositivo mais utilizado para a identificação e reconhecimentos de documentos de arquivo como patrimônio brasileiro. No entanto, o Comitê MoW Brasil foi desativado e não há previsão para o retorno de suas atividades.

A declaração de interesse público e social de arquivos privados, por fim, tem origem na Lei de Arquivos e foi projetada especificamente para o patrimônio arquivístico de natureza privada. Molina (2013, p. 113) identifica que “a tendência é que o CONARQ via declaração de interesse público e social, assuma totalmente as ações relativas à patrimonialização de arquivos privados”. O dispositivo surge como uma alternativa mais adequada de patrimonialização de arquivos privados, pois considera em seus procedimentos as características distintas dos documentos de arquivo e preza por sua conservação, como o inter-relacionamento entre os documentos e a relevância do contexto de produção para a caracterização do conjunto documental. No entanto, um número pequeno de arquivos privados foi declarado de interesse público e social nas quase duas décadas de atuação da Comissão de Avaliação de Acervos Privados. Além disso, o dispositivo permanece superficialmente conhecido, mesmo dentro da comunidade arquivística.

Outra questão que deve ser levantada é que, ainda que considerados de interesse público, aos proprietários dos arquivos declarados não é imposto o acesso de seus acervos por pesquisadores ou qualquer outro cidadão. Costa argumenta que é papel do Estado “definir políticas de incentivo à pesquisa por meio de dispositivos legais que estimulem os proprietários de arquivos a facultarem o acesso aos seus documentos” (Costa, 1998, p. 197). É necessário, também, desenvolver estratégias para a manutenção e salvaguarda dos acervos, especialmente para os casos daqueles não institucionalizados. Atualmente, a declaração de interesse público e social de arquivos privados parece ter um caráter exclusivamente simbólico, ainda que existam prerrogativas legais que busquem garantir a preservação e segurança desses acervos.

Espera-se com esse trabalho apresentar os atos performativos de caráter declaratório de patrimonialização de arquivos no Brasil. A partir do seu reconhecimento e do conhecimento produzido sobre eles, é possível não só avaliá-los, como também propor ajustes

e incentivar o debate sobre o seu papel. Assim, para além do discurso do arquivo como patrimônio, poderemos reconhecer os processos que levou o patrimônio arquivístico a alçar esse reconhecimento e garantir de fato a sua salvaguarda. Compreenderemos, enfim, como, porque e de que forma os acervos identificados como patrimônio arquivístico poderão ser acionados como portadores de referência à identidade, à memória e à cultura dos diferentes elementos formadores do que entendemos como nação brasileira.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Apresentação**. Disponível em: www.gov.br/arquivonacional/pt-br/apresentacao-2. Acesso em: 10 ago. 2023.

BASQUES, C.; RODRIGUES, G. M. A proteção do patrimônio arquivístico brasileiro: um estudo das ações do ministério público federal. **Informação & Sociedade**, v. 24, n. 3, 2014. Disponível em: hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93092. Acesso em: 20 dez. 2022.

BOSI, E. O patrimônio histórico revisitado. *In*: BITTENCOURT, C. (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 130-135.

BRASIL. **Decreto nº 4.344**, de 26 de agosto de 2002. Regulamenta a Lei no 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4344.htm. Acesso em: 14 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 14 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria nº 61**, de 31 de outubro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 212, 5 nov. 2007. Seção 1. Disponível em: mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/DOU_5.11.2007_Portarias_60_e_61_regulamentacao.pdf. Acesso em: 9 mar. 2021

CAMARGO, C. R. **À margem do patrimônio cultural**: estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980). 1999. 177 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Assis, 1999.

COSTA, C. M. L. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 189-201, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2066>. Acesso em: 26 nov. 2020.

COUGO JUNIOR, F. A. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. 2020. 445 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

COUGO JUNIOR, F. A. O cenário e os protagonistas da patrimonialização de arquivos no Brasil. *In*: MARCHI, D. M.; KNACK, E. R. J.; POLONI, R. J. S. **Memória & patrimônio**: lugares, sociabilidades e educação. Pelotas: Ed. da UFPel, 2019.

DAVALLON, J. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. *In*: TARDY, C.; DODEBEI, V. (Orgs). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015. Disponível em: <https://books.openedition.org/oep/866>. Acesso em: 5 fev. 2021.

EDMONDSON, R. **Memória do Mundo**: diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAILLES, B. Les archives sont-elles des objets patrimoniaux? **La Gazette des archives**, v. 233, p. 31-45, 2014. Disponível em: www.persee.fr/docAsPDF/gazar_0016-5522_2014_num_233_1_5123.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

HEYMANN, L. Q. Um olhar antropológico sobre o documento: representações e usos sociais. *In*: FREITAS, L. S. de; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. **Documento**: gênese e contextos de uso. Niterói: EdUFF, 2010.

MOLINA, T. dos S. **Arquivos Privados e Interesse Público**: Caminhos da Patrimonialização Documental. 2013. 131f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

PEREIRA FILHO, H. F. **Memórias em disputa:** A Unesco e a patrimonialização de acervos documentais. 2018. 303 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SENA, T. da C. **Relíquias da nação:** a proteção de coleções e acervos no patrimônio (1937-1979). 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

VENANCIO, R. Historiadores & políticas arquivísticas: propostas para um debate. **Oficina:** Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 51-62, 2022. Disponível em: <https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/view/26/24>. Acesso em: 19 maio 2023.

VIEIRA, T. de O. **O patrimônio e as políticas arquivísticas:** Uma análise dos acervos (não) custodiados pelo Arquivo Nacional do Brasil. Tese (doutorado) – Coimbra: Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra, 2021.

27

Margareth da Silva
Universidade Federal Fluminense

A CONCEPÇÃO JURÍDICA DE ARQUIVO:

**O ARQUIVO COMO LUGAR DE PRESERVAÇÃO
DE DOCUMENTOS AUTÊNTICOS**

Desde o século XIX, os arquivos foram considerados como o *locus* privilegiado do historiador. A noção de documentos históricos, isto é, que a instituição preserva fontes para a elaboração da história de uma nação, ou para interpretar uma dada sociedade espacial e temporalmente, se tornou dominante para arquivistas e historiadores, a ponto de o caráter probatório dos arquivos ser considerado de menor importância, em relação ao valor para a pesquisa.

Esse pensamento, ainda que tenha sido questionado por arquivistas e acadêmicos durante todo o século XX, ainda permanece na ideia de que os arquivos seriam preservados para se constituírem como futuras fontes de conhecimento à disposição dos usuários, especialmente do pesquisador erudito.

Os documentos, desde o século XIX, passaram a ser divididos entre os documentos administrativos correntes, produzidos no decorrer das atividades das organizações produtoras e considerados como de natureza burocrática, com pouco valor para a pesquisa, e os documentos históricos, eleitos como de preservação permanente e, portanto, com alta relevância para o conhecimento e a cultura. Um dos problemas dessa divisão foi que a natureza dos arquivos, isto é, que os documentos arquivísticos são criados para registrar uma ação e, portanto, existe uma conexão entre o documento e a atividade do produtor, imposta pelo contexto jurídico-administrativo, passou a ser suplantada pela ideia de que a preservação não obedece às mesmas razões da produção, e sim aos interesses da pesquisa histórica, e que há valores para a produção que não são os mesmos dos de preservação. Outro problema foi que o conteúdo dos documentos, de interesse para a pesquisa e o conhecimento, passou a ser mais importante do que identificar a ação registrada nos documentos, a qual tem natureza jurídico-administrativa e não temática.

Assim, temos duas indagações principais: os arquivos sempre foram o laboratório da história, ou seja, um lugar de pesquisa para os eruditos? Os arquivos são produzidos para gerarem conhecimento?

Essas questões são relevantes no atual momento, pois muitos pesquisadores ainda consideram as instituições arquivísticas como o lugar onde podem escrever a história, fundamentada na ideia de que os arquivos são preservados principalmente para serem fonte de conhecimento. Alguns pontos a respeito da história dos arquivos e da natureza dos arquivos podem possibilitar uma melhor compreensão do papel da instituição arquivística no mundo contemporâneo como um lugar de preservação de documentos autênticos e que possibilita o acesso amplo a esses documentos para quaisquer fins e para quaisquer tipos de usuários.

Esse trabalho utiliza como referencial teórico os estudos de Bautier (1968), Sandri (1950; 1968) e Duranti (1993; 1994a; 1994b; 2007), sendo de natureza exploratória e tem por objetivo compreender porque no mundo contemporâneo o conceito de custódia, cuja base é a concepção jurídica de arquivo, é tão necessário para o desempenho das instituições arquivísticas, especialmente para enfrentar os desafios do mundo digital.

A ORIGEM E A POLISSEMIA DO TERMO "ARQUIVO"

O termo arquivo é de origem grega, da palavra *archeion*, que legou o termo *archivum* em latim e, posteriormente, as palavras "arquivo" em português, "archivio" em italiano, "archivo" em espanhol e "archives" em francês e inglês.

Casanova considera que o termo "arquivo" se originou do substantivo *archeion* e não do verbo *archein*, já que o primeiro indica o palácio do arconte, onde os atos escritos eram emanados por essa autoridade. O termo grego originou "o vocábulo latino *arcivum*, *archivum*, *archivium* para indicar tanto o local como o móvel, quase a justificar a confusão que vários fazem ainda hoje entre o contendo e o conteúdo" (Casanova, 1928, p. 11, tradução nossa).

Uma das questões suscitadas pelo termo arquivo diz respeito à polissemia, os múltiplos sentidos que podem gerar ambiguidade. Casanova (1928) ressaltou a confusão do termo, ou seja, a dificuldade de diferenciar o material arquivístico (conteúdo) do móvel (contendo), distinguindo os documentos do lugar de acondicionamento e armazenamento, resultante da origem dos vocábulos gregos (*archeîon* e *archein*), considerando que, para definir o que são os arquivos, o elemento principal são os documentos.

Uma perspectiva, que analisa a abrangência do termo “arquivo”, e não a confusão ou a ambiguidade, é apresentada por Duranti (1993) que considera que, na origem da palavra grega, é possível compreender esse termo com o significado de corpo documental, lugar e funcionário. A autora afirma que o termo grego *archeîon* significa ao mesmo tempo palácio de governo, administrador geral, gabinete do magistrado, serviço de arquivos, documentos originais, repositório para documentos originais, autoridade. Já o verbo *archein* significa comandar, guiar, governar e *arché* significa origem, fundação, comando poder, autoridade.

Assim, os termos aceitos internacionalmente para designar os corpos documentários criados administrativamente, os repositórios nos quais eles são preservados e as pessoas encarregadas do seu cuidado, deriva da palavra grega, que indica documentos correntes naturalmente acumulados por funcionários públicos no exercício de suas funções e estão inextricavelmente ligados à ideia de poder e autoridade (Duranti, 1993, p. 35, tradução nossa).

O sentido do termo “arquivo” tem origem na palavra grega *archeîon*, a qual compreende inclusivamente os conjuntos de documentos, o lugar e o funcionário responsável pela custódia, e que essa abrangência se deve à própria organização política da Grécia antiga, particularmente da democracia ateniense. A compreensão grega clássica significava que o lugar incluía todos os elementos necessários para a existência do arquivo.

Porém, nem sempre houve concordância entre os estudiosos a respeito da etimologia da palavra arquivo. De acordo com Sandri (1968, p. 107), a origem do termo "arquivo", como derivada do grego *archeion* ou dos termos latinos *archarium* ou *armarium*, foi objeto de discussão na Itália, nos séculos XVI e XVII, pois, no latim clássico, não era utilizada a palavra *archivum*, e sim *tabularium*.

Com o significado de lugar público de conservação de documentos, originário do Direito Romano, existiam inúmeros sinônimos tanto derivados da forma e da matéria, como biblioteca, como também da importância do lugar no qual a documentação estava custodiada, junto com outras coisas preciosas, como *armarium* e *thesaurum* (Sandri, 1968, p. 108, tradução nossa).

Sandri (1950, p.95-107, tradução nossa) realizou uma pesquisa etimológica sobre o termo "arquivo" e a apresentou na introdução à obra de Baldassarre Bonifacio, *De archivis*. Essa obra de Bonifacio se tornou uma referência importante para os estudos dos arquivos e foi publicada originalmente em 1632. A introdução de Sandri, *Il De Archivis di Baldassarre Bonifacio*, foi publicada no periódico *Notizie degli Archivi di Stato*, em 1950.

Sandri (1950, p.98, tradução nossa) argumenta que o termo, no falar toscano, já indicava não apenas o lugar de conservação dos atos públicos, disposto pela autoridade pública, como foi definido pela jurisprudência, mas também aquele disposto por pessoas privadas para seu próprio uso. Este vocábulo "arquivo" vinha expresso normalmente como "*archivum*" no latim dos juristas, porém, esse conceito estava também representado por outros vocábulos como *tabularium*, *scrinium*, *bibliotheca*.

De acordo com Sandri (1950) na determinação da etimologia do termo "arquivo", foram identificadas duas tendências. Uma, que adotava a etimologia de Isidoro de Sevilha, considerou que a origem do termo residia nos cuidados com os quais os documentos eram custodiados, isto é, o termo *archivum* significava armário ou arca.

A outra tendência, menos antiga, se baseava no termo grego *archeîon* para confirmar que a origem deveria ser buscada no fato dos magistrados conservarem na própria sede os atos inerentes ao seu ofício. Esta etimologia foi aprovada por juristas, gramáticos e pelo próprio Bonifacio (Sandri, 1950, p. 99, tradução nossa).

Bonifacio¹²⁴ (1941, p. 227, tradução nossa) afirmou a continuidade do termo *archeîon* no uso do termo *archivum* na seguinte passagem: "os gregos usaram a palavra *archeîon* e os escritores latinos seguiram a mesma ideia e, utilizando quase as mesmas letras, adotaram *archivum*".

A origem do termo arquivo, como derivada do *archeîon* grego, significa que o arquivo deve ser compreendido não pelo meio de acondicionamento e armazenamento como arca ou armário, mas pelo lugar onde os documentos são produzidos e guardados para a consecução da própria atividade por uma autoridade. A relação é entre lugar, documentos, atividade e autoridade. Os documentos ali custodiados eram uma extensão do lugar.

A existência de sinônimos do termo "arquivo" não exprimia sentidos diferentes, já que "desde a Alta Idade Média e por muitos séculos depois, o arquivo significa o lugar público onde os documentos são conservados" (Sandri, 1968, p. 108, tradução nossa).

De acordo com Sandri (1968, p. 109, tradução nossa), a partir do século XIX, a concepção jurídica cedeu lugar a outra visão sobre os arquivos, que passou a considerar como elemento essencial do conceito de arquivo não mais o lugar de conservação, mas os próprios documentos custodiados pela instituição.

Assim, o termo se tornou polissêmico, ao diferenciar o conjunto de documentos do lugar de conservação. Isto ocorreu, quando

124

A tradução para o inglês da obra de Bonifacio foi feita por BORN (1941, p. 221-237). A tradução para o português foi feita a partir dessa versão em inglês.

os arquivos deixaram de ser arquivos gerais da administração e passaram a ser arquivos, que conservam documentos antigos, oriundos de órgãos extintos, ou seja, quando ocorreu a divisão entre arquivos administrativos e arquivos históricos. Essa separação pode ser percebida nos dicionários de terminologia arquivística, que atribuem sentidos diferentes ao lugar, à entidade e aos conjuntos documentais.

No mundo contemporâneo, a emergência da tecnologia da informação também ampliou o sentido de arquivo, que passou a incluir as unidades processadas em ambiente eletrônico, conforme aparece no Dicionário de Terminologia Arquivística (Camargo; Bellotto, 2010)

Desta forma, o termo “arquivo” tem uma história, e sua polissemia, que comumente é tida como confusa e ambígua, pode ser vista como o resultado desse percurso histórico, o qual precisa ser conhecido pelos arquivistas.

METROON E TABULARIUM: PUBLICIDADE E AUTENTICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Na Antiguidade clássica, a autenticidade dos documentos estava vinculada à sua preservação em um arquivo. Isto significava que, se os documentos estivessem num arquivo, sua validade não seria questionada. Foi no principal arquivo de Atenas, o *Metroon*, que se iniciou a função de autenticar documentos, a qual foi seguida por Roma, no *Aerarium* e no *Tabularium*.

O *Metroon* estava localizado no Ágora, uma praça rodeada de edifícios públicos e templos, que era o centro da vida política, social, econômica e cultural da pólis, situado ao lado do Conselho dos 500 (*Bulé*), que exercia a função de conselho municipal e controlava as atividades dos magistrados, da administração e assegurava a execução

das decisões da assembleia, dirigindo a política da cidade, de acordo com Aymard e Auboyer (1971, p.117). O Conselho ocupava um prédio conhecido como antigo *Buletherion*, no lado oeste do *Ágora*, datado do final do século VI a.C. No século V a.C. foi construído o novo *Buletherion* e o antigo passou a ser utilizado como arquivo e como santuário dedicado à Mãe dos Deuses ou Grande Mãe, denominado de *Metroon*. Deve-se observar que a religião também era assunto dos cidadãos, e templos também foram construídos no *Ágora*, como o templo de Apolo e o Altar dos 12 deuses. Segundo Tschan (2015, p.35, tradução nossa), o caráter sagrado e de proteção do *Metroon* revela a prática do mundo antigo de armazenar documentos em templos, de forma que pudessem receber a proteção divina.

Brennecke (1968, p.137-138, tradução nossa) ressaltou que os arquivos atenienses se caracterizavam pela publicidade e pela exposição ao público dos documentos, tais como leis, tratados políticos e listas de vencedores. O arquivo do *Metroon* era um arquivo de emissão, cuja finalidade principal era a divulgação dos documentos, em razão da sua origem pública e a necessidade do público conhecer os documentos legislativos.

O arquivo ateniense produzia cópias de documentos vitais (nascimento e morte), que eram inscritos em placas de pedra, feitos com o propósito de publicação e não somente para preservação. Além disso, eram feitas cópias dos documentos públicos, como os decretos do Conselho, em pedra, registrando o nome do magistrado junto com os documentos, a fim de datar, autenticar e citar os documentos, de acordo com o seu lugar no arquivo (Duranti, 1993, p.35, tradução nossa).

Se a origem do termo “arquivo” é grega, que nos transmitiu a prática de autenticação e publicidade dos documentos, vinculada ao exercício da cidadania, foi na Roma Antiga que se desenvolveu a concepção jurídica do arquivo como lugar (Sandri, 1968, p.107, tradução nossa).

O primeiro arquivo romano foi o *Aerarium*, o tesouro do Estado, estabelecido no início da República, controlado pelos questores, que administravam os fundos públicos. Inicialmente somente os documentos dos questores eram guardados; mais tarde todos os tipos de documentos públicos foram acrescentados, e o *Aerarium* serviu como órgão encarregado do tesouro e arquivo central (Duranti, 1993, p. 37, tradução nossa).

No final da República, quase todos os documentos dos magistrados e administradores públicos estavam concentrados no *Aerarium* e para guardar todos esses documentos foi construído, em 79 a.C., o *Tabularium*, situado na área do Fórum Romano.

Duranti (2007, p. 449, tradução nossa) descreve o lugar que o *Tabularium* ocupava na Roma antiga, e procura compreender a importância política da instituição a partir da sua localização no centro da cidade.

O edifício foi erguido na colina do Capitólio, como ponto terminal imponente para o Fórum, mais alto que o Senado, mais próximo às cortes de justiça do que qualquer outro edifício, cercado pelos mercados e templos, o ponto de referência para qualquer pessoa que caminhasse pela cidade, no coração pulsante da república. O *Tabularium* continha prova e memória do povo para o povo.

Os corredores e escadas do *Tabularium* ligavam o prédio à administração pública da Roma Republicana e, assim, os documentos podiam fluir com segurança, desde o lugar de criação até o de preservação:

Entretanto, este fluxo não é uma simples transição de um lugar a outro. É o *locus* de reconhecimento e de poder. Em algum lugar entre o lugar de dentro e o de fora do prédio do arquivo, os documentos deveriam ser desdobrados em evidência e memória, antes de serem abrigados no prédio como testemunho das ações passadas (Duranti, 2007, p. 447, tradução nossa).

O *Tabularium* se tornou um grande arquivo centralizado administrado publicamente. Os documentos serviam a múltiplos e diferentes propósitos como a lista do censo, que era necessária para tributação e para convocação da assembleia (*comitia*). Ali todos os funcionários e cidadãos podiam consultar ou receber cópias de documentos. Assim, a preservação realizada nessa instituição conferia autenticidade legal e autoridade aos documentos romanos, os quais somente podiam ser executados ou cumpridos após o arquivamento (Duranti, 1993, p. 39, tradução nossa).

A expressão latina *tabularia*, de acordo com Brennecke (1968, p. 139, tradução nossa), era geralmente usada para indicar o arquivo, que valia também para os cargos administrativos, que tinham registros, e para as unidades financeiras, que funcionavam junto à administração e aos templos.

No Império, o *Tabularium* perdeu sua característica de arquivo central, porque o Imperador e os mais importantes funcionários passaram a manter seus próprios arquivos, e assim o principal conjunto de documentos do estado passou a ser custodiado no *Tabularium Caesaris*, constituído por depósitos anexos a vários departamentos da chancelaria imperial. O primeiro *Tabularium* continuou a funcionar como centro de documentos do senado até o século III d.C. A chancelaria imperial compreendia todas os órgãos administrativos do Império e estava subdividida em diversas unidades, chamadas de *scrinia*. Cada *scrinia* mantinha seus próprios documentos e todos os repositórios de documentos só idealmente mantinham uma unidade (*tabularium principis*). Após Diocleciano, os *scrinium* não recolheram seus documentos e o conceito de um arquivo central servindo a todo o governo não mais retornou (Duranti, 1993, p. 40, tradução nossa).

O legado romano no que diz respeito aos arquivos foi imenso: a ideia de arquivos municipais, que compreendem o conjunto da cidade, as técnicas de registro e o conceito de documento como arsenal da autoridade e da lei passaram aos estados do Ocidente

e somente foram parcialmente minados pelas novas filosofias do século XIX (Duranti, 1993, p. 42, tradução nossa).

Outro legado romano foi o direito, particularmente o Código de Justiniano, que foi adotado e atualizado pelos juristas medievais e da Época moderna, os quais consolidaram e divulgaram a concepção jurídica de arquivo.

O CÓDIGO DE JUSTINIANO E A DEFINIÇÃO DE ARQUIVO FUNDAMENTADA NO LUGAR

Os romanos são considerados os fundadores da ciência legal, que começou a se desenvolver ainda no final da República. Para esse desenvolvimento foi fundamental a participação dos juristas, que tinham um conhecimento bastante especializado da lei romana e da filosofia grega.

No período inicial do Império (Principado), os juristas, como na República, eram senadores com grande conhecimento da lei e ocupavam altos cargos políticos (cônsul, pretor, governador de província senatorial). A partir do século II, passaram a ocupar os cargos imperiais, prefeito da cidade ou prefeito pretoriano, e a participar do *consilium* (conselho) do Imperador (Tellegen-Couperus, 2003, p. 94, tradução nossa).

No século IV d.C., quando todo o poder estava já concentrado nas mãos do Imperador, ocorreu uma mudança no exercício do Direito, quando este passou a ser praticado nas escolas jurídicas, cuja prioridade não era mais a elaboração de novas leis, por meio da interpretação de disposições legais. A ênfase recaiu sobre o estudo e a explanação dos escritos dos juristas da época do Principado. A literatura consistia na seleção de opiniões de juristas clássicos,

reescritos da chancelaria imperial e textos que simplificavam essas disposições (Tellegen-Couperus, 2003, p. 133, tradução nossa).

A primeira escola para juristas foi provavelmente estabelecida em Roma, no século II d.C. Posteriormente foram instituídas outras escolas como a de Beirute, no século III, e em Constantinopla no ano 425 d.C. A finalidade dessas escolas era treinar pessoas para as funções no serviço civil. Foram nas escolas de direito em Beirute e em Constantinopla, na parte oriental do Império, que o Direito começou a ser estudado, depois da Queda do Império do Ocidente, e nessas escolas foram assentadas as bases do Código de Justiniano (Tellegen-Couperus, 2003, p. 133-134, tradução nossa).

Em 476 d.C, o Imperador Romano do Ocidente foi deposto e o seu império se fragmentou em diversas partes. Em algumas áreas como Itália, Espanha e sul da França a população original continuou a viver de acordo com o Direito Romano, enquanto os recém-chegados germânicos usavam o Direito Germânico. Alguns reis germânicos publicaram livros que continham o Direito Romano e aplicavam somente aos assuntos romanos, como a *Lex Romana Visigothorum* e a *Lex Romana Burgundionum*, conhecidas como *Leges Romanae Barbarorum*. Esses livros de direito são muito importantes para o conhecimento do Direito Romano porque eles contêm diversos textos que não chegariam a nós de outro modo (Tellegen-Couperus, 2003, p. 139, tradução nossa).

O Código de Justiniano foi instituído, em Constantinopla, no contexto da fragmentação do Ocidente. Quando Justiniano se tornou Imperador, em 527, o Império do Ocidente já não mais existia, e ele envidou esforços para reconquistar parte do antigo território, realizando campanhas militares na Itália, sul da Espanha e parte do Norte da África. No campo legal, o Código Teodosianus, que regulava o direito da época, as constituições imperiais e outros dispositivos legais, feitos a partir desse Código, tinham se tornado obsoletos, e se constatava a imprecisão com relação ao conteúdo e à autenticidade

da jurisprudência elaborada pelos juristas. Assim, Justiniano formou uma comissão para realizar a compilação de um novo código, o Código de Justiniano. A designação *Corpus Iuris Civilis* somente foi atribuída no século XVI para diferenciar do *Corpus Iuris Canonici*.

O *Corpus Iuris Civilis*¹²⁵ foi publicado em três partes, em latim, sob a direção de *Triboniano* a pedido do Imperador Justiniano no período de 529-534. A primeira parte é o *Codex Justinianus*, compilação das constituições imperiais desde o tempo do Imperador Adriano. Foi usado o Código Teodosiano e coleções privadas como *Codex Gregorianus* e *Codex Hermogenianus*. A segunda parte é o *Digesta* ou *Pandectas*, publicado em 533 d.C. É uma compilação dos escritos dos grandes juristas romanos, tais como Ulpiano. A terceira parte são as *Institutiones*, que pretendia ser um tipo de livro texto para as escolas de direito. A última parte são as *Novellae*, leis publicadas por Justiniano, a maioria em grego.

A definição de arquivo (*tabularium*) foi fixada no Código de Justiniano, *Digesta*, com a afirmação do jurista Ulpiano¹²⁶ que enfatiza o lugar: "*locus publicus in quo instrumenta deponuntur*" (lugar público onde os documentos são guardados).¹²⁷

O termo latino "*instrumenta*" significa documentos, arquivos (Faria, 1962, p. 511) e "*deponuntur*" tem o sentido de "depor (deixar) em segurança, deixar em depósito, guardar, confiar" (Faria, 1962, p. 296), o que, segundo Duranti (2007, p. 447, tradução nossa) transmite mais a ideia de custódia do que de propriedade.

125 LASSAR; KOPTEV (Org). The Roman Law Library. Disponível em: <https://droitromain.univ-grenoble-alpes.fr/>. Acesso em: 12 set. 2023.

126 A afirmação é atribuída a Ulpiano, porém, de acordo com LODOLINI (1993, p. 125), é provavelmente interpolada.

127 O comentário de Ulpiano encontra-se no *Corpus Iuris Civilis*, *Digesta* 48, *De Poenis*, 19.9.6. Essa disposição legal em latim é "*Solet et sic, ne eo loci sedeant, quo in publico instrumenta deponuntur, archio [arquivo] forte vel grammatophylacio*". Disponível em: <https://droitromain.univ-grenoble-alpes.fr/>. Acesso em: 12 set. 2023.

A necessidade de escolher uma pessoa para custodiar os documentos e mantê-los incorruptíveis a fim de facilitar o acesso foi expressa na seguinte passagem das *Novellae*, 15: "*eligendo quodam in provincia qui horum habeat custodiam: quatenus incorrupta maneant haec et velociter inveniantur a requirentibus*" (escolhendo alguém na província encarregado da sua custódia: de forma que permaneçam incorruptíveis e que possam ser rapidamente encontrados por quem os procure)¹²⁸ (tradução nossa). O caráter ininterrupto dos arquivos também foi explicitado no *Codex I*: "o documento será depositado, entre os arquivos da Santa Igreja, para que o conhecimento do mesmo possa ser perpetuamente preservado"¹²⁹ (tradução nossa).

Desta forma, o Código estabeleceu juridicamente o arquivo como um lugar, o qual deve ter um responsável para garantir a inviolabilidade dos documentos, como também facultar o seu acesso, pois estes são a memória das ações e feitos dos cidadãos romanos.

Além do *Corpus Iuris Civilis*, outros autores latinos também definiram arquivo, como Servius Marius: *locus in quo acta publica asservantur*¹³⁰ (lugar no qual os documentos públicos são preservados), conforme indica Bonifacio (Sandri, 1950, p. 108) em sua obra *De archivis*.

A definição de Ulpiano foi elaborada no início do século III, no período do principado, quando o Senado progressivamente perdia importância política, e é um momento de intensa crise política, social e econômica. Ulpiano afirmou que o arquivo é um *locus*,

128 *Corpus Iuris Civilis*, *Novella 15 "De Defensoribus civitatum"*, cap. 5, 2. A tradução para o português foi feita a partir da versão em inglês de SCOTT, S., 1932. Disponível em: <https://droitromain.univ-grenoble-alpes.fr/>. Acesso em: 12 set. 2023.

129 *Codex I*, 4, *De episcopali audientia*, 30. Como o original está em grego, traduzimos para o português a partir da versão em inglês de Blume (2007). Disponível em: http://www.uwyo.edu/lawlib/blume-justinian/_files/docs/book-1pdf/book%201-4.pdf. Durante (2007, p. 447) apresenta o seguinte trecho em latim com a tradução em inglês: "perpetua rei memoria sit (i.e. and be continuing memory of that to which attest)".

130 A tradução do latim para o inglês encontra-se em Born (1941, p. 128). A tradução para o português foi feita a partir da versão em inglês.

o que significa que ele não estava se referindo propriamente a um órgão administrativo, situado numa estrutura hierárquica com sua cadeia de subordinações, mas a uma entidade que ocupa uma construção física existente nas cidades, onde os cidadãos e magistrados tinham acesso. Como lugar de conservação, as características mais importantes são a durabilidade e a longevidade, condição para o seu acesso e uso.

A conservação dos documentos em um lugar determinado significava a possibilidade do exercício pelos cidadãos de usarem os documentos nas suas atividades públicas e privadas, em virtude de estarem disponíveis ao público. Também significava que os documentos públicos permaneceriam válidos se estivessem num arquivo público. Para Tshan (2015, p. 36, tradução nossa), uma vez que os documentos tivessem sido depositados em um arquivo – “quando eles atravessavam o ‘limiar arquivístico’ – e eram fisicamente preservados entre outros documentos do estado, propiciava o caráter autêntico dos documentos”.

O Código de Justiniano permaneceu na área oriental do Império até 1453, quando os turcos otomanos tomaram Constantinopla. No antigo Império do Ocidente, o Direito Romano continuou a existir por meio das *Leges Romanae Barbarorum*.

O cristianismo, que tinha sofrido perseguições por não aceitar cultuar os deuses romanos e o imperador, a partir do Édito de Milão, em 313, conquista completa liberdade de culto, e em 391, o Imperador Teodósio declara o cristianismo religião oficial do estado (Tellegen-Couperus, 2003, p. 122-123, tradução nossa). Como religião oficial de estado, o Direito Romano pôde ser aplicado à Igreja e, portanto, o Código de Justiniano foi uma importante fonte para o direito canônico.

Duranti (1994b, p. 40) considera que o pensamento medieval, a partir do século XI, se desenvolveu em duas direções, a teologia e a jurisprudência, que se tornaram os polos do discurso intelectual. A escolástica, de natureza universal, foi elaborada pelo clero da França, enquanto uma nova ciência jurídica foi estabelecida em Pavia, no Norte da Itália, no *palatium* (palácio) real. No entanto, a ideia de universalidade esteve presente no espírito medieval como uma aspiração e condicionou o desenvolvimento do pensamento jurídico em toda a Europa.

Durante o renascimento das cidades italianas, nos séculos XI-XIII, escolas de direito foram fundadas, onde se ensinava a legislação de Justiniano, como o *Codex* e *Institutiones*. Uma cópia do manuscrito do *Digesta*, que tinha se perdido, foi descoberta em Pisa, na Itália, em 1077, e o ensino jurídico recebeu um novo impulso (Tellegen-Couperus, 2003, p. 148-149, tradução nossa).

A influência do Direito Romano no pensamento medieval também atingiu os arquivos, pois o conceito, entre os séculos XI e XV, foi aquele articulado pelo Código de Justiniano: “lugar público onde os documentos são guardados”. O conceito também compreendia as disposições já mencionadas: “que os documentos permaneçam incorruptíveis e sirvam como prova autêntica, de modo que a memória contínua dos atos, que eles atestam, seja preservada” (Duranti, 1994b, p. 41, tradução nossa).

A importância da definição dos juristas sobre o conceito de arquivo, na Idade Média, também foi destacada por Sandri (1968, p. 108, tradução e grifos nossos):

Sobre o significado, [...], da palavra arquivo e de outras que apresentam o mesmo conceito, na Alta Idade Média e por muitos séculos não existem incertezas: ‘o arquivo é o lugar onde se conservam os atos públicos’, que era a definição dos juristas romanos.

Um aspecto novo sobre a qualidade dos arquivos, sua antiguidade, foi introduzido por Tertuliano (160-240 d.C.), escritor latino, com formação jurídica, nascido em Cartago, norte da África, e convertido ao cristianismo, em 192 d.C., que fez a defesa da religião cristã na sua obra *Apologeticum*, escrita em 197 d.C., em um momento de intensa perseguição movida pelos imperadores e magistrados romanos.

Para os juristas medievais, a afirmação a respeito da antiguidade dos documentos permitiu a articulação entre a definição de arquivo de Ulpiano, como um lugar público de preservação, com as qualidades de fidedignidade e autenticidade dos documentos, pois o fato de documentos antigos estarem no arquivo significa que esses se mantiveram incorruptíveis e, portanto, são fidedignos e autênticos. A autoridade, derivada da antiguidade, é utilizada para afirmar que o arquivo é um lugar de preservação de documentos autênticos.

A fidedignidade e a autenticidade dos documentos eram preocupações centrais da doutrina jurídica medieval, e os documentos dotados com essas qualidades eram considerados dignos de crédito. Tais qualidades poderiam ser atribuídas devido a sua antiguidade, a qual, segundo Tertulianus, fornecia sua mais alta autoridade, em virtude de estar preservado em um lugar público, o que, de acordo com Ulpiano, era o primeiro requisito para um arquivo existir (Duranti, 1994b, p. 41, tradução nossa).

Assim, os juristas medievais mantêm a concepção principal do Direito Romano sobre um lugar determinado e que é capaz de transmitir autoridade porque custodia documentos autênticos, podendo ser utilizados por reis, papas, imperadores e pelas cidades-estados livres.

Neste sentido, o lugar, como não era um simples depósito de documentos sem serventia, também precisava de uma pessoa responsável pela custódia dos documentos, que assegurasse a sua autenticidade. Segundo Duranti (1994b, p. 41, tradução nossa), Accursius, jurista e professor da Universidade de Bolonha, que compilou

as glosas do *Corpus Iuris Civilis*, considerou que a confiabilidade dos documentos é garantida pelo fato de terem sido criados e preservados na custódia de uma pessoa com fé pública:

De acordo com Accursius, [o lugar] era também uma garantia necessária para a confiabilidade dos documentos, como testemunhos das ações, ou como resultado de ter sido gerado por e preservado na custódia de uma pessoa investida de fé pública por uma autoridade soberana.

Duranti (1994b, p. 41, tradução nossa) observou que o arquivo era um lugar de preservação e somente por extensão os documentos contidos nele, ou seja, era o lugar que conferia aos documentos sua confiabilidade. Documentos, que não eram preservados em um lugar designado legitimamente como um arquivo, poderiam ser julgados confiáveis somente se eles fossem livres de suspeita de terem sido criados no momento, ou após o fato que eles estavam sendo usados para provar, ou se uma pessoa confiável poderia atestar sua autenticidade.

O estabelecimento de um lugar de preservação de documentos poderia ser legitimamente estabelecido e mantido por uma pessoa jurídica investida com o *jus archivii* ou o *jus archivale* (direito de arquivo). Esse direito está estritamente conectado com a soberania, que pertencia ao imperador, ao papa e a quem eles escolhiam para investir desse poder, como os notários. Os documentos notariais eram atribuídos com fé pública porque eles eram escritos e preservados de acordo com formas e normas determinadas pelas pessoas a quem o poder legítimo, imperial ou apostólico, tinha dado a faculdade de emitir documentos públicos e o direito de manter um arquivo. Essas formas e normas eram as *ars dictaminis* e os procedimentos ensinados na escola notarial existiam em Bolonha no século XI e posteriormente no *studium* (Universidade). O objetivo da escola notarial era educar os notários, os profissionais confiados pela igreja, pelo império e posteriormente pelas cidades-estados com a responsabilidade de criar seus documentos e de preservá-los perpetuamente (Duranti, 1994b, p. 41, tradução nossa).

Resumidamente, para Duranti (1995, p. 2), os conceitos legais romanos, transmitidos para o pensamento medieval e moderno, afirmam algumas ideias centrais sobre os arquivos. A primeira diz respeito à antiguidade que outorga aos documentos máxima autoridade; a segunda refere-se ao fato de que depositar um documento em um lugar público (o arquivo) garantia sua confiabilidade como testemunho das ações e que a custódia ininterrupta assegurava a autenticidade do documento.

Além disso, o estabelecimento do arquivo como um lugar de preservação poderia ser feito por uma pessoa jurídica investida do direito de arquivo, ou seja, uma pessoa com autoridade soberana, que poderia designar um profissional, educado pelas universidades, com a responsabilidade de criação e preservação dos documentos.

O DIREITO DE ARQUIVO E A CUSTÓDIA

Lodolini (1993) e Sandri (1968) ressaltam, na literatura sobre arquivos que se desenvolveu a partir do século XVI, a concepção jurídica do arquivo e o *jus archivi* ou *archivale* (direito de arquivo) como importantes para a compreensão de como o conceito de arquivo foi desenvolvido nesse período.

A definição de arquivo, na Idade Média, segundo Lodolini (1993, p. 125-126) segue a dos juristas romanos, para os quais o arquivo é o “lugar onde os documentos públicos são conservados” ou o “lugar público no qual os documentos são conservados”, acrescentados com a expressão *ut fidem facian* (fazem prova confiável), ou como *tabularium publicum et monumentorum repositorium* (arquivo público e repositório de documentos).

Assim, o conceito de lugar é sempre fundamental para a existência de um arquivo e para a fé pública dos documentos escritos e isto se aplicava, segundo os juristas romanos, apenas ao arquivo público, ainda que tenham sido criados como arquivos privados (Lodolini, 1993, p. 125).

Na Idade Moderna, a ideia básica dos juristas romanos sobre o arquivo como lugar permanece com alguns acréscimos ou esclarecimentos, através das obras de diversos tratadistas. Baronio, que escreveu sua obra *Annales ecclesiastici*, em 12 volumes, de 1588 a 1607, afirmou que o arquivo é o "*locus ubi scripture publicae ad perpetuam memoriam asservantur*" (lugar onde as escrituras públicas são conservadas para memória perpétua), onde se destaca o aspecto da conservação definitiva, utilizando a fórmula usual para os documentos solenes do papado. Já Neveu, em 1668, define o arquivo como "*locus quo publica auctoritate monumenta publica probe et cum cura adservantur, in communem utilitatem et faciliorem rerum probationem*". Para Giussani (1684), "*archivum est locus ubi acta publica reponuntur*" (arquivo é o lugar onde os atos públicos são conservados) (LODOLINI, 1993, p. 126-127).

Sandri (1968, p. 108), que examinou a etimologia do termo "arquivo", onde constatou uma diversidade de opiniões, considera que com relação ao significado, não existem incertezas: o arquivo é o lugar de conservação de documentos públicos.

Nos séculos XVI e XVII se compreende que o elemento lugar era essencial à determinação do conceito de arquivo. A jurisprudência estabeleceu algumas condições para existir um arquivo, o qual, por sua vez, significava somente os arquivos públicos (Sandri, 1950, p. 99).

A primeira condição se referia a quem constituiu o arquivo, isto é, se teria o poder de fazê-lo; era avaliado se a pessoa ou ente, que tinha constituído o arquivo, teria o poder de fazer leis por direito. A segunda condição diz respeito aos documentos, os quais deveriam

estar conservados em um edifício público e num lugar especificamente indicado a custodiar os atos. A terceira condição se refere à custódia dos documentos, a qual deveria ser confiada a um funcionário público.

Neste sentido, é possível afirmar que, no âmbito das monarquias europeias, em virtude do poder soberano de fazer leis, poucas autoridades poderiam ter um arquivo público, ficando o príncipe como o principal detentor dos arquivos públicos. Além disso, a jurisprudência previu que os documentos deveriam estar em um edifício público, isto é, um edifício que fosse da esfera do estado, indicado especialmente para custodiar os atos, e confiados a um funcionário público, o qual também pertence aos quadros do estado.

Todas essas disposições diferem da época da República romana, que pretendia fundamentalmente instituir um lugar na cidade para que os cidadãos pudessem ter acesso, ao mesmo tempo em que o arquivo apoiava a administração. O arquivo, portanto, tinha um vínculo estreito com a cidadania. Na Idade Moderna, os arquivos são públicos no sentido de pertencerem à esfera do Estado, o qual é dominado por uma autoridade soberana. Os súditos, como não são cidadãos, devendo obediência ao poder soberano, não têm direito de consultar e usar livremente os documentos.

De acordo com Sandri (1950, p. 99), a regulamentação e utilização dos arquivos, que se tornaram secretos, passaram para as chancelarias reais. A necessidade de ter a documentação a mais completa possível no arquivo, já que era o lugar que conferia autenticidade, levou o príncipe a preencher as lacunas, determinando a entrega de documentos, por parte dos possuidores privados, que poderiam ser considerados de proveniência pública. Além disso, a doutrina jurídica procurava fazer aprovar o princípio de que aquelas lacunas podiam ser completadas com os atos conservados nas *bibliothecis*, e nos monastérios, que eram documentos privados. Os príncipes e a Igreja também se esforçam por recolher os documentos

dispersos nos vários palácios, onde residiam as cortes, além de restaurar antigos volumes e iniciar a elaboração de índices, que são importantes até hoje.

As categorias de documentos a serem conservados no arquivo, segundo Sandri (1950, p.99), seguiam a doutrina *fidem faciant*, isto é, que proporciona prova confiável, pela qual a fidedignidade permanece inalterada também nos confrontos dos não súditos do príncipe e fora dos limites da sua soberania.

Sandri (1968, p. 108) também enfatizou a concepção da jurisprudência, a qual considerava que a autenticidade atribuída aos documentos era decorrente de estarem conservados no arquivo. Assim, todo o material conservado em um arquivo público se tornou autêntico por si mesmo, em virtude da presunção de autenticidade atribuída aos documentos conservados no arquivo.

O valor, que assim vinha a ter essa documentação conservada, foi acrescentado àquela presunção de veracidade que por si mesmos tinham os documentos (*instrumenta*) como títulos probantes de direito. É este o motivo pelo qual a mais antiga documentação conservada é representada pelos títulos de propriedade ou de interesses na dupla significação de morais e materiais. Isto explica por que o documento vem incluído entre as coisas preciosas, daí os adjetivos *sacrum* (sagrado), *sanctum* (santo), com referência aos poderes públicos que podiam ter uma qualificação similar, e o sinônimo *thesaurum* (tesouro) no duplo significado de arquivo em si mesmo ou do lugar de custódia de tais atos. Em razão este valor prático, o arquivo se tornou *secretum* (secreto) com o significado de não acessibilidade da parte de qualquer um que não fosse autorizado, seja para defesa das possíveis alterações dos textos, seja para impedir que outros pudessem roubar ou se servir dos documentos sem autorização da autoridade, cujo arquivo lhe pertencia.

Essa concepção jurídica do arquivo, para Sandri (1968, p. 109), é a base da relação arquivo e autoridade estatal e explica algumas situações como o Breve de Paulo V (1612) que estabeleceu que os documentos e registros trazidos do Castelo Sant'Angelo, onde era conservado o arquivo, para serem depositados junto à biblioteca Vaticana, deviam conservar o mesmo valor jurídico como se estivessem permanecido sempre no Castelo Sant'Angelo.

Duranti (2007, p. 448) analisa as ideias do jurista alemão, Fritsch, escritas em 1664, a respeito da autenticidade dos documentos que são transferidos para o arquivo, ou seja, que atravessam o limiar arquivístico. Fritsch considera que os documentos não adquirem autenticidade pelo simples fato de atravessarem o espaço de sua criação para um espaço de preservação. Ele aponta quatro pontos que devem ser considerados. O primeiro diz respeito ao lugar, para o qual eles foram destinados, que deve pertencer a uma autoridade soberana pública. O segundo se refere ao funcionário, que encaminhou os documentos para o arquivo, devendo ser um funcionário público. O terceiro que os documentos fossem colocados, tanto fisicamente (pela localização) como intelectualmente (pela descrição), entre documentos autênticos. O quarto ponto se refere à associação entre os documentos, a qual não podia ser rompida.

Essas ideias de Fritsch apresentam algumas diferenças com relação às apresentadas pelos juristas, como as expostas por Sandri (1950; 1968), mencionadas acima. Em ambas são elencadas as condições do arquivo-lugar, e concordam com a visão de que o arquivo deve pertencer a uma autoridade soberana e que o funcionário responsável seja um funcionário público.

No entanto, na visão de Fritsch são introduzidos dois elementos que dizem respeito à autenticidade e ao inter-relacionamento entre os documentos. Isto significa que não basta depositar os documentos num lugar público, mas que estes devem ser postos numa determinada ordem física e intelectual e entre outros documentos autênticos.

Duranti (2007, p. 448, nota 7) explica as ideias de Fritsch:

Para assegurar sua autenticidade, o lugar de custódia dos documentos deve pertencer à autoridade a qual os criadores de documentos devem primeiro prestar contas da sua ação; a transmissão dos documentos para tal lugar deve estar sob a jurisdição de uma terceira parte neutra; os documentos devem adquirir relacionamentos estáveis e imutáveis com documentos já dotados com autenticidade, e esta agregação de documentos autênticos com todas suas redes de relacionamentos internos devem ser destinados à preservação indefinida (tradução nossa).

De acordo com Tschan (2015, p. 37, tradução nossa), os juristas da época Moderna, como Fritsch, compreendiam que o objetivo central dos arquivos era manter e proteger os resíduos documentais das ações, de forma que eles pudessem continuar a funcionar como prova confiável.

Essa visão, que articula o lugar de custódia com a autenticidade e a manutenção do vínculo arquivístico, é central para o pensamento de Durante, que desenvolverá uma concepção do arquivo como lugar, priorizando as seguintes ideias: a transparência da preservação dos documentos, que envolve a designação de uma entidade ou pessoa como uma terceira parte neutra; a segurança, que garante a autenticidade dos documentos e a ideia de estabilidade, que assegure o vínculo arquivístico.

ARQUIVOS HISTÓRICOS E ARQUIVOS ADMINISTRATIVOS

Vários autores como Bautier (1968, p. 141), Duchein (1992, p. 18) e Durante (1993, p. 50; 2007, p. 454-456) consideraram que, após as mudanças revolucionárias e pós-revolucionárias do período de 1789

a 1815, houve uma profunda transformação no mundo dos arquivos, ainda que não seja consensual o momento desse rompimento.

Para Bautier (1968, p. 149, tradução nossa), a mudança de fase na história dos arquivos só aconteceu, a partir de 1830, quando se produziu bruscamente o grande movimento de renovação da historiografia, influenciado pelo Romantismo literário e político. O trabalho histórico vai se apoiar sobre os documentos de arquivo e, no desenvolvimento dessa concepção, a École de Chartes exerce uma influência considerável.

Entre 1830 e 1850, de arsenal tradicional do poder, os Arquivos se tornaram os laboratórios da história, com todas as consequências que isso comporta principalmente a ruptura fundamental (e certamente lamentável) entre os birôs e os arquivos históricos.

Duranti (2007) considera que o momento decisivo na história dos arquivos se refere à destruição dos arquivos reais da monarquia da França, quando foi ao fim a visão dos arquivos como parte integrante da vida presente do cidadão, e a perda da sua função administrativa-legal. Os arquivos se tornaram históricos, depositários de fontes do passado.

A destruição dos arquivos da monarquia francesa marcou também o fim de uma visão dos arquivos como um componente integral da vida das pessoas. O 25 de julho de 1794 não é uma data totalmente feliz para os arquivos. Os documentos das instituições extintas, concentrados no Arquivo Nacional da França foram declarados patrimônio da nação e tornados acessíveis ao público. Em virtude dessa declaração, o Estado reconheceu sua obrigação em preservar tal patrimônio para as futuras gerações. Entretanto, os documentos criados pelas entidades vivas [...] foram mantidos pelos criadores ou seus sucessores até que numa idade avançada se transformavam em fontes para a história. Nascia a dicotomia entre arquivos administrativos e históricos (Duranti, 2007, p. 454-455, tradução e grifos nossos).

Ainda que não haja consenso sobre qual o momento que marca a mudança no mundo dos arquivos na era das revoluções, ambos os autores identificam que essa mudança acarretou a divisão entre os arquivos administrativos e os arquivos históricos.

A Revolução construiu um arcabouço jurídico para os arquivos desde os seus primeiros anos. Com a criação do depósito de arquivos da Assembleia, em 1790, este se tornou um refúgio para enormes quantidades de documentos, destituídos de seus legítimos proprietários pelas leis revolucionárias, de tal forma que a lei de 25 de junho de 1794 declarou os Arquivos nacionais como o depósito central de toda a República (Duchein, 1980-1981, p. 127, tradução nossa).

Além disso, a lei de 1794 também previu o direito de acesso público aos documentos custodiados pelos arquivos, já que uma das características dos arquivos centrais do Antigo Regime era o segredo, e o acesso era concedido como um privilégio do príncipe. No entanto, este fato não significou a disseminação e adoção imediata do direito de acesso. No final do século XIX, muitos países europeus ainda careciam de normas estabelecidas para a comunicação dos arquivos. As solicitações para ter acesso aos documentos eram submetidas às autoridades que decidiam, caso a caso, a conveniência de conceder parecer favorável, como ocorria, por exemplo, na Áustria, Baviera, Dinamarca, Prússia, Rússia, Saxônia e Turquia (Duchein, 1983, p. 4).

Como consequência do texto legal de 1794, os documentos das entidades extintas, concentrados nos *Archives nationales* da França, foram declarados como patrimônio da nação e se tornaram acessíveis ao público. Desta forma, o Estado reconheceu sua obrigação de preservar esse patrimônio para as futuras gerações. No entanto, os documentos, criados pelas entidades vigentes, foram, pela primeira vez, subtraídos ao procedimento controlado, que objetivava assegurar a fidedignidade de sua criação e a autenticidade de sua transmissão, sendo mantidos pelos produtores ou seus sucessores até o momento em que se transformassem em fontes para a história (Duranti, 2007, p. 454-455, tradução nossa).

Os documentos, ainda ativos, permaneceram nas unidades da nova administração e se mantiveram secretos, enquanto os documentos não correntes foram concentrados nos *Archives nationales* e nos arquivos departamentais (unidades regionais). Este fato determinou a distinção entre arquivos administrativos e históricos, que é ainda presente nos países românicos, correspondendo à distinção germânica entre *registratur* e *archiv*, e nos países anglo-saxões entre *records* e *archives* (Duranti, 1993, p. 50, tradução nossa).

Os arquivos perderam sua função administrativa e legal de reconhecer, declarar e garantir a autenticidade dos documentos sob sua custódia. No entanto, permaneceu sua função simbólica, e passaram a ser vistos como símbolo das novas nações, representando o lugar, onde um passado comum poderia ser encontrado, que justifica um presente compartilhado. Isso ocorreu em cada território tocado pela Revolução Francesa e pela conquista napoleônica (Duranti, 2007, p. 455, tradução nossa).

Os antigos conceitos legais permaneceram particularmente na Itália, onde o Direito Romano era mais forte, mas também em outros países europeus, ao ponto de cada um deles, exceto a França, ao longo do século XIX e no início do século XX, tentarem recuperar o antigo controle sobre a criação, transmissão e preservação de documentos. Os sistemas de registro e classificação, o arranjo e a descrição representaram métodos intelectuais de criar lugares arquivísticos onde os documentos poderiam ser revestidos com fidedignidade e depois com autenticidade. Em muitos casos, o "limiar arquivístico", isto é, a passagem das unidades produtoras para os prédios de arquivo, foi feita de forma a coincidir com ações de reconhecimento formal de documentos registrados e classificados, e de confirmação e representação da sua ordem intelectual (seus inter-relacionamentos) por meio de instrumentos de descrição estrutural (Duranti, 2007, p. 455-456, tradução nossa).

Outra inovação relacionada com a separação entre documentos ativos e inativos se refere à reintrodução do conceito de avaliação conduzida por um órgão colegiado externo, que anteriormente tinha sido aplicado nas cidades livres medievais, e o posicionamento da avaliação no momento da transferência dos dossiês inativos para os arquivos históricos (Duranti, 1993, p. 50, tradução nossa).

Ao lado dessas mudanças, outras começaram a ocorrer com relação à organização dos arquivos custodiados e ao papel dos profissionais. Os materiais, transferidos para os arquivos históricos, foram confiados ao cuidado de pesquisadores, a quem eram atribuídos o título de arquivistas.

Posner (2013) também considerou a influência dos pesquisadores sobre o trabalho arquivístico e a perda da conexão dos arquivos públicos com as entidades de produção:

Durante as primeiras décadas do século XIX, o erudito penetrou nos arquivos públicos da maioria dos países e começou a tomar o lugar dos primitivos funcionários treinados em trabalhos de redação e registro oficial. [...]. Quando o erudito assumiu a maioria das posições nos novos arquivos gerais, sua atitude em relação aos materiais arquivísticos tinha de ser inteiramente diferente da dos seus antigos guardas. Os arquivos tornaram-se instituições preponderantemente científicas e perderam de certo modo seu caráter de repartições do governo (Posner, 2013, p. 279, grifos nossos).

Lodolini (1993, p.120) afirma que o sistema predominante para o arranjo dos arquivos, aplicado aos documentos que formam o “arquivo histórico”, anterior à adoção dos métodos arquivisticamente válidos, foi a ordenação por matérias. Ele foi utilizado amplamente na segunda metade do século XVIII como reflexo da influência dos princípios do Iluminismo e da Enciclopédia.

A ordenação por matérias consiste em dispor todos os documentos de um arquivo (arquivo histórico) segundo a matéria tratada, sobre a base de um quadro de classificação formado pelo arquivista, sem observar a procedência dos documentos. Na França, esse método encontrou sua expressão nos *cadres de classement* com os quais foram classificados e reorganizados os documentos do Arquivo Nacional, sobre a base de seu conteúdo, sem considerar a unidade pela qual foram produzidos. Tratava-se de uma classificação similar a dos livros de uma biblioteca (Lodolini, 1993, p. 120).

Posner (2013, p. 279-280), ao examinar a influência da historiografia sobre os arquivos, considerou que os arquivistas devotavam grande parte do seu trabalho a organizar e catalogar documentos medievais, em virtude da enorme massa de diplomas, registros e documentos de conventos e instituições religiosas, trazidos para os arquivos como consequência da secularização. Os arquivos se desenvolveram, pelo menos até certo ponto, de acordo com as coleções de manuscritos das bibliotecas. As razões apontadas pelo autor são duas. A primeira diz respeito à falta de regularidade na transferência dos documentos governamentais, que eram considerados de menor importância, os quais só eram recebidos quando as repartições desejavam se verem livres da massa de documentos. A segunda diz respeito à própria organização dos documentos, os quais eram arranjados de modo a facilitar o uso erudito. Assim, foram constituídas as coleções especiais, como biográficas, militares, eclesiásticas e esquemas artificiais foram inventados, abrangendo todo o conteúdo de arquivo, e os documentos eram encaixados nesses esquemas sem nenhuma consideração com a sua conexão original.

Os historiadores do século XIX consideravam os documentos de arquivo pelo seu valor intrínseco, independentemente do seu contexto, da mesma maneira que nas escavações arqueológicas, em Pompéia ou no Egito, só houve interesse pelos objetos de arte encontrados, como peças de coleção (Duchemin, 1986, p. 15).

A influência da visão da historiografia sobre os arquivos predominou por um longo período na Europa, e esta orientação permaneceu, em alguns casos, até a 2ª. Guerra Mundial. Em muitos países, os arquivos nacionais, tidos como históricos, eram devotados quase exclusivamente aos documentos de instituições extintas, e todas as novas transferências eram excluídas. Com o aumento da massa de documentos produzidos, por volta de 1850, muitos arquivos europeus passaram a realizar transferências regulares de documentos de instituições em funcionamento (Duchein, 1992, p. 18, tradução nossa).

O desenvolvimento dos princípios arquivísticos, como o princípio de respeito aos fundos, proveniência e ordem original, tem como ideia básica, para orientar o trabalho dos arquivistas, o conceito de fundo e o seu caráter orgânico.

O respeito aos fundos [...] consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica: é o que se chama de fundo de arquivos dessa administração, instituição ou pessoa (Duchein, 1986, p. 14).

Sandri (1968, p. 109, tradução nossa) considera que a grande quantidade de fundos documentais, que se tornaram arquivos antigos ou mortos, ao saírem da sua sede de origem para se concentrarem nas instituições arquivísticas, levantou o problema da sua organização. Como esses arquivos não eram correntes, sua estrutura intrínseca se revelava incompreensível ao arquivista, que os via apenas como documentos antigos sobre os quais tinha que “trabalhar” para atender as finalidades determinadas por um novo tipo de pesquisador, o estudioso livre, e, portanto, não existia uma prática anterior que pudesse servir como parâmetro para resolver o problema.

Assim, de acordo com Sandri (1968, p. 109, tradução nossa) a antiga concepção jurídica de arquivo não servia mais, até porque a atenção era polarizada sobre os próprios documentos. Neste sentido, se coloca o problema de identificar quando se tem um arquivo e quando um conjunto de documentos constitui um arquivo.

O processo de esclarecimento sobre o conceito de arquivo que se desenvolveu, especialmente no século XX, buscou definir os seus elementos essenciais, isto é, porque um determinado conjunto de documentos pode ser chamado de arquivo e, por consequência, o que o diferencia de outros materiais similares, como os de biblioteca. A elaboração sucessiva de definições sobre o conceito de arquivo tornou mais precisa a noção de que a proveniência da entidade constitui como um vínculo, que liga os seus documentos, de modo que estes não podem ser considerados autônomos, mas necessariamente coligados uns com os outros, com um lugar determinado na série de documentos produzidos por uma mesma entidade ou pessoa, na dependência da própria atividade (Sandri, 1968, p. 110, tradução nossa).

Ao lado do desenvolvimento de ideias e conceitos arquivísticos, que ocorriam por parte dos arquivistas dos chamados arquivos históricos, os funcionários dos arquivos administrativos europeus mantinham as práticas anteriores ao período revolucionário. No início do século XX, esses arquivistas-gestores de documentos começaram a ser e, ainda, são designados somente pela sua habilidade em ler e escrever, e se tornaram uma das categorias mais baixas na hierarquia do serviço público e da atividade privada (Duranti, 1993, p. 52, tradução nossa).

Essa situação só começou a mudar com o desenvolvimento do *records management* norte-americano. Os arquivistas dos arquivos históricos foram impulsionados a voltar a ter uma ligação com as unidades administrativas a fim de receber o material de forma mais organizada, já que massas documentais desordenadas estavam sendo transferidas para as instituições arquivísticas, e o problema de arranjar, descrever, preservar e tornar disponível passou a ser muito maior do que o arranjo e a descrição de itens de fundos fechados. Ao mesmo tempo, as preocupações nacionais, que tinham sido a tônica durante todo século XIX na Europa, também chegaram aos Estados Unidos, que só implantaram a instituição arquivística nacional em

1933 e precisavam dotar o *National Archives* de um acervo representativo da sua história e capaz de servir à democracia, acervo que se encontrava disperso em bibliotecas, sociedades históricas, depósitos, sem cuidados com sua preservação.

DOCUMENTO DIGITAL E A CUSTÓDIA

A informatização dos processos de trabalho, o crescimento massivo de documentos nato-digitais e as necessidades de gestão e preservação colocaram os arquivistas frente a uma série de desafios. As ameaças referentes à obsolescência tecnológica e os perigos de perda significativa de documentos ativaram o debate sobre o papel dos arquivistas como profissionais capazes de disponibilizarem esse material de forma compreensível em longo prazo. Outra questão que foi posta para os arquivistas se refere à custódia, se ainda se mantinha válida para documentos produzidos em ambientes eletrônicos instáveis e por organizações cuja hierarquia estava sendo esvaziada.

A preservação também levou à discussão a respeito da natureza do documento arquivístico e dos arquivos. Neste sentido, as discussões sobre o documento arquivístico e suas características passaram a ser objeto de análise, principalmente se eram da mesma natureza que aqueles produzidos em ambiente convencional.

Duranti (1994) buscou demonstrar que a teoria arquivística clássica, bem com a Diplomática, não são disciplinas obsoletas para enfrentar os documentos contemporâneos, incluindo os digitais. A autora inicialmente discorreu sobre as características dos documentos arquivísticos, entendidas como um dos cernes da teoria arquivística:

As características de imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade tornam a análise dos registros documentais¹³¹ [*records*] o método básico pelo qual se pode alcançar a compreensão do passado tanto imediato quanto histórico com propósitos administrativos e culturais. A natureza da prova documental é de primordial importância e diz respeito tanto ao direito, que regula a conduta de nossa sociedade, como à história, que a explica (Duranti, 1994a, p. 53).

Assim, a autora conclui que os documentos arquivísticos são resíduos ou vestígios tangíveis das ações realizadas e possui um caráter eminentemente probatório, em virtude da vinculação com o sistema jurídico-administrativo que permite a criação e a manutenção dos documentos: [...] os registros são provas confiáveis das ações e devem essa confiabilidade às circunstâncias de sua criação e às necessidades de prestar contas (Duranti, 1994a, p. 56).

Duranti (1994a) considera que as ameaças que atingem os documentos contemporâneos, ou seja, a manutenção da integridade dos fundos arquivísticos, decorrem principalmente da ausência de procedimentos de gestão de documentos tanto no momento da produção e arquivamento, quanto no momento da avaliação. Além disso, ela destaca a pouca autoridade dos arquivos frente aos produtores de documentos, responsáveis pela sua criação e manutenção, bem como as regras inconsistentes relativas ao acesso e o uso da tecnologia.

Essas ameaças são decorrentes de uma ausência generalizada de princípios de guarda de registros nas organizações contemporâneas, de uma seleção de registros insuficientemente regulamentada, da pouca autoridade da área arquivística, da interação e coordenação limitadas entre os responsáveis pela gestão de documentos, das regras de acesso e privacidade inconsistentes e das tecnologias eletrônicas (Duranti, 1994, p. 57).

Duranti (1994a, p. 62) chama a atenção ainda a respeito do papel dos arquivistas como guardiões de documentos, papel este que é reconhecido por várias leis nacionais sobre os arquivos e a prova documental: “O conceito de custódia arquivística está intrinsecamente ligado à proteção e guarda da prova”.

No artigo *Archives as a Place* (2007, p. 445-466), publicado originalmente em 1996 pelo periódico *Archival Science*, Durante fez a defesa da custódia e considerou-a como condição para a manutenção da autenticidade dos documentos ao longo do tempo.

Duranti (2007, p. 459-460, tradução nossa) questionou se seria possível proteger o documento sem a custódia e afirmou que a autenticidade do documento arquivístico é fornecida por três fatores: transparência da preservação dos documentos, segurança e estabilidade.

Para Durante (2007, p. 460-461, tradução nossa), o fator mais importante é a transparência da preservação de documentos que diz respeito à necessidade de uma terceira parte neutra para preservar a autenticidade dos documentos. Os produtores mantêm os documentos por um período por razões administrativas, fiscais e legais. A autenticidade é garantida pelos procedimentos e requisitos legais, administrativos e técnicos aos quais os produtores estão submetidos e que pertencem as suas obrigações e responsabilidades. A partir do momento em que este período termina, o documento pode ficar em situação de risco, podendo ser subtraído, corrompido ou mesmo destruído, pois pode não fazer parte do mandato nem do interesse do produtor manter os documentos intactos.

[...] a razão de ser do ambiente arquivístico é garantir a autenticidade contínua dos documentos arquivísticos contra alterações propositais ou acidentais e é seu mandato fazê-lo. Este conceito de necessidade de uma terceira parte neutra que é responsável especificamente pela preservação e transparência da autenticidade dos documentos produzidos por outras partes é formalmente reconhecido também na legislação referente aos contratos eletrônicos (Duranti, 2007, p. 461, tradução e grifos nossos).

O segundo fator, para Duranti (2007, p. 462, tradução e grifos nossos), diz respeito à segurança, isto é, a certeza de que os documentos não podem ser alterados, o que comprometeria a sua autenticidade, pois esta característica reside mais em garantias circunstanciais do que tecnológicas. Para a autora os documentos arquivísticos “são autênticos porque são criados, mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados” (Duranti, 1994, p. 51).

Além disso, de acordo com Duranti (2005, p. 11), no ambiente convencional, as organizações recebem uma delegação de poder para realizarem suas atividades e, portanto, todos os documentos produzidos pelo produtor presumem-se autênticos. Já no ambiente digital, em virtude da instabilidade tecnológica, a autenticidade deve ser demonstrada pela evidência de que um documento não foi corrompido ou alterado durante sua transmissão e manutenção. Essa demonstração foi chamada pelo InterPARES 2 Project de requisitos de autenticidade que avaliam a identidade e a integridade do documento.¹³²

O terceiro fator é a estabilidade, significando que:

[...] o contexto do documento arquivístico é definido e imutável, isto é, que todos os seus relacionamentos são estabelecidos e mantidos intactos, e isto não pode ser garantido sem uma clara demarcação do momento em que a definição do contexto esteja completa, finalizada e capaz de ser autenticada (Duranti, 2007, p. 463, tradução nossa).

Para garantir todos esses fatores, é necessário que os documentos arquivísticos atravessem o limiar arquivístico, o espaço onde não é possível qualquer alteração, quando o documento é transferido do ambiente do produtor e passa para o ambiente arquivístico:

132

Os requisitos para apoiar a presunção de autenticidade integram a publicação Diretrizes do preservador (InterPARES 2 Project, [2011a]).

Atravessar o limiar arquivístico, dessa forma, não mudaria a natureza do documento arquivístico nem o seu valor, mas demarcaria o momento de sua estabilidade e a obtenção da sua capacidade de servir como testemunho da ação (Duranti, 2007, p. 463-464, tradução nossa).

A autora considera que o limiar arquivístico e o domínio de armazenamento devem ser colocados sob a jurisdição de uma autoridade independente como uma unidade de arquivo (*archival office*) ou uma instituição, desde que sejam capazes de assegurar transparência e segurança de preservação e de apresentar documentos autênticos (Duranti, 2007, p. 464, tradução nossa).

Para Duranti (2007, p. 464, tradução nossa), a jurisdição não requer custódia física. Se os documentos atravessarem o limiar arquivístico para o sistema de arquivos de seu produtor, a sua integridade poderá ser reconhecida legalmente e a responsabilidade pela sua proteção poderá ser concretamente realizada.

Com relação ao papel que a instituição arquivística deve desempenhar na custódia dos documentos digitais, esta deve estabelecer uma arquitetura na qual os documentos de todos os produtores, uma vez recebidos, possam ser colocados em relações estáveis e que estejam claramente definidas, e, ainda, que seu contexto mais amplo possa ser identificado, bem como as associações entre os documentos nunca possam ser rompidas (Duranti, 2007, p. 465, tradução nossa).

Por último, Duranti (2007, p. 465, tradução nossa) argumenta que a existência de um lugar oficial central de preservação sob uma jurisdição distinta, que pode ser tanto a instituição arquivística ou uma unidade de arquivo, desde que tenham autoridade para isso, assegura a possibilidade de o cidadão exercer o seu direito de escrutínio, isto é, de examinar os documentos.

O InterPARES 2 Project ([2011a]), projeto coordenado por Duranti, recomenda que a preservação seja realizada por um custodiador confiável: “um preservador que pode demonstrar que não tem motivos para alterar os documentos preservados e capaz de implementar todos os requisitos para a preservação autêntica dos documentos”.

Assim, uma unidade de arquivo que tem autoridade para receber, preservar e dar acesso aos documentos, e que realize um conjunto de ações gerenciais e técnicas que garantam o acesso e a interpretação de documentos digitais pelo tempo que for necessário, é um custodiador confiável. Com relação à instituição arquivística, esta também tem que demonstrar que é capaz de realizar esse conjunto de ações. Isto significa que este preservador é alguém que recebe os documentos com autoridade para fazê-lo e que esses mesmos documentos devem atravessar o limiar arquivístico, ainda que seja uma unidade administrativa no âmbito de uma organização produtora, como um arquivo dessa organização. Assim, essa instituição ou pessoa é um sucessor legítimo e pode manter a cadeia ininterrupta de custódia dos documentos.

O que significa arquivo como lugar? É assegurar o lugar do arquivo na vida dos cidadãos. Segundo Duranti (2007, p. 466, tradução nossa), atualmente está se tendo a possibilidade de construir arquivos poderosos e colocá-los no centro do espaço público, fazendo parte do coração da vida cívica, e se constituindo em participantes ativos na vida cotidiana dos cidadãos.

Por último, seria importante destacar que o lugar não é um depósito qualquer, onde os documentos são meramente armazenados, mas significa a condição de possibilidade de manter a sua preservação e o seu acesso. A definição da autoridade e da responsabilidade sobre os arquivos é um requisito para a preservação. A preservação de acervos convencionais e digitais envolve as responsabilidades compartilhadas entre produtores e o preservador, bem

como a definição das diferentes ações que precisam ser desempenhadas desde o início do ciclo de vida dos documentos até sua disponibilidade para os usuários finais.

REFERÊNCIAS

AYMARD, A; AUBOYER, J. O Oriente e a Grécia: o homem no Oriente Próximo. **História Geral das civilizações**. Tradução de Pedro Moacyr Campos. 4. ed. Tomo I. v. 2. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1971. 407p.

BONIFACIO, B. De archivis liber singularis ad amflossimum senatorem Dominicum Molinm. Venecia: [s.n.], 1632 in SANDRI, Leopoldo. II De archivis de Baldassarre Bonifacio. **Notizie degli Archivi di Stato**, X, p.107-111, 1950.

BORN, L. Baldassarre Bonifacio and his essay "De archivis". **The American Archivist**, 4, p. 221-237, 1941.

BRENNECKE, A. **Archivistica**: contributo alla teoria ed alla storia archivística europea. Traduzione italiana de Renato Perrela. Milano: Antonino Giuffré, 1968. 665p.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. (Versão bolso). São Paulo: Centro de Memória da Educação FEUSP/ FAPESP, 2010.

CASANOVA, E. **Archivistica**. 2. ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928. 533 p.

DUCHEIN, M. O princípio de respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14 (1): p.14-33, abr. 1982/ago. 1986.

DUCHEIN, M. The history of European archives and the development of the archival profession in Europe. **American Archivist**, vol. 55, p.14-24, Winter 1992.

DURANTI, L. The Odyssey of Records Managers. **Canadian Archival Studies and the Rediscovery of Provenance**. NESMITH, T. and COOK, T. eds. Metuchen, NJ: SAA, ACA, and Scarecrow Press, 1993, p.29-60 [reprint from the *Records Management Quarterly* 23: 3, 4 (1989): 3-11, 3-11].

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Tradução Adelina Novaes Cruz. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p.49-64, 1994a.

DURANTI, L. Medieval universities and archives. **Archivaria**, n. 38, p.37-44, Fall 1994b.

DURANTI, L. Achives as a place. **Archives & Social Studies: a Journal of Interdisciplinary Research**, v. 1, n. 0, p.445-466, March 2007.

FARIA, E. (org.). **Dicionário escolar latino-português**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Campanha Nacional de Material de Ensino, 1962.

InterPARES 2 Project. **Diretrizes do preservador** – A preservação de documentos arquivísticos digitais: diretrizes para organizações. Tradução de Câmara de Deputados e Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [2011a].

LASSARD, Y.; KOPTEV, A. **The Roman Law**. Disponível em: <https://webu2.upmf-grenoble.fr/DroitRomain/>. Acesso em: 8 maio 2015.

LODOLINI, E. **Archivística**: principios y problemas. Madrid: Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas, 1993. 358 p.

POSNER, E. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da revolução francesa. Tradução de Leda Boechat. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, nº 2, p.273-284, jul. / dez. 2013.

SANDRI, L. Il De archivis de Baldassare Bonifacio. **Notizie degli Archivi di Stato**, X, p. 95-111, 1950.

SANDRI, L. La storia degli archivi. **Actes du vingtième congrès international des archives**. Paris, Archivum, v. XVIII, p.101-113, 1968.

TELLEGEN-COUPERUS, O. **A short history of Roman Law**. London and New York: Routledge -Taylor &Francis e-library, 1993.

TSCHAN, R. Archival Custody *In*: DURANTI, L.; FRANKS, P. **Encyclopedia of archival Science**. Lanham (Maryland): Rowman & Littlefield, p. 35-38, 2015.

WIEACKER, F. The importance of Roman law for Western civilization and Western legal thought. **Boston College and Comparative Law Review**, p.257-281, 1981.

28

*Luiza Pires Martins
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
Universidade Federal Fluminense*

**VISIBILIDADE
DO CAMPO ARQUIVÍSTICO
BRASILEIRO À LUZ
DO JORNAL DO BRASIL
E O GLOBO**

Considerando os propósitos sociais que norteiam as práticas do *campo arquivístico*, a partir da institucionalização dos arquivos enquanto lugares passíveis de acessibilidade em dimensão sócio-política, reconhecer a importância da garantia do acesso aos arquivos - e por consequência o *fazer arquivístico*, é reconhecer a garantia de direitos fundamentais. Partindo da acepção de Bourdieu (2004) a respeito de “campo” enquanto um universo regido sob leis sociais específicas, perspectivamos o campo arquivístico como o lugar dos *arquivos*, da *Arquivologia* e dos *arquivistas*, que se delinea conforme as necessidades dos diferentes contextos, marcos significativos e de militância— tanto em constituição legislativa, institucional, quanto acadêmico-científica. No Brasil, a trajetória do campo arquivístico é permeada por marcos e agentes que constituem algumas fases do processo de consolidação e institucionalização. De acordo com Yuri Queiroz Gomes (2011, p. 29), os processos de institucionalização do campo arquivístico estão inseridos no espaço social e resultam de ações de agentes constituintes do campo. Entretanto, os espaços de visibilidade que se dão em torno dos espaços de institucionalização (Gomes, 2011, p. 29) do campo e seus agentes passam também pela compreensão do olhar externo.

A imprensa, enquanto meio de transferência de informação de médio e grande alcance, pode ser um fator central na formação de noções, opiniões e imagens subjetivas da realidade. A influência na percepção de seus interlocutores através das construções narrativas, pode refletir os lugares de visibilidade e representações de categorias. Nesse sentido, este artigo se propõe a apresentar os resultados do objeto da pesquisa de mestrado, intitulado “A visibilidade do campo arquivístico à luz da imprensa brasileira: 1958 a 2020” desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Considerando que os processos de institucionalização são constituídos por fases e marcos representativos, e a importância da imprensa para a construção de representações sociais e para a visibilidade de temas relevantes

e de interesse público, temos como escopo analisar os espaços de marcos representativos da Arquivologia no Brasil, no período de 1958 a 2020 em dois jornais da grande imprensa: o jornal O Globo e o Jornal do Brasil.

A coleta dos dados se deu a partir dos termos de busca compilados conforme os marcos selecionados no mapeamento proposto, considerando o ano anterior, o ano do evento selecionado, e o ano posterior ao mesmo, nos endereços eletrônicos dos acervos dos jornais escolhidos, tendo o Jornal O Globo uma plataforma própria, com acesso restrito aos assinantes e o acervo do Jornal do Brasil, sendo hospedado na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, com acesso gratuito.

É importante destacar que além dos relativos aos marcos, incluímos nas buscas os termos: *Arquivologia*, *arquivística* e *arquivista*. Tal escolha justifica-se, pontualmente, para uma breve análise quantitativa e temporal sobre como estes termos estão contidos nos jornais. A coleta de dados se dividiu em três etapas: seleção dos termos a serem buscados, definição dos metadados em comum entre os jornais e a compilação das ocorrências em planilha. Os elementos considerados na recuperação dos termos foram: o ano de publicação, o dia e mês da publicação, a edição, o título e a página.

Ao analisarmos o campo da edição, encontramos algumas divergências em relação à tipificação entre os dois jornais: enquanto o Jornal O Globo identifica suas edições entre “Matutina” e “Vespertina”, o Jornal do Brasil numerava ordenadamente cada edição. Posteriormente, passamos para análise documental, entendida por Laurence Bardin (1977, p. 45) enquanto “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência - e objetiva “a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem”.

Para atender aos procedimentos sistemáticos de descrição e análise dos conteúdos, baseamo-nos nas categorias de caráter de conteúdo, propostas por Campos (2018), compreendendo-as enquanto: informativa, opinativa, interpretativa, diversional e utilitária.

Fundamentamos, assim, os critérios de análise das ocorrências verificadas nos jornais ora em tela, possibilitando a identificação das espécies documentais, a relação destas com o caráter do conteúdo e a produção de sentidos a partir dos resultados.

Deste modo, este artigo traz a fundamentação teórica da pesquisa desenvolvida e os resultados obtidos a partir da análise proposta. Assim, dividimos o texto em três partes: a primeira intitulada “Os processos de institucionalização do campo arquivístico a partir dos marcos representativos”; a segunda, intitulada “Os gêneros jornalísticos enquanto categorias de análise”; e a terceira, intitulada “Os marcos representativos do campo arquivístico no material jornalístico”.

OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ARQUIVÍSTICO A PARTIR DE MARCOS REPRESENTATIVOS

Os processos de institucionalização da Arquivologia no Brasil podem ser desenhados a partir de âmbitos fundamentais que norteiam a compreensão da trajetória do campo no país. O legado “modernizante” de José Honório Rodrigues enquanto esteve à frente do Arquivo Nacional, define o ponto inicial do recorte temporal da pesquisa (Cougo Junior, 2020, p. 183). Em 1958, ao assumir a direção do Arquivo Nacional, JHR impulsionou a redefinição de diversos

parâmetros cristalizados pelo regulamento que regia o funcionamento da instituição, já à época obsoleto, promovendo intercâmbio entre os principais teóricos estrangeiros e implementando efetivamente o Curso Permanente de Arquivo, em 1960.

De acordo com Santos e Lima (2016), sua direção representou uma visão ampla que entendia o Arquivo Nacional enquanto uma peça central para a consolidação de um Sistema Nacional de Arquivos e também uma engrenagem para a administração pública e não apenas sendo de valor histórico. No mesmo período, em 1959, Marilena Leite Paes iniciava sua carreira no mundo da arquivística, ao ser chamada para assumir a organização do arquivo da Fundação Getúlio Vargas. É importante destacar que sua atuação na instituição, com a criação do Sistema de Arquivos, é representativa para o planejamento de um Sistema Nacional de Arquivos anos mais tarde.

Enquanto as décadas de 1950 e 1960 traçam, de acordo com Santos e Lima (2016, p. 487) “as origens da institucionalização da Arquivologia como disciplina no Brasil”, a década de 1970 é marcada pelo movimento associativista, já com os cursos de capacitação promovidos pelo Arquivo Nacional em exercício, e também pela criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, que irá representar a principal plataforma de visibilidade da categoria, tendo como objetivo a institucionalização de um curso de nível superior em Arquivologia. Santos e Silva (2018) destacam que as influências teórico-metodológicas de países europeus e americanos auxiliaram a implantação de práticas consistentes e direcionaram algumas diretrizes para o movimento associativista da área.

A atuação da AAB também abriu portas para avanços significativos na área, implicando na criação dos primeiros cursos de graduação no final da década de 1970, que visavam alçar o fazer do arquivista ao nível de especialização na gestão, organização e trato das fontes.

Há ainda, a ampliação dos horizontes para a categoria profissional com a regulamentação dos profissionais arquivistas e a criação dos cursos de ensino superior: a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 1977, e a Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1978. Outro avanço a ser destacado foi a regulamentação da profissão, apoiada pela lei no 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre as atribuições dos profissionais arquivistas e técnicos de arquivo. Os arquivistas passam, então, a ser validados enquanto profissionais de nível superior, e responsáveis pelo planejamento e gestão documental em todas as suas particularidades.

A década de 1980 é também foi marcada por grandes avanços da Arquivologia no Brasil. A propulsão da área no período deve-se, em grande medida, à gestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto no Arquivo Nacional – que durou de 1980 até 1990, e foi fundamental para a modernização do órgão e pavimentação de importantes mudanças ao campo dos arquivos na década seguinte. Durante a gestão de Vargas, vieram ao Brasil importantes atores da Arquivologia internacional, como Charles Kecskeméti, entre os anos de 1981 e 1987, Michel Duchein em 1982 e 1987, Frank Evans em 1982, dentre outros (Marques, 2011). Além disso, em 1984 é promulgado o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo.

A partir da década de 1990, o campo arquivístico no Brasil é marcado por avanços legislativos com a Lei 8.159/91, conhecida como a Lei de Arquivos, cujo artigo 26 cria o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, que configura-se enquanto um órgão colegiado, tendo como função a definição da política nacional de arquivos públicos e privados¹², e institui o Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, tendo sua organização e funcionamento posteriormente regulamentados pelo Decreto 4.073 de 3 de janeiro de 2002. Cabe destacar que o referido decreto sofre alterações significativas pela redação do Decreto 10.148 de 2 de dezembro de 2019 – tendo sido este submetido à consulta pública -, com fins de instituir a Comissão

de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal (SIGA). Neste, altera-se o caráter dos membros conselheiros do CONARQ, ampliando o lugar de representação do campo arquivístico, bem como de áreas afins. O SIGA por sua vez, é instituído por meio do Decreto 4.915 de 12 de dezembro de 2003.

Dentro da lógica da elaboração de um sistema integrado de atividades-meio da Administração Pública — proposto como uma das diretrizes no contexto da Reforma Administrativa, e da necessidade de implementação de políticas de gestão documental fomentada pela Lei de arquivos —, tem-se como objetivo otimizar o acesso aos documentos e suas informações de maneira segura. Além disso, o período é marcado pela criação de mais três cursos de graduação em Arquivologia, sendo estes: da Universidade de Brasília (1991), da Universidade Federal da Bahia (1998) e da Universidade Estadual de Londrina (1998).

As duas primeiras décadas dos anos 2000 movimentam o campo dos arquivos em vários aspectos. Além do estabelecimento de dispositivos legislativos aqui mencionados, a Associação Brasileira de Arquivologia (ABARQ) promove em 2004, a primeira edição do Congresso Nacional de Arquivologia (CNA); em 2010 ocorre a I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (I REPARQ); o Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ) é criado em 2011- mesmo ano em que ocorre a primeira Conferência Nacional de Arquivos; em 2012 é aprovada por meio da Resolução UNIRIO nº 3.898 de 12 de abril, a criação do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e, em 2014, é instituído o FNARQ.

Como resultado do cenário de incentivo a expansão das instituições de ensino superior federais, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras — Reuni, os anos 2000 foram caracterizados

fundamentalmente como o período de aumento expressivo na criação de cursos de ensino superior federais, culminando na criação de mais dez cursos de graduação em Arquivologia, sendo estes: o da Universidade Federal do Espírito Santo e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2000, da Universidade Estadual Paulista em 2003, da Universidade Estadual da Paraíba em 2006, da Universidade Federal do Rio Grande, de Minas Gerais e da Paraíba, entre 2008 e 2009, e das universidades federais de Santa Catarina Amazonas e do Pará, entre 2009 e 2012.

Com a expansão da criação de cursos superiores de graduação e pós-graduação em Arquivologia, a REPARQ, enquanto um evento acadêmico nasce com o intuito de ampliar ainda mais os limites das discussões do campo e de integração dos pesquisadores da área. De acordo com Thiago Henrique Bragato Barros, em prefácio do livro *A pesquisa e o ensino da Arquivologia: perspectivas na era digital*, a REPARQ representa “acima de tudo um espaço de articulação científica, pedagógica e política da Arquivologia.” (Barros, 2019, não paginado). De sua segunda edição - articulada pela UFF e UNIRIO —, nasce o FEPARQ, com o objetivo de assegurar um espaço de construção para uma associação voltada para o ensino e pesquisa em Arquivologia no Brasil.¹³³

O CNA, cuja primeira edição acontece em 2004, é o segundo grande evento nestas dimensões depois da criação do Congresso Brasileiro de Arquivologia, promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) — sua primeira edição tendo ocorrido no ano de 1972 e a última em 2012. De acordo com Katia Isabelli Melo e Aline da Cruz Cardoso (2018):

133

Considerando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia como objetivo final do FEPARQ, uma vez criada, o fórum descontinuará suas atividades. Informações disponíveis em: <http://feparq.org/sobre>. Acesso em: 03 ago. 2023.

O CNA veio para suprir a lacuna na continuidade dos congressos da AAB em virtude da pausa da última edição, ocorrida em 2000. Surge, então, uma nova proposta com a realização desses eventos vinculados às novas associações. O que contribuiu para que isso acontecesse foi o crescimento do movimento associativo, isto é, o surgimento de associações em alguns estados federativos (Melo; Cardoso, 2018, p. 78).

Nesse sentido, Melo e Cardoso (2018) trazem a crítica de Mariza Bottino (2014), que destaca que a dissolução dos núcleos regionais da AAB e o surgimento de associações regionais autônomas acaba por descentralizar o movimento e enfraquecer, de certa forma, o poder de reivindicação de demandas comuns dos profissionais da área. (Bottino, 2014, p. 233 *apud* Melo; Cardoso, 2018, p. 78).

Cabe destacar que é em 2011 que ocorre a I Conferência Nacional de Arquivos (CNARQ). A conferência resulta da movimentação da comunidade arquivística por conta da transferência do AN para o Ministério da Justiça, por meio do Decreto nº 7.430 de 17 de janeiro de 2011. A conferência tinha o intuito de questionar tal medida, que mudaria a configuração da instituição e dificultaria a formulação e implementação efetiva de uma política nacional de arquivos.

O ano de 2012 se destaca pela criação do curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da UNIRIO, tornando-se o primeiro programa de pós-graduação especificamente direcionado à área de Arquivologia no Brasil. Em meio à crescente ampliação de cursos de graduação e criação de cursos de pós-graduação em Ciência da Informação, o PPGARQ da UNIRIO vem no sentido de corroborar algumas demandas na qualificação dos profissionais de arquivo frente aos desafios particulares envolvidos na gestão de documentos de arquivo.¹³⁴

134

Informações sobre o PPGARQ-UNIRIO disponíveis em: <http://www.unirio.br/ppgarq>. Acesso em: 01 ago. 2023.

É em ocasião do VI Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), em 23 de outubro de 2014, que é criado o FNARQ. Enquanto um fórum permanente, a entidade visa o fortalecimento do movimento associativo e cria um espaço efetivo de articulação entre as associações, prezando o protagonismo profissional do campo e defendendo os interesses dos profissionais de arquivo. Em 2015, já sem a força de articulação de suas primeiras décadas, a AAB é extinta.

Em 2016 o campo é marcado pela saída de Jaime Antunes da direção do Arquivo Nacional depois de vinte e três anos de atuação na instituição, para dar lugar a outros nomes por indicação política, o que gerou uma série de críticas por parte dos profissionais da área. A substituição arbitrária de Antunes, após uma gestão consolidada, e considerando sua experiência profissional como arquivista, por interesses políticos que não conhecem a real relevância da atuação da instituição para a área, representa um retrocesso no campo se considerarmos a dimensão do Arquivo Nacional para a construção e implementação de políticas arquivísticas no país.

Voltando ao aspecto legislativo, atualmente, dois dispositivos podem ser considerados enquanto marcos essencialmente relevantes para a arquivística no Brasil: Lei geral de proteção de dados (LGPD) e o Decreto nº 10.278 de 18 de março de 2020. No que tange às fronteiras do acesso às informações contidas nos documentos, a Lei nº 13.709 de 8 de julho de 2018, traz a regulamentação do tratamento, coleta e guarda de dados pessoais, acarretando mudanças no fazer dos profissionais da área. Em se tratando do Decreto nº 10.278, que dispõe sobre os requisitos básicos para a digitalização de documentos públicos e privados, no sentido de salvaguardar a validação destes em âmbito administrativo e jurídico, permitindo assim o destarte em sua forma física, é certo que os requisitos dispostos no decreto não atendem efetivamente às práticas arquivísticas que entendem a aplicabilidade das normas e diretrizes para uma preservação digital de documentos de arquivo enquanto uma dinâmica

complexa a fim de garantir a integridade dos documentos dentro do contexto da gestão documental.¹³⁵

OS GÊNEROS JORNALÍSTICOS ENQUANTO CATEGORIAS DE ANÁLISE

Ao identificarmos marcos pontuais que constituem os processos de institucionalização, podemos explorar os espaços de visibilidade do campo arquivístico no Brasil a partir de uma perspectiva externa, por meio de formatos midiáticos de grande alcance, como a imprensa periódica.

A presença da imprensa nos estudos sociais, não se restringindo apenas à comunicação, vem no sentido de produzir análises externas sobre temas de diferentes áreas. Entretanto, é preciso entender que, como fontes, são construções narrativas, com propósitos condicionados e para um determinado grupo demográfico. A compreensão das noções postas é necessária para que se justifique e se contextualize o uso de materiais da imprensa como fontes de pesquisa e análise. Ao utilizarmos os acervos do jornal O Globo e o Jornal do Brasil, devemos considerar a forma de apresentação dos materiais jornalísticos, que pode ser diversa e refletir as intenções e finalidades das empresas jornalísticas nas quais são publicados. Segundo Campos (2018), a padronização das unidades textuais jornalísticas, passa por diretrizes que determinam os elementos estruturais da redação e estilo de cada veículo.

Ao realizar um estudo tipológico de materiais jornalísticos fundamentando-se em uma perspectiva interdisciplinar entre o campo arquivístico, combinando técnicas de análise diplomática

135

O parecer técnico, formulado pelo grupo de trabalho da Superintendência de Documentação da UFF (SDC) traz pontos essenciais sobre o tema e amplia o debate sobre a aplicabilidade do Decreto 10.278/2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14729>. Acesso em: 01 ago. 2023.

e conceituações das áreas de comunicação e linguagem, o autor constrói um glossário das espécies documentais identificadas em jornais diários, a partir dos elementos particulares que caracterizam as respectivas formas textuais e relacionam-se, dentro do corpo do material jornalístico, às classes de gênero. As matérias jornalísticas seguem padrões de estrutura específicas, que dão aportes à categorização da natureza elementar de seus conteúdos. (Campos, 2018, p. 235). As categorias de gênero, que sob a ótica do campo da comunicação, são concebidas a partir de propósitos comunicativos específicos, também se aproximam, segundo Campos (2018, p. 234) das categorias documentais, que na diplomática, indicam as finalidades ou efeitos produzidos pelos documentos relativos.

Deste modo, o autor faz uma alusão entre formato jornalístico e espécie documental – relativos à configuração da estrutura e disposição dos elementos constitutivos do conteúdo do documento-texto jornalístico -, tipos jornalísticos e tipos documentais – qualificados a partir das finalidades que lhe cabem, gênero e categoria documental - que dizem respeito à natureza do conteúdo. (Campos, 2018, p. 237). As finalidades dos tipos jornalísticos são de naturezas diversas, o que faz com que as categorias relativas não sejam mutuamente excludentes, podendo ser inclusive, complementares, o que, no trato documental, torna-se uma questão problemática.

Atentamo-nos, em alinhamento ao ponto focal do estudo, à relação estabelecida entre os elementos caracterizadores e identificadores das espécies documentais referentes aos materiais jornalísticos e a natureza dos conteúdos da atividade jornalística. São apresentadas, a partir de uma perspectiva condicional à natureza comunicativa da atividade, as cinco categorias de caráter de conteúdo relativas aos produtos da atividade jornalística: informativa, opinativa, interpretativa, utilitária e diversional (Campos, 2018, p. 235).

Sistematizamos, então, um quadro com as definições das espécies propostas por Campos (2018) e seus enquadramentos por categorias de caráter de conteúdo:

Quadro 1 - Definições das espécies de unidades textuais jornalísticas por enquadramento de categorias

ESPÉCIE	DEFINIÇÃO
Informativo	
Nota	Relato conciso e breve, de caráter informativo e raramente assinado, de um fato da atualidade já concluído, em desenvolvimento ou em vias de acontecer. Quando integra uma coluna, seu teor pode exceder o puramente factual, oscilando entre o caráter interpretativo e opinativo (p. 339).
Notícia	Relato de caráter informativo, assinado ou não, de acontecimentos ou fato atual que se supõe de interesse coletivo. Caracteriza-se pela objetividade, traduzida em frases e parágrafos curtos e diretos, vocabulário de fácil compreensão e ausência de qualificativos ou juízos de valor. Sua estrutura básica é geralmente composta de título, crédito, abertura (redigida sob a forma de nariz de cera ou líde), desenvolvimento (explicação, contextualização e complementação do fato) e conclusão (p. 341).
Reportagem	Relato alentado, de caráter informativo e assinado, de acontecimentos, fato ou fenômeno atual que se supõe de interesse coletivo. Destina-se, usualmente, à cobertura de fato de grande impacto e caracteriza-se pela pretensão de exaustividade, propondo uma sequência investigativa não apenas das origens, mas também das razões e dos efeitos do acontecimento ou fenômeno relatado. Sua estrutura é semelhante à da notícia, porém mais extensa, com abundância de material explicativo, contextual e complementar (p.350).
Entrevista	Conjunto das declarações emitidas por uma ou mais personalidades a respeito de determinado assunto. Sua estrutura é geralmente composta por título, créditos, abertura (líde) e transcrição, em texto corrido ou sob a forma de perguntas e respostas intercaladas ("pingue-pongue", no jargão jornalístico), do diálogo travado entre o entrevistador e o entrevistado (p. 330).
Opinativo	
Editorial	Exposição formal da posição e dos pontos de vista do jornal ou da empresa jornalística a respeito de fato ou tema da atualidade, redigida em tom impessoal e nunca assinada. Caracteriza-se pelo teor prescritivo e pela argumentação incisiva, aspectos em que difere da análise, do artigo e do comentário (p. 328).
Comentário	Composição de caráter opinativo, sempre assinada, em que o autor, seja ele jornalista ou especialista em determinado assunto, procura elucidar os sentidos, o contexto e as implicações de um único fato. Por ocupar espaço fixo, pode ser melhor identificado quando se trabalha com o jornal inteiro (p. 321).
Crítica	Avaliação ou apreciação fundamentada, geralmente assinada, emitida por especialista a respeito de manifestação artística (artes plásticas, cinema, literatura, música, teatro, televisão (p. 324).
Carta	Meio de comunicação utilizado pelos leitores para transmitir ao jornal suas opiniões a respeito do conteúdo veiculado em edições anteriores. É geralmente publicada em seção específica sob a forma de extrato, seguida da assinatura do remetente e da cidade em que reside, podendo receber título que remeta ao assunto ou à matéria a que se refere. [...]Convém notar que pode, a depender das circunstâncias, ser tipificada de acordo com sua funcionalidade (carta de agradecimento, de pedido de esclarecimento, de reclamação etc (p. 313).
Crônica	Narrativa de caráter opinativo, sempre assinada, que trata de fato da atualidade ou tema de interesse humano. Dotada de tratamento artístico e evada das impressões e juízos de valor muito pessoais do autor, conclui quase sempre com uma crítica da realidade (p. 324).
Coluna	Seção especializada, de caráter informativo e/ou opinativo, publicada regularmente e destinada à cobertura de assunto específico (cultura, economia, política, sociedade etc.), em que se reúne material de natureza diversa (charges, notas, notícias, foto-legendas). É geralmente assinada, dotada de título constante e ocupa espaço fixo em determinada página do jornal (p. 320).
Interpretativo	
Análise	Composição de caráter interpretativo, assinada ou não, que trata de explorar os antecedentes de fato ou situação e suas conseqüências, sem emitir, contudo, juízos de valor ou opiniões. Sua estrutura é geralmente composta de título, crédito (elemento facultativo, acompanhado ou não de breve perfil biográfico do autor), abertura em que se encontra a constatação do fato a ser explorado, argumentação fundamentada pela interpretação de dados complementares e conclusão" (p. 305).

ESPÉCIE	DEFINIÇÃO
Opinativo/Interpretativo	
Suelto	Composição de caráter interpretativo ou opinativo, não assinada, em que se comenta ou julga um fato relatado no corpo do próprio texto ou em nota que o antecede. Como artifício de simplificação da descrição documental, pode-se admitir sua denominação como nota (p. 353).
Artigo	Composição de caráter interpretativo e/ou opinativo, sempre assinada, redigida por jornalista ou por especialista, em que se aborda um tema específico de maneira fundamentada, podendo conter juízos de valor ou opiniões do autor a respeito do fato ou fenômeno abordado. Sua estrutura é composta de título, crédito, abertura, argumentação amparada por fundamentação teórica e conclusão, podendo conter, no pé, um breve perfil biográfico do autor, complementando o crédito (p. 308).
Análise	Composição de caráter interpretativo, assinada ou não, que trata de explorar os antecedentes de fato ou situação e suas consequências, sem emitir, contudo, juízos de valor ou opiniões. Sua estrutura é geralmente composta de título, crédito (elemento facultativo, acompanhado ou não de breve perfil biográfico do autor), abertura em que se encontra a constatação do fato a ser explorado, argumentação fundamentada pela interpretação de dados complementares e conclusão (p. 305).
Nota	Relato conciso e breve, de caráter informativo e raramente assinado, de um fato da atualidade já concluído, em desenvolvimento ou em vias de acontecer. Quando integra uma coluna, seu teor pode exceder o puramente factual (p. 339).
Diversional	
Anedota	Breve narrativa de teor jocoso, cuja conclusão se destina a provocar o riso. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter diversional publicado em jornal (p. 305).
Charada	Proposição enigmática que incita a adivinhação de palavra ou expressão (p. 317).
Conto	Narrativa ficcional, sempre assinada, concentrada em um único conflito ou uma só ação, geralmente desenvolvida em um único ambiente e com a participação de poucos personagens (p. 322).
Folhetim	Narrativa ficcional, sempre assinada, eivada das características da novela ou do romance e dividida em partes ou capítulos publicados com periodicidade regular (diária, semanal, quinzenal, mensal). Ocupa geralmente a parte inferior das páginas, justamente para ser destacado e colecionado (p. 332).
Utilitário	
Anúncio	Mensagem, geralmente sucinta, ornamentada ou não por recursos gráficos e publicada mediante compra de espaço na diagramação do jornal, cujo objetivo é propagandear ou oferecer bem, produto ou serviço ou promover a imagem de uma instituição (p. 306).
Carta-consulta	Carta ou conjunto de cartas em que um ou mais indivíduos encaminham uma questão ou demanda a outras instituições que não a própria empresa jornalística (p. 314).
Cotação	Conjunto de dados, organizados em texto corrido, gráfico ou tabela, sobre a variação do mercado financeiro, valorização de ações e moedas, preços de mercadorias ou, até mesmo, a avaliação de produtos culturais (livros, filmes, espetáculos) (p. 322).
Guia	Conjunto de anúncios ou sinopses classificadas segundo áreas de interesse ou especialização (atrações artísticas ou culturais, bares, restaurantes, médicos, telefones úteis, endereços, linhas de transporte público etc.) (p. 335).
Programa	Relação das atrações exibidas pelas emissoras de rádio e televisão, pelos cinemas, teatros, museus etc (p. 348).
Sinopse	Resumo do enredo de espetáculo artístico, filme, programa de televisão ou obra literária, geralmente acompanhado da ficha técnica (título original, direção, produção, elenco, duração, local ou emissora e horário de exibição, autoria, quantidade de páginas, editora, preço). Quando comporta comentários de especialista a respeito da qualidade da obra apresentada, trata-se de crítica, a despeito da extensão reduzida (p. 352).

Fonte: Campos (2018).

Assim, enquanto a categoria informativa tem a função de “fazer saber”, a opinativa “faz saber” expondo seus pontos de vista e juízos de valor. A interpretativa analisa de forma a “fazer conhecer”, ou seja, informar, de forma analítica, elucidando e tornando compreensíveis os dados e informações. Por sua vez, a categoria diversional liga-se às atividades de entretenimento, enquanto a utilitária, é voltada aos serviços, auxilia na tomada de decisões. Desta forma, o aporte conceitual apresentado por Campos (2018) e Marques de Melo e Assis (2016), ao aproximar-se da especificidade do objeto de levantamento documental, dá substância à elaboração dos critérios de análise das ocorrências verificadas no Jornal O Globo e Jornal do Brasil, possibilitando a identificação das espécies documentais encontradas nos acervos dos veículos, a relação destas com o caráter do conteúdo, e a produção de sentidos a partir dos resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo os parâmetros metodológicos indicados, mesmo com a intensificação do fluxo informacional midiático nos anos 1990 e 2000, foram percebidas diversas lacunas no que tange à presença destes pedaços representativos do campo arquivístico no Brasil. Estes dizem respeito à criação dos cursos de graduação e eventos acadêmicos e associativos, significativos para a área, que ampliam os limites do debate acadêmico-profissional e dão corpo à consolidação da Arquivologia enquanto uma disciplina científica, e à reinvenção da aplicação dos dispositivos regulamentadores da atuação profissional do campo.

Tais ausências evidenciam uma não-pertinência, sob o olhar midiático, dessa parcela simbólica do campo, e também a incompreensão da relevância de aspectos caros à consolidação da Arquivologia em nosso país. Já na observação dos resultados relativos àqueles

marcos presentes, percebemos que a visibilidade se deu no reflexo dos contornos das demandas sociais de cada marco. Aquilo que é publicado possui um grau de relevância que deve ser considerado, visto que, mesmo as menores publicações, representam uma escolha editorial que também pode ser analisada e produzir sentidos.

Por sua vez, percebemos que os marcos mais antigos, como o contexto da nomeação de JHR e a gestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto no AN durante os primeiros anos, além do Congresso Brasileiro de Arquivologia – considerando suas respectivas dimensões e circunstâncias –, tiveram uma presença maior e refletiram mais suas relações diretas com o campo arquivístico do que marcos mais recentes como a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados. Observamos também que o jornal impresso, até os anos 1980, ocupou um lugar de fonte de informação para o público interessado nas novas opções de carreiras que começavam a se apresentar no vestibular, e que, a partir dos anos 1990, os interesses se voltam para o acesso aos documentos, informações e dados.

Nesse sentido, compreendemos que ao trazermos luz a discussão, e os analisarmos a partir de uma das possíveis combinações de critérios metodológicos, resgatamos a importância da compreensão da área pelo olhar externo e de amplo alcance de difusão, como o da imprensa, para a conscientização da promoção e aplicação efetiva de políticas arquivísticas e ainda, para o fortalecimento de dispositivos e entidades fiscalizadoras no sentido de garantir os direitos da categoria profissional do campo. Entendemos com isso, que a despeito da significativa ausência de diversos marcos, o lugar ocupado na imprensa impressa por aqueles cuja presença pôde ser verificada, foi representativo para a visibilidade do campo arquivístico entre o final da década de 1950 e a década de 1980, havendo, a partir da década de 1990, uma gradual diminuição ao longo dos anos seguintes, sobretudo em relação ao distanciamento da essencialidade da área para fundamentação do objeto nuclear dos marcos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

CAMPOS, J. F. G. **Recortes de jornal: da prática social aos arquivos**. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.8.2019.tde04042019-125418. Acesso em: 27 de jul. 2023

COUGO JUNIOR, F. A. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. 2020. 445 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, 35, São Paulo, EDUC, julho-dezembro 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 20 de jul. 2023.

GOMES, Y. Q. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**: entre a memória e a história. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). Rio de Janeiro, 2011.

MARQUES, A. A. da C. **Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MELO, J. M. de; ASSIS, F. de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. Intercom: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 39, n. 1, 2016. DOI: 10.1590/rbcc.v39i1.2354. Disponível em: <https://www.revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2354>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MELO, K. I.; CARDOSO, A. da C. ARQUIVISTA COMO PROTAGONISTA NOS EVENTOS CIENTÍFICOS: uma análise dos congressos de Arquivologia no Brasil. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas** (Portugal), n. 10, p. 71-91, 2018.

SANTOS, P. R. E.; LIMA, A. L. G. S. 'Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração': notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. número 11, p. 483-502, 2016.

SANTOS, S. L. F. dos; SILVA, K. K. P. R. ASSOCIATIVISMO E VISIBILIDADE PROFISSIONAL. **Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn**: Anais eletrônicos do VIII CNA, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 682-696, out. 2018. VIII CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA. Disponível em: https://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_TA_GT08_0682-0696.pdf. Acesso em: 20 de jul. 2023.

29

*Katia Isabelli Melo
Universidade de Brasília*

*Rita de Cássia São Paio Azevedo Esteves
Dataprev*

ASSOCIATIVISMO ARQUIVÍSTICO:

**UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL DE SEUS
REPRESENTANTES**

A primeira iniciativa de criação de associação de arquivistas em âmbito nacional data de 1971, com o surgimento da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), que constitui seu marco histórico mais significativo. A proposta da AAB pugnava por defender os arquivistas e os arquivos, conforme estabelecido em seu Estatuto, em três alíneas do artigo 2º, reproduzidas a seguir: “a) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural do arquivista; b) cooperar com o governo e organizações nacionais, estrangeiras e internacionais, públicas ou privadas, em tudo que se relacione com Arquivos e documentos; [...] h) pugnar por uma legislação nacional sobre arquivos, tendo em vista a sua importância administrativa e cultural”. Em 2021, portanto, o movimento associativo de arquivistas completou 50 anos de engajamento e lutas em defesa dos arquivos e dos arquivistas.

Como contribuição para o resgate da história do movimento, está em fase de desenvolvimento uma pesquisa que apresenta os principais atores que atuaram, ao longo dos anos, na gestão das diretorias das associações profissionais de arquivistas no Brasil. Ao registrar a história do movimento associativo de arquivista, buscamos elementos que contribuam para revelar a trajetória desses profissionais dedicados que doaram, voluntariamente, suas vivências e, por meio de ações coletivas, construíram um legado que se manteve para as futuras gerações de arquivistas. A investigação identificou a ausência de informações consolidadas acerca das composições desses grupos, e lacunas na história do próprio movimento associativo. Soma-se a isso o fato de que a produção científica da área de Arquivologia registra pouca literatura sobre o associativismo e, sobretudo, sobre o surgimento do movimento.

No que se refere às limitações da investigação, a proposta é um recorte da pesquisa inserida em um *ebook* que está em processo de construção e que registra a história do movimento associativo de arquivistas e do seu corpo diretivo. O projeto para a publicação do *ebook* surgiu por ocasião da 4ª Semana Nacional de Arquivos,

realizada em 2020, no formato *online*, promovida pela Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB), em parceria com o Grupo de Estudos Arquivísticos (GEArq). Parte da história da Arquivologia é respaldada pelo movimento associativo e pelos profissionais que atuaram, de forma abnegada, para a visibilidade da área e pelo estabelecimento do espaço de trabalho. Portanto, buscou-se reconhecer os investimentos que foram realizados e registrar o legado das associações e, fundamentalmente, reconhecer o trabalho desenvolvido por esses atores, muitas das vezes anônimos, mas que contribuíram significativamente com o movimento. Pretende-se construir uma cronologia, com dados parciais, da participação dos representantes respondendo indagações acerca dos espaços e períodos da atuação, com destaque para a formação profissional.

Como aporte metodológico, a pesquisa, de caráter exploratório, adotou um questionário como instrumento para a coleta de dados, complementado com o recurso da história oral conhecida por entrevistas com os profissionais. Insere-se, ainda a pesquisa bibliográfica que se respaldou em publicações editadas pelas associações, que registram a composição das diretorias e aquelas produzidas pela AAB, como a revista *Arquivo & Administração* e o *Boletim*. A investigação buscou, ainda, fontes primárias, sobretudo nas atas das reuniões, e constatou diversas lacunas nos registros temporais.

A fundamentação teórica pauta-se na obra de Souza (2011), que estabelece uma tríade relacionada ao profissional arquivista configurada pela formação, associativismo e mercado de trabalho. Buscou-se nas análises sobre o movimento associativo no capítulo destinado ao associativismo.

Com base na análise quali-quantitativa, pretende-se registrar os integrantes dos cargos diretivos das associações profissionais e o quadro evolutivo com a respectiva formação profissional.

PANORAMA DAS ASSOCIAÇÕES DE ARQUIVISTAS

O movimento associativo conta com a participação dos seguintes elementos: uma instituição representativa, um grupo de associados e um corpo diretivo. Esse é composto majoritariamente por profissionais voluntários que administram as associações, promovem eventos e cursos, realizam campanhas, atuam como órgão de fiscalização ao sinalizar irregularidades em concursos públicos que disponibilizam vagas para arquivistas e técnicos de arquivo, prestam serviços de consultoria arquivística, publicam revistas científicas e livros e desempenham outras atividades.

No campo associativo, durante 27 anos, ou seja, até 1998, os arquivistas contaram com uma única representação institucional, a AAB, e seus Núcleos Regionais com presença marcante nas principais capitais do país. Como legítimos representantes, isto é, nos cargos diretivos, a AAB contava com profissionais com formação variada considerando que a formação superior em Arquivologia ainda não estava institucionalizada. Isso ocorreu apenas em 1977, com o curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

A composição da Diretoria da AAB, conforme estabelecido no primeiro Estatuto, de 1971, tinha seis representantes distribuídos nos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro(a) Secretário(a), Segundo(a) Secretário(a), Primeiro(a) Tesoureiro(a) e Segundo(a) Tesoureiro(a), sendo os integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo.

Com a extinção dos Núcleos Regionais da AAB, em 1998, outras associações foram criadas, o que possibilitou uma maior representatividade para a o movimento associativo. De certa maneira, a composição das diretorias se manteve com devidas adequações terminológicas. Por exemplo, algumas associações introduziram

o cargo de Diretor como o principal responsável pela instituição contrapondo-se ao termo Presidente, até então adotado.

No campo científico, destaca-se a realização de eventos que promoveram os arquivos, sendo o primeiro ocorrido em 1972, Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), organizado pela AAB, que se constituiu como um marco na história do movimento associativo de arquivistas ao mesmo tempo em que se revelou um de seus maiores legados. Com proposta semelhante, tempos depois, em 2004, a Associação Brasileira de Arquivologia (Abarq), com o apoio do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, organizou o Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), caracterizando as novas associações profissionais como promotoras dos congressos científicos da área.

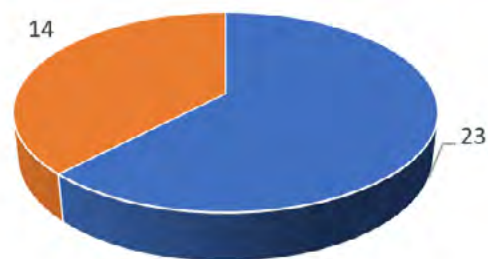
A pesquisa de Souza (2011) aborda o associativismo de arquivistas e constitui a primeira referência sobre o tema no Brasil. No capítulo destinado às associações profissionais, a autora registra a síntese dos objetivos dos coletivos profissionais no Brasil, com base em seus estatutos. Observou-se que um dos objetivos frequentes dessas instituições se refere à outorga de distinções aos profissionais que se destaquem na causa arquivística. Partindo dessa premissa e como proposta inédita e original, esta pesquisa resgata os profissionais que atuaram, voluntariamente, na composição das diretorias das associações profissionais dando a conhecer a formação profissional e os principais legados de suas gestões.

PRIMEIROS RESULTADOS

A pesquisa reflete os resultados obtidos por 37 entrevistados, uma parcela do somatório total dos diretores. Uma das variáveis do questionário refere-se ao sexo e constatou-se que a participação

feminina se mostrou mais presente no início do movimento associativo. Ainda que seja observada a introdução de integrantes do sexo masculino, manteve-se a predominância de dirigentes do sexo feminino (23 respondentes), conforme indicado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Diretores segundo o sexo



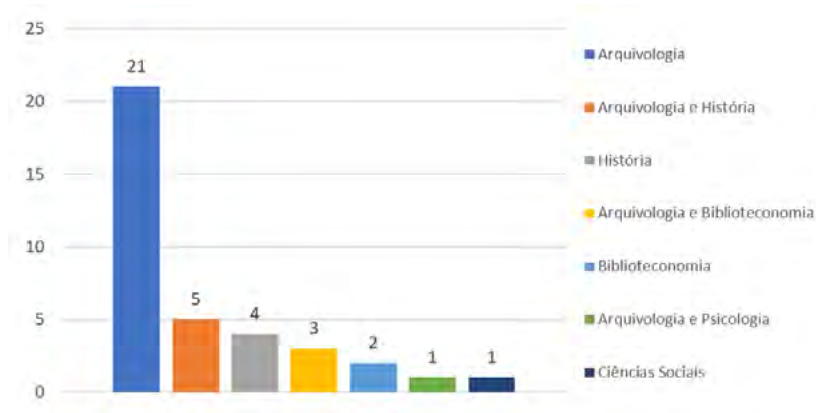
■ Feminino ■ Masculino

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Outra variável da pesquisa revelou a formação formal dos legítimos representantes. Observou-se que até a década de 1980 a formação dos presidentes da AAB era, majoritariamente, composta pelos cursos de Biblioteconomia e de História justificada pelo baixo índice de cursos de Arquivologia à época. Acerca dos espaços de formação em Arquivologia, três até então, o estado do Rio de Janeiro contribuía com dois cursos, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, (Unirio), e na Universidade Federal Fluminense, (UFF), sendo que a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, tem referência como primeiro curso criado. Posteriormente, com a ampliação dos cursos de Arquivologia no país e o aparecimento das novas associações, o reflexo na composição do corpo diretivo é sentido com a ocupação majoritária de arquivistas, ainda que se manteve um percentual de profissionais de áreas afins, conforme apontado no Gráfico 2.

No total dos entrevistados, 21 possuem formação em Arquivologia, o que representa 57%. Incluem-se como as demais formações os cursos de Biblioteconomia, História e Ciências Sociais. Observa-se, entretanto, que uma parcela dos diretores possui dupla formação sendo três cursos registrados, ademais do curso de Arquivologia, sendo História, Biblioteconomia e Psicologia.

Gráfico 2 – Formação dos diretores

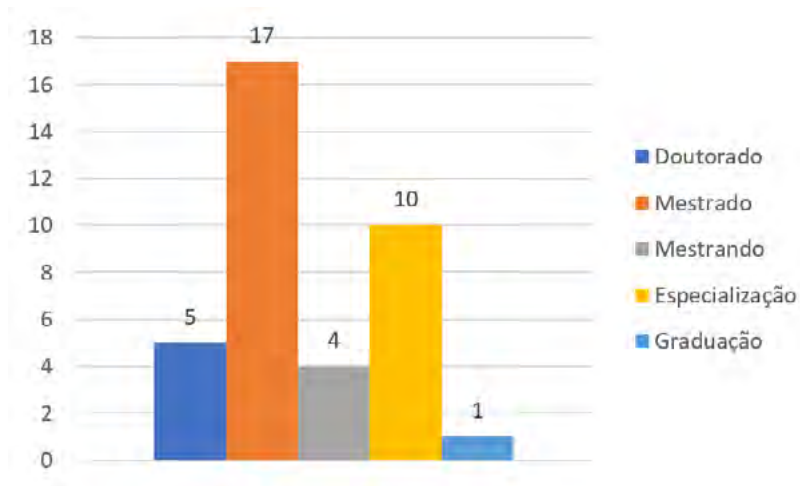


Fonte: Elaborado pelas autoras.

Na continuidade, buscou-se analisar outra variável, a formação continuada. Em relação aos resultados, diferindo do que foi apresentado anteriormente na pesquisa de Souza (2011), que indicava um percentual ínfimo de arquivistas com formação continuada, constata-se que, atualmente, uma parcela dos arquivistas envolvida com a causa do associativismo tem formação em Arquivologia e concluiu os cursos de pós-graduação nas áreas de ciência da informação no Brasil e no exterior. Conforme o Gráfico 3, a maior incidência (17 participantes) registra-se com os dirigentes que cursaram mestrado. Em seguida, com dez indicações, surgem os que fizeram especialização. Cinco dos dirigentes têm doutorado e quatro são mestrandos, ao passo que somente um profissional registrou ter apenas graduação.

A participação nas diretorias das associações profissionais constitui uma ação voluntária que implica na administração de tempo para o desempenho das competências afetas ao cargo em paralelo com o exercício profissional. Um dos fatores diretamente indicados, e que contribui para que ocorram desligamentos momentâneos ou mais duradouros das associações, refere-se à carreira acadêmica. Os entrevistados mostraram-se comprometidos com a formação continuada o que provoca, num primeiro momento, o distanciamento das funções diretivas por meio de solicitação de afastamento das diretorias e, posteriormente, o próprio desligamento dos cargos ocupados.

Gráfico 3 – Formação continuada

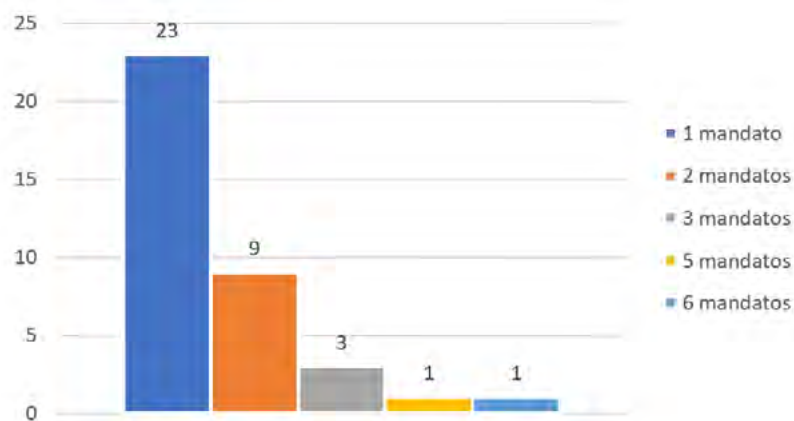


Fonte: Elaborado pelas autoras.

No que se refere aos associados, a obra de Souza (2011) salienta que, algumas das associações criadas no período pós 1998, surgem com caráter exclusivista, ou seja, permitem a vinculação somente aos arquivistas e discentes do curso de Arquivologia tanto nas diretorias como no corpo de associados. Contudo, o regramento abrange poucas associações facultando aos profissionais de áreas afins a composição do quadro de associados e mesmo dos cargos diretivos.

A pesquisa revelou que alguns entrevistados percorreram diversos cargos nas diretorias das associações profissionais, fato recorrente no início da AAB. Na análise dos mandatos, foram considerados somente os cargos de Presidente. No caso da AAB, a Diretoria era indicada pelo Conselho e, posteriormente ocorreram eleições. Por sua vez, os Núcleos realizavam assembleias com os membros para a composição das diretorias e comunicavam à AAB. O mesmo se aplicava às associações criadas posteriores a 1998, com eleições definidas nas assembleias. Constatou-se que a maior incidência se dá com 23 entrevistados que atuaram em apenas um mandato, representado no Gráfico 4. Na sequência, nove entrevistados participaram com dois mandatos, ainda que em períodos distintos. Integrando três mandatos, foram identificados três entrevistados. Com maior número de mandatos, cinco e seis, registrou-se um entrevistado em cada situação, com atuação na sequência temporal.

Gráfico 4 - Quantidade de mandatos



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Outra constatação refere-se à participação de dirigentes de diferentes espaços geográficos. Inicialmente, os membros da diretoria da AAB concentravam-se no Rio de Janeiro ainda que alguns

integrantes fossem de São Paulo. Contudo, atualmente, as barreiras geográficas foram dissipadas facultando ao corpo diretivo de determinadas associações ser composto por integrantes de outros estados, situação que ocorre na Associação dos Arquivistas de São Paulo, por exemplo.

Como fator diferenciador na constituição das diretorias da AAB, uma parcela das associações que surgiram após 1998, integram, nos cargos diretivos, discentes de cursos de Arquivologia o que possibilita uma abertura para as novas gerações. À exceção dos cargos de Presidente e Vice-Presidente, os discentes podem atuar como substitutos dos Secretários, Tesoureiros ou mesmo na coordenação de grupos de trabalho.

Algumas intercorrências ocorreram nas gestões, causando ajustes no corpo diretivo. Nessas situações o afastamento do Presidente ou Diretor provoca a troca pelo seu substituto, mas poucas alterações foram percebidas na composição das diretorias. Contudo, por outro lado, observou-se a continuidade de diretores em determinadas associações. Constata-se que a contribuição voluntária desses profissionais tem sido o motivo de êxito nos resultados das ações ocorridas em prol do fortalecimento da classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de diversas abordagens relacionadas ao profissional, inclusive a sua práxis, um dos destaques da pesquisa consistiu na identificação do estágio de formação dos arquivistas que, na ocasião, apontou um baixo índice de profissionais com formação continuada, incluindo pós-graduação. Passados doze anos da pesquisa de Souza (2011), priorizou-se identificar a evolução do nível de formação dos arquivistas que atuam nos cargos diretivos das associações profissionais com formação

formal. Observa-se que o movimento associativo se mantém com representação de profissionais de áreas afins, ainda que em percentual reduzido. O espaço geográfico não se revela como elemento dificultador para a participação nas associações, considerando que profissionais de qualquer região brasileira podem integrar as associações existentes, ocorrendo da mesma forma com o corpo diretivo em que determinadas associações estão compostas por profissionais de outros estados. Outro aspecto analisado refere-se aos discentes dos cursos de Arquivologia que passam a compor algumas gestões das diretorias, ainda que sem atuação em cargos diretivos. Houve algumas intercorrências nas gestões, o que causou ajustes no corpo diretivo. Contudo, por outro lado, constatou-se a continuidade de diretores em determinadas associações. Ressalta-se que tem sido justamente a contribuição voluntária desses profissionais o motivo de êxito nos resultados das ações ocorridas em prol do fortalecimento da classe.

O breve panorama apresentado constitui um espaço de reconhecimento da participação dos profissionais que, com esforço e dedicação, mantiveram atuante o movimento associativo de arquivistas. Ainda que tenham ocorrido intempéries, a busca pelo reconhecimento profissional do arquivista na sociedade tem sido um dos pilares das associações e de seus legítimos representantes. Convoca-se as novas gerações de profissionais para que conheçam e participem ativamente do movimento associativo a fim de manterem e darem voz aos profissionais arquivistas em seus ambientes de trabalho.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. AAB. **Estatuto**. Rio de Janeiro, 1971.

ALMEIDA, S. S. de; FEITOZA, R. A. de B.; FELIX, R. S. Panorama do associativismo dos arquivistas na Paraíba. **Revista Analisando em Ciência da Informação**. João Pessoa. v. 6, n. especial, p. 714-728, out. 2018.

CASTRO, A. de M.; CASTRO, A. de M.; GASPARIAN, D. de M. e C. **Arquivística = técnica, Arquivologia = ciência.** Brasília, ABDF, 1985.

ESTEVES, R. de C. S. P. A.; MELO, K. I. M. de ; FLORES, D.; MACHADO, E.; SALES, E. Associativismo e Conselho empoderando a comunidade arquivística. **4ª Semana Nacional de Arquivos.** Grupo de Estudos Arquivísticos. Live Associativismo e Conselho empoderando a comunidade arquivística. jun., 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uV0dEJ29Glg&feature=youtu.be>. Acesso em: 19 jul. 2023.

LIMA, E. dos S.; PEDRAZZI, F. K. P. Formação, atuação, regulamentação e associativismo profissional do arquivista brasileiro. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 28, n. 01, p. 27 - 45, jan/abr 2015.

SANTOS, S. L. F. dos; SILVA, K. K. P. R. Associativismo e visibilidade profissional: reconhecendo o papel do arquivista na sociedade. **RACIn**, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 682-696, out. 2018.

SILVA, E. P.; ORRICO, E. G. D. A organização coletiva dos trabalhadores dos arquivos no Brasil da década de 1970. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, nº 1, p. 293-304, jan./jun. 2014.

SOUZA, K. I. M. de. **Arquivista, visibilidade profissional:** formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.

30

*Paula Figueira Zaionz
Francisco Alcides Cougo Junior
Universidade Federal de Santa Maria*

A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

NA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 18,6 milhões de brasileiros tem algum tipo de deficiência. Os dados apontam que estas pessoas – quase 10% da população do país – têm menos acesso à educação e ao trabalho¹³⁶, sendo provavelmente mais alijadas dos serviços públicos do que a média da população. Trata-se, portanto, de um panorama amplo e complexo, disseminado pelas mais diferentes esferas da vida pública do país, incluindo a arquivística.

Neste trabalho, tematizamos a trajetória das políticas de acessibilidade de pessoas com deficiência tendo em vista o acesso aos arquivos no Brasil. Em linhas gerais, buscamos recuperar as principais iniciativas voltadas à acessibilidade de pessoas com deficiência tendo em vista a história dos arquivos e da Arquivologia no país. A ideia é identificar as mudanças ocorridas na área em relação ao tema e examinar as iniciativas de promoção à acessibilidade nos arquivos.

Para a realização deste trabalho, foram empregadas técnicas de pesquisa qualitativa, baseadas em breve revisão assistemática de literatura e na análise de dispositivos legais, projetos e diretrizes voltadas ao tema da acessibilidade de pessoas com deficiência nos arquivos. Por tratar-se de estudo introdutório, não realizamos um levantamento exaustivo da produção sobre o tema – tampouco buscamos esgotá-lo. Ao contrário: ao problematizarmos um tema ainda recente no campo arquivístico, pretendemos lançar luzes sobre a importância de aprofundar estudos e pesquisas a respeito da temática.

136

O Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, cerca de 8,9% da população, segundo IBGE. G1 Economia, 07 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/07/brasil-tem-186-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-cerca-de-89percent-da-populacao-segundo-ibge.ghtml>. Acesso em 18 ago. 2023.

ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: VISÃO GERAL DA NOÇÃO E PRODUÇÃO ACA- DÊMICA EM ARQUIVOLOGIA

Expressão muito comum no jargão arquivístico, a acessibilidade é um termo polissêmico sobre cujos significados podem ser tabulados distintos sentidos. O acesso, definido pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* como “possibilidade de consulta a documentos e informações” e “função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização” (Arquivo Nacional, 2005, p. 19) é um dos pilares da Arquivologia e é também quem dá origem à noção de acessibilidade – a “condição ou possibilidade de acesso” (Arquivo Nacional, 2005, p. 19). Para a Norma Brasileira de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas, o acesso tem sua significância atrelada à ideia de acessível, que representa a possibilidade algo ser alcançado. A acessibilidade é a condição para este alcance (ABNT, 2020).

Para além de uma noção de suma importância do ponto de vista teórico, o acesso é também base da legislação arquivística brasileira. De acordo com a Constituição Federal, o acesso à informação é um dos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros – incluindo aqueles considerados enquanto pessoas com deficiência (Brasil, 1988). Tanto a Lei de Arquivos (1991), quanto a Lei de Acesso à Informação (2011) ressaltam a importância deste direito.

Apesar das previsões legais, os direitos difusos das pessoas com deficiência ainda compõem um cenário recente no Brasil. Como afirma Madureira, “somente em meados do século XX, questões referentes às pessoas com deficiência passaram a compor agendas no âmbito internacional e, com isso, a inserção destas pessoas

na sociedade começou a mudar” (2018, p. 25). Uma das primeiras discussões estabelecidas a respeito do tema dedicou-se, inclusive, à terminologia mais adequada para tratar daqueles que apresentam algum tipo de deficiência. Como nos lembra a própria Constituição Federal, até anos atrás governos e entidades usavam a expressão “pessoas com necessidades especiais” para definir aqueles que, a partir de 2008, passaram a ser tratados como pessoas com deficiência (PCD). A mudança no termo se deu em consequência da assinatura da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, documento basilar para a garantia de direitos a estes indivíduos.

No Brasil, o Decreto nº 5.296, de dezembro de 2004, adotou a noção de acessibilidade como condição para a utilização – com segurança e autonomia, total ou assistida – dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação. Este decreto fundamenta-se na Lei Federal nº 10.048/2000 – que estabelece prioridade de atendimento para PCD –; na Lei Federal nº 10.098/2000 – que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das PCD –; na Lei Federal nº 12.587/2012– conhecida como lei de mobilidade urbana; e na Lei Federal nº 13.146/2015 – que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Todos estes dispositivos legais fundamentais, mas recentes.

Se a legislação brasileira em relação à acessibilidade de pessoas com deficiência é recente, as abordagens acadêmicas sobre o tema por parte da Arquivologia são ainda mais hodiernas. Ao procurarmos trabalhos sobre os termos “acessibilidade”, “pessoas com deficiência” e “Arquivologia” na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), na Base de Dados em Arquivologia (BDA) e na plataforma *Google Scholar*, identificamos 15 trabalhos sobre o tema em um escopo temporal que engloba os anos de 2010 a 2022.

Ainda que não tenhamos condições de aferir que se trata da obra mais longeva sobre o tema, podemos mencionar o trabalho “Acessibilidade das pessoas com necessidades especiais nos arquivos”, de Denise Molon Castanho (2010), como uma das mais primeiras referências sobre o assunto. A este trabalho, sucedem-se as monografias “A acessibilidade nos arquivos públicos” (CORTES, 2011) e “Direito à informação: as condições de acessibilidade no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho” (Nunes, 2012), além das comunicações “Acessibilidade de pessoas com necessidades especiais nos arquivos” (Bittencourt, Castanho, Strohschoen, 2012) e “Desafios do acesso à informação: acessibilidade e inclusão social” (Fonseca, Furtado, 2011).

Em períodos mais recentes, destacamos também os trabalhos de Silva e De la Rue (2015), “A acessibilidade nos sites do Poder Executivo estadual à luz dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência”, Barbosa e Franklin (2016), “A função social do arquivista: uma abordagem sobre inclusão e acessibilidade nos arquivos”, Campagnoli e Grigoletto (2018), “Acessibilidade em arquivos: estudo sobre garantias de direitos aos portadores de necessidades especiais”, Rodrigues, Ziegelmann e Bahia (2019), “Acessibilidade em arquivos: um olhar sob a competência do arquivista” e Nascimento Júnior, Silva e Silva (2020), “Olhares cegos’: transformando fotografias em sons – a importância da audiodescrição no acesso à informação por usuários com deficiência visual”. Ademais, merecem menção os trabalhos “Aspectos legais entre a Arquivologia e acessibilidade” (Rodrigues, 2018), “Análise sobre a acessibilidade em websites de arquivos públicos estaduais brasileiros” (Zaionz, 2022) e “Acessibilidade em arquivos: o direito à informação arquivística às pessoas com deficiência” (Santos, 2022).

Na condição de autora destacada – ainda que em constante produção conjunta – não podemos deixar de apontar a importante obra de Daniela Francescutti Hott, responsável pelos trabalhos “Acesso e acessibilidade em ambientes web para pessoas com deficiência: avanços e limites” (com Rodrigues e Oliveira, 2018),

“Os direitos de acesso e de acessibilidade dos cidadãos: uma análise preliminar na legislação arquivística brasileira” (com Rodrigues, 2019), “Acessibilidade, tecnologia assistiva e unidades de informação: articulações à realidade da inclusão” (com Fraz, 2019) e “Acesso à informação para pessoas com deficiência: análise das contribuições das consultas públicas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)”, (com Rodrigues e Muñoz, 2022).

Apesar de restrita em relação à quantidade, podemos afirmar que a produção arquivística relacionada ao tema da acessibilidade de pessoas com deficiência tem crescido, tanto como área de pesquisa em âmbito de graduação, como também enquanto tema de trabalhos de pós-graduação. Um crescimento que pode ser explicado, em partes, pela própria trajetória das políticas públicas arquivísticas sobre o assunto.

UMA TRAJETÓRIA EM POUCOS ATOS

Os primeiros movimentos sólidos de democratização do acesso à informação no Brasil tiveram início efetivo nos anos 1980, sobretudo a partir do processo de abertura política decorrente do fim da ditadura civil-militar vivida pelo país entre 1964-1985. Embora importantes, no que tange à acessibilidade à informação por pessoas com deficiência estes esforços foram inicialmente limitados, sobretudo devido à falta de consciência sobre a importância do direito, à ausência de tecnologias avançadas para garanti-lo e até mesmo a falta de informações básicas a respeito do perfil destes usuários.

É possível afirmar que as discussões a respeito do tema se iniciaram efetivamente com a promulgação da Constituição Federal (1988). No Capítulo I da Carta Magna, que estabelece os direitos e deveres individuais e coletivos, o artigo 5º define que “é assegurado

a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (Brasil, 1988). Ou seja: a informação é apontada como um direito fundamental de todos os cidadãos, sendo um dos pilares da democracia.

Mais tarde, a Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, declarou que “é assegurado o direito de acesso pleno aos documentos públicos” (Brasil, 1991), o que nos permite antever que, já neste dispositivo, os arquivos foram encarados como passíveis de serem acessíveis a todos os cidadãos – e que, portanto, questões referentes à acessibilidade deveriam estar em pauta.

Apesar dos avanços legislativos, até o final da primeira década dos anos 2000, foram poucas as iniciativas de acessibilidade em arquivos voltadas às pessoas com deficiência. Em 2011, durante a *I Conferência Nacional de Arquivos – CNARQ*, foram problematizadas propostas em relação ao acesso à informação pública, mas as propostas da conferência não chegaram a mencionar o acesso por parte das pessoas com deficiência. Divididas em eixos temáticos, as recomendações da CNARQ estabeleceram o acesso aos arquivos, à informação e à cidadania como ponto a ser aprimorado no país. De acordo com o relatório final da conferência, a proposta de número 5 do eixo IV apresentou como objetivo principal estabelecer políticas seguindo alguns aspectos, dentre os quais é citada a acessibilidade. Já na proposta de número 8, propôs-se “viabilizar a qualificação acadêmica e profissional dos diferentes atores que trabalham em arquivos [...] possibilitando o acesso às informações dentro do conceito de acessibilidade universal” (Ministério da Justiça, 2011, p. 33).

Na plenária final da *I Conferência Nacional de Arquivos*, foi apresentada a proposta de número 3, a qual trata da qualificação de espaços e profissionais de arquivos para atender aos usuários. Respeitando as necessidades dos usuários e buscando possibilitar o acesso dentro do conceito de acessibilidade universal, esta proposta

foi aprovada, sendo classificada como de implementação em curto a médio prazo. Apesar dos avanços e da presença da acessibilidade de pessoas com deficiência na CNARQ, não se sabe ao certo se as propostas foram, de fato, implementadas.

Outro importante passo em relação à ampliação da acessibilidade de pessoas com deficiência nos arquivos se deu através da promulgação da Lei Federal nº 12.527/2011, mais conhecida como Lei de Acesso à Informação. A LAI foi imaginada como uma grande aliada no que se refere à acessibilidade para pessoas com deficiência, pois determina “claramente a disponibilização de informações compreensíveis, acessíveis e de fácil dedução” (Hott, Rodrigues, 2019, p. 216). Através do Decreto nº 7.724, a lei determina a garantia de acessibilidade do conteúdo, que deve ser buscada pelos órgãos e entidades da administração pública. Essa garantia de acessibilidade aos documentos analógicos e digitais deve abranger pessoas com qualquer tipo de deficiência e, para isso, deve-se utilizar de tecnologias assistivas e outras medidas que possibilitem a plena compreensão e uso das informações disponibilizadas.

Outro marco importante na trajetória da acessibilidade nos arquivos foi o *Plano Setorial de Arquivos (2016-2026)*, aprovado pelo Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC). O plano é dividido em eixos que se subdividem em objetivos a serem alcançados por meio de metas, estratégias e ações a serem realizadas no prazo de uma década. O eixo “II – Arquivos, cidadania, diversidade e direitos culturais” tem como justificativa a importância dos arquivos como custodadores de bens patrimoniais e aponta para a necessidade de que se promova, incentive e aumente seu número de usuários, visto sua relevância para o exercício da cidadania.

De acordo com o mesmo eixo, uma das metas apontadas seria ter, até 2025, 100% das instituições arquivísticas brasileiras aderentes à Lei nº 10.098/2000 (que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência). O mesmo

eixo também propõe como meta que, até 2024, 60% das instituições arquivísticas públicas tenham ações de inclusão social. Desta forma, percebe-se que o *Plano Setorial de Arquivos* manifesta a preocupação em tornar os arquivos lugares de todos e para todos. Ressalta-se que os prazos estabelecidos para ações previstas no Plano eram razoáveis, a fim de garantir que as instituições estivessem adequadas para receber seus diferentes tipos de usuários até as datas estipuladas. Contudo, não se pode afirmar ao certo se tais metas foram alcançadas, visto que, desde 2018, não são divulgadas informações a respeito da execução do referido plano.

Dentre as estratégias e ações, o *Plano Setorial de Arquivos* propõe, ademais:

implementar políticas de acesso às instituições arquivísticas e centros de memória e documentação às PCD [...] produzindo conteúdos em formatos acessíveis através da comunicação ampliada e alternativa e tecnologia assistiva para atender aqueles que têm necessidades informacionais específicas (Conselho Nacional de Políticas Culturais, 2016, p. 14).

Para além do Plano Setorial de Arquivos, o mais recente episódio da trajetória das políticas públicas arquivísticas de acessibilidade para pessoas com deficiência no Brasil se deu através do lançamento da Política de Acessibilidade e Inclusão do Arquivo Nacional. Lançada em 2018, a Política deveria guiar as ações de acessibilidade no âmbito da principal instituição arquivística brasileira. No entanto, apesar do esforço de divulgação realizado na época de seu lançamento, a Política de Acessibilidade e Inclusão do AN sequer foi publicada nos anos seguintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na ainda curta trajetória das políticas de acessibilidade para as pessoas com deficiência na arquivologia brasileira, pode-se dizer que a presença do tema no *Plano Setorial de Arquivos* foi o mais importante passo desta caminhada. A preocupação do PSA com a acessibilidade demonstrou que os arquivos precisarão se adequar para receber as pessoas com deficiência. Além disso, apontou para a necessidade de que se trabalhe sobre a acessibilidade na web, visto que estamos na era digital, onde a procura por informações é mais facilitada.

Há vários caminhos para garantir a acessibilidade para as pessoas com deficiência. Uma iniciativa interessante e que merece menção é o Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (ASES), uma plataforma do Governo Federal que é capaz de avaliar, simular e corrigir a acessibilidade em websites. Através da plataforma, as instituições podem fazer essas avaliações, adequando seus portais a fim de que ao menos estes possam ser acessíveis e alcancem um maior número de usuários.

Percebe-se que o tema acessibilidade na arquivologia passou a ser discutido nos anos 80 e 90, mas os esforços para efetivá-lo ainda hoje enfrentam desafios, seja devido à falta de conscientização sobre a acessibilidade em si, seja por conta das limitações tecnológicas e da falta de informações mais precisas sobre as necessidades das pessoas com deficiência e suas demandas arquivísticas.

Diferentemente de outros aparelhos culturais, os arquivos exigem uma abordagem multidirecional no que diz respeito ao tema. O acesso de pessoas com deficiência aos arquivos exige que condições físicas sejam superadas, mas também prescinde que pensemos fora dos padrões, agregando conhecimentos de outras áreas, com ênfase em tecnologias assistivas e na escuta atenta às demandas da sociedade.

Ao longo da história dos arquivos e da arquivologia, o acesso à informação (e aos documentos de arquivo) se galvanizou como pauta essencial para a comunidade arquivística. Como destacamos, essa acessibilidade – alvo de políticas públicas e ações objetivas – ainda não contemplou as demandas das pessoas com deficiência, uma necessidade objetiva que precisa ser historicizada, mas também refletida de forma contínua, seja na pesquisa, seja na observação da realidade. Portanto, é necessário que sejam realizados mais estudos em relação à temática, um desafio pendente para os arquivistas deste século.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT NBR 9050**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020.

BARBOSA, I. R.; FRANKLIN, K. P. S. A função social do arquivista: uma abordagem sobre inclusão e acessibilidade nos arquivos. Congresso Nacional de Arquivologia – CNA, 8, 2018, João Pessoa. **Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn**, João Pessoa, v. 6, n. especial, out. 2018. Disponível em: https://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp. Acesso em: 21 ago. 2023.

BITTENCOURT, J. P.; CASTANHO, D. M.; STROHSCHOEN, C. Acessibilidade de pessoas com necessidades especiais nos arquivos. *In*: XVI Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unifra: Aprender e Empreender na Educação e na Ciência, 2012, Santa Maria. **Anais do XVI Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unifra: Aprender e Empreender na Educação e na Ciência**, 2012. v. 3.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 08 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em: 23 de jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.048, de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União – Seção 1, Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm. Acesso em: 09 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União – Seção 1, Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 07 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Diário Oficial da União – Seção 1, Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm. Acesso em: 07 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 13 dez. 2021.

CAMPAGNOLI, C. G.; GRIGOLETO, M. C. Acessibilidade em arquivos: estudo sobre garantias de direitos aos portadores de necessidades especiais. Congresso Nacional de Arquivologia – CNA, 8, 2018, João Pessoa. **Revista Analisando em Ciência da Informação – RACIn**, João Pessoa, v. 6, n. especial, out. 2018. Disponível em: https://arquivologiaeupb.com.br/racin/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_TA_GT03_0189-0208.pdf. Acesso em: 21 ago. 2023.

COLEGIADO SETORIAL DE ARQUIVOS. **Plano Setorial de Arquivos**. Colegiado Setorial de Arquivos. Brasília, 2016. Disponível em: <https://arquivoscnpb.blogspot.com/p/plano-setorial-de-arquivos.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS – CNPC. **Plano Setorial de Arquivos (2016-2026)**. Brasília: Ministério da Cultura - Colegiado Setorial de Arquivos, 2016. Disponível em: <https://arquivos.cnpb.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2016/05/Vers%C3%A3o-Final-Aprovada-do-Plano-Setorial-de-Arquivos-maio-de-2016-1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CORTES, M. D. F. **A acessibilidade nos arquivos públicos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Especialização em Gestão de Arquivos (UFSM), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

DA SILVA, R. L.; DE LA RUE, L. A. A acessibilidade nos sites do Poder Executivo estadual à luz dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência. **Revista da Administração Pública**, 49 (2), abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/87vRGkJb8qbsY563C4YZbjv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2023.

FONSECA, L. N.; FURTADO, M. F. Desafios do acesso à informação: acessibilidade e inclusão social. **XV Encontro Nacional Dos Estudantes De Arquivologia** realizado na UEPB – Campus V - João Pessoa, 18 a 23 de julho de 2011.

HOTT, D. F. M.; FRAZ, J. N. Acessibilidade, tecnologia assistiva e unidades de informação: articulações à realidade da inclusão. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 4, out./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22649/18233>. Acesso em: 21 ago. 2023.

HOTT, D. F. M.; RODRIGUES, G. M.; MUÑOZ, I. K. Acesso à informação para pessoas com deficiência: análise das contribuições das consultas públicas do conselho nacional de arquivos (conarq). **Informação & Informação**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 151-179, 2022. DOI: 10.5433/1981-8920.2022v27n1p151. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44515>. Acesso em: 21 ago. 2023.

HOTT, D. F. M.; RODRIGUES, G. M.; OLIVEIRA, L. P. de. Acesso e acessibilidade em ambientes web para pessoas com deficiência: avanços e limites. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 45–52, 2018. DOI: 10.36311/1981-1640.2018.v12n4.06.p45. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8318>. Acesso em: 21 ago. 2023.

HOTT, D. F. M.; RODRIGUES, G. M. Os direitos de acesso e de acessibilidade dos cidadãos: uma análise preliminar na legislação arquivística brasileira. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. p. 82–103, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/archeion/article/view/47384>. Acesso em: 3 jan. 2022.

MADUREIRA, A. R. V. **A pessoa com deficiência na América do Sul**: um estudo sobre as legislações brasileira, argentina e chilena. 2018. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6466645> Acesso em: 3 dez. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Conferência Nacional de Arquivos**. Por uma política nacional de arquivos. Ministério da Justiça, Brasília. 2012. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Relatorio_cnarq_completo.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

NASCIMENTO JÚNIOR, E. F. do; SILVA, C. M. da; SILVA, L. A. S. da. "Olhares cegos": transformando fotografias em sons - a importância da audiodescrição no acesso à informação por usuários com deficiência visual. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 7, n. esp., p. 57–69, 2020. DOI: 10.28998/cirev.2020v7nespd. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/9043>. Acesso em: 21 ago. 2023.

NUNES, P. G. **Direito à Informação**: as condições de acessibilidade no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RODRIGUES, C. A.; ZIEGELMANN, L. D. S.; BAHIA, E. M. S. Acessibilidade em arquivos: um olhar sob a competência do arquivista. **XX ENANCIB**, Florianópolis, out. 2019.

RODRIGUES, P. C. A. **Aspectos legais entre a Arquivologia e acessibilidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2018.

SANTOS, R. P. dos. **Acessibilidade em arquivos: o direito à informação arquivística às pessoas com deficiência.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Departamento de Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, 2021.

ZAIONZ, P. F. **Análise sobre a acessibilidade em websites de arquivos públicos estaduais brasileiros.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Departamento de Arquivologia, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

31

*Thiago Souza Vilela
Vanessa Garcia Coelho
Museu de Astronomia e Ciências Afins*

**ESTUDO DA ESPÉCIE
E TIPOLOGIA DOCUMENTAL
DOS ARQUIVOS PESSOAIS
DE CIENTISTAS:
FUNDO HELMUT SICK E MAURICE JACQUES BAZIN**

Os estudos sobre a gênese dos documentos vêm recebendo dos arquivistas nos últimos anos uma maior atenção, atendendo à necessidade de identificar seus gêneros e tipos documentais no processo de organização de arquivos, sejam eles pessoais, institucionais, públicos ou privados. No processo de organização de acervos documentais é necessário estudar a produção documental e os tipos documentais, considerada uma das etapas pré-arquivísticas, por considerá-los uma ferramenta que ajuda o arquivista a distinguir as atribuições, funções e atividades da entidade produtora, tornando possível a elaboração de instrumentos importantes para o processamento técnico de acervos históricos, tais como o plano de classificação e a descrição dos documentos. O objetivo final destes estudos é proporcionar aos pesquisadores e arquivistas um melhor entendimento dos conjuntos documentais descritos.

No entanto, os estudos da tipologia documental estiveram ao longo do tempo relacionados à autenticidade dos documentos, requisito necessário para a comprovação de posse de bens móveis e imóveis, além de outras disputas ligadas ao poder estatal ou ao âmbito privado. Estudos recentes sobre a gênese documental, segundo Silva e Trancoso (2013, p. 852) apontam para a importância do estudo da diplomática e as suas relações com a tipologia documental, tendo como base a diplomática dos meados do século XVII. A produção documental, sob o domínio da igreja católica e de autoria dos padres e jesuítas, relacionada à posse da terra, era comumente questionada acerca da sua autenticidade, sendo comuns as fraudes e falsificações de registros.

Nesse contexto de disputas entre a igreja, a nobreza e os camponeses em relação aos seus documentos comprobatórios de posse, foram aperfeiçoadas técnicas de análise dos documentos acerca da comprovação da autenticidade pela igreja católica. Sendo assim, surge a técnica de análise documental como um dos instrumentos de atestar e comprovar a autenticidade desses documentos relacionada ao direito patrimonial dessas terras da igreja. De acordo

com Bellotto (2002, p. 35) “os documentos diplomáticos, objeto da diplomática, se tomados de forma ortodoxa, são os de natureza jurídica, que refletem no ato escrito as relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos”.

Em decorrência disso, os estudos sobre os tipos documentais passam a ter um novo enfoque e olhar na arquivística contemporânea. Para Silva (2013, p.165), “os arquivos pessoais precisam ser conhecidos e decifrados e o estudo das espécies e tipos documentais encontrados em arquivos pessoais é um esforço instigante que os arquivistas precisam enfrentar”.

O conteúdo apresentado neste artigo refere-se ao trabalho desenvolvido no projeto intitulado “Estudo da espécie e tipologia documental de arquivos de ciência e tecnologia”, do Programa de Capacitação Institucional - PCI do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST. Este trabalho tem como objetivo identificar espécies e tipos documentais associados às atividades e funções do ornitólogo Helmut Sick e do físico Maurice Jacques Bazin. É importante salientar que os arquivos pessoais desses cientistas estão sob a guarda do MAST, visando à organização e a disponibilização dos documentos ao acesso público.

ARQUIVO PESSOAL

Considera-se arquivo o conjunto de documentos produzidos por instituições públicas ou privadas, no exercício de suas funções, em qualquer tipo de suporte. Delmas (2010, p. 56) define arquivos como “documentos reunidos por uma pessoa ou instituição em razão de suas necessidades, formando, assim, um conjunto solidário e orgânico denominado fundo de arquivo, conservado para usos posteriores”. Quando produzido por uma pessoa, esse arquivo

é denominado como arquivo pessoal, o qual tem especificidades que o diferem de outros tipos de arquivo.

Para Oliveira (2012, p. 33), o arquivo pessoal é entendido como “um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social!”. Os documentos encontrados nos arquivos pessoais são importantes fontes para a pesquisa, já que suscitam cada vez mais o interesse de pesquisadores nos arquivos. Esses arquivos, quando relacionados à ciência, permitem estudar não somente o papel dos cientistas no progresso do conhecimento, como também seus relacionamentos familiar, intelectual e social.

Vasconcellos e Santos (2015, p. 214) relatam que “arquivos pessoais, portanto, são conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas”. Neste sentido, as pessoas guardam documentos que testemunham momentos de sua vida, suas relações pessoais ou profissionais, seus interesses. Esses documentos, quando tomados em conjunto, podem revelar não somente a trajetória de vida, como também gostos, hábitos e valores de quem os guardaram, constituindo o seu arquivo pessoal (Vasconcellos; Santos, 2015, p. 214).

Os acervos pessoais ganham cada vez mais espaço na Arquivologia, pois representam uma fonte inesgotável de pesquisa, mas também são valiosos repositórios institucionais. Diante do exposto, com a finalidade de realizar a organização dos fundos de Helmut Sick e Maurice Bazin, visando à preservação e acesso, é relevante a identificação arquivística, uma vez que a definição e análise da espécie e do tipo documental permitem o trabalho de classificação, e formação de séries, bem como favorece o fornecimento de informações importantes para as atividades de avaliação e descrição de documentos arquivísticos. Entende-se como identificação arquivística “o ato

de determinar a identidade dos documentos de arquivo, de caracterizar os caracteres próprios e exclusivos que conferem essa identidade” (Rodrigues, 2011, p. 122).

Segundo Bellotto (2002, p. 19) “o tipo documental é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a ação que a gerou”. Diante disso, o tipo documental é considerado a prova de uma atividade resultante de uma função realizada por uma instituição ou indivíduo. O mapeamento desses diferentes tipos é, para além de uma metodologia que permite nomear corretamente o documento, por meio da identificação das atividades produtoras ou finalísticas dos mesmos, uma ferramenta para melhor traçar a trajetória do cientista. Todavia, há antes de identificarmos o tipo documental: a espécie documental. Enquanto, esta última associa-se às atribuições e funções do produtor do documento, o tipo está ligado às suas atividades.

O MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST

O Museu de Astronomia e Ciências Afins, criado em 1985, é uma instituição de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. O objetivo do MAST é ampliar o acesso à sociedade ao conhecimento científico e tecnológico por meio da pesquisa, preservação de acervos e divulgação da atividade científica brasileira. O Arquivo de História da Ciência é o responsável pelo acervo arquivístico do MAST, especializando-se, ao longo dos anos, na organização de arquivos pessoais de cientistas e de instituições de pesquisa que se destacaram em diferentes campos de atuação.

O ARQUIVO PESSOAL DE HELMUT SICK

Helmut Sick (1910-1991), considerado o maior expoente da ornitologia no brasileira, embora nascido em Leipzig, na Alemanha, seja pela extensão de sua obra como autor de referência sobre as aves brasileiras, quanto pelo trabalho sistemático ao longo de mais de 50 anos de atividades realizadas no Brasil. O ornitólogo estudou ciências naturais nas universidades de Königsberg, Munique, Leipzig e Berlim. Em 1937 obteve o título de Doutor em Filosofia pela Faculdade de Matemática e Ciências da Universidade Friedrich Wilhelm de Berlim, com a tese "A estrutura microscópica da pena da ave e sua função".

Em 1939, viajou ao Brasil em expedição organizada e patrocinada pelo Museu Zoológico da Universidade de Berlim, em convênio com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, para realizar pesquisas ornitológicas, com o objetivo de coletar material ornitológico e estudar espécies raras, como o mutum *Craxblumenbachii* e o jacu-de-estalo *Neomorphusgeoffroyi*, se fixando no Espírito Santo/ES. Em 1942, com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, Sick teve suas pesquisas interrompidas e acabou foi preso por suspeita de ativismo político nazista junto às colônias de imigrantes alemães. Libertado em 1944, Sick escolheu ficar trabalhando no Brasil, naturalizando-se brasileiro em 1952.

Seu legado de pesquisas incluiu a descoberta e a descrição de inúmeras espécies novas de aves tropicais. Foi o primeiro a escrever de maneira mais aprofundada sobre as aves brasileiras ameaçadas de extinção, contribuindo com a preservação do habitat dessas espécies. A mais importante obra de sua vida, o livro "Ornitologia Brasileira", publicado pela primeira vez em 1984, é uma importante referência bibliográfica até os dias atuais.

Durante cinquenta e dois anos de vida no Brasil, desde a chegada ao Estado do Espírito Santo, em 1939, até poucos dias antes de falecer, realizou intensa atividade científica. Helmut Sick faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 5 de março de 1991. Ornitólogo de campo publicou inúmeros trabalhos sobre a sistemática, a ecologia e a proteção das aves brasileiras. O penúltimo deles, sugerindo com bons argumentos alterações na sistemática de alguns de nossos psitacídeos, foi publicado recentemente no número inaugural da revista "Ararajuba", órgão da Sociedade Brasileira de Ornitologia. O Helmut Sick foi naturalista da Fundação Brasil-Central, oportunidade em que se familiarizou bastante com a avifauna do cerrado e, posteriormente, naturalista e professor do Museu Nacional. A sua grande produção científica foi enriquecida com a publicação, em 1985, da "Ornitologia Brasileira, uma introdução".

O seu arquivo pessoal, formado por documentos produzidos no âmbito pessoal, acadêmico e profissional, encontra-se no Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCTI) e apresenta documentos textuais, bibliográficos, iconográficos e objetos tridimensionais. O arquivo foi doado ao MAST, em 2003, por sua amiga Ingeburg Kindel, sendo constituído por diversos tipos documentais, tais como cartas, diplomas, prospectos, fotografias, negativos, medalhas, binóculos, dentre outros documentos de arquivo, totalizando 23 caixas do modelo padrão do Arquivo de História da Ciência (Mast, 2023).

Segundo Silva (2006, p. 39), "A literatura sobre a preservação de documentos oriundos de C&T nos mostra que o cientista nem sempre se preocupa com a preservação dos registros de sua pesquisa, após a conclusão da mesma". Entretanto, o interesse sobre a documentação pessoal, de processos decisórios e de pesquisa é crescente. Segundo Vilela (2022, 193), "esse rico acervo tem chamado a atenção de diversos pesquisadores, tais como historiadores, museólogos, documentalistas, biólogos, ornitólogos".

O ARQUIVO PESSOAL DE MAURICE JACQUES BAZIN

Maurice Bazin (1934-2009), como educador e pesquisador, conhecia a importância da organização dos documentos para o acesso aos mesmos. Assim, elaborou a sua classificação dispondo os documentos de acordo com o assunto, ações ou atividades que os geraram, acondicionando-os em pastas e identificando-os. O arquivo pessoal do físico foi doado ao MAST, para organização e disponibilização ao público, por sua família, em 2013, totalizando 42 caixas do modelo padrão do Arquivo de História da Ciência, correspondendo a 5.33 metros lineares de documentos textuais (Mast, 2003).

Conhecido como um dos precursores na divulgação científica e educação em ciências, Bazin escolheu o Brasil como casa em 1979, tendo atuado na área de divulgação científica em diferentes universidades e instituições de divulgação científica como a UNICAMP, a PUC/RJ e o Espaço Ciência Viva. Além do mais, realizou um trabalho importante com o povo Tuyuka, no Alto Rio Negro, Amazonas, em que desenvolveu um método educativo para a alfabetização e o ensino de matemática na língua materna deste.

A documentação textual é o gênero de maior quantidade no arquivo pessoal do professor Maurice Bazin, já que sua documentação é em grande maioria resultado de sua vida acadêmica e de pesquisa, sendo constituída por cartas, ofícios, recortes de jornal, diplomas, documentos de identificação, entre outros, boa parte em língua francesa, idioma pátrio do produtor/acumulador do arquivo. Além disso, há documentos iconográficos, com a identificação de fotografias do produtor com amigos ou que registram o seu trabalho em diversos momentos, incluindo trabalhos de campo, tais como com os índios Tuyuka, na Amazônia. O conjunto de documentos contém diversos gêneros: textuais, iconográficos, bibliográficos, cartográficos e sonoros, que atestam a riqueza informacional do acervo, com destaque para as pesquisas sobre o ensino de ciências (Mast, 2023).

METODOLOGIA

Para a organização do acervo, foi utilizada a metodologia produzida pelo Arquivo da História da Ciência, baseada na classificação dos documentos de acordo com as funções e atividades exercidas pelo produtor/acumulador ao longo da sua vida. Nesse sentido, o tratamento arquivístico desenvolvido nos fundos Maurice Bazin e Helmut Sick foi estabelecido em etapas.

Na 1ª etapa, foram elaboradas as notas biográficas dos produtores do acervo, tarefa realizada a partir de pesquisas na internet, em publicações da área e nos documentos que compõem o acervo com o propósito de identificar a trajetória pessoal e profissional dos cientistas. Na 2ª etapa, identificamos a espécie e o tipo documental, assim como o seu conteúdo, como datas, assuntos, locais de produção e idiomas. Na 3ª etapa foi elaborado o quadro de arranjo, quadro esquemático importante para localizar os documentos em séries e subséries de acordo a atividade/função que o gerou. Segundo Camargo e Bellotto (1996, p. 69), a série é a "seqüência de unidade de um mesmo tipo documental".

Convém enfatizar que os arquivos estão em fases diferentes de organização, o arquivo de Helmut Sick encontra-se na 3ª etapa, que se refere à descrição de dossiês, após a finalização dessa etapa, o arquivo estará pronto para a elaboração do inventário e disponível na base Zenith, do MAST, para acesso aos pesquisadores e público em geral. Já o arquivo de Maurice Bazin encontra-se na 2ª etapa, que se refere à identificação de espécie e tipo documental.

ESPÉCIES E TIPOS DOCUMENTAIS IDENTIFICADOS NOS ACERVOS PESSOAIS DE CIENTISTAS - HELMUT SICK E MAURICE BAZIN

O levantamento foi realizado por meio da análise de cada documento, ou seja, o item documental do Fundo. Sobre isso, Silva enfatiza que:

Os documentos que apresentam configurações mais conhecidas, por seguirem padrões amplamente utilizados em diversas áreas do conhecimento, foram identificados rapidamente. Como por exemplo, podemos citar a ata, o relatório e o certificado, que são espécies conhecidas e facilmente identificáveis (Silva, 2013, p. 169).

Os documentos apresentados no Quadro 1 referem-se às espécies e/ou tipos documentais identificados nos acervos de Sick e Bazin.

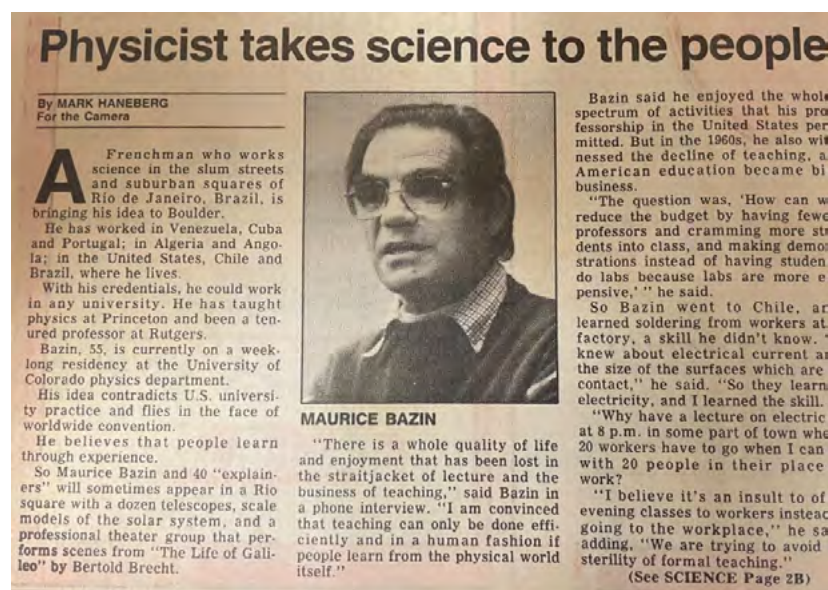
Quadro 1 - Espécie e Tipo documental

Agenda
Carta de comunicação de solicitação de agradecimento
Currículo
Recorte de jornal
Recibo de postagem de pagamento de depósito
Artigo
Minuta
Certidão de óbito
Certificado de vacinação de posse de arma de tradução de reservista
Ofício
Boletim informativo
Release
Passaporte
Relatório de atividades de pesquisa de viagem de participação
Caderno de campo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentre os documentos encontrados no arquivo pessoal de Maurice Bazin, podemos ressaltar abundância dos recortes de jornal, constituindo conjuntos muito volumosos com conteúdos variados. Convém enfatizar que os recortes de jornal foram organizados por assunto por Bazin. A Figura 1 apresenta um recorte de jornal, destacando o trabalho de divulgação científica do físico Maurice Bazin.

Figura 1 – Recorte de jornal



Fonte: Arquivo pessoal de Maurice Bazin/Acervo MAST.

No âmbito de seu trabalho Bazin costumava ser convidado para prestar assessoria na área de divulgação científica. O documento reproduzido na Figura 2 é uma carta de aceitação de convite. Neste caso, este tipo de documento apresenta informações sobre a confirmação de participação em uma atividade, local e data, por extenso à direita, endereçamento alinhado à esquerda, contendo o nome do destinatário, vocativo, texto com a exposição do assunto, fecho de cortesia, assinatura do emitente da carta, nome e cargo.

Figura 2 - Carta de aceitação de convite

San Francisco , 11 de Abril 1994

Prezados Senhores,

César Maia
Prefeito do Rio de Janeiro

Maria Aparecida Neves
Presidente da Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro

Carlos Médicis Morel
Presidente da Fundação Oswaldo Cruz

Paulo Gadelha
Presidente da Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz

Atendendo ao convite de V.Sa., estou concordando em participar do Corpo Permanente de Consultores do Espaço-Museu da Vida e do Museu de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

Estou certo de que esta é uma iniciativa prioritária que trará grandes benefícios para a educação em ciência e tecnologia em nosso país e fará jus à tradição e vocação do Rio de Janeiro enquanto pólo cultural, científico e educacional.

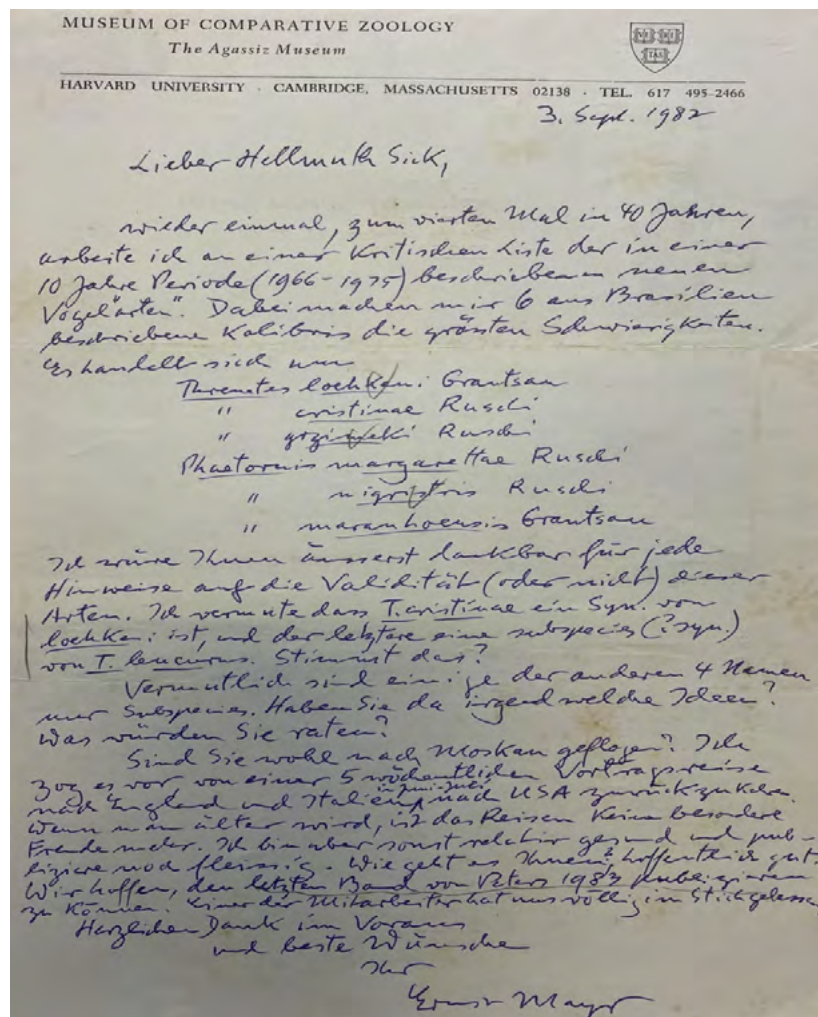
Atenciosamente,

Maurice Bazin
MAURICE J. BAZIN, Ph.D.
Co-director, Teacher Institute
EXPLORATORIUM
San Francisco, CA 94123
USA

Fonte: Arquivo pessoal de Maurice Bazin/Acervo MAST.

Na Figura 3, o documento tipificado como *Carta de Solicitação* é uma carta de Ernst Mayr ao Helmut Sick referente à nomenclatura de novas espécies de beija-flores. O documento exemplifica o que foi discutido no texto por abordar as dificuldades que os mesmos apresentam no momento da tipificação por estar manuscrito e na língua alemã.

Figura 3 – Carta de solicitação



Fonte: Arquivo pessoal de Helmut Sick/Acervo MAST.

Na Figura 4, o documento tipificado como *Certidão de Conclusão do Ensino Médio* é um documento estruturado com anotações que tornam fácil a tarefa de identificação, exemplo de auxílio dado pelos estudos de tipos documentais. De acordo com Silva

e Trancoso (2015, p. 852), “a análise tipológica do documento reconhece as características intrínsecas e extrínsecas dos documentos, com o objetivo de identificar a atividade que lhe deu origem, buscando nomeá-los corretamente”

Figura 4 – Certificado de Conclusão do Ensino Médio

Helmut S i c k

geboren in Leipzig am 10. Januar 1910

Sohn des Universitätsprofessors Dr. med. Paul Sick, Chefarzt

Lehrgegenstand die Theologie Gütern 1920

Schüler der Prima für Gütern 1928, hat auf Grund der mit ihm angefertigten

Befriedigung und für sein Betragen während seines Aufenthaltes in den Primen folgende Hauptleistungen

erhalten:

Leistungen: Gut (1b)

Betragen: Vollig befriedigend (1)

Befähigung des Zeugnisses gebietet: Naturwissenschaften zu studieren.

Ein Abdruck der Zeichnung ist beigeblau.

Zerfuehren in den einzelnen Fächern:

Religion:	genügend (3a)
Deutsch:	gut (2)
Latein:	genügend (3)
Griechisch:	genügend (3a)
Französisch:	genügend (3)
Englisch:	-
Mathematik:	genügend (3a)
Physik:	gut (2a)
Naturkunde:	vorzüglich (1b)
Geschichte:	gut (2a)
Erdkunde:	gut (2a)
Hebräisch:	-
Tages:	vorzüglich (1b) Gegen gut (2) Zuehren:

Legung am 28. Februar 1930.

Die Prüfungskommission,
Prof. Dr. Sittel
Oberstudienrat,
zugleich Studienprofessor

Dr. W. Kappel
Prof. Dr. Müller
Dr. P. Müller
Dr. W. Müller
Dr. H. Müller
Dr. H. Müller
Dr. W. Müller
Dr. W. Müller

Fonte: Arquivo pessoal de Helmut Sick/Acervo MAST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos resultados que conseguimos alcançar até o momento em nossa pesquisa e no trabalho de organização dos referidos arquivos pessoais, podemos apontar um melhor detalhamento das funções e atividades atribuídas aos cientistas em seu contexto de atuação. O desafio encontrado durante esse processo de organização tem sido realizar as traduções de documentos em alemão e em francês.

Além disso, também há dificuldades na paleografia dos manuscritos já que os acervos contemplam um grande número deste gênero documental. Em geral, os acervos são compostos pelos seguintes gêneros documentais: textuais, iconográficos, cartográficos, sonoros e tridimensionais. Para realizar a definição de espécies e de tipos documentais foram utilizados glossários e dicionários de terminologia.

Os acervos dos fundos citados, ainda em processo de organização, têm potencial para atendimento em diferentes tipos de pesquisas sobre a vida dos cientistas. Por fim, traz como resultados alcançados a identificação de órgão produtor, tipos e séries documentais comuns a ambos os arquivos. Logo, esses documentos devem ser preservados, pois são testemunhos de uma atividade realizada.

Dessa forma, Terry Eastwood (1993, p. 27) nos faz refletir sobre as ações dos homens de ciência na sociedade, através da sua produção documental, pois “é preciso entender o meio político, econômico, social e cultural de uma dada sociedade para compreender os seus arquivos”. O objetivo final, tanto da organização dos arquivos, quanto do estudo dos tipos documentais, visa à elaboração de instrumentos de pesquisa que irão facilitar o acesso e difusão desses importantes testemunhos do desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BAZIN, M. J. Ciência para brasileiro ver. [Entrevista concedida a] Carla Almeida. **Brasiliana**. Rio de Janeiro, jul. 2004. Disponível em: <https://www.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=94&sid=31>. Acesso em: 19 fev. 2023.
- BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo; Arquivo do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, 8).
- CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.) **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996. 142p.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

EASTWOOD, T. M. Reflections on the development of archives in Canada and Australia. *In*: MCKEMMISH, S.; UPWARD, F. (Ed.). **Archival documents**: providing accountability through recordkeeping. Melbourne: Ancora Press, 1993. p. 27-39.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS - MAST. **Acervo Arquivístico**. Helmut Sick. Disponível em: https://site.mast.br/hotsite_acervo_arquivistico/helmut_sick.html. Acesso em: 19 fev. 2023.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS - MAST. **Acervo Arquivístico**. Maurice Bazin. Disponível em: https://site.mast.br/hotsite_acervo_arquivistico/maurice_bazin.html. Acesso em: 19 fev. 2023.

OLIVEIRA, L. M. V. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno de arquivos pessoais. Rio de janeiro. *MóBILE*, 2012, 171p.

RODRIGUES, A. C. Identificação: uma nova abordagem arquivística? **Revista EDICIC**, v. 1, n.4, p.109-129, Oct/Dic. 2011.

SANTOS, P. R. E. **Arquivo de cientista**: gênese documental e procedimentos de organização. Associação de Arquivistas de São Paulo. Rio de Janeiro, 2012, 125p.

SILVA, M. C. S. M. Documentando a atividade de ciência e tecnologia: principais questões. **Registro**, Ano V/VI, n.5/6, jul. 2006/maio 2007, p. 39.

SILVA, M. C. S. M. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico em arquivo pessoal no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v.18, n.3, p.160-174, jul./set. 2013.

TRANCOSO, M. C. D.; SILVA, M. C. S. M. Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro. **Arquivo & Administração**, v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50387>. Acesso em: 24 jul. 2023.

VASCONCELLOS, E.; SANTOS, M. Pois de tudo fica um pouco: a literatura revisitada nos arquivos pessoais. *In*: OLIVEIRA, L. M. V. de; VASCONCELLOS, E. (Org.) **Arquivos pessoais e cultura**: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p. 213-220.

VILELA, T. S. A importância dos documentos tridimensionais do acervo do Helmut Sick como patrimônio material e imaterial de c&t. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA MATERIAL E PATRIMÔNIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 5; 2022, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...] Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2022. p. 192-193. Disponível em: <https://site.mast.br/vspct/livro-resumos-2022.pdf>. Acesso em: 31 jun. 2023.

32

**MOÇÃO DE APOIO
À REINSTITUCIONALIZAÇÃO
DO ARQUIVO PÚBLICO
MINEIRO NO DECRETO
QUE REGULAMENTA
A LEI Nº 24.313/2023**

Na sessão final do Simpósio de História dos Arquivos e da Arquivologia, ocorrida na Universidade Federal Fluminense, campus da Boa Viagem, em 26/5/2023, foi aprovada moção de apoio à reconstitucionalização do Arquivo Público Mineiro e para que essa Instituição seja provida de autonomia e autoridade na gestão, custódia, preservação, difusão e acesso aos documentos arquivísticos.

O Arquivo Público Mineiro, a instituição arquivística mais importante de Minas Gerais, instituída em 1895, tem sido alvo de reformas administrativas desastrosas, que têm levado a seu enfraquecimento institucional e à precarização de seu corpo técnico e de suas atividades, com o comprometimento de suas atribuições previstas na Lei nº 19.420 (Minas Gerais, 2011), que “ESTABELECE A POLÍTICA ESTADUAL DE ARQUIVOS”:

Em 2019, o Decreto nº 47.768 (Minas Gerais, 2019) que “DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO-SECULT” de Minas Gerais, rebaixou o Arquivo Público Mineiro da condição de Superintendência à Diretoria subordinada à Superintendência de Bibliotecas, Museus, Arquivo Público e Equipamentos Culturais da SECULT, também extinguindo no Arquivo Público Mineiro a Diretoria de Conservação, a Diretoria de Arquivos Permanentes, a Diretoria de Gestão de Documentos e a Diretoria de Difusão e Acesso, que passaram a atuar como núcleos informais.

Em 2023, a Lei nº 24.313 (Minas Gerais, 2023), que “ESTABELECE A ESTRUTURA ORGÂNICA DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, em seu Art. 21, Inciso I, não corrigiu essa distorção. Na verdade, a agrava, pois não esclarece qual é a natureza administrativa do Arquivo Público Mineiro, que aparece apenas subordinado ao Secretário da SECULT. Lembrando que no projeto de lei enviado pelo Governo para a Assembleia Legislativa – e que deu origem à mencionada lei – o Arquivo Público Mineiro restringia-se a uma simples assessoria, fato gravíssimo e que teve como consequência uma ampla mobilização da sociedade

e que conseguiu retirar a palavra “assessoria”, ficando apenas a denominação “Arquivo Público Mineiro”. Em virtude desse precedente, há uma grande desconfiança em relação ao que será proposto pelo Governo no dispositivo complementar da referida lei, em relação à natureza administrativa, às competências e à estrutura orgânica do Arquivo Público Mineiro.

Conforme é possível constatar pelos fatos expostos acima, o Arquivo Público Mineiro encontra-se ameaçado e sem condições de cumprir condignamente as suas várias competências na gestão dos documentos públicos, assim como em sua preservação e acesso. A Lei nº 24.313 (Minas Gerais, 2023), agrava ainda mais essa situação ao não definir a natureza administrativa do Arquivo Público Mineiro e cria espaço para a adoção de estrutura organizacional em dispositivo complementar ainda mais deficiente e aquém das reais necessidades da Instituição, dando continuidade ao processo de esvaziamento institucional iniciado em 2019.

Tendo em vista os argumentos apresentados, os pesquisadores reunidos no Simpósio de História dos Arquivos e da Arquivologia, e todos que subscrevem a presente moção, solicitam que a SECULT-MG inclua no texto do decreto regulamentador da Lei nº 24.313 (Minas Gerais, 2023), que define a natureza administrativa do Arquivo Público Mineiro, competências e estrutura orgânica condizentes com as necessidades dessa Instituição, prevendo a recriação imediata das respectivas: Diretoria de Conservação, Diretoria de Arquivos Permanentes, Diretoria de Gestão de Documentos e Diretoria de Difusão e Acesso.

REFERÊNCIAS

MINAS GERAIS. **Decreto nº 47.768 de 29 de novembro de 2019**. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/47768/2019/>.

MINAS GERAIS. **Lei nº 19.420, de 11 de janeiro de 2011**. Estabelece a Política Estadual de Arquivos. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/19420/2011/>.

MINAS GERAIS. **Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023**. Estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/24313/2023/>.

33

**MOÇÃO PELA REVOGAÇÃO
DO DECRETO N. 10.148/2019
E ALTERAÇÃO DO DECRETO
Nº 11.437/2023**

Na sessão final do Simpósio de História dos Arquivos e da Arquivologia, ocorrida na Universidade Federal Fluminense, campus da Boa Viagem, em 26/5/2023, foi aprovada moção pela revogação do Decreto n. 10.148 (Brasil, 2019) e alteração do Decreto n. 11.437 (Brasil, 2023) pelas nefastas consequências que deles advêm para a política de arquivos do Brasil, nos termos do texto *"Política de arquivos continua em risco: o Governo Federal continua insistindo no erro, mas não por falta de avisos"*, do prof. Jaime Antunes da Silva, publicado no capítulo 34 deste livro.

Conforme analisado no referido texto, o Decreto nº 10.148 (Brasil, 2019), sancionado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e referendado pelo então Ministro da Justiça Sérgio Moro, causa grande retrocesso nas políticas de arquivos, especialmente no âmbito da gestão de documentos e da preservação para acesso do patrimônio documental público do Poder Executivo Federal, ao promover a alteração de diversos dispositivos do Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002, que regulamentou a Lei de Arquivos (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991) e do Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, que cria o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo-SIGA, da Administração Pública Federal.

São essas as alterações indevidas estatuídas pelo Decreto nº 10.148 (Brasil. 2019):

1. Mudança do nome do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) para Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos, com a intenção de abranger não só a gestão de documentos correntes, mas também o controle dos arquivos permanentes ou históricos, em flagrante desrespeito ao Art. 30 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, em vigor, que regula a implantação de Sistemas de Atividades Auxiliares da Administração Pública Federal. Tal mudança cria brechas para a aprovação da guarda compartilhada de acervos permanentes, enfraquecendo o Arquivo Nacional, órgão responsável singularmente por tal função;

2. Desestruturação das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD), da Administração Pública Federal, que perdem a característica de serem explicitamente de composição multidisciplinar, trazendo consequências na qualidade do processo de avaliação e destinação de documentos, tanto físicos como digitais, com risco de descarte indevido, já que tal processo ocorreria sem a anuência nem aprovação pelo Arquivo Nacional. Em tal situação, é retirada do Arquivo Nacional a competência legal de ser o órgão autorizador de qualquer eliminação de documento público do Poder Executivo Federal contrariamente ao estipulado no artigo 9º da Lei de Arquivos;
3. Desestruturação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), cerceando suas competências e gerando obstáculos para as suas deliberações, limitando o seu âmbito de ação com a alteração da sua composição, redução do número de conselheiros e da participação de segmentos especializados e entidades da sociedade civil; extinção das câmaras setoriais, que subsidiavam as câmaras técnicas e o Plenário do Conselho; transformação das câmaras técnicas de permanentes para transitórias, com limitações ao seu número, sua composição e duração. Tais determinações engessam e burocratizam o funcionamento do CONARQ, organismo encarregado de definir a política nacional de arquivos públicos e privados do país.

Quanto ao Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023 (Brasil, 2023), que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, ao descrever as competências do Arquivo Nacional e das diretorias que o integram, cita nos incisos VIII e IX do artigo 56, ao referir-se às atribuições da Diretoria de Processamento Técnico, Preservação e Acesso ao Acervo, bem como nos incisos IV e V do artigo 57, quanto

às atribuições da Diretoria de Gestão de Documentos e Arquivo uma inexistente “Política de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal”, o que favorece a criação de arquivos centrais nos órgãos e entidades da APF para guarda e conservação do patrimônio documental produzido, ou seja, a custódia compartilhada de documentos permanentes ou históricos, em flagrante contradição à Lei de Arquivos.

Tendo em vista os argumentos apresentados, os pesquisadores reunidos no Simpósio de História dos Arquivos e da Arquivologia, e todos que subscrevem a presente moção, instam o Ministério Público Federal, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e a Presidência da República pela revogação do Decreto n. 10.148 (Brasil, 2019) e alteração do Decreto n. 11.437 (Brasil, 2023) em face dos riscos à preservação do patrimônio arquivístico da Administração Pública Federal, parte integrante do patrimônio documental da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019.** Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10148.htm.

BRASIL. **Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11437.htm.

34

Jaime Antunes da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

POLÍTICA DE ARQUIVOS CONTINUA EM RISCO:

**O GOVERNO FEDERAL CONTINUA INSISTINDO
NO ERRO, MAS NÃO POR FALTA DE AVISOS**

Sancionado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e referendado pelo então Ministro da Justiça Sérgio Moro, o Decreto nº 10.148 (Brasil, 2019), causa grande retrocesso nas políticas de arquivos, especialmente no âmbito da gestão de documentos e da preservação para acesso do patrimônio documental público do Poder Executivo Federal, ao promover a alteração de diversos dispositivos do Decreto de regulamentação da Lei de Arquivos (Brasil, 1991) – Decreto nº 4.073 (Brasil, 2002) - e do Decreto que cria o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo-SIGA, da Administração Pública Federal – Decreto nº 4.915 (Brasil, 2003).

Por ações impulsionadas por movimento cidadão em defesa do Arquivo Nacional, autodeclarado “GT-AN frente jurídica”, por iniciativa do Ministério Público Federal-MPFRJ, através da Ação Civil Pública de nº 5006596-71.2022.4.02.5101/ RJ, a Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, por intermédio da 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro, suspendeu, em 15 de fevereiro de 2022, a vigência do referido Decreto nº 10.148 (Brasil, 2019). Entretanto, esta causa vem tendo outros desdobramentos no campo judicial: em 8 de março de 2023, o Tribunal Regional da Justiça Federal da 2ª Região- TRF2 casou os efeitos suspensivos de vigência obtidos por sentença pelo MPF-RJ e em 17 de março de 2023, o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro-MPF-RJ, entretanto, entrou com recurso de apelação junto à 21ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, reque-rendo tutela provisória recursal contra a decisão do TRF2 (Ação Civil Pública, 2022).

Para que possamos aquilatar os malefícios decorren-tes da vigência do referido Decreto, cabe destacar, dentre outros, os seguintes pontos:

1. Mudança indevida do nome do Sistema SIGA (Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo para Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos), com a intenção de que este decreto sirva à gestão de documentos correntes, mas

também ao controle dos arquivos permanentes ou históricos, em flagrante desrespeito ao Art. 30 do Decreto-Lei nº 200 (Brasil, 1967) -, em vigor, que regula a implantação de Sistemas de Atividades Auxiliares da Administração Pública Federal (APF). Em complemento ao nefasto Decreto nº 10.148 (Brasil, 2019), o Arquivo Nacional - AN elabora minuta de Decreto enviada em 2021 para o MJSP, e que tinha risco iminente de ser sancionado, em 2022, pelo, então, Presidente da República, creio que agora estancado. Decreto este que, uma vez sancionado, continuaria a saga de desestruturação da Instituição, com consequências para a política nacional de arquivos, desta vez promovendo uma revisão do disposto no artigo 18 da Lei de Arquivos, “*Instituindo a Política de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal (PGDeArq) e o Programa de Gestão de Documentos e Arquivos (PROGED)*”, estatuinto, assim, a guarda compartilhada de acervos permanentes. O Arquivo Nacional sairá enfraquecido nesta correlação de forças num campo em que não seria mais o órgão singular do Governo Federal;

2. Desestruturação das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos-CPAD, da Administração Pública Federal, o que poderá acarretar o descarte indevido de documentos públicos, já que perdem a característica de serem explicitamente de composição multidisciplinar, trazendo consequências na qualidade do processo de avaliação e destinação de documentos, já que além disso este procedimento é efetivado, no âmbito das próprias Comissões Permanentes de Avaliação dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, produtores dos documentos, sem a anuência e aprovação legal do AN;
3. Impacto sobre a gestão de documentos e na destinação final de documentos públicos, tanto físicos como digitais, colocando o Arquivo Nacional em um papel de mero observador, retirando do AN a competência legal de órgão

autorizador para qualquer eliminação de documento público do âmbito do Poder Executivo Federal, com base no artigo 9º da Lei de Arquivos;

4. Desestruturação do Conselho Nacional de Arquivos-CO-NARQ, cerceando suas competências e gerando obstáculos para as suas deliberações, limitando o seu âmbito de ação com a alteração da sua composição, reduzindo o número de conselheiros e entidades e a participação de segmentos especializados e de entidades da sociedade civil; eliminação da possibilidade de criação de Câmaras Setoriais, para subsidiarem as Câmaras Técnicas e ao próprio Plenário do Conselho; transformação das Câmaras Técnicas, de permanentes, em transitórias, com num máximo de cinco membros, com duração não superior a um ano, e o impedimento de coexistência de no máximo cinco Câmaras Técnicas, engessando e burocratizando o seu funcionamento, limitando o seu alcance científico e técnico no aprofundamento das atividades de pesquisa e na produção de conhecimento, especialmente por ser, pela Lei de Arquivos, o organismo encarregado de definir a política nacional de arquivos públicos e privados do país.

Venho, há algum tempo, chamando a atenção sobre as consequências deste Decreto para a formação do patrimônio documental arquivístico brasileiro contemporâneo, tanto físico quanto digital.

Em 29 de novembro de 2022, juntamente com o Advogado Vicente Arruda Rodrigues Câmara, do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas do AN (Brasil, 2022) e o Pesquisador Marcelo Zelic, idealizador e mantenedor de um grande projeto de resgate coletivo da história, que resulta em um importante *storage* de informações e referências documentais a serviço da comunicação e da História do Brasil dos séculos XX e XXI - Armazém Memória (2023), batalhador incansável da causa da preservação e do acesso aos arquivos brasileiros, infelizmente

falecido no dia 8 de maio deste ano, tivemos oportunidade de reunirmo-nos com o Dr. Márcio Fernando Elias Rosa, membro relator do tema Arquivo Nacional, do Grupo Técnico de Justiça e Segurança Pública, do Gabinete de Transição Governamental, Coordenado pelo atual Ministro Flávio Dino, para detalhar os impactos sobre a Política Nacional de Arquivos decorrentes da sanção do Decreto nº 10.148 (Brasil, 2019), no Governo Bolsonaro, quando tive a oportunidade de compartilhar, dentre outros, o texto *“Política Nacional de Arquivos: Evolução desta política pública no Brasil e seus reveses decorrentes de ações negacionistas do Governo Bolsonaro”* (Jardim, 2022), com sugestão de leitura, especialmente das páginas 9 a 27.

Nesta reunião, além do Decreto nº 10.148 (Brasil, 2019), encaminhado com a proposta de exame para sua revogação pelo novo Governo, com a garantia de reconstituição dos dispositivos eliminados ou indevidamente alterados nos Decretos nº 4.915 (Brasil, 2003), que cria o Sistema SIGA e de nº 4.073 (Brasil, 2002), que regulamenta a Lei de Arquivos (Brasil, 1991), foi possível também relatar a existência de uma minuta de Decreto, em exame na Casa Civil desde 2021, para normatizar a Política de gestão de documentos e de arquivos do APF (PGDeArq) e o Programa de gestão de documentos e arquivos (Proged). As disposições do Decreto nº 10.148 (Brasil, 2019), aliadas às contidas na citada minuta de Decreto indicam, de maneira equivocada, que a intenção era de que a gestão de documentos correntes e intermediários e a preservação de arquivos permanentes ou históricos deveriam ser regidas por um Decreto tendo por eixo principal o Sistema SIGA, em flagrante infringência aos requisitos determinados pelo Art. 30, do Capítulo V, do Decreto-Lei 200 (Brasil, 1967), para criação de sistemas desta natureza.

Isto indica que o Gabinete de Transição do novo Governo do Presidente Lula teve conhecimento dos problemas e ficou inteirado dos riscos e consequências para as políticas arquivísticas de nosso País, com a vigência do nefasto Decreto.

Após a posse e definição dos titulares das pastas ministeriais do novo Governo, e tendo tomado conhecimento de que o Arquivo Nacional passara a integrar a estrutura do novo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), enviei, por e-mail no dia 16 de janeiro de 2023, às 10h59, carta à Ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, manifestação, como cidadão, das minhas preocupações quanto aos rumos a serem dados ao Arquivo Nacional, ao tempo em que indicava, dentre outras coisas, a urgente necessidade de “revogação ou alteração de dispositivos” do Decreto nº 10.148 (Brasil, 2019), apresentando brevemente os pontos de impactos negativos, e encaminhando também para aprofundamento da questão o texto *“Política Nacional de Arquivos: Evolução desta política pública no Brasil e seus reveses decorrentes de ações negacionistas do Governo Bolsonaro”* (Jardim, 2022), com a recomendação de exame das páginas de 9 a 27 do referido texto.

Isto indica que a Ministra Esther Dweck teve conhecimento dos problemas e ficou inteirada dos riscos e consequências para as políticas arquivísticas de nosso País, com a vigência do nefasto Decreto.

Após a posse da Diretora-Geral do Arquivo Nacional Prof.^a Ana Flávia Magalhães Pinto, em 17 de março de 2023, tive oportunidade de enviar, em 5 de abril de 2023, às 8:20, em resposta a e-mail recebido do AN no dia anterior, mensagem indicando à nova Diretora, que já há algum tempo está ativo um movimento da sociedade civil, convalidado por ações do Ministério Público Federal-RJ, que pleiteia a revogação ou a suspensão de vigência do Decreto Nº 10.148 (Brasil, 2019), pelas alterações indevidas no Decreto nº 4.073 (Brasil, 2002), que regulamenta a Lei de Arquivos (Brasil, 1991), bem como no Decreto nº 4.915 (Brasil, 2003), que cria o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo-SIGA, da administração pública federal, alterando-lhe o nome, em flagrante desrespeito ao Art. 30 do Decreto-Lei nº 200 (Brasil, 1967), em vigor, que embasa as diretrizes para a consecução dos sistemas estruturadores do Poder Executivo

Federal, a exemplo do SIGA, pondo em risco o recebimento das GSISTEs (Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal) pelos servidores que atuam no Órgão Central do SIGA (Arquivo Nacional) e por, igualmente, promoverem um grande retrocesso nas políticas de arquivos, especialmente no âmbito da gestão de documentos e da preservação para o acesso ao patrimônio público do Poder Executivo Federal. Fatos, dentre outros, “que necessitam urgentemente serem revisitados pela atual gestão do Arquivo Nacional e pelo Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ.” Ocasião em tive à oportunidade, como fiz com os demais interlocutores governamentais, de enviar o texto organizado por mim, que aprofunda as questões sumariamente indicadas anteriormente (Jardim, 2022).

Isto indica que a Diretora-Geral do Arquivo Nacional Prof.^a Ana Flávia teve conhecimento dos problemas e ficou inteirada dos riscos e consequências para as políticas arquivísticas de nosso País, com a vigência do nefasto Decreto.

Cabe ainda agregar a esta narrativa que o Governo Federal ao sancionar o Decreto nº 11.437 (Brasil, 2023) aprovando a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, ao descrever as competências do Arquivo Nacional e das Diretorias que o integram citam disposições contidas na já referida minuta de Decreto enviada pelo Arquivo Nacional, em 2021, para o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, que se sancionada teria efeitos danosos à missão do Arquivo Nacional, com consequências para a política nacional de arquivos, visando a instituição da Política de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal (PGDeArq) e do Programa de Gestão de Documentos e Arquivos (PROGED), viabilizando a criação de Arquivos Centrais para a guarda e conservação do patrimônio documental produzido no âmbito dos órgãos e das entidades da APF que o desejarem. Instituído, assim, a custódia compartilhada de documentos permanentes ou históricos.

É recomendada a leitura atenta do referido Decreto nº 11.437 (Brasil, 2023), em especial dos incisos VIII e IX do artigo 56, com atribuições da Diretoria de Processamento Técnico, Preservação e Acesso ao Acervo, bem como dos incisos IV e V do artigo 57, com atribuições da Diretoria de Gestão de Documentos e Arquivo, ambas do Arquivo Nacional, onde facilmente se identificará a citação, como se a referida minuta de decreto, citada em parágrafos anteriores deste texto, tivesse sido transformada em Decreto, e existisse de fato e de direito a “Política de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal”, já que no Decreto nº 11.437, esta pretensa política é citada com iniciais maiúsculas como se oficialmente instituída.

O Arquivo Nacional é uma instituição singular, e como está dito poderá já autorizado pela Lei de Arquivos (parágrafo único do art. 18) criar unidades regionais. O que está indicado como natural no inciso II da referida minuta de Decreto não o é (Art. 24, II – autorizar a custódia compartilhada de documentos de guarda permanente pelos órgãos e entidades da administração pública federal). O AN só deverá autorizar a custódia compartilhada em casos excepcionais. Pois, isto fragiliza a função precípua de um arquivo de custódia.

Os outros órgãos e entidades da APF são organismos administrativos e devem ser identificados como organismos produtores e não de custódia. Assumindo funções que não lhes são atribuídas pelo ato de criação.

É atemorizante saber que os “Jabutis” só podem ter sido plantados, no Decreto nº 11.437 (Brasil, 2023), por pessoas que conceberam, trabalharam e/ou defenderam não só o Decreto nº 10.148 (Brasil, 2019), bem como a Minuta de Decreto que instituiria a “Política de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal (PGDEARQ) e o Programa de Gestão de Documentos e Arquivos (PROGED), quando lotados no AN de 2019 a 2022, e que agora atuam no MGI ou continuam atuando no AN, aulicamente encasteladas em seus cargos de confiança ou funções.

REFERÊNCIAS

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - **Nº 5006596-71.2022.4.02.5101/RJ**. Disponível em: https://cpad.paginas.ufsc.br/files/2017/10/Decisao_0153806_2022_02_15_despacho___21VF___decreto_10148.pdf.

ARMAZÉM MEMÓRIA. 2023. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/>.

BRASIL. Arquivo Nacional. Memórias Reveladas. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br>.

BRASIL. **Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm.

BRASIL. **Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4915.htm.

BRASIL. **Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019**. Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10148.htm.

BRASIL. **Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11437.htm.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm.

JARDIM, J. M. **Política Nacional de Arquivos**: Evolução desta política pública no Brasil e seus reverses decorrentes de ações negacionistas do Governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ): 2022.

ÍNDICE REMISSIVO

A

acervos 40, 82, 85, 95, 161, 162, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 176, 179, 180, 205, 213, 216, 219, 238, 251, 252, 268, 269, 281, 282, 288, 291, 294, 295, 296, 297, 304, 305, 329, 339, 354, 357, 360, 365, 366, 370, 389, 390, 393, 394, 395, 396, 397, 399, 400, 402, 403, 404, 405, 427, 476, 479, 480, 481, 482, 484, 485, 487, 524, 529, 537, 541, 572, 574, 575, 580, 586, 593, 598

administração pública 19, 33, 92, 95, 103, 105, 107, 110, 111, 161, 274, 293, 359, 376, 383, 385, 387, 389, 390, 403, 410, 411, 412, 413, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 425, 426, 427, 432, 474, 482, 496, 531, 533, 563, 595, 601, 603, 604

agências de fomento 47, 414

América Latina 126, 127, 129, 151, 152, 153, 157, 231, 386, 455, 466, 471

Arquivistas 19, 39, 46, 50, 61, 64, 78, 82, 109, 113, 202, 215, 216, 219, 220, 222, 223, 240, 243, 370, 371, 396, 397, 400, 406, 425, 426, 430, 441, 444, 445, 446, 447, 487, 531, 534, 545, 546, 547, 553, 586, 587

arquivo 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 46, 52, 56, 65, 66, 71, 74, 76, 93, 97, 102, 105, 107, 109, 110, 121, 136, 137, 138, 139, 144, 148, 149, 150, 155, 156, 158, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 182, 185, 190, 191, 197, 199, 203, 205, 211, 214, 215, 228, 251, 252, 255, 256, 259, 266, 269, 271, 273, 281, 283, 291, 293, 295, 296, 302, 303, 309, 313, 314, 316, 317, 318, 319, 320, 326, 329, 335, 338, 339, 340, 341, 345, 346, 347, 352, 353, 354, 358, 359, 361, 362, 363, 365, 367, 371, 376, 385, 387, 405, 407, 409, 410, 412, 421, 426, 432, 433, 438, 440, 443, 445, 451, 452, 458, 464, 468, 473, 474, 475, 476, 479, 483, 484, 485, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 514, 515, 516, 517, 518, 523,

524, 531, 532, 535, 536, 547, 566, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 582, 586, 587, 603

arquivologia 17, 18, 19, 39, 60, 61, 73, 77, 78, 79, 93, 97, 98, 99, 113, 135, 136, 157, 231, 244, 246, 271, 310, 358, 367, 388, 395, 406, 426, 430, 452, 543, 556, 558, 565, 566

Arquivologia 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 32, 33, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 110, 114, 134, 136, 137, 139, 143, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 161, 162, 185, 186, 190, 191, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 250, 253, 257, 258, 259, 260, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 291, 292, 294, 297, 298, 304, 308, 309, 313, 318, 319, 320, 332, 353, 370, 371, 406, 412, 457, 461, 470, 474, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 541, 542, 543, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 553, 554, 555, 557, 558, 559, 560, 566, 568, 569, 570, 574, 589, 590, 593, 595

Arquivo Nacional 27, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 46, 50, 64, 65, 76, 77, 81, 82, 88, 89, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 146, 152, 153, 157, 158, 159, 171, 179, 209, 219, 222, 229, 242, 249, 250, 269, 270, 273, 285, 291, 315, 325, 330, 332, 339, 340, 347, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 372, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 397, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 435, 436, 437, 439, 440, 441, 444, 445, 447, 449, 450, 451, 452, 453, 474, 481, 482, 487, 512, 516, 526

- 530, 531, 532, 536, 543, 558, 564, 566, 593, 594, 597, 598, 600, 601, 602, 603, 604
- Arquivo Público 19, 27, 31, 32, 35, 37, 38, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 147, 179, 222, 234, 236, 239, 241, 242, 286, 370, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 396, 400, 405, 413, 421, 426, 427, 452, 588, 589, 590
- arquivos pessoais 18, 35, 55, 82, 162, 163, 164, 166, 167, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 208, 209, 210, 211, 259, 283, 307, 354, 370, 467, 573, 574, 575, 585, 587
- Associação de Arquivistas 19, 39, 64, 216, 220, 222, 223, 243, 397, 425, 444, 487, 586, 587
- associativismo 19, 37, 39, 70, 73, 78, 113, 232, 370, 371, 406, 426, 545, 546, 548, 550, 554, 555
- autoridade arquivística 92, 153, 475
- B**
- Biblioteconomia 36, 43, 49, 54, 57, 61, 93, 94, 155, 240, 310, 461, 549, 550, 569
- C**
- Ciência da Informação 17, 26, 35, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 54, 57, 61, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 86, 89, 97, 99, 113, 116, 146, 157, 216, 242, 244, 269, 310, 315, 333, 347, 348, 350, 423, 426, 458, 460, 461, 471, 475, 528, 535, 543, 554, 559, 566, 568, 569, 570, 587
- Cinema 355, 368, 371
- Cinematoteca 352, 355, 363, 364, 365, 371
- citationID 314, 316
- comunicação 31, 32, 47, 48, 64, 82, 84, 88, 230, 247, 250, 251, 252, 264, 265, 268, 312, 313, 314, 317, 322, 324, 335, 350, 513, 537, 538, 539, 559, 564, 581, 599
- conservação 32, 108, 136, 168, 176, 212, 216, 237, 250, 251, 280, 301, 331, 339, 359, 394, 404, 478, 484, 492, 493, 502, 507, 595, 602
- construção da memória 247, 257, 261, 464
- contexto social 165, 254, 462
- cultura 35, 38, 43, 90, 102, 105, 157, 164, 165, 179, 190, 249, 266, 282, 393, 402, 403, 456, 475, 476, 479, 485, 489, 539, 568, 587
- Curso de Arquivo 91, 93, 94, 96, 98
- custódia documental 173, 298
- D**
- declaração de interesse público 166, 476, 478, 479, 480, 483, 484
- digitalização 82, 142, 253, 259, 261, 299, 301, 303, 304, 536
- documentação 31, 39, 77, 121, 122, 167, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 176, 184, 186, 189, 190, 192, 193, 196, 202, 206, 208, 216, 249, 258, 263, 273, 274, 282, 284, 285, 286, 289, 290, 293, 301, 305, 314, 324, 330, 332, 335, 339, 353, 354, 360, 363, 366, 371, 373, 377, 378, 379, 380, 393, 400, 403, 411, 412, 416, 423, 427, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 437, 464, 468, 475, 492, 508, 509, 564, 577, 578
- documentação arquivística 339
- documentação pessoal 168, 172, 305, 577
- documento 52, 94, 95, 105, 123, 136, 138, 141, 161, 162, 164, 169, 172, 175, 180, 190, 191, 194, 199, 212, 231, 248, 249, 250, 256, 271, 277, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 327, 328, 330, 333, 337, 339, 340, 359, 360, 367, 374, 424, 479, 486, 489, 497, 501, 506, 509, 519, 521, 522, 523, 529, 538, 559, 575, 580, 582, 583, 584, 585, 586, 594, 599
- documento privado 172
- documentos audiovisuais 246, 247, 248, 249, 257, 258, 263, 267, 268, 271, 352, 357, 358, 361, 362, 447
- documentos de arquivo 46, 52, 56, 102, 107, 110, 155, 163, 175, 182, 190, 252, 313, 317, 319, 326, 329, 340, 341, 361, 440, 445, 451, 452, 474, 475, 476, 479, 483, 484, 512, 516, 535, 536, 566, 575, 577
- documentos digitais 33, 55, 117, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 134, 319, 320, 523, 524
- documentos históricos 467, 489
- E**
- ecomuseus 475
- ensino superior 19, 49, 189, 223, 309, 532, 533, 534
- entidade associativa 48
- epistemologia 43, 45, 62
- F**
- FAPERJ 18, 20

H

herança simbólica 255

história contemporânea 451

história dos arquivos 17, 19, 22, 23, 24, 25, 29, 31, 34, 42, 46, 50,
61, 68, 70, 72, 73, 75, 81, 83, 84, 85, 88, 99, 310,
438, 447, 474, 490, 512, 557, 566

história oral 58, 83, 148, 546

I

identidade 17, 47, 52, 53, 58, 74, 76, 79, 161, 164, 165, 179, 183,
186, 201, 255, 267, 268, 291, 305, 307, 387, 398,
403, 455, 456, 457, 465, 474, 485, 522, 575

informação 17, 26, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 54, 57, 61,
71, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 86, 89, 97, 99, 113, 116,
121, 134, 146, 157, 192, 216, 242, 244, 269, 293, 296,
310, 315, 333, 338, 345, 347, 348, 349, 350, 417,
419, 423, 426, 437, 442, 458, 460, 461, 471, 475,
485, 528, 535, 542, 543, 554, 558, 559, 563, 566,
568, 569, 570, 587

informação arquivística 70, 72, 79, 144, 427, 560, 570

informação registrada 27, 247, 256, 339

institucionalização 36, 39, 43, 47, 48, 49, 51, 57, 58, 59, 60, 64,
75, 78, 88, 89, 96, 99, 172, 173, 183, 190, 232, 355,
375, 430, 475, 477, 528, 530, 531, 537, 543

instrumentos de pesquisa 34, 108, 187, 356, 358,
400, 429, 447, 586

InterPARES 115, 116, 117, 118, 120, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130,
131, 132, 140, 522, 524, 526

Iphan 476, 477, 478

L

linguagem 55, 339, 356, 480, 538

M

MAM 352, 355, 364, 365

memória 16, 31, 36, 60, 61, 74, 76, 105, 110, 138, 161, 165, 172,
179, 182, 183, 184, 186, 202, 203, 206, 209, 216, 218,
236, 237, 242, 246, 247, 248, 249, 250, 254, 255,
256, 257, 259, 261, 266, 267, 268, 269, 270, 271,

281, 291, 304, 305, 307, 308, 309, 325, 374, 376,
385, 398, 403, 406, 426, 455, 456, 457, 464, 465,
468, 475, 479, 485, 496, 501, 503, 507, 543, 564

memória coletiva 60, 249, 255, 268, 464, 468

memória documental 105, 236, 242

museus 104, 113, 206, 208, 209, 210, 216, 253, 393,
401, 469, 475, 540

O

organização 17, 27, 49, 55, 64, 71, 85, 108, 109, 137, 141, 142, 143,
152, 153, 156, 168, 174, 176, 179, 180, 183, 184, 185,
186, 190, 191, 201, 214, 220, 222, 236, 237, 240, 247,
250, 258, 270, 273, 274, 278, 281, 284, 286, 289,
290, 291, 298, 308, 309, 340, 349, 353, 354, 355,
356, 357, 358, 359, 360, 361, 363, 364, 365, 366,
370, 373, 374, 375, 377, 381, 396, 400, 404, 409,
410, 411, 413, 415, 427, 429, 430, 431, 433, 434,
435, 439, 446, 447, 461, 485, 491, 515, 516, 517,
524, 531, 532, 555, 572, 573, 574, 575, 578, 579,
585, 586, 587, 591, 604

P

patrimônio 35, 40, 94, 103, 104, 110, 111, 113, 161, 162, 164, 165,
166, 167, 168, 170, 173, 180, 241, 243, 249, 253,
255, 260, 269, 271, 282, 290, 368, 370, 446,
455, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480,
481, 483, 484, 485, 486, 487, 512, 513, 587, 593,
595, 597, 599, 602

Patrimônio Cultural 35, 54, 215, 282, 486, 543

planejamento 73, 104, 148, 187, 250, 325, 348, 531, 532

S

Sistema de Arquivos 39, 531, 532

Sistema Nacional de Arquivos 101, 388, 531, 532

U

UFF 20, 45, 46, 61, 64, 66, 67, 68, 71, 81, 82, 89, 219, 222, 223, 229,
309, 532, 534, 537, 549

UFSM 66, 67, 71, 84, 86, 532, 547, 549, 568

www.PIMENTACULTURAL.com

HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA

contribuições para o debate

